

# IICA



X IICA -  
E10-R759

DESCENTRALIZACION Y PARTICIPACION

EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE

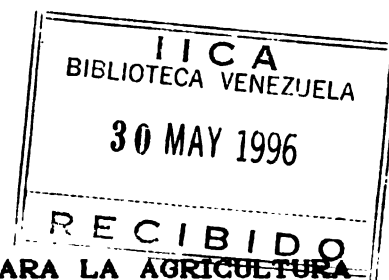
ESTUDIO DE CASO DE BRASIL

PROGRAMA DE ORGANIZACIÓN Y ADMINISTRACIÓN  
PARA EL DESARROLLO RURAL



6.00





**INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA**

**Programa III. Organización y administración para el  
Desarrollo**

*N* **DESCENTRALIZACION Y PARTICIPACION**

**EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE**

**EL CASO BRASIL**

**JORGE O. ROMANO**

**CPDA/UFRRJ**

**Rio de Janeiro**

**Junho de 1989**



INDICE

PAG.

I. A CRISE DO ESTADO E A PARTICIPACAO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTAO ESTATAL.....	1
1. <i>A complexidade da transicao; as continuidades e os problemas na participacao.....</i>	1
2. <i>Os efeitos politicos da crise economica.....</i>	6
3. <i>As tendencias da transicao.....</i>	10
4. <i>A onipotencia/impotencia da acao estatal e as demandas da Sociedade Civil.....</i>	12
II. A ORGANIZACAO DO ESTADO NACIONAL.....	15
1. <i>A organizacao politica e regional.....</i>	15
2. <i>A economia brasileira e a crise.....</i>	21
3. <i>A agricultura, a crise e a questao fundiaria... ..</i>	24
4. <i>O campesinato no Brasil.....</i>	34
5. <i>Campesinato e questao alimentar na decada dos 80.....</i>	42
6. <i>A regio Nordeste e o campesinato.....</i>	50
III OS EFEITOS DA CRISE DOS ANOS 80 NA CENTRALIZACAO/DESCENTRALIZACAO DO ESTADO.....	56
1. <i>As caracteristicas da descentralizacao no Brasil.....</i>	56
2. <i>Os efeitos da crise na descentralizacao e na desconcertacao.....</i>	58
3. <i>Descentralizacao e participacao na Nova Constituicao .....</i>	60

→ 0213

0000

0000

0000



4. <i>Crise do Estado, descentralização e participação camponesa</i> .....	66
4.1.A substituição dos mediadores como o espaço político da participação. Sindicatos, Igreja, Ongs, Estado e Camponeses.....	68
IV. AS EXPERIÊNCIAS.....	70
1. <i>O contexto das experiências</i> .....	70
1.1. A SUDENE e os antecedentes da participação no Nordeste.....	71
1.2. O Projeto Nordeste: uma visão globalizante da "Questão Nordestina".....	73
1.3. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP): Unificação, Descxentralização e Participação.....	79
1.3.1. Os espaços da participação.....	85
2. <i>Estado e Campesinato na Bahia: a experiência de descentralização e participação da CAR</i> .....	91
2.1. A heterogeneidade regional da Bahia.....	91
2.2. A integração das ações estatais referentes ao campesinato através da CAR.....	93
2.3. Os resultados alcançados pelos Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural na Bahia..	98
2.4. Os encaminhamentos de política agrária e os recursos financeiros disponíveis pela CAR...	102
3. <i>A ação da CAR em Sobradinho (Semi-Arido Bahiano)</i> .....	105

122

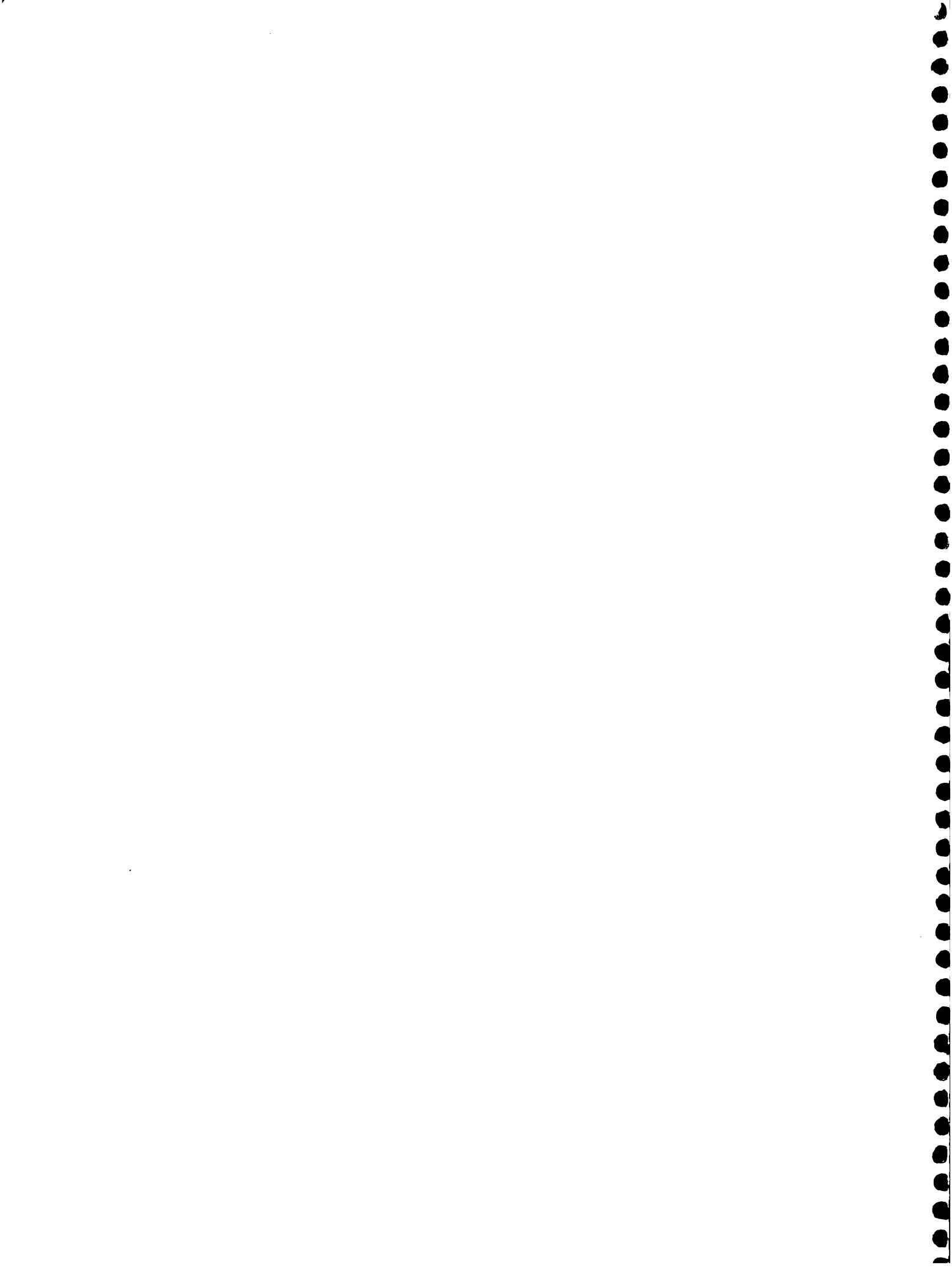
123

124





3.1. Características da região com anterioridade á formação do reservatório....	105
3.1.1. O antigo sistema produtivo do campesinato.....	105
3.2. Antecedentes da ação estatal no Vale do São Francisco.....	109
3.3. A nova intervenção estatal: a CAR e as Associações no desenvolvimento da região do Lago de Sobradinho.....	119
3.3.1. As experiências das Associações de São Joaquim, Itapera e Brejo de Dentro....	130
3.3.1.1. Os "camponeses/barrageiros" e a exploração comunitária do perímetros irrigados: o caso da Associação Agrícola Saã Joaquim.....	130
3.3.1.1.1. O Projeto do perímetro Irrigado Tatauí I.....	135
3.3.1.2. Os "camponeses reassentados" e a exploração individual dos perímetros irrigados: os casos das Associações de Itapera e Brejo de Dentro.....	144
3.3.1.2.2. O "Movimento para a borda do lago"...	149
3.3.1.2.3. A ação das Associações.....	152
3.3.2. Os resultados da ação do Estado nas transformações do campesinato.....	157
3.3.3. A avaliação das Associações como proposta participativa.....	164



4. *Conclusoes da analise das experiencias.....* 180

V. CONCLUSOES GERAIS E RECOMENDACOES..... 188

Anexos..... 193

2000

1000

500

100

50

20

1000

500

## I. A CRISE DO ESTADO E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO ESTATAL.

### 1. *A complexidade da transição :as continuidades e os problemas na participação..*

Quando se procura refletir sobre as relações entre a "crise do Estado" e os espaços de participação da sociedade civil se faz necessário inserir-las no contexto do processo de democratização vivenciado no Brasil. Neste processo -de forma semelhante ao acontecido em outros países da América Latina, como sugere O'Donnell (1988 a)- caberia distinguir "duas transições": uma que vai do "regime autoritário" até a instalação de um "governo democrático", e a segunda que iria da instalação deste "governo" até a consolidação de um "regime democrático" (isto é, a democracia política nos planos econômico, social e cultural, na qual se manifeste uma participação efetiva de todos os setores da sociedade civil).

No Brasil a "primeira transição" -de um regime autoritário a um governo democrático-, foi extremamente demorada ao se desenvolver durante 11 anos, e de certa forma ainda hoje incompleta devido à falta de uma eleição geral direta para a escolha das autoridades do executivo nacional. Assim as características que ela assumiu recolocam obstáculos para a concreção da "segunda transição", que se somam à marcada heterogeneidade estrutural, à crise da dívida externa e à agudização dos conflitos sociais.

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000



Entre os obstáculos de caráter basicamente políticos, caberia mencionar:

1) O alto grau de controle que o regime manteve de todo o processo de transição e a conseqüente persistência de atores autoritários -em especial as Forças Armadas-com o domínio de importantes recursos de poder.

2) A "neutralidade" ou desinteresse quase constante com relação ao regime político em vigor, de partes ponderáveis de outros atores significativos (como, por exemplo, o empresariado).

3) A continuidade e vigência em diferentes planos da sociedade (desde a sociabilidade cotidiana até nas relações entre as próprias classes) de padrões autoritários, com a conseqüente redução dos espaços para práticas participativas.

4) A continuidade de um "estilo" de fazer política clientelístico e prebendalista, isto é, com um forte componente patrimonialista não republicano, no qual se manifesta a incapacidade de distinguir entre o público e o privado, concebendo-se como um poder em si mesmo e não sujeito à lei. Neste estilo, típico de uma república oligárquica, baseada numa sociedade fundamentalmente agrária, com uma fraca expansão das relações sociais capitalistas e com escassa organização e mobilização das classes subalternas, a política se reduz a uma "conversa entre cavalheiros", com trocas de favores e apoios para os interesses regionalistas que encarnam, com poucas

100

100

100

100

100

100



restrições de disciplina partidária, sendo que as "relações com a base" são clientelísticas, e as que se estabelecem com o aparato estatal fundamentam-se na outorgação ou apropriação de prebendas. Este estilo, que ainda era o predominante até o golpe de 1964, não só foi em grande medida mantido durante os governos militares (que não eliminaram o legislativo e mantiveram a existência de partidos políticos, ainda que reestruturados a sua conveniência, e nos quais predominavam, com exceções, segmentos da classe política que tinham perspectivas e vínculos mais localistas que nacionais), como também continuara apresentando-se durante todo o processo da transição.

5) A relativa fraqueza do setores populares em termos organizacionais e do ativismo político, tanto pelo exposto no ponto anterior como por outras razões históricas.

Estes obstáculos levam a que, na prática, se apresentem poucos atores com peso significativo, verdadeira ou consequentemente democráticos, favorecendo que a transição enquanto um todo, apresente uma alta continuidade frente ao regime autoritário.

Amplas parcelas de atores importantes - como o empresariado e as classes médias - manteriam uma "boa lembrança" do regime autoritário, com a consequente pouca adesão a democracia, já que a repressão desencadeada pelo regime assumiu um caráter menos extenso e sistemático que em outros países do continente, e principalmente, pelo "sucesso econômico" do mesmo. Indicadores

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

desse "sucesso" seriam , por exemplo a taxa de crescimento do PIB que na década de 70 foi, em média 6% a.a., e que em termos setoriais apresentou um vigoroso crescimento do produto industrial de 9.4% a.a., e do produto agropecuário, 4% a.a..

Através de subsídios e isenções de impostos, e outras formas de retribuições financeiras o regime procurou o apoio de setores estratégicos como o empresariado .Estratégia que estaria indicada -para além de uma suposta "rationale" económica- pela escala que atingiram esses "subsídios" e "incentivos fiscais" que, somados em 1979, por exemplo, alcançaram 80,32% da receita de impostos federais, e em 1980 99,28% (este volume também apontaria para uma função política complementar e específica como a de obter apoio para a própria burucracia estatal). Paralelamente, por meio de políticas parcialmente redistributivas se beneficiaram amplos setores médios

A importância desses benefícios permitiu ao regime obter a construção e a reafirmação de sua legitimidade apesar do notável incremento no papel normativo e empresarial do Estado, com o aumento da capacidade de extração de recursos através de receitas e impostos e outros mecanismos de crescente centralização nas tomadas de decisões. Todo este conjunto de práticas foram consideradas como requisitos funcionais para a implementação e uma "boa administração" de um projeto de desenvolvimento económico que procurava tanto uma rápida diversificação da estrutura produtiva como a obtenção de elevadas taxas de crescimento, e cujas implicações sociais

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

foram, em suma, altamente custosas para os setores populares, e em especial para o campesinato.(Martins, 1988).

A própria ideologia do regime apresentava uma clara afinidade com os interesses dos grupos empresariais -principais beneficiários das políticas públicas- apesar que estes tinham um acesso restrito à elaboração dessas políticas, tarefas que ficavam em mãos da burocracia.

Este apoio passivo dado por esses interesses ao regime autoritário, com a concessão à burocracia de um grau considerável de margem de manobra na formulação e na tomada de decisões, se viu acentuado -como fizemos notar- no período de crescimento econômico. Mas tornou-se conflitivo no período de desaceleração ou de percepção de uma crise econômica potencial. Nestas conjunturas -que , como veremos, se apresentaram no Brasil- a alocação de recursos e a fixação das novas prioridades tornam-se elementos cruciais. A ausência de mecanismos institucionalizados de representação de interesses, assim como a liberdade adquirida pela burocracia, passam a ser visualizadas como uma séria desvantagem pelos próprios grupos beneficiários das políticas do regime. A crítica ao "estatismo" e à "falta" de legitimidade política funcionaram, então, como justificativa para algum tipo de "liberalização". Ao mesmo tempo, esses grupos aceitaram e incorporaram as críticas ao "modelo econômico" -levantadas pelo setores populares- como uma forma de minar o prestígio da burocracia estatal e também para poder procurar novos espaços de aliança na sociedade civil. Assim progressivamente, antigos protagonistas do regime

100

1000

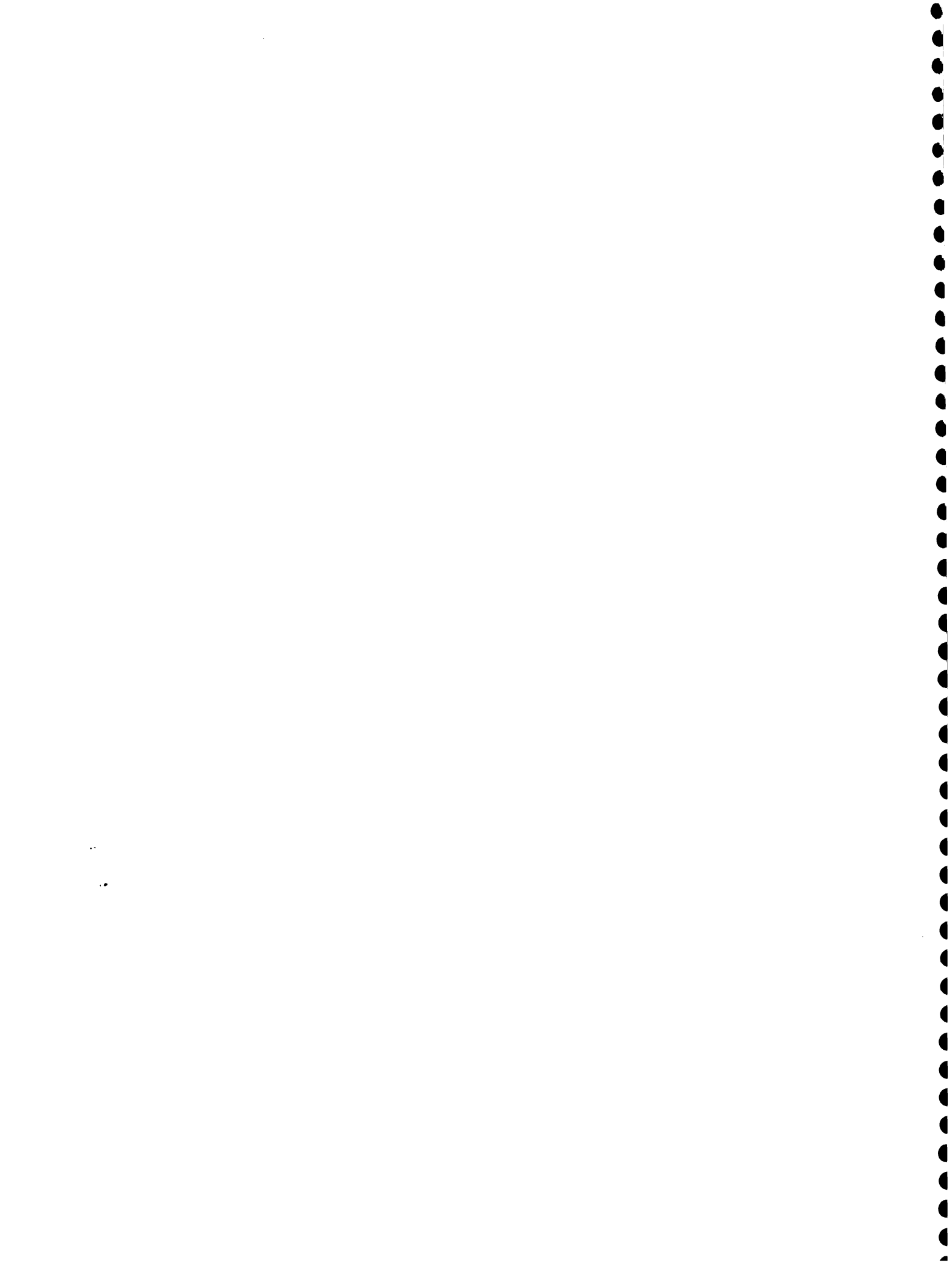
10000



transformaram-se em dissidentes, provocando graves tensões na anteriormente sólida aliança entre empresários e burocratas, minando a base social do regime e inaugurando uma situação de equilíbrio instável. (Martins, 1988).

## 2. Os efeitos políticos da crise econômica.

O "Milagre Brasileiro" (1968-1974) sofreu sua primeira grande crise econômica externa em 1973-74 influenciado pelo primeiro "choque do petróleo". Nesse contexto o governo federal, ao invés de enfrentar o estrangulamento da balança de pagamentos através de uma política de ajuste, promoveu um ambicioso programa de desenvolvimento econômico, formulado no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que visava a transformação da estrutura produtiva industrial do país (através, por exemplo da expansão dos bens de capital e indústrias químicas, grandes projetos hidrelétricos, usinas nucleares, crescimento das despesas públicas e do investimento das empresas estatais). O setor agrícola continuou o processo de modernização de sua base produtiva, estimulado pelas políticas governamentais, especialmente a política de crédito, e pela maior integração com a indústria -devido à internalização e consolidação de um complexo agroindustrial no país- e pelas conjunturas internacionais favoráveis para as commodities agrícolas, em particular a soja. Essa modernização agrícola, levada a efeito a partir da estrutura agrária prevaiente, acentuou os desequilíbrios entre a produção para a exportação e para a alimentação interna, reforçou a

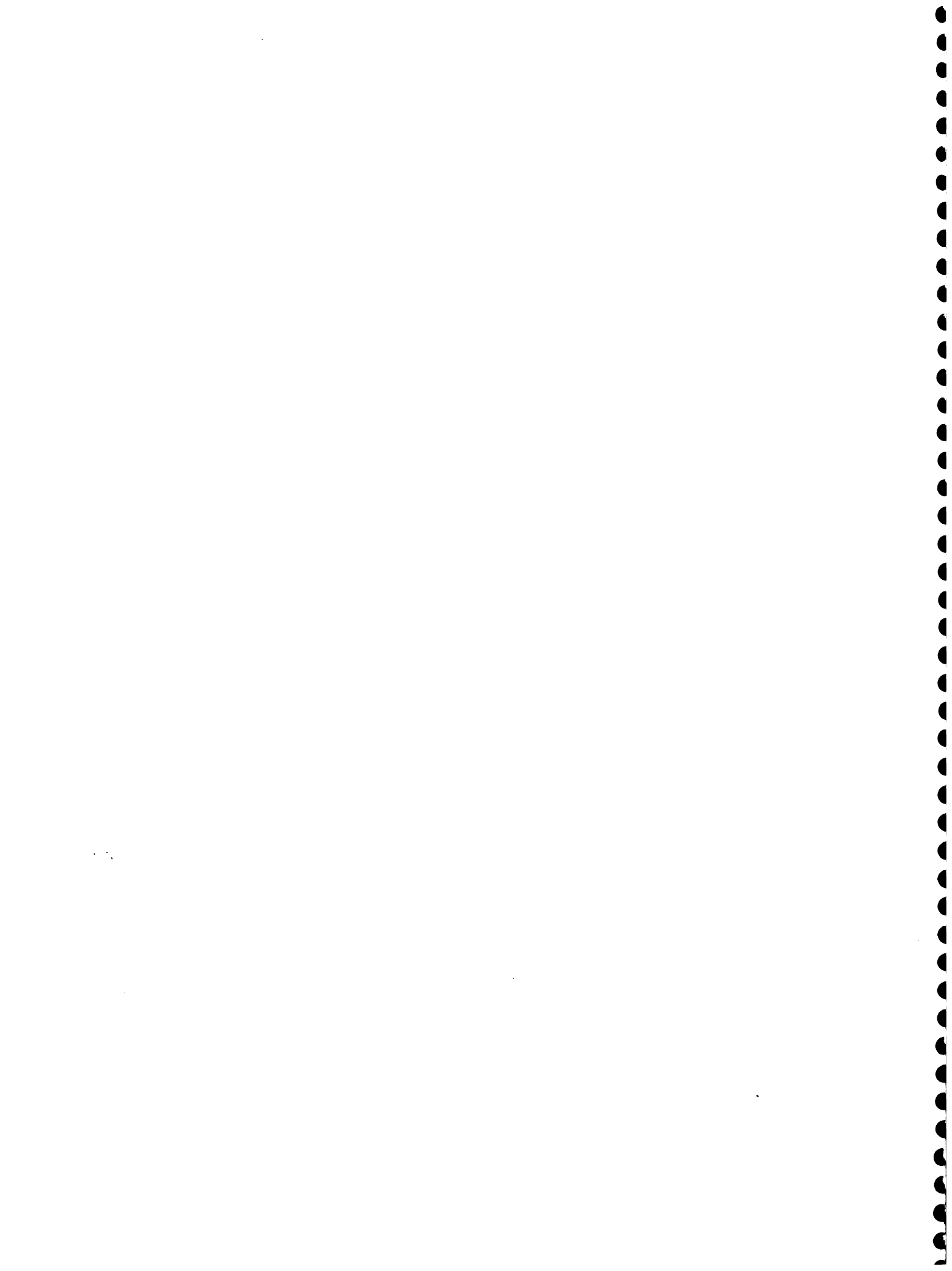




concentração da produção no Centro-Sul, expulsou considerável contingente de mão de obra do meio rural modernizado e agudizou os conflitos sociais no campo. (Delgado, 1989).

Esta política -que como coloca Martins (1988)- não tomava claramente em conta a previsível drenagem de recursos e a pressão econômica que iria provocar, foi em grande medida continuada durante o governo militar seguinte, aumentando consideravelmente tanto a dívida interna quanto a externa a altas taxas de juros, na procura de sustentar artificialmente a esperança de um novo "milagre econômico" capaz de reforçar a legitimidade do regime.

Paralelamente, no seio do próprio regime (isto é, na órbita do setor militar) se tinham manifestado disputas que tiveram como vencedores setores que propiciavam "tirar a política dos quartéis" e reconstruir as "bases do prestígio militar". Foram eles que impulsionaram, tanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento como o modelo de liberalização que primou durante um grande período dessa "primeira" transição, o qual compreendia a restauração progressiva dos direitos civis e políticos, o restabelecimento de alguns canais de representação de interesses e a adoção de formas de validação legal para a escolha de dirigentes e para os atos do governo, com claros controles autoritários para reger o exercício dos direitos e funções políticas.

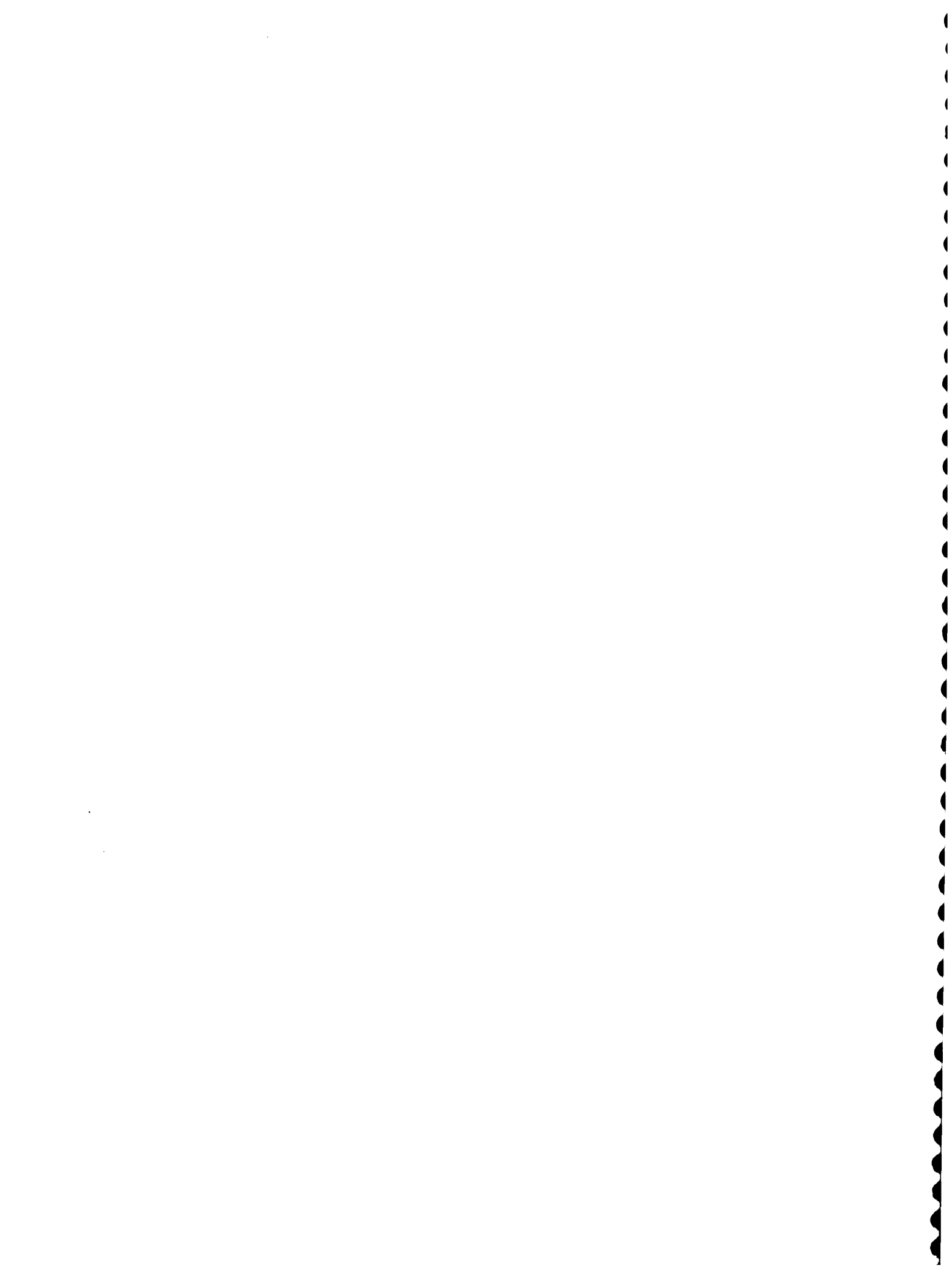


Esse modelo de liberalização entrou numa fase verdadeiramente crítica em inícios dos 80, tanto por motivos económicos como por motivos políticos.

Em 1982, agudizados pelas crises externas que se manifestavam desde 1979, os efeitos negativos das políticas económicas adotadas se apresentarão com maior intensidade. A inflação se elevou a três dígitos, a dívida interna se converteu no dobro do orçamento federal, a dívida externa se elevou de \$US 12,6 bilhões em 1973 para \$US 80 bilhões em 1982, as taxas domésticas de juros subiram violentamente e a produção industrial caiu em 10% comparada com o nível de 1980. Quase em estado inadimplente, o governo recorreu ao FMI, cuja "receita" agudizou a já elevada taxa de desemprego, aprofundou a recessão e provocou um drástico arrocho salarial.

A crise económica acelerou assim a erosão da base social de apoio de duas formas: os cortes das despesas públicas e dos orçamentos das empresas estatais -em função das propostas do FMI- junto com a redução dos subsídios levaram a que os setores empresariais retirassem sua confiança, ao mesmo tempo que o desemprego e o achatamento salarial que alcançou às classes médias, as transformou de partidárias ativas em dissidentes passivas ou até em contestatárias do regime.

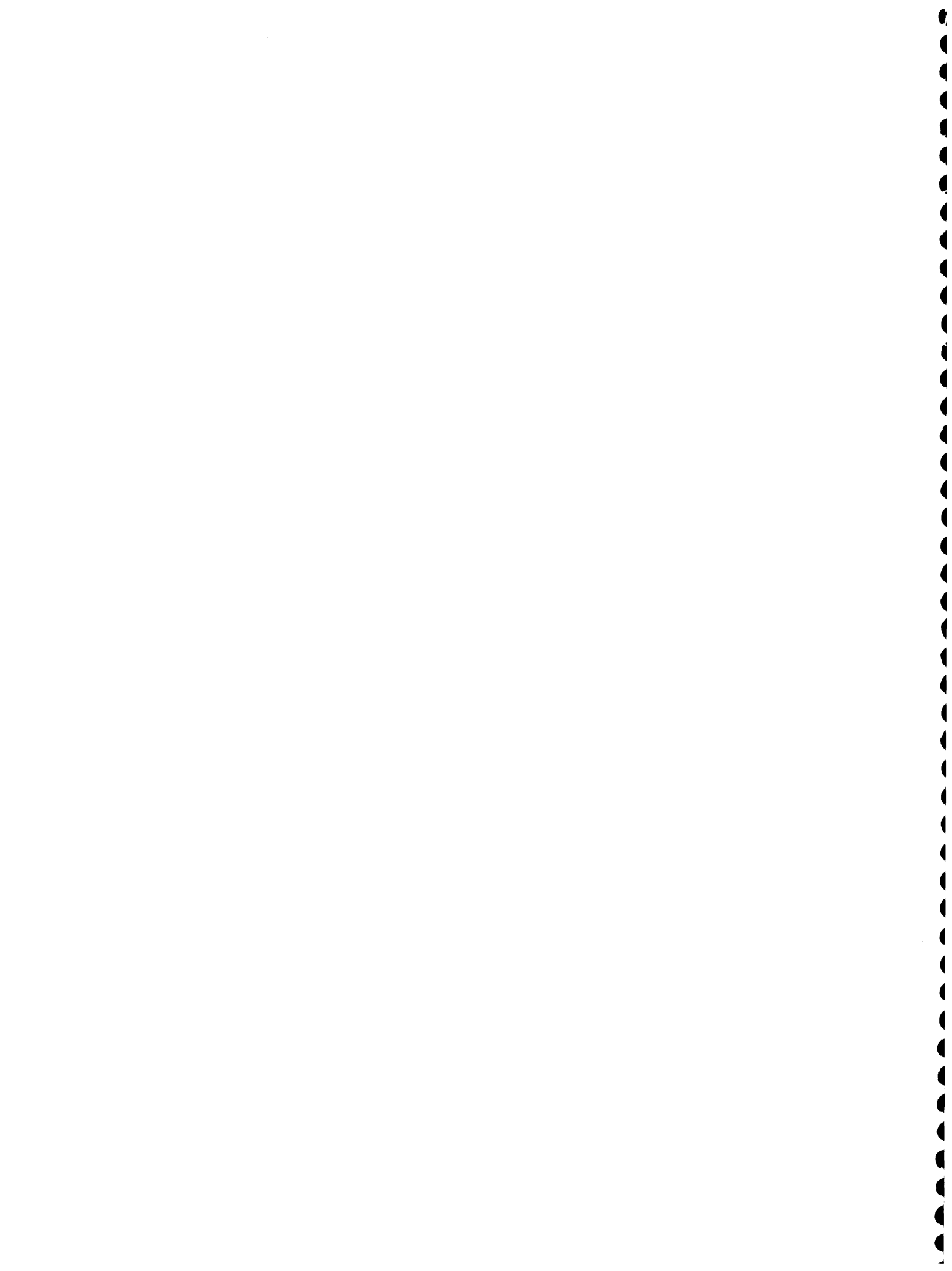
Em grande medida a reboque da crise económica no mesmo ano de 1982, no plano político-institucional, também se produzem alterações que agudizam a crise de equilíbrio do modelo de liberalização. Ante as primeiras eleições de governadores por



voto direto desde 1965, e num contexto de reiteradas denúncias de corrupção no governo, os partidos de oposição elegeram 10 governadores nos estados mais politizados e industrializados do país, quebrando o apoio que o partido governista vinha tendo durante longos anos.

Mas as características desta fase crítica de equilíbrio instável, em linhas gerais, não impediram que a transição continuasse tendo um desenvolvimento relativamente tranquilo, devido principalmente a que tanto as classes dominantes como as Forças Armadas se sentiram pouco ameaçadas pelo principal partido de oposição, e em geral, pelas principais correntes partidárias.

Nesse contexto pode-se entender a emergência em 1984 de um "notável" da ala mais moderada da oposição -Tancredo Neves- articulando essa "fase crítica" da transição, através de pactos tanto com os setores "brandos" das Forças Armadas, quanto com as principais lideranças do partido do regime. Com sua morte prematura assumiu a presidência seu vice (que tinha sido o presidente do partido governista), cristalizando assim a tradição política brasileira de negociação nos moldes de um amplo "presidencialismo de coalizão" (Abranches, 1988), isto é, uma forma que procura combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e uma sorte de "presidencialismo imperial", organizando um executivo com base em grandes coalizões.



### 3. As tendências da transição.

Assim, finalmente, as tendências que caracterizariam a situação brasileira do final da década dos 80, resultantes de todo este complexo processo de transição -segundo a Abranches (1988) e O'Donnell (1988 a, 1988 b)- poderiam ser sintetizadas em:

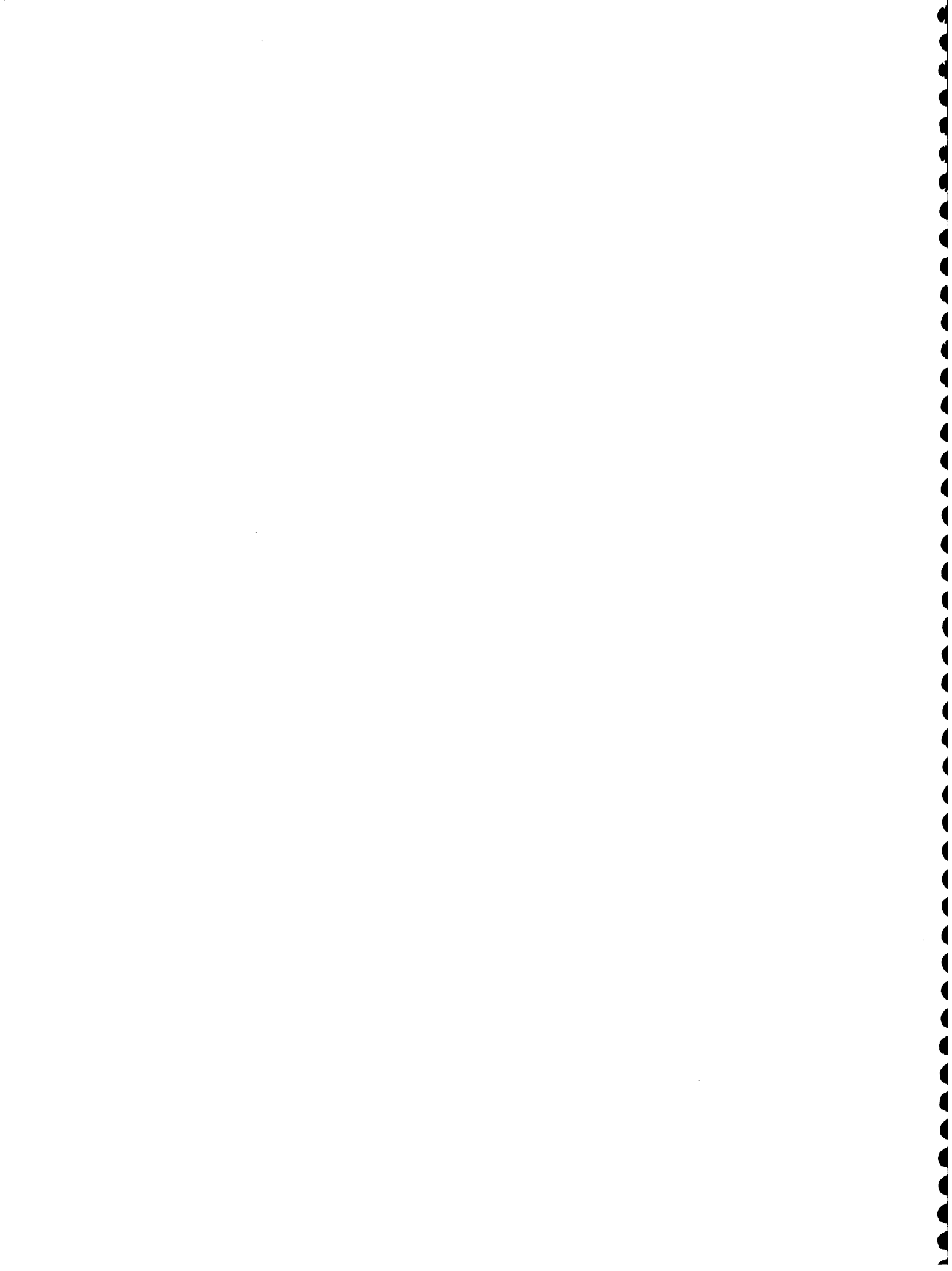
a) Um alto grau de heterogeneidade estrutural tanto na economia como na sociedade, com fortes disparidades regionais.

b) Um contexto econômico delicado, devido ao volume da dívida externa e da dívida interna e ao fracasso dos sucessivos planos-ortodoxos e heterodoxos- de controle da inflação, entre outros fatores.

c) Uma propensão marcada pelo conflito de interesses que cortam a estrutura de classes tanto horizontal como verticalmente, complexizada por conflitos inter e intraregionais.

d) A permanência de padrões autoritários e desmobilizadores que dificultam o crescimento dos espaços de uma participação efetiva de amplos setores da sociedade civil.

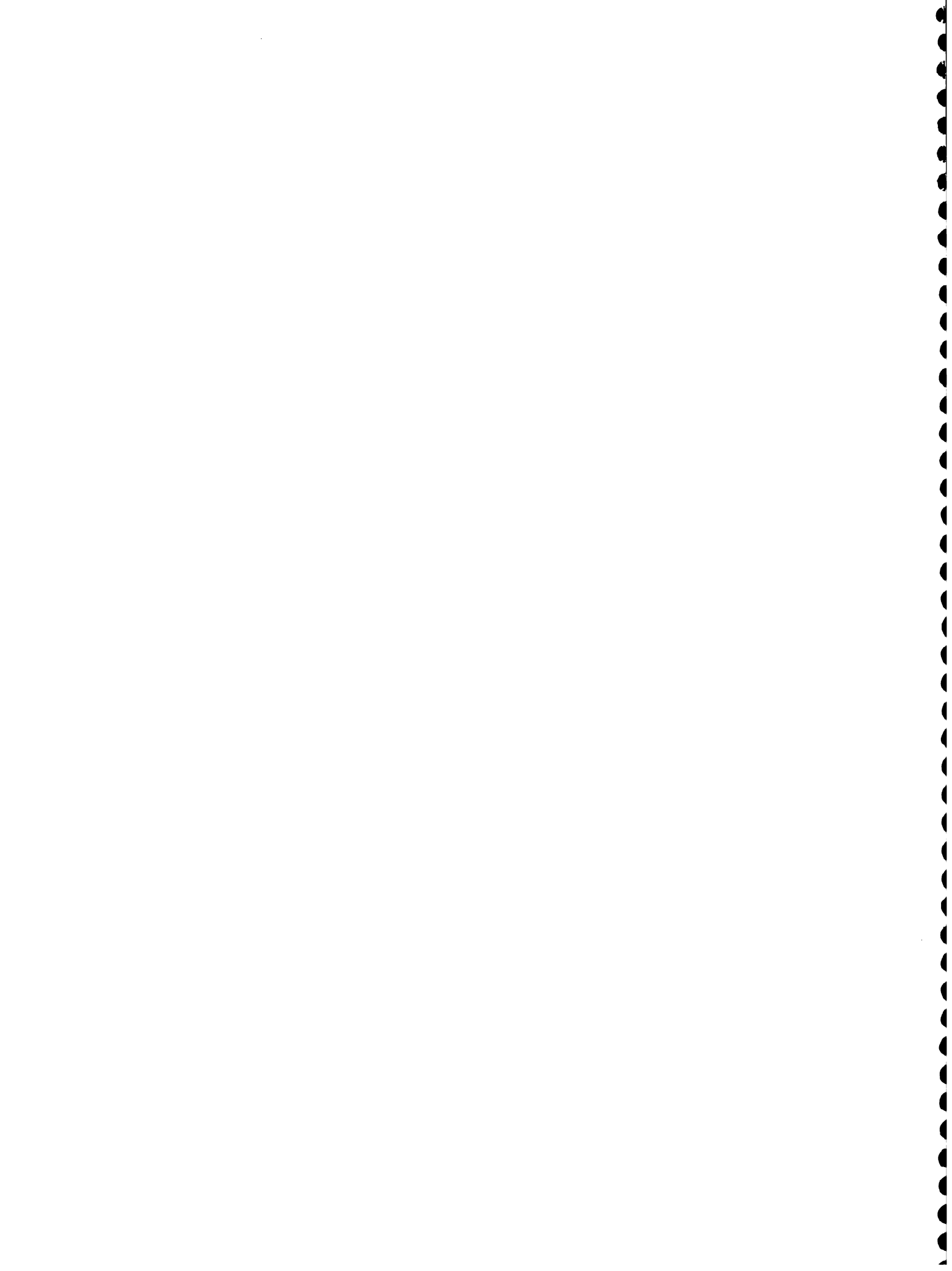
e) Um relativo fracionamento partidário-parlamentar que aumenta a orientação para a formação de governos baseados em amplas coalizões, com uma acentuada propensão à fragmentação governamental.





f) Uma acentuada inadequação do quadro institucional do Estado -superada apenas em parte com pelas reformas estabelecidas na Nova Constituição promulgada em 1988- para a resolução de conflitos, com a falta de mecanismos institucionais que favoreçam à manutenção do "equilíbrio institucional".

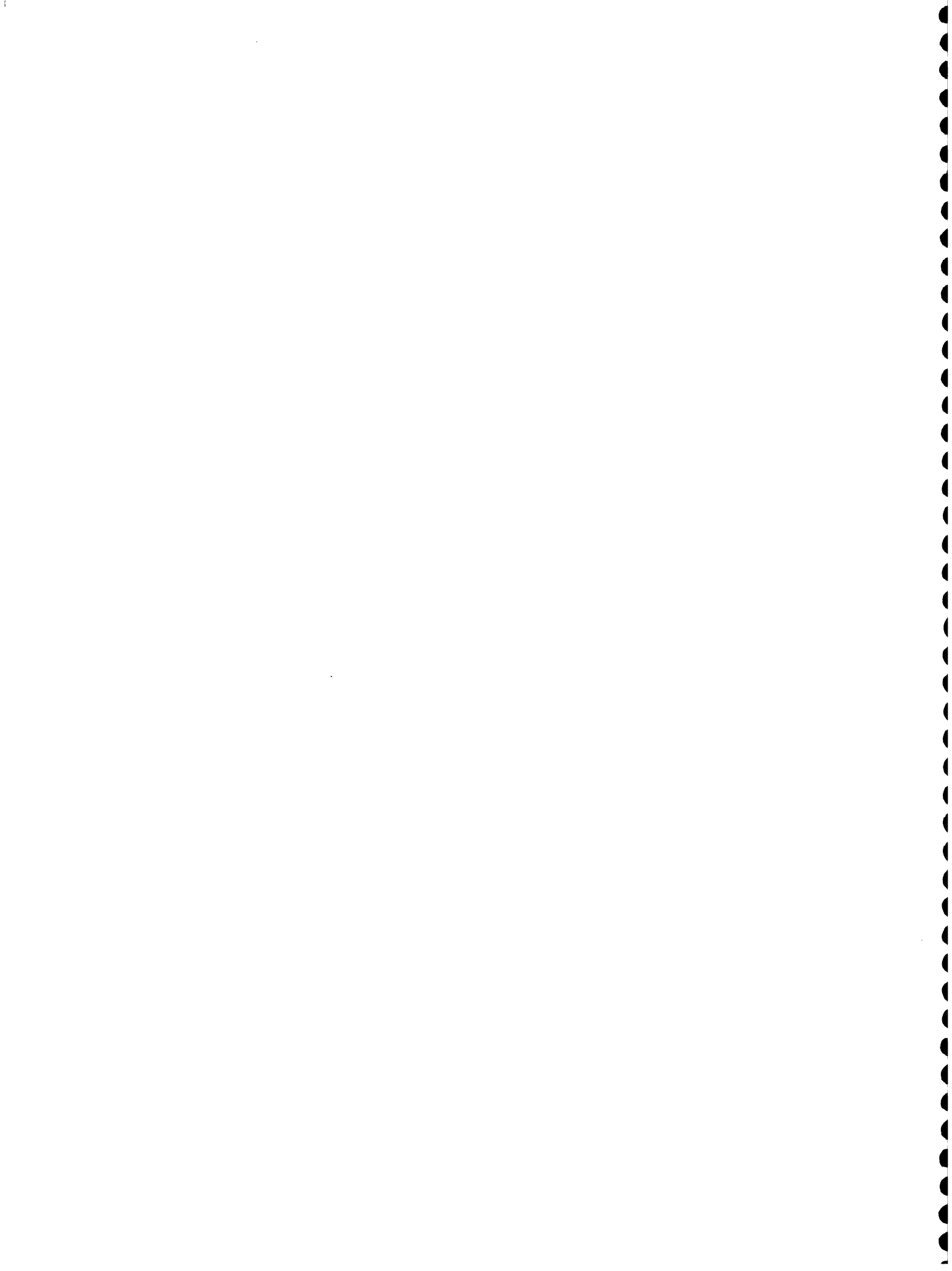
No que diz respeito às três primeiras tendências, elas tem a ver com o estilo de crescimento das últimas décadas, estilo que agudizou a heterogeneidade e a descontinuidade estrutural da sociedade brasileira. No plano macro-sociológico, manifesta-se o fracionamento da estrutura de classes (com a consequente diversificação dos conflitos) que, junto com as clivagens verticais, redundam em mudanças significativas na estratificação social, como acentuada alteração nas hierarquias socio-econômicas que resulta no declínio das profissões liberais de elite e o crescimento de "novos" segmentos sociais devido ao avanço do assalariamento no campo e nas cidades. Ao nível macro-econômico, a heterogeneidade se manifesta em marcados conflitos redistributivos, disparidades técnicas e desníveis de renda entre pessoas, empresas, setores e regiões. Ao mesmo tempo que setores da sociedade estruturam-se com padrões de produção, renda e consumo semelhantes aos existentes nos países industrializados mais avançados, uma outra parcela considerável apresenta características típicas das regiões em desenvolvimento, com uma marcada instabilidade econômica e mobilidade social. Junto a estes dois setores, a ampla maioria da população vive em condições de pobreza. (Abranches, 1988).



Com relação as três tendências restantes -basicamente de caráter político/institucional- encontramos a heterogeneidade manifesta na disparidade de comportamentos que obedecem tanto a padrões ideologicamente estruturados como as mais diversas formas do clientelismo. Ao nível de valores, apresenta-se o questionamento à eficácia e à legitimidade das próprias instituições de representação das democracias liberais, levando à falta de adesão a esses perfis institucionais colocados pela ordem política. Este questionamento também se manifesta no que diz respeito aos objetivos, ao papel e as atribuições dadas ao Estado, levando novamente a um perfil múltiplo e fragmentado das demandas e expectativas referentes às ações do setor público. Esta heterogeneidade de expectativas leva não só a um intenso conflito sobre as prioridades e orientações do gasto público, como também a uma propensão constante à insatisfação de todos os setores, incluindo aqueles que têm se beneficiado pelas ações estatais.

#### *4. A onipotencia/impotencia da ação estatal e as demandas da Sociedade Civil.*

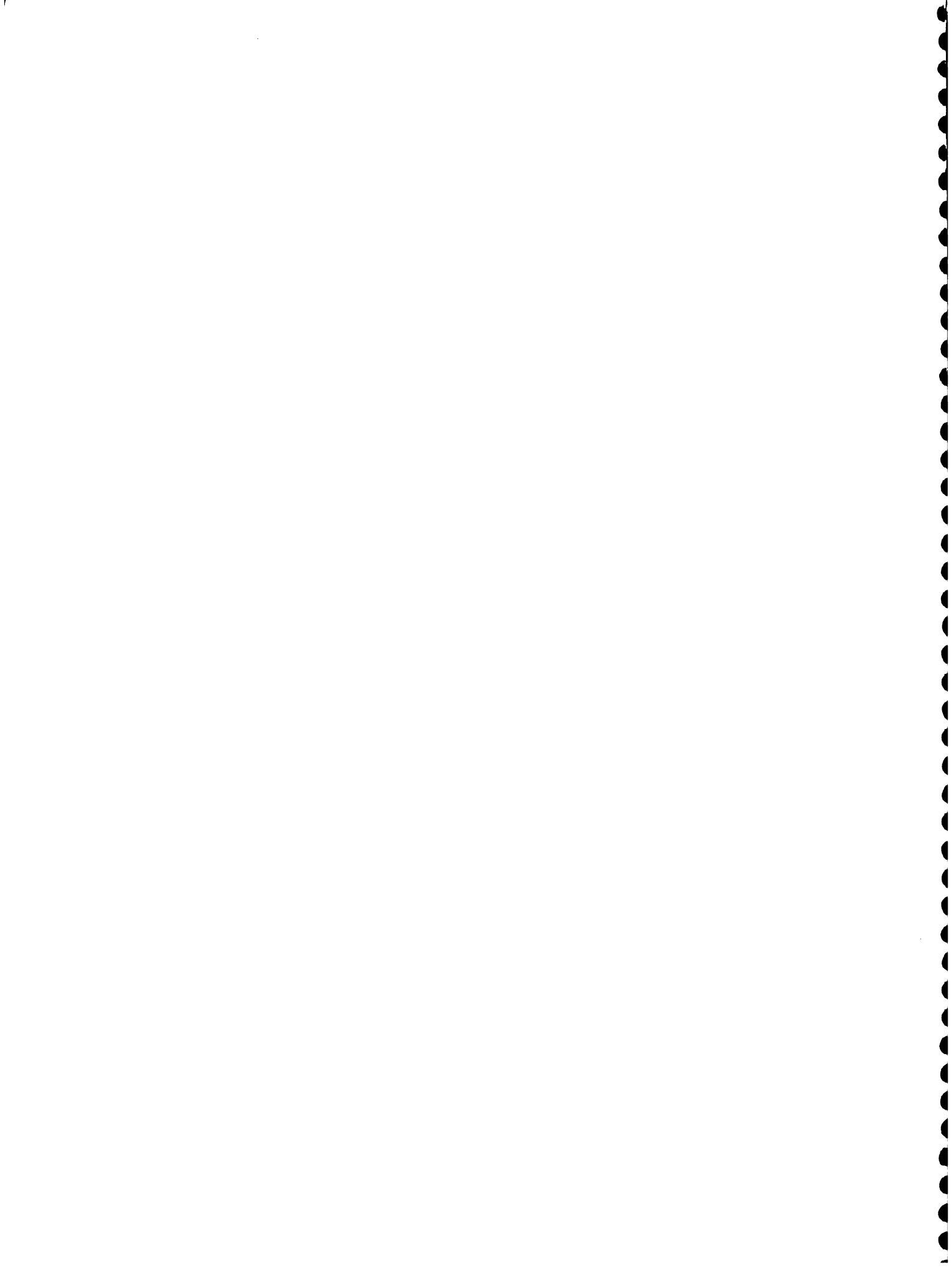
A intensificação das demandas -remarca Abranches (1988)-favoreceu ao crescimento da intervenção estatal, multiplicando-se as agências (as quais através de programas e projetos beneficiam clientela específicas), e os subsídios e incentivos (que favorecendo a setores privilegiados, os fazem ao mesmo tempo dependentes da proteção e regulação estatal). O resultado em termos institucionais tem sido,



contraditóriamente, a limitação da ação governamental, a inércia burocrático-orçamentária que dificulta -e na prática impossibilita- a extinção de qualquer agência ou programa, a eliminação de subsídios e incentivos, e o reordenamento do gasto público em termos de uma "racionalização" mais democrática e/ou operativa. Esta inércia é sustentada tanto pelos próprios setores burocráticos, como pelos interesses dos beneficiários privados dos programas e ações estatais. Geraria-se, assim, uma singular combinação de "onipotência" e "impotência": onipotência, porque produz com frequência decisões que não estão sujeitas aos processos institucionais e legais próprios de um sistema constitucional e republicano; impotência, pelo também frequente fracasso na transformação dessas medidas num meio de regulação extenso da vida nacional.(O'Donnell, 1988 a).

Esta situação de inércia que se manifesta no Executivo, se vê agravada pela continuidade do estilo patrimonialista de fazer política que se apresenta também no Legislativo, e que se traduz na sua incapacidade de constituir-se plenamente num forum central de discussão e decisão das grandes questões nacionais, levando a uma falta de "vontade política" decorrente de "compromissos" e do desinteresse de assumir os custos -também políticos- de mudanças das pautas de alocação e regulação estatais.

Assim, com essas características, os resultados deste estilo de governar, seriam:

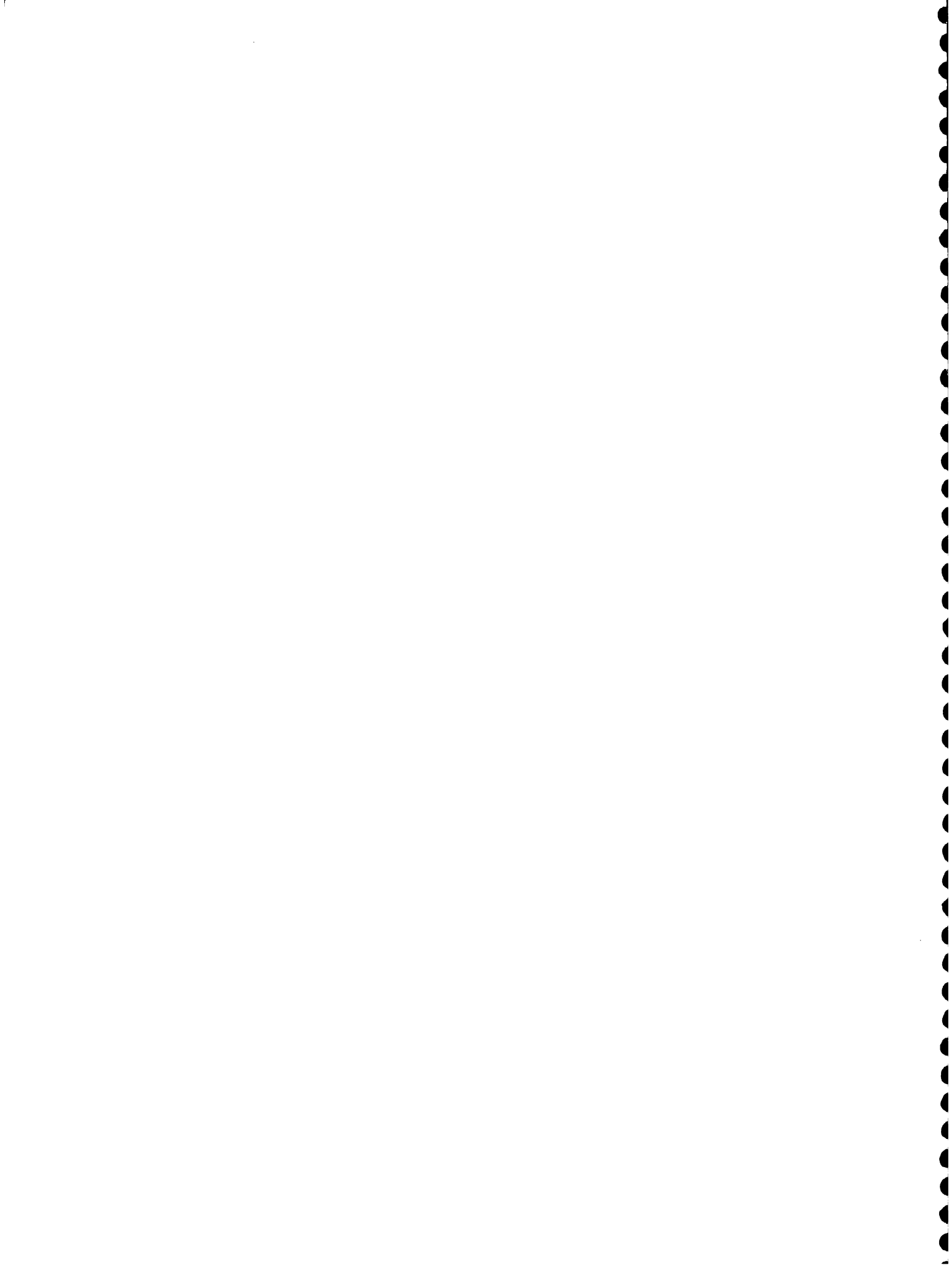


1) O desgaste, não só do prestígio e autoridade de políticos e governantes, mas das próprias instituições políticas democráticas.

2) O agravamento do problema -já existente e acentuado durante o regime autoritário- da escassez e fragilidade das mediações institucionais existentes entre política e sociedade, que expressam e reforçam os grandes hiatos que separam as "elites" da grande maioria da população.

3) O enfraquecimento da capacidade de governar, seja para procurar resolver os problemas de fundo que o padrão de desenvolvimento coloca, seja para enfrentar de forma operativa e eficaz as crises conjunturais que se apresentam.

Esta situação, aparentemente contraditória, entre diversificação das formas de intervenção estatal e enfraquecimento da capacidade de controle do governo sobre as políticas públicas -como assinala Abranches (1988)- não é específica do caso brasileiro, mas nele se encontra agravada pelas características já apontadas que emarcam seu processo de transição, em especial a forma que assumiu o padrão de desenvolvimento e os efeitos da continuidade do autoritarismo, com as limitações para o espaço da participação, nas relações entre o Estado e a Sociedade Civil.





## II. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

### 1. A ORGANIZAÇÃO POLITICA E REGIONAL

Brasil é uma República Federativa constituída por uma confederação de estados. Administrativamente verifica-se a seguinte hierarquia:

- .os estados são divididos em municípios;
- .os municípios são divididos em distritos;
- .a cidade é a sede do município, e a vila é a sede do distrito.

Após a Nova Constituição de 1988 a divisão política do país aponta a existência de 26 estados e 1 distrito federal, onde se localiza Brasília, a capital.

No que toca à divisão regional poderíamos apontar duas grandes divisões regionais:

a) A primeira é a divisão oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1966, pela qual o Brasil compõe-se de cinco grandes regiões. Esta divisão teve por base o critério de homogeneidade, ou seja, predominância de elementos físicos, humanos e económicos, e por finalidade atender a objetivos estatísticos.

b) A segunda é uma divisão regional não oficial, que sem respeitar tão rigidamente os limites administrativos da do



IBGE, considera a existência de três amplas regiões que refletem, em grande medida, a realidade socio econômica atual do país.

a) Pela divisão do IBGE se apresentam cinco regiões: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.

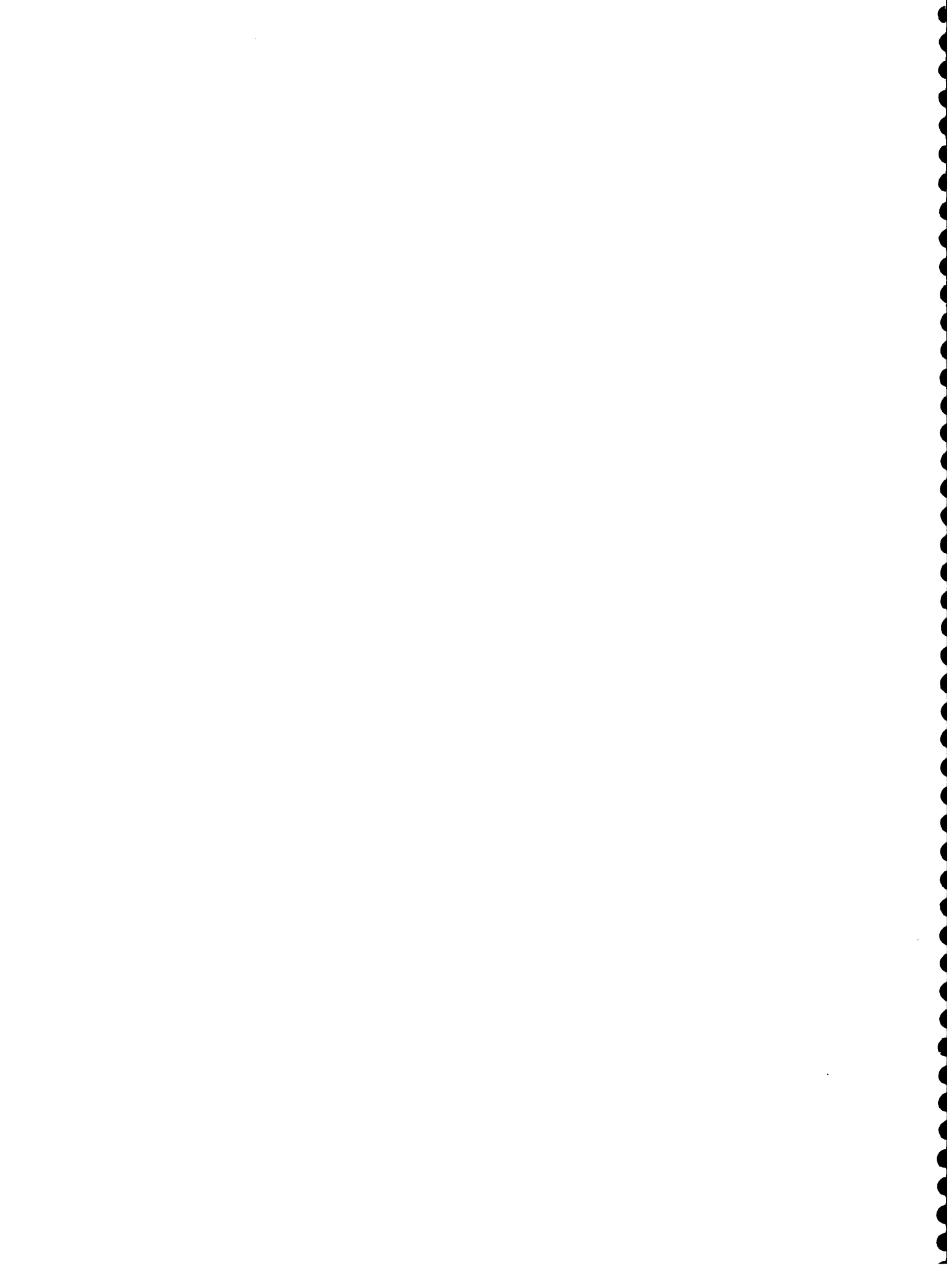
1)Região Norte: é a mais extensa com 3.581.180 km<sup>2</sup>. e a menos populosa, 5.880.268 habitantes (1980), ou seja 4,9% do total da população do país. Está formada pelos estados de Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, e Amapá (os dois últimos antigos territórios).

2)Região Centro-Oeste: é a segunda em extensão com 1.879.455 km<sup>2</sup> e a quarta em população, 7.544.795 habitantes, representando 6,3% do total. Está formada pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Góias, Tocantins (estado novo criado pela Constituição de 1988) e o Distrito Federal.

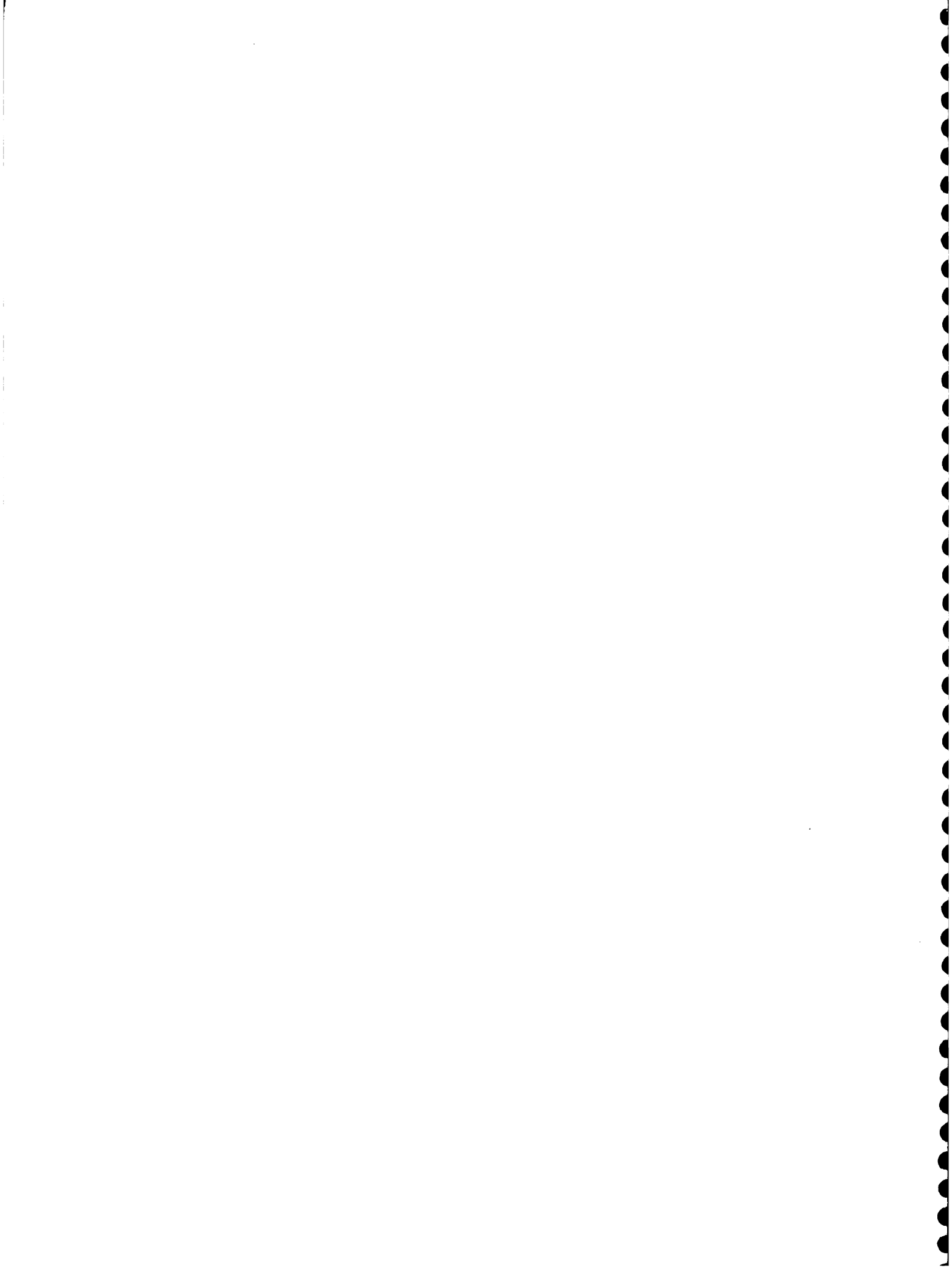
3)Região Nordeste: é a terceira em extensão, 1.548.672 km<sup>2</sup> e a segunda em população, 34.812.336 habitantes, ou seja 29,3% do total nacional. Está formada pelos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

4)Região Sudeste: é a quarta em extensão, 924.935 km<sup>2</sup> e a primeira em população, 51.734.125 habitantes com o 43,5% do total. Está formada pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

5)Região Sul: é a menos extensa, 577.732 km<sup>2</sup> e a terceira em população, 19.031.162 habitantes com o 16% do total. Está formada pelos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.







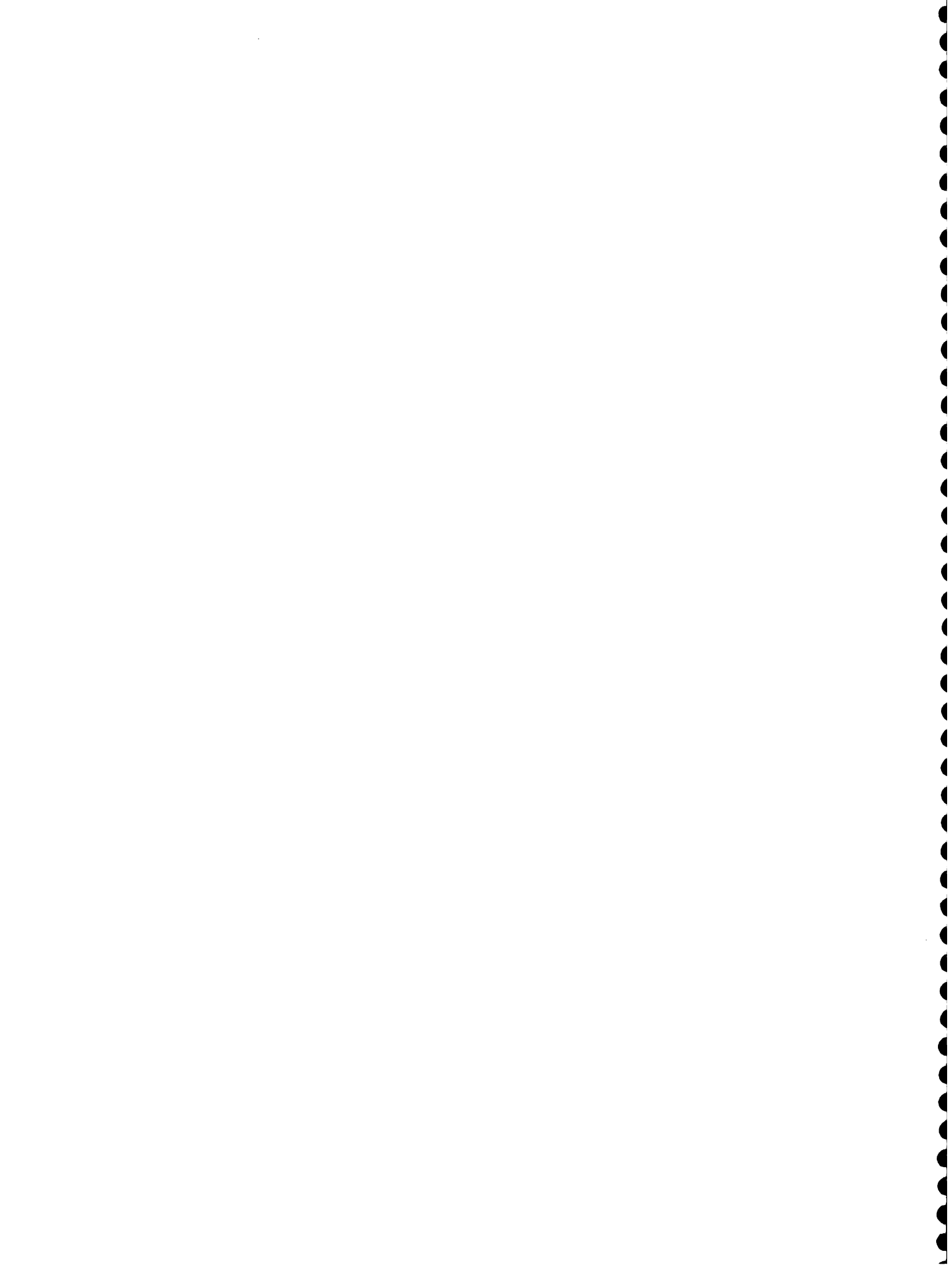
Dentro da divisão regional tem-se uma divisão em áreas menores que compreende Meso-regiões e Micro-regiões homogêneas, além de Regiões Metropolitanas.

Nessas grandes regiões atuam Supertintendências de Desenvolvimento Regional, órgãos vinculados ao Ministério do Interior. São elas:

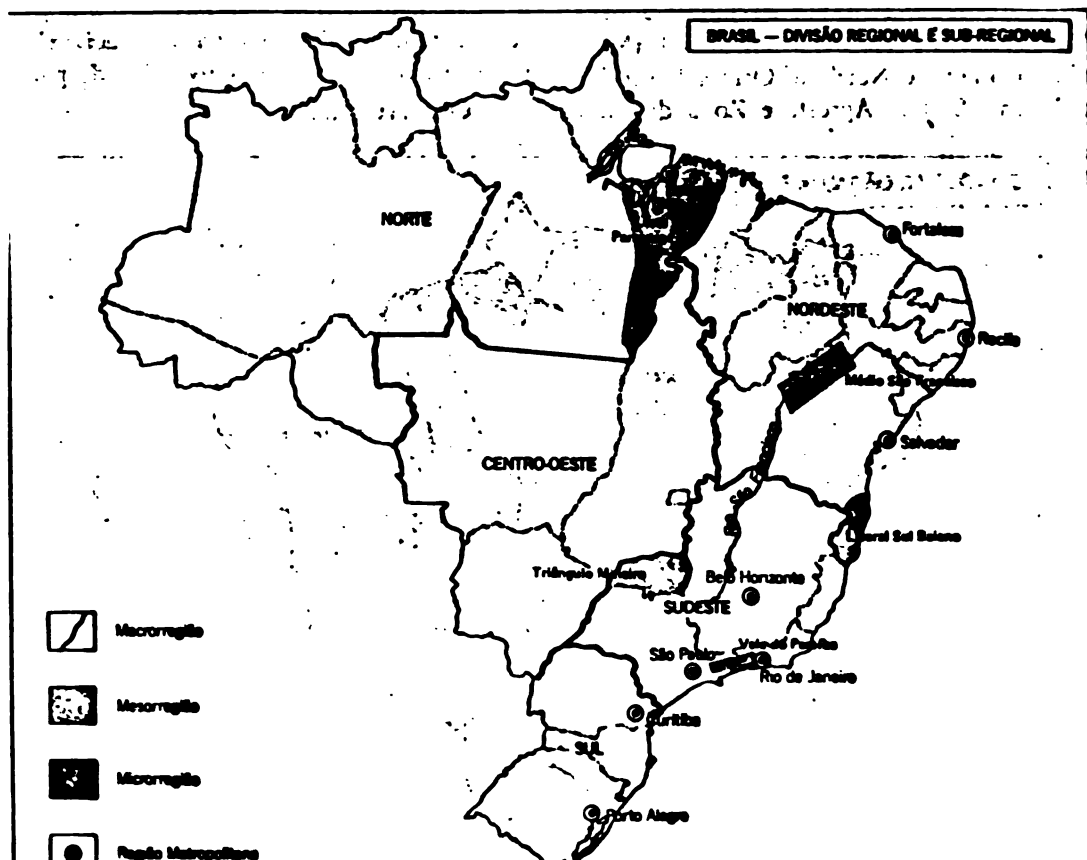
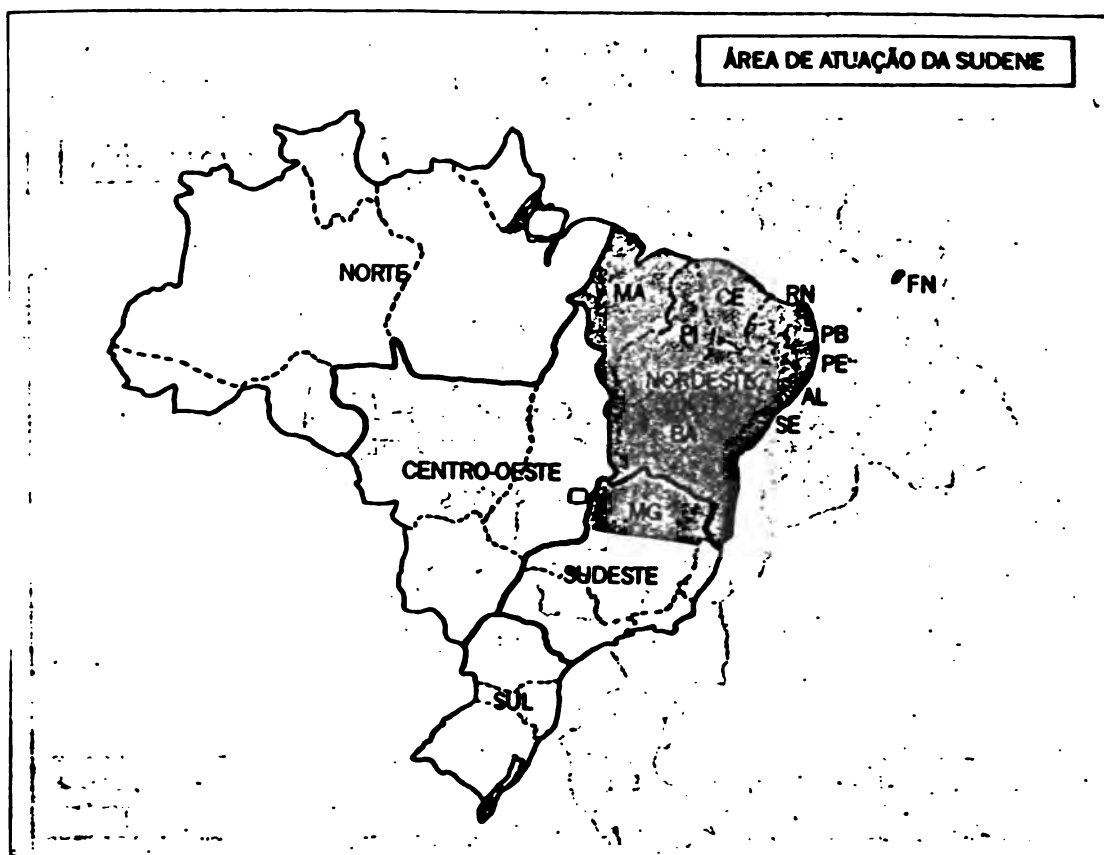
.SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste), criada em 1959, abrangendo toda a região nordeste mais o norte do estado de Minas Geras (área incluída no "Polígono das Secas"). Entre os órgãos e programas que a compõem encontramos o DNCOS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de áreas integradas no Nordeste) e o Projeto Nordeste.

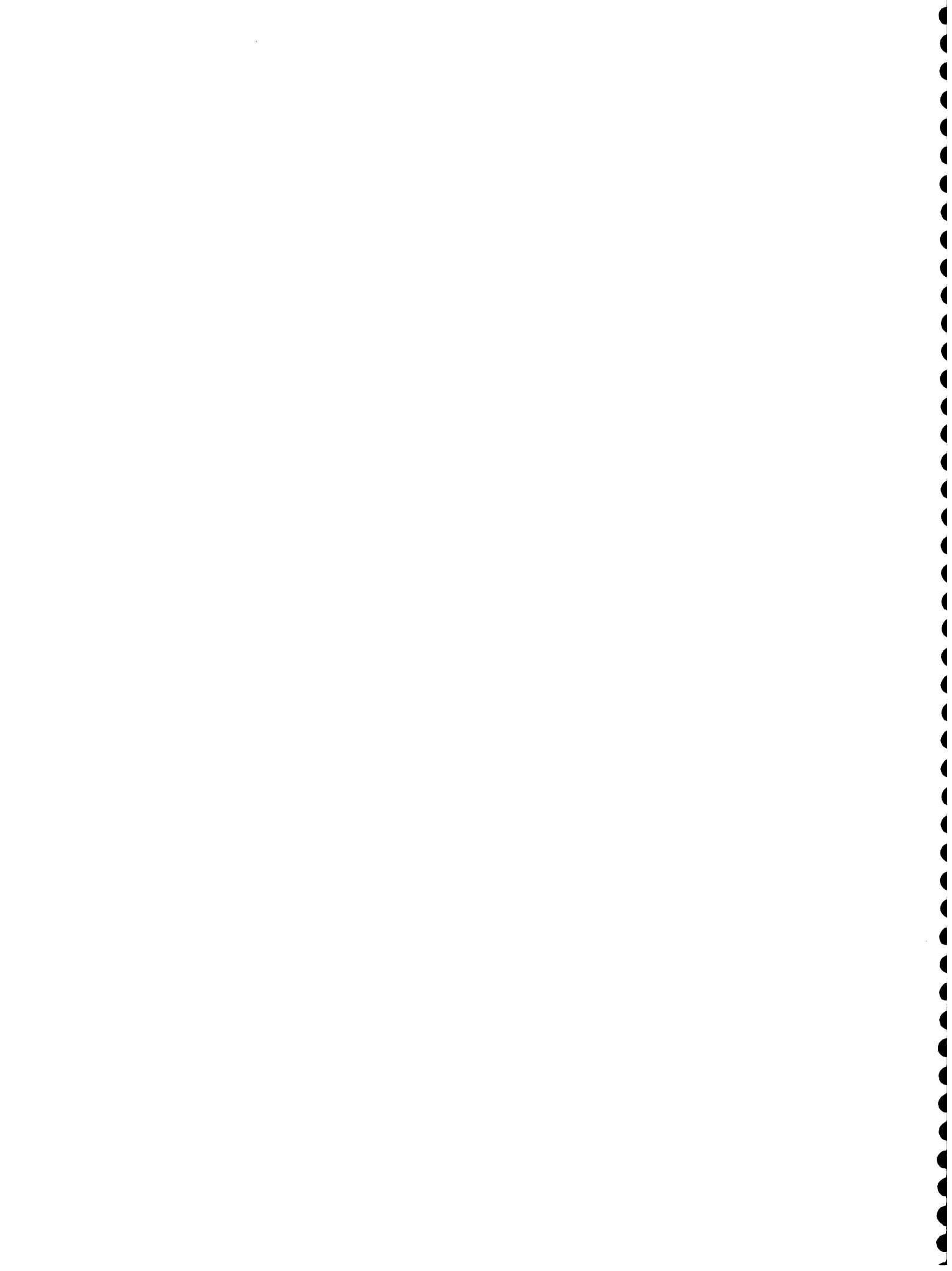
.SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), criada em 1966. Sua área de atuação é a chamada Amazônia Legal, que compreende toda a região norte mais Mato Grosso, Goiás (ao norte do paralelo de 13 graus) e Maranhão (ao oeste do meridiano de 44 graus). O governo militar dando prioridade à região criou o Banco da Amazônia e a Zona Franca de Manaus, estimulando o desenvolvimento industrial, comercial, agropecuário e turístico, através de incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Entre os programas mais significativos encontram-se o POLOAMAZÔNIA e o RADAM.

.SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste), criada em 1968. Sua área de atuação abrange toda









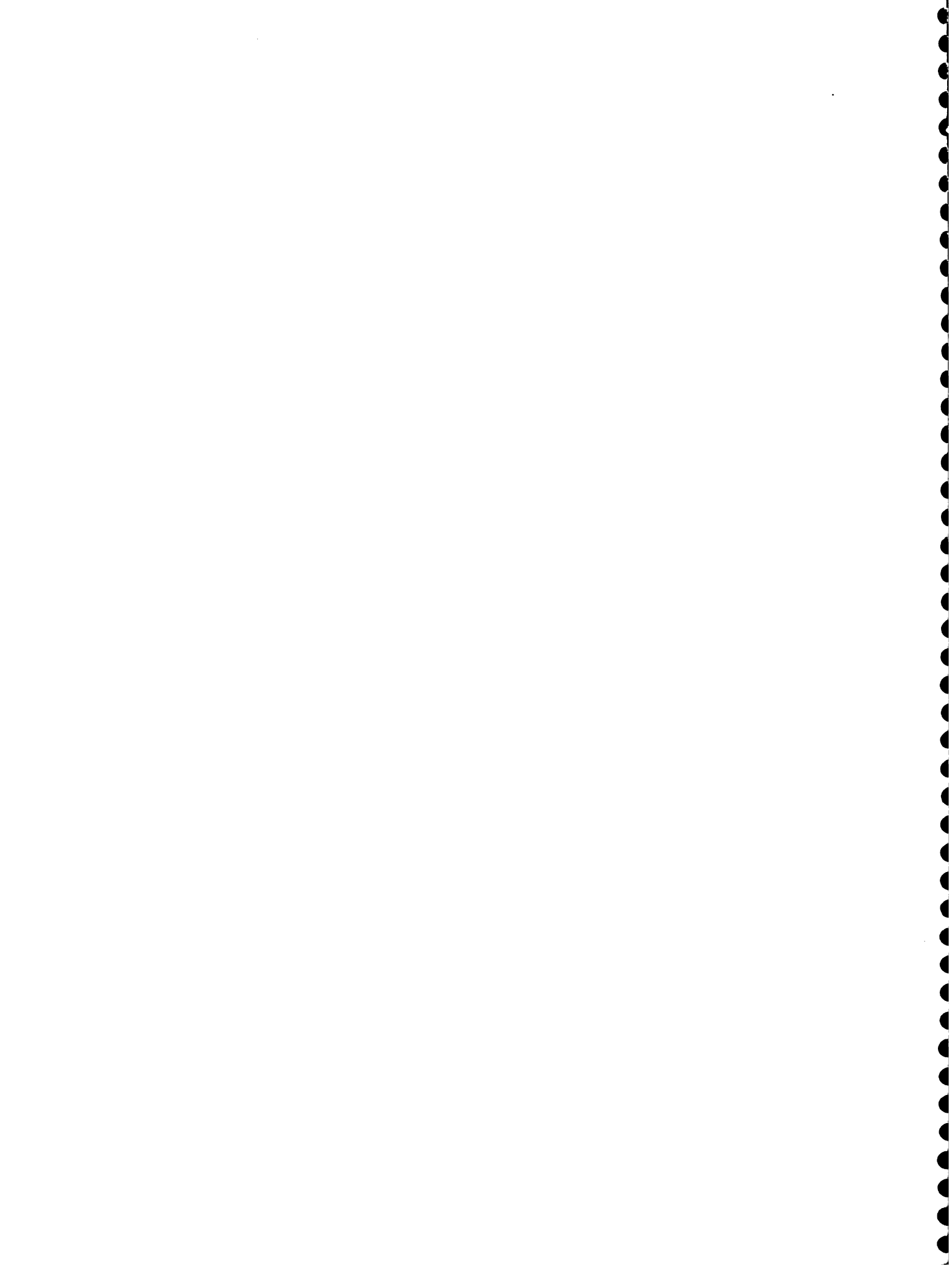
a região Centro Oeste,. Considerada a "nova fronteira" a Superintendência tem dado prioridade à exploração agropecuária dos "cerrados". Entre os programas mais significativos cabe destacar o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o (PRODESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

.SUDESUL (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul) criada em 1967, abrangendo toda a região sul. Por se tratar de uma região mais desenvolvida, os principais projetos foram de âmbito mais sectorial ou localizado, como o PRODOPAR (Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná) e o Projeto Sudoeste (Projeto de Desenvolvimento do Sudoeste de Rio Grande do Sul).

b) A divisão não oficial que atualmente se apresenta nos meios políticos e acadêmicos divide ao país em três grandes regiões:

.Amazônia, abrangendo 5.000.000 de km<sup>2</sup> coincidindo com a área de atuação da SUDAM. Pode ser caracterizada pelo predomínio do clima equatorial, da floresta e da bacia amazônica. Sua população é pequena e sua densidade muito baixa. A economia baseia-se no extrativismo vegetal e mineral e na agropecuária.

.Nordeste, compreendendo em torno de 1.500.000 km<sup>2</sup> coincidindo com quasi toda a atuação da SUDENE (com exceção do oeste do Maranhão). Pode ser caracterizada pela semi-aridez, pela repulsão populacional, pelo antigo povoamento, pelos contrastes naturais e socio-econômicos, apresentando a seguinte divisão: Nordeste Occidental (Maranhão e Piauí) e Nordeste Oriental (subdividido em Sertão, Agreste e Zona da Mata).



.Centro-Sul, com uma extensão de 2.000.000 km<sup>2</sup>, dois terços da população do país, abrange o centro sul de Goiás, o Mato Grosso do Sul e mais as regiões Sudeste e Sul. É a região onde se concentra a renda, a urbanização e o dinamismo, ainda que apresente diversos contrastes socio-econômicos em seu interior. Sua economia é predominantemente industrial e agropecuária, possuindo também destaque a mineração e o setor terciário.

## 2. A ECONOMIA BRASILEIRA E A CRISE

Segundo Delgado (1989), o comportamento da economia brasileira nos últimos anos reflete um contraste entre o desempenho dos anos 70 e os anos 80. Esse contraste estaria fortemente influenciado pelos efeitos recessivos provocados principalmente pelo estrangulamento das suas contas externas, e tem entre seus efeitos mais nocivos a deterioração das condições de vida da população, em especial com o aumento dos níveis de desemprego e da parcela da população que vive em estado de pobreza absoluta (sobretudo na região Nordeste).

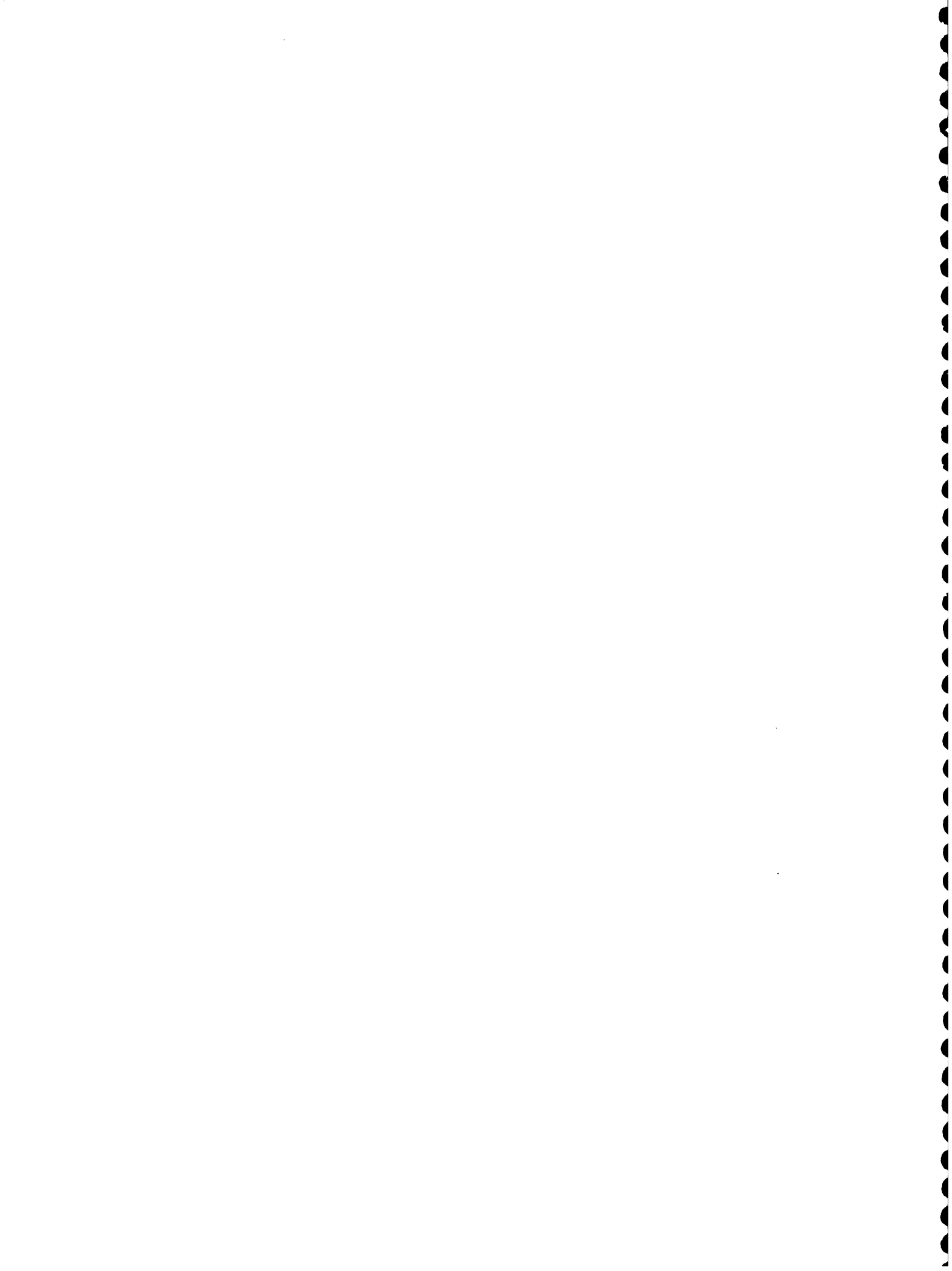
Se nos 70 o PIB per capita cresceu, em média a uma taxa de 6% a.a. (como já fizemos referência no capítulo anterior), no 80 manteve-se praticamente estagnado, tendo uma taxa real média de 1,4% a.a. entre 1980 e 1987.

Em termos setoriais -como aponta Delgado (1989)- o contraste é mais marcante. Ao mesmo tempo que o produto



industrial real, que tinha aumentado em média a 9,4% a.a. nos 70, descia para 2% a.a. nos 80, o produto agropecuário real conseguiu manter uma taxa de crescimento semelhante nas duas décadas, a um valor de 4% a.a..

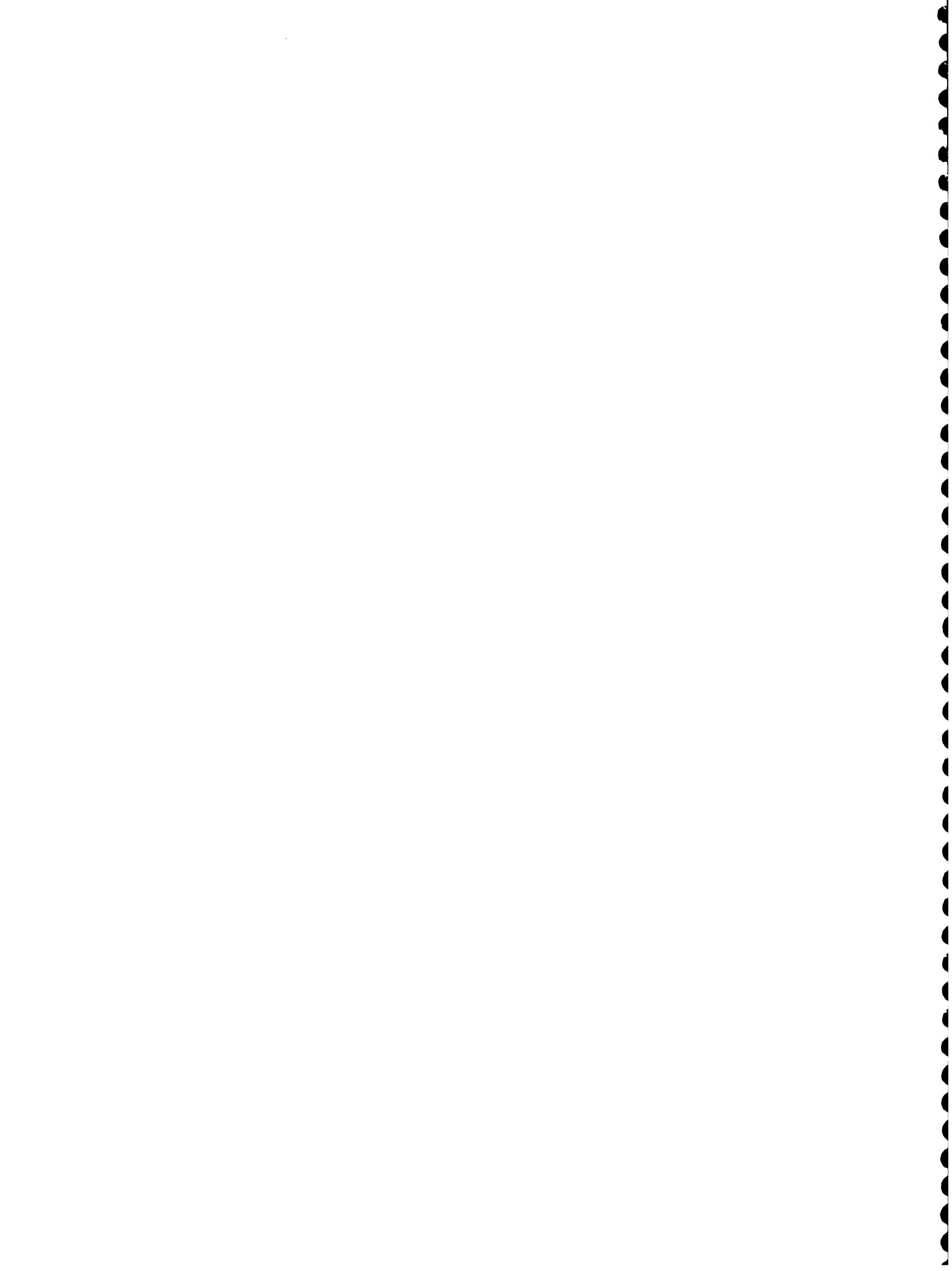
Após a primeira crise externa de 1973-1974 -que o governo tentou superar não através de políticas de ajuste, mas com um programa destinado a incentivar a estrutura produtiva industrial- as novas crises de 1979 e a de 1982, o leva a adotar, agora sim, medidas altamente contracionistas seguindo o modelo do FMI, encaminhando á economia para uma profunda depressão, com o crescimento do endividamento externo, da remessas de juros, da dívida interna e da taxa inflacionária. Em 1984, principalmente em função das exportações, a economia retoma o crescimento industrial, situação que logra se manter até 1986, estimulada por um plano econômico "heterodoxo", o \_"Plano Cruzado". Com o fracasso da política aintinflacionária e o desacelramento da economia desde 1987 até hoje, a situação econômica apresenta características críticas, devido à impotência para enfrentar a dívida pública, interna externa, a perda da capacidade de financiamento, a falta de definição de uma política agrícola sostenida, e de um programa de inversões industriais que viabilize a retomada do crescimento e modernização do setor industrial (Delgado, 1989). É nesse contexto que ganha novos significados não só a "crise do Estado", mas também as atuais desigualdades e desequilíbrios econômicos, sociais e demográficos, e suas possíveis tendências.





Brasil, com uma população de aproximadamente 120.000.000 milhões de pessoas, possuía em 1980 uma densidade de apenas 14 hab/km<sup>2</sup>. Dois terças partes da mesma residia em áreas urbanas, e mais de uma quarta parte era menor de 10 anos. O nível de renda aponta para um profundo desequilíbrio e uma situação de extrema pobreza de uma grande parcela da população. Com uma renda média que alcançou os US\$ 2.500, 40% de sua população economicamente ativa obtinha rendimentos inferiores a US\$ 50 mensais. Os indicadores sociais reforçam a avaliação crítica: índice de mortalidade infantil, em 1980 de 92 por mil nascidos vivos, e uma taxa de analfabetismo, na população menor de 15 anos, de 26%.

O nível dos desequilíbrios econômicos e sociais se agudiza ao regionalizar os indicadores. Como aponta Miranda (1985), ao mesmo tempo que a região Sudeste (que inclui o estado de São Paulo) possuía 59,9% da renda interna, as regiões Norte e Centro-Oeste, em conjunto, detinham apenas 5,3%. A concentração é maior na distribuição da Renda Interna gerada pelo setor secundário: a região Sudeste tinha 61,7%, as Norte e Centro-Oeste em conjunto, apenas 1,5%, e a região Nordeste com quase 30% da população participa em apenas 4,4% na geração da renda do setor. No que toca à renda interna por habitante na região Sudeste, o nível da mesma é 50 vezes maior do que o conjunto do Brasil, enquanto três regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) possuem uma renda inferior à renda média do Brasil. Entre todas, a região Nordeste é a mais pobre, com uma renda interna por habitante equivalente a 40% da renda média do Brasil, e quatro vezes inferior à renda da região Sudeste.

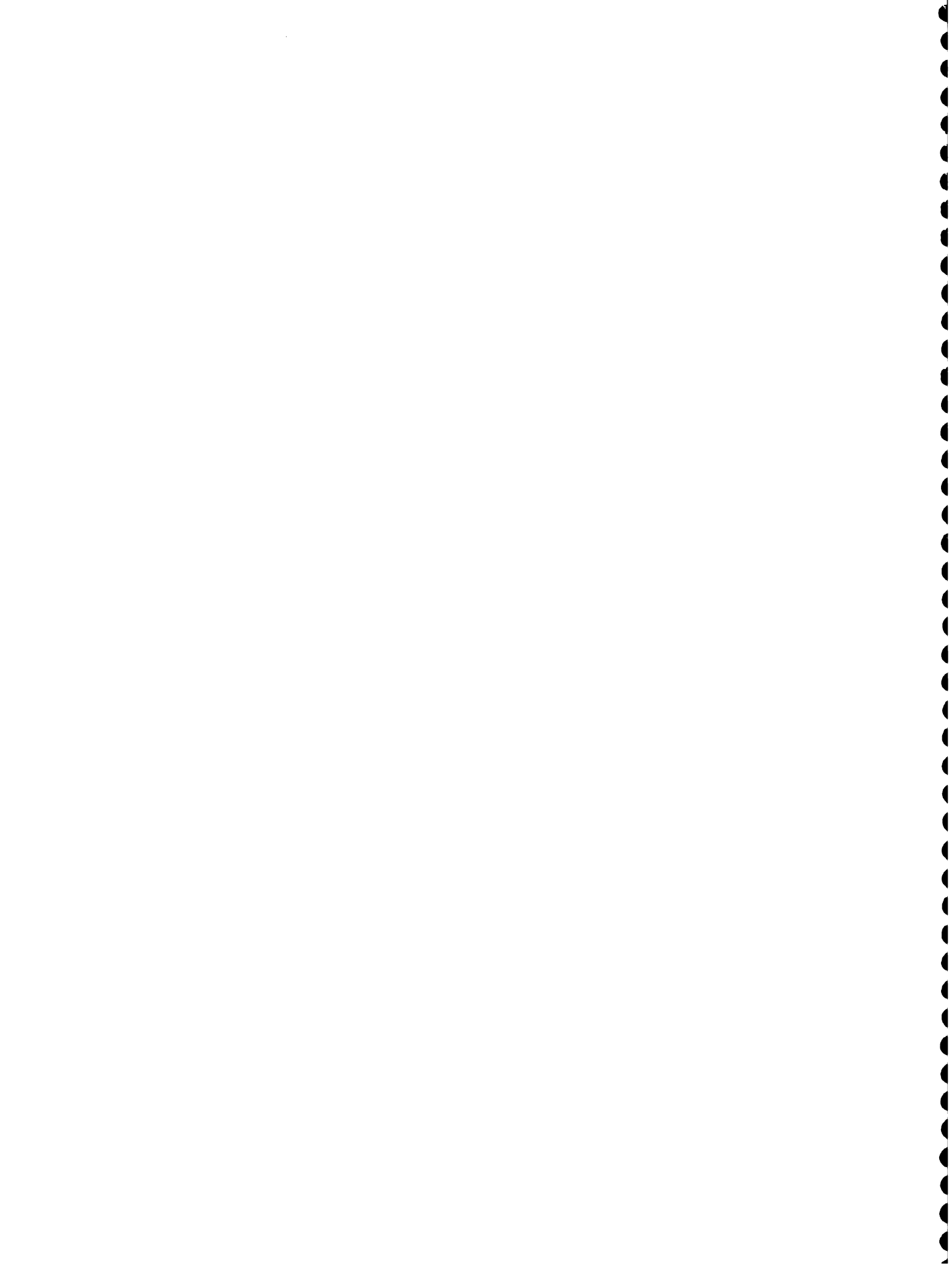


### 3. A AGRICULTURA, A CRISE E A QUESTÃO FUNDIÁRIA.

No que toca especificamente ao setor agrícola apontávamos a manutenção das taxas de crescimento do produto agropecuário real em média nas duas últimas décadas de 4% a.a.. Especialmente, no 70, o setor passou por um intensivo processo de modernização (caracterizado como de "modernização conservadora", em função do seu caráter extremamente concentrador), fundamentado no "tripé" do "crédito/pesquisa/extensão". A intensiva e seletiva política de crédito, articulada ao desenvolvimento de um complexo agroindustrial e à conjuntura externa que favorecia a exportação de commodities agrícolas (como já apontamos anteriormente, seguindo a Delgado, 1989), encontram-se entre as causas fundamentais dessa modernização.

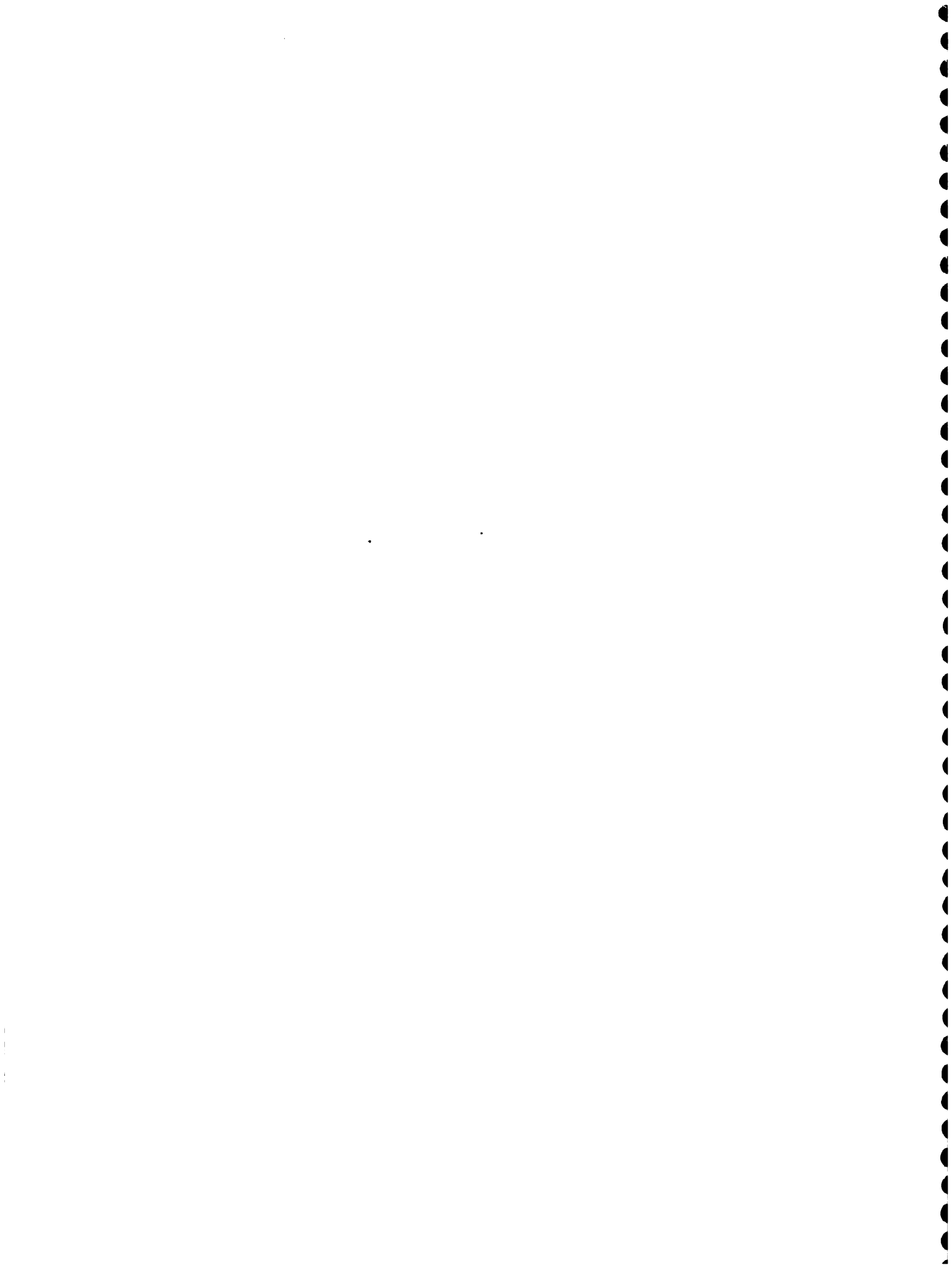
Como resultado agudizaram-se os desequilíbrios e desigualdades, por ser levada a cabo sem modificar a estrutura agrária vigente. Assim aumentaram os desequilíbrios entre a produção para a exportação e os de consumo interno; se reforçou a concentração da produção no Centro-Sul, e aumentou o processo de expulsão de mão de obra e a expropriação camponesa, agudizando-se os conflitos e a violência no campo.

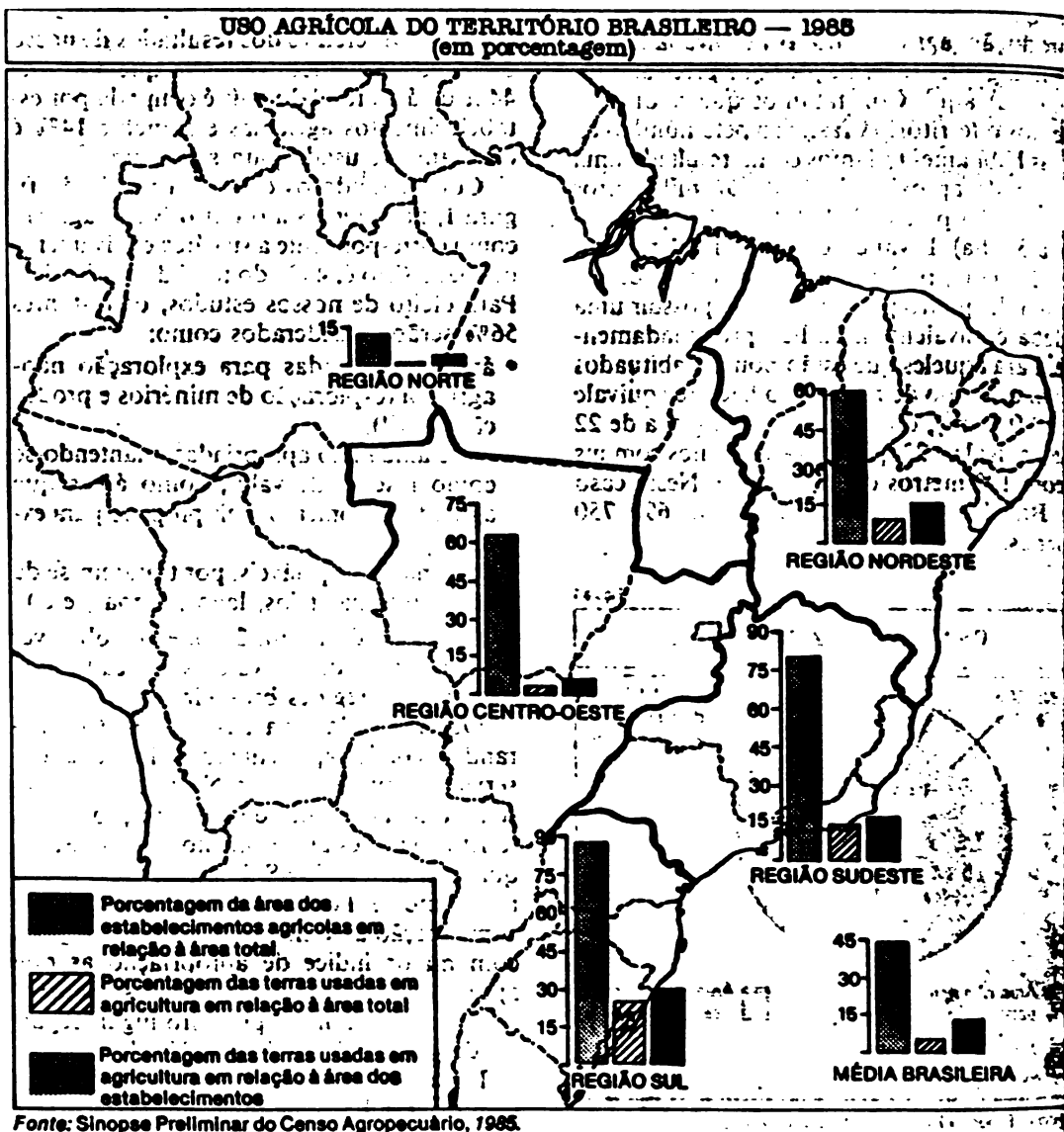
Durante os 80, os dados permitiriam falar da manutenção do processo de modernização, conseguindo contornar os efeitos da crise, apesar da redução do crédito agrícola e da eliminação de

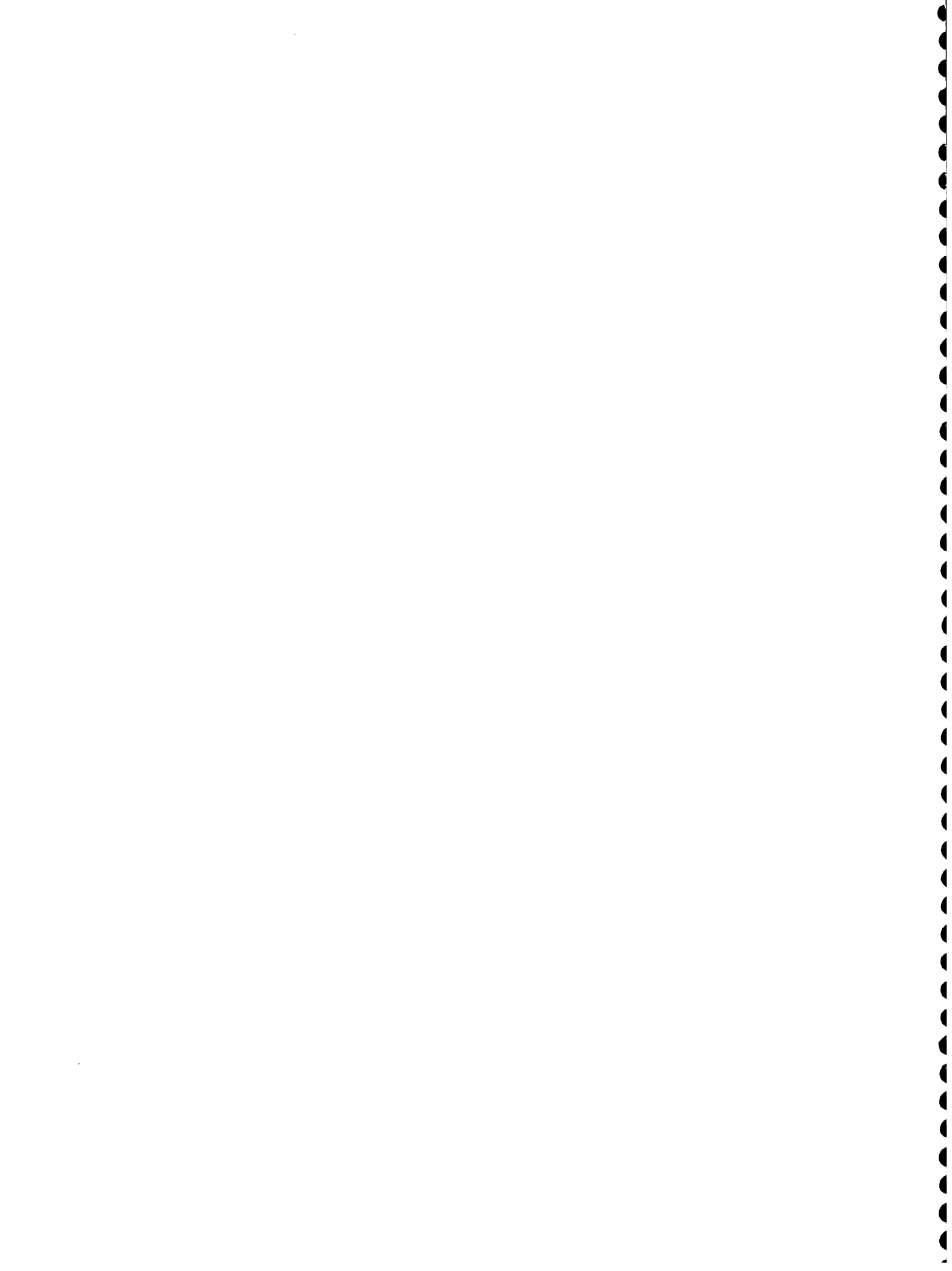


ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL — 1965							
		BR	N	NE	SE	S	CO
Total de estabelecimentos		5 834 779	499 775	2 817 908	998 907	1 201 903	316 285
Total da área (ha)		376 286 577	44 884 354	91 986 505	73 614 727	48 713 066	117 086 323
Área média		65,0	101,8	32,6	73,7	40,5	370,2
2 - 10 ha	Estabelecimentos (%)	52,9	33,1	70,5	25,9	42,0	22,5
	Área (%)	2,7	1,4	5,4	2,2	5,0	0,3
20 - 100 ha	Estabelecimentos (%)	37,1	49,9	23,8	49,9	52,1	39,9
	Área (%)	18,5	20,6	23,2	23,4	34,0	4,6
100 - 1 000 ha	Estabelecimentos (%)	8,9	15,9	5,1	13,4	5,4	30,7
	Área (%)	35,1	30,2	39,3	46,7	35,9	25,9
1 000 - 10 000 ha	Estabelecimentos (%)	0,8	0,08	0,4	0,8	0,5	6,3
	Área (%)	28,8	21,1	23,2	23,0	21,6	42,8
+ 10 000 ha	Estabelecimentos (%)	0,03	0,05	0,01	0,01	0,01	0,4
	Área (%)	15,0	26,7	8,9	4,8	3,4	26,5

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário — 1965.









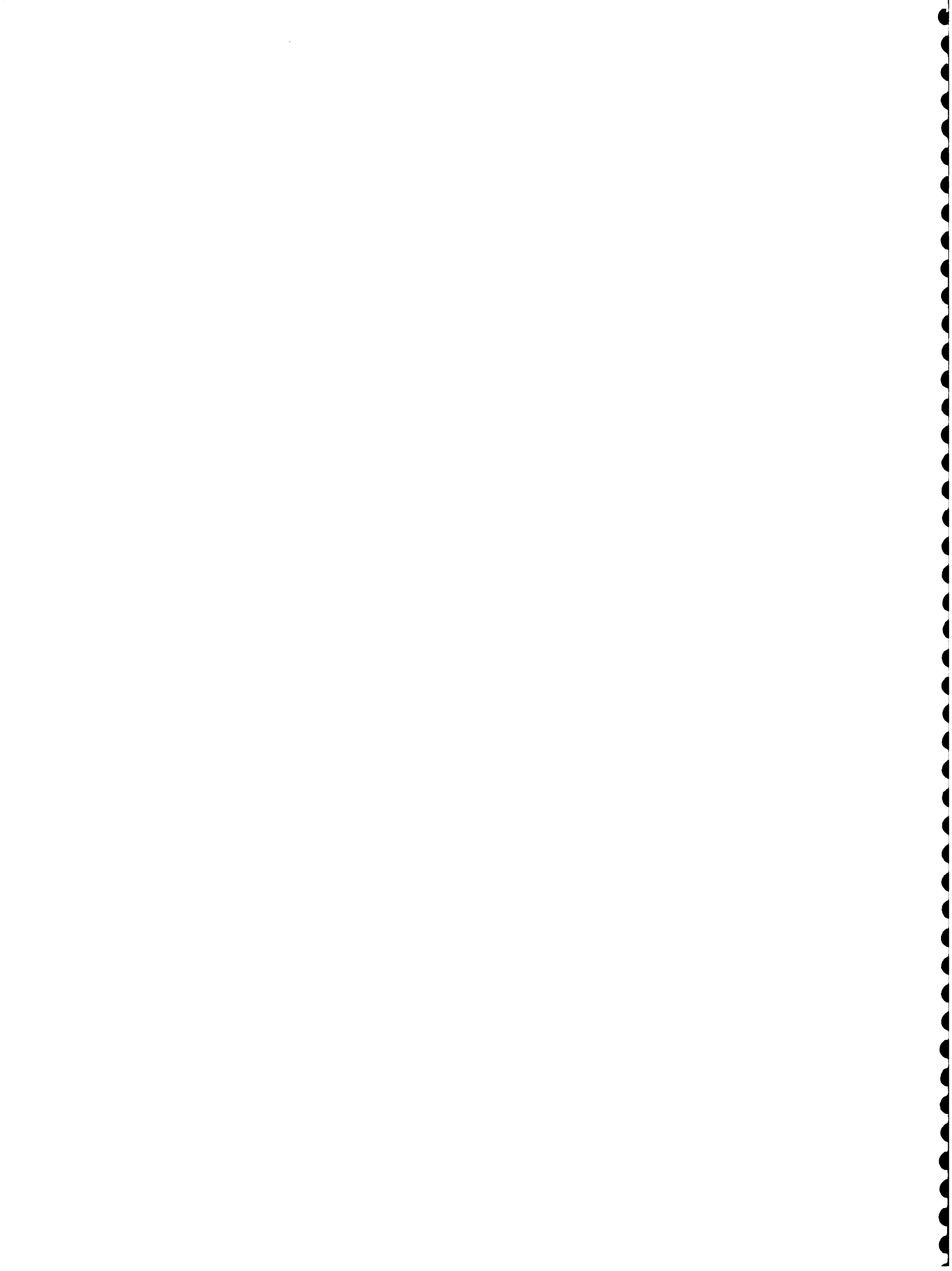
varios subsídios. Dessa forma, continuou a ocupação do Centro-Oeste e a expansão agroindustrial, crescendo tanto a produção para exportação como a produção de alimentos. Paralelamente agudizaram-se tanto os desequilíbrios regionais, em benefício do Centro-sul, como também a violência e a quantidade de conflitos agrários.

Alguns indicadores desses desequilíbrios e desigualdades poderiam ser apontados. Segundo dados de 1985, somente o 44% da área total do país é ocupada por estabelecimentos agrícolas, e 14% efetivamente usada para a lavoura. São as regiões com maior índice de apropriação as que apresentam melhor índice de aproveitamento agrícola: o Sul, seguido pelo Sudeste e o Nordeste. O 52,9% dos estabelecimentos possuem área inferior a 10has, cobrindo 2,7% do total do Brasil agrícola. Na outra ponta, somente 0,03 dos estabelecimentos têm área superior a 10.000 has, cobrindo 15% do total da área. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários é generalizada para todas as regiões, mas algumas delas apresentam um quadro mais evidente:

.o Nordeste, que é a região de maior concentração de minifúndios, com 70,5% de estabelecimentos com menos de 10 has;

.o Centro-Oeste, a "nova fronteira" apresenta-se como o primeiro colocado em latifúndios, sendo que 6,7% dos estabelecimentos (superiores a 1000 has.)cobrem uma área de 69,3% do total já apropriado.

Assim a área média dos estabelecimentos do Nordeste é de 32,6 has., enquanto no Centro-Oeste sobe para 370,2 has. mas

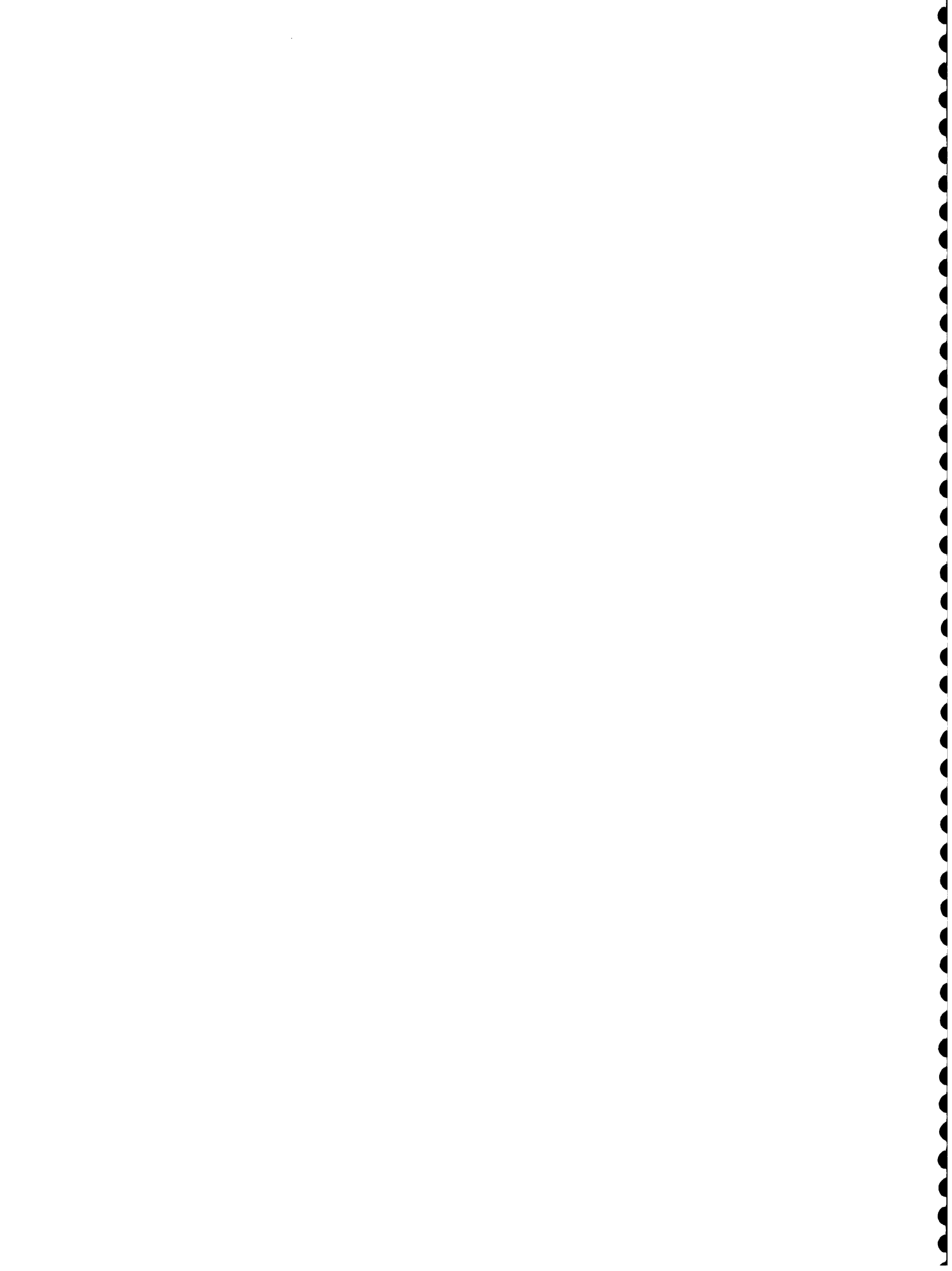


PRODUÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA NO BRASIL POR REGIÃO — 1984					
Região	A Bovinos	B Vacas ordenhadas	C % sobre o total	D Leite (1 000 litros)	E Média vaca/litro
Norte	5 946 755	705 951	1,18	273 754	390
Nordeste	21 692 937	3 030 895	13,97	1 447 929	480
Sudeste	34 987 624	7 485 143	21,39	6 163 462	820
Sul	24 272 484	2 470 355	10,18	2 624 991	1 060
Centro-Oeste	40 754 797	3 050 566	7,48	1 422 770	470
Total	127 654 597	16 742 910	13,12	11 932 908	710

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — 1985.

PECUÁRIA — DISTRIBUIÇÃO DO GADO POR REGIÃO (total de cabeças)							
Região	1920		1960		1985		Incremento 1920 - 1985
	Total de cabeças	% sobre o total	Total de cabeças	% sobre o total	Total de cabeças	% sobre o total	
Norte	810 669	2,5	1 234 882	2,2	5 358 578	4,2	6,61 vezes
Nordeste	6 665 759	20,8	11 555 757	20,7	22 286 538	17,5	3,34 vezes
Sudeste	9 872 907	30,9	20 839 801	37,3	35 661 008	27,9	3,61 vezes
Sul	9 105 811	28,5	11 678 003	20,9	24 742 108	19,4	2,72 vezes
Centro-Oeste	5 531 535	17,3	10 532 835	18,9	39 594 876	31,0	7,16 vezes
Total	31 986 681	100,0	55 841 278	100,0	127 643 104	100,0	3,99 vezes

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário — 1985.

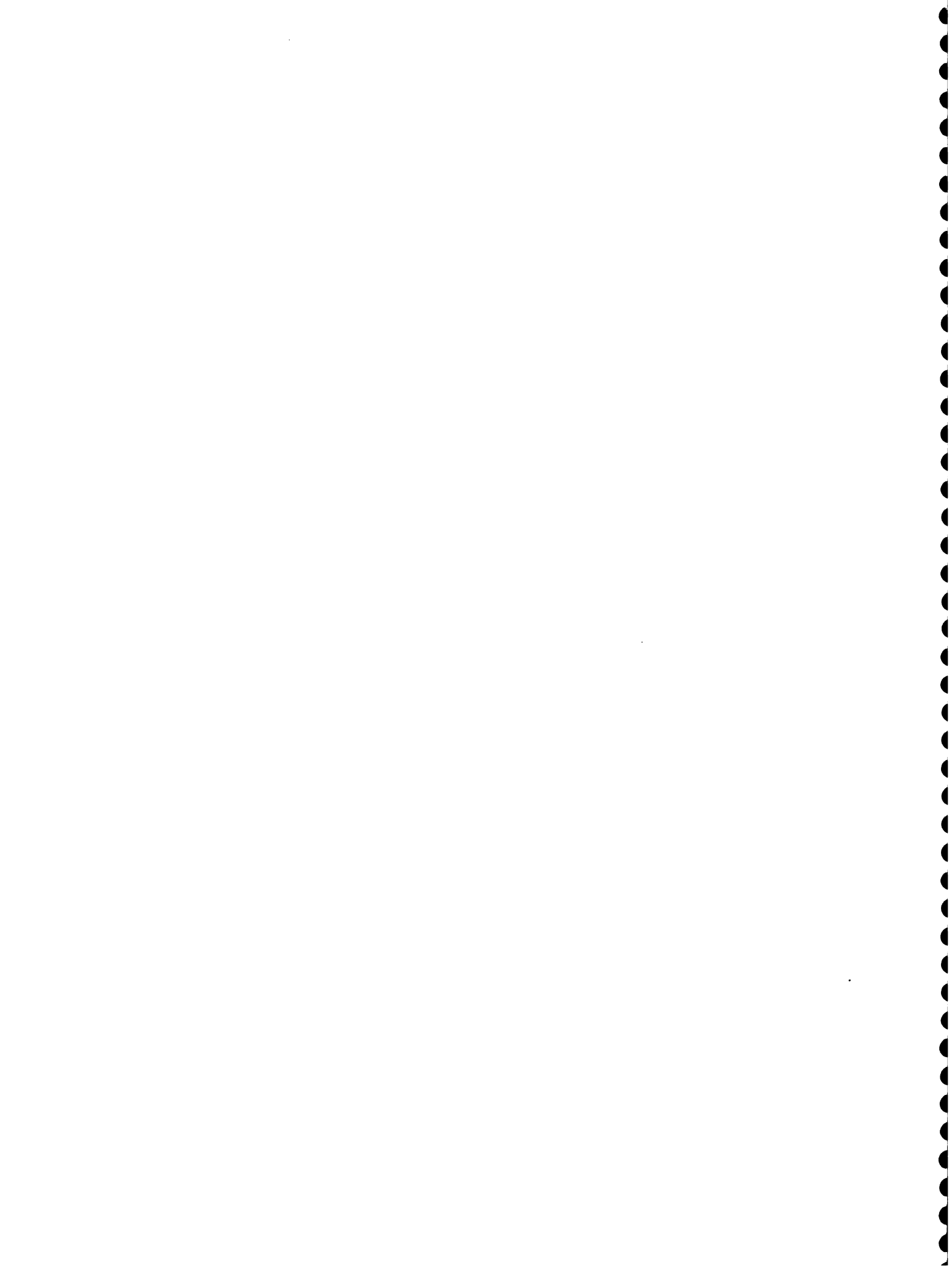


MÉDIA DE CABEÇAS DE GADO POR HECTARE POR CLASSE DE ESTABELECIMENTO (1986)						
	Média geral	- 10 ha	10 a - 100 ha	100 a - 1 000 ha	1 000 a - 10 000 ha	+ 10 000 ha
BR	0,34	0,34	0,47	0,45	0,35	0,14
N	0,11	0,21	0,11	0,13	0,17	0,07
NE	0,32	0,46	0,31	0,25	0,17	0,06
SE	0,48	0,50	0,57	0,52	0,38	0,09
S	0,51	0,58	0,45	0,56	0,56	0,10
CO	0,34	0,49	0,56	0,45	0,34	0,17

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário - 1986.

RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A QUANTIDADE DE CABEÇAS DE GADO E OS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - 1986 (por classe de estabelecimento)						
	Total de cabeças	% de cabeças de gado bovino sobre o total de cada região				
		- 10 ha	10 a - 100 ha	100 a - 1 000 ha	1 000 a - 10 000 ha	+ 10 000
BR	127 643 292	3,8	21,9	41,2	27,4	5,7
N	5 358 578	2,4	18,4	32,9	31,6	14,7
NE	22 286 726	10,3	29,7	41,3	16,5	2,0
SE	35 861 006	2,3	27,7	50,7	18,4	0,9
S	24 742 106	5,8	30,4	39,3	23,9	0,6
CO	39 594 876	0,4	7,4	34,8	43,4	13,9

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário - 1986.



**RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A ÁREA  
DOS ESTABELECIMENTOS E A  
ÁREA DE LAVOURA NO BRASIL — 1985**

	Área total dos estabelecimentos	% da área da lavoura sobre o total da área de cada classe					Média sobre o total
		- 10 ha	10 a - 100 ha	100 a - 1 000 ha	1 000 a - 10 000 ha	+ 10 000 ha	
BR	376 286 577	65,4	28,1	13,4	5,9	2,3	13%
N	44 884 354	46,8	10,9	4,0	1,2	0,5	4%
NE	91 986 505	68,0	23,3	4,6	6,8	4,4	15%
SE	73 614 727	57,0	28,4	16,4	11,6	4,5	18%
S	48 713 066	69,4	45,6	23,5	10,7	6,9	30%
CO	117 066 323	73,6	21,0	10,3	5,3	1,9	6%

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário — 1985.

**QUANTIDADE MÉDIA DE HECTARES  
POR TRABALHADOR — 1985**

	Total de pessoal ocupado	10 ha	10 a - de 100 ha	100 a - 1 000	1 000 a - 10 000	+ 10 000
BR	23 273 517	1,08	7,54	35,13	128,97	416,44
N	2 230 203	0,94	8,31	34,69	191,22	736,91
NE	10 374 772	0,85	7,07	29,41	97,32	332,96
SE	4 740 153	1,51	8,06	28,31	63,19	76,86
S	4 463 185	1,67	6,71	41,99	101,96	195,09
CO	1 465 195	1,60	10,57	60,11	249,89	769,49

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário — 1985.

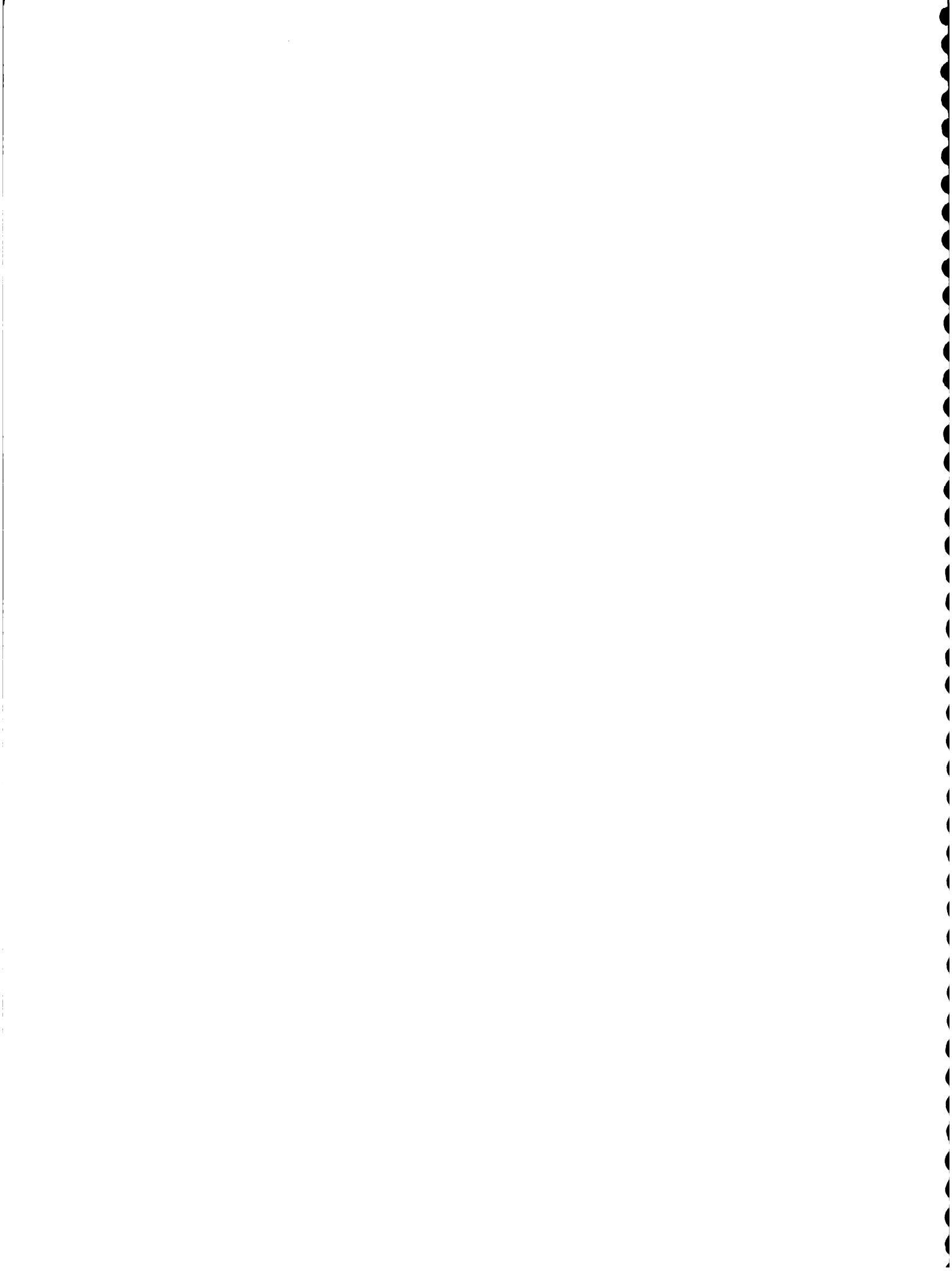




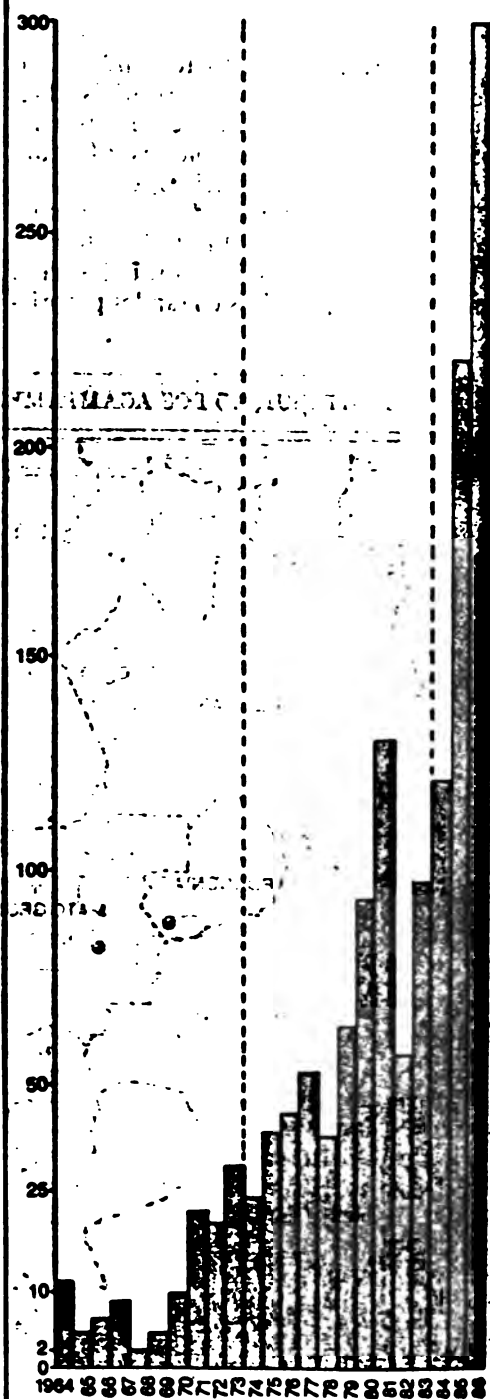
ambas regiões se assemelham no que diz respeito ao baixo índice de aproveitamento agrícola (Nordeste com 45% e o Centro-Oeste com 6%), muito distantes da região sul, a qual possui um índice aproximado de 30% para a lavoura. São os minifúndios os estabelecimentos que tem a maior parte de sua área dedicada à lavoura: as pequenas propriedades dedicam 65,4% de sua área à produção agrícola, enquanto os grandes latifúndios (com mais de 10.000 has) dedicam somente 2,3%.

O destino para pecuária dessas grandes propriedades, comunmente exacerbado nos discursos corporativos, não parece ser tão certo segundo se pode inferir dos dados. A maior parte do gado bovino encontra-se em estabelecimentos de tamanho inferior a 1000 has, com exceção do Centro-Oeste, que possui mais de 50% de seu gado nos estabelecimentos com mais de 1000has. Em termos regionais, o Nordeste, o Sudeste e o Sul têm mais cabeças de gado bovino nas propriedades com menos de 10 has que nas maiores de 10.000 has.

Assim os estabelecimentos com menos de 10 has usam 65,4% de suas terras para lavoura e possuem 0,34 cabeças de gado por ha., enquanto os estabelecimentos com mais de 10.000 has. usam 2,3% das terras para lavoura e possuem 0,14 cabeças de gado por ha.. A improdutividade das grandes propriedades é só um aspecto da questão, já que, paralelamente encontra-se uma verdadeira relação inversa entre o tamanho da propriedade e o consumo da força de trabalho. As propriedades com menos de 10 has. usam, em média um trabalhador cada 1,08 ha.. Esse número vai sofrendo um acréscimo constante até atingir a média de um trabalhador



**MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA  
(1964 a 1986)**



Fonte: Ariovaldo U. de Oliveira. A geografia das lutas no campo. São Paulo, Contexto/Edusp, 1988.

**PESSOAS MORTAS EM CONFLITOS DE TERRA em todo o Brasil (no Brasil — 1986)**

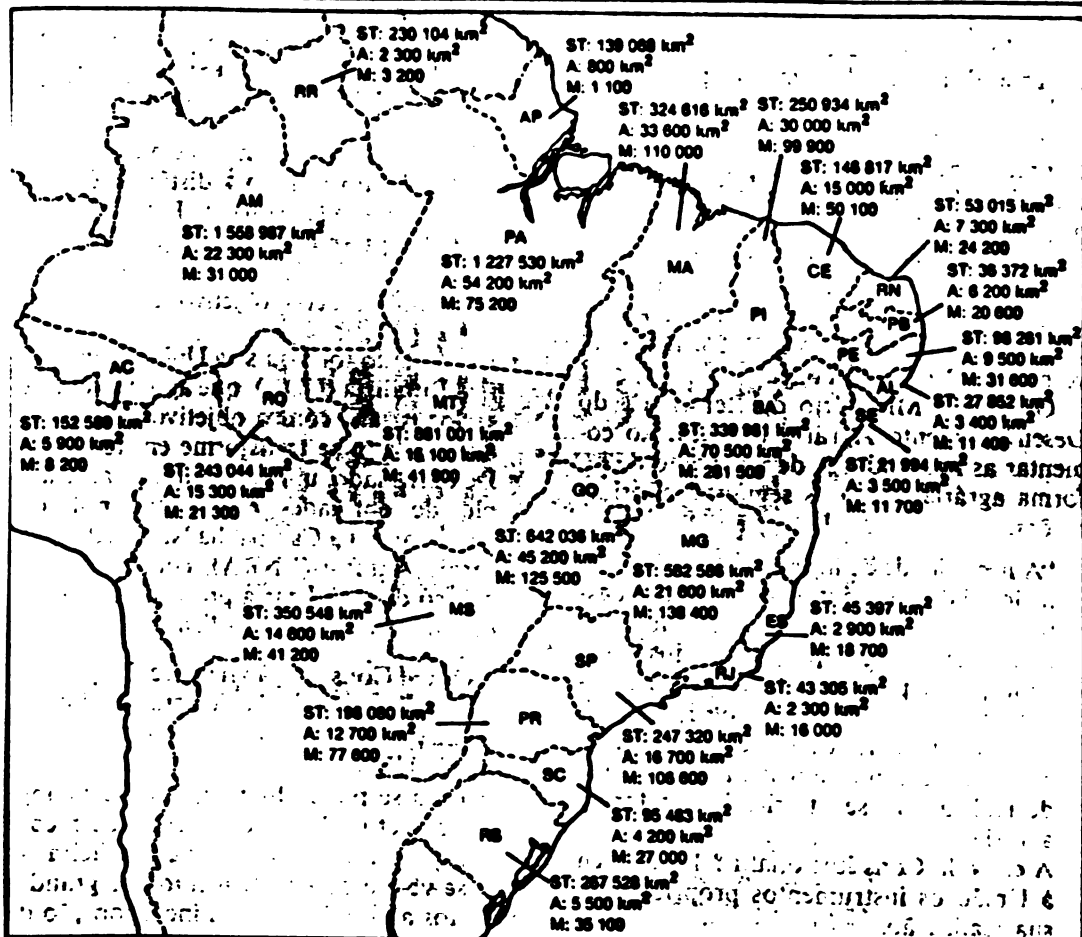
Atividade profissional	Número
Trabalhadores rurais	188
Garimpeiros	4
Índios	8
Proprietários e pretensos	4
Empregados de fazenda	14
Pistoleiros	24
Clérigos	3
Advogados	4
Policiais	4
Comerciantes	1
Profissão não identificada	7
<b>Total</b>	<b>261</b>

Nota: Do número total, 258 constituem assassinatos e 3 suicídios após tortura ou violência sexual.

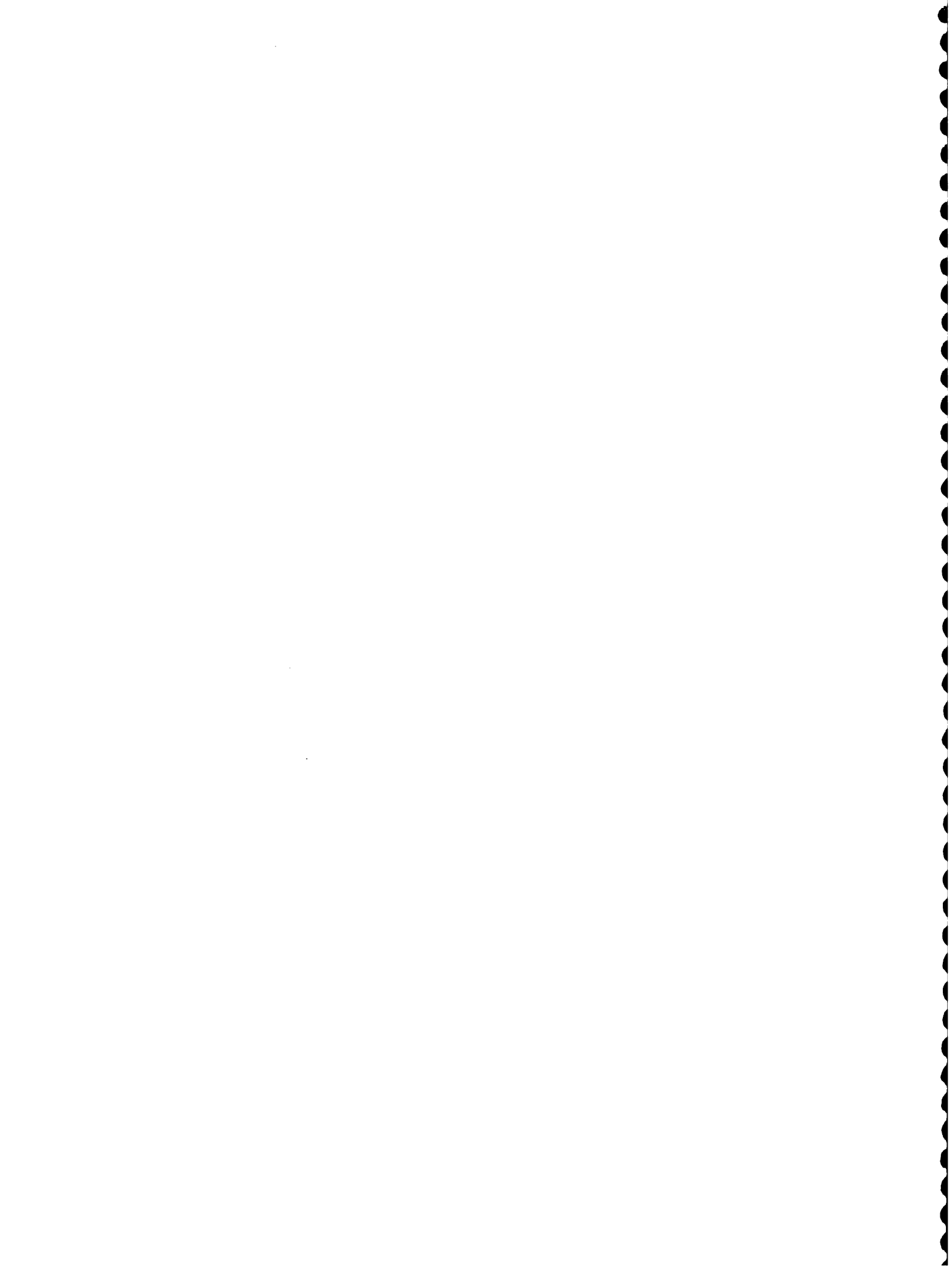
Fonte: Conflitos de Terra, v. 1.



**PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA — PROPOSTA DO MIRAD PARA  
DESAPROPRIAÇÃO E ASSENTAMENTO**



ST: Superfície territorial da unidade da Federação  
 A: Área necessária para assentamento (1985-1988)  
 M: Metas (famílias beneficiárias) (1984-1988)

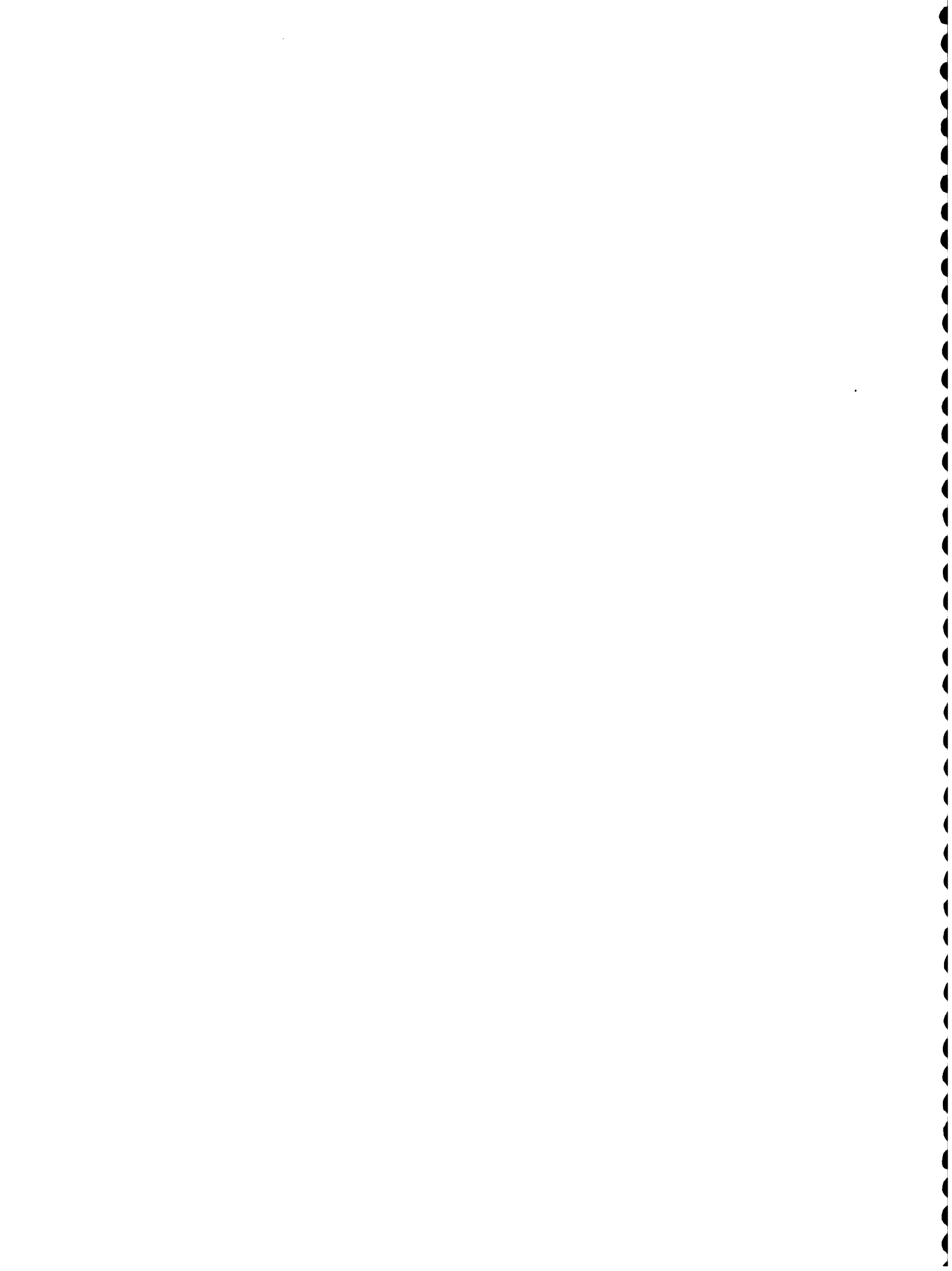


para 416,44 has. nas grandes propriedades.

A média brasileira das pequenas propriedades (um trabalhador para cada 1,08 has) não sofre muita variação de região para região. Mas no que toca às grandes propriedades, encontramos que no Sudeste há um trabalhador para 76,86 has., enquanto no Centro-Oeste é preciso 769,49 has. para gerar um emprego. Assim o latifúndio brasileiro, seguindo a tendência geral, junta improdutividade e absorção mínima de mão de obra, com o agravante de impulsionar a violência contra os camponeses. No ano de 1985, segundo dados oficiais do Ministério da Reforma Agrária, (MIRAD), aconteceram 261 mortes por conflitos de terras, sendo que o 72% delas corresponde a trabalhadores rurais.

#### 4. O CAMPESINATO NO BRASIL

Diferentemente do que ocorre na grande maioria dos países latino-americanos, o Brasil não conta com um setor camponês que possa ser clara - e consensualmente - identificável, localizado em regiões determinadas ou vinculado a produções específicas. Seguindo a Silva (1985), Beskow (1979) e Goodman (1986), poderíamos dizer que devido tanto à extensão territorial, a diversidade e heterogeneidade das configurações regionais, e principalmente forma especial que assumiu o desenvolvimento engenfrada pelo capitalismo, a produção camponesa se faz presente nas mais diversas regiões e setores produtivos agrícolas.



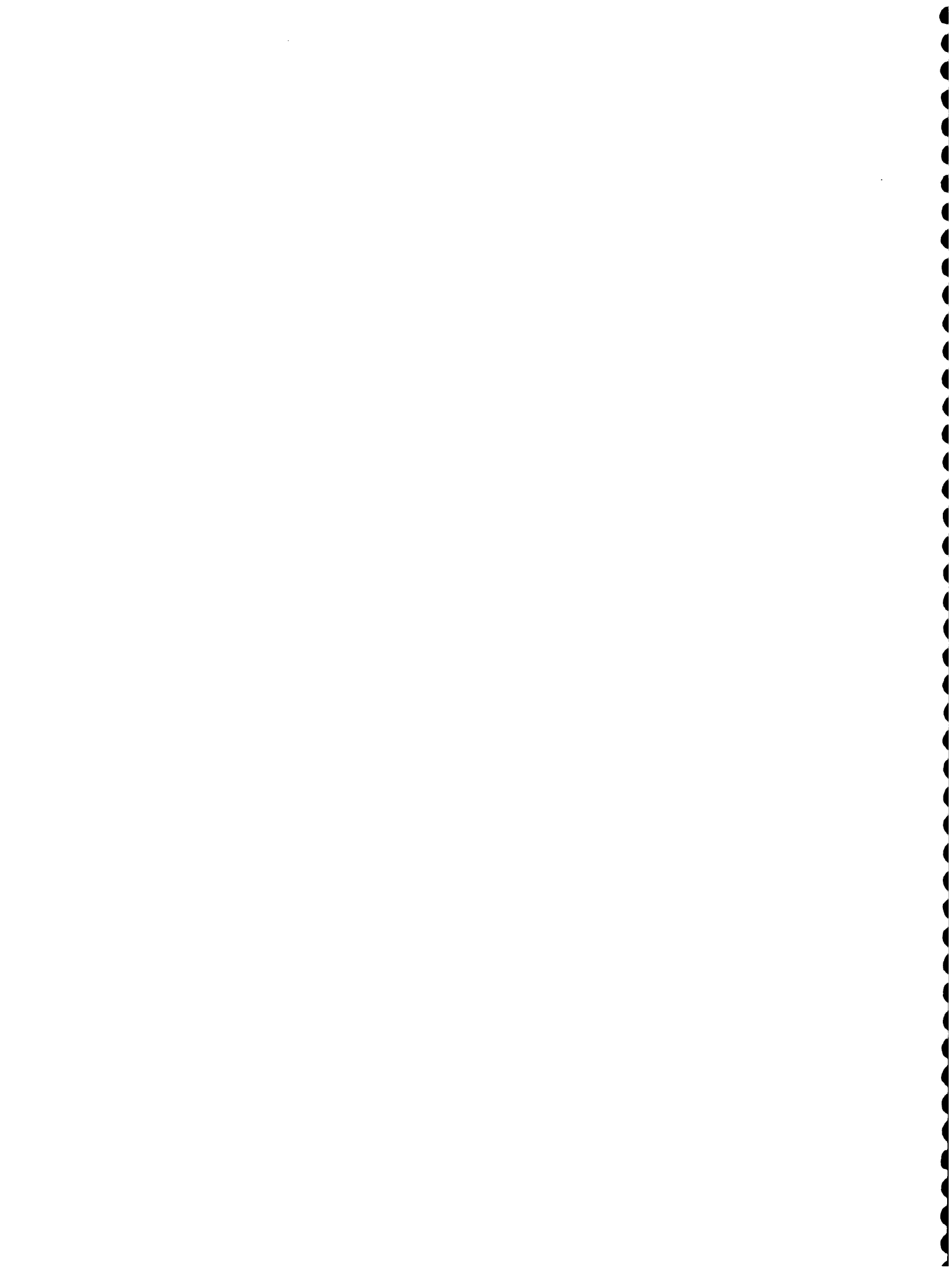


Esta grande variabilidade formal e, inclusive funcional (Silva, 1985) do camponato, dificulta a sua caracterização em conjunto. Ao mesmo tempo, torna-se impossível a extensão de características de um dos "camponato" para os outros (no Brasil, os especialistas da produção camponesa preferem falar de "camponato" no plural, ver Sigaud, 1988 e Herédia, 1987). Paralelamente as características agrícolas brasileiras não aportam informações rigorosas sobre o setor camponês. Concretamente, classificam invariavelmente as unidades investigadas em termos da superfície cultivada e pelo valor da produção o que impede uma análise aprofundada em termos qualitativos.

Independente destes problemas metodológicos o que é inelucível é a presença de uma diversidade de formas de pequena produção camponesa como o "morador" o "agregado" o "colono", o "posseiro", o "parceiro" o pequeno arrendatário, e o camponês proprietário, entre outros, si bem que todos eles trabalham para o capital representado pela agricultura de exportação, a agroindústria e o capital comercial, não tem perdido totalmente a posse dos meios de produção, ou seja, todos tem acesso à terra na qual cultivam produtos agrícolas, utilizando mão-de-obra familiar (Silva, 1985).

Segundo Beskow (1979) poderíamos distinguir devido à penetração desigual do capitalismo no campo, três grandes formas que assume a pequena produção no país:

a) Formas subordinadas a grande propriedade nas quais o excedente se extrai por meio do pagamento que o "parceiro" faz

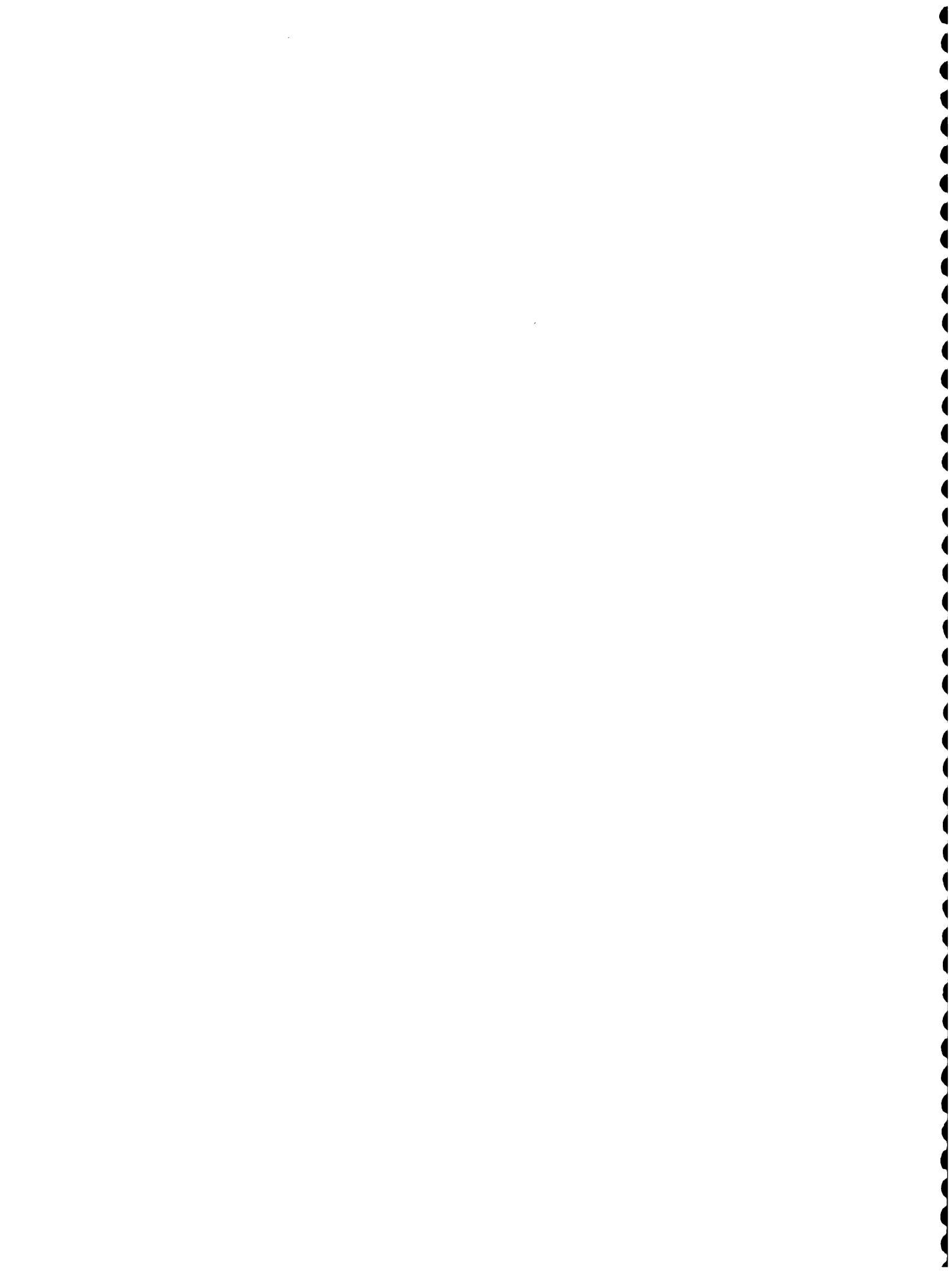


pelo uso da terra, ou pela quantidade fixa de produto ou dinheiro entregue pelos arrendatários, ou pela obrigação do parceiro ou do arrendatário de trabalhar na propriedade prestando serviços por um salário muito inferior ao regional.

b) Formas subordinadas ao capital comercial, nas quais o excedente é extraído pelo comerciante que controla o financiamento, através dos créditos por ele concedidos, a preços superiores aos do sistema oficial, e que também de alimentos a preços superiores aos do mercado e compra antecipadamente a produção a preços inferiores aos do mercado. Com frequência o próprio proprietário da terra tem também o papel do capitalismo comercial.

Estas duas formas manifestam-se com maior frequência nas

- 1) áreas de fronteira agrícola constituídas de terras devolutas em que os produtores diretos (posseiros) estão subordinados as diversas frações do capital comercial, (como é o caso da rizicultura de posseiro de Maranhão);
- 2) em regiões de grandes propriedades fundiárias, mercado de terras bastante debil, razoável densidade demográfica, mercado de trabalho praticamente inexistente, alto risco na produção agrícola e concentração de crédito nos comerciantes/beneficiários e grandes proprietários das terras, como exemplo poderiam destacar-se a cotonicultura de parceiros do semi-árido cearense;
- 3) em regiões com as características semelhantes as anteriores, mas com a diferença de terem contatos mais estreitos com os centros urbanos, como são os casos da policultura alimentar de reдеiros do agreste do estado de



Pernambuco e dos pequenos proprietários produtores de alimentos da mesma região.

A articulação destas agriculturas, tanto levadas a cabo por proprietários como por não proprietários de terra com a economia nacional se dá através da produção de alimentos e matérias primas a baixo custo, oferta da força de trabalho na agricultura dultizadora do trabalho assalariado e no setor urbano industrial, assim como através da valorização das áreas devolutas (Beskow, 1979).

c) Formas subordinadas a agroindustriais e as cooperativas capitalistas, nals quais a subordinação se produz através do financiamento de insumos e da assistência técnicas. Dase assim uma subordinação da pequena produção às exigências do capital indústria, forçando a adoção de um padrão técnico mais apropriado ao processo produtivo indústria agudizando-se a subordinação pela venda da produção para um mercado monopsónico. A agroindustria tem a preocupação de especializar ao pequeno produtor numa determinada matéria prima, mas sem desestimular a prática das culturas de subsistência, com o intuito de poder pagar um preço baixo pelo produto comercial, que estaria garantida a reprodução da força de trabalho. Esta e uma forma comum na agricultura brasileira prodominando claramente na região Sul (funicultura de Santa Catarina e Rio Grande so Sul, suinocultura no oeste de Santa Catarina e oeste do Parana, avicultura na mesma região), mas presente e outras regiões na forma de uma sorte de "ilhas" agroindustriais (como o tomate irrigado no Vale do São Francisco). Nesta forma o



pequeno proprietário tem perdido em grande medida sua autonomia real, e as contradições principais recaem nas negociações relativas aos preços pagos pela matéria prima. (Beskow, 1979)

Em conjunto com essas formas, a pequena produção se subordina ao capital através da venda direta da força de trabalho, em diferentes períodos do ano e em diversas regiões como assalariado temporal.

Assim o que se pretende enfatizar é que o campesinato no Brasil (ou, "os campesinatos") não é independente do circuito global do capital, estando a ele subordinado ainda de formas diversas. Paralelamente a modernização da agricultura os transformaram cada vez mais em dependentes dos mecanismos estruturais do mercado em diversos: níveis obtenção de seus meios, compra de insumos, instrumentos de trabalho e terra, venda de suas mercadorias, financiamento e o mercado de trabalho assalariado (Silva, 1985)

Tentando quantificar a participação da pequena produção camponesa nos principais aspectos da atividade agropecuária, e relembando as dificuldades estatísticas já apontadas, Silva (1985) considera que poderia tomar-se como promédio nacional um corte aproximado entre 50 a 100 has da superfície total da exploração. Sendo que as menores de 50 has abracam, em sua maioria as unidades de produção familiar, nas quais, poderiam incluir-se no setor camponês. A principal variável para justificar os estratos considerados é a composição da Força de trabalho utilizada nas explorações. Segundo o censo de 1980, os





estratos de 0-10 e 10-20 has apresentam uma mão de obra familiar que representa o 75% da força de trabalho ocupada nos estabelecimentos, sendo que a presença de parceiros e trabalhadores permanentes é insignificante. No estrato de 20-50 has, mão de obra familiar desce para 68,8% e a parceira e o trabalho permanente superam o 10% (sendo uma porcentagem alta se comparada com a média nacional que é de 13,7%). No estrato seguinte a força de trabalho familiar, desce para 50% do total e os assalariados alcançam o 40% do total. Conseqüentemente, poderia considera-se que o estrato de exploração menores de 20 has representa principalmente unidades camponesas, ainda que no de 20-50 has existiriam um número considerável e diversificado de explorações camponesas.

Nesse caminho cheio de incertezas referente à identificação o peso real de setor camponês brasileiro, poderíamos finalmente chegar agora a caracterizar sua participação relativa a vários aspectos do setor agropecuario.

Considerando o conjunto de explorações cuja extensão e menor ou igual a 50 has, segundo dados de 1980, nota-se que, si bem numericamente importante (82%) do total, ele ocupava uma fração mínima de superfície total (13%). No que toca á produção agropecuaria representava o 40% do valor total, sendo sua demanda de bens industriais relativamente alta, 35% dos trabalhadores e 40% dos gastos em insumos modernos, apesar de pouca disponibilidade de crédito: 25% do valor do financiamento (caberia relembrar, que entre estas explorações de menos de 50 has apresentaria-se um pequeno número de unidades capitalistas



Número e importancia relativa en relación con el total nacional de las explotaciones agropecuarias menores de 50 ha, en 1980

Indicadores	Valor absoluto	%
No. de explotaciones	4.223.400	81,9
Superficie total (1000 ha.)	46.141	12,6
Superficie explotada <sup>a</sup> (1000 ha.)	32.049	14,3
Valor de la producción agrop. <sup>b</sup>	610.077	39,6

<sup>a</sup> Area con cultivos (permanentes + temporales) y áreas de pastoreo.

<sup>b</sup> En millones de cruzeiros de 1980.

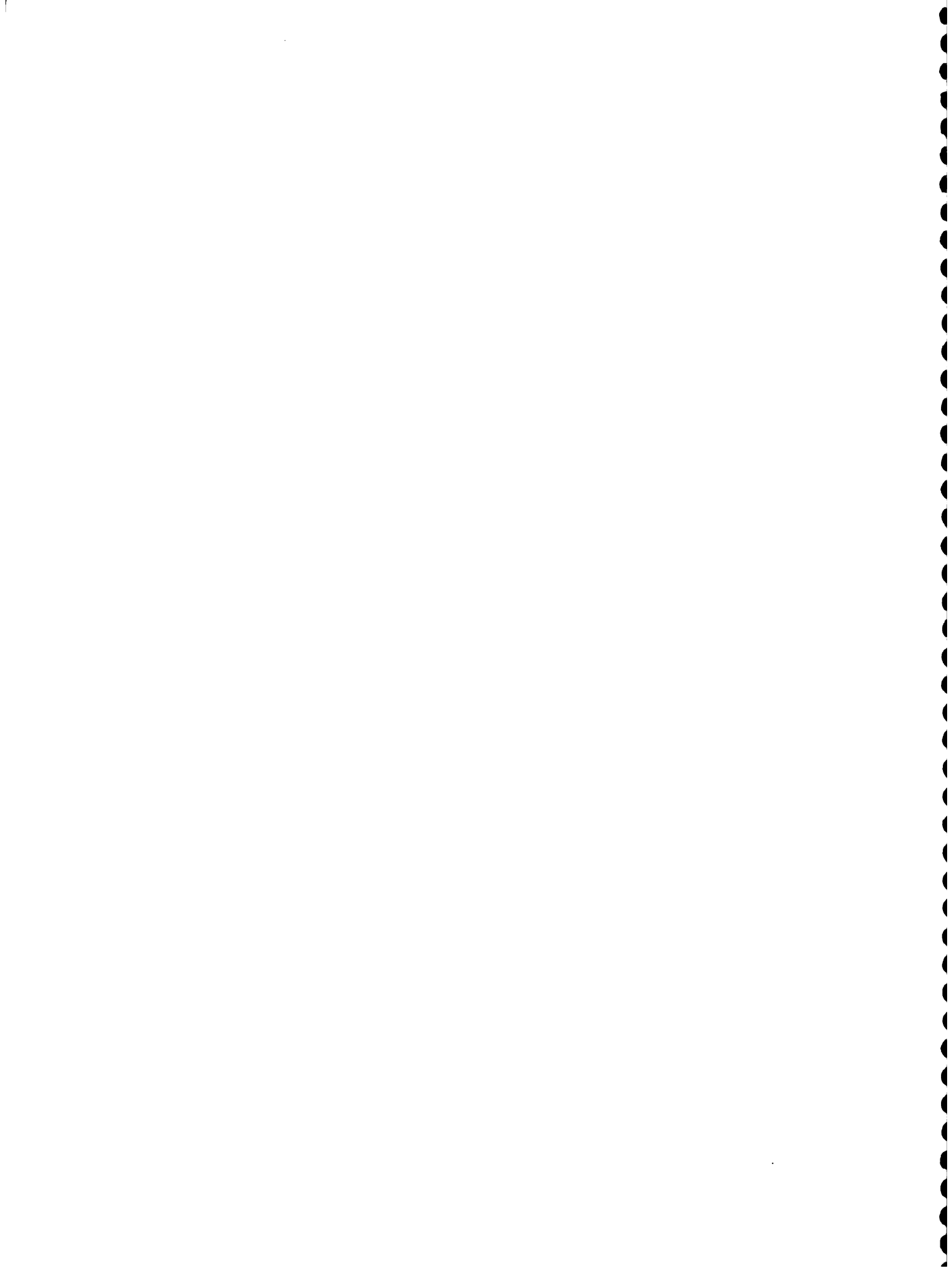
Fuente: Censo Agropecuario de 1980.

Participación relativa de los establecimientos de menos de 50 ha, en el valor de la producción agrícola, en la absorción de mano de obra y en el uso de tractores e insumos químicos. Brasil, 1980 (porcentajes en relación con total de cada ítem).

Indicadores	%
Valor de la produc. pecuaria	34,7
Valor de la produc. agrícola	42,7
Personal ocupado	64,1
Mano de obra fam. no remunerada	81,1
Número de tractores	34,8
No. de establec. que usan	
— abonos químicos	76,9
— fungicidas, insecticidas, herbicidas	76,4
Gastos en insumos moder- nos <sup>a</sup>	39,6
Valor de los financiamientos	25,0

<sup>a</sup> Abonos, calcáreos, fungicidas, insecticidas, herbicidas, medicamentos y raciones animales.

Fuente: Censo Agropecuario de 1980



**Composición de la fuerza de trabajo<sup>a</sup> ocupada en las explotaciones agropecuarias menores de 100 hectáreas. Brasil, 1980.**

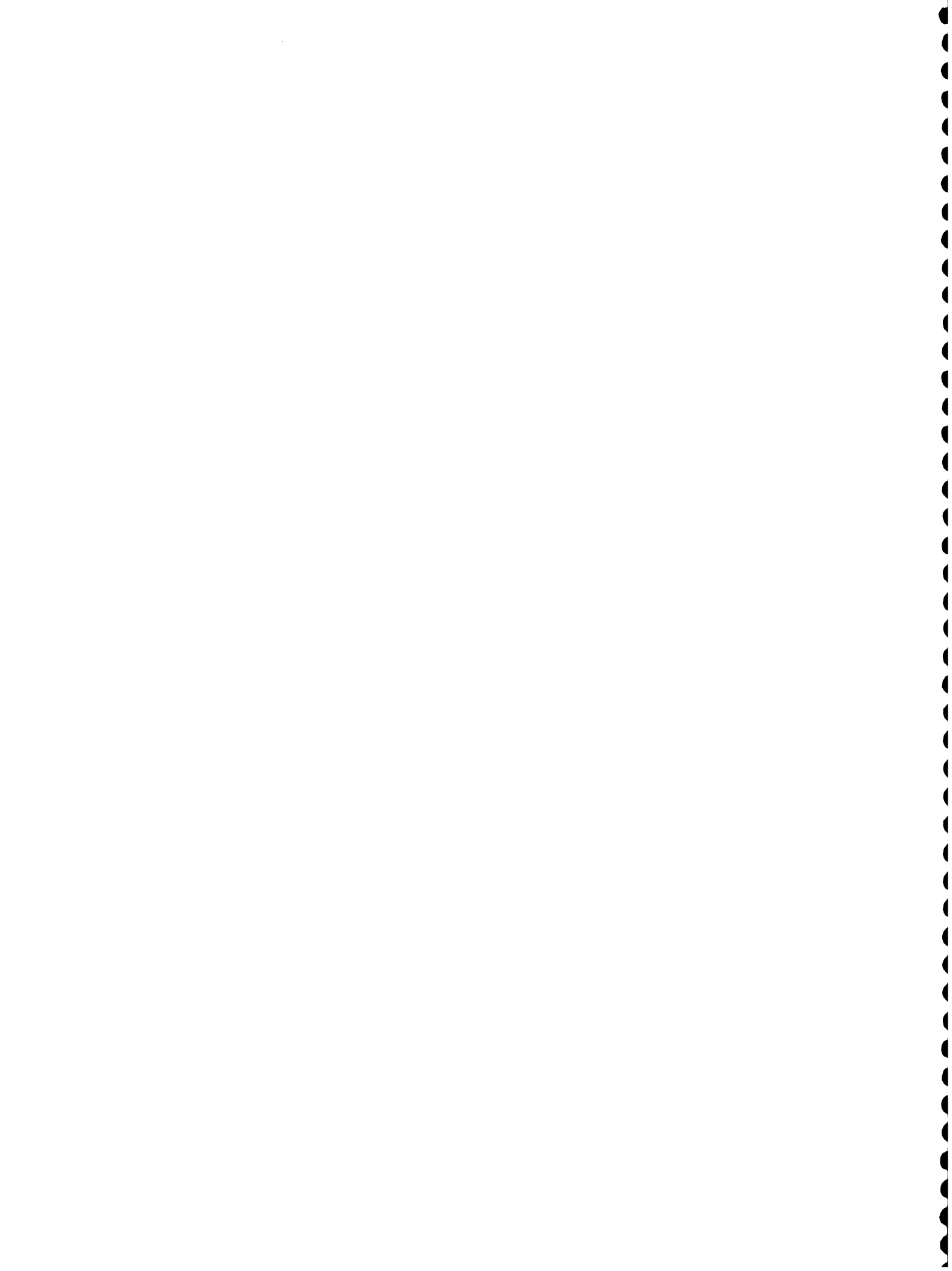
Estratos de tamaño (ha.)	Familiar	Aparceros y otros	Trabajadores	
			permanentes	temporales
- 10	85,2	0,7	1,7	12,5
10 - 20	78,5	2,0	4,1	15,5
20 - 50	68,8	3,4	7,0	20,8
50 - 100	53,3	4,9	12,3	29,5

<sup>a</sup> La fuerza de-trabajo fue calculada por equivalente-hombre-año. Los factores de conversión son los siguientes:

Familiares: niños menores de 14 años	=	0,4 EH
mujeres mayores de 14 años	=	0,6 EH
empleados: niños menores de 14 años	=	0,5 EH
mujeres mayores de 14 años	=	1,0 EH
aparceros y otra condición: niños menores de 14 años	=	0,5 EH
mujeres mayores de 14 años	=	0,66 EH
hombres mayores de 14 años en todas las categorías	=	1,0 EH

Para una descripción detallada sobre este aspecto, ver Graziano da Silva, 1981.

Fuente: Censo Agropecuario de 1980.

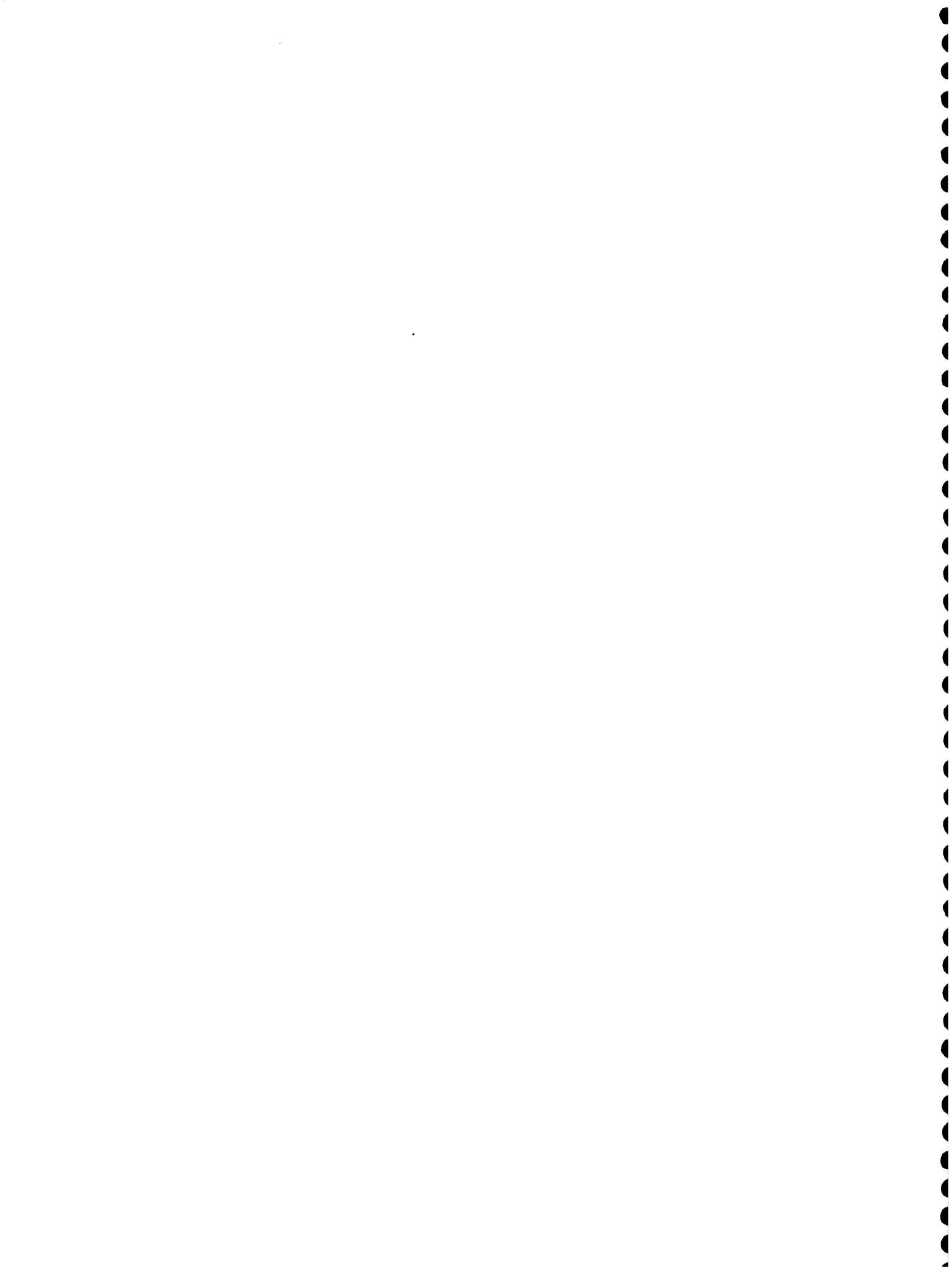


as quais, provavelmente concentrariam o consumo de máquinas e insumos assinalados). Essas propriedades aglutinavam o 64% da força de trabalho na agricultura e absorviam o 81% da mão de obra familiar não remuneradas. (Silva, 1985)

## 5. CAMPESINATO E QUESTÃO ALIMENTAR NA DÉCADA DOS OITENTA.

É consenso identificar a existência nos anos 70 de um problema de produção de alimentos na agricultura brasileira. Entre os diversos fatores apontados estariam a expansão da produção agrícola para exportação e o rápido crescimento da economia -como assinala Resende, 1988- com a conseqüente elevação da renda que pequenos agricultores poderiam auferir em ocupações alternativas, tanto no mercado de trabalho rural como urbano. Já que a renda não teria subido o suficiente a migração rural urbana -e a "descampesinização" conseqüente- teriam aumentado, ao mesmo tempo que a produção de alimentos teria diminuído, devido ao peso relativo da pequena agricultura nessa produção. Conseqüentemente também na grande maioria dos autores, era consenso que o processo de "descampesinização" não só era inexorável como que continuaria agudizando-se a ritmo acelerado devido ao tipo de padrão de desenvolvimento na agricultura (a modernização conservadora) que tinha se instaurado claramente nos 70.

Os dados de 1985, sem questionar no fundo o caráter do padrão, trazem alguns elementos no mínimo polêmicos, principalmente quando apontam para uma expansão da pequena

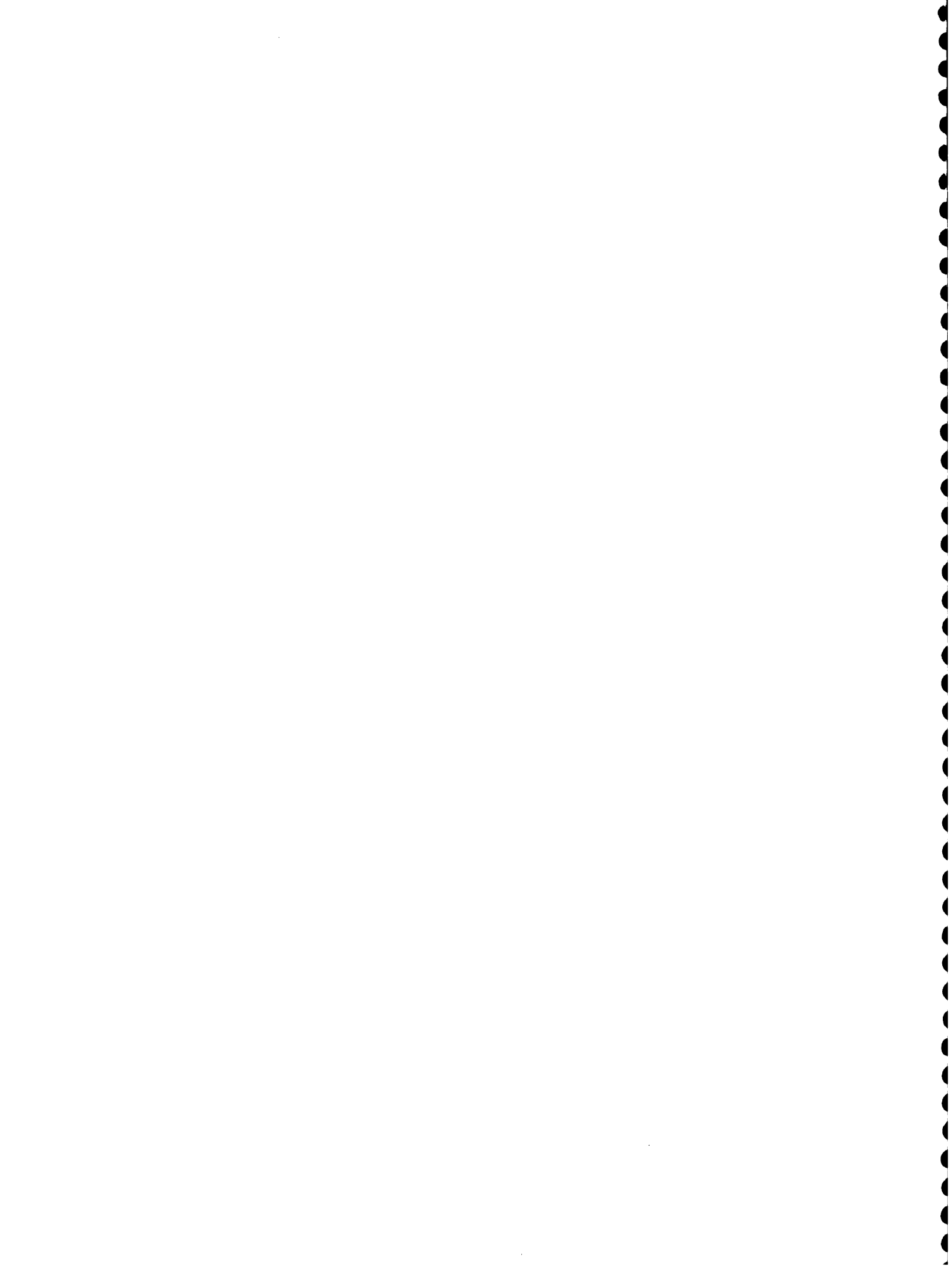




agricultura -si bem pequena e não absoluta em todas as regiões- como também , para o aumento da produção de alimentos. Esses dados e suas interpretações estão reativando a discussão sobre as questões referentes à reprodução da pequena produção, e em especial a do campesinato.

Autores como Rezende (1988) e Mueller (1987) consideram que devido á crise de inícios dos 80, que implicou num menor ritmo de crescimento económico, é coerente que tenha ocorrido um menor éxodo rural, com o qual aumentaria o potencial produtivo das culturas básicas tradicionais. Os pequenos estabelecimentos voltam a crescer -e a taxas significativas-interrompendo uma tendência geral á sua redução, o mesmo acontecendo com o "pessoal ocupado" (ainda que os dados referentes ao Nordeste poderiam ser dudosos devido á incidência de secas que alterariam o desenvolvimento "normal" do processo). Mas um dado complementar , aumenta o carater qustionador. É o fato de que no mesmo periodo daria-se um declinio nas taxas de crescimento do número de estabelecimentos maiores, em especial do volume de mão de obra empregada. Também os dados apontam para o crescimento da parceria e o arrendamento assim como a "ocupação de terras" (privadas ou públicas, sem pagamento). O crescimento também se da com os estabelecimentos de proprietários, que são uma parcela significativa das novas unidades inferiores a 10has surgidas no periodo pertencem á proprietários 30% no Nordeste, 60% no Sudeste, 37% no Centro-Oeste e 40% no Sul.

As hipóteses que Rezende aponta são a competitividade da pequena agricultura devido ao fato da mão de obra familiar ter



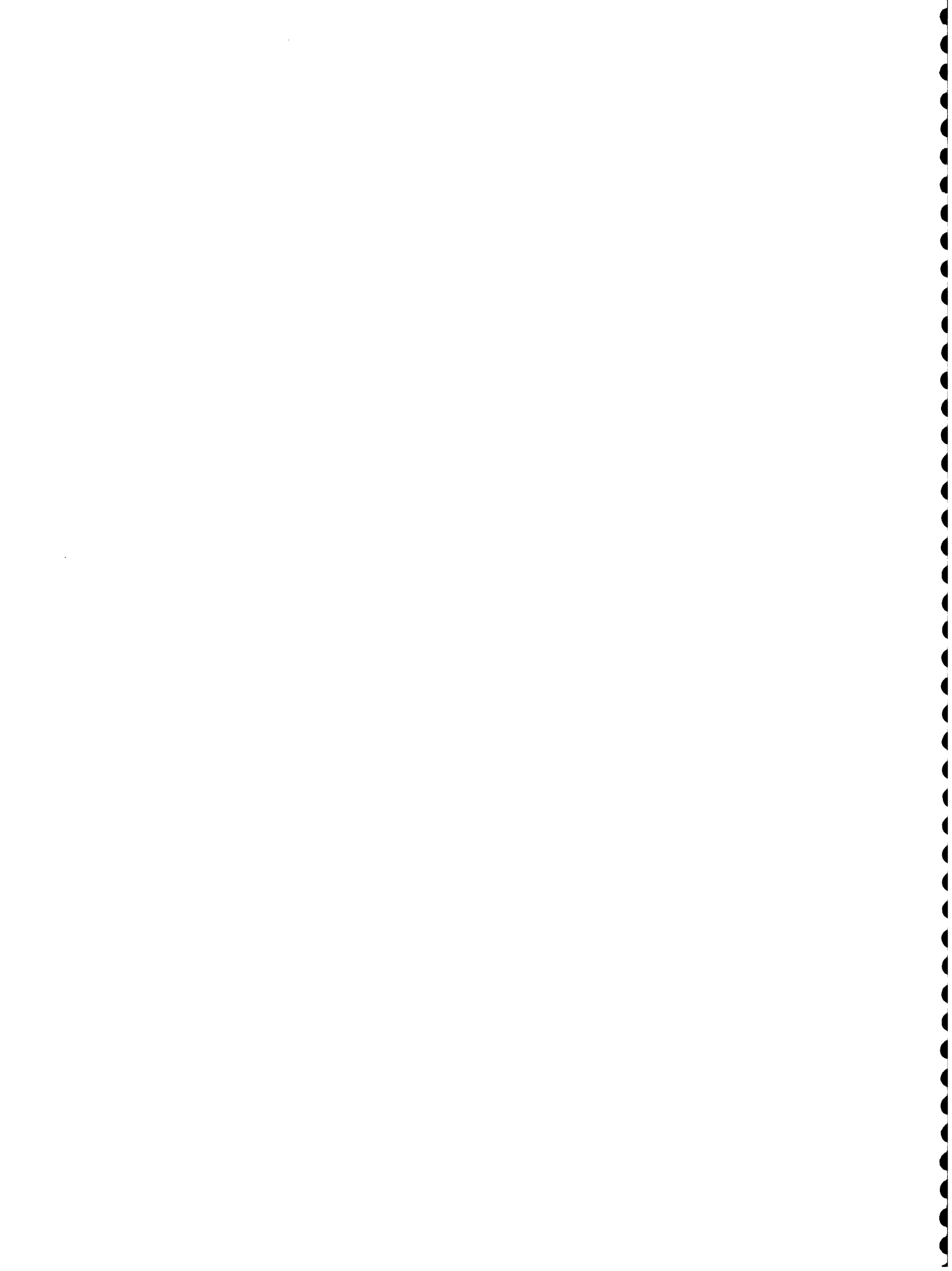
**QUADRO 06 - BRASIL - DADOS COMPARATIVOS DOS CENSOS AGRICOLAS - 1970, 1976, 1980, 1985 E 1990**

ESPECIFICAÇÃO	RECENSEAMENTO					TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1970	1976	1980	1985	1990	1970-75	1975-80	1980-85
<b>ESTABELECIAMENTOS<sup>1</sup> (Nº)</b>								
Com menos de 10 ha	4.924.019	4.993.262	5.169.851	5.834.779	6.834.779	NC	3,3	13,1
Entre 10 ha e menos de 100 ha	2.519.630	2.601.860	2.698.019	3.095.841	3.095.841	NC	-0,2	18,8
Com mais de 100 ha	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424	2.166.424	NC	6,2	7,4
<b>AREA TOTAL (ha)</b>								
Permanente	451.620	487.838	536.362	568.723	568.723	NC	10,0	6,0
Temporária	294.145.470	323.898.082	364.854.407	376.263.577	376.263.577	10,1	12,7	3,1
<b>AREA EM LAVOURAS (ha)</b>								
Permanente	33.983.800	40.001.354	46.104.241	52.380.368	52.380.368	17,7	22,9	6,7
Temporária	7.994.089	8.385.393	10.472.124	9.835.316	9.835.316	5,0	24,9	-6,1
<b>PESSOAL OCUPADO<sup>1</sup> (Nº)</b>								
Em estabelecimentos com menos de 10 ha	26.999.731	31.615.961	38.632.117	42.545.061	42.545.061	21,8	22,2	10,1
Em estabelecimentos entre 10 ha e menos de 100 ha	17.627.089	20.345.692	21.163.735	23.273.617	23.273.617	15,4	4,0	10,0
Em estabelecimentos com mais de 100 ha	7.129.803	8.343.448	7.921.721	9.274.948	9.274.948	17,0	-5,1	17,1
<b>TRATORES (Nº)</b>								
Em estabelecimentos com menos de 10 ha	7.432.850	8.424.842	8.719.874	9.236.926	9.236.926	13,4	3,5	5,9
Em estabelecimentos com mais de 100 ha	2.990.323	3.686.832	4.499.260	4.730.363	4.730.363	10,7	26,1	5,1
<b>EFETIVOS DE BOVINOS (Nº)</b>								
Em estabelecimentos com menos de 10 ha	165.870	323.113	545.205	652.049	652.049	94,8	60,7	18,0
Em estabelecimentos com mais de 100 ha	78.562.260	101.673.763	118.085.872	127.643.202	127.643.202	29,4	16,1	6,1
<b>EFETIVOS DE SUINOS (Nº)</b>								
Em estabelecimentos com menos de 10 ha	31.523.640	35.151.668	32.628.723	30.067.116	30.067.116	11,5	-7,2	-7,9
Em estabelecimentos com mais de 100 ha	213.622.503	288.810.202	413.170.594	429.732.435	429.732.435	34,3	44,1	4,0

NOTA - IBGE.  
<sup>1</sup> Os totais deste item relativos a um dado ano diferem da soma dos componentes dos estratos no mesmo ano pelo montante "sem declaração".  
 NC = Valores não comparáveis. A definição de estabelecimento mudou entre 1970 e os demais anos, tornando os totais deste ano não estritamente comparáveis.



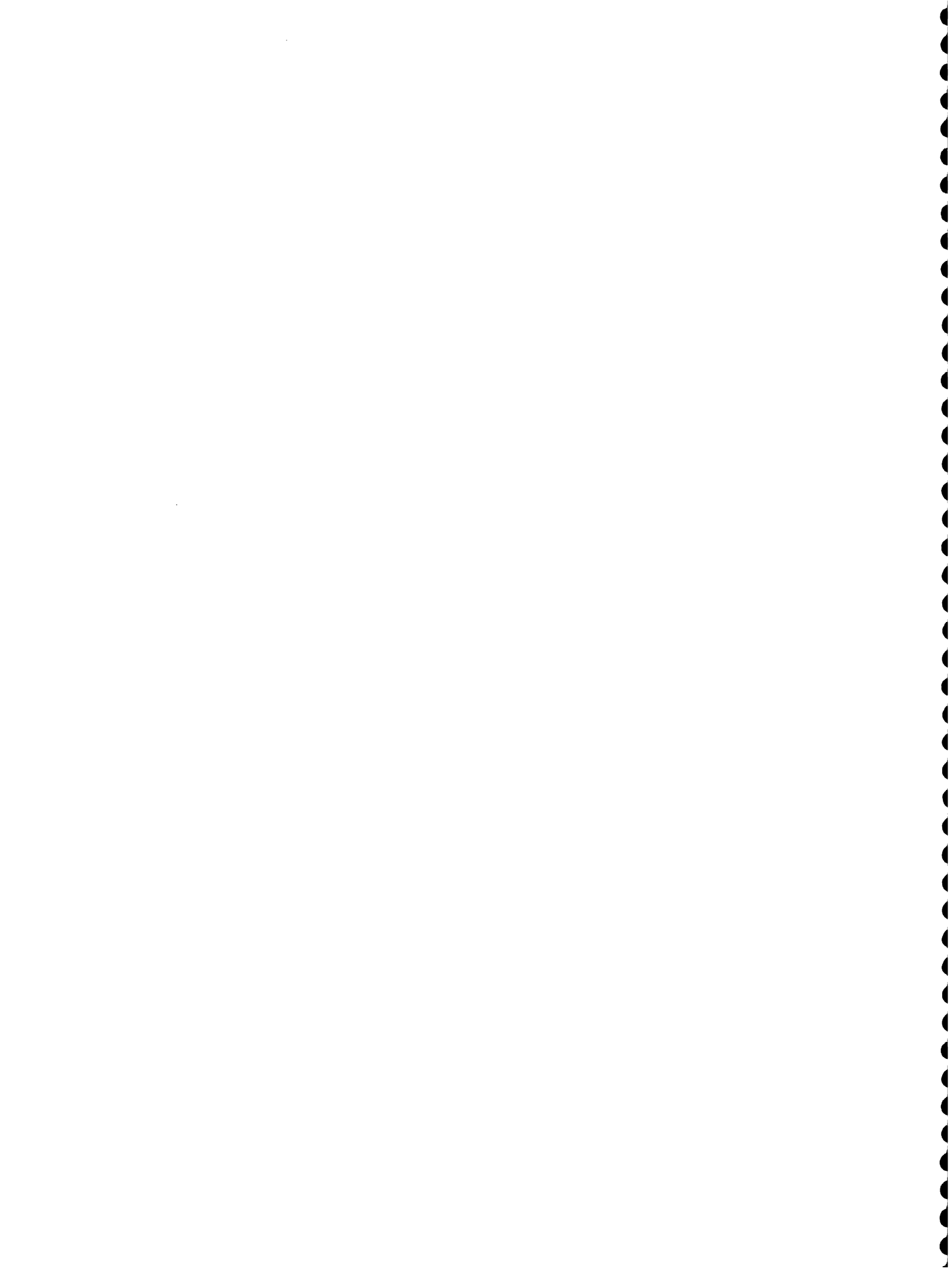




**GRANDES REGIÕES — VARIÇÃO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E NO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA — 1970/75, 1975/80 e 1980/85 (%)**

REGIÕES E GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970/75		1975/80		1980/85	
	Nº de Estab. Pessoa	Ocupado	Nº de Estab. Pessoal	Ocupado	Nº de Estab. Pessoal	Ocupado
<b>NORDESTE.</b>						
<10	9,4	19,5	0,8	- 2,4	17,0	17,8
10 a 20	- 0,2	10,8	12,1	9,4	3,0	4,4
20 a 50	1,4	10,4	12,4	13,1	5,7	4,9
50 a 100	2,8	11,7	12,8	20,4	6,3	3,1
100 a 200	4,7	14,4	7,7	21,2	3,1	1,5
200 a 500	2,6	10,5	7,7	32,2	0,3	- 0,4
>500	4,3	6,0	3,1	54,5	7,9	2,9
Total	5,9	15,8	3,9	0,0	13,4	11,1
<b>SUDESTE</b>						
<10	- 10,5	1,3	4,5	- 0,3	23,9	23,1
10 a 20	- 9,2	- 1,1	2,1	- 1,5	11,1	11,3
20 a 50	- 4,4	3,8	- 0,8	- 1,9	7,0	6,0
50 a 100	- 0,3	7,3	- 2,1	0,8	4,6	4,9
100 a 200	3,1	11,0	- 0,4	6,6	2,2	4,3
200 a 500	6,1	11,6	0,2	11,7	1,0	4,9
>500	9,2	12,2	- 0,4	26,6	- 1,2	7,5
Total	- 5,4	5,0	1,3	4,0	11,9	9,9
<b>CENTRO-OESTE</b>						
<10	12,6	44,8	- 23,2	- 21,9	28,5	12,4
10 a 20	0,8	25,5	- 10,7	- 11,9	17,5	9,4
20 a 50	- 6,8	13,4	- 0,9	- 0,3	20,7	13,9
50 a 100	6,2	30,1	8,5	10,2	17,4	9,0
100 a 200	9,7	28,6	16,7	23,4	13,8	6,2
200 a 500	1,3	26,8	12,7	25,0	0,3	2,4
>500	6,9	44,3	18,6	40,6	1,4	8,0
Total	6,7	31,2	- 0,9	10,1	7,6	8,8
<b>SUL</b>						
<10	- 14,5	6,4	- 1,9	- 14,1	11,5	11,5
10 a 20	- 9,2	12,9	- 0,4	- 10,9	2,3	- 0,1
20 a 50	- 5,5	18,8	- 2,0	- 10,7	- 1,9	- 5,4
50 a 100	3,2	31,5	0,4	- 3,0	- 0,3	- 5,8
100 a 200	5,6	38,6	5,6	5,9	1,5	- 3,7
200 a 500	5,6	40,2	8,3	10,1	3,7	- 1,5
>500	8,8	27,2	8,3	22,6	2,2	5,7
Total	- 9,2	15,2	- 0,9	- 9,0	4,8	1,8

FONTE: Censo Agropecuário.

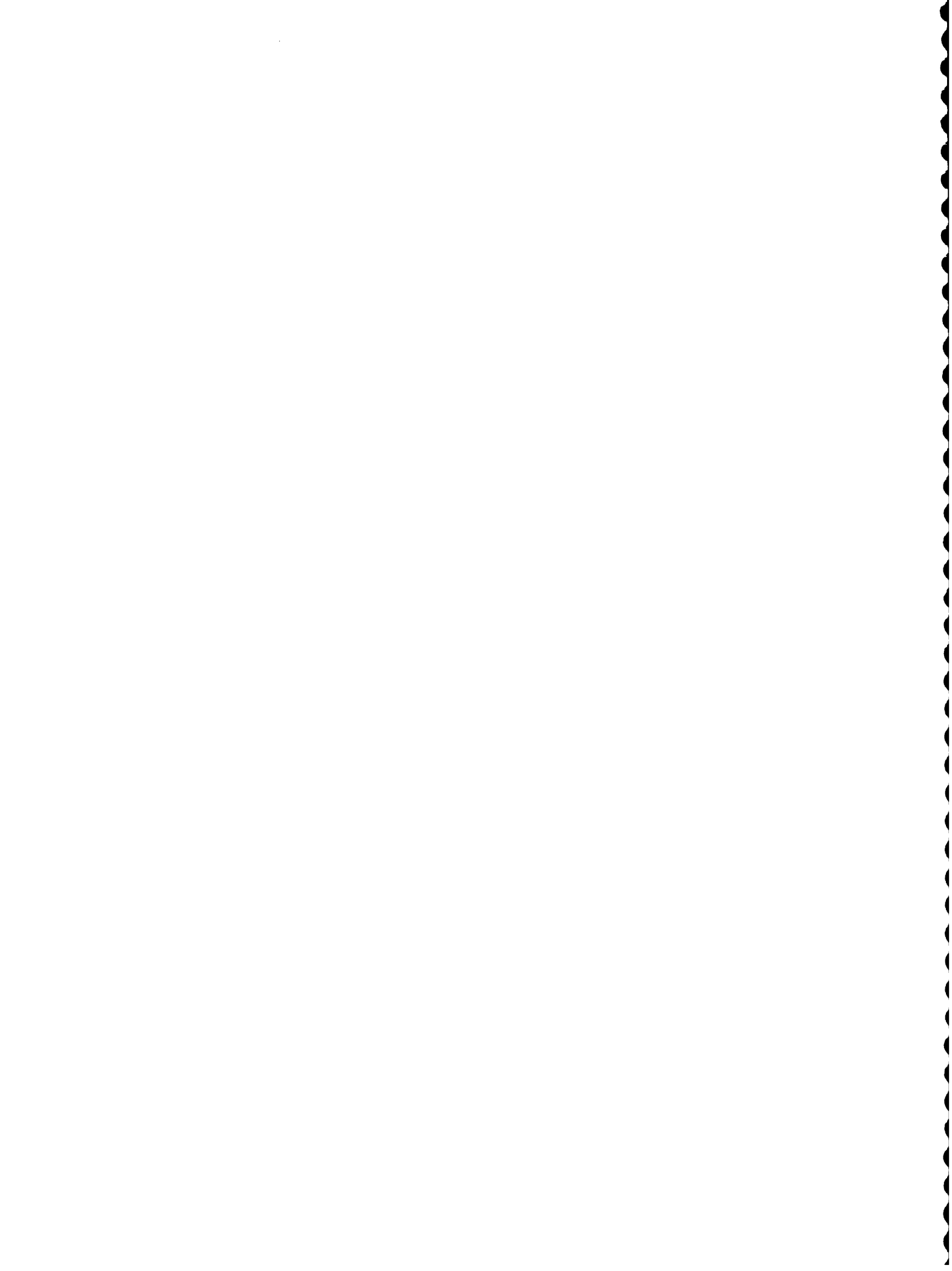




**VARIACÃO NO VOLUME DE PESSOAL OCUPADO EM TODOS OS ESTABELECEMENTOS E NOS DE  
ÁREA INFERIOR A DEZ HECTARES, POR REGIÕES — 1970/75, 1975/80 E 1980/85**  
(em milhares)

REGIÕES	1970/75		1975/80		1980/85	
	Todos os Estabelecimentos	Estabelecimentos Menores de 10 ha.	Todos os Estabelecimentos	Estabelecimentos Menores de 10 ha.	Todos os Estabelecimentos	Estabelecimentos Menores de 10 ha.
Nordeste Central (1)	766	482	240	-289	1.034	903
Nordeste Setentrional (2)	407	354	355	181	8	-13
Sudeste	200	11	167	-3	426	200
Centro-Oeste	298	78	122	-53	116	24
Sul	636	93	-436	-218	71	161

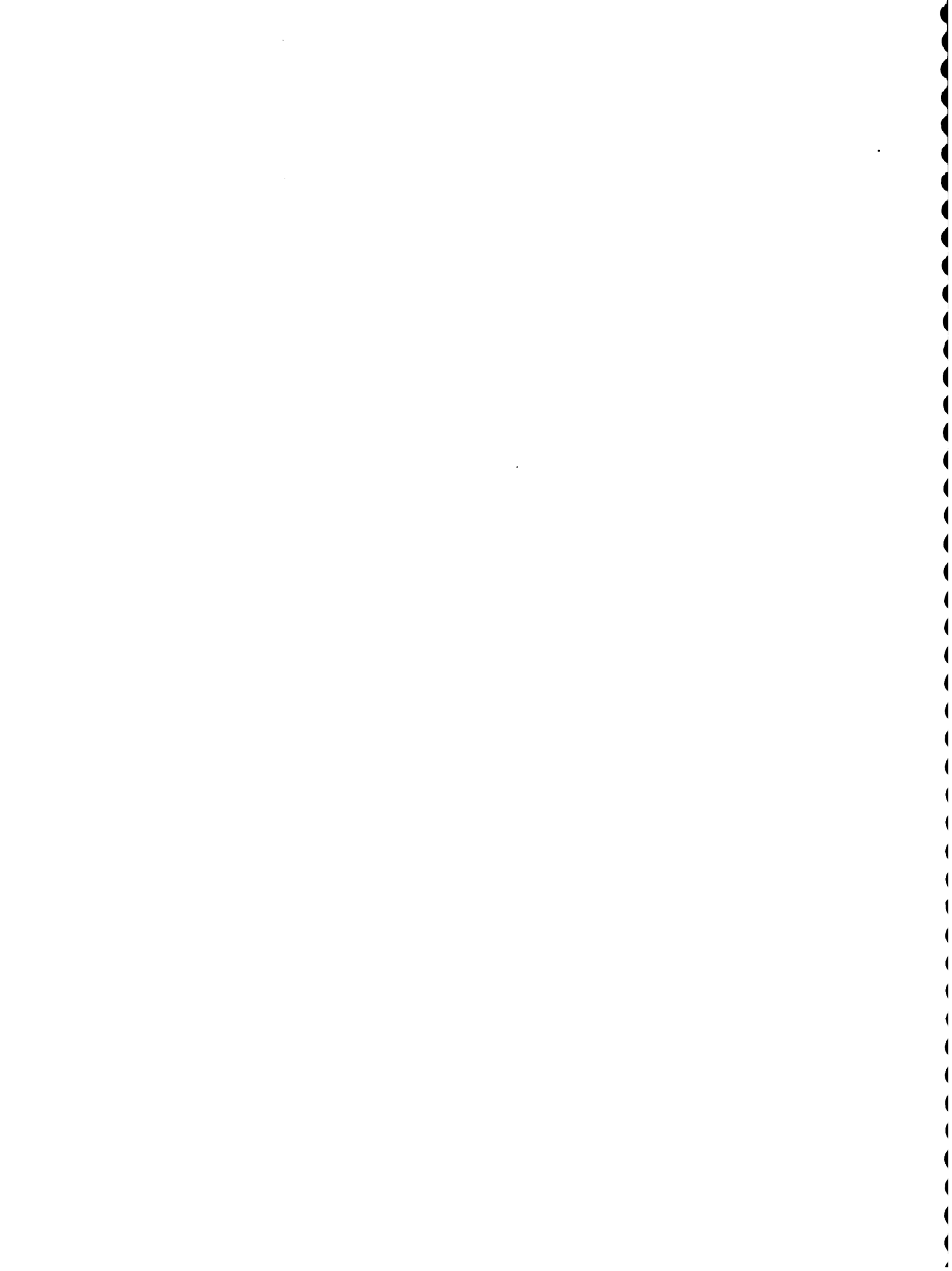
**FONTE:** Censo Agropecuário  
 Notas: (1) Nordeste menos Maranhão e Piauí  
 (2) Maranhão e Piauí.



BRASIL E REGIÕES — QUANTIDADES PRODUZIDAS DE ALIMENTOS BÁSICOS TRADICIONAIS, 1973/88  
(em 1.000 t)

ANOS	FEIJÃO			MILHO			MANDIOCA			ARROZ				
	Brasil	Centro-Sul	Norte e Nordeste	Brasil	Centro-Sul	Norte e Nordeste	Brasil	Centro-Sul	Norte e Nordeste	Brasil	Centro-Sul		Norte e Nordeste	
											Interior	Sudeste		
1973	2.232	1.216	1.016	14.186	12.673	1.513	26.527	13.201	13.326	7.160	6.034	1.567	4.377	1.129
1974	2.236	1.636	602	16.273	14.673	1.800	24.706	12.572	12.256	6.784	6.075	1.782	4.243	739
1975	2.282	1.574	706	16.336	14.720	1.815	26.116	11.810	14.309	7.702	6.489	2.067	4.342	1.223
1976	1.840	1.468	372	17.551	16.737	814	25.443	10.863	14.550	9.757	8.528	2.294	6.234	1.229
1977	2.290	1.563	727	19.256	17.610	1.646	25.829	10.130	15.799	8.964	7.500	2.438	5.002	1.494
1978	2.194	1.480	704	19.569	12.056	1.511	25.456	9.650	15.609	7.290	5.651	2.200	3.562	1.446
1979	2.166	1.502	664	18.306	15.050	1.256	24.962	8.636	16.124	7.506	6.209	1.935	4.364	1.298
1980	1.966	1.466	602	20.372	19.541	831	23.466	7.629	16.937	9.778	8.292	2.723	5.560	1.464
1981	2.341	1.863	448	21.117	20.611	606	24.516	7.762	16.534	8.228	7.328	2.660	4.466	900
1982	2.903	2.173	730	21.842	20.709	1.133	24.072	7.708	16.364	9.735	7.754	2.964	4.790	1.981
1983	1.581	1.363	228	18.731	18.416	313	21.848	7.845	14.063	7.742	7.122	2.617	4.505	620
1984	2.628	1.777	649	21.164	19.602	1.472	21.466	7.307	14.159	9.027	7.487	3.573	3.914	1.540
1985	2.548	1.828	720	22.020	20.465	1.535	23.111	8.134	14.977	9.019	7.002	3.054	4.228	1.137
1986	2.151	1.165	966	20.541	18.214	2.327	25.556	8.182	17.364	10.405	7.012	3.438	4.374	1.563

FONTE: IBGE.

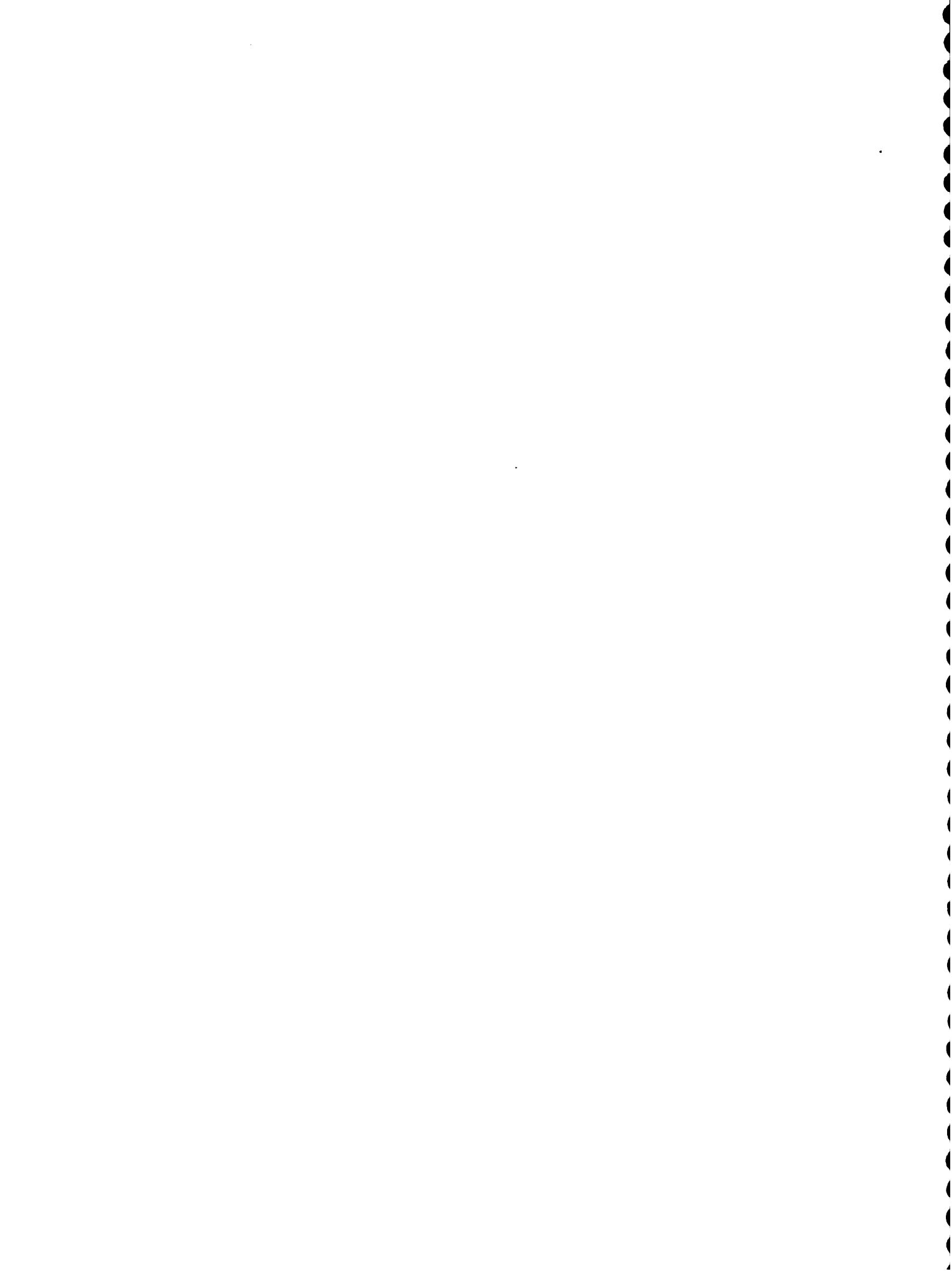


**BRASIL E REGIÕES — QUANTIDADES PRODUZIDAS DE  
PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTÁVEIS E "ADMINISTRADOS"  
( em 1.000t )**

ANOS	SOJA			ALGODÃO			LARANJA Brasil	CACAU Brasil	CAFÉ Brasil	TRIGO Brasil	CANHA DE APICUM Brasil
	Brasil	Sul Região do cerrado	Região do cerrado	Brasil	Centro- Sul	Norte e Nordeste					
1.973	5.012	4.782	220	2.258	1.377	878	24.640	198	1.746	2.031	91.304
1.974	7.876	7.412	464	1.958	1.273	685	31.100	165	3.231	2.859	95.633
1.975	9.893	9.459	434	1.751	1.107	644	31.100	262	12.545	1.788	91.524
1.976	11.227	10.782	445	1.177	676	501	35.041	232	752	3.216	103.173
1.977	12.513	11.622	891	1.900	1.240	660	35.023	250	752	2.056	120.682
1.978	9.540	8.818	722	1.670	978	692	39.132	284	1.951	2.091	129.145
1.979	10.240	8.903	1.337	1.636	1.103	453	42.726	306	2.666	2.927	138.999
1.980	15.156	12.964	2.192	1.875	1.290	385	54.459	319	2.122	2.702	148.651
1.981	15.007	12.719	2.208	1.732	1.387	345	56.937	336	4.064	2.239	155.924
1.982	12.836	9.948	2.888	1.928	1.490	438	57.971	351	1.916	1.827	186.647
1.983	14.582	10.955	3.627	1.598	1.417	181	58.569	380	2.343	2.237	216.037
1.984	15.581	10.986	4.555	2.160	1.371	789	64.773	330	2.841	1.938	222.318
1.985	18.278	11.849	6.629	2.840	2.162	678	71.072	431	3.821	4.320	247.199
1.986	13.335	7.285	6.050	2.315	1.807	508	66.630	460	1.954	5.633	238.493

FONTE: IBGE

NOTA: A " região do cerrado" engloba o Centro-Oeste mais os estados de Minas Gerais e Bahia



**BRASIL E REGIÕES — QUANTIDADES PRODUZIDAS DE  
PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTÁVEIS E "ADMINISTRADOS"  
( em 1.000t )**

ANOS	SOJA			ALGODÃO			LARANJA	CACAU	CAFÉ	TRIGO	CANHA DE AÇÚCAR
	Brasil	Sul	Região do cerrado	Brasil	Centro- Sul	Norte e Nordeste					
1.973	5.012	4.782	230	2.258	1.377	879	24.646	186	1.746	2.031	91.934
1.974	7.876	7.412	464	1.956	1.273	685	31.160	165	3.231	2.859	95.633
1.975	9.893	9.459	434	1.751	1.107	644	31.166	262	12.545	1.760	91.524
1.976	11.227	10.762	445	1.177	676	501	35.041	232	752	3.216	103.173
1.977	12.513	11.622	891	1.900	1.240	660	36.023	250	752	2.036	120.682
1.978	9.540	8.818	722	1.670	978	692	39.132	284	1.951	2.091	129.145
1.979	10.240	8.903	1.337	1.636	1.103	453	42.226	306	2.066	2.927	138.999
1.980	15.156	12.964	2.182	1.675	1.290	385	54.659	319	2.122	2.702	148.651
1.981	15.007	12.719	2.208	1.732	1.387	345	56.567	336	4.064	2.339	156.924
1.982	12.836	9.948	2.888	1.928	1.490	438	57.971	351	1.918	1.827	166.647
1.983	14.562	10.955	3.627	1.596	1.417	181	58.569	300	2.343	2.337	210.037
1.984	15.561	10.966	4.555	2.160	1.371	789	64.723	330	2.841	1.038	232.318
1.985	18.278	11.649	6.629	2.840	2.162	678	71.072	431	3.821	4.329	247.199
1.986	13.335	7.285	6.050	2.315	1.807	508	66.330	460	1.954	5.033	230.493

FONTE: IBGE

NOTA: A " região do cerrado" engloba o Centro-Oeste mais os estados de Minas Gerais e Bahia



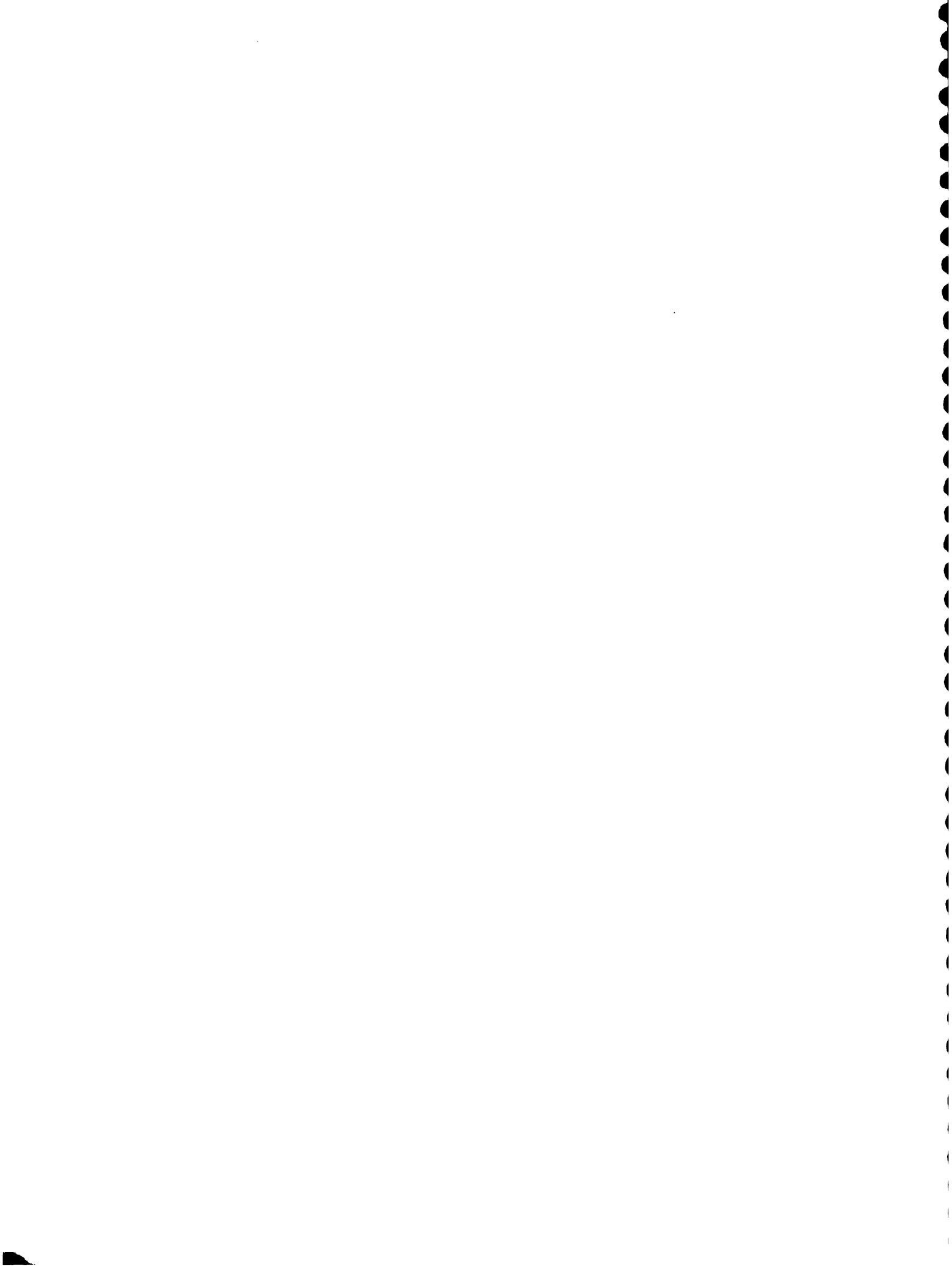


ficado mais barata relativamente que a mão de obra assalariada; a possibilidade das pequenas propriedades serem menos atingidas pela menor disponibilidade de crédito; avalorização da terra irregular (negativa entre 1981 e 1983 e em 1987); e amenor rentabilidade de atividades como a soja e a pecuária bovina, com a conseqüente alocação de fatores de produção para lavouras de mercado interno onde a a pequena produção tem vantagens comparativas, em especial no que toca a lavouras de alimentação

O caráter polêmico desses dados, fazem necessário não poder aventurar a possibilidade de que caracterizem uma modificação de peso no modelo de desenvolvimento na agricultura, com uma suposta "recampesinização". Eles fazem necessário pesquisas específicas sobre o tema, mas independentemente disso reatualizam as discussões sobre as funções da pequena produção no processo global de acumulação (viabilização de rendas diferenciadas, abertura da fronteira agrícola, mercado para insumos e produtos de origem industrial, provisão de força de trabalho, produção de matérias primas e em especial a produção de alimentos).

## 6A REGIÃO NORDESTE E O CAMPESINATO

A região Nordeste segundo dados de 1980, apresentava uma população de 35.000.000 de habitantes (tendo crescido no decênio anterior a uma taxa de 2.25% a.a.), com o qual, dada sua superfície de 1.550.000 km<sup>2</sup>, aproximadamente, resulta

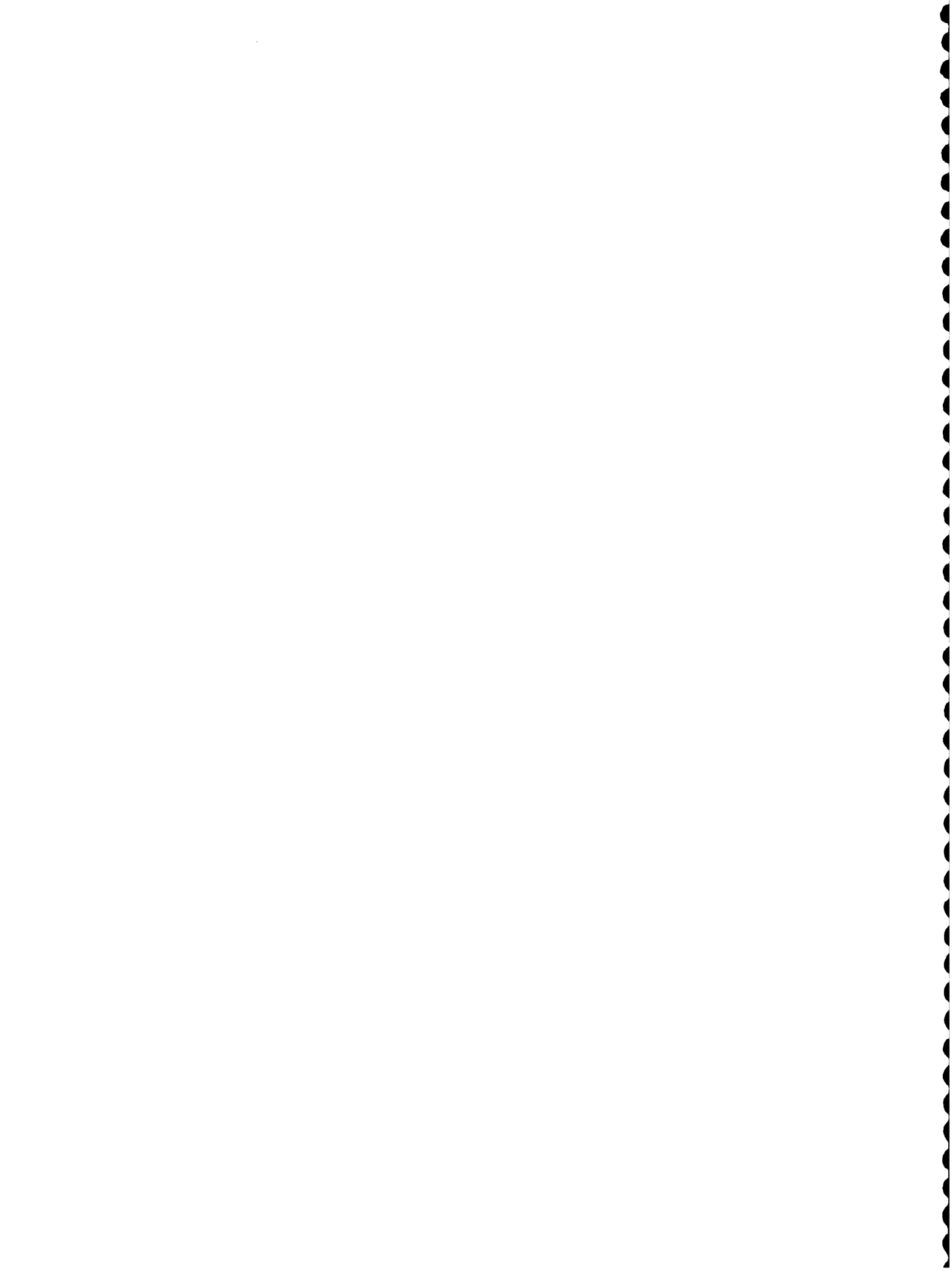


numa densidade demográfica de 22,5 hab/km<sup>2</sup>.

Enquanto região, tem se caracterizado nas últimas décadas por um processo contraditório que se manifesta em marcadas continuidades e descontinuidades de questões políticos, econômicos e sociais. Assim, junto com um ritmo de crescimento significativo e com profundas mudanças na sua estrutura produtiva, persistem problemas tradicionais como os efeitos das secas ou a pobreza absoluta.

Durante os últimos anos, e em especial nos setenta, como o resto do país, a taxa de crescimento foi significativamente alta (12% a.a.), logrando reverter a tendência histórica de diminuição de sua participação no PIB nacional, como resalta Miranda (1985). Mas, com quase 30% da população brasileira participa apenas com o 4,4% da geração renda nacional do setor secundário.

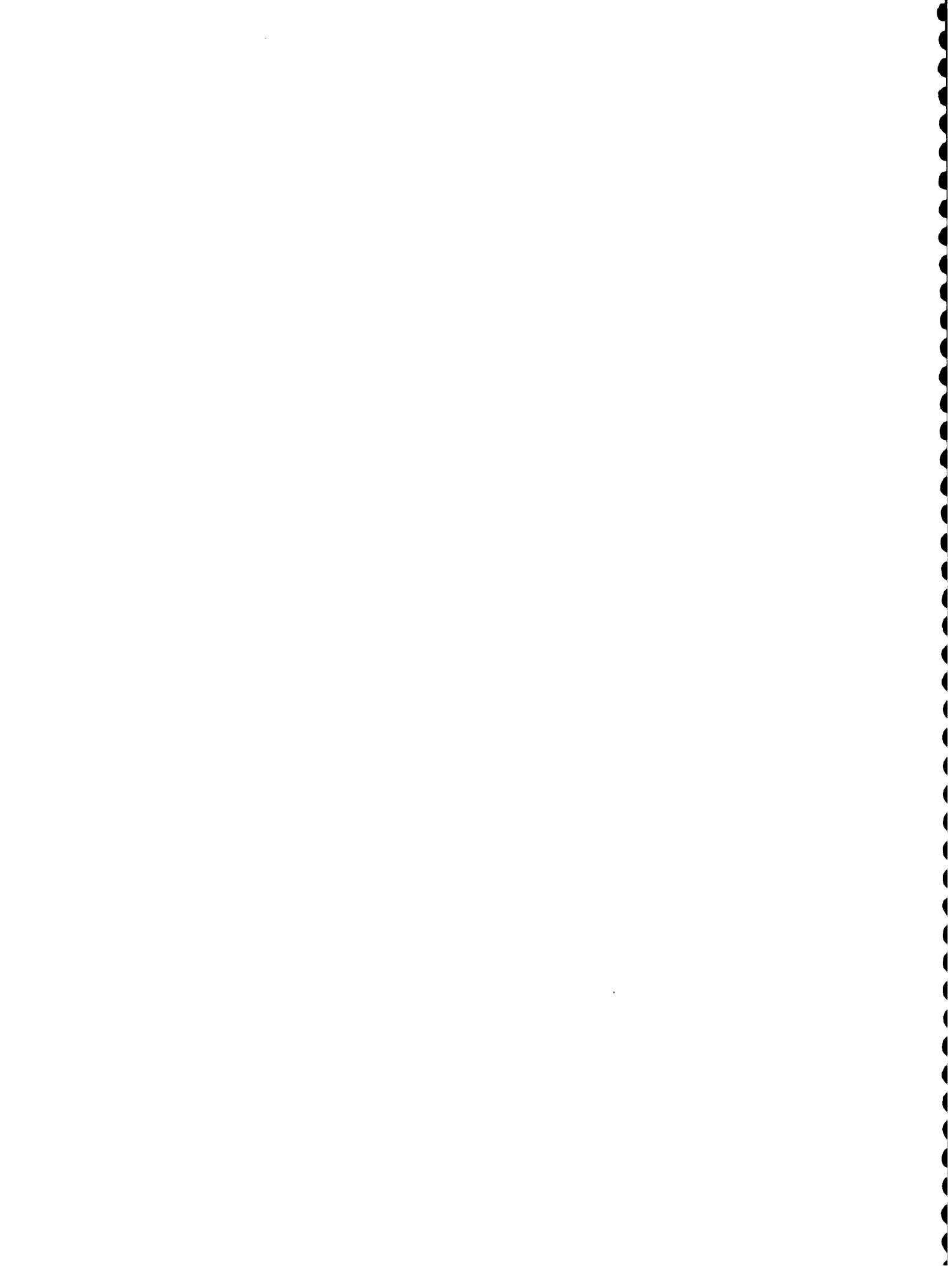
Comparada com o resto do país -como já apontamos- a região éa mais pobre, com uma renda interna por habitante da ordem de 40% da renda média do Brasil. A taxa de subemprego visível era, também em 1980, de 22,9%, ou seja 50% mais elevada do que no Brasil como um todo, sendo que a taxa do invisível alcançava 64,9%, o dobro da média do país. Com uma taxa de alfabetização de adultos de 53,3%, muito inferior aos 83,3% da região Sul, assim como a de mortalidade infantil, de 107,2%, o dobro das regiões Sudeste e Sul, o Nordeste reafirma sua situação de pobreza..



Internamente o crescimento económico foi diferencial, tanto por estados, por microregiões dentro deles, como por setores de atividade, com o melhor desempenho das urbanas. Miranda (1985) ao comparar a distribuição setorial da população economicamente ativa ,entre os anos 60 e 80, aponta uma perda relativa do setor primário em favor dos setores vinculados às atividades urbanas (nos 60 as taxas correspondentes eram de 70,0% para o setor primário, 7,3% para o secundário e 22,7% no terciário, enquanto que nos 80 as taxas, respectivamente, alcançaram os 46,4%, 19,4%, e 34,2%). Em 1980 a própria população urbana consegue superar a rural (51,7% a 48,3%)

No que diz respeito à distribuição desigual da atividade industrial, encontramos como polos significativos dessa atividade o estado da Bahia, que com 3,8% do valor da produção nacional ocupa o sétimo lugar entre o conjunto dos estados. Sobresaeem os municípios de Salvador, com o distrito industrial de Aratu e o de Camaçari com seu polo petroquímico. Pernambuco com o 2% do valor total ocupa o oitavo lugar, tendo como principais áreas a região do grande Recife , varios municípios da Zona da Mata, e mais recentemente, Petrolina na beira do rio São Francisco nas proximidades de Sobradinho.

.No que toca ao setor rural encontramos que seu crescimento ( 3,7% a.a.)foi marcadamente inferior à taxa média de crescimento da economia regional diminuindo sua participação no PIB de 30,4% em 1960 para 17,9% em 1980. Diminuiu também a capacidade de absorção da força de trabalho no setor de 73% no60 para 50,4% em 80, com grandes

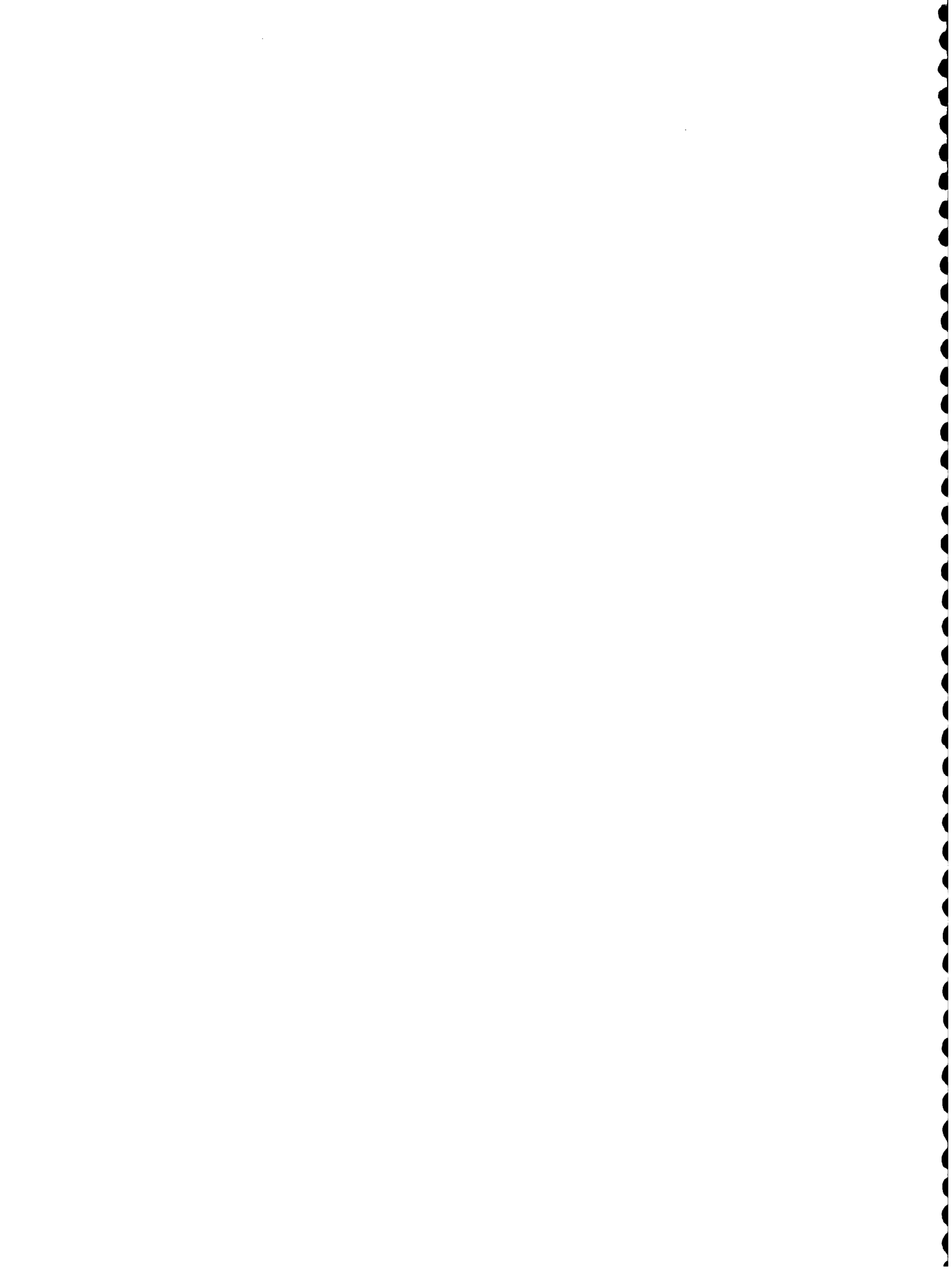


consequências sociais .

Segundo Miranda (1985) as principais transformações no meio rural se situam basicamente na pecuária de grande porte, nos espaços tradicionais de grande lavoura comercial e nas manchas de ocupação recente com lavouras intensivas. Isto é, as mudanças teriam ocorrido em espaços e atividades isoladas, situação agravada pela pouca geração de empregos que elas provocaram. ao mesmo tempo que na maior parte do semi-árido (o maior espaço da região) os sistemas fundiário e produtivo não tem manifestado grandes mudanças, a não ser a agudização das condições de pobreza e a manifestação de conflitos.

A estrutura fundiária ressalta o predomínio marcado do complexo latifúndio/minifúndio, com uma alta concentração da propriedade e do uso da terra. Assim os dados de 1980 apontam que as propriedades de mais de 1000 has tinham em média 1000 mais área que as de menos de 10 has. Os dados assinalam que 34,3% dos imóveis com menos de 10 has dispõem 1,4% da área, ao mesmo tempo que os de 1000 detêm o 22,8% (27.000.000 de has) do total.

Segundo dados do Cadastro de imóveis do INCRA, no Nordeste existiam 2.450.700 produtores, discriminados em 1.409.232 proprietários, 393.852 arrendatários, 126.210 parceiros e 511.052 ocupantes. Assim encontramos que mais de 1.000.000 de produtores no Nordeste não detem a propriedade da terra na que trabalham.

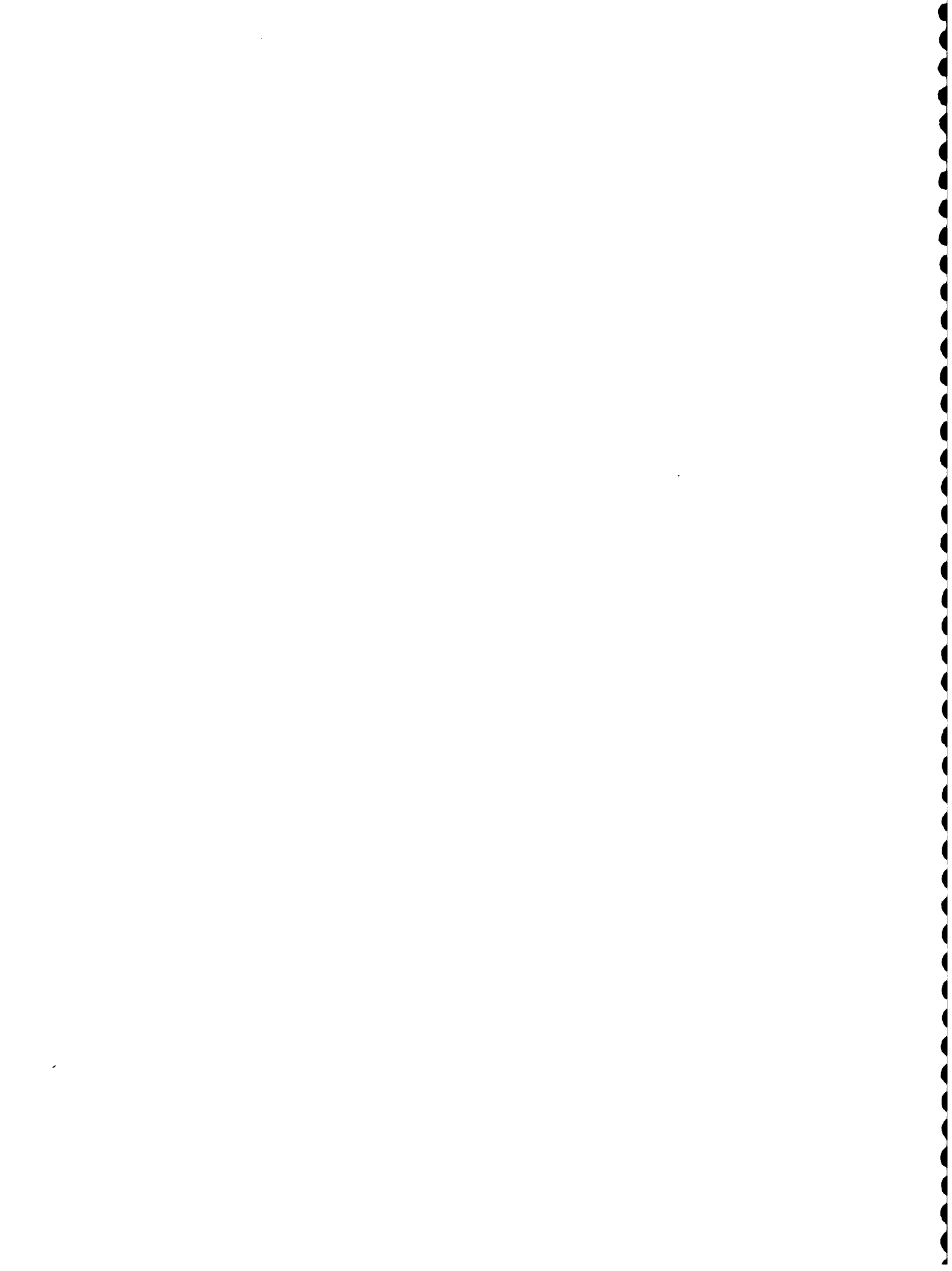




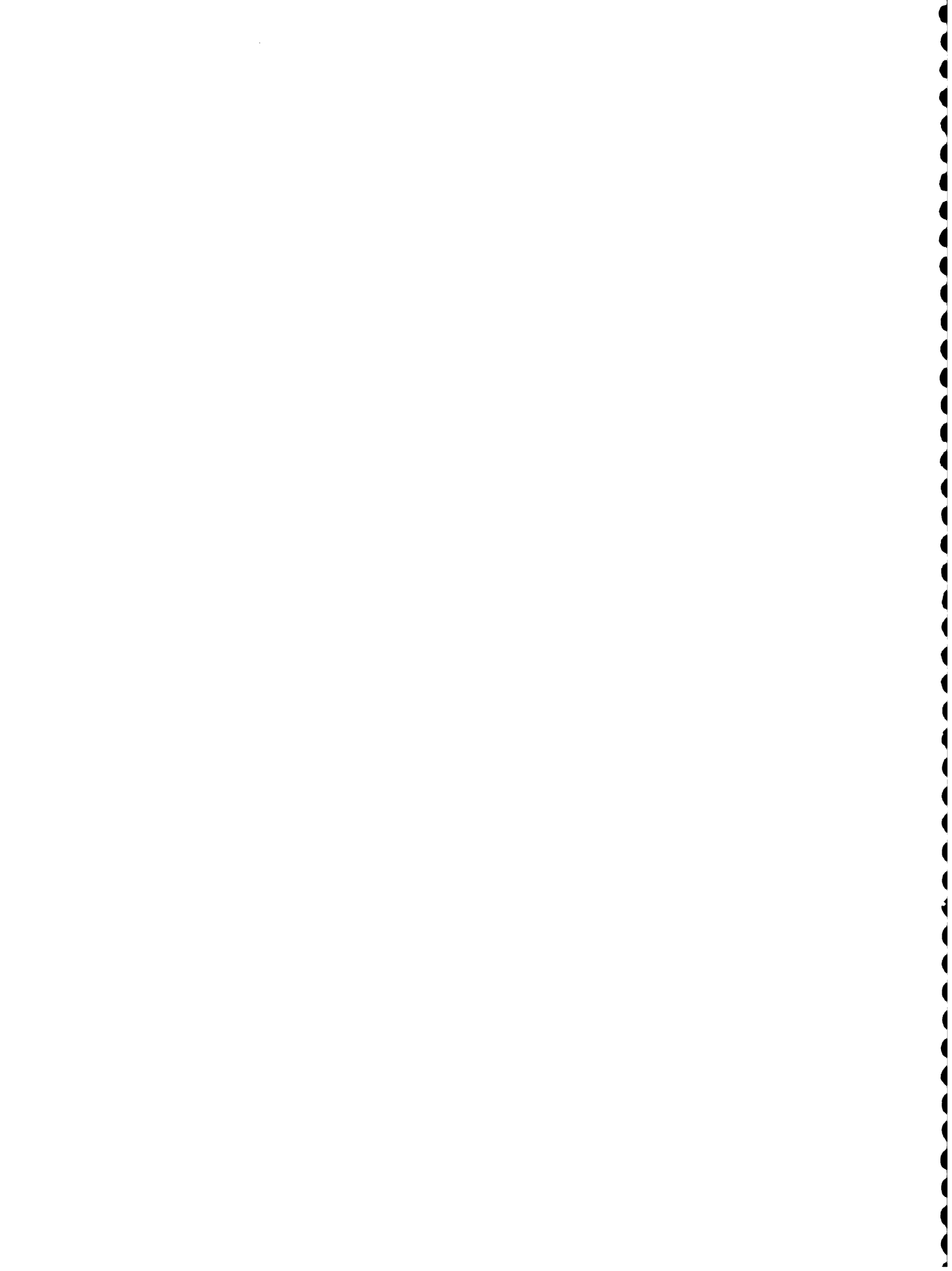
A pequena agricultura nordestina, e em especial a camponesa, tem sido tradicionalmente produtora de alimentos, tanto para a subsistência como para o mercado, tendo uma acentuada responsabilidade -como já apontamos anteriormente- na produção regional de arroz (82,3%), feijão (73,6%), mandioca (81,5%) e milho (67,7%).

Também se fazem presentes no Nordeste formas de subordinação da pequena produção à agroindústria, em especial no que toca à cultura da cana de açúcar (como é o caso de fornecedores para as usinas de Pernambuco e Alagoas), as de algodão, de fumo e mais recentemente frutas tropicais e hortigranjeiros

O processo de capitalização da pecuária que -si bem, com as limitações que apontávamos anteriormente- se tem desenvolvido também na região, estimulado pelo crédito oficial subsidiado e pelo aumento do valor da terra, tem acarretado no Nordeste a conversão -quasi sempre violenta- de terras de cultivos em pastos, e de pastos naturais em pastagens permanentes privatizados, com a conseqüente expulsão dos camponeses (posseiros, moradores, e mesmo trabalhadores permanentes das antigas grandes propriedades). Em regiões como a da zona do agreste, nas quais a reprodução dos camponeses era tradicionalmente articulada com a grande propriedade através de relações de assalariamento temporário e de posse, a eliminação da maior parte do emprego sazonal na região tem agudizado os processos de proletarização (CPDA-NE, 1978) como também colocado a necessidade da procura de estratégias mais custosas



para o campesinato na defesa de sua reprodução social, como é o caso dos deslocamentos a grandes centros urbanos, inclusive extra-regionais, de membros do grupo doméstico na procura dos ingressos monetários necessários(Garcia, 1986).



### III. OS EFEITOS DA CRISE DOS ANOS 80 NA CENTRALIZAÇÃO/DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO.

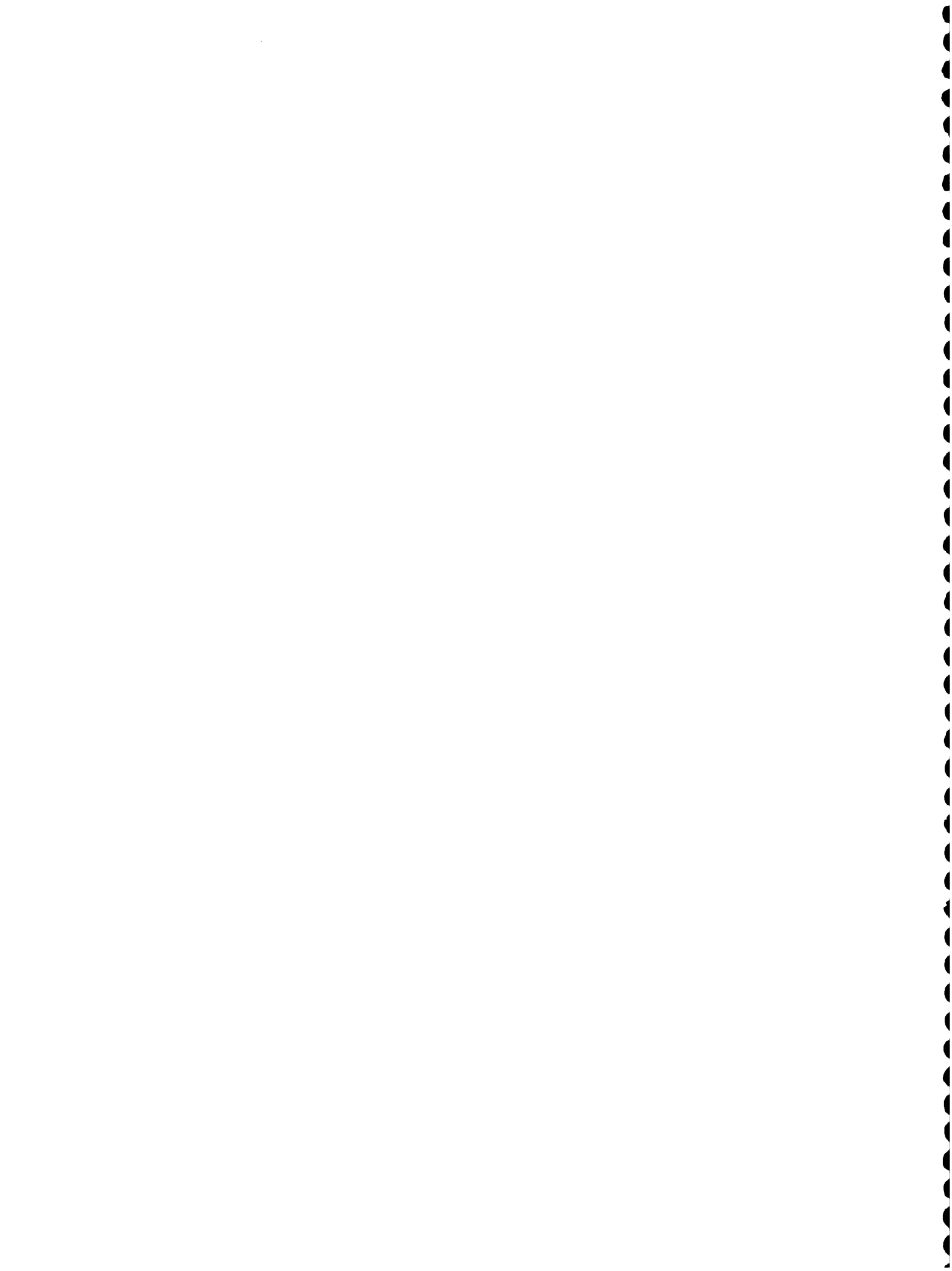
#### 1. *As características da descentralização no Brasil*

Considerando por descentralização os "processos de delegação das decisões referentes à gestão e, a partir das análises de Magalhães (1983), Longo (1982) e Steinberg (1988), poderíamos dizer que no Brasil das últimas décadas a descentralização tem obtido avanços mais em termos "funcionais" que em termos "territórias".

A descentralização funcional é de considerável importância. A reforma administrativa de 1969 reorganizou a burocracia federal em organismos administrativos diretos e indiretos. Entre os indiretos encontramos:

- .as instituições autônomas;
- .as empresas públicas;
- .as sociedade e empresas mixtas.

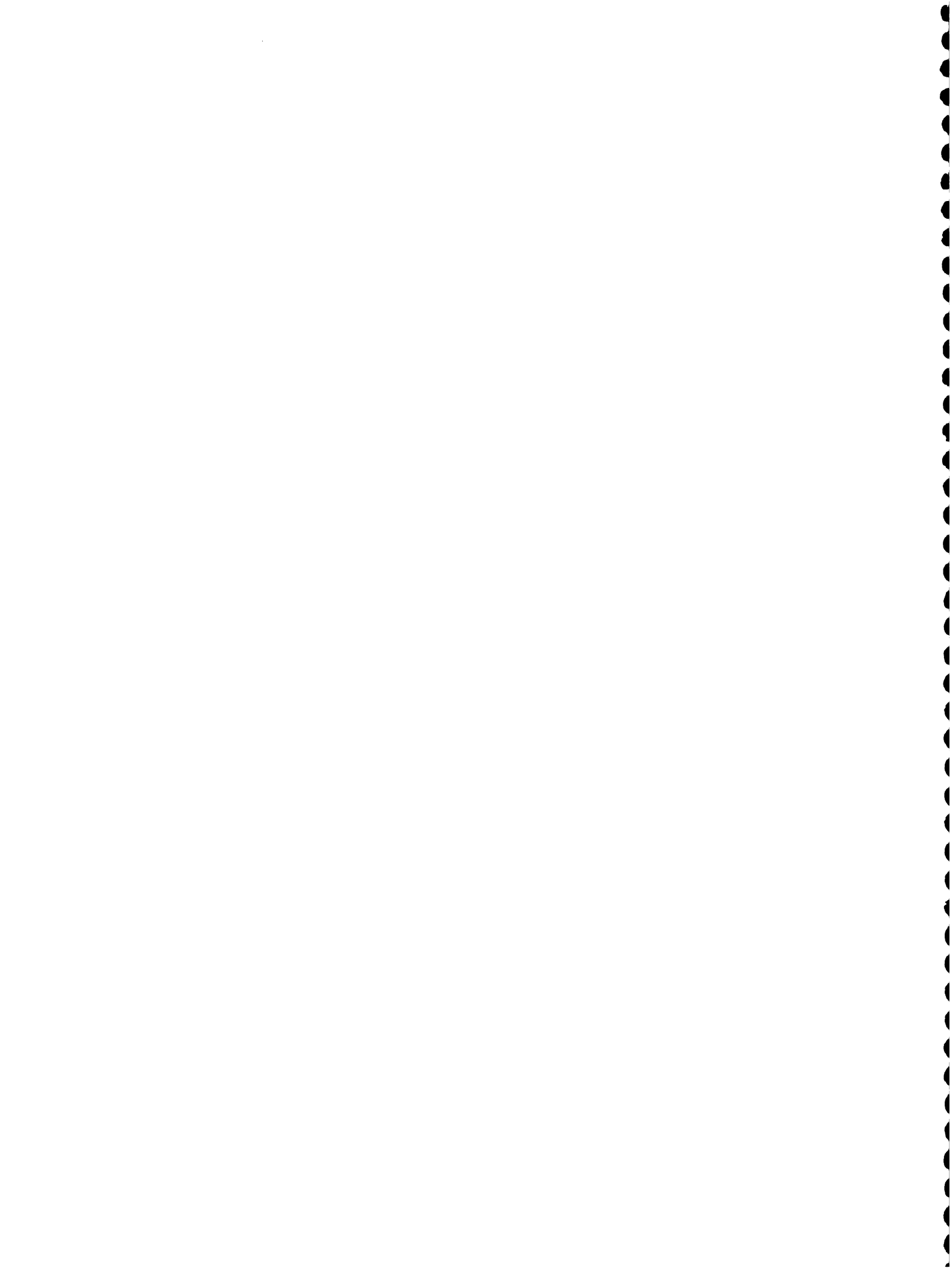
Uma outra categoria que não entra na classificação de diretas e indiretas são as fundações, instituições que tem o objetivo de prestar determinados serviços. São regidas pela lei comum, mas pelo fato de serem criadas pelo governo federal, quase representam uma contradição jurídica ao serem fundações "públicas".



Desde o ponto de vista territorial encontramos que o planejamento do desenvolvimento regional, desde 1955 até 1983, tem sido predominantemente centralizado no governo federal, com movimentos de centralização/descentralização entre a capital e os organismos federais de planejamento regional (isto é, as Superintendências de Desenvolvimento Regional - já descritas no capítulo anterior - entre as quais, experiência da SUDENE é pioneira enquanto entidade relativamente autônoma).

É consenso entre os estudiosos e administradores da descentralização, em última instância, está dada pela gestão do gasto público. Até as últimas fases da "primeira" transição política do regime autoritário tinha-se manifestado uma clara tendência de centralização nessa gestão (tendência que começa a se reverter com as relações dos governadores da oposição em 1982, e especialmente com a Nova Constituição, como veremos no próximo ponto).

No Brasil existem vários Fundos de transferência de recursos. O mais importante, desde a perspectiva inter-regional tem sido o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Ele, como outros, se constituiu a partir de 20% da arrecadação federal dos impostos sobre a renda e os produtos industrializados (IPI). Desse total, 2% destinava-se à constituição de um fundo especial (do qual 75% corresponderia ao Nordeste), 9% destinava-se ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) - o qual foi distribuído segundo diferentes critérios: 5% proporcional à superfície e 95% em função do coeficiente individual de participação -, e finalmente 9% para





o mencionado Fundo de Participação dos Municípios.

Os estados também participavam da arrecadação dos impostos aos combustíveis e lubrificantes, à energia elétrica e aos minerais.

A centralização fiscal que se desenvolveu até início dos 80 pôde visualizar-se considerando o índice de recursos realmente disponíveis. Tendo 1966 como base 100, nota-se que em 1978 aqueles que correspondiam à União somaram-se 365, enquanto que o valor do conjunto dos estados era de só 290.

## *2. Os efeitos da crise na descentralização e na desconcertação.*

Os efeitos da crise, no que diz respeito à descentralização e à desconcertação, são diferenciados segundo as regiões. Segundo Magalhães (1983) esta diferenciação dependeria:

- .do tipo de estrutura econômica de cada região;
- .do nível de diversificação intersetorial;
- .da particular inserção no mercado internacional;
- .do volume de atividade direta e indireta que o setor público nacional compromete na região.



Por outra parte, os efeitos da crise tornam-se mais complexos porque as regiões tem escassas margens de manobra no que diz respeito à política econômica, como para poder formular "políticas" ou tomar medidas que permitam desminuir ou superar os seus efeitos nocivos .

No entanto, se bem que exista um considerável número de mecanismos de transferência de recursos para as regiões (como o FINOR, Fundo de Investimento do Nordeste; FIAM, Fundo de Investimentos da Amazônia; PROTERRA, Programa de Redistribuição de Terras; PIN, Programa de Integração Nacional e o Fundo de Participação de Estados e Municípios), a crise tem afetado o montante global desses recursos, produzindo demoras na execução dos projetos, e dificultando o andamento.

Como resposta às demandas dos governos estaduais o governo federal tem respondido, pelo geral, com programas emergenciais os quais procuram absorver o desemprego e remanejar os instrumentos tributários. Este remanejamento efetivou-se geralmente, através de duas medidas: a elevação das taxas do imposto de circulação das mercadorias em operações internas, e a diferenciação das porcentagens alíquotas interestaduais do ICM.

Finalmente, ainda que as crises implicam frequentemente na agudização da centralização, elas também propiciam espaços para a descentralização. Nessas conjunturas, pelo geral apresentam-se processos de reestruturação "espacial" do poder ou acontecem mudanças na estrutura da sociedade política. Isto



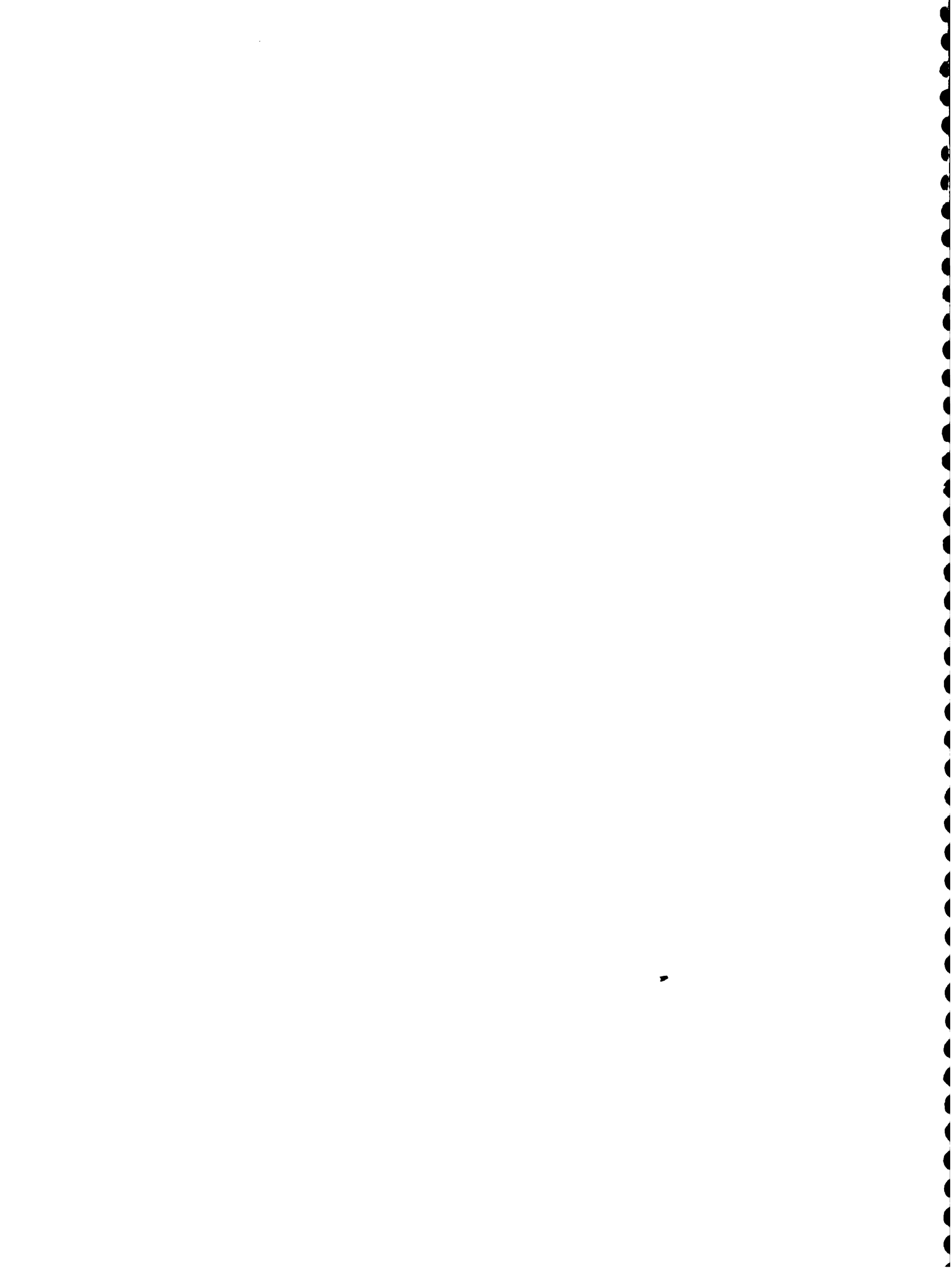
produziria efeitos nas modalidades associativas dos grupos da sociedade civil (acordos, pactos, alianças, etc), que favoreceriam a aceitação de perspectivas descentralizadoras.

A transição brasileira e a crise econômica que a acompanhou apontariam para uma conjuntura na qual estiveram conflituosamente se manifestando esses processos. Os debates e os resultados da constituinte e a peculiaridade dessa conjuntura para os camponeses são os aspectos que privilegiaremos nos pontos seguintes.

### *3. Descentralização e participação na Nova constituição*

Após um processo demorado e conflitivo que se manifestou na ação de diversos "lobbys" empresariais e na pressão dos mediadores do campesinato, em Outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil.

O texto resultante, em linhas gerais, é rico e contraditório, como produto dos embates de interesse. Entre suas preocupações básicas (o apego à tradição brasileira sobre a propriedade e a respeito à livre iniciativa, por exemplo) cabe identificar uma tendência à democracia participativa, com o reconhecimento de um papel ativo na formação da vontade estatal das entidades "espontâneas" da sociedade civil, como também uma revisão federativa com novas soluções para o conflito centralização/descentralização. Tentar-se-á sintetizar como se manifestam essas tendências e revisões no que toca à

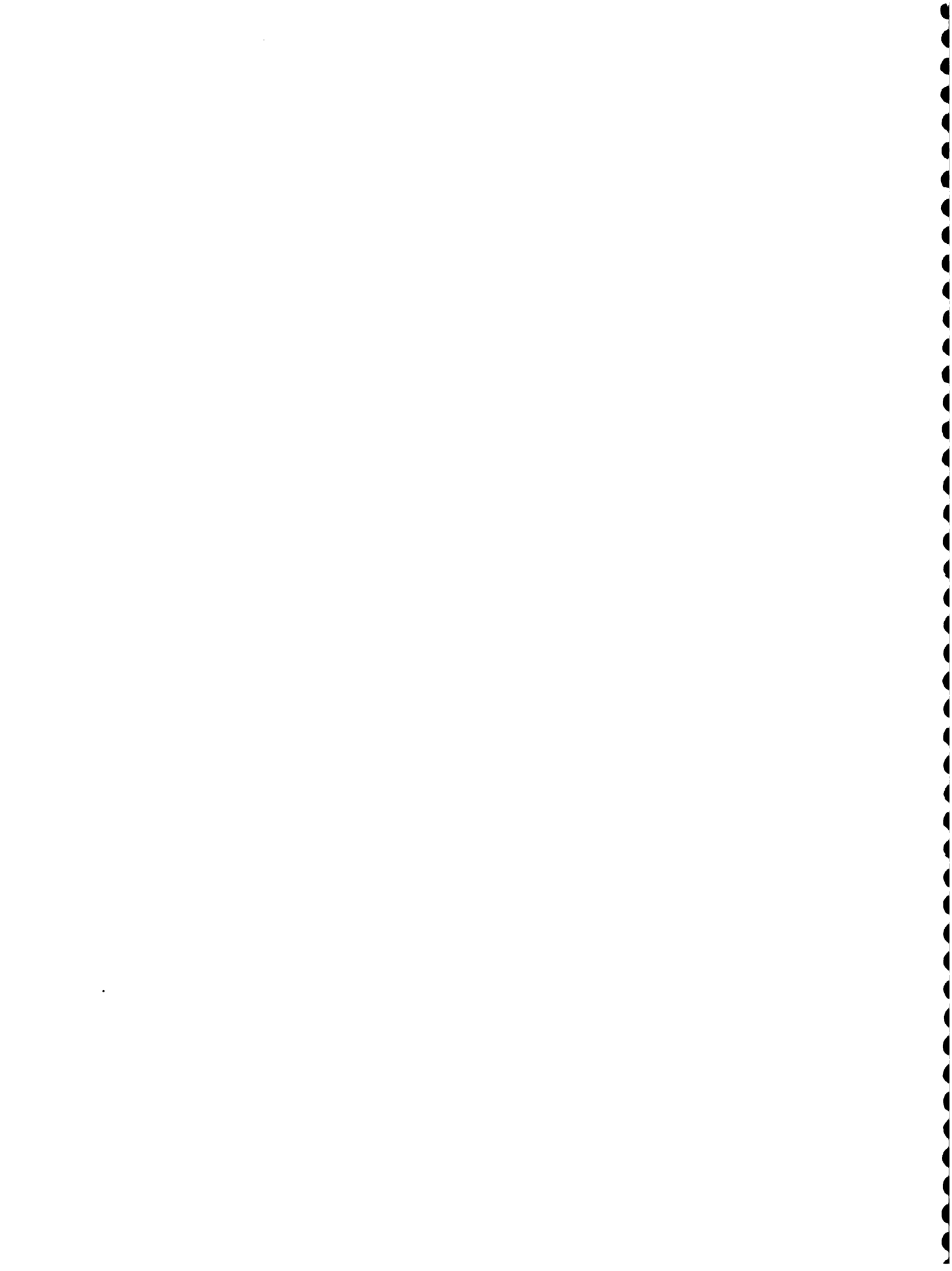


organização do Estado, à tributação , ao orçamento, à reforma agrária e, finalmente aos espaços outorgados pelas associações da sociedade civil.

a) Na organização do Estado, anteriormente, o Município não era definido como um ente da Federação. Era apenas uma unidade administrativa. Agora, ele ganha o *status* e a autonomia de membro de Federação. Uma primeira e básica consequência prática foi a competência dos Municípios para elaborarem suas leis orgânicas. Em muitos Estados, era a Assembléia Legislativa que votava uma lei padrão para os Municípios.

Mas na organização nota-se uma mediação curiosa entre o centralismo , a desconcertação e a descentralização. A União tem reforçado suas competências em algumas áreas de preocupação recente (serviços de telecomunicações, rádio difusão, energia, transportes, recursos hídricos, atividades nucleares) aiém das tradicionais (emissão de moeda, relações internacionais, etc.) Mas o texto em geral aponta para a descentralização da execução de políticas, sendo elencadas as competências comuns e específicas.

É competência comum -da União, dos Estados e dos Municípios- um largo espectro de assuntos, entre os quais: saúde, educação, ciência, cultura, meio ambiente produção agropecuária e alimentação, moradia, proteção às paisagens e bens de valor cultural, educação para o trânsito, combate às causas da pobreza e acompanhamento e fiscalização da atividade mineral.





Uma novidade é os Estados terem atribuições para legislar sobre procedimentos em matéria processual, embora ainda seja preservada a exclusividade de União no direito processual. A norma visa permitir a agilização de procedimentos, através de conciliações e juizados especiais que as Unidades Federadas poderão implantar.

Os Municípios, com a cooperação técnica da União e dos Estados, terão a principal, responsabilidade em áreas como ensino fundamental, pré-escola, saúde. A divisão dos Municípios em distritos passa a ser competência municipal, dentro de princípios de uma lei estadual; era feita através das assembleias legislativas estaduais.

b) No que toca à tributação e orçamento, produzem-se avanços na tendências à descentralização, ainda que não possamos falar da predominância dela. Assim, a União não pode mais instituir isenções de tributos da competência dos Estados ou Municípios.

Aos Estados competem impostos sobre: transmissão por morte e doação de bens ou direitos; operações relativas à circulação de mercadorias; serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação; propriedade de veículos automotores. Ainda podem cobrar 5% adicional ao imposto sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas, em relação aos lucros e rendimentos de capital.

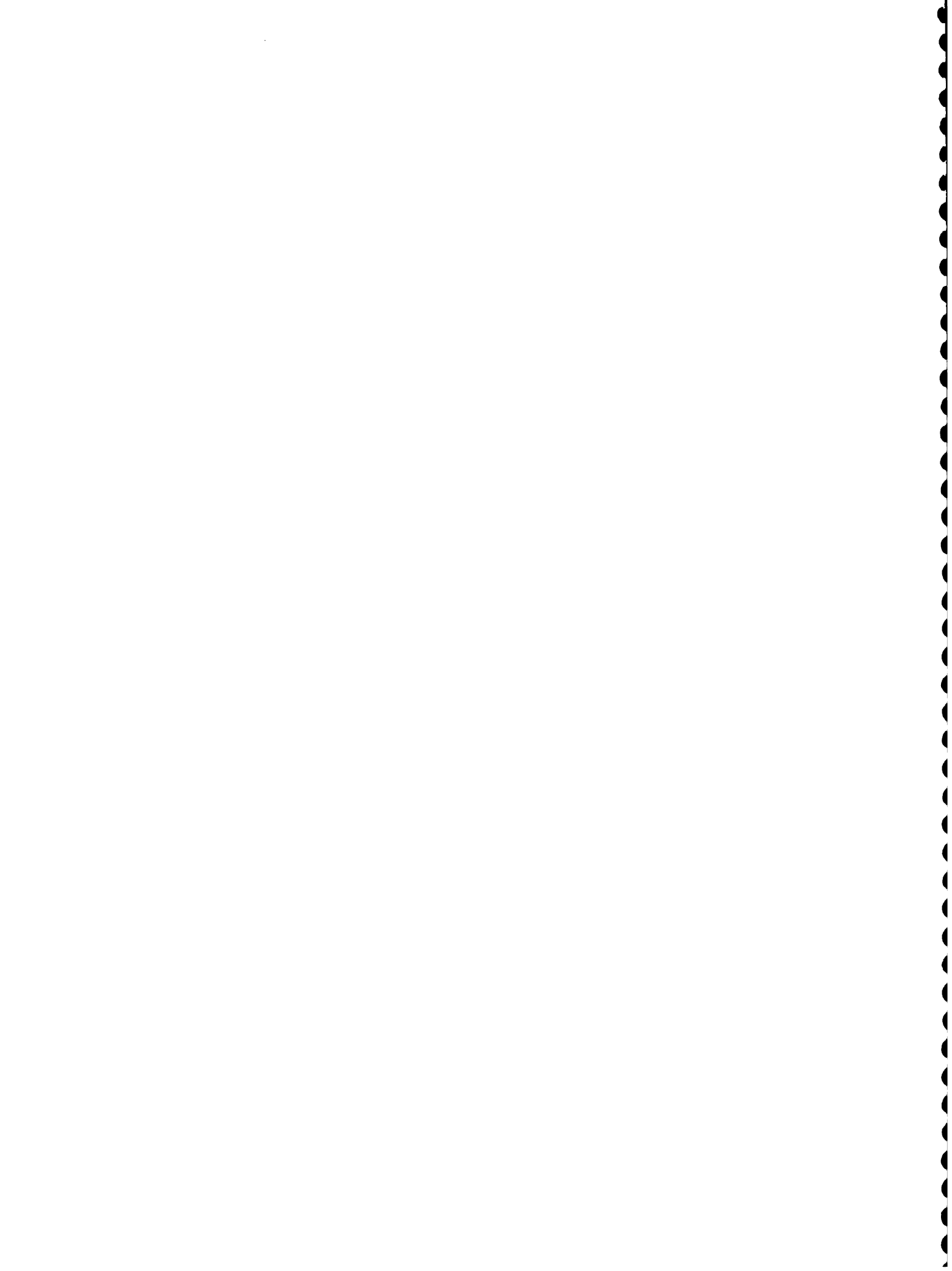


Os municípios assumem competência para instituir impostos sobre: propriedade predial e territorial urbana; transmissão entre vivos, por ato oneroso, de bens imóveis ou direitos sobre eles; vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, à exceção do óleo diesel; serviços de qualquer natureza.

A Constituição regula a distribuição de renda produzida pelos impostos entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Assim, quando o Governo Federal criar um imposto novo, 20% dele caberão aos Estados e ao Distrito Federal. Com estes ficará, igualmente, o produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos pelas autarquias, fundações e administrações direta estatual.

Os municípios ficam com o produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos que eles paguem; 50% do imposto territorial rural sobre imóveis neles situados; 50% do imposto estadual sobre veículos licenciados no território municipal; 25% do imposto estadual sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte e comunicação

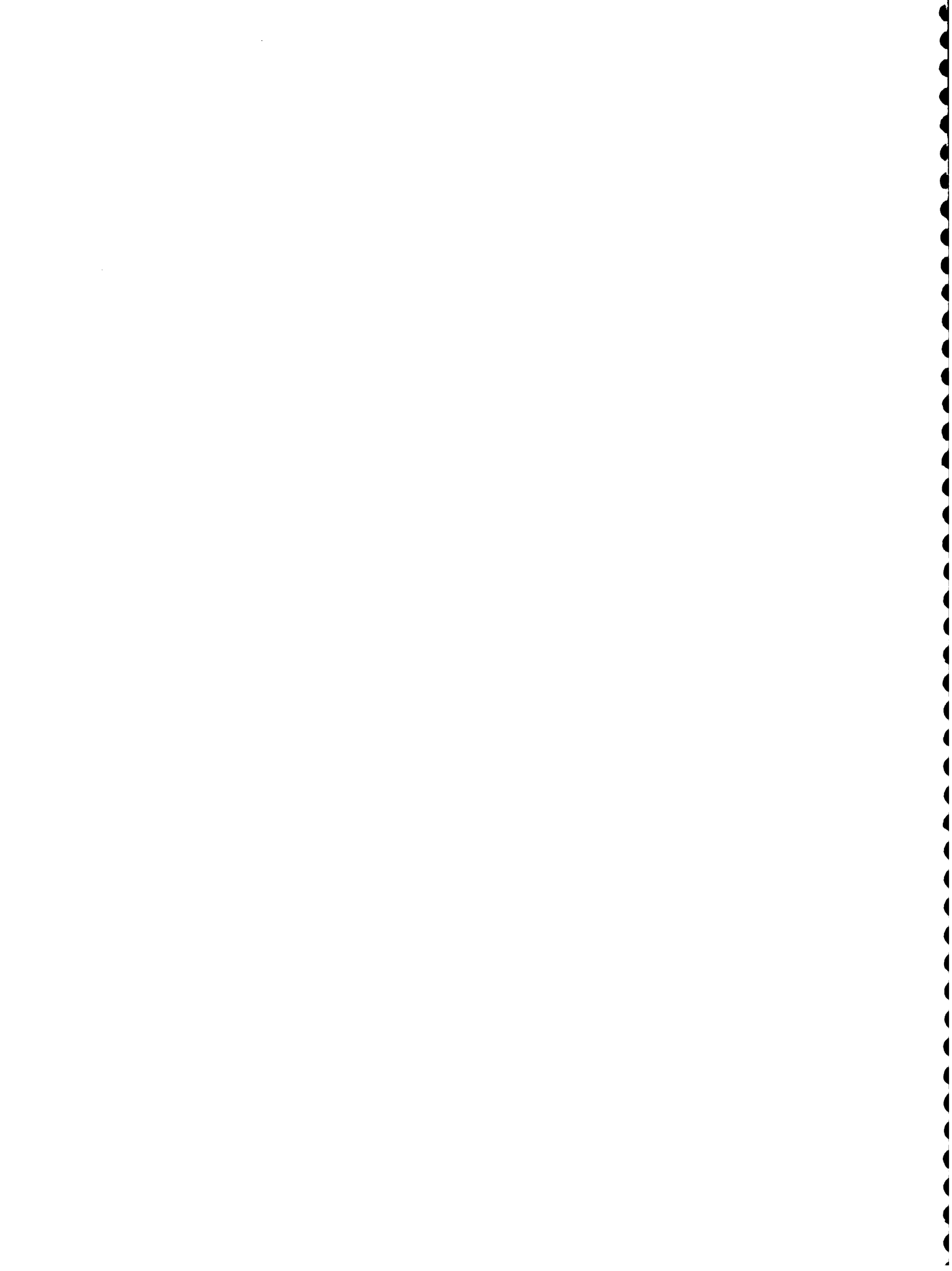
A União ainda distribuirá, do imposto de renda, 21,5% para o Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal; 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios e 3% para aplicação especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



No campo orçamentário, são previstas três leis: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

O plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada os investimentos para o período. A lei de diretrizes orçamentárias antecederá a elaboração do orçamento e regulará investimentos, despesas de capital e alterações tributárias para exercício seguinte. A lei orçamentária anual incluirá os orçamentos fiscais, de investimentos das empresas públicas e da seguridade social. A cada trinta dias, após o encerramento de um bimestre, o Executivo publicará relatório da execução orçamentária.

Cada proposta de orçamento será acompanhada de demonstrativo sobre efeitos regionalizados.

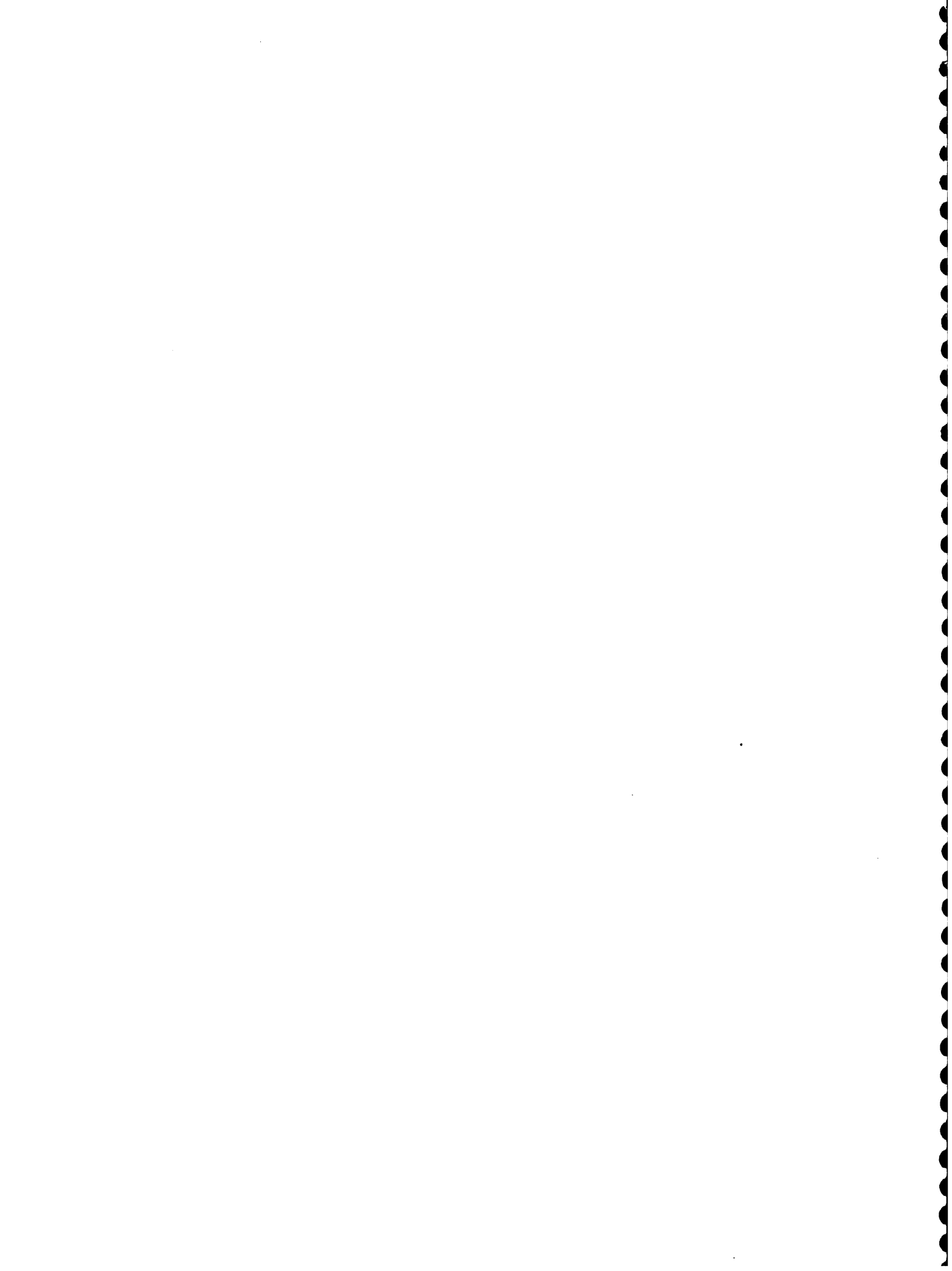


c) No que toca à reforma agrária este foi um dos temas mais polémicos. Apesar da intensiva mobilização canalizada nas emendas populares, as pressões dos "loobys" dos grandes proprietários fundiários (principalmente de setor da pecuária) através da União Democrática Ruralista (UDR) geraram resultados considerados como uma derrota para os trabalhadores rurais. Assim a nova constituição é um recuo em relação à legislação anterior (Estatuto da Terra).

A mais graves das derrotas foi a expressa definição de que não poderão ser desapropriadas para a reforma agrária a pequena e a média propriedade, quando o seu dono não possuir outra, e a propriedade "produtiva", esta última já com tratamento privilegiado previsto. Ou seja, o texto constitucional abre caminho para uma interpretação de que a propriedade produtiva, mesmo que não esteja cumprindo sua função social, poderá ser desapropriada. Mais uma batalha legislativa acontecerá ao se ter que precisar o significado de propriedade produtiva.

d) Um dos mais importantes avanços no conjunto da Nova Constituição é a tentativa de articulação entre democracia representativa e participativa. Isto se expressa ao se definir a soberania popular prevendo-se práticas diretas de decisão pelos cidadãos, como a iniciativa popular, o referendo, e o plebiscito, em todos os níveis.

Mas é no Município que a Constituição determina claramente a cooperação de Associações representativas da Sociedade Civil no planejamento municipal. Estas associações ganham





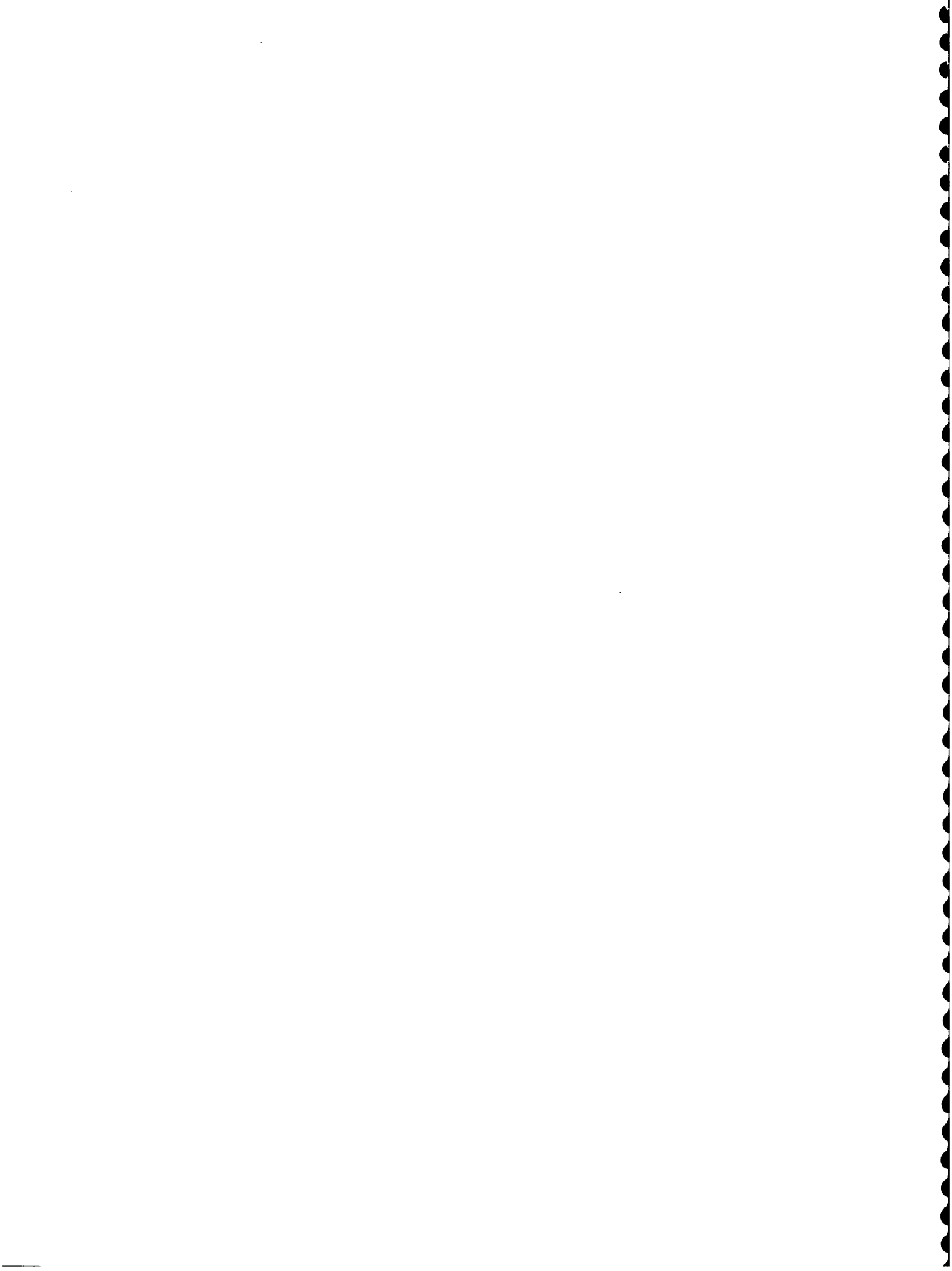
titularidade judicial e administrativa, procurando que elas representem a sociedade, ao lado da representação eleita. Além de suas intervenções no planejamento municipal, está prevista também sua atuação no controle e fiscalização, nas denúncias ao Tribunal de Contas, ante as Comissões do Congresso, na definição e na gestão de políticas como meio ambiente, seguridade e educação.

Ficam assim em aberto espaços para práticas participativas, que anteriormente, como veremos no caso aqui analisado, dependiam de ajustamentos e esforços, burocráticos levados a cabo por um conjunto pequeno de administradores e técnicos governamentais, já que tendencialmente primava a exclusão dos trabalhadores rurais, inclusive nas conjunturas de descentralização ou de "crise" dos governos autoritários.

#### 4. *Crise do Estado, descentralização e participação camponesa.*

Quando se tenta refletir, no caso brasileiro, sobre a "crise do Estado" vinculadas as tendências para a descentralização, com o crescimento dos espaços de participação da sociedade civil na gestão estatal, tem que se ter em conta as especificidades das conjunturas para os diversos componentes dessa "sociedade civil".

Esta necessidade ainda é maior quando nosso foco de atenção são os camponeses -no Brasil incluídos na categoria

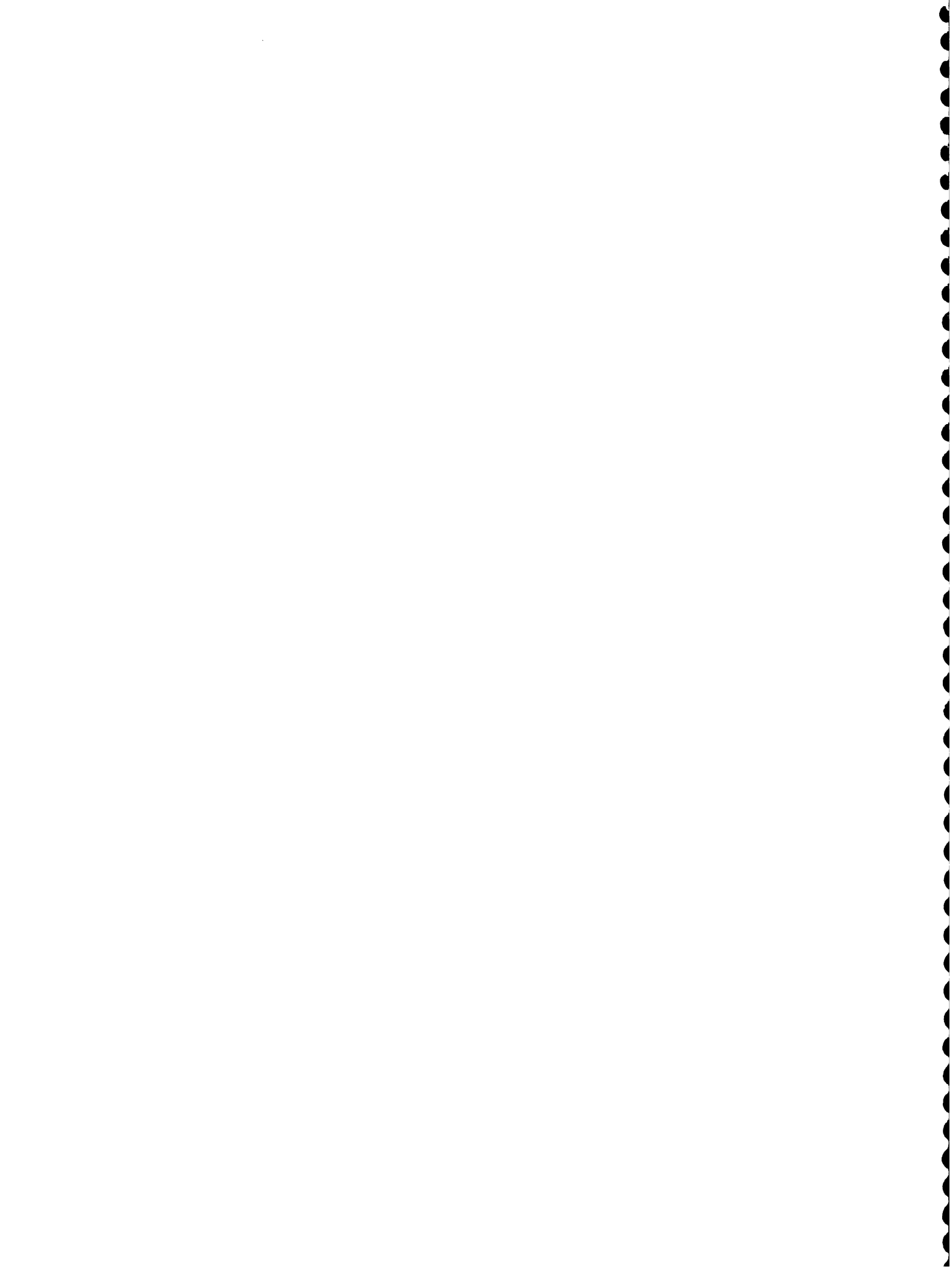


política abrangente de "trabalhadores rurais"- devido ao status prático de "sub-cidadania" ou de "cidadania de segunda classe" ao qual estão adscritos nas relações que se estabelecem entre o Estado e a Sociedade Civil.

Assim, no caso dos "trabalhadores rurais", suas aspirações de participação tem esbarrado com uma dificuldade sistemática, quase estrutural de se concretizar, já que as conjunturas de abertura política, e portanto aquelas em que os setores populares deveriam obter um maior participação democrática, coincidem, geralmente com conjunturas de fortalecimento das, "oligarquias agrárias".

Consequentemente, o espaço de participação dos trabalhadores rurais nessas conjunturas não é favorecido.

Poderia-se dizer que, com exceções como a do governo Kubitschek, final dos 50, teria-se manifestado uma tendência para conjugação de conjunturas históricas, centralizadoras, economicamente modernizantes e politicamente conservadoras de um lado, e conjunturas descentralizadoras, economicamente conservadoras e politicamente "liberais" de outro. É no caráter desse "liberalismo" que residiria um dos principais entraves para o favorecimento da Participação efetiva e autônoma dos camponeses no processo político como um todo, esse "liberalismo", muito diferente do "liberalismo" europeu tem um fundamento básico agrário e oligárquico. (leal, V., 1975; Faoro, R., 1958 e Weffort, F., 1978).

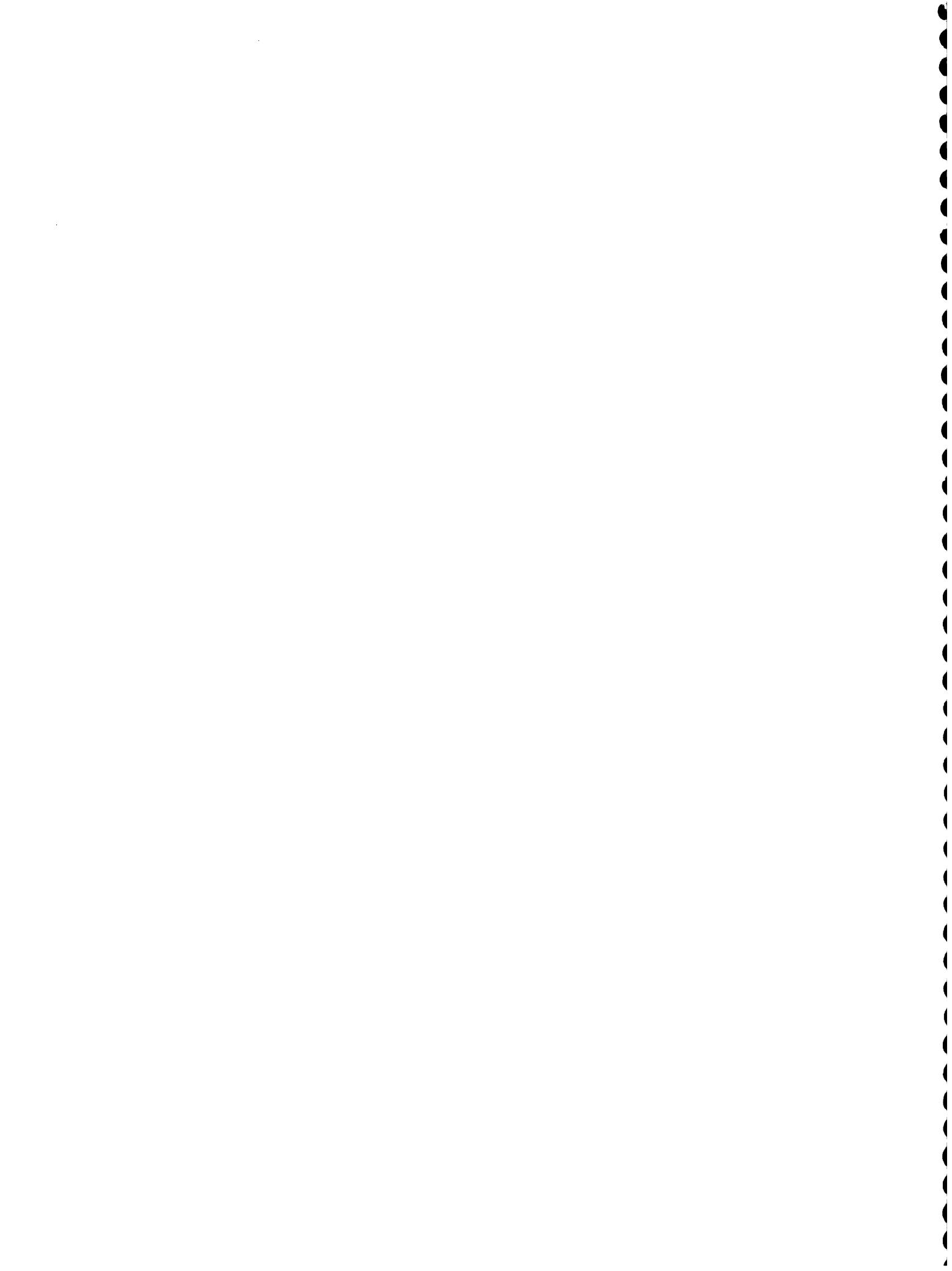


4.1. A substituição dos mediadores como o espaço político da participação. Sindicatos, Igreja, ONGS, Estado e Camponeses.

Durante todo o processo de modernização da agricultura, paralelamente à diversidade de figuras sociais criadas e recriadas por ele, foram se constituindo através de um processo de substituição de mediadores, os representantes dos trabalhadores rurais, principalmente o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, a Igreja Católica, o movimento dos Sem Terra, as ONG, o próprio Estado e escassamente os partidos políticos.

a) O movimento sindical dos trabalhadores rurais, composto por 2.600 sindicatos, 22 Federações, uma Delegacia Estadual e uma instância Federal, a CONTAG, congrega mais de 8 milhões de sindicalizados e tem se constituído, ao longo de seus vinte e cinco anos de existência, num espaço legitimado de representação.

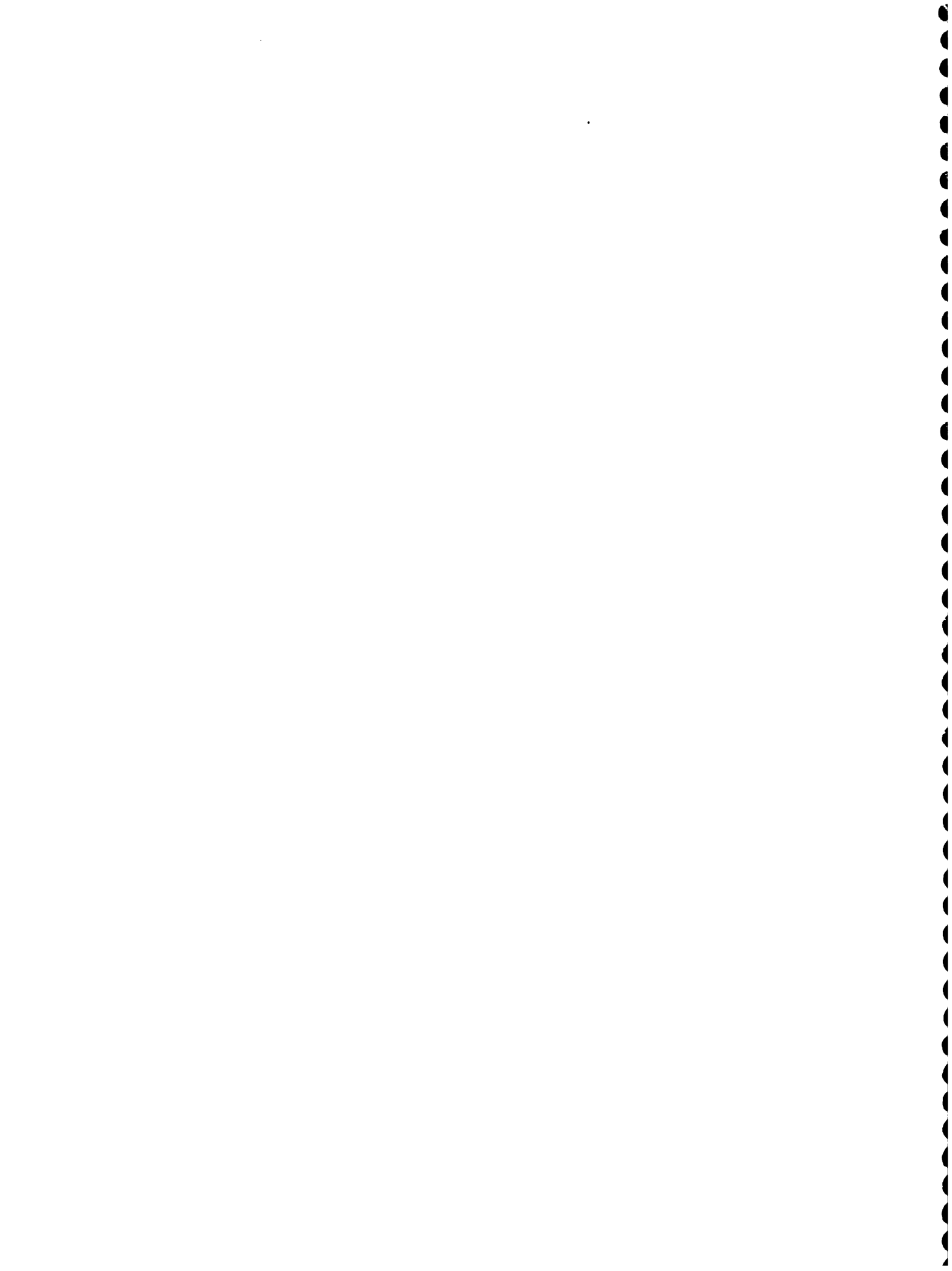
b) A Igreja Católica principalmente através de suas entidades leigas - como a Comissão Pastoral da Terra, o MEB e o MER, é um dos mediadores mais atuantes, especialmente nas lutas pela terra levadas a cabo pelos posseiros e pelos "Sem-Terra". Sua prática está caracterizada por uma "religiosização da ação política" e por ter uma oposição sistemática referente ao Estado que se soma, a um quase constante espaço de atrito com o



Movimento Sindical de Trabalhadores rurais, em especial com a CONTAG.

c) Um outro espaço de mediação, se bem que incipiente, é o das ONGS. Muitas delas se originaram como entidades leigas da Igreja Católica e adquiriram - por diferentes motivos - alto grau de autonomia que levaram até à sua separação da Igreja. O caso da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é um exemplo. Estas ONGS, através de seus projetos e equipes e com esforço das fontes de financiamento de recursos basicamente externos, vem logrando progressivamente um espaço de legitimidade que as habilita, aos olhos dos próprios camponeses, para a intermediação em conflitos específicos que os afligem (e que, em geral, dizem respeito aos problemas de produção alternativa, de comercialização, de assessoria). A ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) seria um outro caso, mais ligado aos problemas fundiários.

d) Finalmente, o próprio Estado através de agentes e agências específicas poderia ser visualizado como procurando legitimar um espaço de mediação das relações que estabelecem com os camponeses. Não só durante os governos limitares, através da ação social do exército desenvolvida no meio rural, ou dos programas especiais baixo a orbita de influência militar, no caso do GETAT e do GEBAM. Mas também, permanece sua ação na conjuntura de transição, personalizado em entidades e agentes específicos dos órgãos do setor público agrícola.

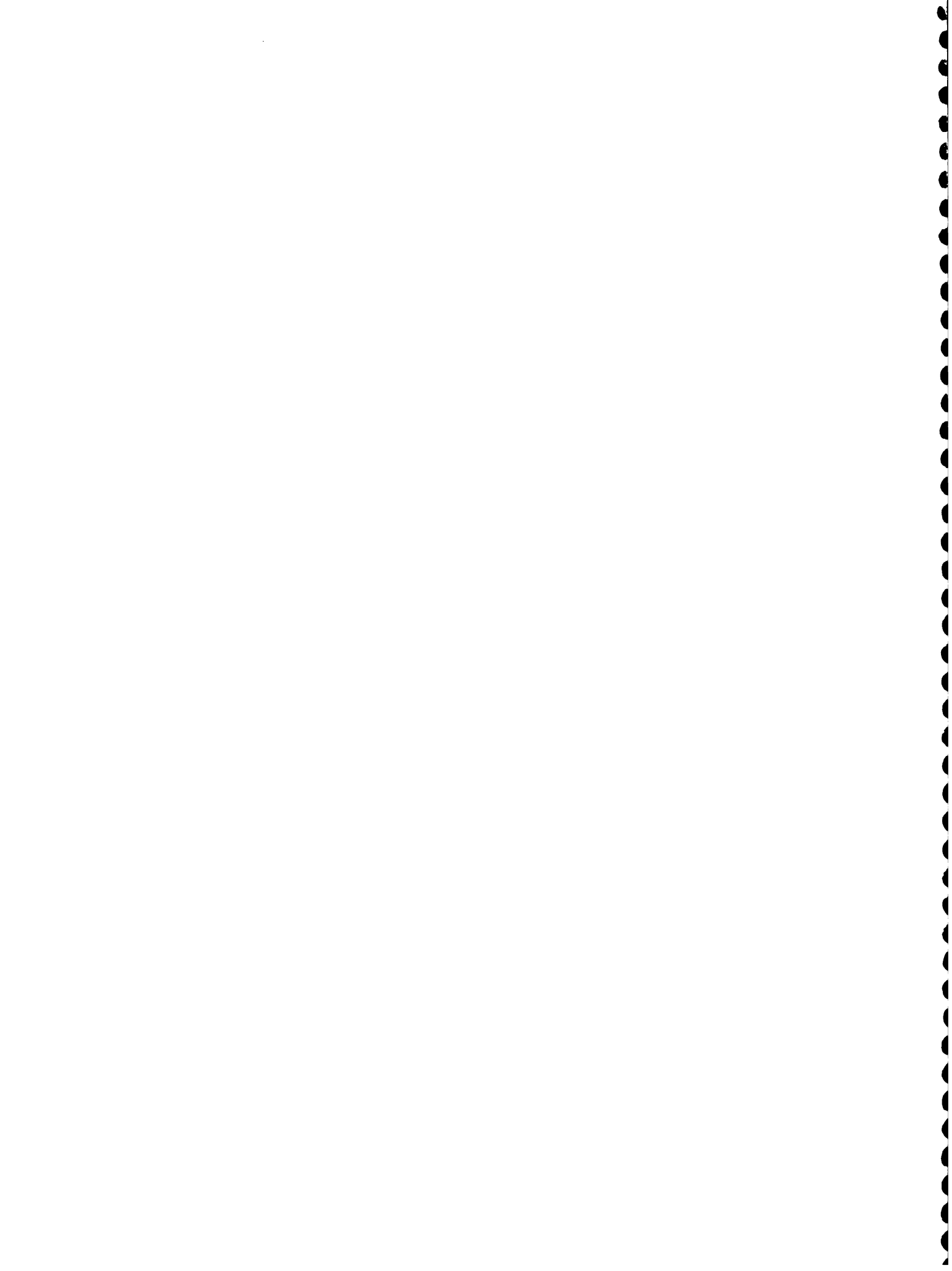




Este conjunto de novos mediadores -entre os quais cabe ressaltar a ausência concreta dos partidos- constituiriam uma sorte de "campo político da representação camponesa", que, entre seus efeitos múltiplos nos anos 80, manifestariam-se:

a) um efeito de superação e ampliação da tendência histórica negativa que, as conjunturas de descentralização, tem trazido para a participação efetiva dos camponeses;

b) mas, paralelamente, um efeito complexificador, sobre o planejamento e a gestão participativa de ações orientadas para os camponeses, principalmente desde a esfera estatal, com as dificuldades e conflitos que ele provoca -como acontece no caso por nós analisado- pela diversidade de interesses entre os representantes e suas "lutas" em torno da hegemonia da mediação.



#### IV. AS EXPERIÊNCIAS

##### 1. O contexto das experiências

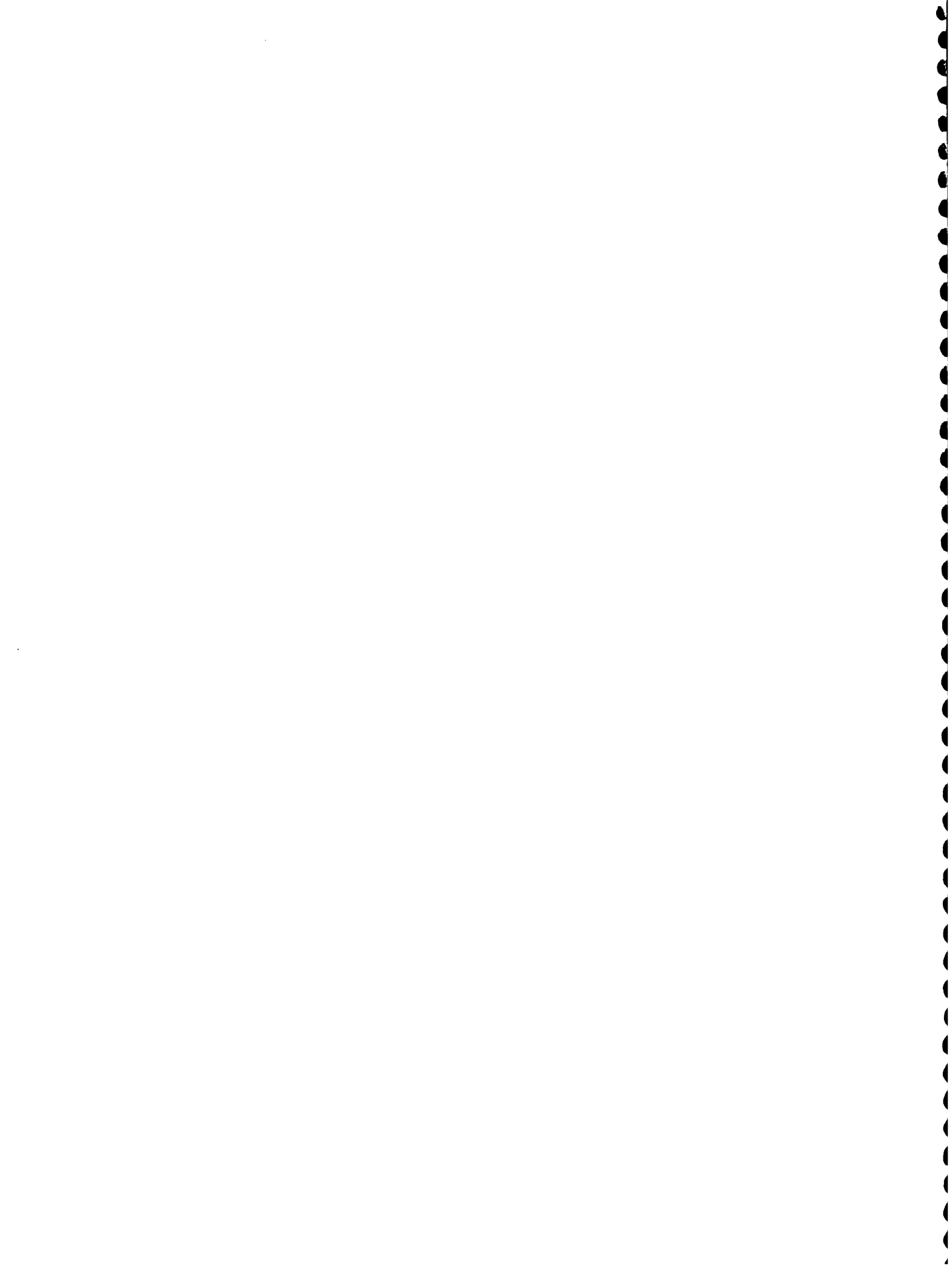
Tendo já caracterizado no capítulo II os elementos referentes ao contexto regional nordestino, e em especial ao seu campesinato, cabe aqui, recuperar os espaços mais significativos onde se manifestaram propostas participativas orientadas para esse setor.

##### 1.1 A SUDENE e os antecedentes da participação camponesa no Nordeste.

As propostas participativas orientadas para os setores camponeses, no Brasil, tem suas origens principalmente nos princípios do Desenvolvimento de Comunidades.

A concepção da SUDENE no pre-64 foi se conformando num espaço conflituoso entre as diretrizes desenvolvimentistas e o meio de grande tensão social do período, marcado pela consolidação das Ligas Camponesas e a organização do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais..

No início do governo militar a SUDENE cria a Divisão de Ação Comunitária (DAC) com a orientação de ocupar o espaço vago das organizações classistas, perseguidas na época.



Mas as perspectivas que constroem os técnicos dessa Divisão entrarão em choque com os novos interesses sendo destivada em 1975.

Os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado -PDRIs- que surgem na primeira metade da década dos 70, numa conjuntura socio-política e institucional que não estimula a participação da sociedade civil nas ações do planejamento e muito menos dos setores camponeses.

Assim só será no final dessa década, no contexto da transição e da crise, que a problemática da participação vai a emergir no âmbito desses programas e dos Projetos Especiais (caso do Projeto Sobradinho, considerado em nossa análise). Neles a mobilização e a organização dos grupos alvos passam a ser parte integrante de suas instrumentalizações como meio de institucionalizar suas demandas, convertendo-os num grupo de pressão capaz de dialogar com as agências, no interior e fora do aparelho estatal.

Mas é com o Projeto Nordeste, e em especial com o PAPPonde a proposta participativa consegue se articular com uma perspectiva, ao mesmo tempo unificadora e descentralizadora, da gestão das ações estatais para os camponeses.

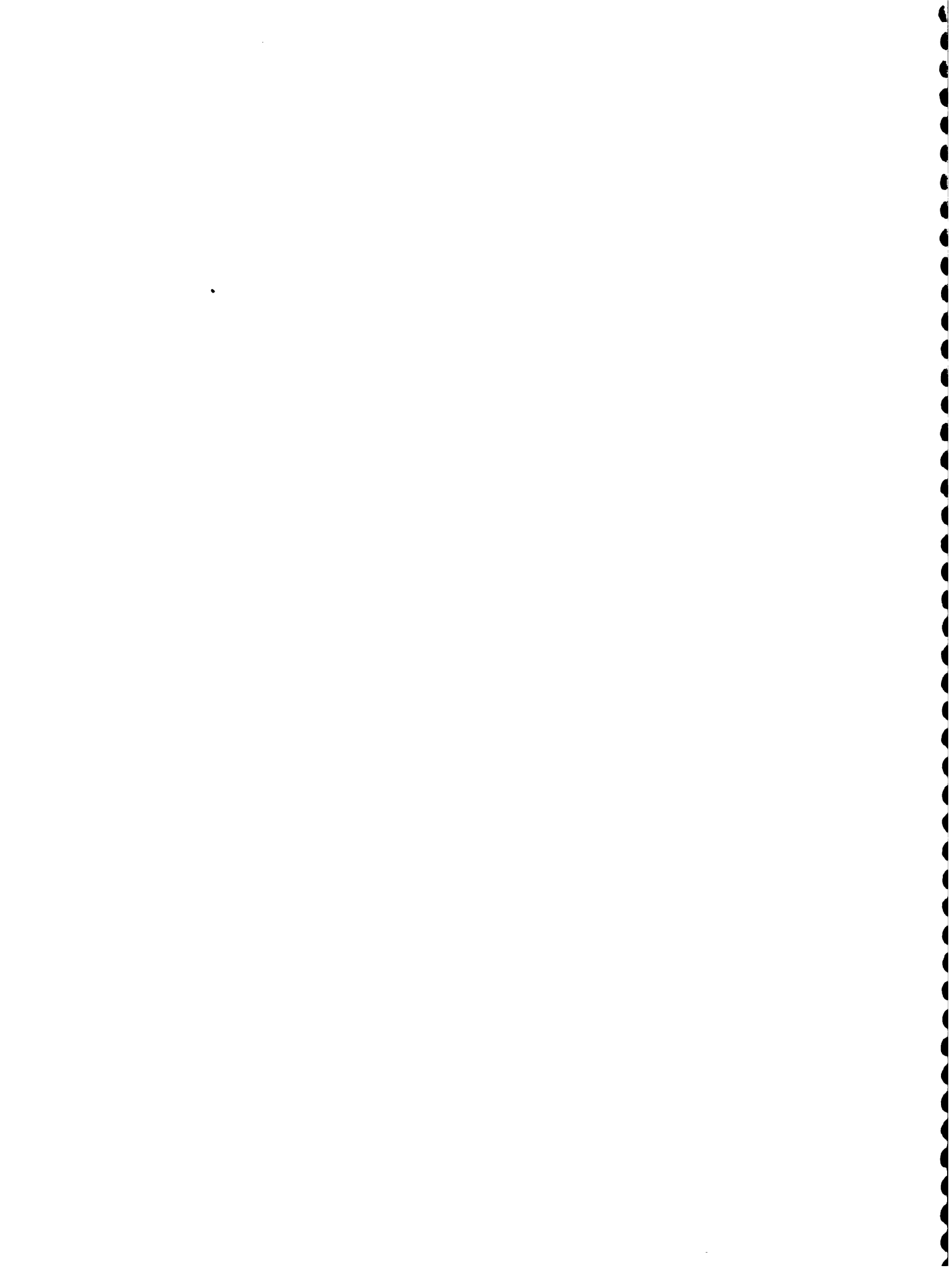


1.2. *O Projeto Nordeste: Uma visão globalizante da "Questão Nordestina".*

Com o processo de abertura política logram se manifestar críticas sistemáticas ao agravamento das condições socio-econômicas no meio rural nordestino, por parte de amplos setores da sociedade civil, e em especial do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e de representantes da Igreja Católica. Estas coincidem com o ressurgimento de reivindicações regionalistas por parte, tanto de políticos da oposição como mesmo de um grande número de membros do partido governista, conjuntamente com avaliações críticas feitas por vários quadros técnicos de instituições governamentais de ordem federal e estadual, sobre o andamento e os resultados obtidos pelos Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural que o Estado tinha implementado na região. Estes elementos favorecem a criação de um contexto no qual a "Questão Nordestina" ganha nova relevância no quadro dos grandes problemas brasileiros, passando a ser rediscutida em diferentes cenários político-institucionais.

Paralelamente, o próprio Banco Mundial, financiador privilegiado desses Programas de Desenvolvimento Rural, em suas avaliações concorda em remarcar os modestos ou até negativos resultados obtidos.

Este conjunto de condições favoráveis permite que em finais de 1981, se intensifiquem os contatos entre técnicos do





Banco Mundial e dos ministérios (sobretudo os de Planejamento, Agricultura e Interior), da SUDENE e de órgãos estaduais vinculados ao planejamento e à agricultura, procurando debater a reorientação da intervenção do Estado no Nordeste rural.

As propostas que começaram a se alinhar na discussão enfatizavam:

.A unificação dos diversos programas e/ou projetos, para evitar a pulverização de recursos e a multiplicidade de conflitos de ação;

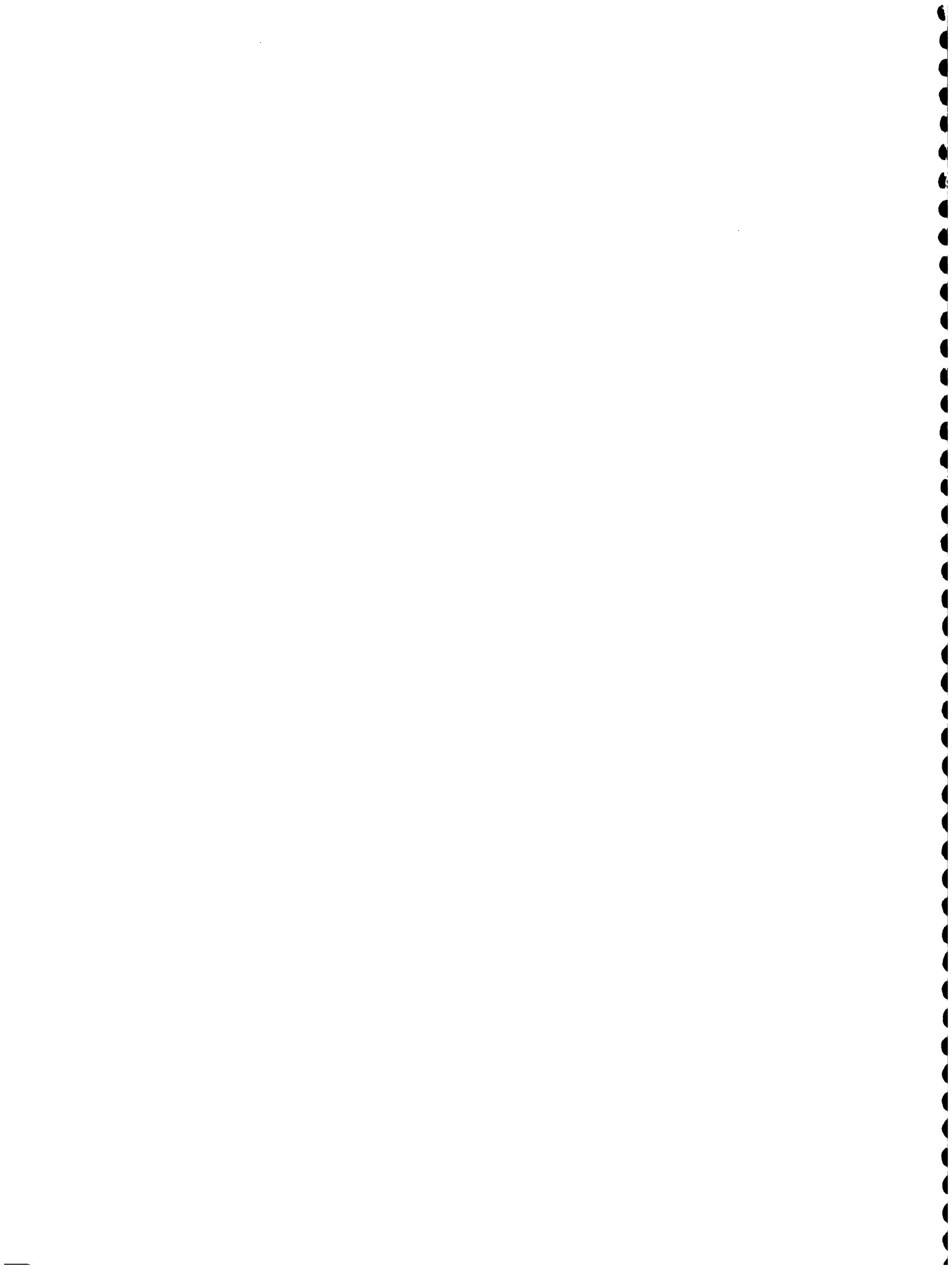
.A redução das áreas e do número de segmentos de intervenção;

.A reestruturação e o fortalecimento da SUDENE como agência de desenvolvimento regional;

.A necessidade de apoio aos pequenos produtores, principalmente pela sua importância para a produção de alimentos e para a retenção da população no campo;

.A sua participação efetiva junto com suas organizações na elaboração, no planejamento e na execução das intervenções estatais;

.A necessidade de tomar providências concretas que favorecessem o acesso à terra e à água, já que a estrutura fundiária e a disponibilidade e controle dos recursos hídricos vigentes, estariam interferindo negativamente sobre o desempenho



dos Programas, tendo um impacto negativo em termos de aumento de produtividade, criação de empregos e de modernização e desenvolvimento da região (Carvalho, 1987).

Assim em 1982 é criada uma Comissão Interministerial com a função de fazer uma avaliação exaustiva da ação do Estado no Nordeste (e em especial do POLONORDESTE), cabendo ao nível regional a responsabilidade técnica da execução à SUDENE. Os resultados dos três grupos de trabalho criados serviram de base para a elaboração de um amplo Programa único de desenvolvimento que contaria com apoio financeiro do próprio Banco Mundial.

Durante esse ano de 1982 e os dois sucessivos, um número considerável de técnicos governamentais das esferas federal, regional e estadual, consultores nacionais e internacionais, estudiosos e representantes da sociedade civil -inclusive de grupos de produtores rurais- foram envolvidos nas discussões e na elaboração desse Programa.

Por motivos político-institucionais que se manifestaram em desavêncas entre os ministérios envolvidos, o Programa não chegou a ser lançado nesse final do regime militar, cabendo assim ao Presidente em exercício da "Nova República", José Sarney, a criação oficial do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste (ou Projeto Nordeste), no primeiro de abril de 1985, através do Decreto número 91.178.

O Projeto Nordeste possuía uma duração de 15 anos e tinha o amplo objetivo do desenvolvimento econômico e social da



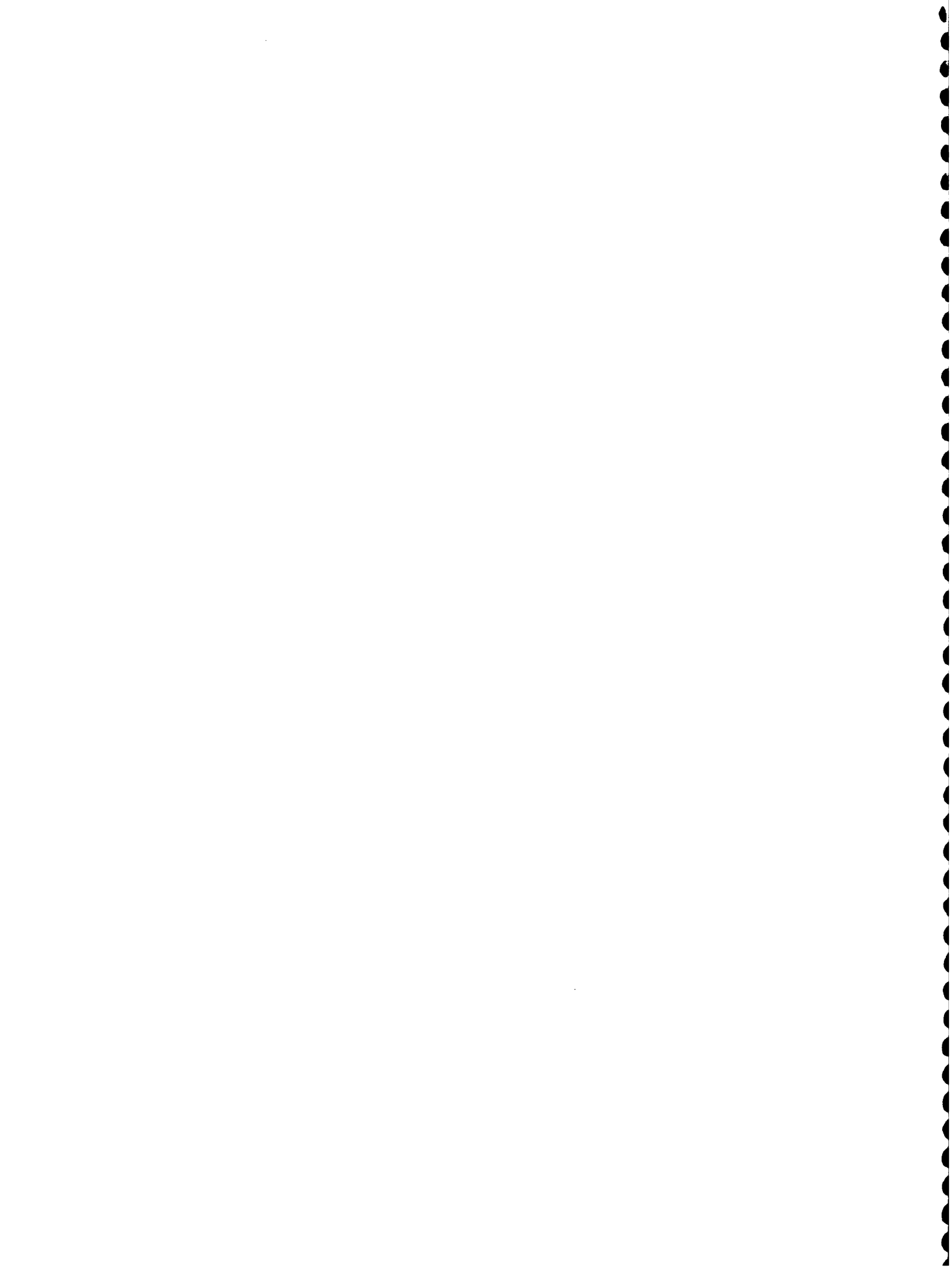
região. A sua estratégia visava três etapas orientando-se para os setores rural, urbano, assim como para um conjunto de diversos segmentos econômicos e sociais.

A programação geral recaiu numa Comissão Interministerial presidida pelo Secretário Geral do Ministério do Interior, ministério que ficou com a competência de administrar e acompanhar a execução do Projeto, enquanto que a SUDENE ficou a cargo da Coordenação Executiva.

O Projeto Nordeste colocava como objetivos básicos fortalecer a economia regional, principalmente através da integração intra e intersetorial, procurando reduzir as disparidades de renda em relação às regiões mais desenvolvidas. Especificamente procurava criar condições no semi-árido que permitissem uma "convivência" com a escassez de água, situação agravada pelas "secas" periódicas. Entre seus objetivos finais propunha erradicar a pobreza absoluta que afeta a uma grande parcela da população da região, ao mesmo tempo que geraria condições de emprego numa escala suficiente como para absorver a força de trabalho regional.

A estratégia de ação se desdobrou em três linhas complementares:

1. transformação dos espaços rurais;
2. consolidação das atividades econômicas nucleadas nos espaços urbanos;
3. ampliação da oferta de serviços básicos em todos os espaços da região.

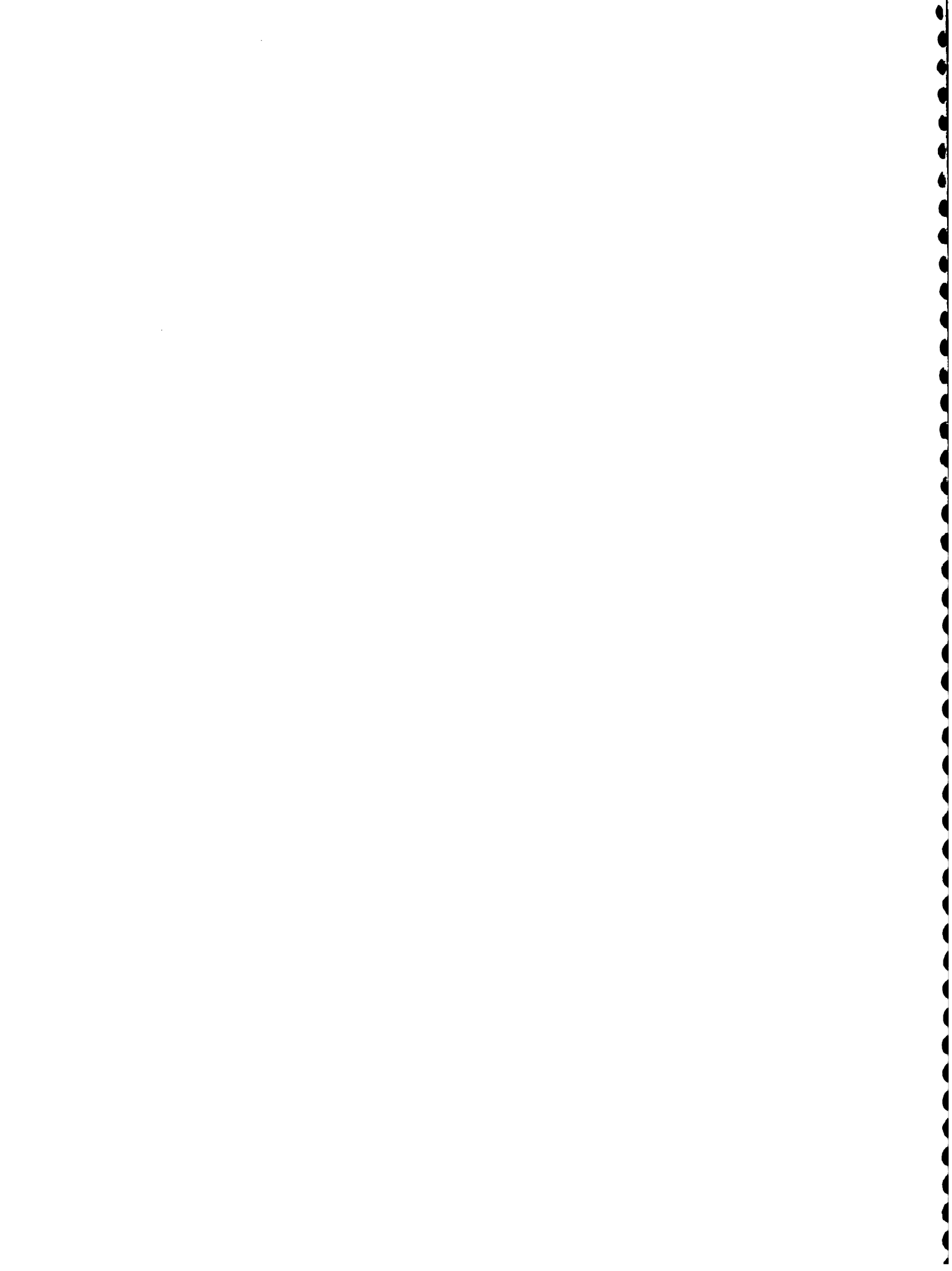


Procurando demarcar diferenças significativas em relação aos programas e projetos já desenvolvidos na região -segundo Delgado (1989), e seguindo a Miranda (1985) e Chaloult (1985)- em termos de sua concepção podem destacar-se um conjunto de características:

a) Uma retomada da concepção histórica da SUDENE, que qualifica à problemática nordestina como uma questão global de desenvolvimento econômico e social, o qual exige a formulação de uma estratégia de ação globalizante que envolva políticas direcionadas para todos os setores da economia regional e que ao mesmo tempo estejam integrados numa política nacional de desenvolvimento regional. Esta perspectiva leva a que um programa que se oriente para o apoio aos pequenos produtores rurais, não pode ser concebido sem tomar em conta as ações orientadas aos demais segmentos da agricultura como também aos do setor urbano-industrial.

b) Uma concepção de desenvolvimento rural que se fundamenta na equidade social, na eficiência econômica e na racionalidade ecológica.

c) A articulação entre uma perspectiva unificadora das ações dos demais programas especiais em execução na região com uma concepção básica administrativa/operativa descentralizada de intervenção estatal. Para isso o Projeto estabeleceu uma Coordenação Regional com sede na SUDENE, mas sua implementação foi executada por meio de programas de desenvolvimento rural específicos, definidos ao nível dos





Estados federativos da região e coordenados, geralmente, pelas Secretarias de Agricultura e/ou entidades de Planejamento dos mesmos.

d) A participação como princípio norteador, tanto no planejamento como na execução, o qual se traduz na necessidade de garantir organicamente a participação dos beneficiários tanto na definição dos objetivos, metas, alocação de recursos, quanto na organização e avaliação dos programas (Delgado, 1989).

No que se refere à estrutura programática, ela foi elaborada (como aponta Miranda, 1985) levando em conta a avaliação das dificuldades administrativas inerentes à execução dos PDRI's, e às dificuldades políticas de uma ação de abrangência tal que alterasse os privilégios fiscais e financeiros já existentes dos grupos detentores dos grandes capitais nos setores urbano e rural. Assim foi decidida a redução do número de componentes e sua substituição por cinco programas setorialmente administrados:

- 1) Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural;
- 2) Programa Setorial de Saúde;
- 3) Programa Setorial de Educação;
- 4) Programa Setorial de Saneamento;
- 5) Programa de Apoio a Pequenas Agroindústrias.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor foi o primeiro a ser criado, e o único a estar claramente em execução.



**1.3. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP):  
Unificacao, Descentralizacao e Participacao**

O PAPP é o programa de maior importância, atualmente, do Projeto Nordeste. Ele foi criado na mesma data (1 de abril de 1985) por um outro Decreto do Poder Executivo, o 91179.

Seu objetivo geral é num prazo de 15 anos erradicar a pobreza absoluta, propiciando a elevação dos níveis de emprego e de renda dos pequenos produtores agropecuários pelo aumento da produção e da produtividade, promovendo uma melhoria generalizada de suas condições de vida. Dessa forma seu público alvo é o pequeno produtor rural que desenvolve atividades econômicas, isoladamente ou em regime de parceria, em terras de sua propriedade ou não, cuja superfície total não ultrapasse 100 hectares e cuja fonte predominante de rendimento familiar provenha da exploração dessas terras (BRASIL, 1985).

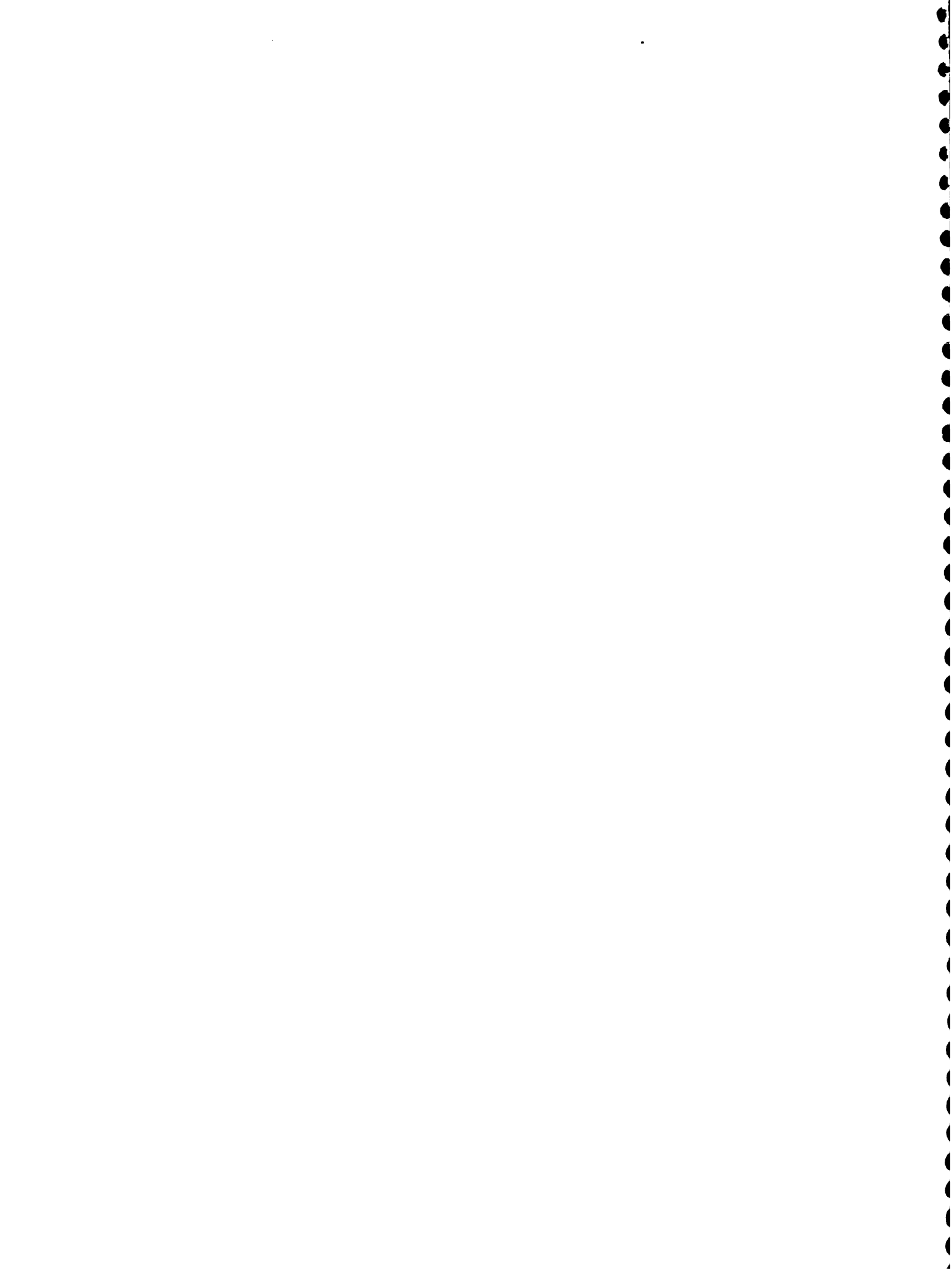
O PAPP pretende atender 2,0 milhões de famílias -600.000 no primeiro quinquênio, 665.000 no segundo e 735.000 no terceiro e último- o que significa 75% das famílias de baixa renda (que recebem menos de US\$ 70 anuais) existentes no setor rural nordestino. Nessa categoria de "baixa renda" estão englobados:

.790.000 famílias de pequenos proprietários;

.550.000 de arrendatários;

.500.000 de ocupantes;

.160.000 de assalariados rurais.

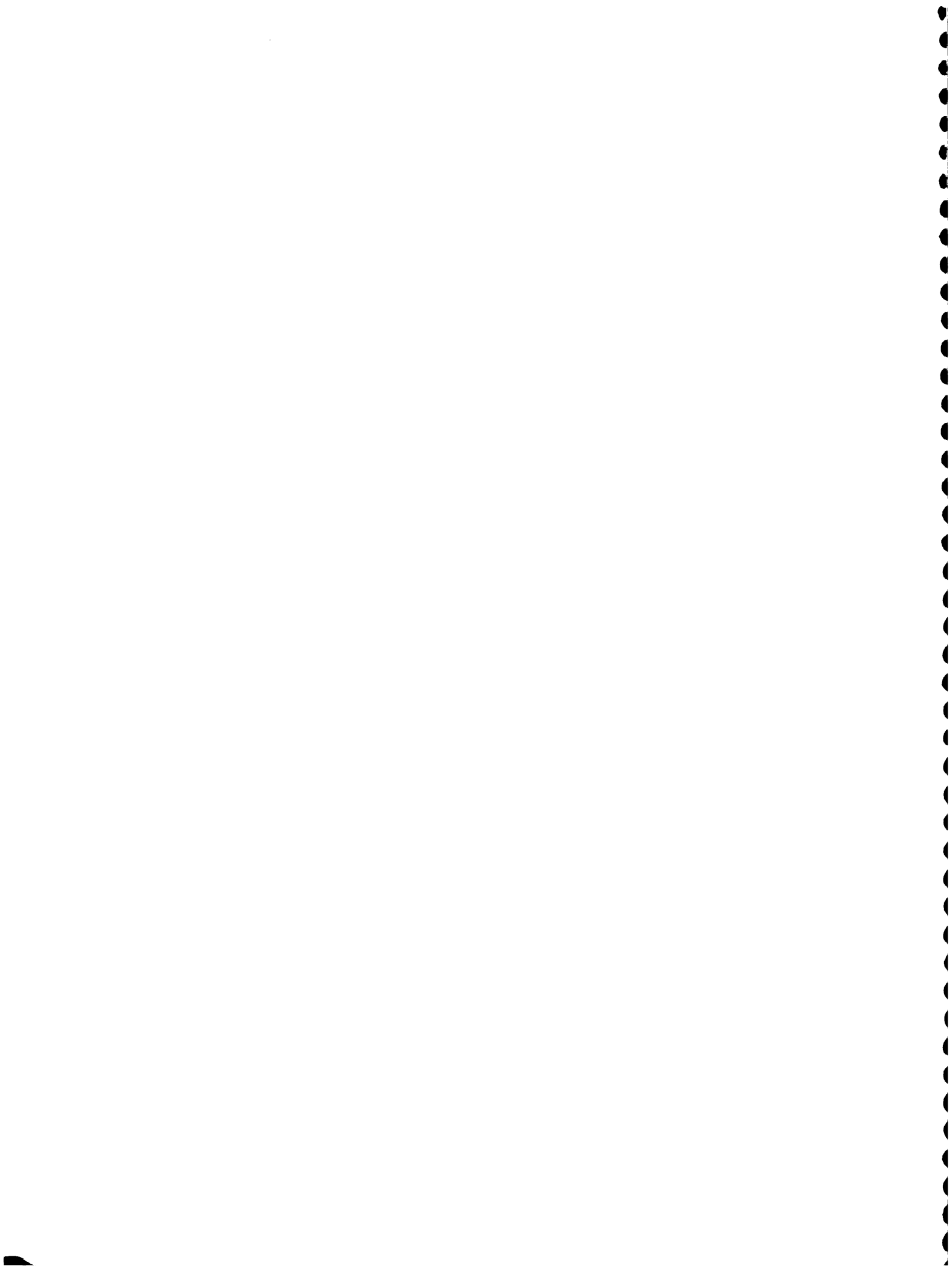


. Os custos do Programa foram estimados em US\$ 12 bilhões (o qual significa US\$ 6.000 por família), destinando-se para o primeiro quinquênio US\$ 4,8 bilhões. As fontes do financiamento são tanto de origem nacional como estrangeira. Entre as nacionais podem se destacar o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e a venda de Títulos da Dívida Agrária (TDA). Entre as estrangeiras, recursos do Banco Mundial e do BID (Chalout, 1985).

. Seguindo as orientações gerais do Projeto Nordeste (como Miranda, 1985, ressalta) a estratégia do PAPP se fundamenta em três diretrizes básicas:

- . Seletividade e progressividade;
- . Organização e participação dos pequenos produtores;
- . Unificação dos Programas Especiais e descentralização da administração do Programa.

No que diz respeito à seletividade e progressividade, esta se impõe tanto no referente ao tempo (através de três programações quinquenais sucessivas) e ao espaço da intervenção (pela definição de "áreas programa" e dentro delas de "subáreas de intervenção concentrada" em função de critérios combinados de prioridade). Essa diretriz também está presente tanto na definição das categorias beneficiárias do Programa (Trabalhadores Rurais com ou sem terra e outros pequenos produtores não vinculados diretamente à exploração da terra mas com atividades de apoio à produção agropecuária - como pequenos



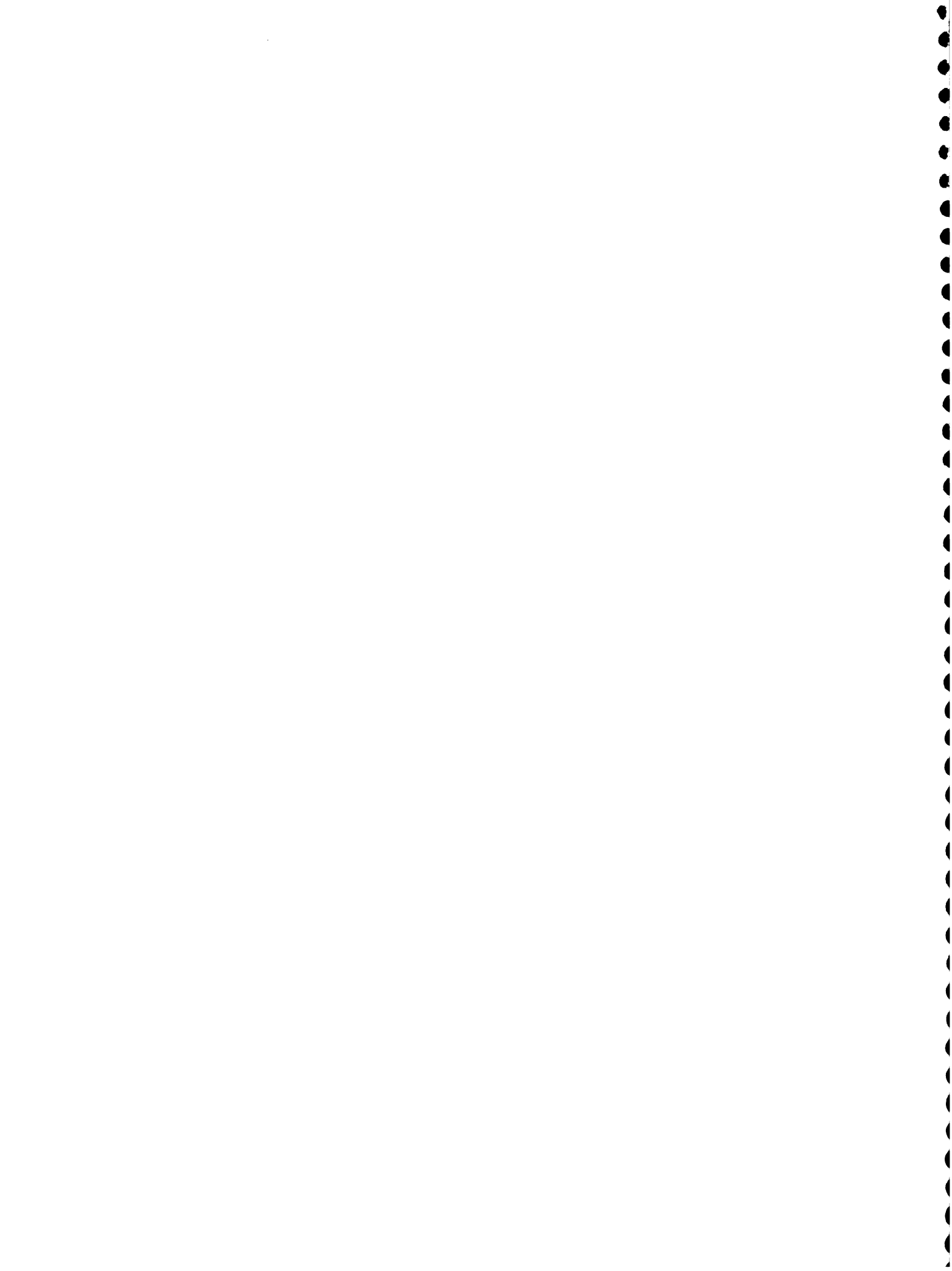
varejistas, micro-industriais, etc- ou pescadores e artesãos e demais agentes que possam ser caracterizados como produtores de baixa renda) como também aos instrumentos de ação (dando-se precedência à ação fundiária). (Miranda, 1985).

Com relação à organização e participação dos pequenos produtores, esta diretriz se constitui num eixo essencial da estratégia do PAPP, procurando garantir a autonomia de decisão e ação, e a independência da tutela estatal desses agentes. Ela se faz presente em quatro dimensões:

1) Na participação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (através de suas Federações -FETAGs- e Sindicatos) e do Cooperativismo (representado pelas Organizações estaduais e Cooperativas locais) e de outras formas organizativas (como as Associações), enquanto interlocutores privilegiados nos processos de planejamento, execução e avaliação do Programa.

2) Na participação direta dos pequenos produtores através da constituição de Conselhos, Comissões, Comitês ou Grupos de Trabalho instituídos nas diferentes instâncias do Programa como o diagnóstico, a programação, a execução, o acompanhamento e a avaliação.

3) Na organização da produção e comercialização, que pretende incentivar as formas associativas de participação, sem pré-definir tipos únicos de organização, estranhos às tradições dos pequenos produtores rurais.





4) Na comunicação social para a participação, por meio da montagem de mecanismos eficientes de comunicação que favoreçam à presença consciente das comunidades rurais.

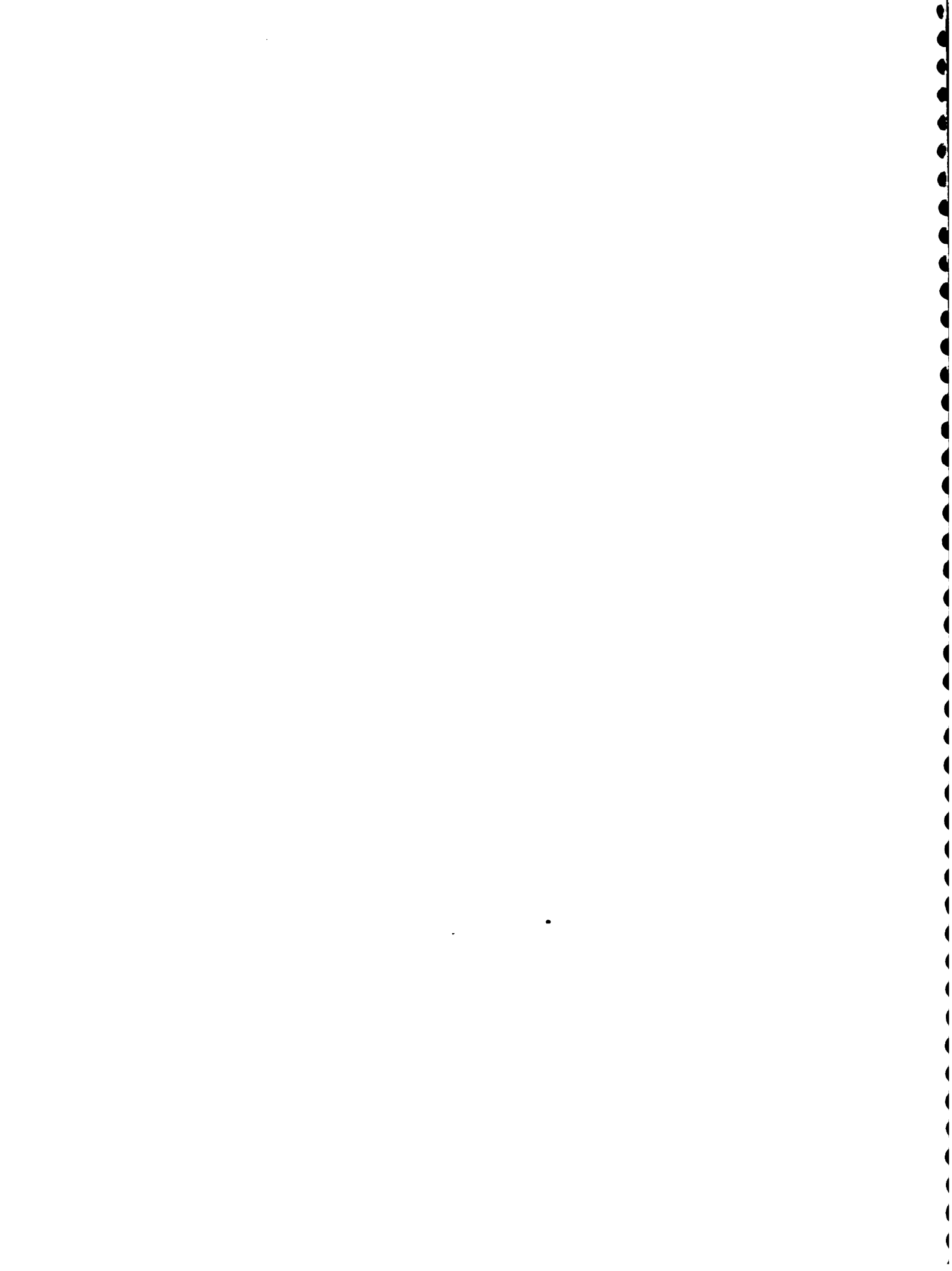
Com relação à terceira e última diretriz básica ela se manifesta em dois aspectos fundamentais na estratégia do PAPP:

a) A unificação e integração dos Projetos e Programas Especiais orientados para os pequenos produtores num Programa único de desenvolvimento rural, com a centralização da coordenação numa mesma agência governamental ao nível regional, estadual e local.

b) A descentralização administrativa desse Programa, que desdobra o processo de planejamento em duas etapas: a elaboração do Programa a nível regional, e a formulação, em função do programa regional, dos respectivos programas estaduais, procurando a compatibilização das orientações e dos parâmetros regionais com as realidades socio-econômicas e político-institucionais específicas de cada estado. (Miranda, 1985).

No que toca à estrutura programática do PAPP ela compreende sete componentes:

1) Ações Fundiárias, que inclui a discriminação, regularização e a desapropriação de terras para a redistribuição e a reorganização fundiária. Esta organização



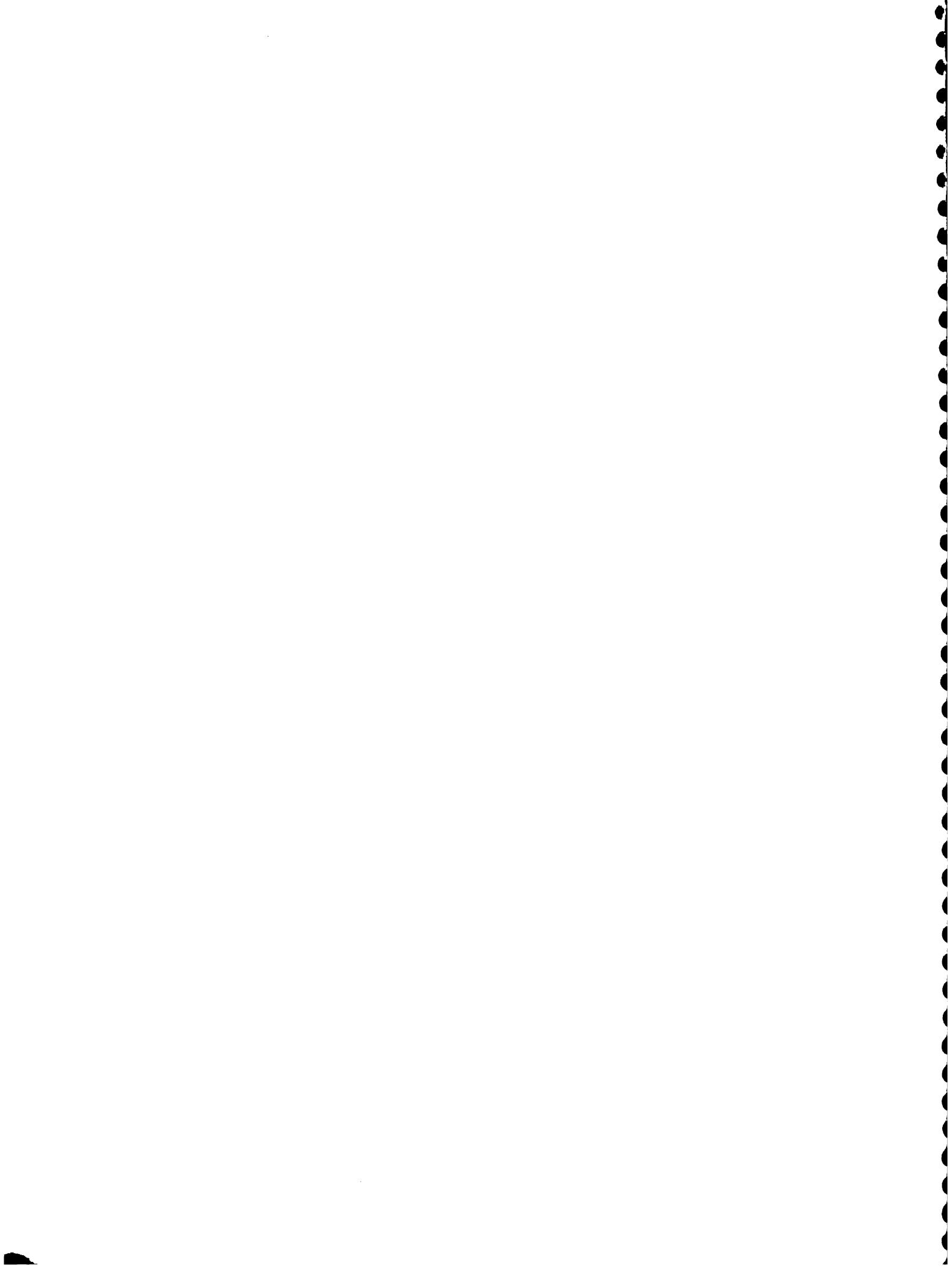
deve preceder às outras intervenções. Para efetivar-a são recomendados cinco instrumentos de intervenção: discriminação de terras por processos administrativos, desapropriação social, desapropriação negociada, aquisição (em caráter limitado e subsidiário) e crédito fundiário. Sugerem-se três formas de utilização da terra pelos pequenos produtores: a familiar, a comunitária sob a forma de condomínio e a mista, enquanto combinação das anteriores.

2) Recursos Hídricos, que se refere à pequena irrigação pública e privada e a instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água nas comunidades camponesas.

3) Geração e Difusão de Tecnologia, que através de diferentes linhas de ação procura desde a avaliação dos recursos naturais e da realidade social, econômica e tecnológica das comunidades até a geração de tecnologias, teste de modelos, assistência técnica e extensão rural.

4) Comercialização compreendendo a orientação técnica comercial e a informação de mercado, o abastecimento de alimentos e insumos, a compra da produção e a infra-estrutura de apoio.

5) Crédito, tanto de custeio, como de investimento e fundiário.



6) Apoio a Pequenas Comunidades Rurais, através de três linhas de atuação, a saber, ações de apoio à organização e ao desenvolvimento de comunidades, ações de apoio às atividades produtivas de caráter coletivo e ações complementares para a melhoria de equipamentos públicos e comunitários.

7) Capacitação de Recursos Humanos, tanto de técnicos e administradores como de produtores, com ênfase aos treinamentos nas áreas de organização e desenvolvimento comunitário.

Nesta estrutura programática Miranda (1985) aponta duas diferenças significativas referente aos Programas Especiais anteriores:

a) na alocação de recursos por componente, 77% do total foram destinados às ações fundiárias, recursos hídricos e de crédito;

b) a introdução do componente "Apoio a Pequenas Comunidades Rurais" dando condições para a constituição de uma base material que permitiu os trabalhos de participação, organização e desenvolvimento comunitário, ao mesmo tempo que se abre uma alternativa de financiamento direto para obras e serviço necessários às comunidades, ressaltando o fato de que as obras forma seleccionadas e priorizadas pelos próprios beneficiários



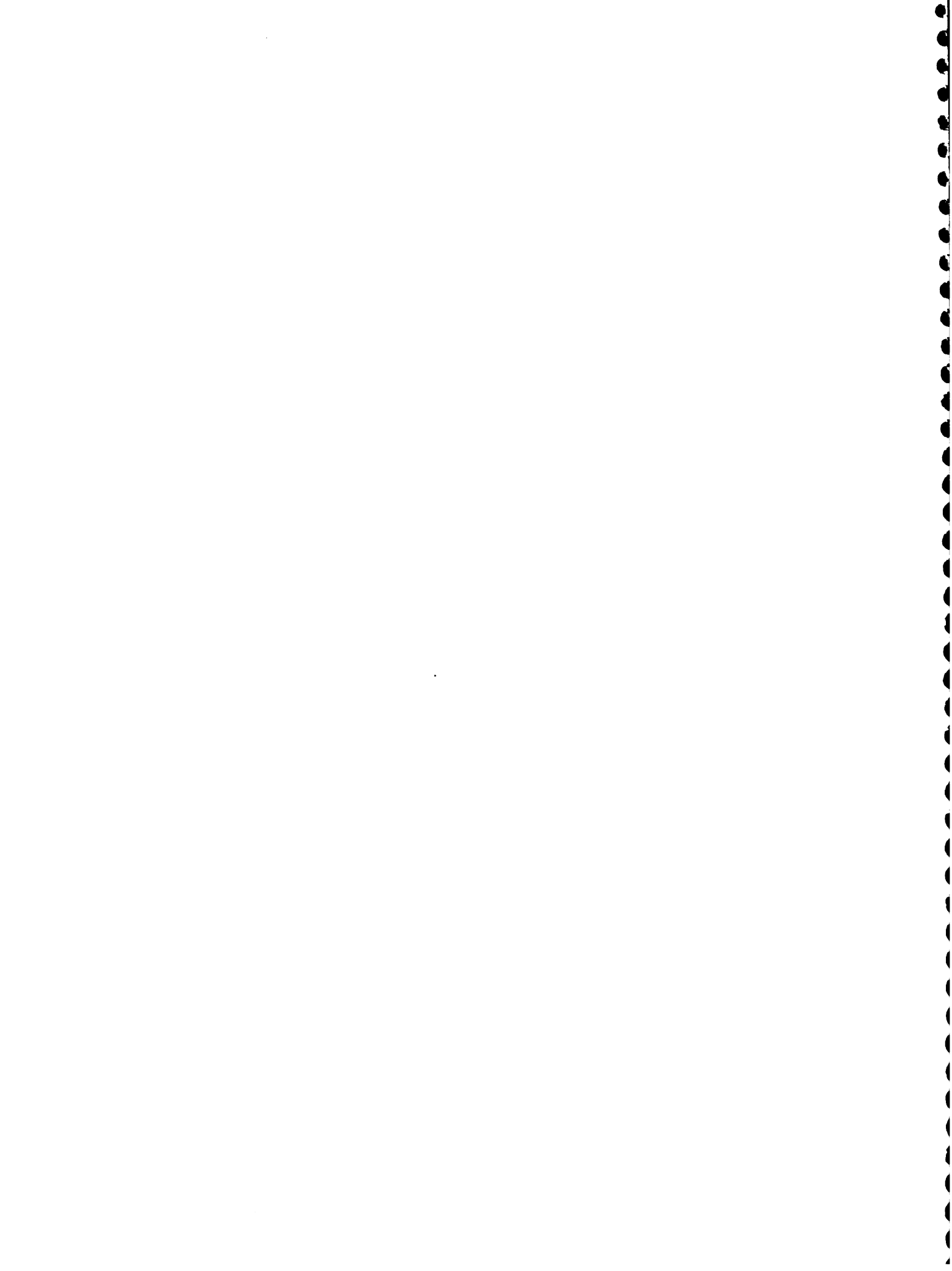
### 1.3.1. Os espaços da participação

Entre os espaços onde se manifesta a participação -e também a descentralização- concretamente no PAPP, caberia destacar o espaço da gestão e o segmento de Apoio às Pequenas Comunidades rurais

#### 1) Na gestão do PAPP

Dentro de sua proposta participativa, o interlocutor privilegiado do Estado no PAPP tem sido o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. Um avanço institucional significativo de concretização dessa participação foi dado em 31/03/86 quando o Conselho Deliberativo da SUDENE através da Resolução 9732, criou a Comissão Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR). Esta Comissão é a instância deliberativa máxima do Programa, onde todas as propostas são levadas a discussão e aprovação em reuniões periódicas, ordinárias (5 em 1986, 5 em 1987 e 7 em 1988) e extraordinárias (2 em 1987 e 2 em 1988). A Comissão é conformada por 30 membros: 10 representantes dos governos estaduais (1 por Estado), 10 representantes de instituições do governo federal (como ministérios, bancos oficiais e a SUDENE) e 10 representantes do Movimento Sindical (1 por cada Federação de Trabalhadores da Agricultura, instância do Movimento ao nível estadual).

A presença dos trabalhadores rurais também se dá em outras instâncias decisórias do Programa como as Comissões Paritárias e as Comissões Municipais. A Comissão Paritária é formada



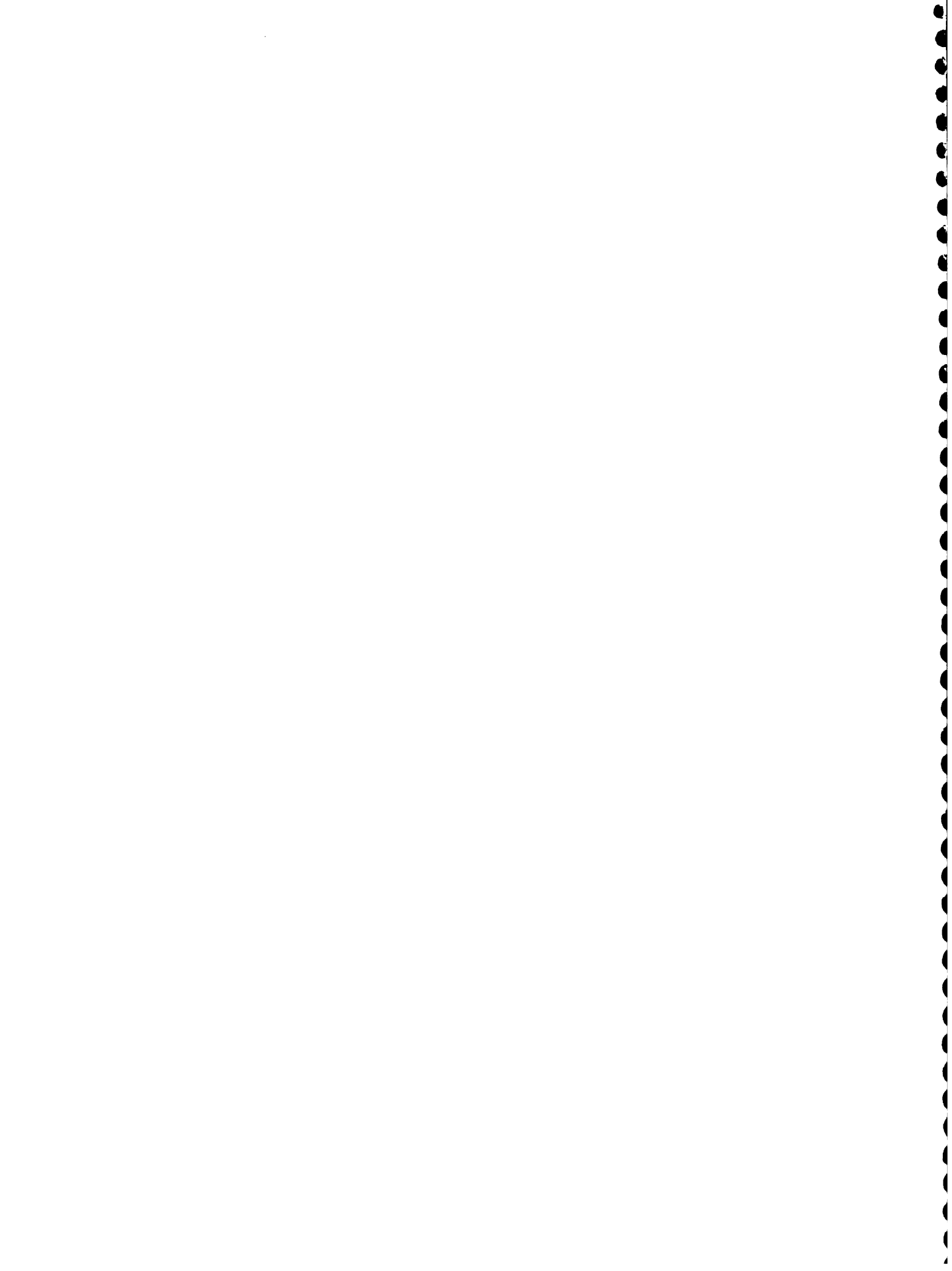


igualmente por técnicos do governo estadual e membros da Federação de Trabalhadores, estabelecendo em cada estado a alocação de recursos do Plano Operativo Anual (POA). As Comissões Municipais estão formadas por representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, lideranças comunitárias, municipais e representantes locais dos órgãos executores. Elas tem a função de promover a elaboração e a seleção de projetos e propostas prioritárias para o município e as comunidades que o compõem procurando o ajustamento entre essas propostas e os interesses do público-meta, como também realizar o acompanhamento e a avaliação das ações ao nível municipal.

## 2) No segmento Apoio as Pequenas Comunidades Rurais

.Numa outra dimensão o espaço onde se tem manifestado claramente a participação dos beneficiários tem sido nas ações do componente Apoio a Pequenas Comunidades Rurais (APCR). Através deste segmento, as comunidades organizadas em associações administram os recursos provenientes de um fundo específico (Fundo de Apoio Comunitário) o qual representa, em quase todos os estados, de 10 a 15% do custo total do Programa.

O Fundo pretende criar novos mecanismos de apoio financeiro que possam beneficiar efetivamente aos pequenos produtores rurais em três linhas de ação, às quais correspondem porcentagem diferentes de recursos:



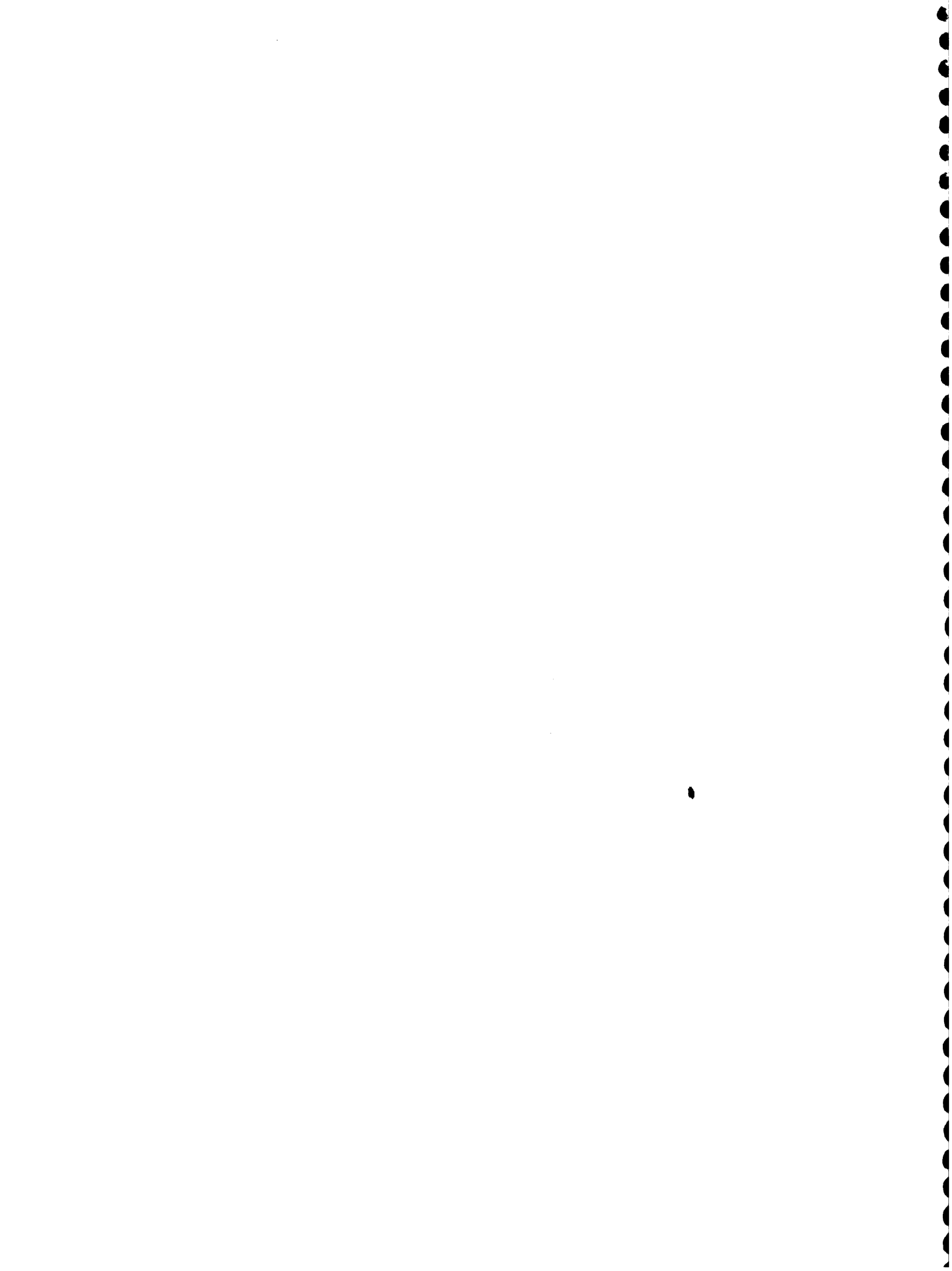
- .a organização e participação de produtores (15%);
- .a criação de outras oportunidades de emprego e renda (60%);
- .a construção de equipamentos comunitários (25%).

Ao mesmo tempo ele procura estimular a organização dos pequenos produtores assegurando seu engajamento nas funções de planejamento, execução e avaliação do Programa, e atendiasupletivamente as demandas de suas organizações, quando pelas características específicas das mesmas , elas não possam ser contempladas nos demais segmentos.

Os beneficiários do Fundo são as organizações comunitárias -formais ou informais- de pequenos produtores rurais que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas, com qualquer dimensão em termos de associados e que correspondam a localidades de até 5.000 habitantes inseridas dentro das áreas de ação do PAPP.

A seleção das comunidades a serem beneficiadas se faz de acordo a um conjunto de critérios, entre os quais podemos destacar:

- 1) Comunidades que de alguma forma apresentem algum tipo de manifestação de participação e organização comunitária, compatível com as responsabilidades que devem assumir na gestão de recursos, na redistribuição dos resultados e na manutenção, em regime de co-obrigação.



2) Comunidades nas quais se manifestem maiores índices de pobreza ou a maior necessidade de implantação de serviços sociais e equipamentos comunitários.

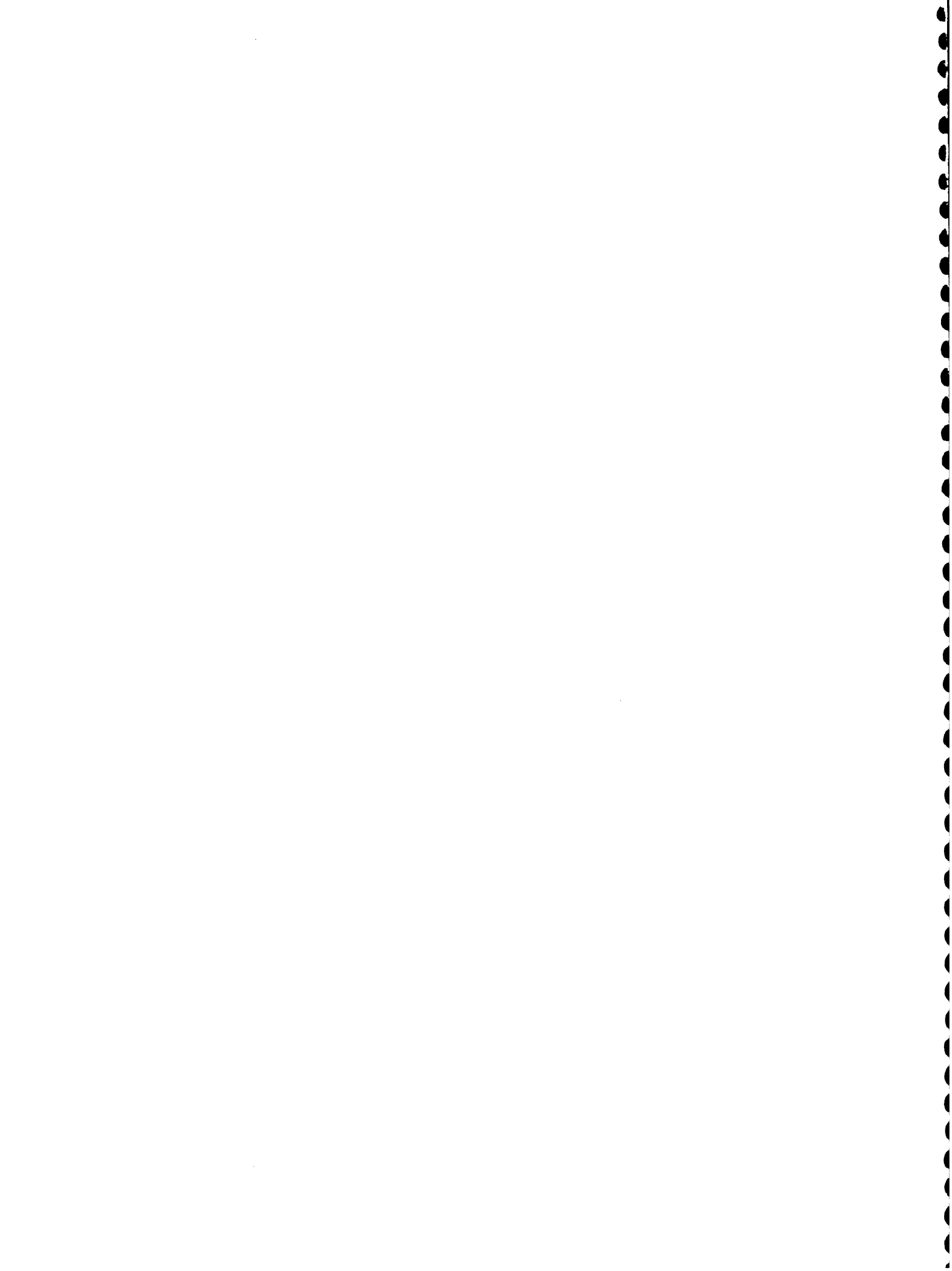
No referente à seleção dos projetos, esta obedece a um outro conjunto hierarquizado de critérios:

a) O atendimento de demandas comunitárias definidas como legítimas e que sejam expressas por organizações formais, informais ou em processo de formação.

b) No que toca às três linhas de ação, a prioridade privilegia os projetos produtivos que gerem oportunidade de emprego e renda, sobre os projetos de organização e participação comunitária e, finalmente sobre aqueles relacionados com a obtenção de equipamentos públicos comunitários.

c) O envolvimento efetivo da comunidade no processo de identificação e planejamento dos projetos e a capacidade das organizações beneficiárias no gerenciamento da implantação, operacionalização e manutenção dos projetos, assim como o fornecimento de algum tipo de contrapartida.

d) A capacidade do projeto de gerar recursos suficientes para a sua operacionalização e manutenção, ou que a organização beneficiária assuma o compromisso dessa responsabilidade.

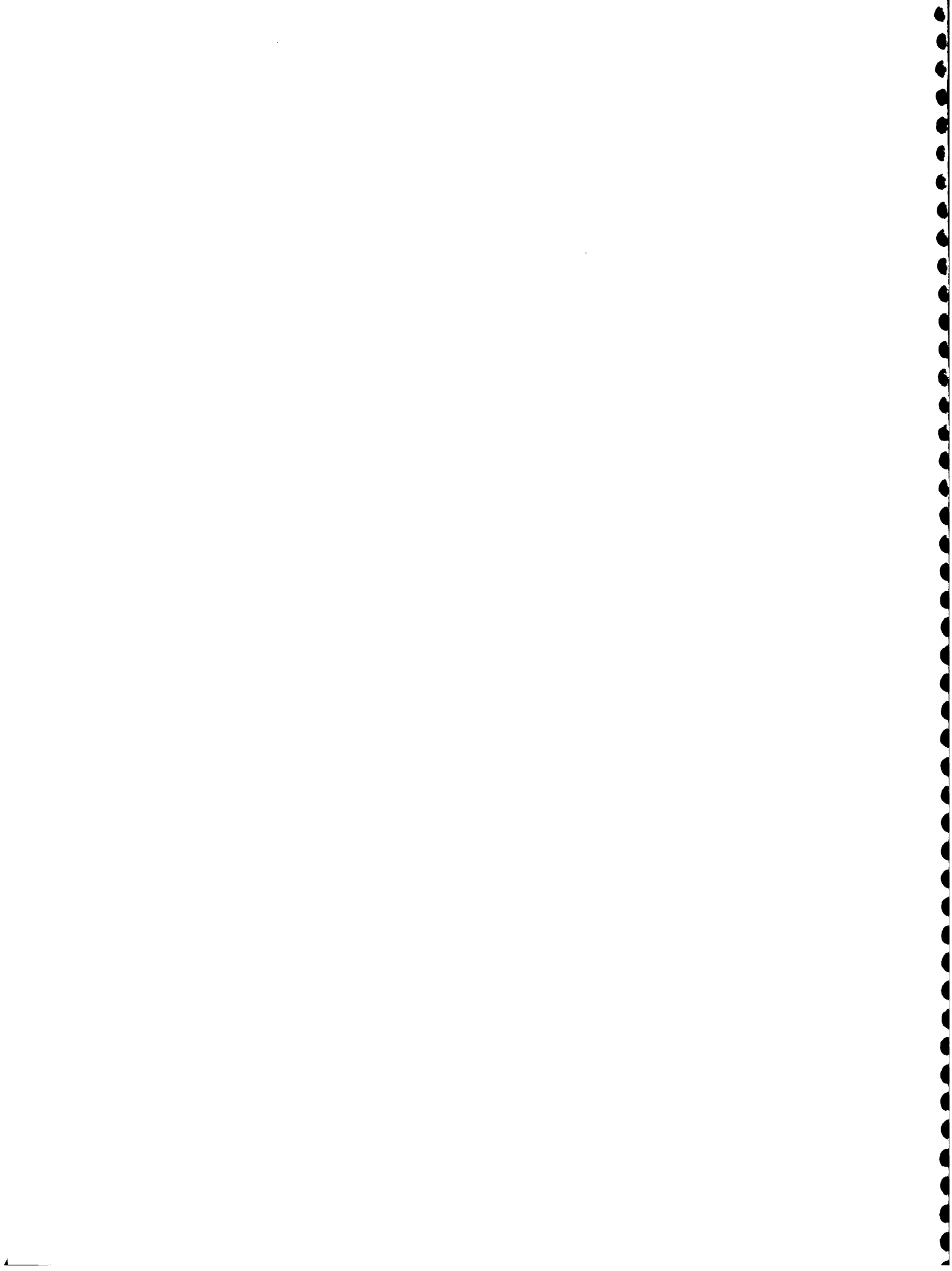


e) A aptidão do projeto em proporcionar rapidamente benefícios ao nível de vida ou trabalho.

f) A maior quantidade potencial de beneficiários.

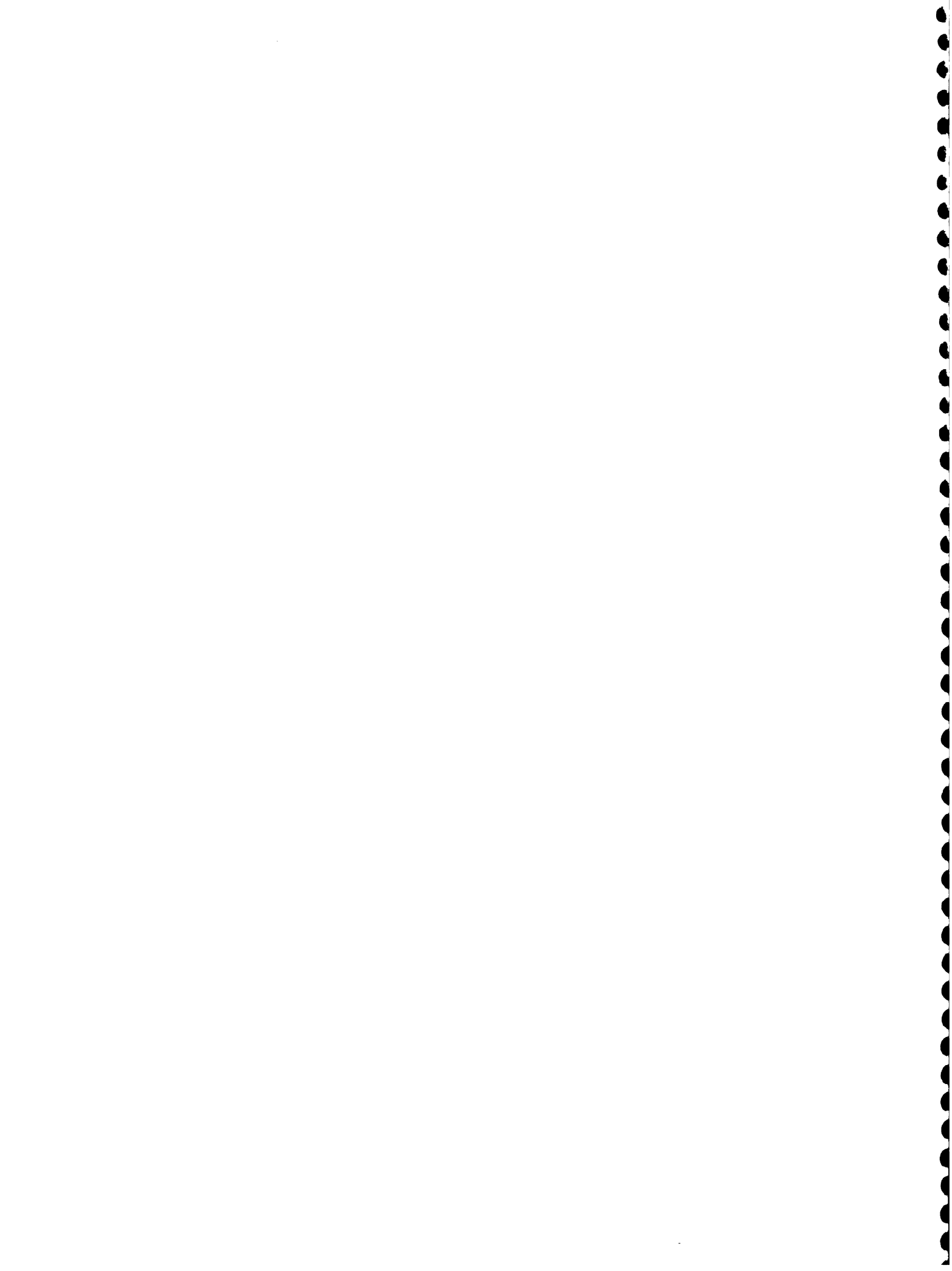
Os projetos elaborados pelas organizações comunitárias, frequentemente, com o assessoramento de um técnico local ou regional são encaminhados à Comissão Municipal que tem a atribuição de analisá-los e selecioná-los de acordo com as possibilidades de atendimento as várias comunidades. Os projetos são encaminhados pela Comissão à Gerência Regional qual compatibiliza as demandas em cada região administrativa. Finalmente, os projetos são elevados à Coordenação Estadual do Projeto Nordeste que os submete à Comissão Paritária para a aprovação e repassados recursos às organizações representativas.

O Fundo está constituído por recursos do orçamento geral da União como o FINSOCIAL, PIN, PROTERRA entre outros. Estes recursos são transferidos, segundo o Plano Operativo, para o Órgão Coordenador do PAPP/Projeto Nordeste no Estado, quem os administra e repassa através de Convênios ou Contratos para as organizações ou os grupos comunitários executores dos projetos, conforme cronograma físico-financeiro proposto. No caso de organizações informais, estas devem indicar o nome da organização formal de pequenos produtores que será encarregada de receber, repassar e prestar contas dos recursos transferidos.





Os recursos são de caráter não reembolsável, isto é, a fundo perdido, e sua aplicação está condicionada ao fornecimento por parte das organizações comunitárias, de uma contrapartida sobre a forma de serviços gerais, material, mão de obra ou meios de produção. As atividades relacionadas com a criação de maiores oportunidades de emprego e renda podem alcançar o valor de 15% do montante do projeto, e só 10% no caso de ações que se destinem à construção de equipamentos públicos comunitários. O valor do financiamento em 1986 foi estipulado em US\$ 3.800 ultrapassado este limite -até no máximo US\$ 7.600- os projetos passa a ser analisados pela Coordenação Regional do PAPP com sede na SUDENE. Finalmente, o acompanhamento e a avaliação da execução das ações financiadas é realizada pelos técnicos da Coordenação Estadual do Projeto.



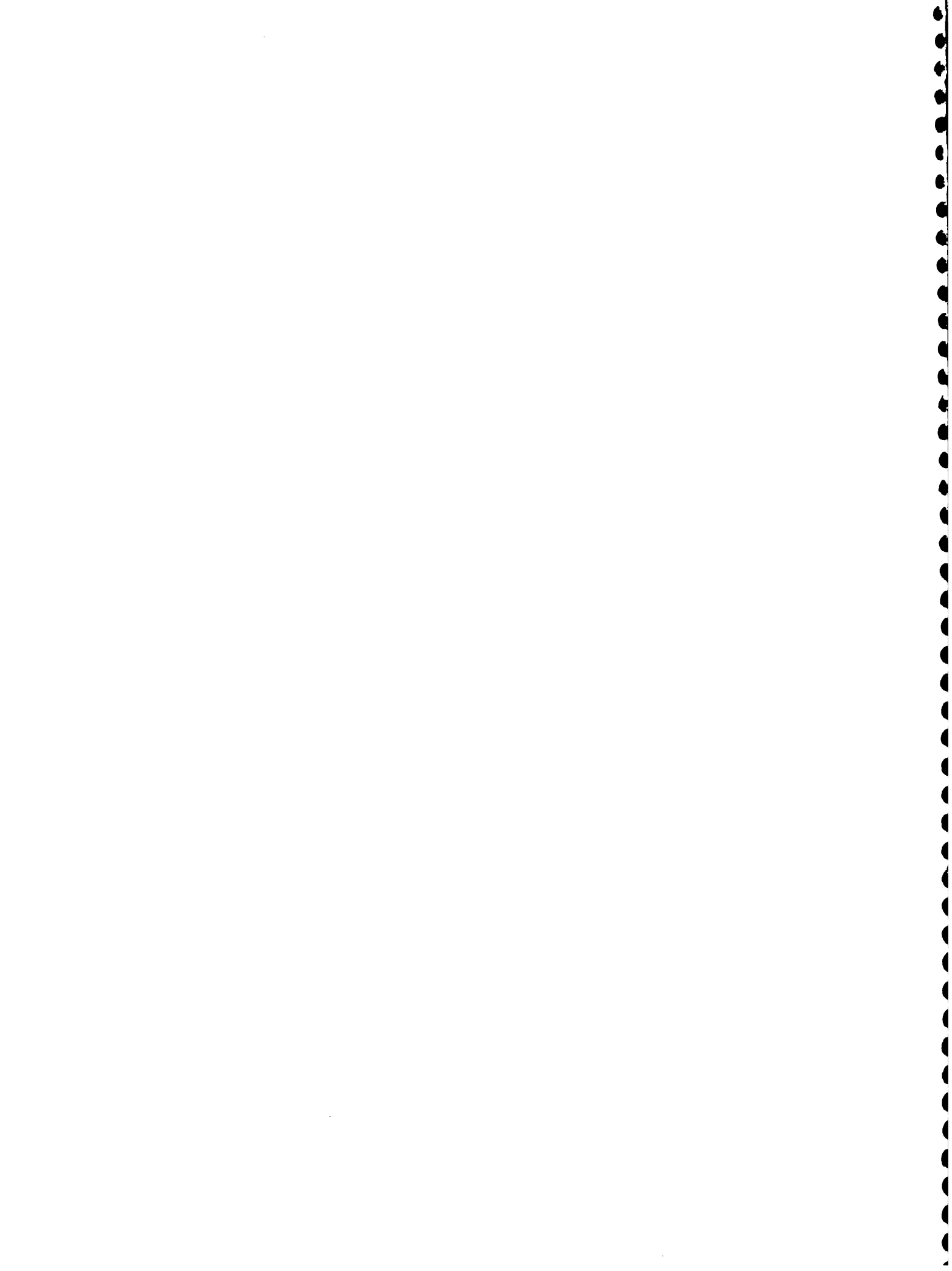
## **2. Estado e Campesinato na Bahia: a experiencia de descentralizacao e participacao da CAR**

### **2.1. A heterogeneidade regional da Bahia**

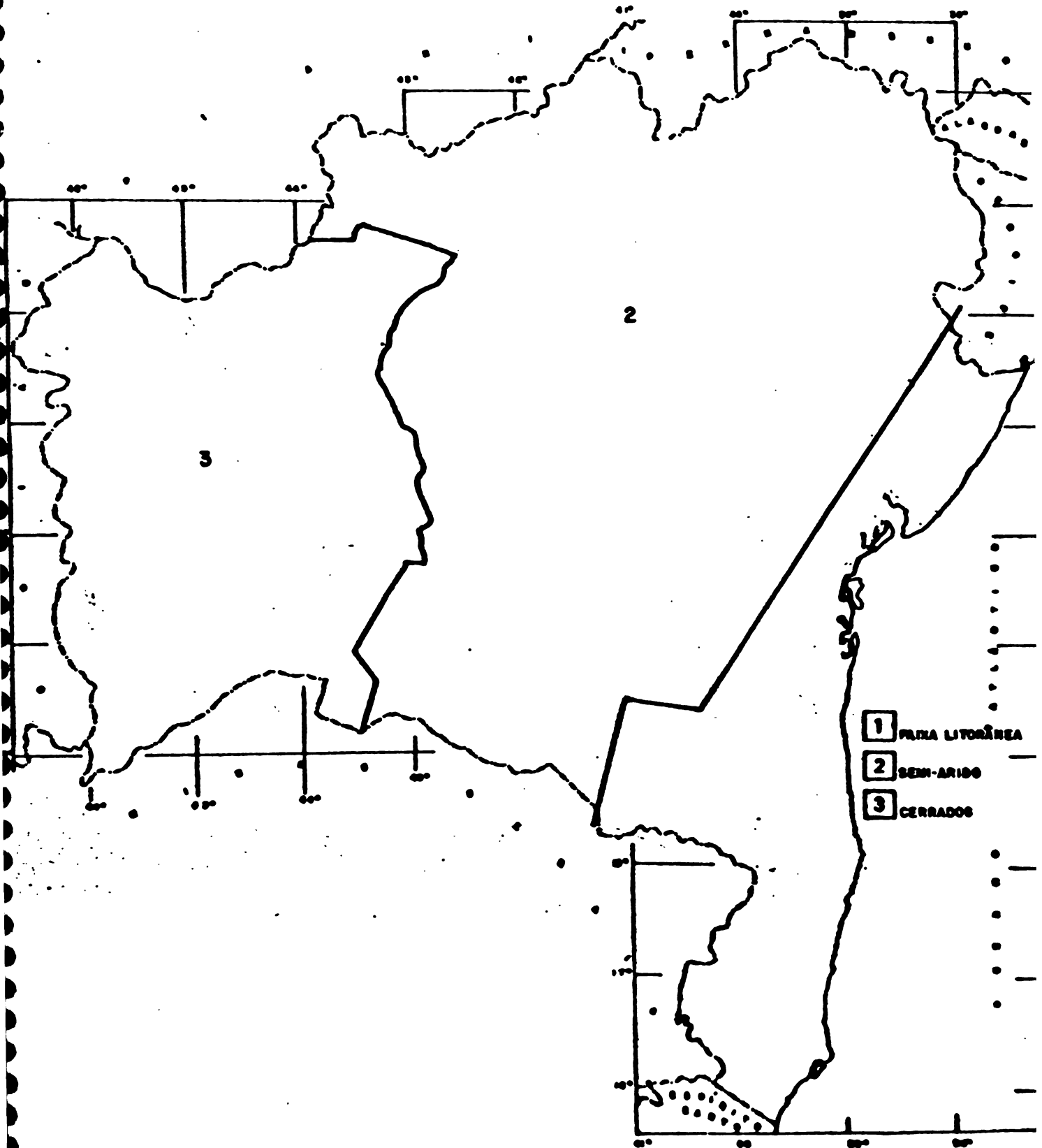
O estado da Bahia com uma superficie de 559.551 km<sup>2</sup> e uma população de 9.454.346 habitantes apresenta uma forte diferenciação em seus espaços regionais, a qual se manifesta basicamente pela alta concentração das atividades econômicas em algumas das regiões. Assim poderiam diferenciar-se três macro-regiões: Faixa Litorânea, Semi-Árido e Cerrados .

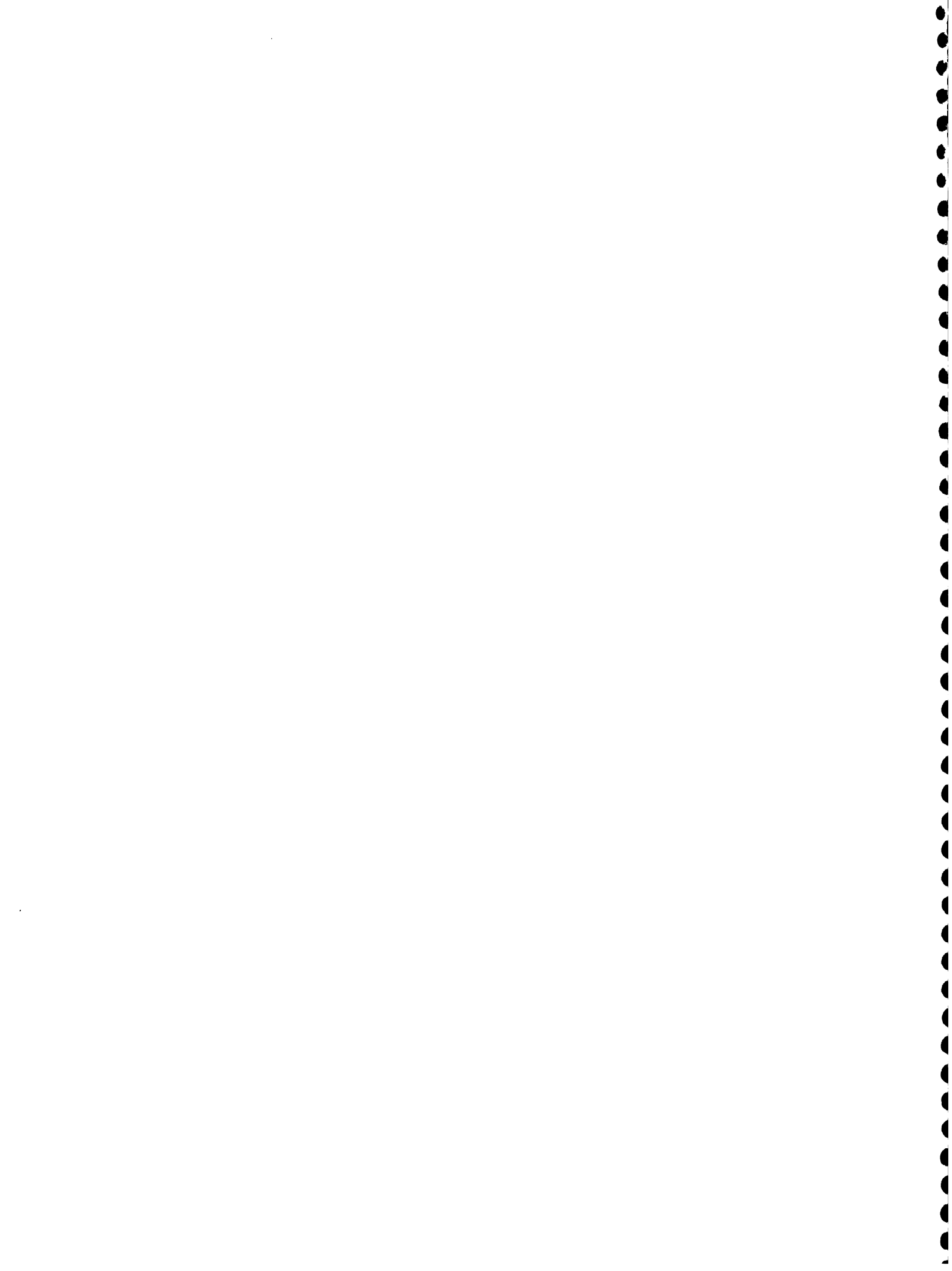
A Faixa-Litorânea, onde se encontra a Região Metropolitana da capital (Salvador), arrecada mais de 80% do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) estadual, para uma população de menos de 50% do total da Bahia. Nela se leva a cabo a quase totalidade da atividade industrial ao mesmo tempo que no setor agropecuário predominam culturas de exportação como o cacau e o café, além da pecuária.

A região dos Cerrados, compreende 27% do território e 6% da população estatal. Com uma ampla disponibilidade de recursos naturais e sendo beneficiada por uma sistemática política de incentivos fiscais através do Fiset e do Finor, que favoreceram a entrada de grandes cooperativas empresariais do Sul do país -como a Cotia e a Copergel- desde fins da década dos 70, tem manifestado um acelerado processo de crescimento econômico, constituindo-se num grande celeiro de produção de grãos, em



# MACRO-ÁREAS DO ESTADO DA BAHIA



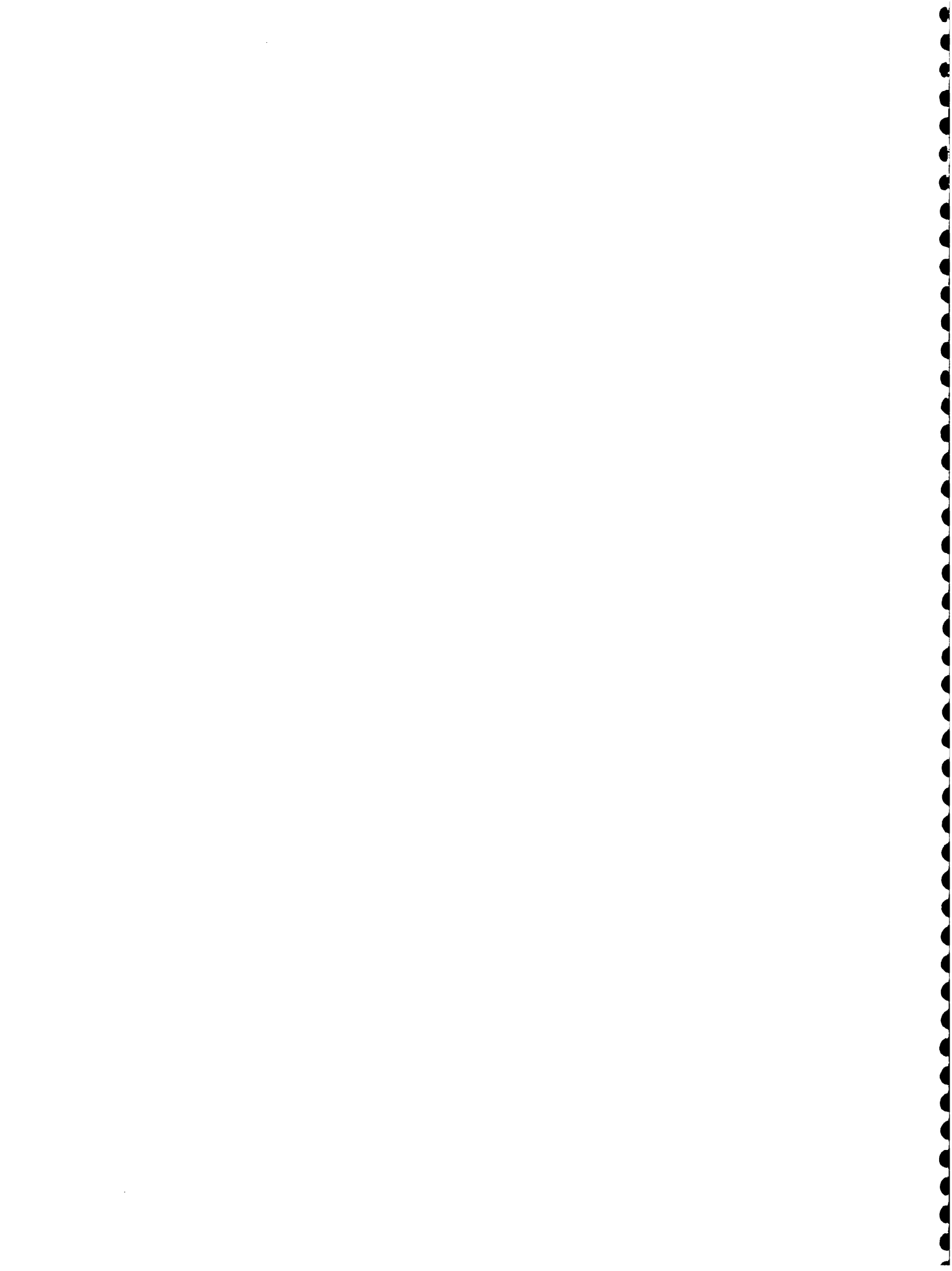


especial a soja.

Assim a região do Semi-Árido -foco de nosso interesse- encontra-se "comprimida" entre as duas áreas de desenvolvimento (a "antiga" na Faixa Litorânea e a "nova" dos Cerrados). O Semi-Arido representa 60% do território com 44% da população. Fazendo parte do "Polígono das Secas", predomina uma economia basicamente de subsistência, mas que é responsável pela maior parcela da produção estadual de alimentos. A região constitui o maior "bolsão" de pobreza do Nordeste, tanto pelos baixos índices de produção, produtividade, renda e emprego, como também pela delicada situação em termos de educação e saúde.

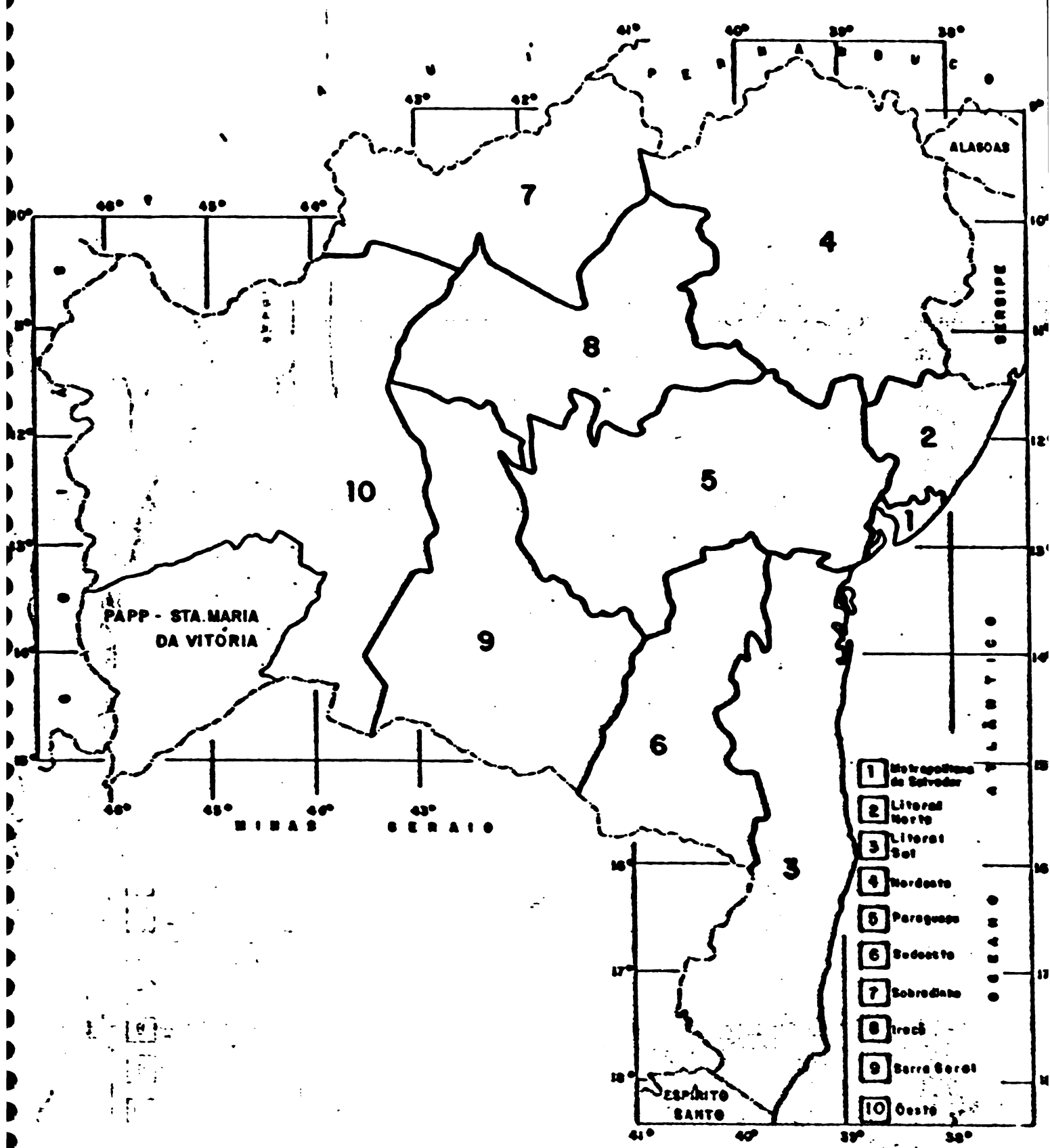
Nesse quadro heterogêneo é que a economia bahiana creceu a um ritmo intenso com taxas de 11% ao ano durante toda a década dos 70. Crecimento este que continua nos 80 , principalmente com o início das atividades do Polo Petroquímico de Camaçari no setor industrial, e pela expansão da fronteira agrícola nos cerrados. Este crescimento favoreceu a concentração de investimentos públicos e privados, primeiro na região da Faixa Litorânea e depois na dos Cerrados, agudizando e remodelando os desequilíbrios já existentes.

É neste quadro heterogêneo que se deve compreender a opção política, que no início da década dos 80 o governo estadual fez de privilegiar investimentos públicos na região do Semi-Arido, a qual se materializa no planejamento e na execução de um conjunto de projetos, com o objetivo de desenvolver e





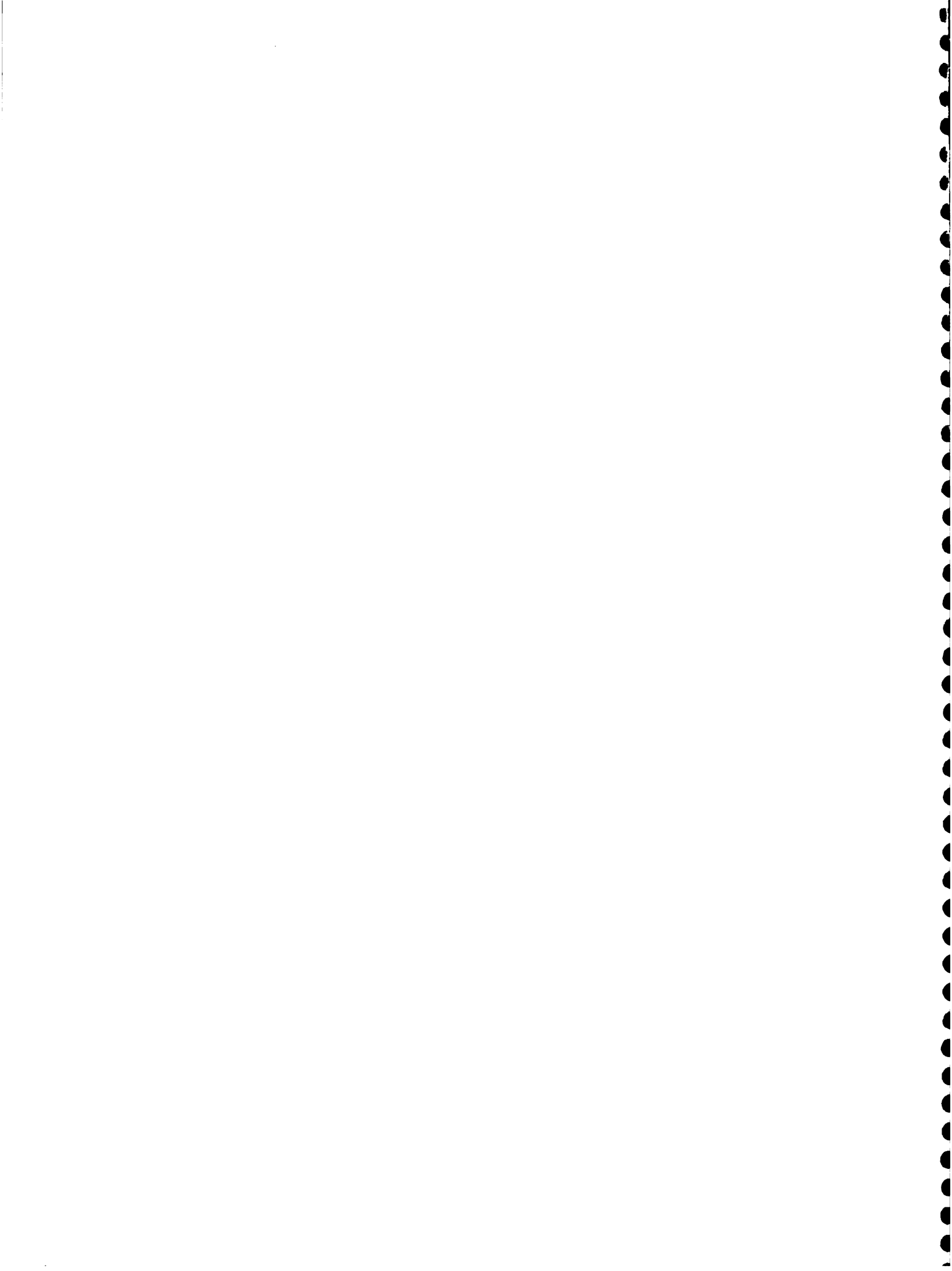
# REGIÕES DE PLANEJAMENTO



ESTADO DA BAHIA

0 25 50 75 100 125 150 175 200 KM



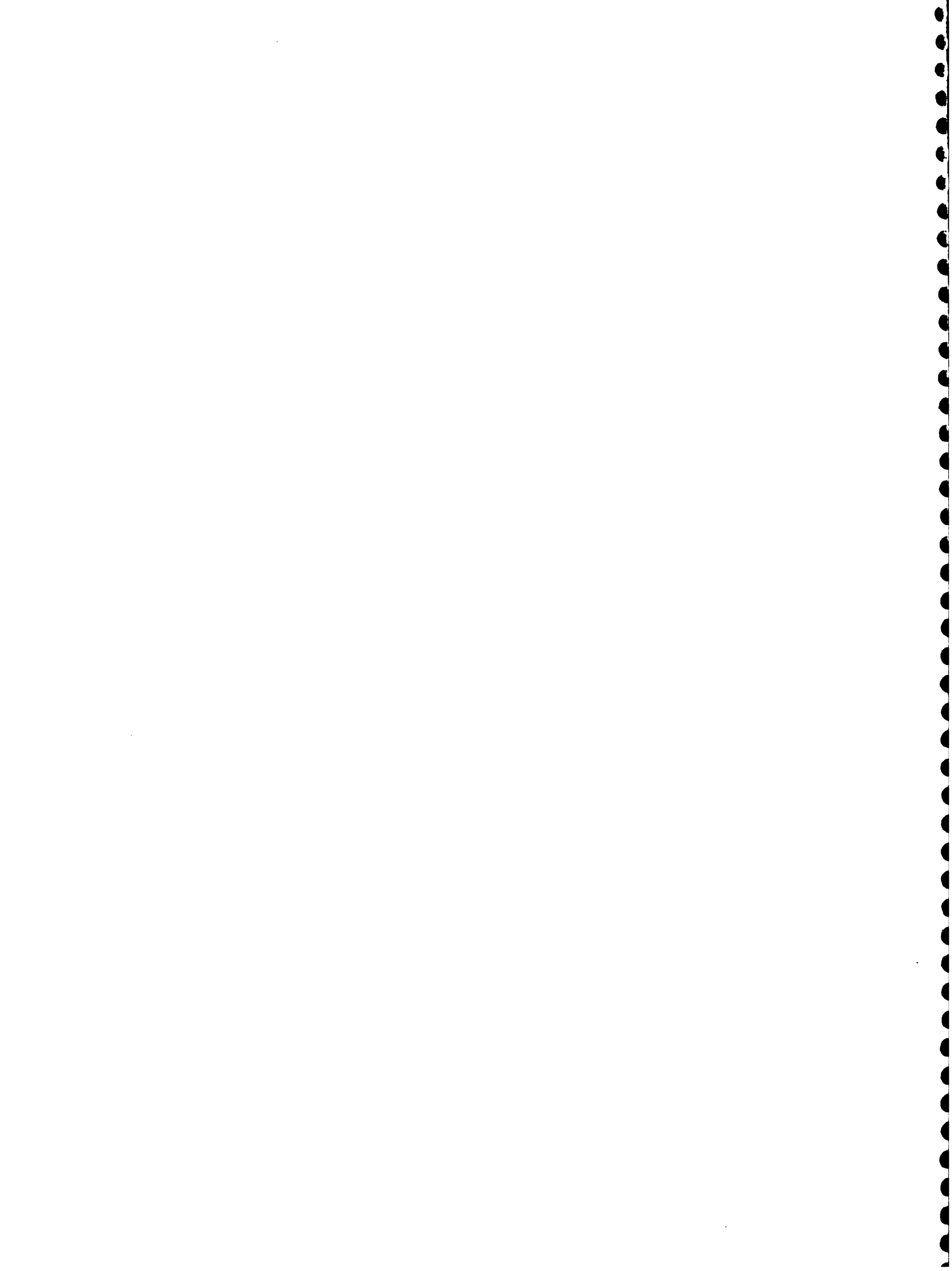


consolidar a economia agrícola da região. Se incrementa a negociação do financiamento e operacionalização de PDRI's de outros Programas Especiais, sendo que em 1985 com o advento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), se consegue a cobertura de praticamente todo o Semi-Arido. (Miranda-Greenhalgh, 1986).

Um dos problemas organizacionais que esta opção coloca é a integração e/ou articulação da variada gama de programas e projetos, orientados para os "pequenos produtores de baixa renda", que se propiciavam ou que já estavam-se desenvolvendo, principalmente quando forma parte dessa opção uma proposta de modelo de gestão que leva em conta a descentralização técnico-administrativa e a participação comunitária. É por isso que cabe analisar essa tentativa -exitosa, a nosso juízo- levada a cabo pela CAR.

## 2.2. A integração das ações estatais referentes ao campesinato através da CAR

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR-) é uma empresa pública vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC) que tem sido encarregada da execução de programas governamentais orientados para o campesinato, funcionando assim, especificamente, na Coordenação Estadual do PAPP. (O andamento da atuação da CAR na Bahia segue basicamente o texto de Miranda-Greenhalgh, (1986) enriquecido por Relatórios como



CAR, 1983, 1985 a, 1985 b.).

A CAR desenvolveu um modelo institucional-administrativo que, por sua concepção, tentou contemplar estruturas e mecanismos:

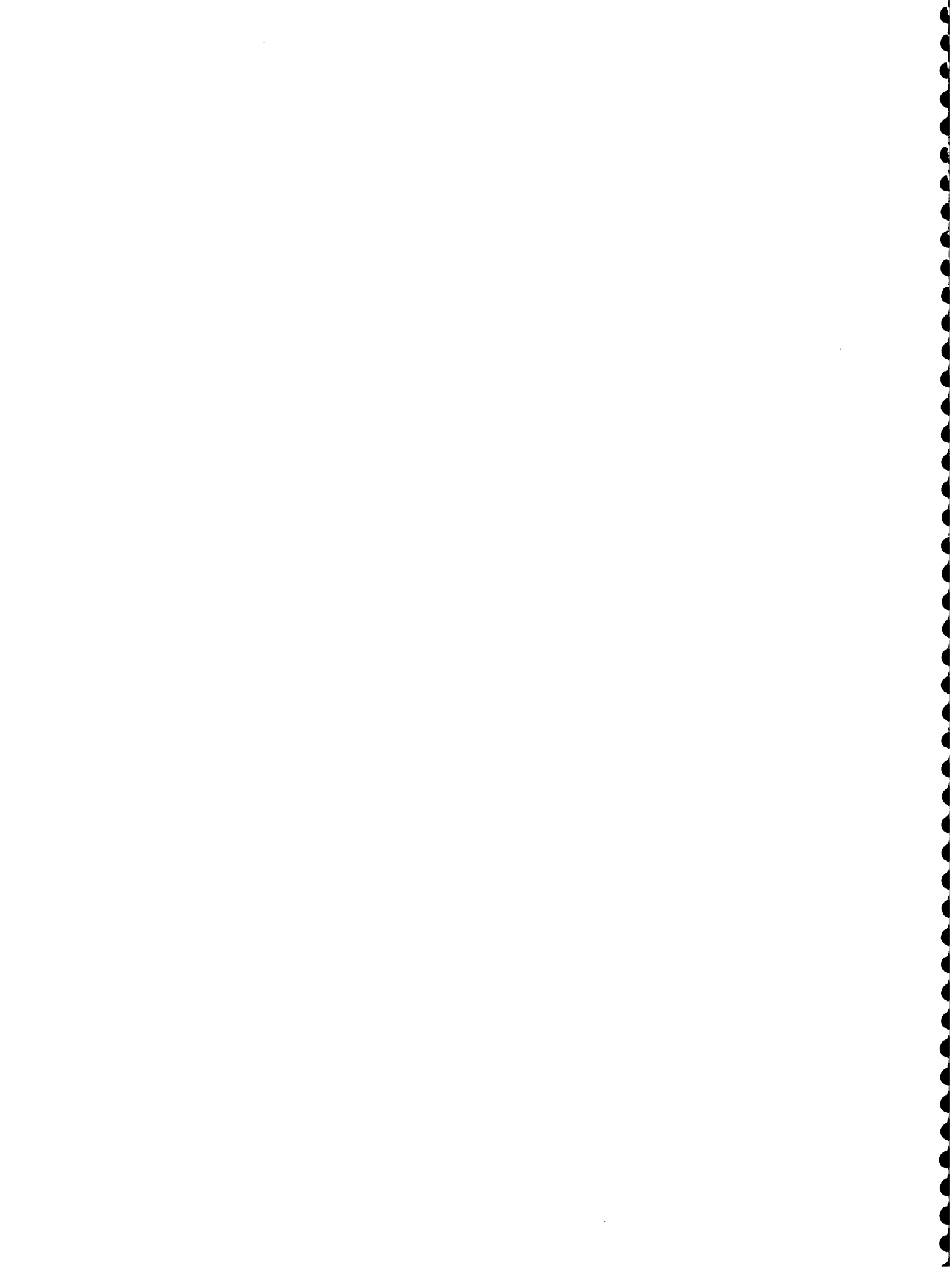
- a) de descentralização técnico-administrativa;
- b) de flexibilidade operacional;
- c) de integração inter-institucional e das organizações comunitárias;
- d) de capacitação de recursos humanos.

Passemos a descreve-los:

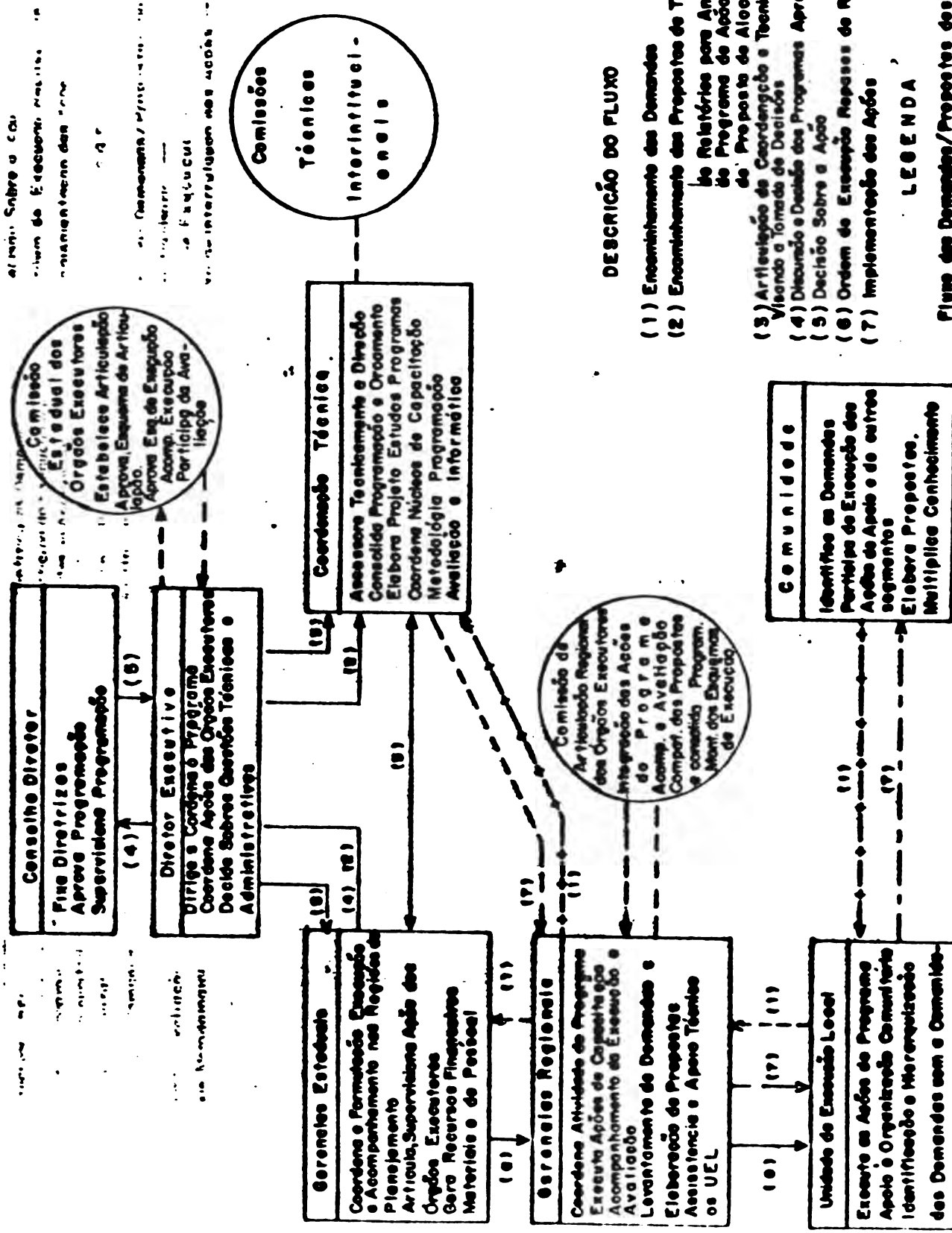
a) O fato do modelo de gestão estabelecer estruturas e mecanismos descentralizados, tanto de planejamento como de administração e de execução, visava o objetivo geral de garantir uma maior capilaridade, interiorização e abrangência espacial dos programas, isto é, evitar uma atuação estatal que ficaria na "fronteira" da pequena produção, permitindo ao inverso a realização de trabalhos no "interior" das organizações locais.

Paralelamente a descentralização procurava favorecer a uma maior aproximação dos programas com as comunidades para:

- 1 .consolidar a prática do planejamento participativo;
- 2 .criar condições para reduzir o caráter autoritário das relações entre o Estado eo campesinato alvo das ações;
- 3 .viabilizar, a nível local, a escolha de alternativas



# FLUXO OPERATIVO DA GESTÃO DO PROGRAMA

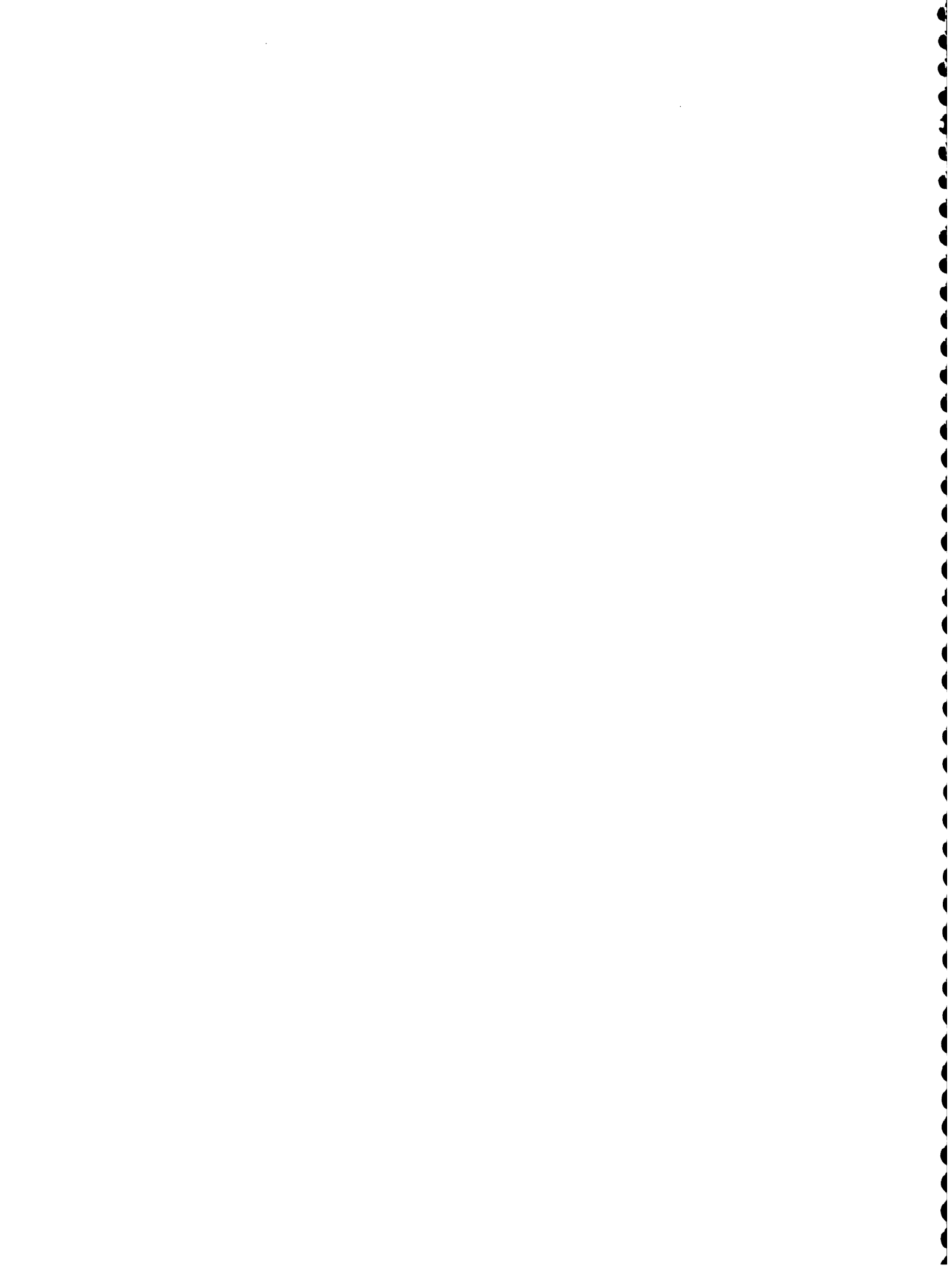


## DESCRIÇÃO DO FLUXO

- (1) Encaminhamento das Demandas
- (2) Encaminhamento das Propostas de Trabalho de Relatórios para Análise de Programa de Apoio de Proposta de Alocação de Recursos
- (3) Articulação de Coordenação e Tomada de Decisões
- (4) Discussão e Decisão dos Programas Apresentados
- (5) Decisão Sobre o Apoio
- (6) Ordem de Execução Repasse de Recursos
- (7) Implementação das Ações

## LEGENDA

Fluxo das Demandas/Propostas de Trabalho ---  
 Fluxo Decisório ---  
 Fluxo de Execução ---  
 Fluxo de Interrupção das Ações ---





e ajustes mais adequados em função das especificidades locais.

b) A flexibilidade operacional se materializou procurando dar às Unidades Técnicas componentes da estrutura do modelo de gestão, autonomia financeira e infraestrutura de apoio em função das responsabilidades técnicas assumidas. Isto é, meios que permitissem produzir, de acordo com sua instância, as competências inerentes à coordenação e administração do programa a nível estadual.

c) Com referência aos mecanismos de incorporação das formas de participação da administração pública local e das organizações das comunidades, podem ser diferenciados dois sistemas, em função das necessidades colocadas pelos processos de descentralização e participação: um de caráter formal, constituído pelos mecanismos que articulam a CAR com outros órgãos do setor público estadual; e outro informal, não institucionalizado, composto pelas relações com as administrações municipais e as organizações da sociedade civil.

O sistema formal desenvolve-se através de uma estrutura conformada pelo:

.Conselho Diretor, composto pelos Secretários de Estado e representantes da sociedade civil, possui um caráter deliberativo estabelecendo as diretrizes do programa, aprova os Planos Operativos Anuais e supervisiona a execução.

.Comissão Estadual de Articulação dos Órgãos



Executores, conformada pelos dirigentes destes órgãos, com a função básica de integração e coordenação inter-institucional e do acompanhamento da execução do programa.

.Comissões Técnicas Inter-institucionais, constituídas pelos diretores técnicos das entidades executoras, com a finalidade de encaminhar soluções a problemas comuns.

.Comissões Regionais de Articulação dos Órgãos Executores, formada pelos Gerentes Regionais desses órgãos, com as funções de apoio, articulação, integração e compatibilização da programação e execução a nível regional.

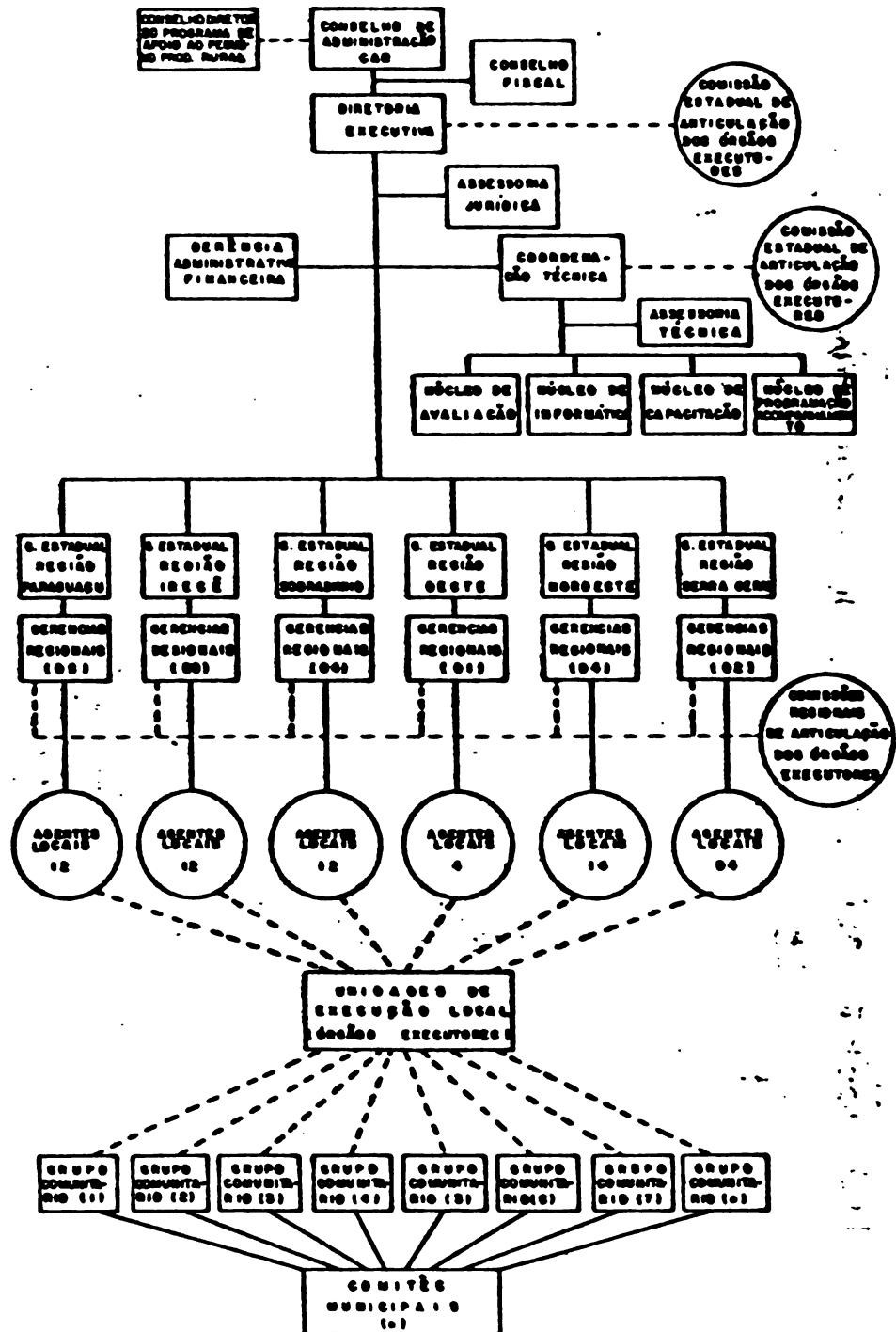
.Coordenação Técnica da CAR, responsável pelo desenvolvimento dos processos relativos aos quatro sistemas (de programação e acompanhamento, de capacitação de pessoal, de informática e de avaliação) que coordenam e articulam as Unidades Estaduais, regionais e locais da CAR.

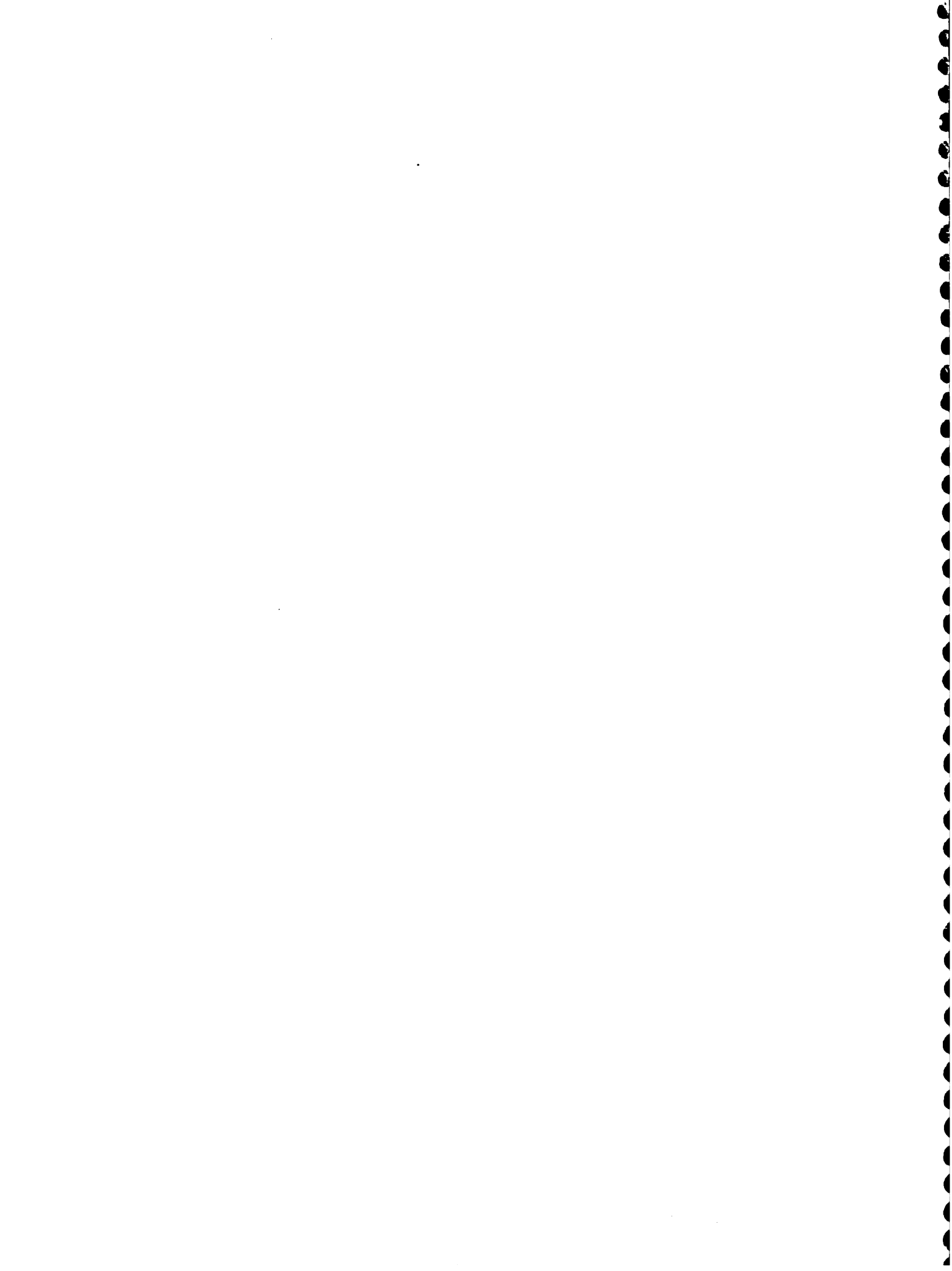
O sistema informal assumiu configurações diversas nas áreas de atuação do PAPP em função, basicamente, das características socio-políticas das comunidades e das regiões. Mas -como reafirmam Miranda Greenhalg, (1986)- foi ele quem garantiu a viabilização do programa na perspectiva da sua democratização, da participação comunitária, e da descentralização das ações de planejamento, execução e administração.

Seus mecanismos mais importantes na articulação e



**SEPLANTEC / CAR - BA**  
**ORGANOGRAMA DO MODELO DE GESTÃO DO**  
**PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL**





integração das Prefeituras Municipais e das Organizações Comunitárias com o programa estão constituídos pelo:

.Comité Municipal, que reúne lideranças comunitárias e municipais, gerência regional da CAR e representantes dos órgãos executores, com a finalidade de selecionar os projetos prioritários para o município, acompanhar-los e avaliar-los.

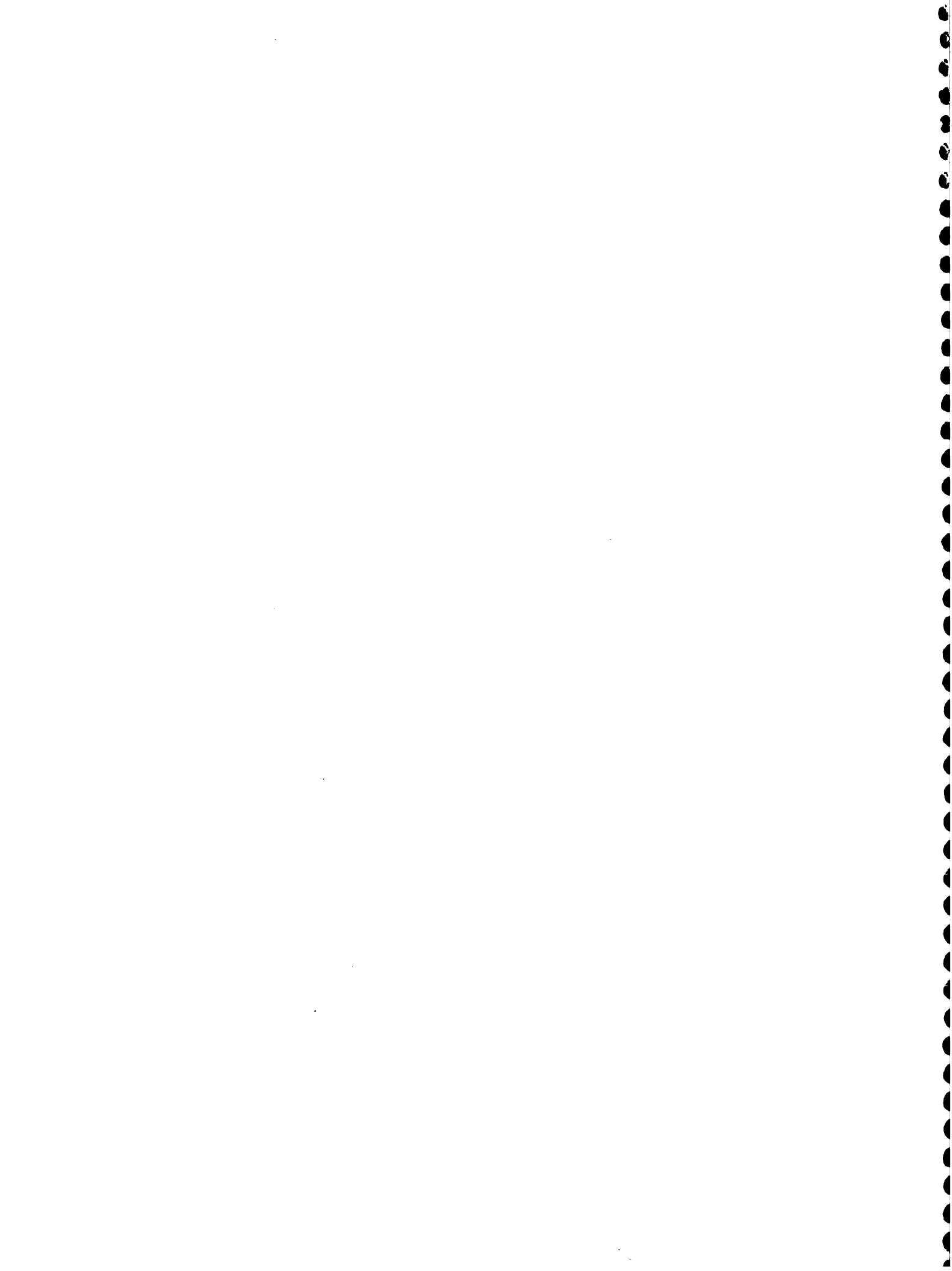
.A Unidade de Execução Local, estruturas constituídas no Nordeste do estado, em Paraguaçu e Sobradinho, com funções idênticas às do Comité, mas que não contemplam a participação permanente da Prefeitura Municipal.

Estas estruturas estão em processo de evolução, podendo adquirir no curto prazo configurações institucionais mais complexas e amplas.

d) No referente á capacitação dos recursos humanos, em função da metodologia de intervenção que privilegia o planejamento participativo, o desenvolvimento comunitário e a integração técnico/comunidade, a mesma se operacionalizou num processo contínuo e permanente pretendendo abarcar todos os agentes envolvidos no Programa.

Assim a estratégia global da capacitação estava pautada em duas linhas de atuação:

.treinamento de produtores, técnicos e coordenadores, além do pessoal administrativo-gerencial do Programa em conteúdos relativos às diretrizes, estratégias e





metodologia;

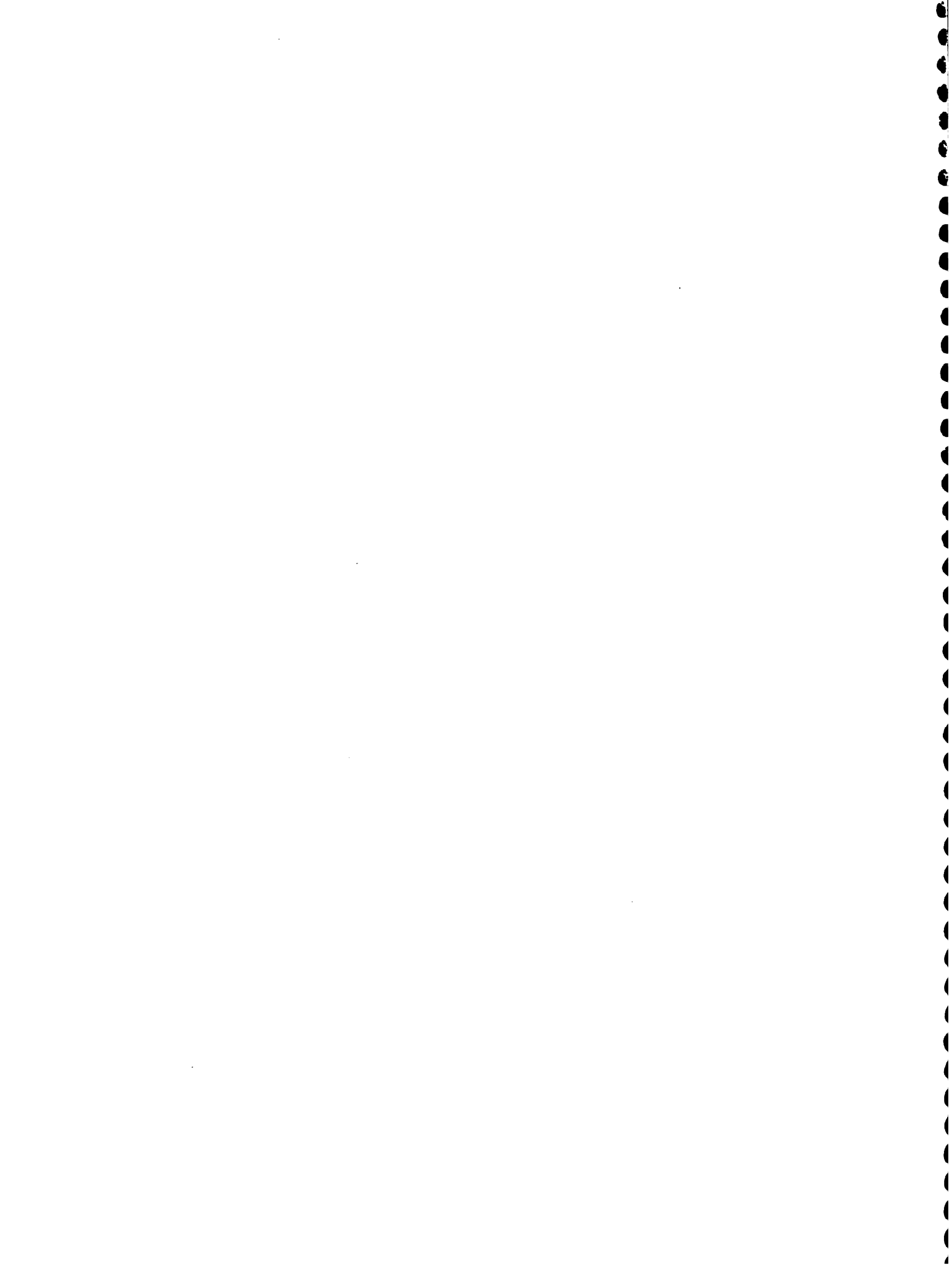
.treinamento de produtores e técnicos de órgãos executores do Programa nas áreas técnicas específicas incluídas as administrativas-gerenciais.(Ver esquemas Anexos).

Dessa forma, entre abril de 1985 e março de 1986, foram treinados 1574 técnicos de nível superior e médio, em cursos profissionalizantes e outros centrados na metodologia do planejamento participativo e na organização comunitária, como também 1438 produtores/multiplicadores em cursos orientados para atividades produtivas específicas (irrigação, produção de sementes, comercialização) e nas áreas de planejamento e desenvolvimento comunitário.

### 2.3.Os resultados alcançados pelos Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural na Bahia

Com a implementação desse modelo de gestão encontramos que do total das metas alcançadas pelo PAPP e pelos projetos a ele articulados e integrados através da CAR, entre julho de 1984 e março de 1986, em seis das 10 regiões de planejamento em que está dividida a Bahia (vide mapa em Anexo), 70% das mesmas foram executadas com a participação direta e efetiva das organizações dos produtores, enquanto os 30% restante contaram com o concurso das prefeituras municipais.

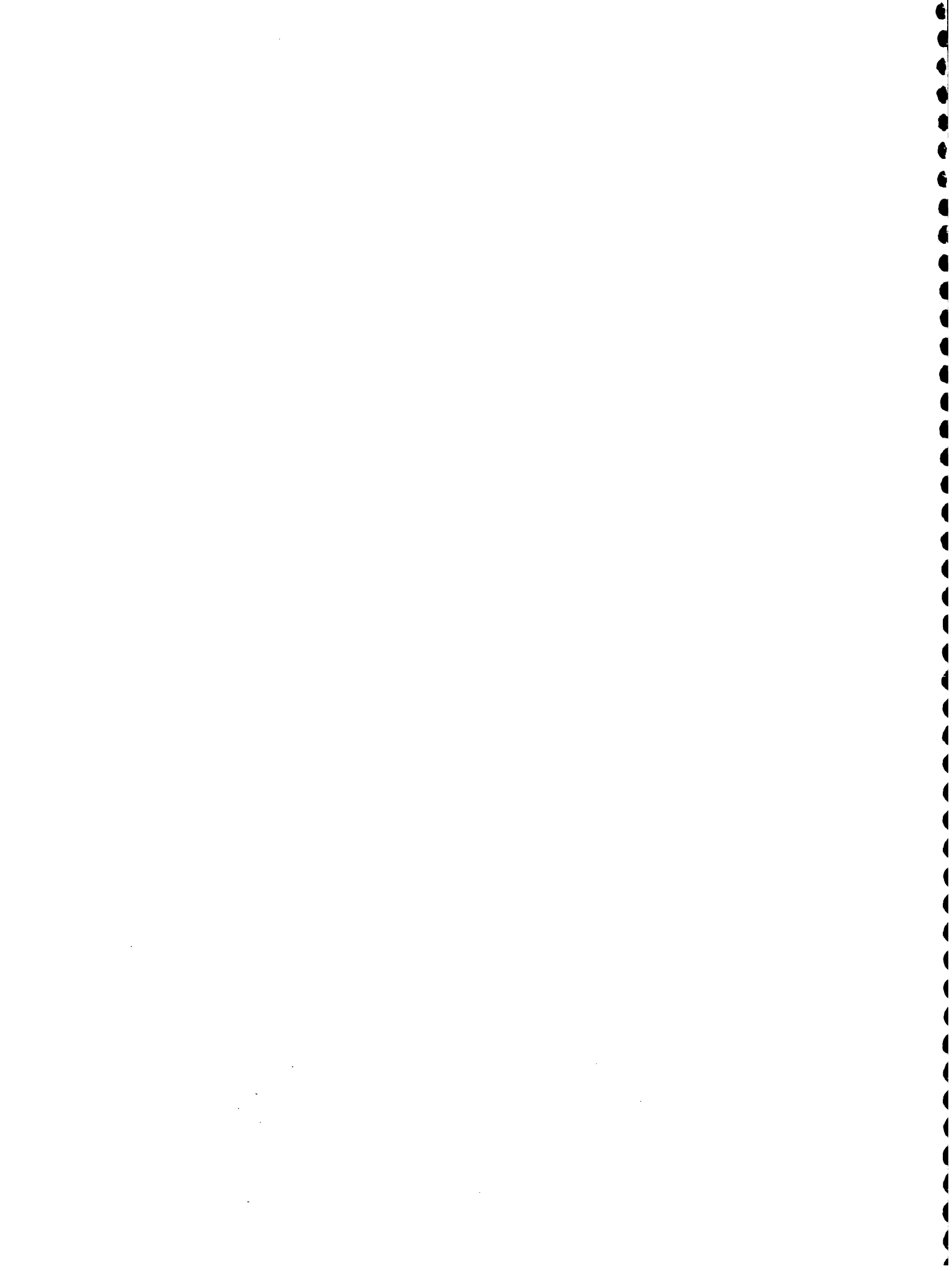
Assim a CAR celebrou 396 contratos e convênios com essas



organizações e prefeituras em um conjunto de áreas:

1) No aumento da disponibilidade de água para consumo humano e animal. Foram implantados 152 sistemas hidricos compreendendo reservatórios, açudes, impluvios e sistemas simplificados de abastecimento de água. Como exemplo, na região de Sobradinho -foco de nosso interesse- construíram-se 4 sistemas de abastecimento de água com captação do lago, beneficiando aproximadamente 20.000 pessoas a um custo total de Cz\$ 480.000,00, que compreendiam desde a fase de captação no Lago , reservatório, tratamento até distribuição domiciliar. Consequentemente, alem das discussões sobre o diagnóstico e as alternativas de solução do problema com as Associações Comunitárias, estas foram capacitadas para gerirem os equipamentos e todo o gerenciamento, inclusive a cobrança das taxas de manutenção.

2) O desenvolvimento da Irrigação comunitária, com exploração coletiva ou individual. Esta opção foi considerada como prioritária devido à vantagem de proporcionar maior oferta de emprego, melhor forma de distribuição dos resultados econômicos, maior facilidade na aquisição de insumos e equipamentos e favorecer ao processo de organização e participação. Este processo, num tempo muito mais curto ofereceu condições para a criação de modelos de administração do perimetros pelos próprios irrigantes. O exemplo típico é o de Tataui, na região de Sobradinho (caso analisado no presente trabalho) com a irrigação de aproximadamente 300 has a um custo de US\$ 2.800 por ha. irrigado. Com uma metodologia semelhante à



do Projeto Tatauí foram implantados perímetros nas regiões de Irecê, Paraguaçu e Nordeste da Bahia que viabilizaram outras 300 has, beneficiando 251 famílias. Em Sobradinho estavam na fase de implementação mais dois perímetros -Itapera e Pascoal/Limoeiro-abarcando 1.320 has e 330 famílias.

3) A implantação de unidades de beneficiamento e transformação de matérias primas, isto é, pequenas unidades agroindustriais, do tipo artesanal, acopladas a sistemas coletivos de aquisição de insumos e comercialização da produção. Foram construídas 107 "casas de farinha", unidades de beneficiamento de sementes e grãos, olarias e engenhos para fabricação de doces, aguardente e vinagre. No caso do Vale da Caatinga o Moura (nos municípios de Jacobina e Mirangaba) através da formalização da Associação de Produtores foi criado um Fundo Rotativo gerido por ela, destinado à aquisição comum de insumos, e também se efetivou a coletivização de parte do processo produtivo de fabricação de doces e a comercialização através da própria Associação, com uma estrutura de armazenagem própria.

4) A criação de mecanismos alternativos ao crédito rural como "fundos rotativos" nas Cooperativas e Associações de pequenos produtores para aquisição e revenda de produtos, insumos e pequenos equipamentos agrícolas. Foram criados um total de 24 no valor de CZ\$ 12.500.000,00, em comunidades diferentes, beneficiando 3.800 famílias.



5) A implantação de equipamento sociais e comunitários (escolas rurais, postos de saúde, equipamentos de múltiple uso e centros comunitários) num total de 152 unidades, em diferentes comunidades e beneficiando a 46.000 famílias. Mas, a partir da participação ativa de prefeituras e das comunidades organizadas de produtores.

6) A implantação de infraestrutura física e de apoio á produção, como armazens, construídos e administrados através das Associações e Cooperativas de pequenos produtores, e estradas vicinais, delegada a construção a nível das Administrações Municipais. No período considerado foram construídos e/ou melhorados 815 km, a um custo medio por km de Cz\$ 48.000,00 , muito menor que quando se realizavam essas obras através de grandes empreiteiras , e num plazo não tão demorado.

7) A capacitação de produtores para a ampliação de sua base produtiva através de métodos do planejamento participativo (ja foram anteriormente apontados os resultados). Um exemplo desta modalidade de Projeto foi o executado pela CAR em convênio com a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia que beneficiou 370 comunidades rurais.

8) O apoio á ações fundiárias através da regularização jurídica dos "fundos de pasto" , vinculados a um sistema de exploração extensivo que compreende áreas de pastoreio comunitário de caprinos. Este sistema -extremadamente difundido

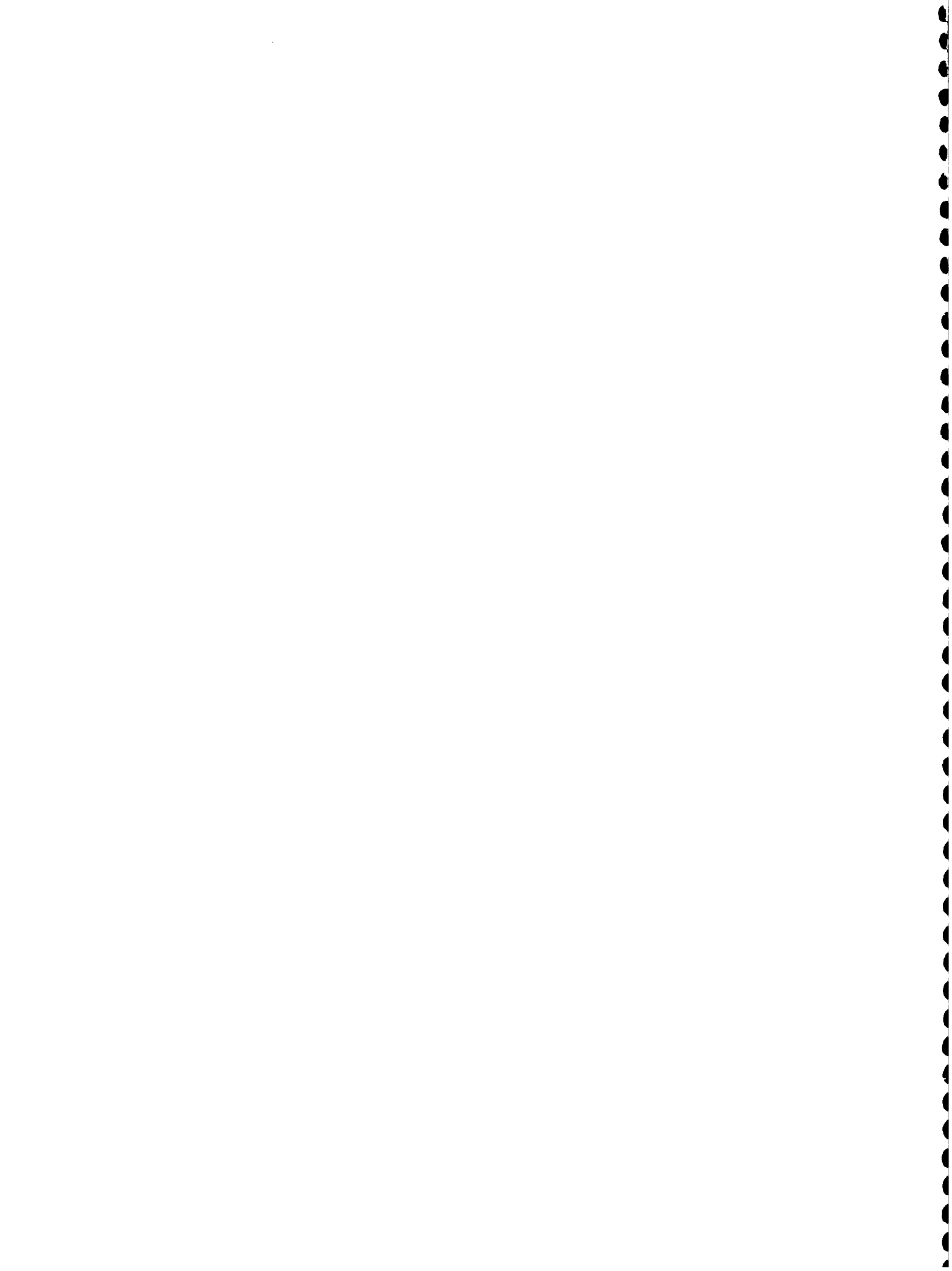




na região- ocorre em terras devolutas, esta sendo ameaçado pela invasão dessas áreas para a utilização pela pecuária extensiva, a extração de carvão vegetal e como reserva de valor. Os conflitos assim tem-se multiplicado, prejudicando aos camponeses. A ação da CAR procurou: 1) a discriminação das áreas de pastoreio comunitário; 2) a organização de Associações de pequenos caprinocultores; 3) uma vez regularizado juridicamente o Fundo de Pasto através de sua discriminação individualizada entre os membros da Associação, estes -em função de um acordo prévio- passam a dispor de uma parte da gleba para uso individual, fazendo uma "doação" à Associação do restante da área, reconstituindo-se assim o Fundo de Pasto enquanto exploração condominial. Foram formalizados um total de 20 deles com a conformação das respectivas Associações.

#### OS ENCAMINHAMENTOS DE POLITICA AGRARIA E OS RECURSOS FINANCEIROS DISPONIVEIS PELA CAR

Tendo como ponto de partida a vontade politica do governo e o fortalecimento institucional da CAR -enquanto entidade em condições técnico-administrativas para negociar os financiamentos, coordenar e gerir os projetos-, e ante a unificação dessa coordenação e gerência dos programas especiais do governo federal para o campesinato na própria CAR (integração reforçada pela implementação do PAPP), é que pode entender-se o resultado positivo no manejo do conjunto de instrumentos disponiveis e no volume e tipo de financiamentos obtidos. O processo sistemático de ação destaca -a partir da consolidação e unificação da coordenação e gerência na



intituição já apontadas- os seguintes encaminhamentos:

1) A renegociação do contrato de financiamento do PRDI/Paraguaçu com o governo federal e o BIRD, no valor de US\$ 84,4 milhões, período 1978/85.

2) A elaboração e negociação do Programa de Produção de Alimentos da Região de Ribeira do Pombal com o BNDS no valor de Cz\$ 1.450.000 com um período de execução entre 1981-1985.

3) A elaboração e negociação do PDRI/ Nordeste da Bahia/ POLONORDESTE, com o governo federal e BIRD, no valor de US\$ 173,4 milhões, no período 1983/1988.

4) A elaboração e negociação do PDRI/ Irecé/ POLONORDESTE, com o governo federal e BID, no valor de US\$ 92,0 milhões, no período 1983-1988.

5) A elaboração e negociação do Projeto para a Região Canavieira do Estado, com o governo federal através de recursos do PROCANOR.

6) A elaboração e negociação do Programa Especial para a Região do Lago de Sobradinho, com recursos de varias fontes internas e externas (Fundo Fiduciário do BID, SEPLAN/ PIN-PROTERRA, BNDES/FINSOCIAL, e contribuições do Tesouro Estadual).

7) A elaboração e negociação do PAPP do estado da Bahia, com o governo federal e o BIRD, no valor de US\$ 342 milhões, no período de 1985/1992.

No que toca ao montante e à utilização dos recursos finalmente, Miranda e Greenhalgh (1986) destacam que, se os compromissos contratuais das fontes financiadoras e em especial do governo federal fossem cumpridos, considerando o conjunto



dos instrumentos, num período de 8 anos serão investidos no Semi-Arido da Bahia aproximadamente US\$ 600.000.000 em ações destinadas ao pequeno produtor rural. Ao mesmo tempo que do Plano Operativo Anual (POA) do PAPP 1985/1986, aproximadamente 52% do total (Cz\$ 1.291.226,00) já foi aplicado em conformidade com os princípios do planejamento participativo, através de entidades representativas dos pequenos produtores, e secundariamente das prefeituras municipais.



### 3. A ação da CAR em Sobradinho (Semi-Arido Bahiano)

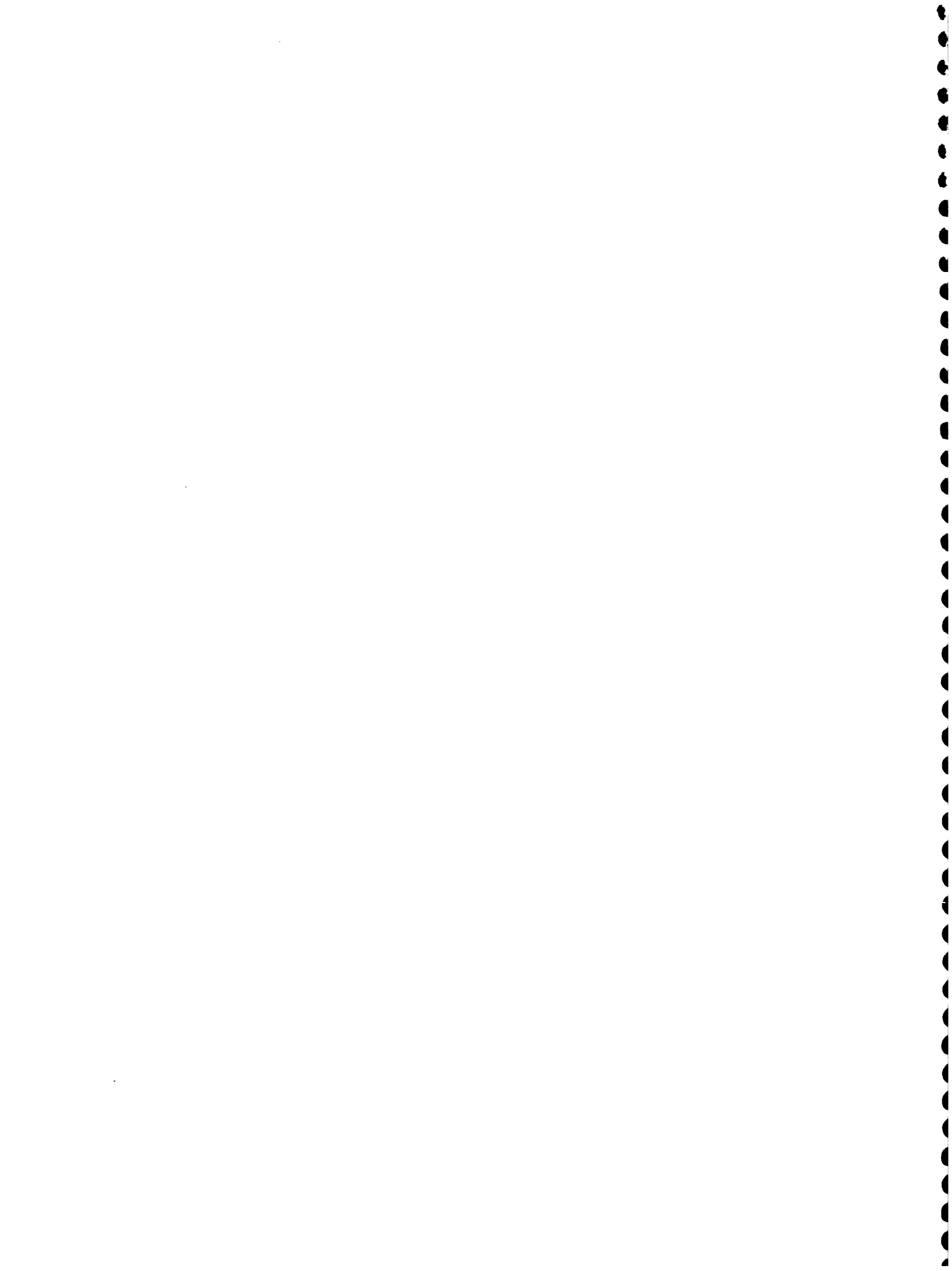
#### 3.1. Características da região com anterioridade a formação do reservatório.

Sobradinho está situado no Semi-Árido Bahiano, na micro-região homogênea 133, chamada de Baixo-Médio São Fransisco. Atravessada pelo rio do mesmo nome, sua extensão territorial é uma das maiores da Bahia, 74.873 km<sup>2</sup> (em relação aos 559.951 km<sup>2</sup> do estado), sua densidade demográfica, em 1970 chegava a 2,9 habitantes/km<sup>2</sup>, (13,8 habs/km<sup>2</sup> no estado). Sua população se aproximava aos 220.000 habitantes (7.495.000/habs. no estado), 24% urbana e 76% rural.

Com relação aos recursos naturais, o clima é semi-árido quente ou de estepa tropical, que se caracteriza por alta evaporação, períodos secos no inverno e chuvas escassas nas demais estações. A vegetação é xerófila e os solos são em geral arenosos.

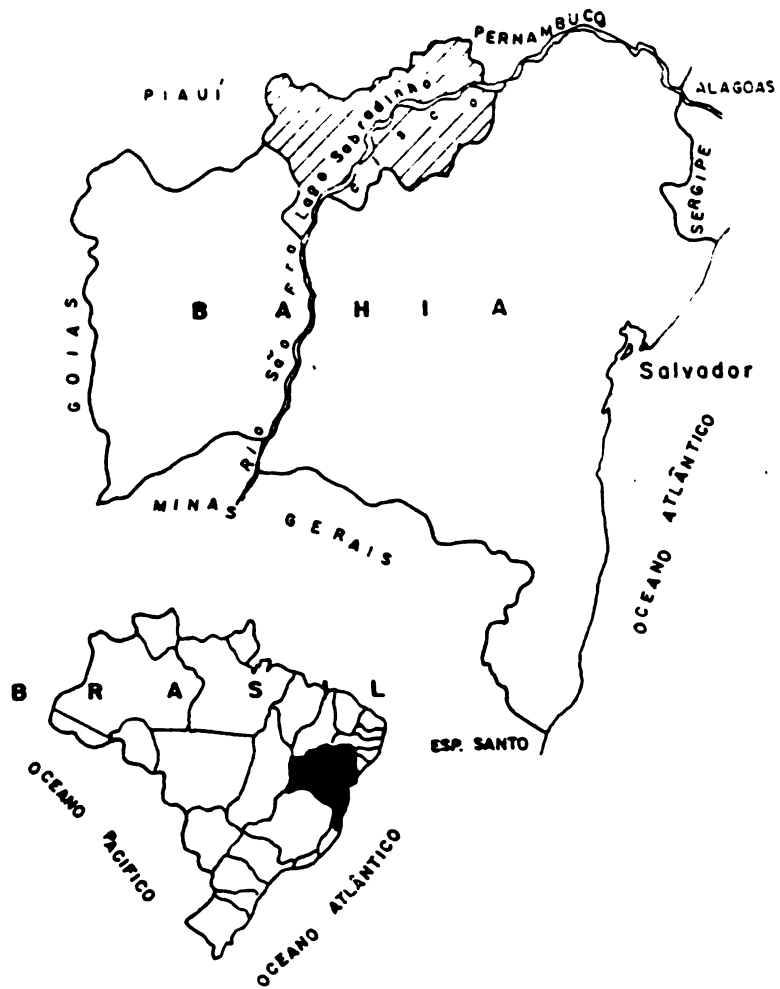
#### 3.1.1. O antigo sistema produtivo do campesinato

A atividade principal que organizava a região do Baixo-Médio São Fransisco era a agropecuária. Em 1970 esta atividade envolvia 88% da população economicamente ativa.





### LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO ÁREA DE INFLUÊNCIA DO LAGO SOBRADINHO

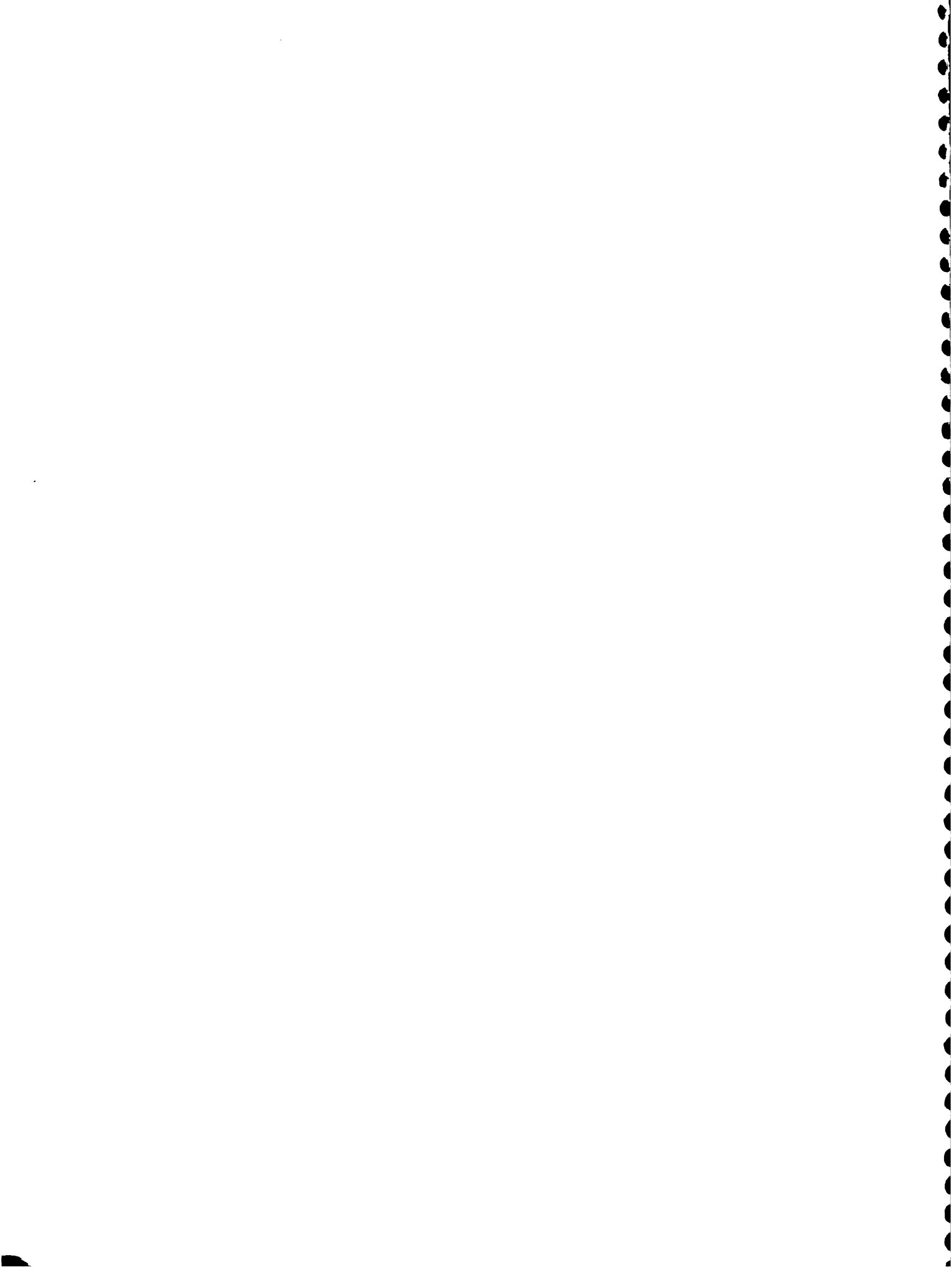




O espaço do campesinato se dava inserido numa região caracterizada pelo domínio de grandes fazendas destinadas a pecuária. Fazendas estas que eram verdadeiros latifúndios, e que se estendiam desde as margens do rio São Fransisco pela "Caatinga" ( áreas semi-áridas que se estendiam além do vale ).

O sistema produtivo implementado pelo campesinato no Vale implicava uma agricultura de vazante feita nos "lameiros" (isto é, nas terras férteis que o rio deixava descoberto depois das enchentes periódicas) e uma agricultura de chuvas feita nas terras de "sequeiro", (terras secas da "Caatinga" próximas ao rio). O ciclo agrícola se articulava de Abril a Outubro no lameiro e de Novembro a Março no sequeiro. O sistema era complementado com a atividade de pesca, nas lagoas do rio que ficavam depois das enchentes e com a criação de gado. cabras, ovelhas e/ou porcos que funcionava como fundo de reserva e de acumulação para garantir a reprodução do grupo nos momentos difíceis.

Os camponeses que moravam distribuídos ao largo do rio em pequenos povoados, tinham acesso aos lameiros e em especial as ilhas que ficavam a descoberto quando o rio descia, através do pagamento de um foro às prefeituras locais. A assinação e o controle (através da entrega do "talão") estava a cargo do "Fiscal da Ilha". Estes fiscais geralmente eram também cabos eleitorais do prefeito e comerciantes que mantinham assim relações de clientelismo com a população camponesa ribeirinha. Em outros casos, a mediação para o acesso aos lameiros passava diretamente pelos fazendeiros que tinham jurisdição sobre elas.

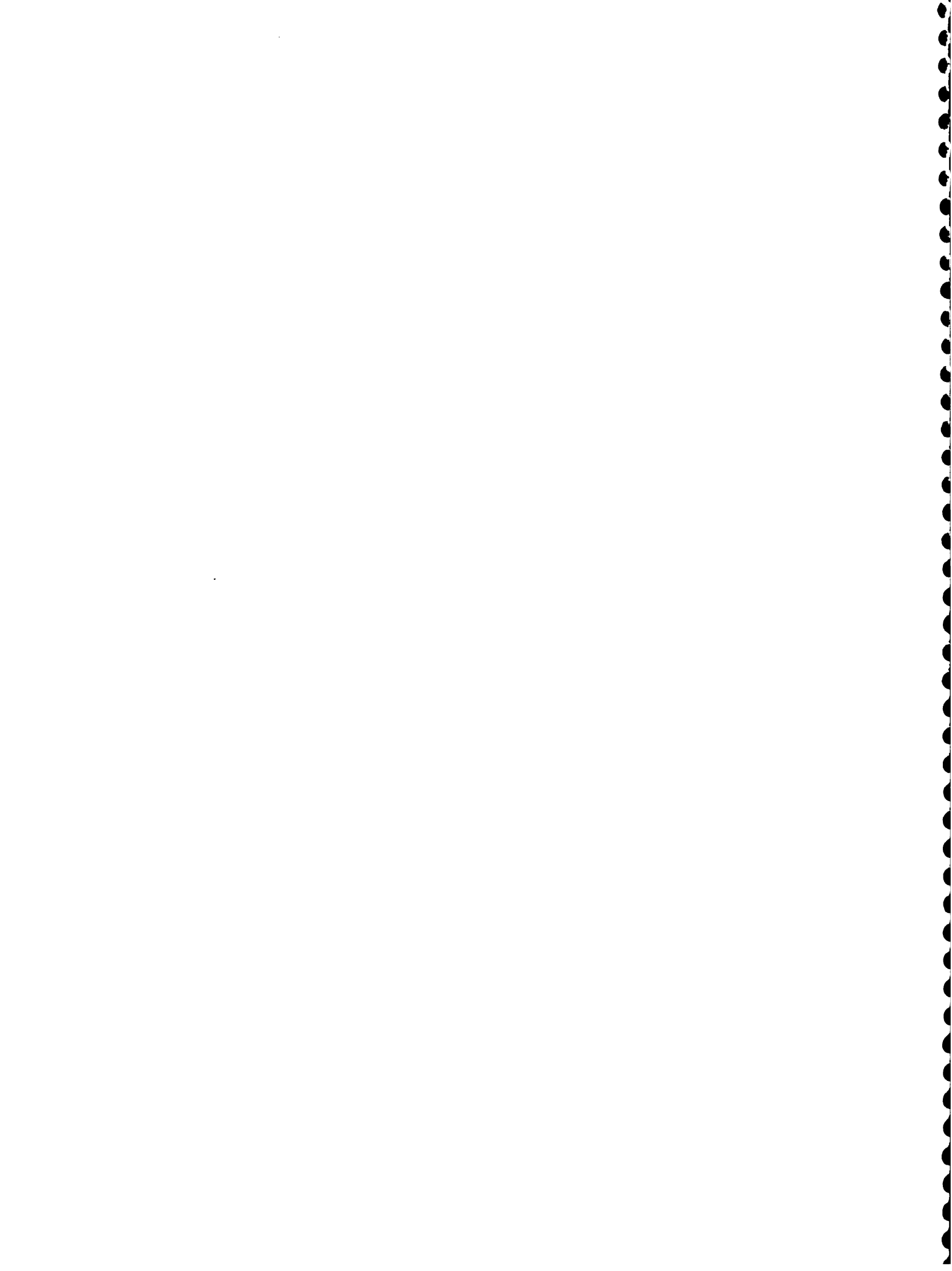


Nas terras de sequeiro cabe distinguir entre aqueles que ocupavam terras devolutas ou eram pequenos proprietários, e os que tinham acesso à terra pela relação "agregacia". A distinção se fundamenta principalmente pela divisão que os agentes fazem entre uma situação de "libertos" que caracterizaria aos camponeses dos dois primeiros casos e a de "cativo", da última, pela subordinação devido à moradia no interior das fazendas o qual implicava numa série de obrigações aos fazendeiros (Sigaud, 1988).

O acesso aos lameiros, uma vez pago o talão, poderia ser feito tanto pelos libertos quanto pelos cativos. Mas são as ilhas que se constituíram na visão dos camponeses no espaço por excelência da autonomia camponesa, porque nelas todos eram libertos.

Com relação à pesca, esta era realizada nas lagoas que se formavam com a descida das águas do rio, pelo grupo familiar, baixo a supervisão das prefeituras ou dos fazendeiros (nos casos em que as lagoas ficassem no interior das grandes fazendas).

A criação que praticavam os camponeses se desenvolvia, numa região caracterizada pela criação extensiva e sem cercas feita pelos grandes fazendeiros. Consequentemente o gado se misturava. Tinha-se, sim, o cuidado de cercar as roças. Nas ilhas, os camponeses só permitiam a presença do gado amarrado. Os grandes fazendeiros, ao contrário, ocupavam as ilhas frequentemente para plantar capim e para o pastoreo livre do



gado.

Todo este sistema produtivo foi desarticulado com a construção da Barragem de Sobradinho, já que as ilhas, os lameiros e as lagoas desapareceram. Os camponeses que moravam na beira do rio foram reasentados na Caatinga, isto é, em terra de sequeiro.

### 3.2. Antecedentes da ação estatal no Vale de São Francisco

O rio São Francisco, considerado da "unidade nacional" pela articulação que ele faz entre o Nordeste e o Centro-Sul, foi objeto de diferente tipo de propostas e ações governamentais. A partir de 1946 se inclui na Constituição um artigo que obrigava ao Estado Nacional a destinar não menos de 1% das rendas tributárias federais durante um período de 20 anos num plano de aproveitamento integral do rio e seus afluentes. Pouco depois se criava a Comissão do Vale do São Francisco e um "Programa Geral para o Aproveitamento Económico do Vale", composto de quatro planos quinquenais (entre 1951 e 1970) precedidos por um Plano de Emergência durante o período de 1947-1950. Nesse plano a idéia reitora é a recuperação do Vale, implementando "uma civilização que seja uma síntese, uma transição entre as civilizações que se desenvolvem no Nordeste, no Centro e no Sul do País".(CVSF, 1957).

O Plano se constitui na primeira tentativa de um planejamento regional no país (Lopes, 1955 e visualizava o Vale como uma unidade, procurando conter o fluxo migratório fixando as populações nas suas margens, dominar as cheias, e



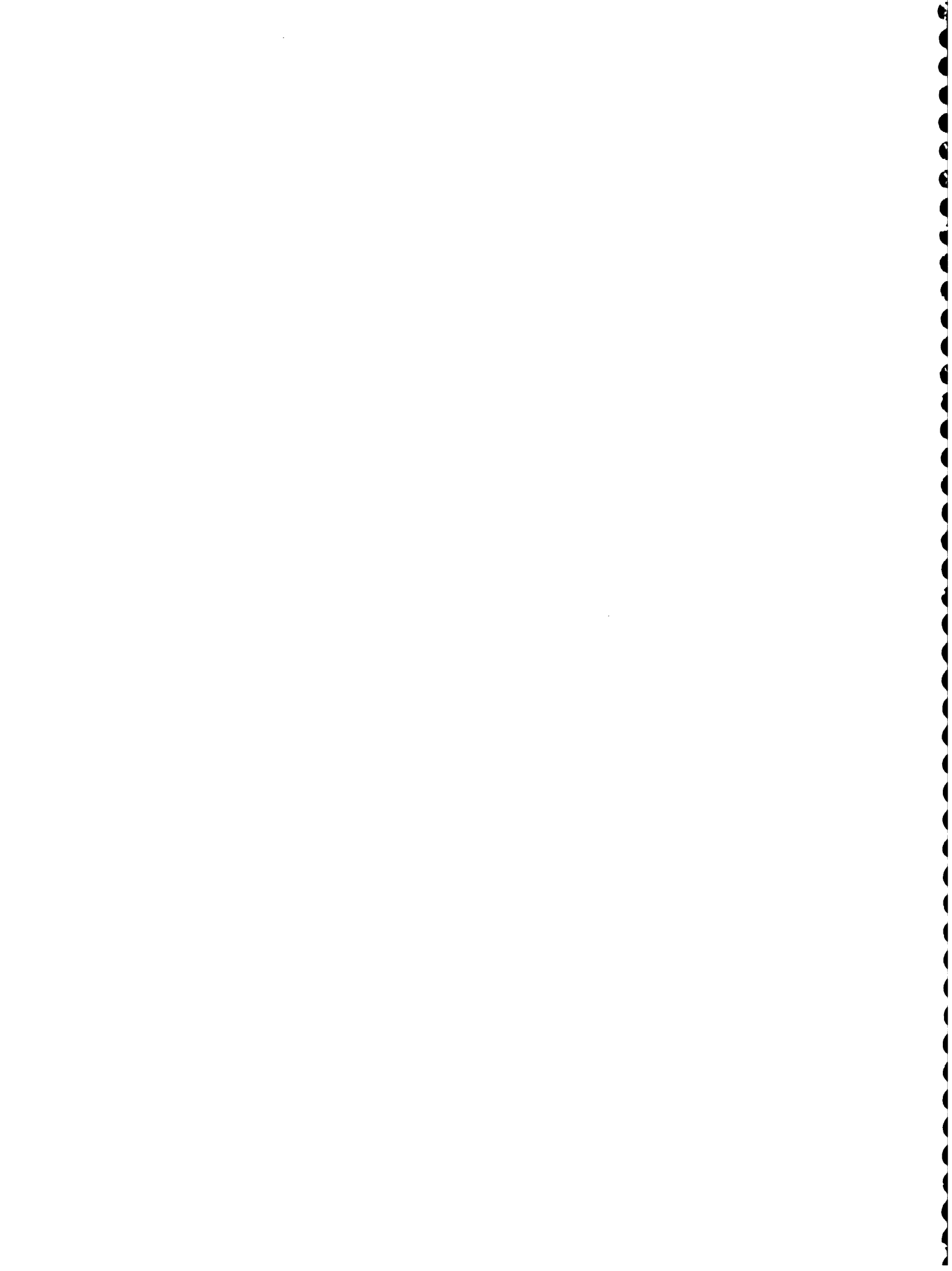


desenvolver projetos de irrigação que procurassem o desenvolvimento agrícola da região.

Mas, já nos primeiros anos de atividade da Comissão, começa a se insinuar uma mudança de objetivos. Em acordo à ênfase no binômio transporte-energia como infraestrutura necessária para desenvolver a industrialização, presente no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, já se visualiza em depoimentos de Ministros de Governo a defesa de uma política de grandes obras na qual a Hidroeletricidade tende a ser prioritária.

A Comissão será substituída pela SUVALE e posteriormente pela CODEVASF. Paralelamente havia sido criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) que nessa linha tinha priorizado a construção de grandes obras para a produção de energia como era o caso das Barragens de Paulo Afonso e Três Marias.

Essa nova orientação se concretizará definitivamente com a decisão em 1974 de fazer da já começada construção da Barragem de Sobradinho, uma obra destinada prioritariamente à geração de energia elétrica, secundarizando os outros objetivos iniciais de regularização plurianual do curso do rio, de melhoria das condições de navegabilidade e da construção de tomada de água para irrigação do Projeto Massangano nos municípios de Casa Nova e Petrolina (PE).



3.2.1. A ação Estatal na construção da Barragem de Sobradinho e Reassentamento da População Camponesa.

Segundo vários autores a construção da Barragem de Sobradinho representa uma mudança das orientações do Estado em relação ao Vale do São Francisco (Sigaud, 1988; Duque, 1984).

Em julho de 1978, quatro meses depois de ser inaugurada a Barragem de Sobradinho, o reservatório logrou atingir sua cota máxima de operação, conformando-se um lago de 4.214 km<sup>2</sup>, de uma extensão de 350 km e uma largura variável de 5 a 40 km, e uma capacidade de armazenagem de água de 34 bilhões de m<sup>3</sup> de água (CHESF, 1980).

Esse lago se formou sobre terras dos municípios de Juazeiro, Sento Sé e Xique-Xique na margem direita do São Francisco e de Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado na margem esquerda. Foram desalojadas 60.000 pessoas segundo dados da CHESF e 72.000 segundo dados do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (CONTAG, 1979). Esse conjunto constituía os 77% da população da área e dentro desse total 80% se dedicava a atividade agropecuária (Hidroservice, 1975), morando em povoados dispersos, à beira do rio e praticando uma agricultura que além de atingir a subsistência dos núcleos camponeses abastecia mercados locais e regionais.

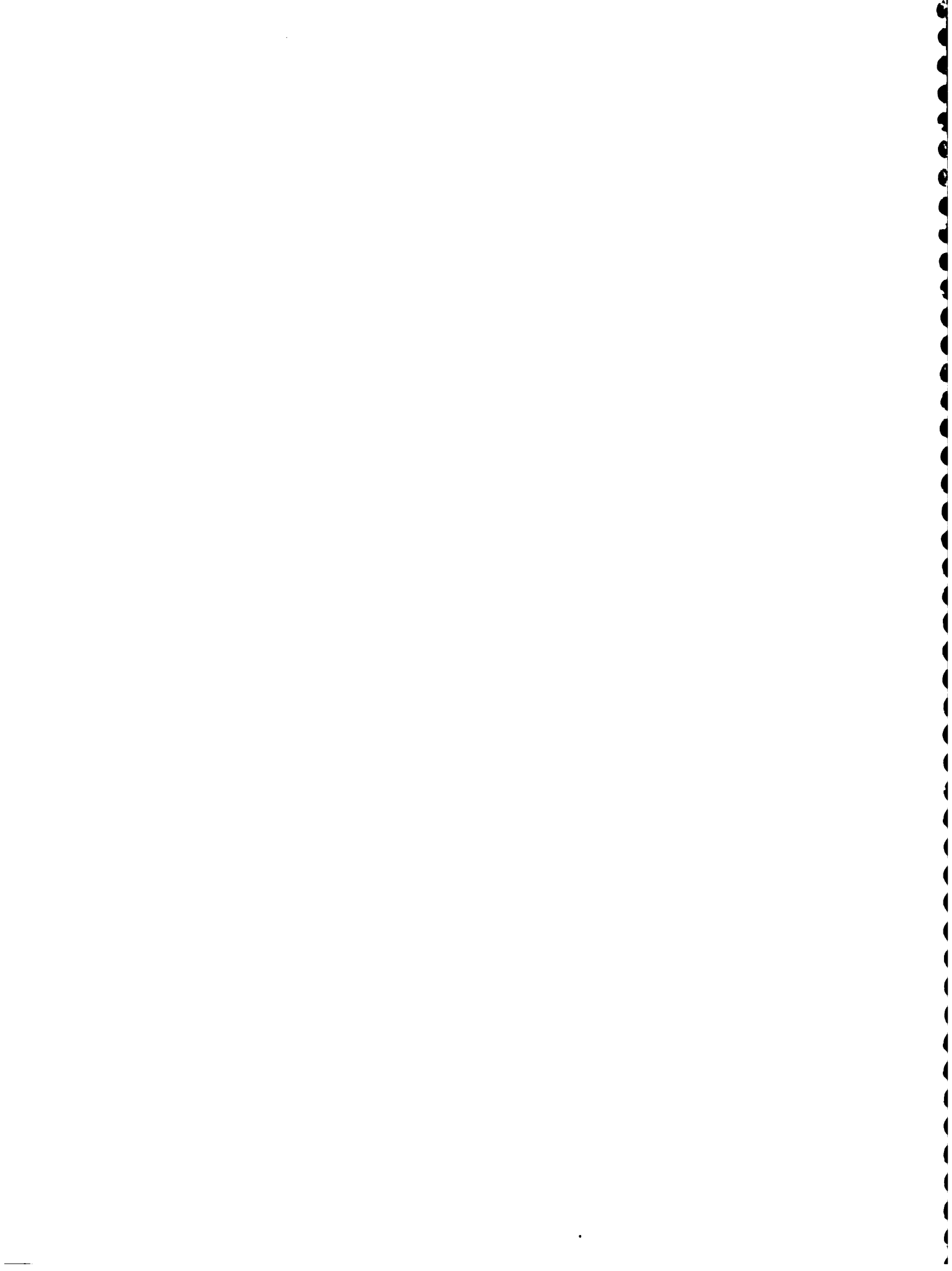
Em março de 1979, verifica-se uma enchente sem precedentes no rio, que se repete no ano seguinte.



O destino da população desalojada foi elaborado de uma forma autoritária revestida de pareceres técnicos, nos quais algumas soluções possíveis, ficaram como "impensáveis". Assim as alternativas apresentadas inicialmente, foram a instalação na borda do lago (para um número não maior do que 1500 famílias), o Projeto de Colonização de Serra do Ramalho de propriedade do INCRA é levado a frente com recursos do Pólo Nordeste (até 4.000 famílias) e para o resto, a emigração fora da região (CHESF, 1980).

A instalação do grosso da população na borda do lago como era o desejo da maioria dela, foi de início considerado um impensável, já que implicaria grandes investimentos em irrigação para tornar produtivas terras que no fim, viriam a ser ocupadas por pequenos produtores que eram percebidos como praticando uma agricultura de subsistência e sem futuro comercial. Além do que, as melhores terras dessa borda do lago já estavam reservadas para "projetos de alto rendimento" em benefício de grandes empresas agropecuárias (CODEVASF, 1975).

A população resistiu ao deslocamento. Muitas famílias que tinham sido transferidas para o Projeto Serra do Ramalho, voltaram anunciando que, o tipo de orientação que a assistência técnica oficial introduziu nesse projeto (e que implicava restrições, respeito aos métodos de cultivo e aos tipos de produto), era vivenciado como configurando uma situação de "cativeiro", isto é, a perda da liberdade de ir e vir e da "autonomia" respeito a sua agricultura.



Dessa forma até 1976, a solução que predominou foi a posteriormente chamada de "solução própria", que envolveu a 23,75% da população, isto é, reassentamentos individuais que se dirigiram para a beira do São Francisco em municípios vizinhos tanto a montante quanto a jusante da reserva, como também, em alguns casos para a região de "Caatinga" dos mesmos municípios.

Devido a essas pressões da população a CHESF decide assentar um maior número de população em torno do lago através da construção de núcleos. Foram construídos 25 núcleos de reassentamento: 19 em Sento Sé, 4 em Casa Nova e 2 em Remanso. Eles contavam com prédios públicos como escola e Igreja, a CHESF também se encarregou do traçado das ruas e da distribuição dos lotes, tanto urbanos como agrícolas (estas no número de 6.000). Por sua parte, os chefes de família ficaram com a responsabilidade da construção de suas casas como também do preparo da terra para o plantio. Assim, 70% da população afetada permaneceu na região. Esses núcleos acabaram de serem construídos junto com a formação do reservatório. Conseqüentemente as descrições sobre o deslocamento da população apresentam em grande medida como caótica, assemelhando-se mais a uma operação militar para evacuar um território, do que de uma operação de reassentamento de uma população (Sigaud, 1988).

Com relação às "pressões" dos camponeses ante a ação do Estado cabe levantar que inicialmente as mesmas não se fizeram através de mediadores como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de entidades vinculadas à Igreja Católica, já que





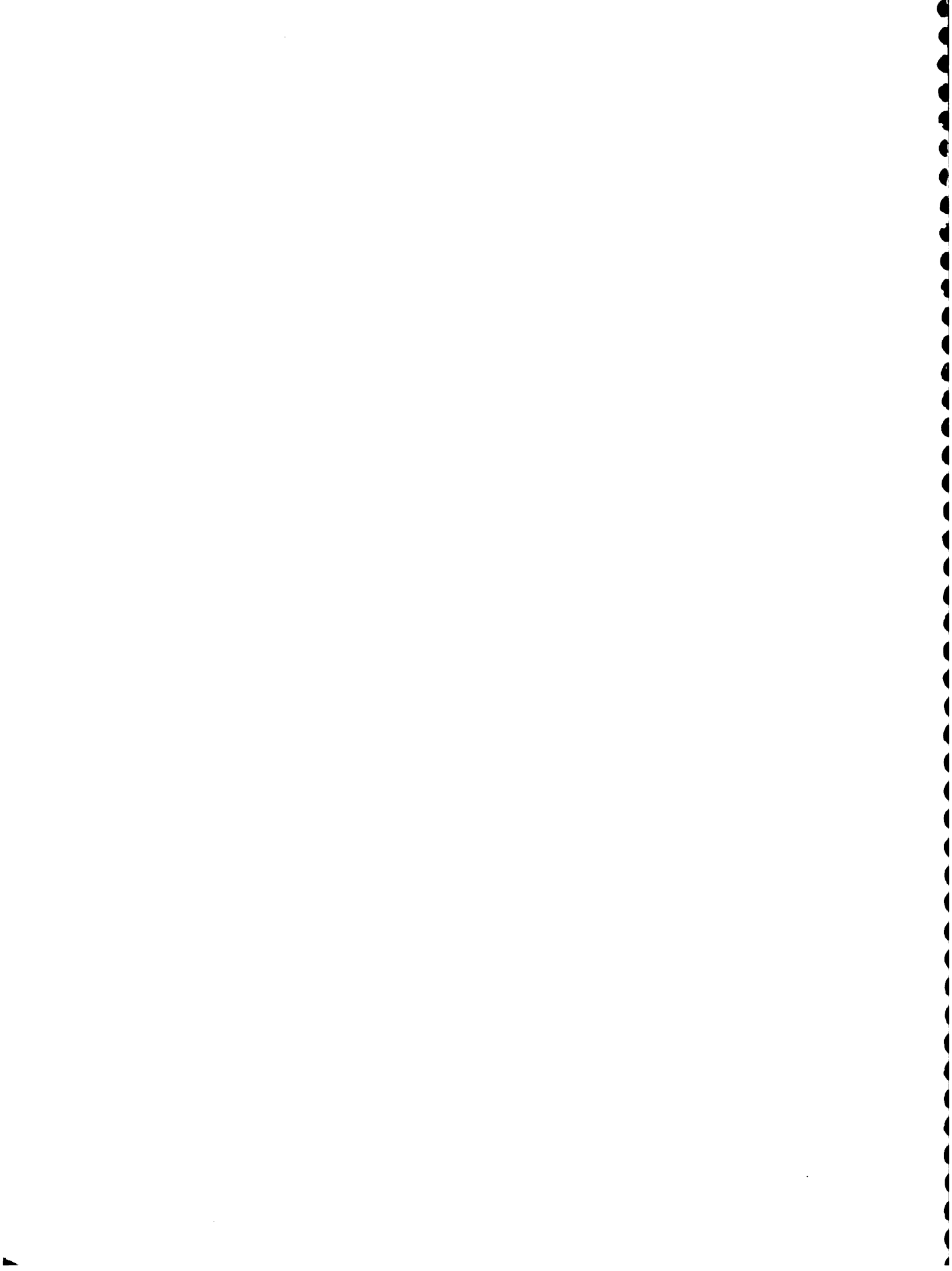
Destino das famílias atingidas pelo reservatório de Sobradinho e reassentadas pela CHESF

LOCAL DE ORIGEM	BORDA DO LAGO				SOLUÇÃO PRÓPRIA			Falecido e destino ignorado	Total
	Novas cidades	Núcleos	Caatinga	Subtotal	Áreas vizinhas	Outras áreas	Subtotal		
ÁREA URBANA	SENTO SÁ	264	—	2	266	19	5	24	291
	CASA NOVA	577	—	5	582	27	12	29	632
	RAMANHO	1.752	2	19	1.773	25	109	134	1.985
	PILÃO ANCAIDO	284	—	—	284	22	16	38	328
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.877</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>2.905</b>	<b>93</b>	<b>142</b>	<b>235</b>	<b>81</b>
%	88,96	0,0	0,8	89,82	2,87	4,39	7,26	0,4	100
ÁREA RURAL	JUAZEIRO	14	99	4	117	93	2	95	223
	SENTO SÁ	458	1.620	265	2.343	522	368	296	3.597
	XIQUE XIQUE	—	—	—	—	74	11	85	86
	CASA NOVA	321	658	581	1.560	434	139	593	2.847
	RAMANHO	101	273	531	905	54	156	210	1.200
PILÃO ANCAIDO	80	3	370	453	95	79	174	35	666
<b>SUBTOTAL</b>	<b>974</b>	<b>2.653</b>	<b>1.751</b>	<b>5.378</b>	<b>1.292</b>	<b>755</b>	<b>2.047</b>	<b>1.013</b>	<b>8.619</b>
%	11,30	30,78	20,31	62,39	14,99	8,76	23,75	11,75	100
<b>TOTAL DO RESERVATORIO</b>	<b>3.851</b>	<b>2.655</b>	<b>1.777</b>	<b>8.283</b>	<b>1.385</b>	<b>897</b>	<b>2.282</b>	<b>1.026</b>	<b>11.853</b>
%	32,49	22,40	14,99	69,88	11,68	7,56	19,25	8,65	100

FONTE: CHESF, 1980: 19

OBSERVAÇÃO:

Este quadro retrata a distribuição da população, segundo o destino adotado. *Novas Cidades* são as novas sedes municipais; núcleos são alguns dos antigos povoados da beira do rio que foram reconstruídos pela CHESF; *caatinga* refere-se ao local onde se localizaram famílias residentes longe do rio, mas atingidas pelo lago, e cujo deslocamento foi administrado pela CHESF. Estas três categorias correspondem à população que permaneceu na área. *Solução própria* é o termo utilizado pela CHESF para designar a população que abandonou a área com recursos próprios fornecidos pela CHESF. *PEC/SR* refere-se ao projeto de colonização de Serra do Ramalho. Para uma análise do significado deste "destino", cf. Sigaud, 1986, p. 21-32.



## Relação dos núcleos rurais implantados pela CHESF.

— 1978 —

LOCALIZAÇÃO	N. DE FAMÍLIAS OPTANTES
<i>Município de Juazeiro</i>	
1. Tatuf *	
2. São Gonçalo *	73
<i>Município de Santo Sá</i>	
3. Algodões	42
4. Brejo de Dentro *	79
5. Brejo de Fora	78
6. Piçarrão *	70
7. Piri	151
8. Bazúá	70
9. Quixaba	198
10. Riacho dos Paes	182
11. Itapera	165
12. Andorinha	45
13. Aldeia-Pascoal-Limoeiro	237
14. Tombador	58
15. Retiro de Baixo	40
16. Retiro de Cima	80
17. Cajuf	82
18. Ponta da Serra	110
19. Ponta d'Água	62
<i>Município de Casa Nova</i>	
20. São Luís (Mosquito)	6
21. Santana do Sobrado	197
22. Pau a Pique	242
23. Bem Bom	200
<i>Município de Remanso</i>	
24. Marcos (Zabelê)	96
25. Taboleiro	92
SOMA	2.655

\* Não estão na borda do lago.

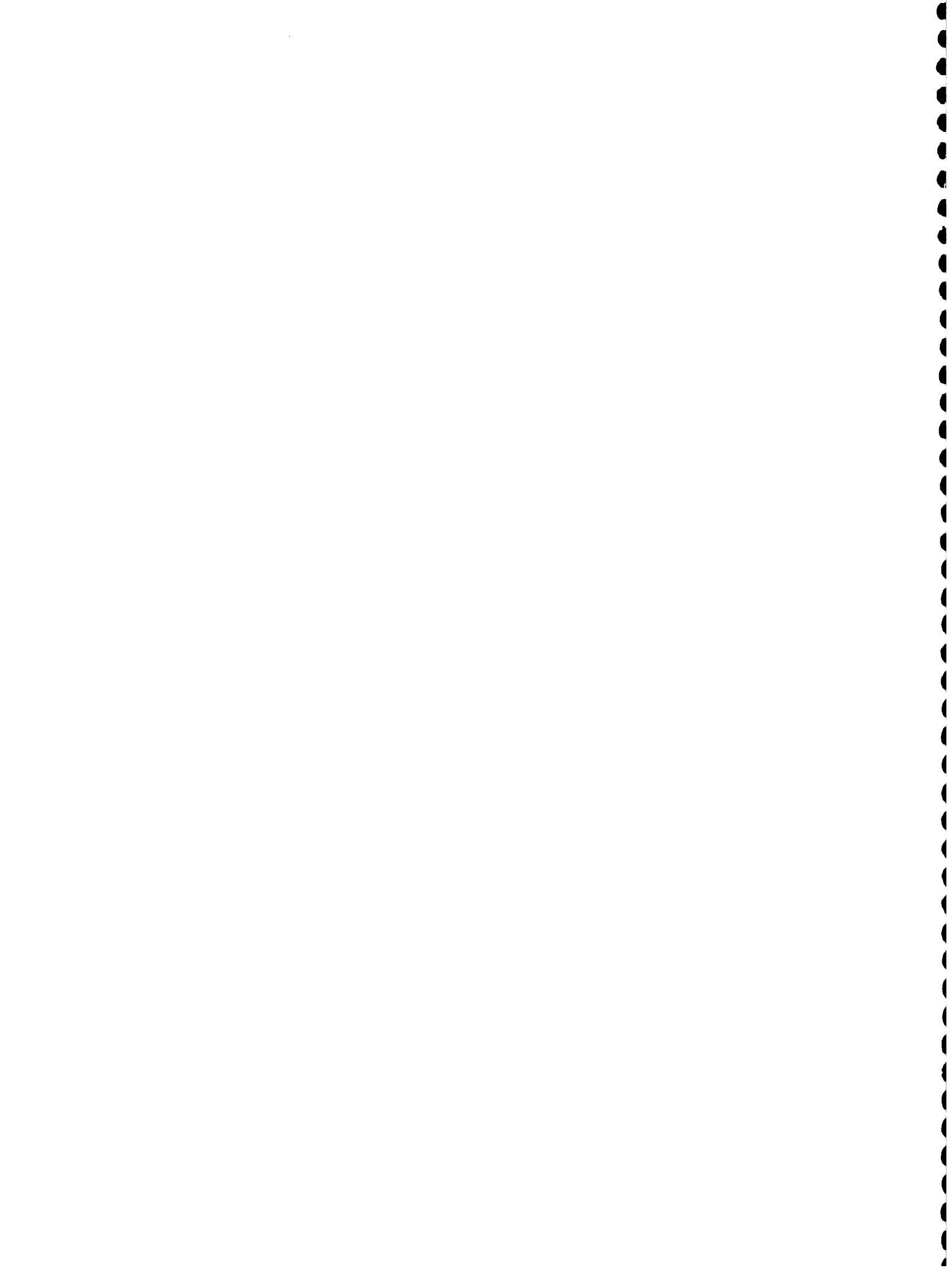
FONTE: CHESF, 1980: 14.



Número e área dos lotes agrícolas distribuídos pela CHESF nos municípios na área do reservatório de Sobradinho, por localização na borda do lago e no seqüestro.

Município	Borda do Lago						Seqüestro					
	N.º de lotes		Área		N.º de lotes		Área		N.º de lotes		Área	
	N.º Absol.	% Munic.	N.º Absol.	% Munic.	N.º Absol.	% Munic.	N.º Absol.	% Munic.	N.º Absol.	% Munic.	N.º Absol.	% Munic.
Sento S6	2.774	31,508,43	817	29,45	9.383,22	29,71	1.957	70,54	22.197,21	70,28		
Piilo Arcado	1.032	6.199,94	362	35,07	2.817,50	32,54	670	64,92	4.182,44	67,45		
Casa Nova	942	9.359,12	358	38,00	3.891,05	41,57	584	61,99	5.467,07	58,42		
Remanso	665	6.781,28	378	55,63	3.036,51	44,77	295	44,36	3.744,77	55,22		
Juazeiro	307	1.647,80	200	65,14	913,66	55,47	107	34,85	733,40	44,52		
<b>TOTAL</b>	<b>5.728</b>	<b>55.566,80</b>	<b>2.187</b>	<b>36,83</b>	<b>19.241,91</b>	<b>34,62</b>	<b>3.613</b>	<b>63,17</b>	<b>36.324,89</b>	<b>65,38</b>		

FONTE: CHESF, Pasta Arquivo s.º 46: "Distribuição dos lotes agrícolas na área do Reservatório de Sobradinho", no período de 1976 a 1985.



naquela época eram inexistentes na região e não participaram diretamente desse processo. Participação esta que foi construindo-se nos momentos posteriores. Também deve ser notada a ausência de Partidos ou grupos políticos que tenham assumido a representação dos interesses dos camponeses.

Os documentos oficiais e as matérias dos jornais da época apontam para "soluções comunitárias", assimilando a comunidade aos povoados característicos do Vale nos que se manifestavam fortes laços de parentesco e vizinhança, os quais, com o culto a um mesmo Santo Patrono, festas religiosas específicas, práticas de cooperação mútua no trabalho produtivo, tinham favorecido a construção de uma identidade própria. Estas identidades eram reforçadas pela referência comum a um centro urbano onde realizavam as principais transações comerciais e a existência de locais comuns de deslocamento quando das enchentes ou para a prática da agricultura de chuvas e a criação de gado. Esta organização pré-existente parece ter adquirido funções "políticas" no momento do conflito e funcionando como principal instância de organização e pressão política (Sigaud, 1988).

Mas, apesar da resistência, como resultado desta "primeira" intervenção estatal com a instalação da população nos núcleos de reassentamento, produziram-se um conjunto de efeitos negativos que afetaram criticamente a própria reprodução do campesinato na região.

Entre eles caberia mencionar a descapitalização





cumulativa, resultado de penoso processo de transferência do povoado originário aos núcleos. Também as indenizações, que foram consideradas baixas e sendo frequentemente pagas antes do próprio reassentamento. Ou seja que quando a população foi recolocada nos núcleos, já tinha gasto quase todo o valor da mesma manutenção do grupo doméstico, não existindo forma autônoma de repor o patrimônio perdido, dificultando a retomada do processo produtivo.

Outros efeitos foram a inviabilização da agricultura de vazante nos melhores territórios, os "lameiros", que deixaram de existir na proporção e qualidade anterior; a perda do "controle das águas" devido a que o rio passou a ser comandado pela coordenação das barragens, e em função da prioridade da produção de energia (em 1979 e em 1980, como resultado dessa prioridade, se produziram cheias de proporções inesperadas).

No que respeita à organização social vários dos núcleos foram "produzidos" pela CHESF, desagregando os povoados e "juntando" grupos de população sem laços anteriores, provocando uma segmentação originária nos novos núcleos.

Técnicos das agências do Estado e alguns analistas levantam como uma das propostas positivas dessa primeira ação estatal uma sorte de "democratização" do acesso à terra, com transformação de antigos arrendatários, posseiros e agregados em proprietários de lotes, o qual teria permitido em parte a sua "libertação" dos laços de dominação dos grandes fazendeiros e das prefeituras que autorizavam a exploração dos lameiros.

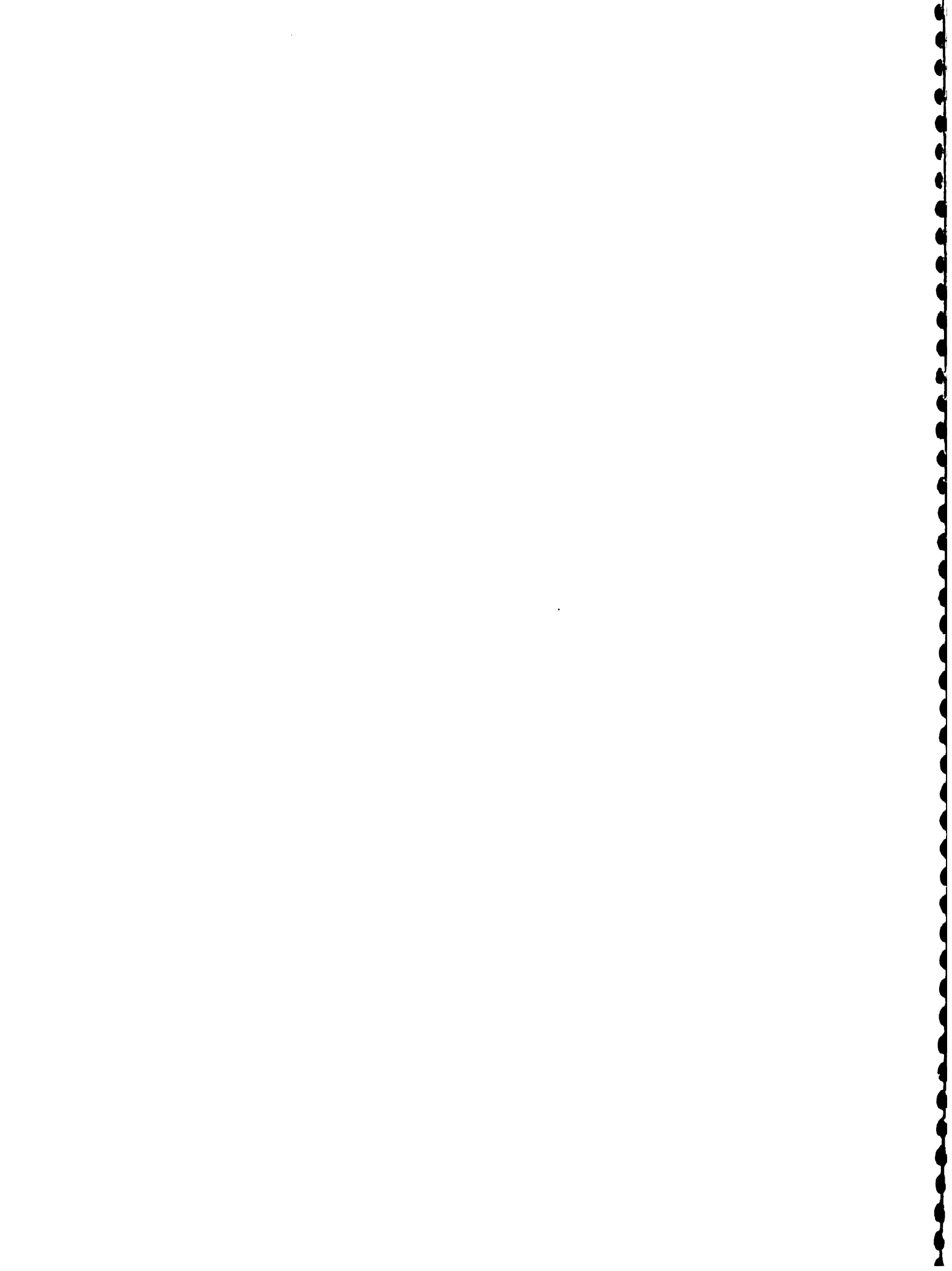


Mas também avaliam que, apesar das possibilidades dessa proposta, a intervenção na prática não teria permitido consolidar-se como pequenos proprietários, favorecendo a sua proletarização. Esta proletarização estaria indicada pela venda frequente dos lotes, pelo arrendamento dos mesmos aos fazendeiros e pelo assalariamento crescente dos reassentados em projetos financiados pelo Estado na região (Sandroni, 1979; Duque, 1984).

Mas, pesquisas mais recentes apontam para outro tipo de leitura desses dados, levantando que esses sinais poderiam ser visualizados como formando parte de estratégias adaptadas pelos reassentados, principalmente nos primeiros momentos, na procura da viabilidade da reprodução da condição camponesa (Sigaud, 1988).

### 3.3. A Nova Intervenção Estatal, A CAR e as Associações no Desenvolvimento da Região do Lago de Sobradinho.

Seja qual for a leitura que se possa fazer dos dados, estes indubitavelmente aponta para efeitos desestruturadores da base produtiva, social, ecológica e cultural das populações camponesas da região, resultado das ações do Estado no processo de construção da Barragem e no reassentamento da população. Assim como, a existência de pressões destas populações que foram ganhando apoio da Igreja Católica e do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.



Antes disso, o Estado em 1978, através da ELETROBRAS (agência central de decisão referente à questão de energia elétrica no país) decide elaborar o "Programa de Desenvolvimento do Reservatório de Sobradinho", no qual se propõe a difusão da irrigação em pequena escala e da atividade pesqueira através de um processo organizativo das "colônias" criadas com a formação do lago. Este programa incorporou pioneiramente uma proposta de metodologia participativa. Mas os recursos se esgotaram depois de 18 meses. Nessa conjuntura também mudou a administração da ELETROBRAS. Os novos dirigentes "desenvolveram" o programa para a CHESF, que o transferiu para o governo do estado da Bahia, através de um convênio firmado com a EMATER-BA em 1981. Mas o programa só será retomado efetivamente em 1982 através da Coordenação de Ação Regional (CAR), órgão da SEPLANTEC.

A CAR reorganiza o Programa denominando-o "Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho" vulgarizado como "Programa Sobradinho".

Procurando levar em conta aspectos que não tinham sido considerados nas ações estatais anteriores, como a ocupação da "Borda do Lago" por um número significativamente maior de pequenos produtores, a potencialidade da pesca no reservatório que atraiu populações de outras regiões, a permanência dos "Barrageiros" - operários da construção da barragem - da Vila São Joaquim, que decidiram através de sua organização política permanecer no local e reclamar pela sua instalação como

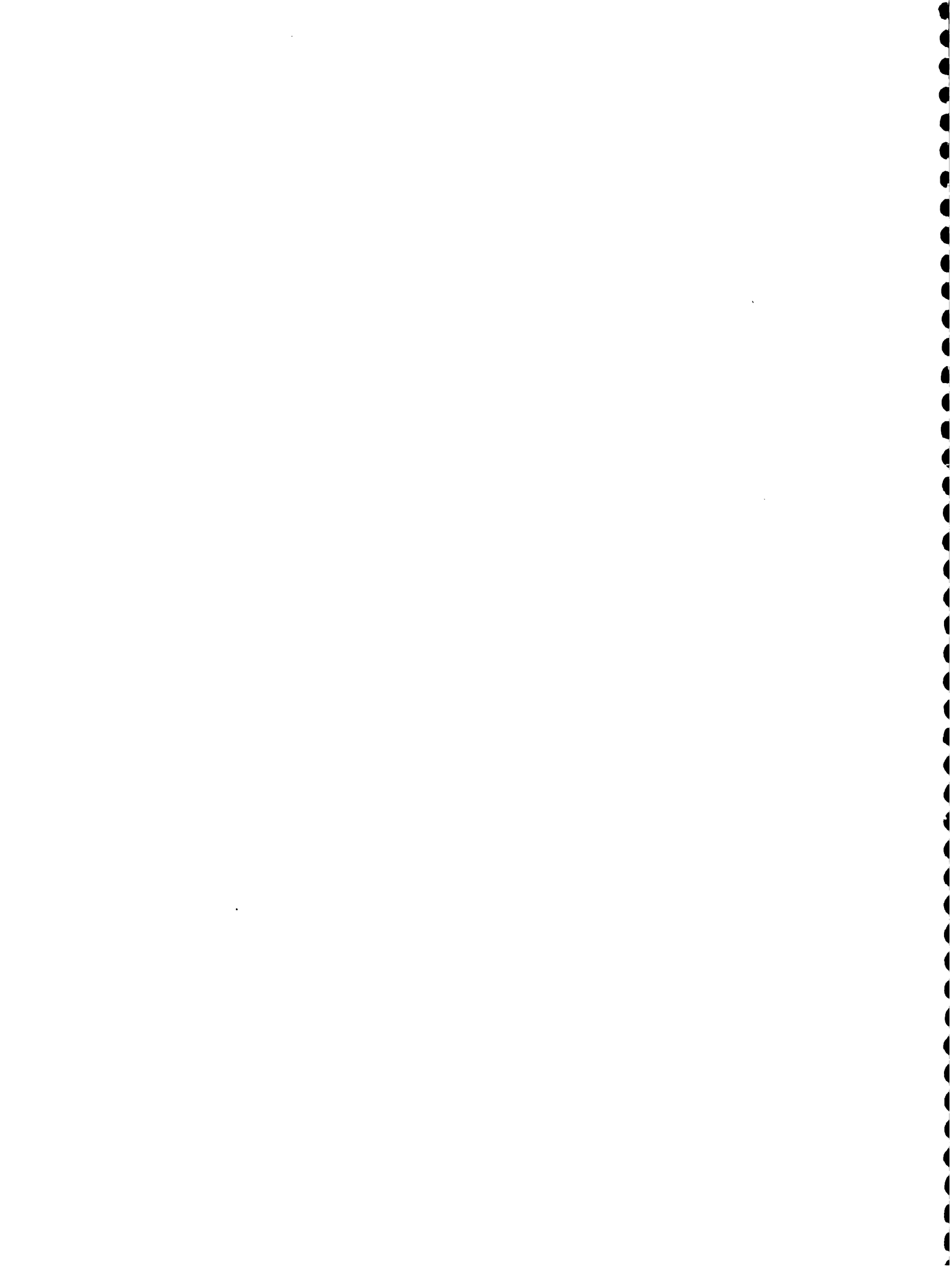


produtores agrícolas, e incorporando as pressões dessas populações no próprio processo de feição do Programa é que a CAR o delinea com o objetivo básico de promover a reestruturação das atividades produtivas na Borda do Lago a partir de uma proposta metodológica fundamentada no planejamento participativo, procurando a integração da população enquanto agente ativo de sua promoção (CAR, 1981).

O Programa incorporou algumas características dos PDRI'S, como por exemplo, a existência de subprojetos ou segmentos de apoio à produção (paralelamente com outros de infraestrutura física, econômica e social) sob uma mesma coordenação. Mas diferente dos PDRI'S, além das características de sua própria feição, o Programa não possuía um cronograma financeiro antecipado que cobrisse um tempo médio de ação. Sendo assim os recursos tiveram que ser negociados ano a ano, dificultando a continuidade de seus segmentos (Machado, 1987) (1).

Em sua formulação o Programa implicou em dois projetos específicos:

§ Um que procurava a organização da produção agropecuária, beneficiando 5.150 famílias de 4 municípios (Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé); estava dividido em três linhas de ação: pequena irrigação, colonização e agricultura de sequeiro, e 10 segmentos: organização dos produtores, regularização fundiária, infraestrutura de comercialização, beneficiamentos e transformação de produtos, estradas vicinais, eletrificação rural, saúde e saneamento, educação, crédito orientado e administração do projeto.





§ Um outro que pretendia o desenvolvimento da atividade pesqueira, com um público de 1.800 pescadores de toda a área do lago; contemplava 7 segmentos: organização dos pescadores, acompanhamento evolutivo, regulamentação e fiscalização, difusão de tecnologia pesqueira, apoio à comercialização, crédito orientado e administração do projeto.

A responsabilidade de ambos os projetos ficava a cargo da SEPLANTEC, assinando-se convênios específicos com órgãos estaduais e federais.

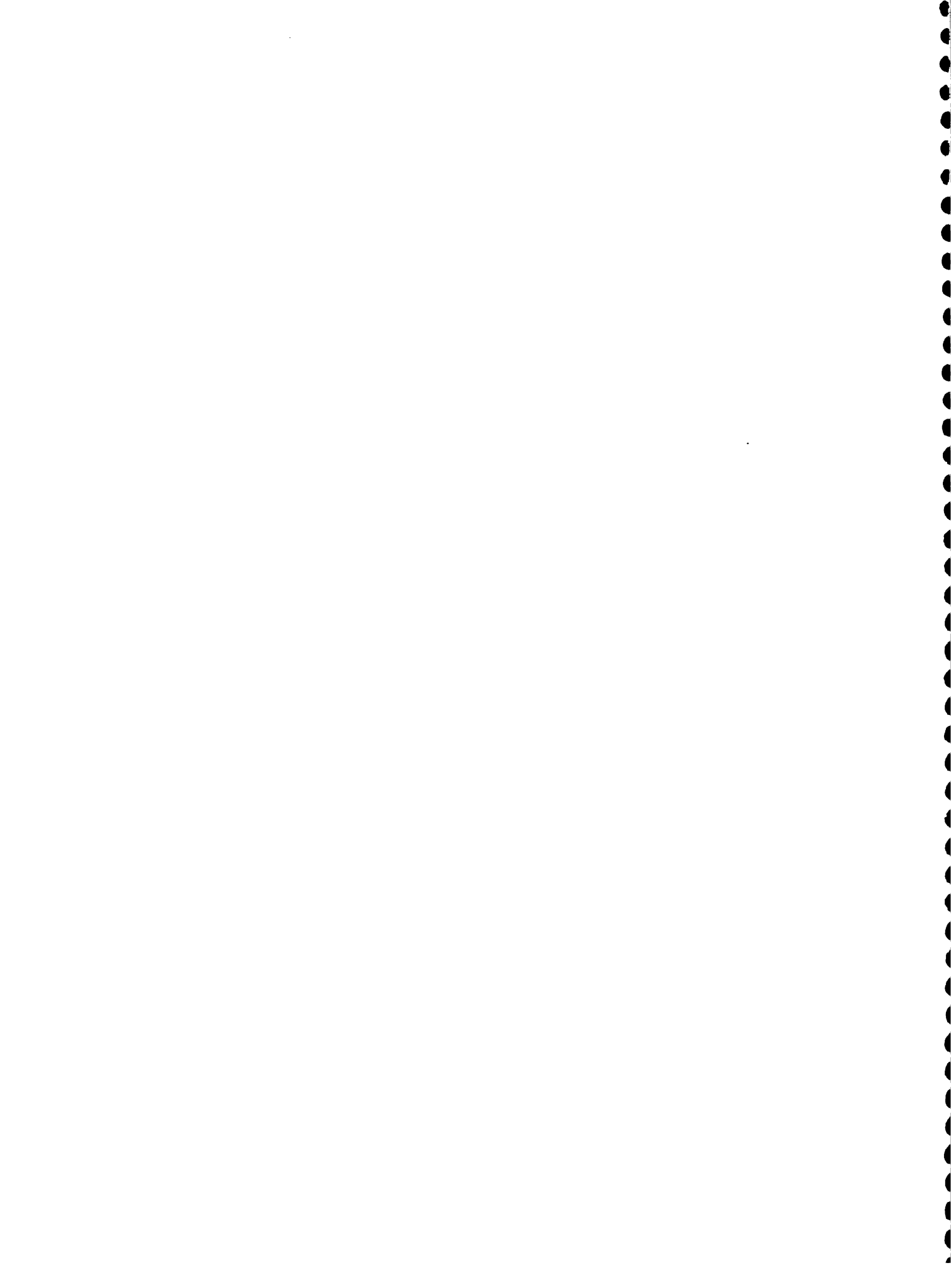
Ambos os projetos estavam orientados por uma metodologia participativa, que visava unificar uma estratégia de intervenção nas comunidades procurando intervir no processo de organização. O programa concebeu a operacionalização da metodologia como um processo no qual se contemplavam 5 etapas:

1) Uma etapa prévia que pretendia o treinamento do corpo técnico;

2) A inserção na comunidade, na qual se confrontariam as informações dos técnicos com as percepções da comunidade, procurando identificar a temática geradora;

3) O diagnóstico participativo, elaboração a partir de pesquisadores recrutados na própria comunidade articulados com o técnico;

4) A construção do plano de trabalho, a partir da hierarquização de problemas transformados em demandas, demandas estas processadas em cada Unidade Técnica Local e em cada Assessoria Técnica Regional, sendo posteriormente encaminhadas para a instância central (a Gerência Estadual do Programa),



onde as decisões seriam tomadas;

5) A avaliação junto às comunidades e a nível técnico objetivando redimensionar a estratégia de intervenção.

O instrumentos do processo organizativo seria a ação educativa permanente que começa com o diagnóstico participativo e a descoberta da temática geradora; e o repasse de recursos diretamente para a comunidade, visando também uma transferência gradual das decisões econômicas para os produtores organizados formalmente através de "associações".

Em repasse visava:

.Atender reivindicações de crédito para produtores organizados em associações juridicamente estabelecidas;

Desenvolver formas alternativas de operações creditadas e financeiras;

Testar formas associativas como alternativas viáveis e eficientes de maximização na aplicação de recursos financeiros em atividades produtivas.

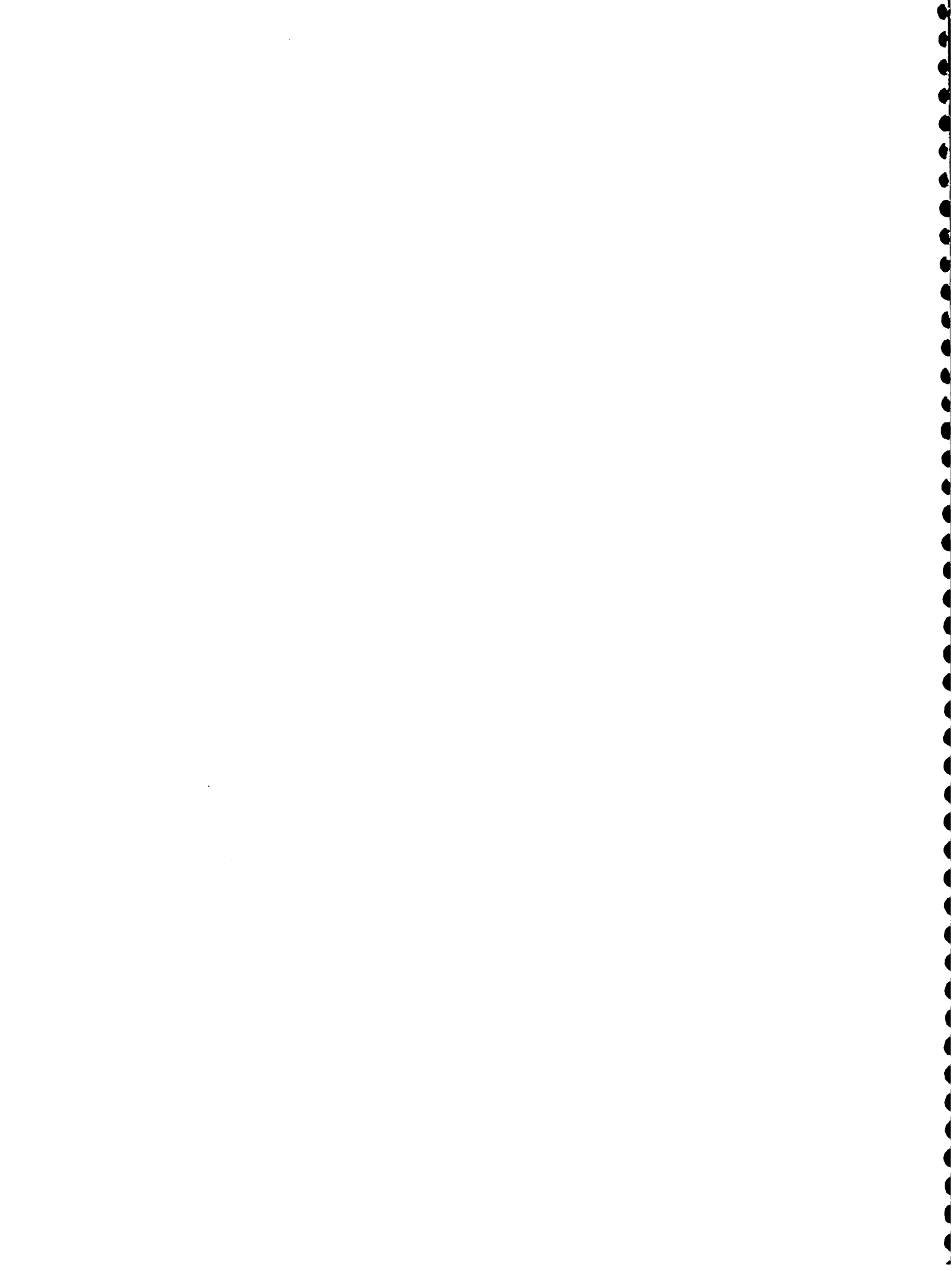
A forma "Associação" foi criada tentando atender necessidades de serviços de apoio a produção agropecuária assim como de "administrar recursos fornecidos pelo Estado, Através dela como mecanismo jurídico, população que participava estava capacitada legalmente a transacionar convênios e receber recursos sem a intermediação de outros órgãos. Esses repasses de recursos diretamente se justificavam pela perspectiva de ampliar a participação dos pequenos produtores locais, através da transferência progressiva das decisões para o âmbito desses produtores, desde que organizados em associações. Por outro



lado, o repasse de recursos, via uma organização jurídica própria das comunidades, procurava também consolidar uma forma de atendimento ao público meta que não passasse pelas estruturas tradicionais dos organismos governamentais e das elites políticas a nível local.

A execução prática do programa permite delinear diferentes fases, com fracassos e êxitos diversos. Inicialmente as atividades estiveram orientadas para o projeto pesqueiro, levando-se a cabo um censo entre os pescadores que detectou a presença de aproximadamente 4.000, como também de 2.000 intermediários. Implantou terminais pesqueiros e outras obras de infraestrutura nos núcleos, ao mesmo tempo que propiciou a organização dos pescadores tanto nesses núcleos como a nível de representantes dos mesmos frente a colônia de Pesca que centrava as discussões sobre as propostas do Programa. As demandas básicas referentes a liberação de crédito para pesca estavam fora da alçada do Programa, o qual, somando a que, na opinião da população as metas eram inadequadas, os recursos insuficientes e o sistema de comercialização desfavorável (já que implicava o aumento da dependência), levaram ao descrédito no Programa e a necessidade de reorientar as ações.

Neste segundo momento, procura-se uma reflexão prática sobre as ações desenvolvidas e a capacitação dos técnicos através de seminários. O programa traçou novas estratégias de reinserção nas comunidades. Foi proposta a participação de produtores diretamente na gerência e administração dos recursos. Mantendo as ações iniciadas através do projeto



pesqueiro, foi criado, procurando a reconstrução da base produtiva agrícola, um "Programa de Apoio a Unidades Produtivas" e um "Fundo de Desenvolvimento Comunitário", como instrumentos alternativos de repasse de recursos as populações, desde que estas estivessem organizadas em associações legalmente estabelecidas.

O primeiro convênio foi assinado com a Associação Agrícola de São Joaquim, em 1982, o qual teve um efeito multiplicador. Mas é a partir de 1984 que o repasse dos recursos se dará de forma sistemática. Na prática esse repasse dos recursos vira a atividade prioritária, que segundo os técnicos do Estado, vai determinar até a formação de associações em comunidades onde o processo organizativo seria incipiente. Nessa urgência de repasse, a ação educativa ficou de lado.

Em 1984 é montado pelo Programa o Plano de ação imediata com recursos emergenciais, repassados pelo governo do Estado, para tentar enfrentar os efeitos da extraordinária baixa do lago, procurando assegurar a continuidade do processo produtivo. A área de atuação do Programa foi ampliada tendo que dar conta de 60 comunidades com o qual se redefine a operacionalização da metodologia do Programa, sempre procurando reforçar as formas organizativas e administrativas das associações. Mas com a seca e o agravamento da situação, somando a escassez de recursos em função do volume das demandas, a população de várias comunidades apoiadas pelos sindicatos de Trabalhadores Rurais de Pilão Arcado e Remanso entra em negociação diretas com as autoridades na capital do estado. Como resultado se produz uma delegação de





Quadro 1. PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA PARA O LAGO SOBRADINHO — PAI. AGOSTO/DEZEMBRO DE 1984.  
LOCALIDADES ATINGIDAS PELA DESCIDA DA COTA DO LAGO SOBRADINHO

Município/Localidade	População(*)		Número de famílias	Número de dependentes	Área de cultivo (ha)		Efeito rebanho (número de cabeças)	
	1980	(*)			Vazante	Irrigada	Bovino	Caprino
<b>Juazeiro</b>	<b>748</b>		<b>145</b>	<b>576</b>	<b>104</b>	<b>308,5</b>	<b>275</b>	<b>2.997</b>
01. São Gonçalo da Serra	120		22	71	—	—	—	81
02. São Gonçalo Novo	263		42	189	49	22,0	75	272
03. Algodões Novo	257		52	196	25	113,5	157	1.403
04. Algodões Velho	108		29	120	30	173,0	43	1.241
<b>Casa Nova</b>	<b>5.409</b>		<b>574</b>	<b>2.518</b>	<b>895,5</b>	<b>1.192,5</b>	<b>1.481</b>	<b>6.199</b>
01. Bem Bom	1.275		101	518	226	405,0	632	1.856
02. Barra Cruz	182		58	265	122	134,5	35	193
03. Mosquito	300		99	739	10	231,0	152	756
04. Santana	1.947		123	541	34,5	335,5	153	444
05. Pau a Pique	1.705		193	455	503	93,5	509	2.950
<b>Pilão Arcado</b>	<b>1.229</b>		<b>197</b>	<b>1.032</b>	<b>590,5</b>	<b>78,0</b>	<b>338</b>	<b>1.187</b>
01. Olho D'água	132(**)		25	107	202,5	77,5	148	346
02. Pedreira	404(**)		53	351	157,5	—	22	26
03. Pedrinhas	98(**)		17	81	42,0	—	4	50
04. Arara	53(**)		8	45	24	0,5	38	169
05. Alto do Galvão	39(**)		6	33	9	—	30	—
06. Umbuana	29(**)		5	24	28	—	58	145
07. Vaquejador	228(**)		38	190	93,5	—	16	338
08. Passagem	246(**)		45	201	34	—	22	113

cont.



	10.136	1.986	8.618	3.132,3	1.873,8	6.278	15.107
Sento Sé	137(**)	21	116	27,5	—	—	56
01. Baueiro	14(**)	3	11	10	—	—	—
02. Lajedo	41(**)	5	36	15,5	—	7	65
03. Porto de Pedra	32	9	52	10	—	310	223
04. Barreiro da Ema	56	11	31	1,2	13,2	728	1.053
05. Pedra Branca	24	2	13	3	—	—	10
06. Casa de Fora	112	15	73	188	—	69	85
07. Pau D'Arco	44	18	80	50,5	—	—	10
08. Campo Limpo	64	5	15	8,2	—	—	—
09. Beiradão	194	98	336	178,8	7,5	735	689
10. Cajul	590	89	418	36,2	70,4	118	901
11. Bazuá	256	75	359	159,6	22,1	59	159
12. Retiro de Baixo	615	74	384	269,8	40,6	418	313
13. Retiro de Cima	985	190	1.023	205	174,0	904	703
14. Riacho dos Paes	32	10	48	58	—	20	46
15. Rancho do Padre	600	32	133	112	38,0	38	178
16. Tombador	490	149	634	38,5	267,5	403	1.432
17. Brejo de Fora	756	177	623	154,5	23,5	144	472
18. Aldeia	446	106	496	186,5	131,0	109	471
19. Pascoal/Limoeiro	1.117	135	586	26,5	123,5	620	1.629
20. Piri	840	92	452	238	58,0	339	498
21. Volta da Serra	1.230	204	863	146	157,5	432	2.332
22. Quixaba	903	116	443	178	318,0	318	2.529
23. Piçarrão	823	204	821	117	336,0	332	574
24. Itapera	212	31	121	119	—	64	214
25. Andorinhas	32	4	19	1	—	—	33
26. Penotinho	491	111	432	594	—	111	432
27. Ponta D'água					93,0		

cont.



<i>Remanso</i>	3.533	607	2.756	1.733,5	241	1.919	6.643
01. Pimenteira	400	54	325	329	4,0	209	1.094
02. Lagoa do Cavalo	145(**)	20	125	107	12,0	130	731
03. Marcos	510	65	222	178,5	2,0	432	591
04. Pau D'Arco	88(**)	15	73	—	—	69	85
05. Casa de Fora	12(**)	2	10	—	—	—	10
06. Riacho de Fora	28(**)	7	21	31	—	—	—
07. Igarapé	306	44	230	100,5	14,5	95	631
08. Malhador	258(**)	39	219	—	151,0	28	261
09. Malhadinha	800	173	703	322	9,0	217	492
10. Mandu	134(**)	20	114	55,5	—	460	239
11. Cacimba do Meio	48(**)	9	39	16,5	—	15	130
12. Campo Longo	101(**)	13	88	95,0	—	40	363
13. Sé Lúcio	66	11	51	34,0	—	16	326
14. Lagoa do Meio	3(**)	1	2	3,5	—	—	40
15. Major	8(**)	2	6	7,5	0,5	30	23
16. Lagoa Grande	73(**)	11	62	57,5	16,0	36	135
17. Pajeú	140(**)	28	112	127,5	—	9	144
18. Fonte do Oriente + Serrote do Oriente	15(**)	2	13	5,5	—	—	10
19. Melosa	33	28	28	26,5	7	12	425
20. Aroeira	97(**)	14	83	110,5	8,5	27	237
21. Veneza	—	11	...	...	—	6	166
22. Managi	9(**)	1	8	6,5	—	—	3
23. Mandacaru	43(**)	6	37	19,0	1,5	—	49
24. Algodões	48(**)	11	37	18,0	—	2	266
25. Angico	3(**)	2	1	8,0	8,0	—	—
26. Suvella	59(**)	5	54	10,0	7,0	70	110
27. Golfos	106(**)	13	93	49,5	—	16	82

Total geral	21.055	3.509	15.500	6.455,8	3.700,8	10.291	32.133
-------------	--------	-------	--------	---------	---------	--------	--------

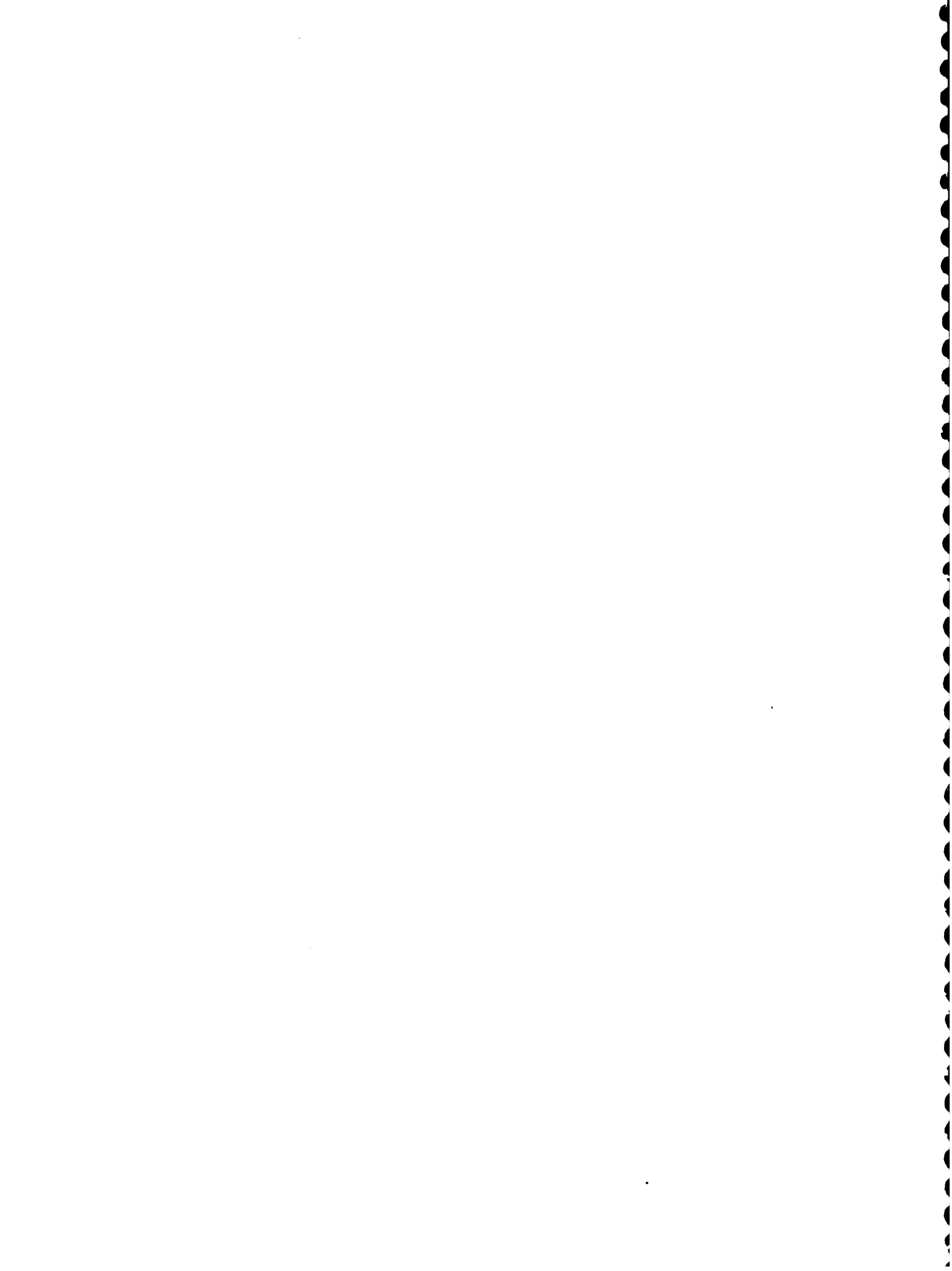
Fonte: Programa Especial de Sobradinho (Pesquisa de Campo, julho de 1984).

(\*) IBGE — SUCAM — FSESP — UTL.

(\*\*) Dados obtidos pela soma das colunas "número de famílias" e "número de dependentes".



responsabilidade nos Sindicatos: estes passaram a intermediar as ações governamentais, inicialmente promovendo a distribuição de implementos agrícolas as comunidades necessitadas, mas também a partir desse momento os Sindicatos escolherão as comunidades que serão trabalhadas e levarão a cabo pesquisas para identificar as demandas e definir planos de ação a serem discutidos com os técnicos, passando-se posteriormente para os sindicatos os quais ficarão encarregados de administrar a execução das obras prevista. Nesta nova fase do Programa, diminui a ingerência do Planejamento sobre a condução das ações reconhecendo-se a representatividade e poder dos sindicatos. Esta participação sindical não elimina o espaço já existente em diversas comunidades das "associações". (Machado E. e outros, 1987).



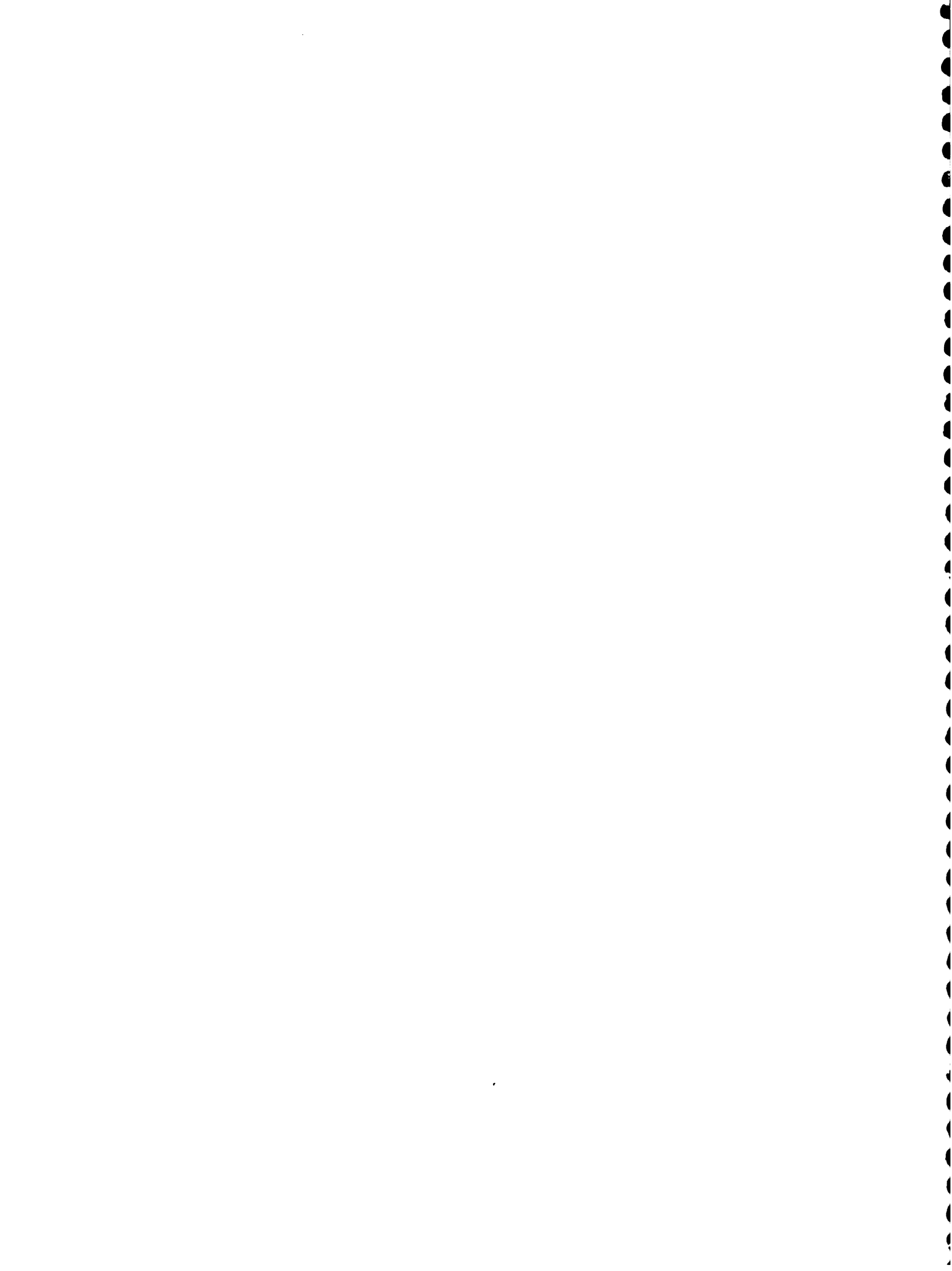


3.3.1. As experiências das Associações de São Joaquim, Itapera e Brejo de Dentro.

Entre as Associações impulsionadas pela CAR em Sobradinho, através de sua proposta de intervenção descentralizada e participativa, cabem se destacar, para nossos propósitos, a Associação Agrícola São Joaquim, por estar conformada por uma população, na sua maioria, de origem camponesa que trabalhou na construção da barragem, os quais desenvolveram uma experiência de exploração comunitária de perímetros irrigados (o Projeto Tatauí I), inédita na região. Como também duas Associações de núcleos de camponeses reassentados pela construção da barragem -um planejado, situado na borda do lago (Itapera), e outro de "solução própria" na caatinga (Brejo de Dentro)- por serem experiências que optaram por uma exploração individual dos perímetros irrigados obtidos com a presença das Associações.

3.3.1.1. Os "camponeses/barrageiros" e a exploração comunitária dos perímetros irrigados : o caso da Associação Agrícola São Joaquim

A vila de São Joaquim, localidade sede da Associação Agrícola do mesmo nome -no município de Juazeiro, estado da Bahia- era o núcleo "não oficial" daqueles que se desenvolveram vinculados diretamente à construção da Barragem de Sobradinho.



A vila foi formada em 1972, e sua população basicamente provinha do Vale do São Francisco, como de diferentes estados nordestinos (em especial Pernambuco). De origem camponesa, essa população, devido aos problemas da seca muito frequentes na região, procurava trabalho nas obras da barragem para garantir sua subsistência. A constante afluência de população e o desinteresse da companhia responsável, a CHESF, levou a uma urbanização precária, com abastecimento de água e demais serviços essenciais insuficientes.

Em 1973 a população era de 5.792 habitantes, subindo para 18.512 em 1979, e caindo para 13.878 em 1981 (período de término das obras) e situando-se em 11.980 em 1984, momento imediatamente anterior ao início da fase produtiva do Projeto Tatauí.

A vila está situada a jusante da barragem, na margem direita do Rio São Francisco, e, por ser concebida como um povoado de vida efêmera, possuía só uma pequena área rural, que estava parte como propriedade da CHESF, e parte como propriedade privada.

A Comissão Pastoral da Terra -entidade leiga da Igreja Católica- com o apoio do Bispo de Juazeiro (uma das lideranças eclesiais mais progressistas e de maior prestígio no Nordeste) investiu num trabalho de "evangelização libertadora" na vila. Como resultado desse trabalho poderia sedestacar o assessoramento no processo de construção de demandas da população local, demandas estas que através de mobilizações e



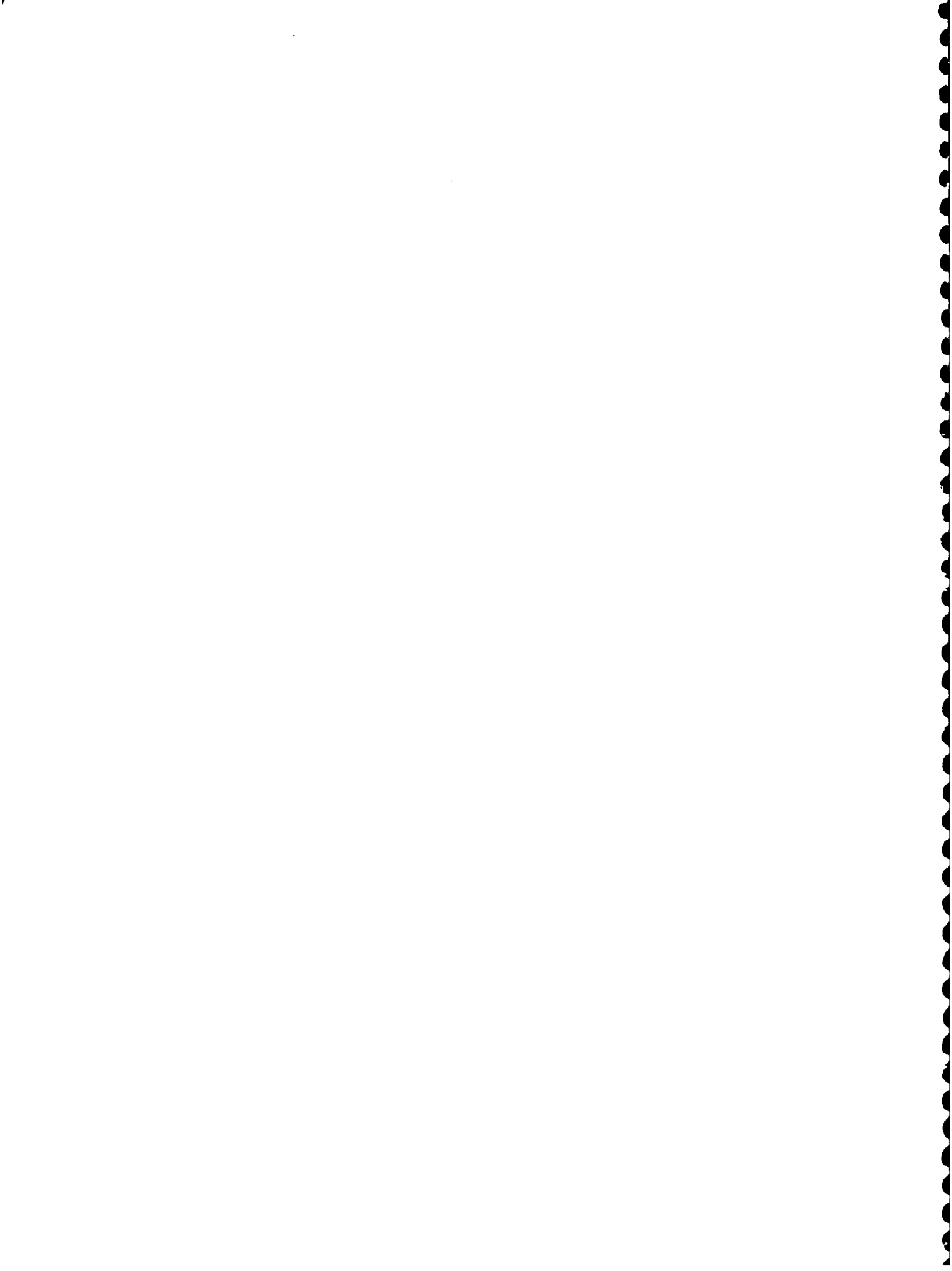
abaixo-assinados foram colocadas as autoridades em julho desse ano. Nas reivindicações se solicitava "terra e condições para plantar", denunciando a situação de pobreza extrema, ao mesmo tempo que se apontava a existência de grande quantidade de terras devolutas nas proximidades de Sobradinho.

O pedido, depois de varias negociações, foi acolhido pelo governo de Estado, que iniciou o encaminhamento burocrático do mesmo, em especial através da articulação de técnicos do recém começado Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago de Sobradinho.

Os moradores da vila constituíram uma Comissão Representativa para assegurar o andamento das reivindicações. Essa comissão, no transcurso das negociações, daria origem à Associação Agrícola São Joaquim, que com status jurídico de "sociedade civil de caráter filantrópico" foi registrada em cartório em Juazeiro, em abril de 1982.

Como resultado dessas articulações o Estado implementou varias ações:

1) O INTERBA -Instituto de Terras da Bahia- concedeu através de "cartas de anuência" (títulos provisórios) uma área aproximada de 3.600 has de terras devolutas, destinadas ao projeto Tatauí, sendo 300 has passíveis de irrigação e o restante aptos para agricultura de sequeiro e pecuária de pequeno porte (ver tabela em Anexo).

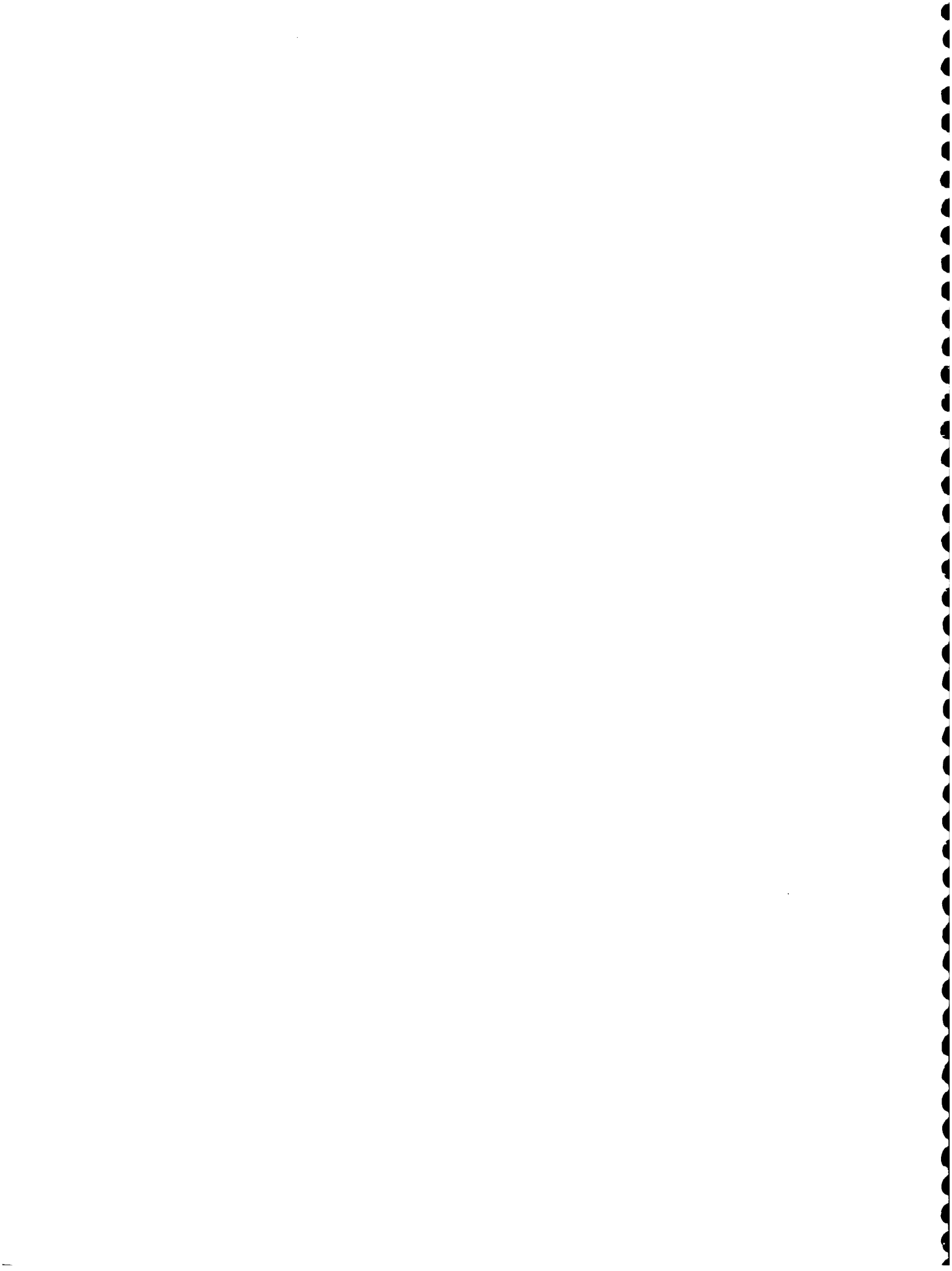


2) A CAR, como medida emergencial, assina um convênio com a Associação, constituindo uma "Frente de Trabalho" destinada a absorver, em tarefas comunitárias ou de interesse público, 1.200 agentes. Se estabelece que os recursos seriam repassados pela própria Associação, ao invés, como era costumeiro, da intermediação das Prefeituras, vereadores ou "cabos eleitorais"

3) Esta ação governamental foi complementada com a formalização de um "Contrato de Empreitada" entre a SEPLANTEC e a Associação, para a realização de serviços de desmatamento e construção de cercas na área doada, enquanto se processavam os estudos básicos que iriam a delimitar a área irrigável e as de agricultura de sequeiro e pastagem no Tatauí.

4) Com posterioridade foi celebrado outro contrato entre a CAR e a Associação implantando um Projeto para desenvolver a caprinocultura, aquisição de maquinária agrícola, construção de um viveiro para produção de mudas, construção de instalações e implantação de infraestrutura de irrigação de uma horta comunitária numa área de 22 has, totalizando recursos da ordem de US\$ 127.419.

A Comissão Pastoral da Terra em conjunto com a Associação em 1984, levou a cabo uma pesquisa com o objetivo de traçar o perfil sócio-econômico dos associados (650). Desses dados podemos obter indicadores sobre a situação educacional, sanitária, estrutura etária, composição e renda familiar.



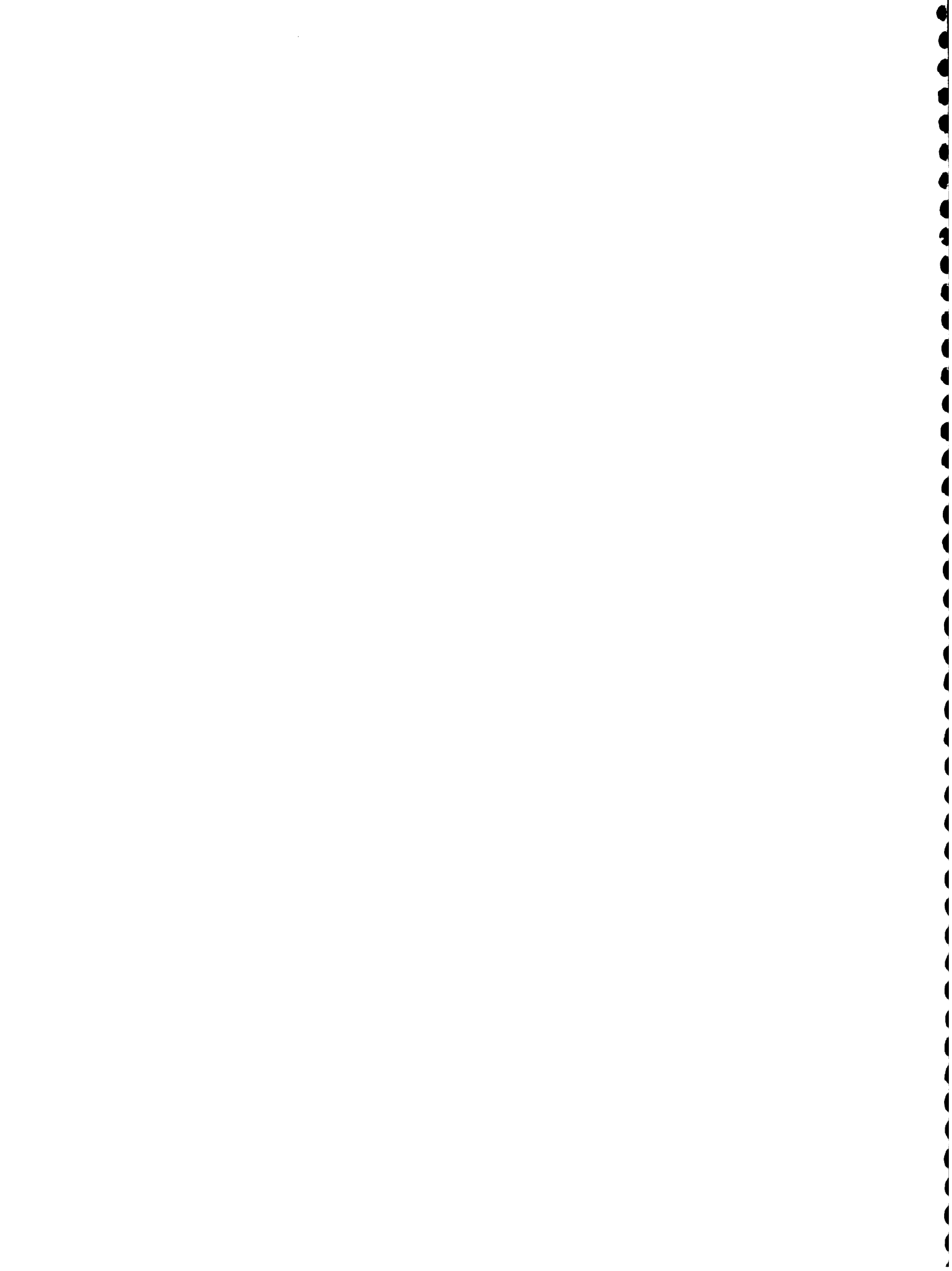


Assim, encontramos na faixa etária de 25 a 50 anos, 55% dos associados analfabetos, e 31% escrevendo com precariedade. O índice de analfabetismo no quadro de dependentes também é significativo (43,3%), sendo que 25,8% destes são crianças em idade escolar de 5 a 15 anos. Para atender a demanda existem três estabelecimentos educacionais, que abrangem de pre-primário até segundo grau.

Quanto às condições de saúde, a pesquisa apresenta dados precários, mas que denotam como doenças mais frequentes desidratação, a verminose, a varíola e o sarampo, entre as crianças, e a tuberculose, as doenças de fígado e do estômago e até casos de hanseníase entre os adultos. A vila é atendida por um único posto médico, com cinco profissionais entre médicos e enfermeiros.

A maior concentração etária entre os membros da Associação encontra-se na faixa de 30 a 45 anos, dos quais 92% são chefes de família, sendo 70% do sexo masculino. A média de dependentes é de 5,76 por cada associado.

Com relação à renda familiar mensal dos associados auferida no ano de 1984 (a maioria das famílias não tiveram renda integral, ou seja, durante os doze meses do ano), verificou-se que 68% teve uma renda familiar menor que o salário mínimo vigente, e que 25,9% foi proveniente do assalariamento.



### 3.3.1.1.1. O Projeto do Perímetro Irrigado Tatauí I

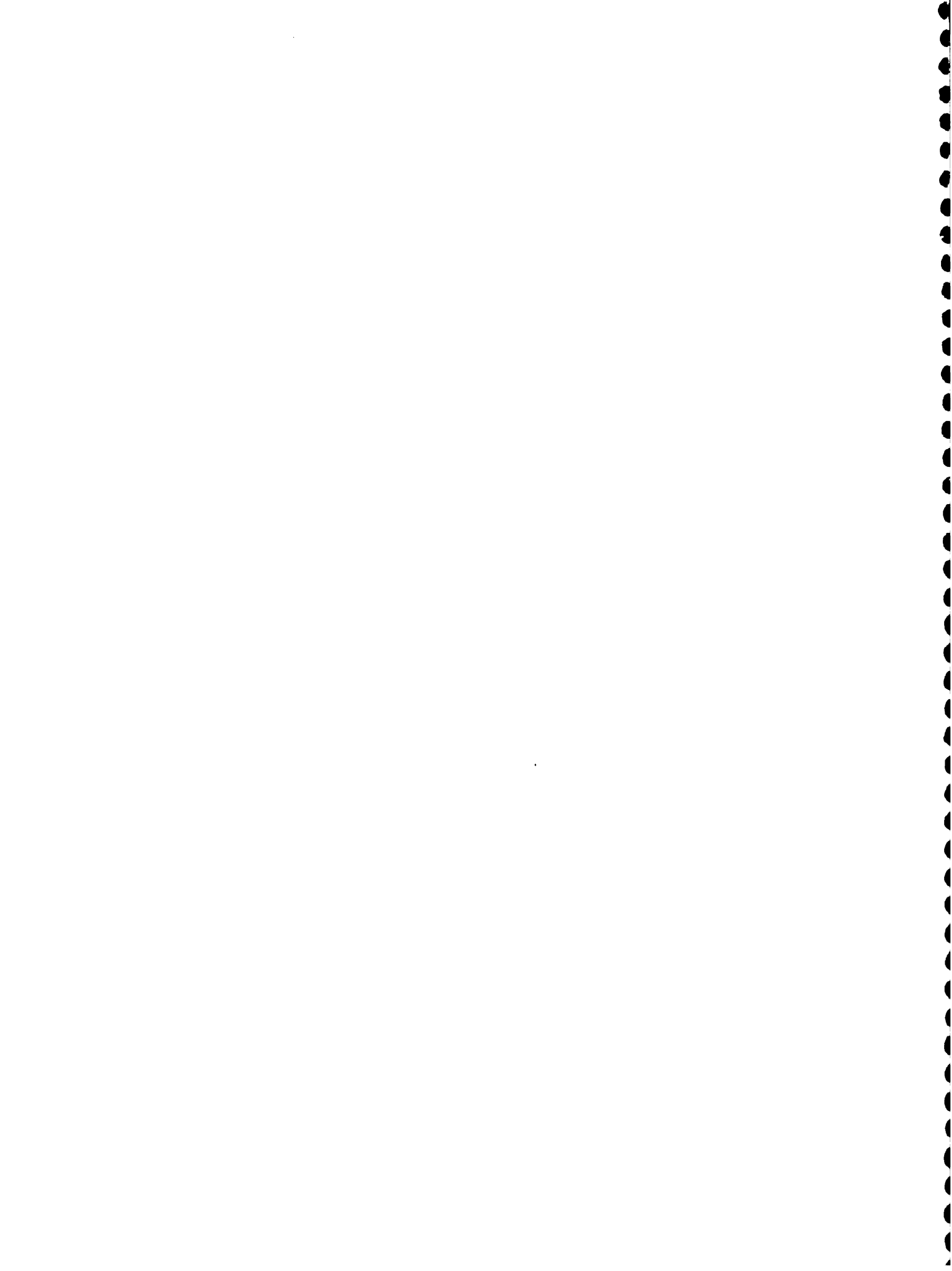
A unidade Tatauí está composta por cinco glebas, das quais três , Tatauí I, IV e V, destinam-se a irrigação, caprinocultura e forragens, respectivamente, sendo de propriedade da Associação. As duas restantes, Tatauí II e III, onde se pratica agricultura de sequeiro, pertencem individualmente aos sócios.

O perímetro irrigado, localizado em Tatauí I, tem uma superfície total de 300 has sobre as 502 dessa gleba.

Para viabilizar a exploração da área irrigável a CAR, assinou um novo contrato com a Associação, através do qual se estabeleceram as condições de assistência técnica e financeira para elaboração de um projeto básico (técnico-económico) , procurando a capacitação dos produtores para a implantação das obras e para a administração hidro-agrícola.

.O objetivo geral do projeto de produção do setor irrigado consistia em "melhorar as condições de alimentação, consumo, bem estar e gerar prosperidade para os beneficiários do empreendimento" (CAR, 1985). Entre os específicos , cabe destacar:

a) produzir alimentos e excedente comercializável para satisfazer as necessidades dos membros da Associação Agrícola São Joaquim;



b) desenvolver culturas que ocupem a maior quantidade de mão de obra;

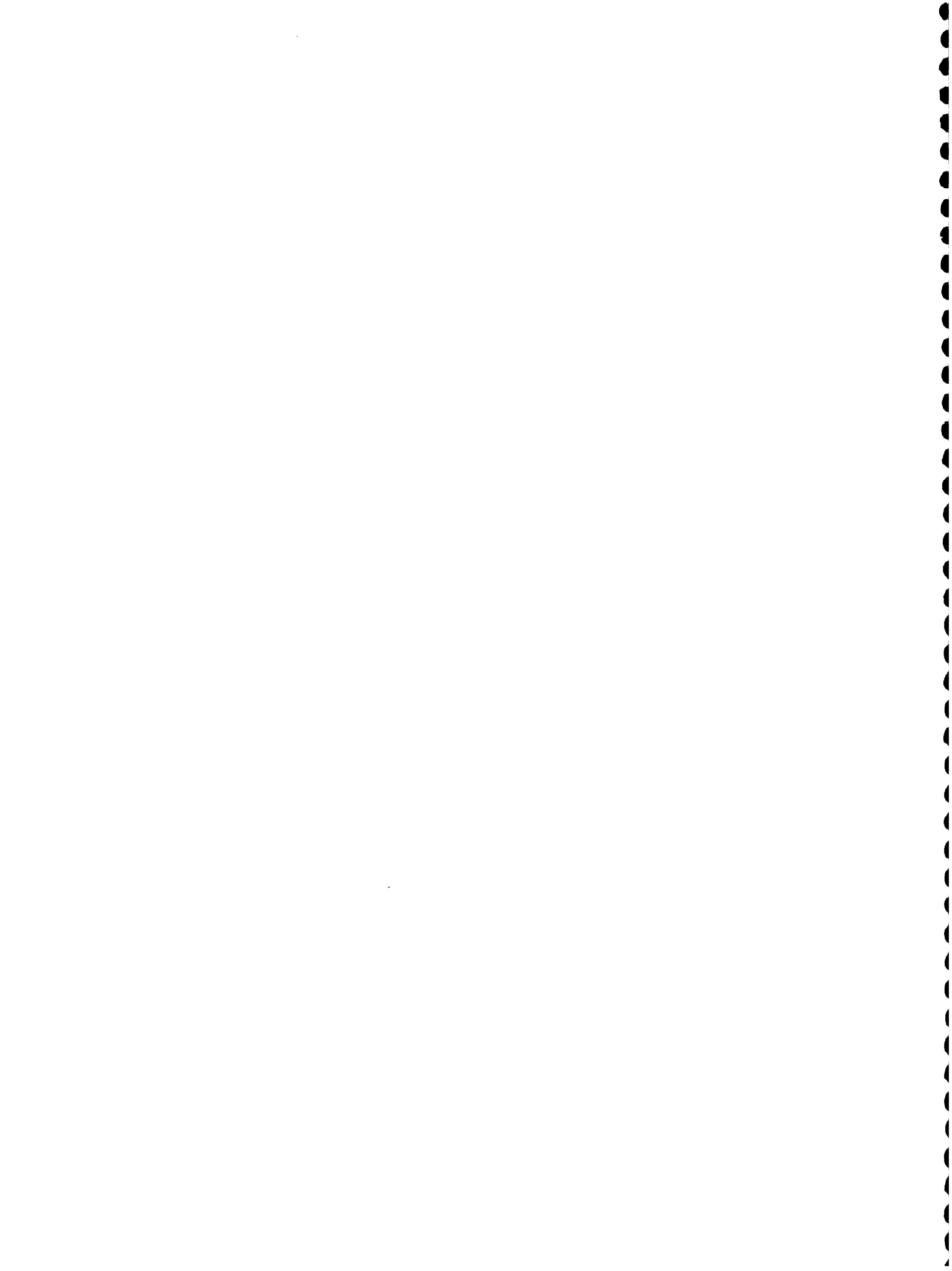
c) capacitar os produtores para os empreendimentos coletivos que venham a executar;

d) gerar excedente econômico otimizando o uso de recursos utilizando a melhor combinação de culturas, realizando operações eficientes de comercialização e procurando minimizar os fatores de risco;

e) dinamizar as estruturas de desenvolvimento econômico da Associação para realizar os objetivos.

O projeto técnico-econômico passou por várias etapas de intenso debate entre os associados e os técnicos da CAR, até se chegar à opção de um modelo de organização comunitária auto-gestionado.

Assim, como fruto desses debates e da concretização do projeto, a Associação foi modificada em função do caráter dos empreendimentos produtivos que foram assumidos. A estrutura que foi montada, apesar de mais complexa que a originária (feita numa fase estritamente reivindicativa), teve como eixos de sua concepção, a "flexibilidade", para permitir as modificações e os ajustes que fossem necessários de levar a cabo em função das conjunturas, como também, a "participação", única forma de poder alcançar os objetivos operativos estabelecidos.



Foram elaborados um Estatuto e um Regimento Interno ficando a Associação organizada em torno de uma Assembleia Geral, que seria o órgão máximo de decisão e deliberação, sendo constituída por todos os socios em pleno exercício de seus direitos (com referência ao Estatuto, Regimento e Organograma, ver Anexos).

A diretoria eleita pelo voto de todos os socios, foi constituída pelo presidente, vice, dois secretários e dois tesoureiros, sendo os responsáveis pela direção e administração geral da Associação.

Existia também um Conselho Fiscal composto por seis membros (três titulares e três 'suplentes), que tinha como função fiscalizar o movimento financeiro contábil. E um Conselho de Quadra, órgão de organização e orientação dos sócios residentes nas quadras da Vila São Joaquim, composto por 12 representantes.

Formalizaram-se, também, 4 órgãos executores responsáveis pela execução direta dos planos, programas e projetos de cada área administrativa:

1) O Setor de Administração e Finanças, responsável pela execução direta das atividades relacionadas a administração de pessoal, materiais e serviços, administração financeira, contábil e patrimonial.





2) A Assessoria Técnica, encarregada do planejamento e da coordenação dos programas e projetos, assim como da assistência técnica aos produtores.

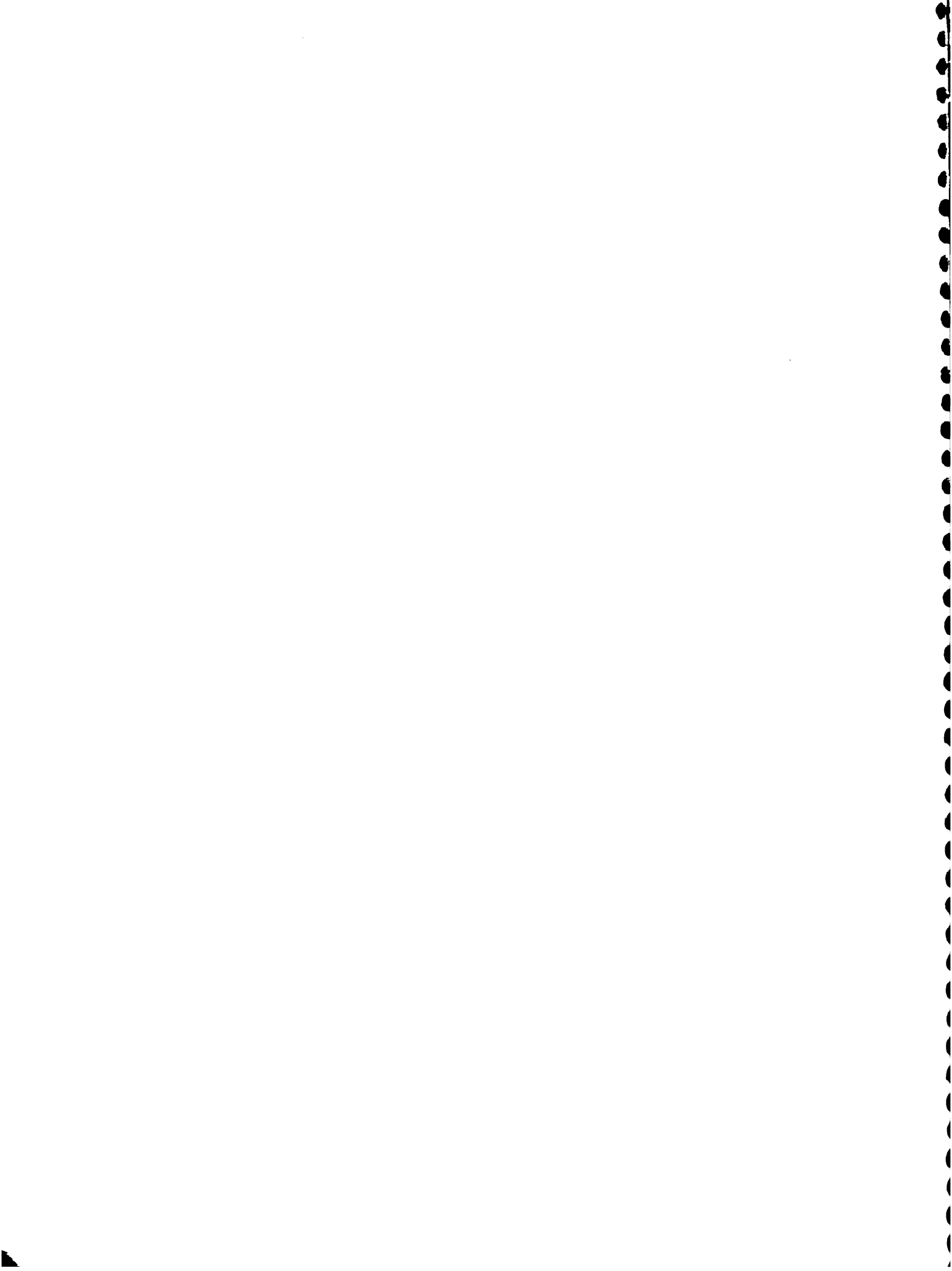
3) O Núcleo Social, constituído por representantes dos setores de educação, saúde, comunicação e recreação. Este núcleo realizava os programas operativos e os submetia à aprovação da Diretoria, acompanhando, também, a execução dos mesmos.

....4) O Núcleo de Produção e Comercialização, constituído pelos representantes dos diferentes setores produtivos da Associação, ou seja: setor irrigado, setor de sequeiro e setor de caprinos. Nele se avaliava e se propunha o desenvolvimento operativo dos respectivos setores.

No que diz respeito à organização dos produtores, o sistema de exploração escolhido pelos associados, entre os vários apreciados (por exemplo, sistemas de exploração individual, comunitário com administração única e por grupos em lotes definitivos) foi o sistema de "exploração comunitária, com divisão do trabalho em grupos".

Os aspectos considerados para a escolha foram:

- a) existência de um sistema de administração e de autogestão relativamente simples de ser implantado;
- b) contabilidade unificada;

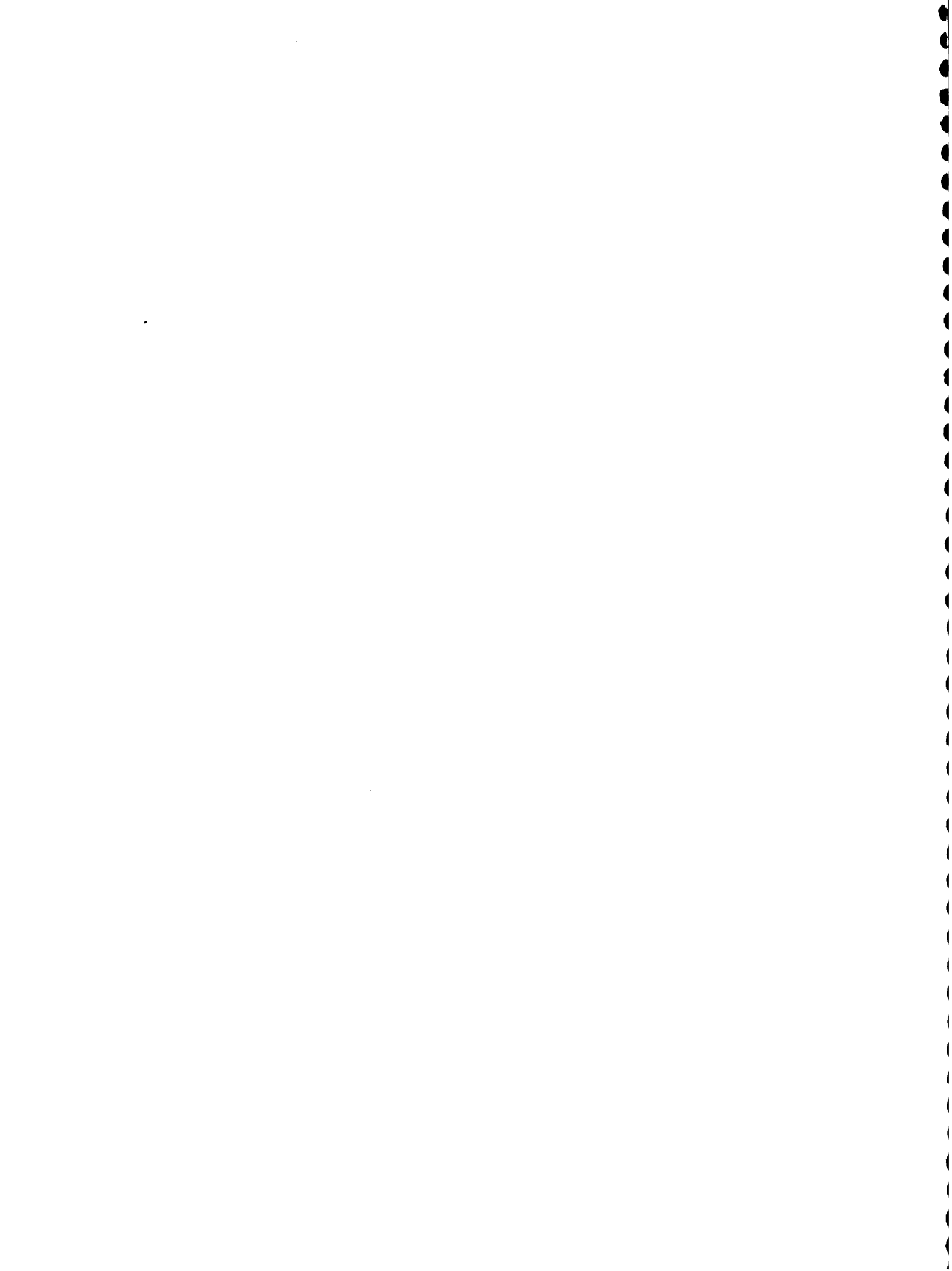


- c) maior possibilidade de realizar um manejo de solos e água adequado;
- d) decisões coletivas "do que produzir", fortalecendo a associação no seu conjunto;
- e) possibilidade de produzir alimentos básicos para os associados;
- f) o fato dos grupos não terem um espaço definitivo, sendo cada ano definido de acordo com o plano de culturas, o que facilitava a rotação e o manejo;
- g) melhor possibilidade de capacitação e assistência técnica;
- h) economia de escala no emprego de maquinarias, implementos e serviços em geral.

O projeto determinava que os produtores (em média 100 socios), alocados no perímetro irrigado, em cada ano, de acordo com o plano de produção receberiam um "contrato anual" .

Esse contrato confere ao beneficiário um conjunto de direitos e deveres:

- 1) trabalhar, e eventualmente a sua família, no setor irrigado segundo as necessidades do projeto e obedecidas as normas da Associação;
- 2) participar na elaboração e na realização do plano de produção;
- 3) participar no produto econômico do empreendimento.



Entre os requisitos para poder optar pelo "contrato anual", cabem remarcar: a condição de associado e morador no setor: ser chefe de família, estar fisicamente apto e com menos de 65 anos de idade, não ter outra fonte permanente de renda e concordar com as diretrizes da exploração comunitária. Os critérios de seleção foram: número de dependentes, experiências agrícolas em irrigação, nível de instrução, não ter outras fontes de renda e a qualificação por responsabilidade (que considerava entre outros aspectos, dias trabalhados, dedicação, disciplina e participação nas reuniões). Ao final de cada ano volta-se a realizar uma nova seleção.

No caso das culturas que necessitassem venham a necessitar de maior quantidade de mão-de-obra, a Associação contratariaprioritariamente, pessoas disponíveis de seus próprio quadros , do restante dos trabalhadores da Vila São Joaquim, ou em última instância, da região

A mão-de-obraera remunerada em função das jornadas efetivas trabalhadas . No perímetro irrigado se levou a cabo uma divisão em 10 grupos (o "setores"), distribuídos espacialmente de acordo com as necessidades efetivas de mão de obra. Todas as atividades do setor irrigado foram coordenadas por um "chefe de irrigação".

No que diz respeito ao Plano de Produção Anual, nos últimos meses de cada ano a Associação avaliava o resultado do processo produtivo do exercício anterior e através de sua

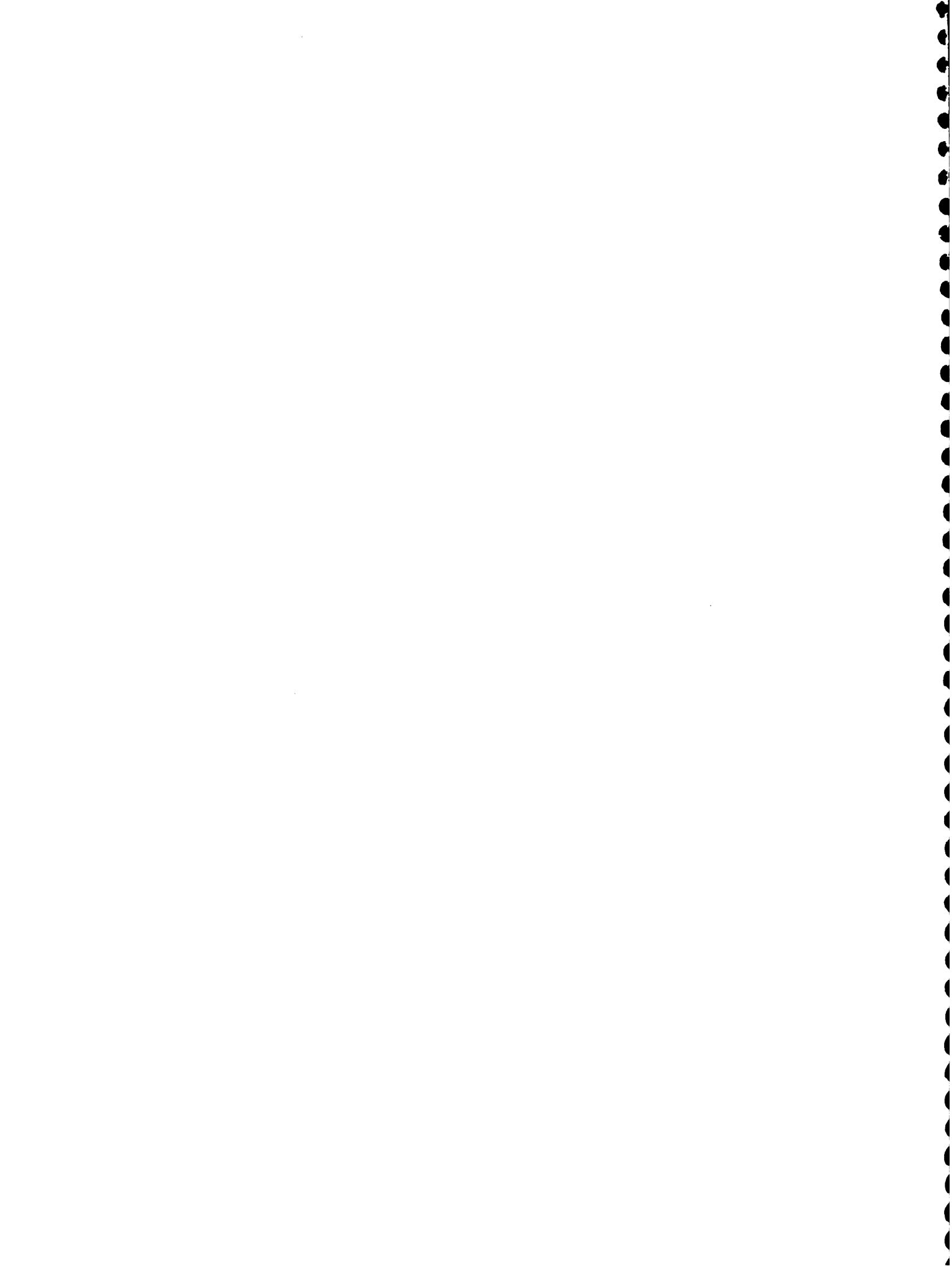


diretoria, juntamente com os associados "com contrato" elaborava o plano seguinte. Deste plano operativo anual gerou-se o fluxo de caixa, o plano de insumos e as necessidades de crédito.

Terminado o ano agrícola e uma vez conhecido o balanço, determinava-se a receita líquida do perímetro irrigado, passando a ser dividida em partes iguais (50% c/u) entre a Associação e os chefes de família com contrato anual. A modalidade da repartição da mesma, era decidida pela própria comunidade beneficiária, podendo ser em dinheiro e/ou produtos.

No que diz respeito à "capacitação", sua proposta estava incluída na metodologia do Programa de Apoio Para o Pequeno Produtor Rural (PAPP), e se baseava na participação ativa e na organização intensiva dos produtores. A capacitação -vislumbrada como um instrumento do processo de organização- se desenvolvia conjuntamente com o processo produtivo, e colocava como um de seus principais objetivos, favorecer que os associados possam passar de condições como as de agricultores de sequeiro e para a de "barrageiros", desenvolvendo uma produção irrigada, trabalhada coletivamente e destinada preferencialmente ao mercado.

Sintetizando, o Projeto Tatauí I, compreendeu, assim, um sistema de irrigação simplificado de caráter associativo, com divisão de trabalho em grupo, inexistindo glebas de exploração individual. Este modelo, em função da disponibilidade





quanti-qualitativa dos recursos naturais e humanos, apresentou um conjunto de vantagens:

a) decisões coletivas do que produzir, o que fortaleceu a Associação enquanto organização de produtores e viabilizou a rotação de culturas que absorveram maior número de trabalhadores;

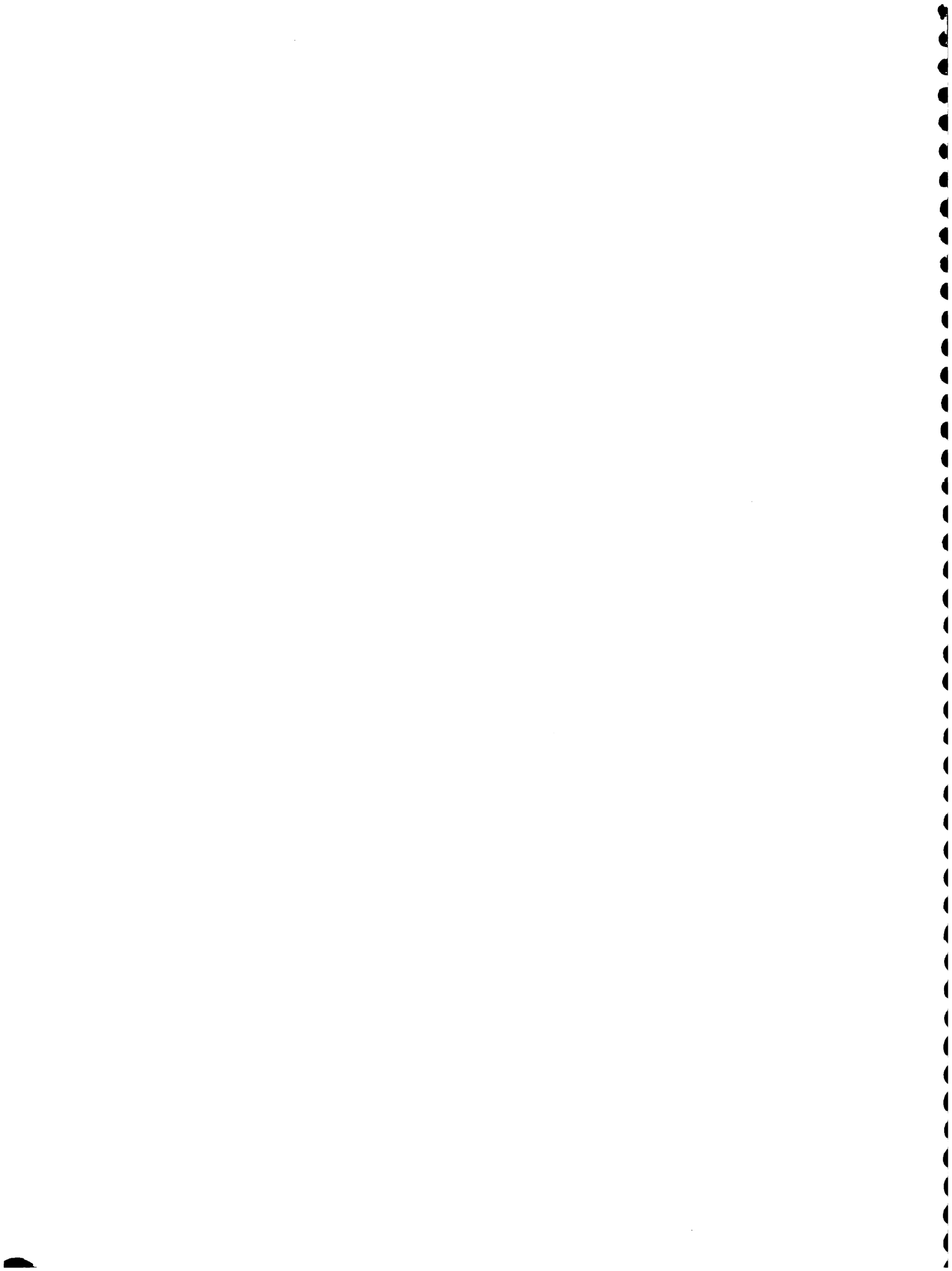
b) uma divisão mais equitativa do excedente;

c) maiores possibilidades de realizar o manejo do solo e da água de formas mais adequadas;

d) a implantação de uma administração simples com contabilidade simplificada. (Miranda e Greenhalgh, 1986).

No que diz respeito aos recursos afetados, a implantação do Projeto até sua primeira safra exigiu um investimento de US\$ 840.000, o que significou um custo aproximado de US\$ 2.800 por ha. irrigado.

A consolidação do perímetro irrigado foi levada a cabo num período de 18 meses, sendo que a primeira safra, numa área de 60 has, foi colhida no final de 1985, compreendendo a produção de 150 toneladas de tomate, 54 de milho, 20 de melão, 30 de melancia e 10 de feijão. Toda ela foi comercializada por meio de um contrato antecipado com a agro-indústria CICANORTE, no caso do tomate, e com a venda na capital do estado -Salvador- à Rede de Supermercados Paes Mendonça dos produtos restantes.

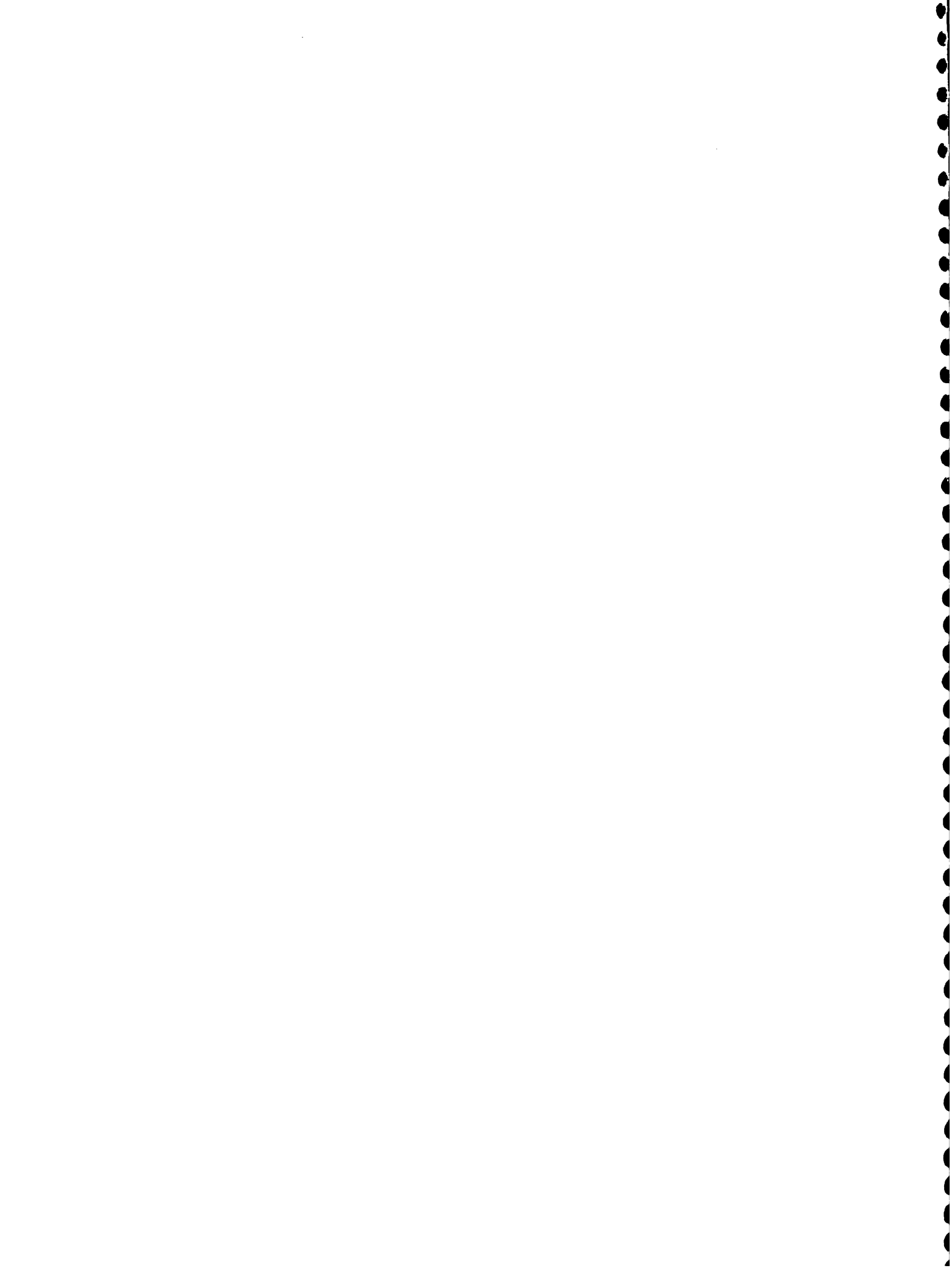


Os saldos obtidos com a colheita das diferentes culturas, ficaram acima da média da região, o que proporcionou aos associados uma arrecadação monetária três vezes superior ao nível regional.

Paralelamente, nas áreas de sequeiro tem-se produzido culturas como milho, mandioca, batata doce, feijão, etc., que tem servido de subsistência aos trabalhadores e suas famílias. Esta produção no sequeiro trouxe ao perímetro irrigado a possibilidade de liberar a maior parte de suas áreas para o cultivo de culturas "comerciais", a exemplo do tomate, cebola, melão, etc.

A fundação da segunda safra iniciou-se em fevereiro de 1986 numa área de 260 has.

O projeto ofereceu uma demanda média/ano de 44.764 jornadas de trabalho, o que equivalia a 170 trabalhadores permanentes na área de produção, sendo ainda beneficiados uma quantidade significativa de trabalhadores nas atividades de transporte, comércio e outros serviços. A avaliação privada depois dos impostos apresenta uma Taxa interna de retorno (TIR) de 13,20% e um Valor presente líquido (VPL) positivo a 6% em S\$ 433.957, com a relação benefício/custo igual a 1,14; o ponto de equilíbrio produziu-se com 35% e o tempo de recuperação do capital de investimento foi igual a 8,1 ao ano (descontado 6%); em relação a avaliação social, o VPL foi de US\$ 1.018.390 e a TIR de 22,64%.



**3.3.1.2. Os "camponeses reassentados" e a exploração individual dos perímetros irrigados: os casos das associações de Itapera e Brejo de Dentro.**

**3.3.1.2.1. O reassentamento e a produção da atividade**

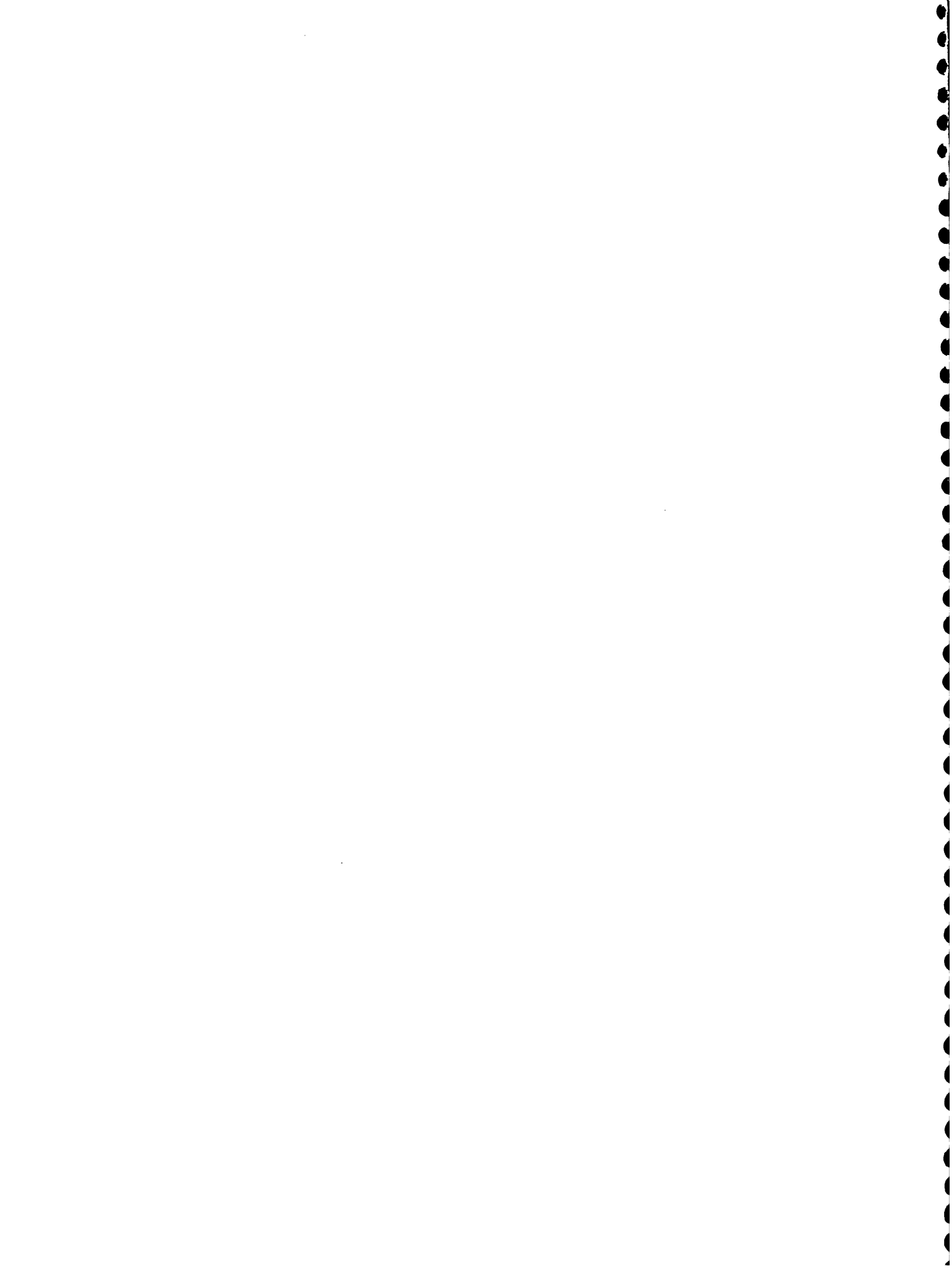
Na região a atuação do Estado sobre um "tecido de relações sociais" que apresentava descontinuidades, não tem produzido um resultado homogeneizado. Caso ilustrativo são os núcleos de Itapera e de Brejo de Dentro.

Itapera, situado na margem do lago e próximo da sede municipal, foi construído em Novembro de 1977, e em 1985 contava com 176 famílias.

A escolha de sua localização envolveu a população como um todo, sendo decidida a borda do lago, num lugar conhecido como espaço de criação, ou seja, o povoado foi transferido em sua quase totalidade, o que significou a manutenção de formas de sociabilidade já estabelecidas, desde a vizinhança até a continuidade do mesmo culto do santo padroeiro e das festas religiosas, favorecendo a reprodução da coesão social com maiores possibilidades de enfrentar os efeitos desestruturadores que o Estado impôs com sua intervenção.

A CHESF construiu a Igreja e a escola, delimitou as ruas e lotes urbanos e agrícolas.

A proximidade da borda, viabilizou a reprodução dos

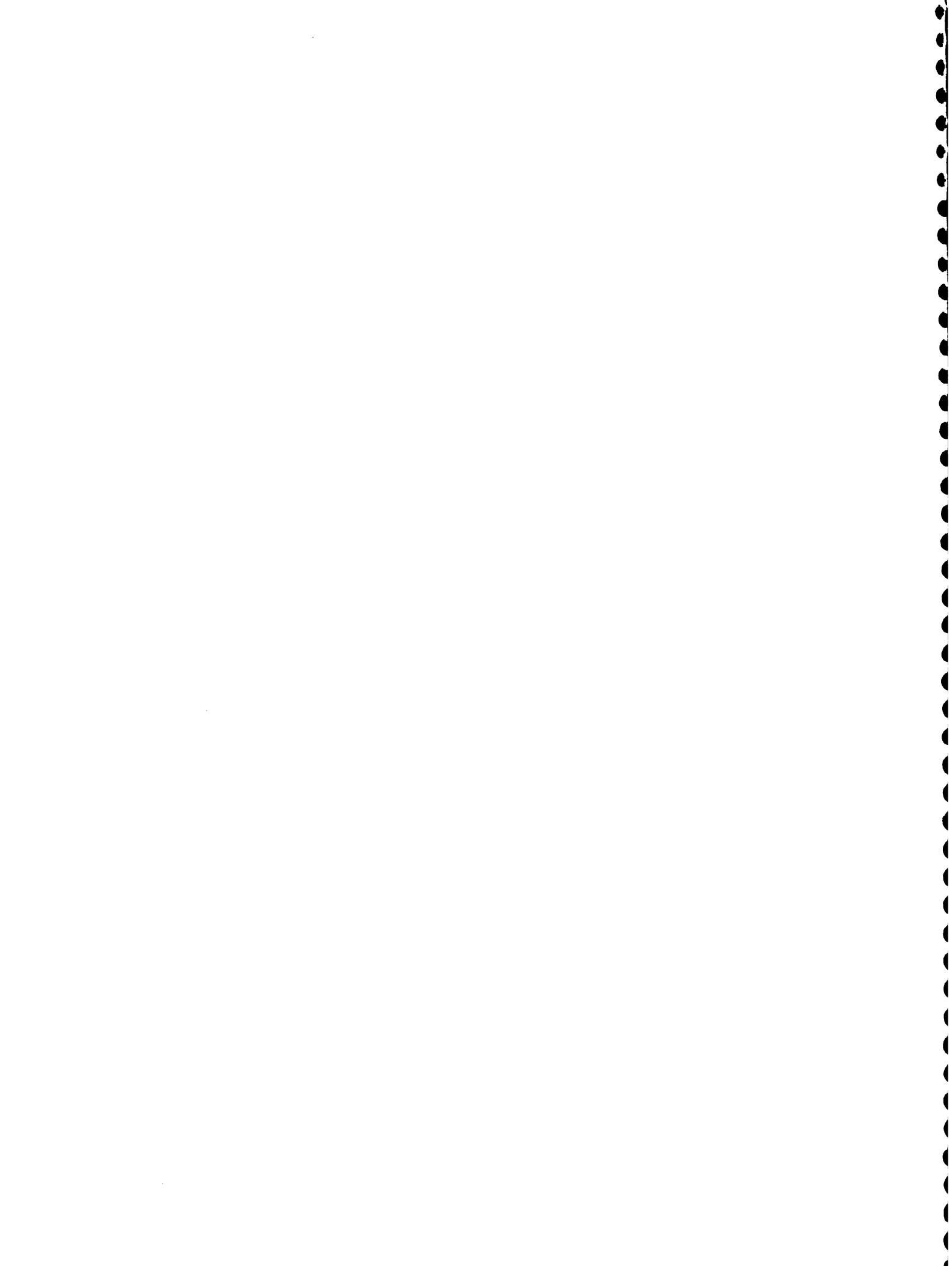


camponeses fundamentada no trabalho familiar, se bem que numa situação limitada dada a desqualificação da nova borda.

Brejo de Dentro, por sua parte foi construído em fins de 1976. Em 1985 contava com um total de 79 famílias. Ele foi composto por "grupos de retirada" provenientes de diversos povoados. Isto é, é o resultado da somatória de escolhas individualizadas, feitas por estas unidades, práticas de realocação constituídas em torno do parentesco. A escolha recaiu num local já escolhido, a 15 Km da borda do lago, sendo uma região de brejo avaliada como boa para agricultura de chuva e para criação, no meio da Caatinga. Ou seja, implicou o surgimento de um novo povoado, no qual o "ajuntamento" forçado limitou os laços de solidariedade a manutenção de lealdades primordiais de parentesco e/ou de grupos domésticos. Isto é, as divisões dentro do novo "núcleo" se agravaram, funcionando como um mero agregado de unidades de retirada. A coesão social foi restringida, ficando a reconstrução do espaço de uma identidade comum, como prática parece estar se dando, a cargo de processo político de organização através das "associações" impulsionadas pela ação do próprio Estado na chamada "segunda interveção".

A CHESF quase não prestou assistência a este núcleo. Foram os próprios camponeses que cercaram suas roças, sem obter lotes na borda. E só depois é que a CHESF emitiu a "declaração de lote".

A reprodução da população de Brejo de Dentro, por não ter esse acesso à borda, passou em seu começo, não só pelo trabalho

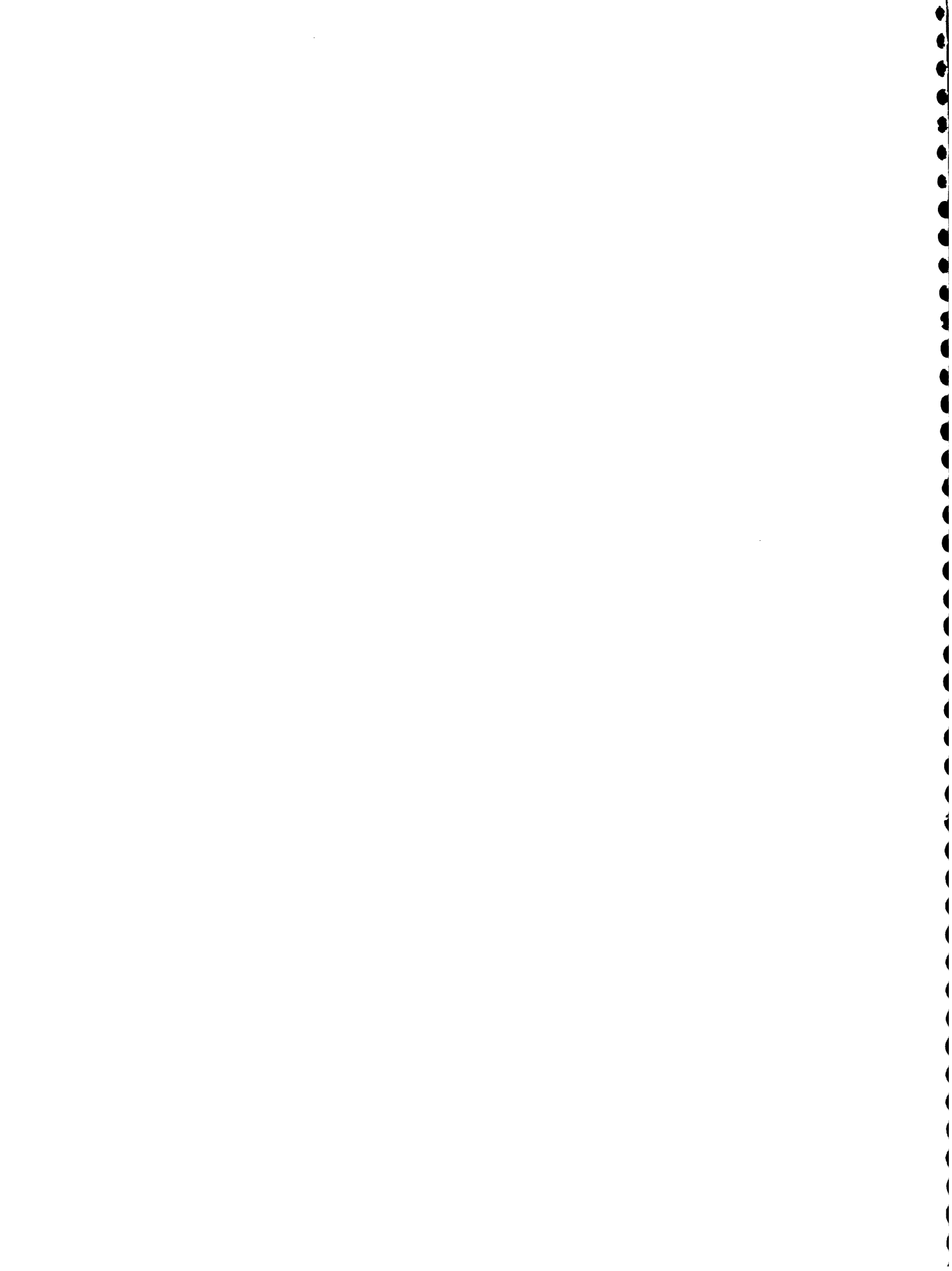




Número e área dos lotes agrícolas distribuídos pela CHESF nos povoados de ITAPERÁ e BREJO DE DENTRO (município de Santo Sé), por localização na borda do lago e no sequeiro.

Povoado	Borda do Lago						Sequeiro			
	Totais		N.º Lotes		Área		N.º Lotes		Área	
	Lotes	Área	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Itapera	186	1.853,93	39	20,96	342,84	18,50	147	79,04	1.511,09	81,50
Brejo de Dentro	76	271,75	10	13,15	77,93	28,68	66	86,85	193,82	71,32

FONTE: CHESF, Pasta Arquivo n.º 40: "Distribuição dos lotes agrícolas na área do Reservatório de Subradinho", no período de 1976 a 1978.



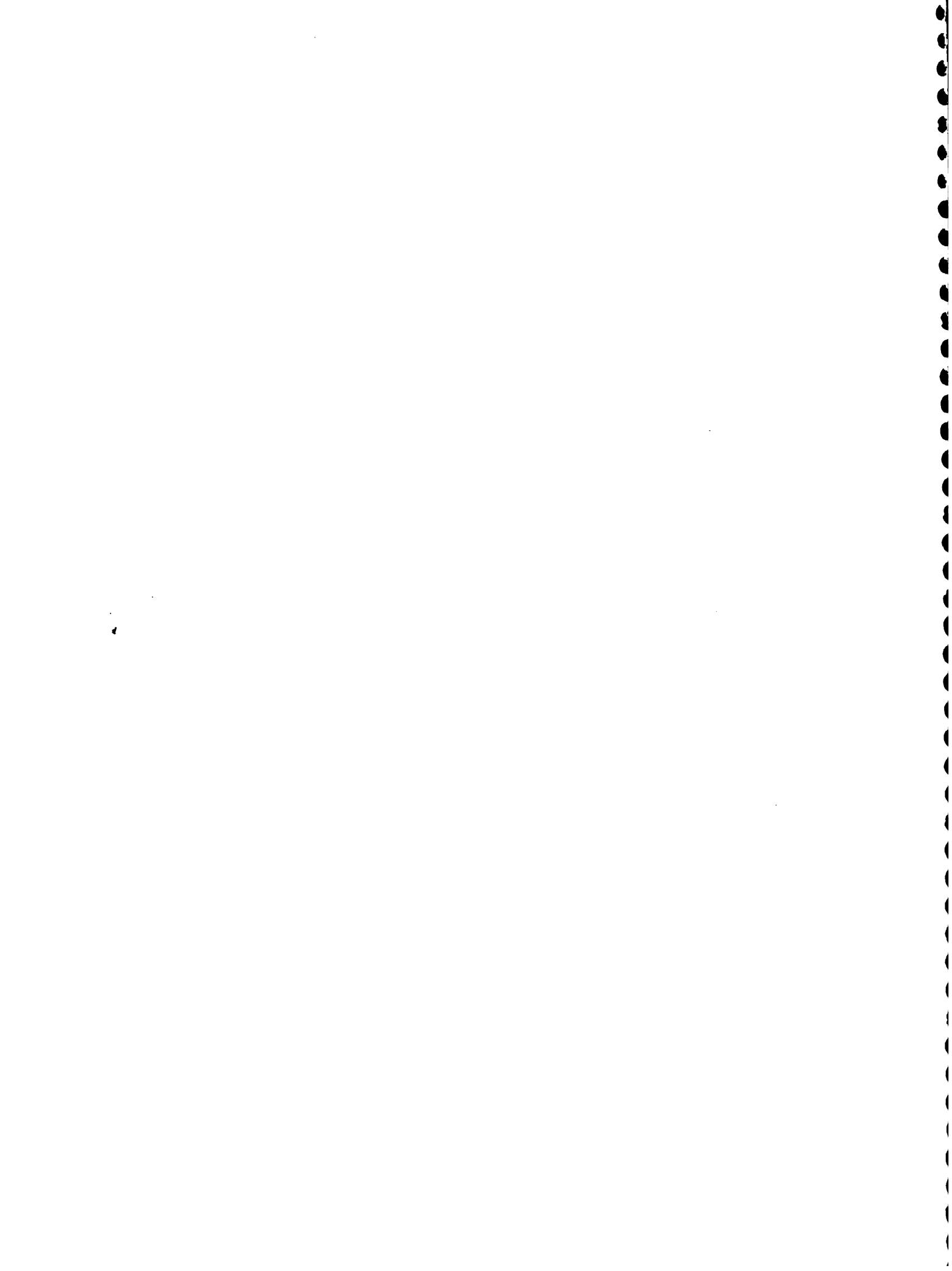
familiar, mas principalmente, pela venda da força do trabalho em grandes projetos de agricultura irrigada nos municípios vizinhos (Juazeiro, Casa Nova e Petrolina).

Na região de Sobradinho como um todo, os lotes que foram distribuídos tem uma dimensão de 10 has bem embaixo do módulo mínimo regional que é de 60 horas.

A CHESF em função da posição referente ao lago, os classificou em "lotes de borda do lago" e "lotes de sequeiro", 40% na borda e 60% no sequeiro. No município de Sento Sé a proporção é ainda mais desfavorável para a borda (30% a 70%) e especificamente em Itapera, ainda maior (21% a 79%).

Se comparada desde o ponto de vista das relações sociais, a situação atual que distingue lotes de "borda" dos de "sequeiro", com os antigos espaços de "lameiro" e "sequeiro" (que implicavam algum tipo de subordinação como o pagamento de talão às prefeituras do lameiro, e a sujeição pela "moradia" no caso do "sequeiro"), não se guarda nenhuma continuidade, já que tantos nos lotes de "borda" e de "sequeiro" atuais, os camponeses possuem os mesmos direitos de propriedade em relação à terra. Mas desde o ponto de vista da qualidade do solo, temos que ambos de lotes, hoje, são lotes "de sequeiro" já que o solo de ambos é o da área de "Caatinga, não formando-se "lameiro" propriamente dito em nenhum deles. Na prática ambos tipos de lotes estão sujeitos a uma agricultura de chuva.

Mas apesar de tudo a borda implica, se bem não com a

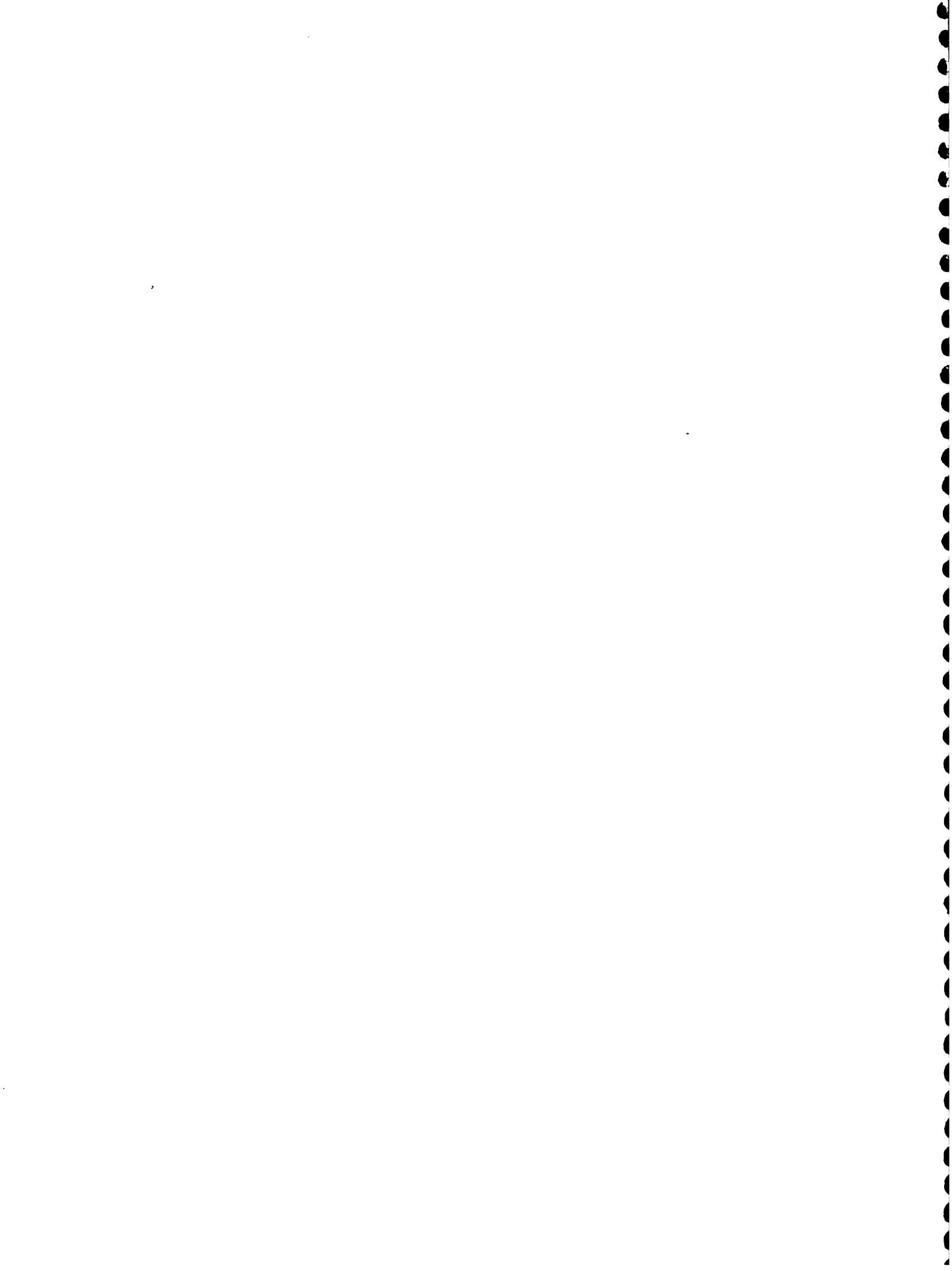


qualidade existente antigamente nas ilhas, a possibilidade de exploração da terra (de Caatinga) que fica a descoberto com a retirada das águas do lago (pelo geral entre Julho e Agosto). O solo não retém muita umidade, mas são valorizadas para o cultivo do feijão, mandioca, milho melancia e batata doce.

Também esses lotes permitem a captação de água através de motores para irrigação, com o desenvolvimento de um cultivo comercial como a da cebola.

Ou seja, que esses lotes permitem a tentativa de reconstruir - se bem que de uma forma empobrecida - o antigo sistema de complementação da agricultura de "sequeiro" com a de "lameiro".

A intervenção estatal implicou também, e fundamentalmente, uma divisão entre a população através da distribuição para uns, de lotes de sequeiro e para outros, de lotes de borda. A população visualiza esta diferença como uma privação (ela foi acentuada pelos cinco anos de seca que sofreram depois do reassentamento abatendo-se principalmente sobre os donos de lotes de sequeiro. Se bem - com grandes limitações - é possível produzir e se reproduzir na Caatinga, para os grupos camponeses do São Francisco a questão que está em jogo não é de ordem ecológica e sim de um modo de produzir, de um sistema que combina uma agricultura principal, a de vazante ou a irrigada, com a de chuva. Modo este que sua constituição obrigaria a toda uma reconversão do uso e da intensidade da força de trabalho familiar e do cálculo econômico, isto é, de disposições básicas



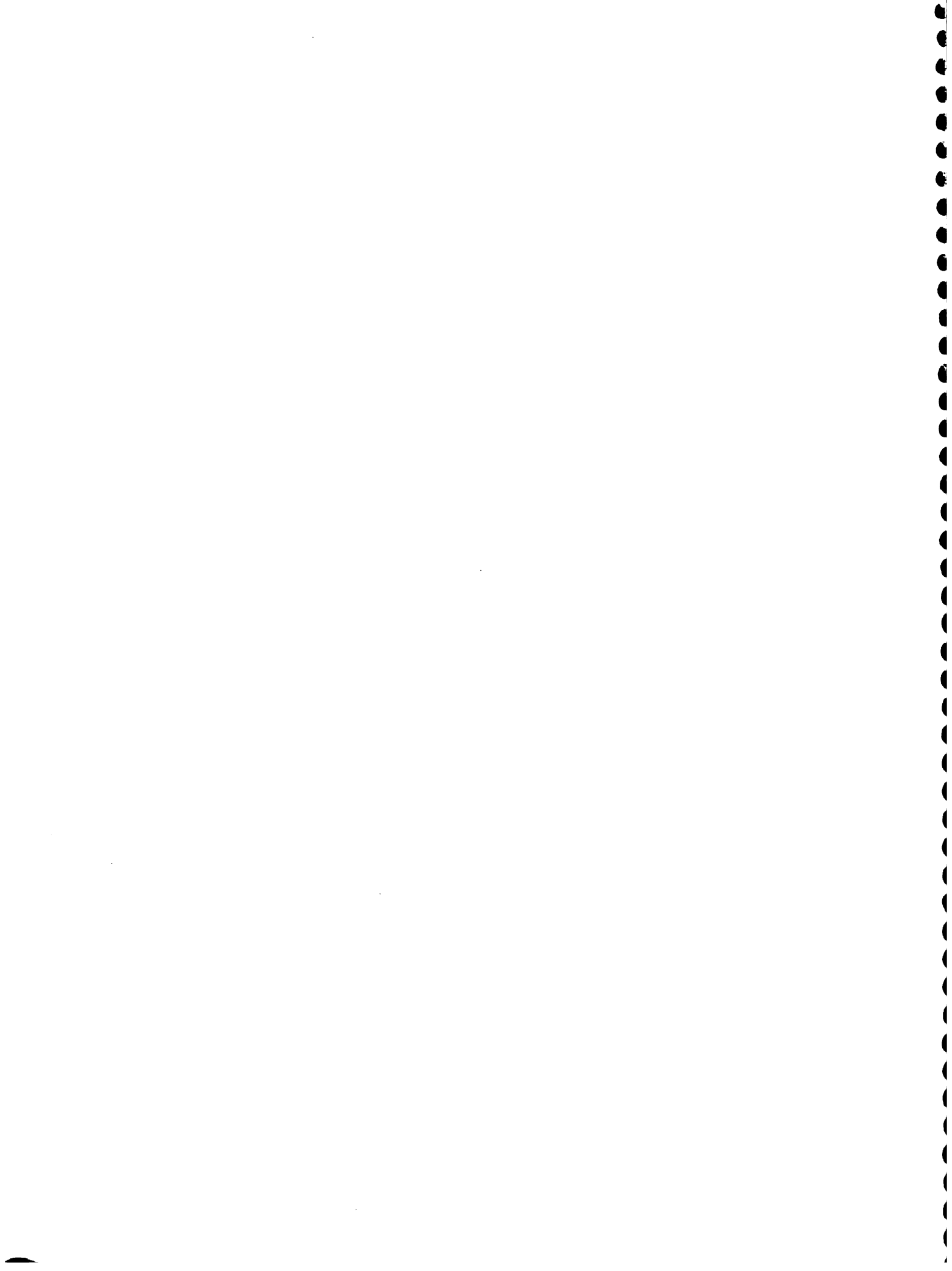
de sua forma de reprodução enquanto campesinato. Esta reconversão é resistida também devido à percepção de que opção "ribeirinha" da borda do lago ainda é possível, já que quase 40% da população "desfrutá-la" (embora seja de forma empobrecida, como já comentamos).

### 3.3.1.2.2. O "Movimento para a Borda do Lago"

Esta rejeição à reconversão e a percepção de uma trajetória possível tem redundado num "movimento generalizado em direção à borda do lago" (Digaud, L. e outros, 1987), que se manifesta num conjunto de processos articulados, a saber: o abandono do sequeiro e a concentração na borda, a luta pela vazante e as lutas pelo acesso à água. Todo este movimento estaria vinculado à retomada do processo produtivo e a uma procura de superação das diferenças estabelecidas entre as populações.

Em última instância se estaria frente a uma reação dos camponeses ante o processo de produção da exclusão que a ação do Estado inicialmente desencadeou, e que teve como um de seus motores a concentração das terras e o cercamento das fazendas, com o conseqüente logro dos camponeses. (IBID)

O crescimento do abandono do sequeiro é um dado que as estatísticas confirmam: a ociosidade das terras nos estabelecimentos entre 1 a 50 has cresceu entre 1972 e 1984 de 27, 55 a 53, 55%, na região de Sobradinho.



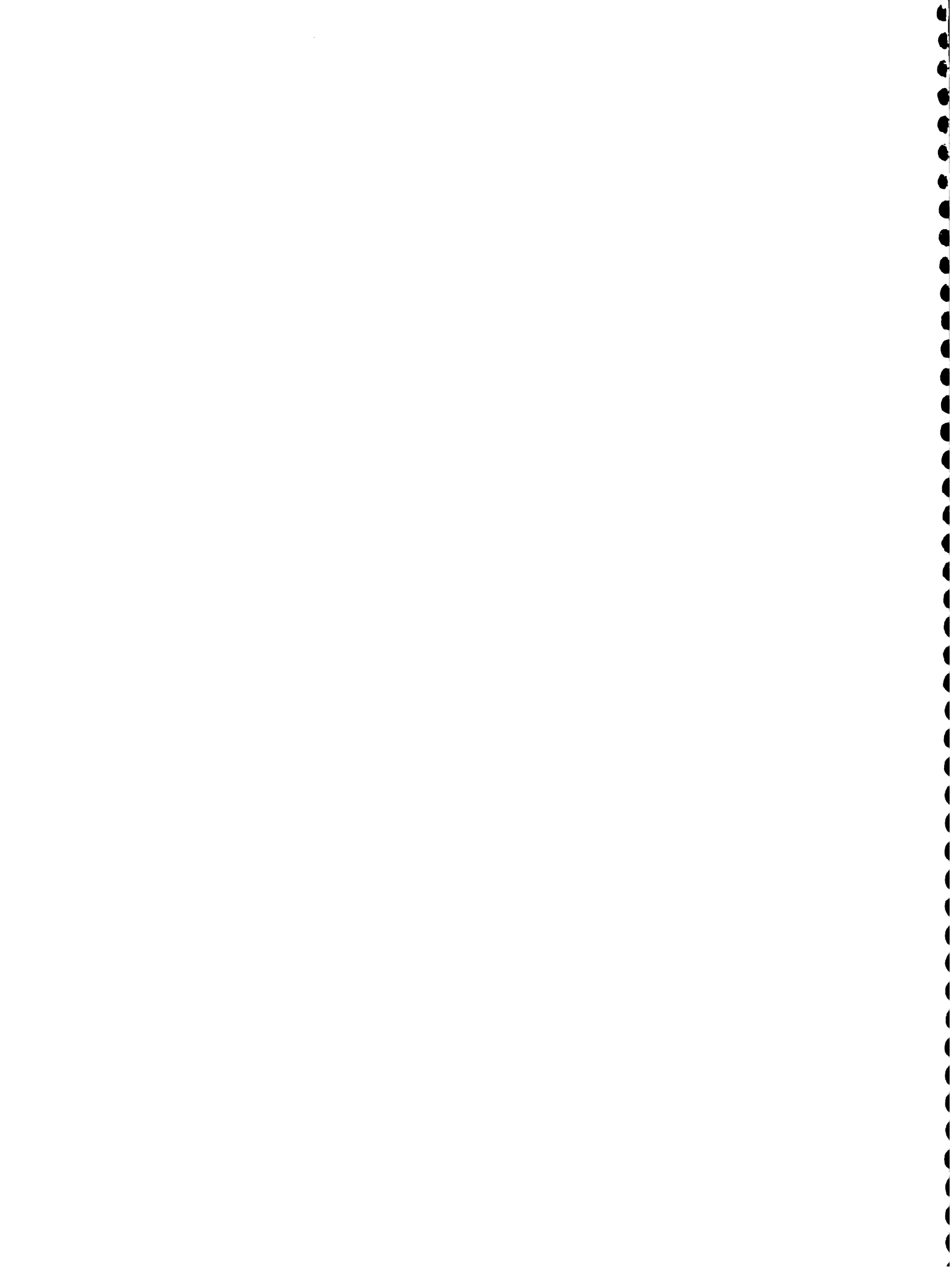


Ao abandono do sequeiro corresponde uma concentração da população na borda, basicamente, através do parentesco na forma da "meia" no cultivo da cebola. Também se dá através da "meia" o aproveitamento da agricultura de vazante. Outras formas são a venda da força de trabalho aos fazendeiros da região e a pesca. Todas apontam para a desqualificação da opção exclusiva do sequeiro... Esta pressão pela borda está aumentando ultimamente através da procura desses espaços pelos próprios filhos maiores dos camponeses que já tem seus lotes de borda.

As lutas pela vazante se tem dado com maior intensidade no município de Remanso, com apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a paróquia local, a associação e os técnicos da CAR, se bem que depois da construção do reservatório as terras da vazante, já não possuem a fertilidade dos antigos lameiros, as mesmas se tem transformado em objeto de violentas disputas entre as famílias camponesas contra os fazendeiros locais.

As terras de vazante por lei pertecem à União, mas com a construção das barragens e a transformação dos municípios em "Área de segurança Nacional", a CHESF durante vários anos resistiu de assumir a responsabilidade de administrá-las, afirmando que isso seria uma tarefa das prefeituras locais e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Entre 1980 e 1981 se manifestou o primeiro grande conflito envolvendo camponeses do núcleo de Pimenteira (formado a partir de 5 povoados de agregados de interior de uma fazenda).

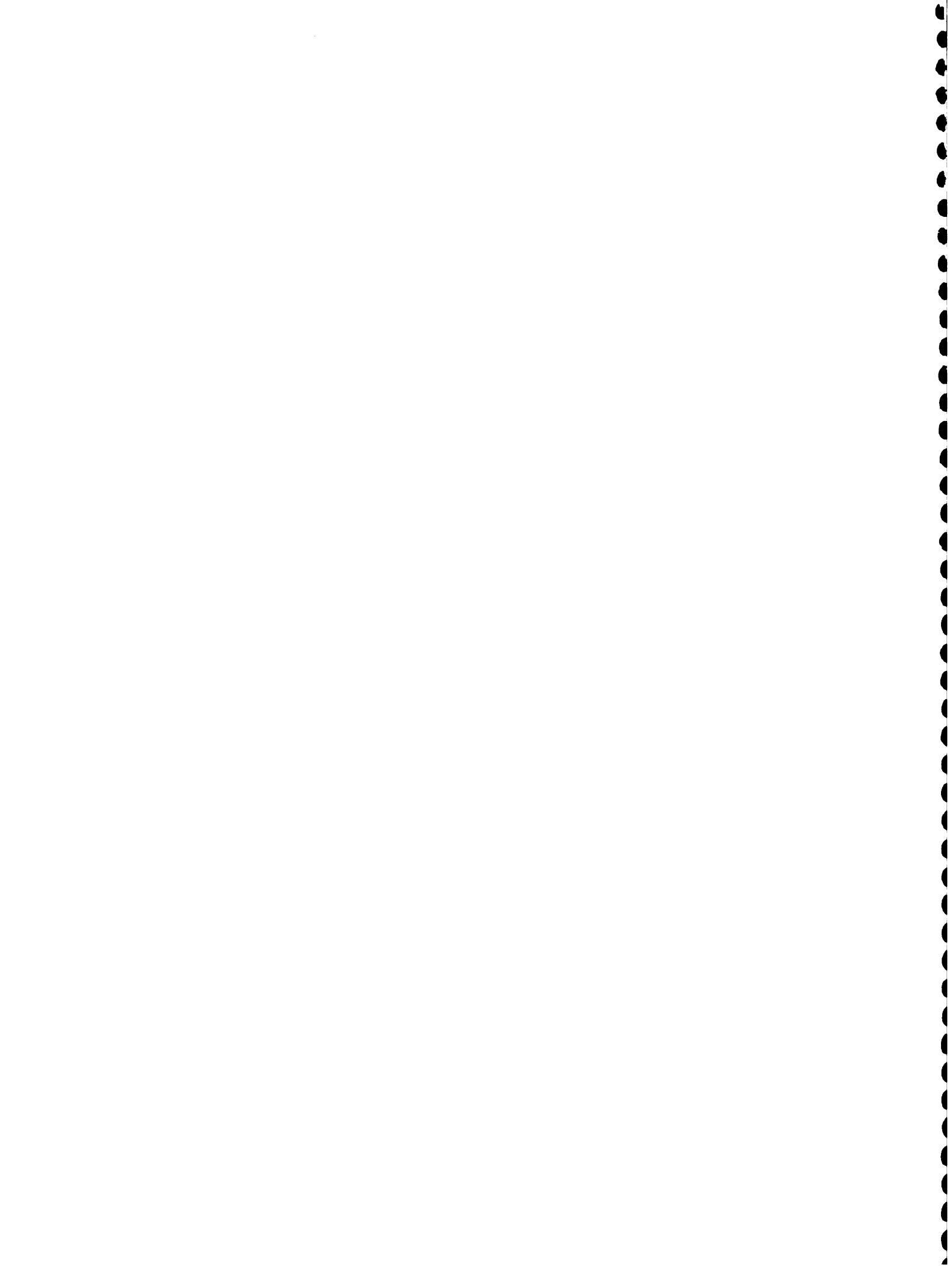


Inicialmente 20 camponeses e no final 58, ocuparam uma ilha formada pela vazante na frente de uma fazenda. Eles reclamaram para si o uso dessas terras, arguindo que o fazendeiro já tinha sido indenizado por elas quando a desapropriação pela construção da barragem. Em 1981, por um acordo entre as partes mediado pelo STR de Remanso e pelo Instituto de Terras da Bahia, a ilha foi repartida entre os camponeses e o fazendeiro.

Em outro caso aconteceu, em 1984, quando durante uma das maiores vazantes, centenas de camponeses de Remanso se apropriaram das terras úmidas deixadas pelo lago e com recursos repassados pela CAR, começaram a cercá-las e cultivá-las.

Os fazendeiros e o poder político local reagiram e lograram que a CHESF tomassem posição referente ao direito à vazante. A companhia decidiu apoiar a tese dos fazendeiros de que esse direito é de quem tem propriedade na borda. As cercas tiveram que ser levantadas com recursos repassados pela própria CAR, devido a ordens superiores, e os cultivos foram inviabilizados.

É interessante fazer notar que nessas ocupações das vazantes foram respeitadas as terras úmidas que estavam sendo dedicadas para a agricultura pelos camponeses, sendo invadidas aquelas que os fazendeiros pretendiam plantar capim para o gado. Os camponeses lutavam contra a resolução dos fazendeiros de transformar a vazante numa "terra de gado".



### 3.3.1.2.3. A Acao das Associacoes.

Nas estratégias coletivas deste movimento generalizado em direção a borda e onde se apresenta com maior força o papel das "associações", criadas no bojo do "Programa Sobradinho". No caso de Brejo de Dentro e onde aparece com mais expressividade a tentativa de acesso água da borda.

Técnicos da CAR por volta de 1982, prestaram apoio ao desenvolvimento de atividades pesqueiras para a população de Brejo de Dentro. Os homens deixaram a localidade e se dedicavam a essas atividades no lago. É no desenvolver da pesca que um grupo de 30 camponeses "desdobre" a existência de terras não exploradas na borda do lago que se dizia que tinham sido apropriadas por um ex-funcionário da CHESF, com a mediação dos técnicos da CAR, começam a pressionar a CHESF. Depois de um longo processo político-administrativo, logra-se a liberação da área de 74 has. O loteamento da mesma contemplou 15 unidades, as quais foram assinadas, segundo os técnicos da CAR àqueles que "compareceram mais" às reuniões. Mas analisando o grupo de beneficiados, nota-se que basicamente correspondem a três grupos de parentesco.

Como um desdobramento deste processo é para poder dar continuidade no que concerne à obtenção de recursos, por sugestão desses técnicos se cria em Brejo de Dentro uma "Associação de Moradores" nos moldes do Programa. Assim o grupo passa a obter duas moto-bombas e demais equipamentos destinados

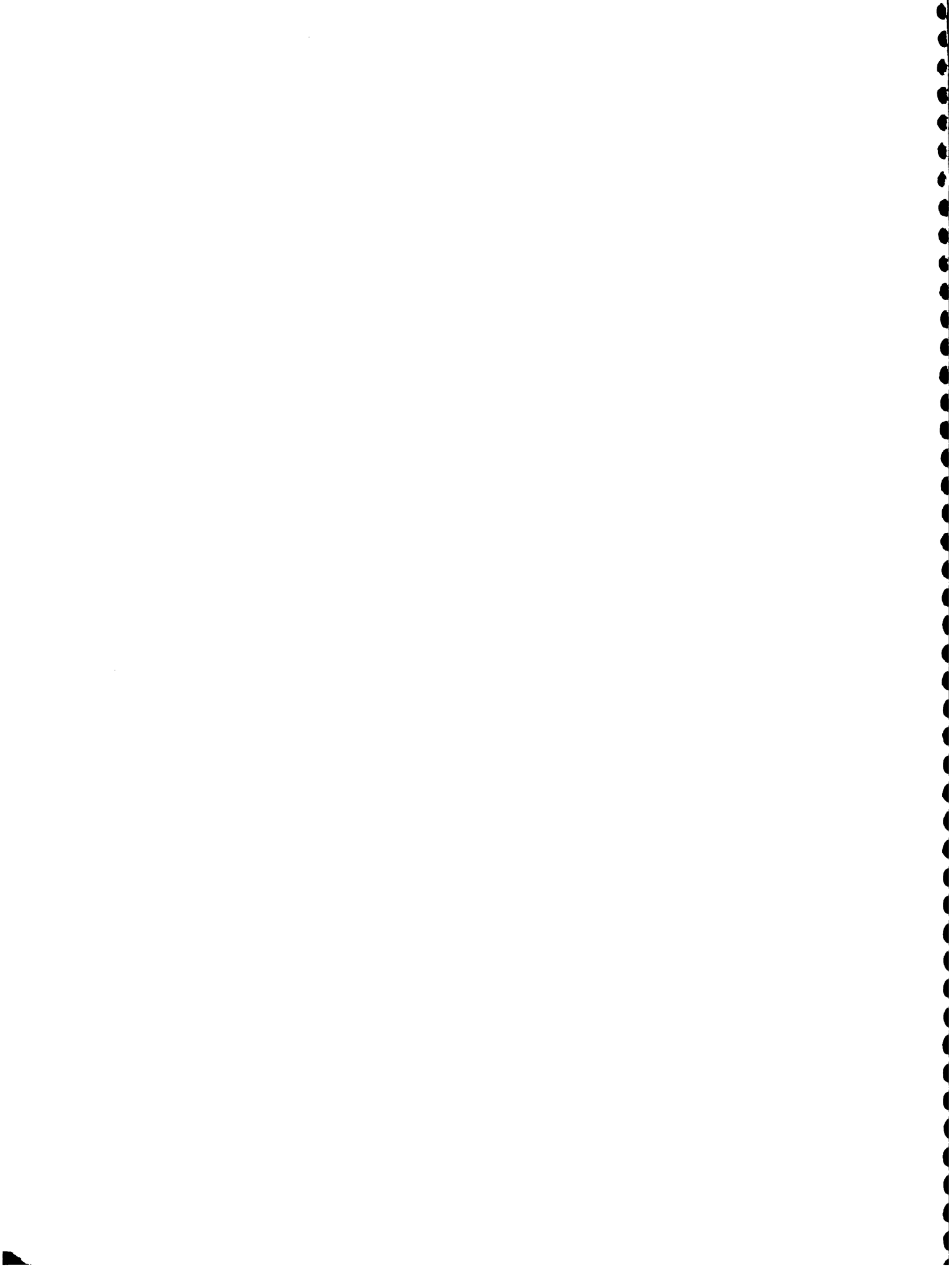


à irrigação, como também recursos para a plantio de cebola, algodão, feijão e mandioca.

Através dessa intermediação da Associação se consegue que a CODEVASF destine recursos da "Frente de Emergência da Seca" para pagamento dos trabalhos de preparação da terra nos novos lotes. É também através da Associação que o grupo que tinha sido excluído dos benefícios dos primeiros 15 lotes obtidos na beira identificará uma nova área apropriada por um vereador da "situação" ligado a elite política de Sento Se, e que também estava inexplorada. Novas pressões sobre a CHESF, acabam logrando a liberação dessas terras úmidas para mais beneficiários. A área foi liberada em 1984 e os camponeses realizaram a preparação e o cercamento dos lotes com recursos do próprio Programa Sobradinho, na forma de diárias pagas trabalho realizado. Com obtenção dos lotes de Borda, e o apoio da CAR através da irrigação, tiveram uma boa safra de cebola em 1984. Mas na segunda, devido a enorme vazante que impediu a captação de água pelo motor, foi perdida completamente a produção. Alguns camponeses optaram pelo cultivo de algodão de forma integrada a uma companhia de tecelagem de Juazeiro, a qual lhes garante sementes e preço.

Outros 27 camponeses vinculados à associação e emparentados entre si, estão tentando, através de um novo "projeto" a construção de canais de irrigação beneficiando uma área desocupada que poderia vir a transforma-se em borda.

Também a Associação impulsionou através de um projeto de





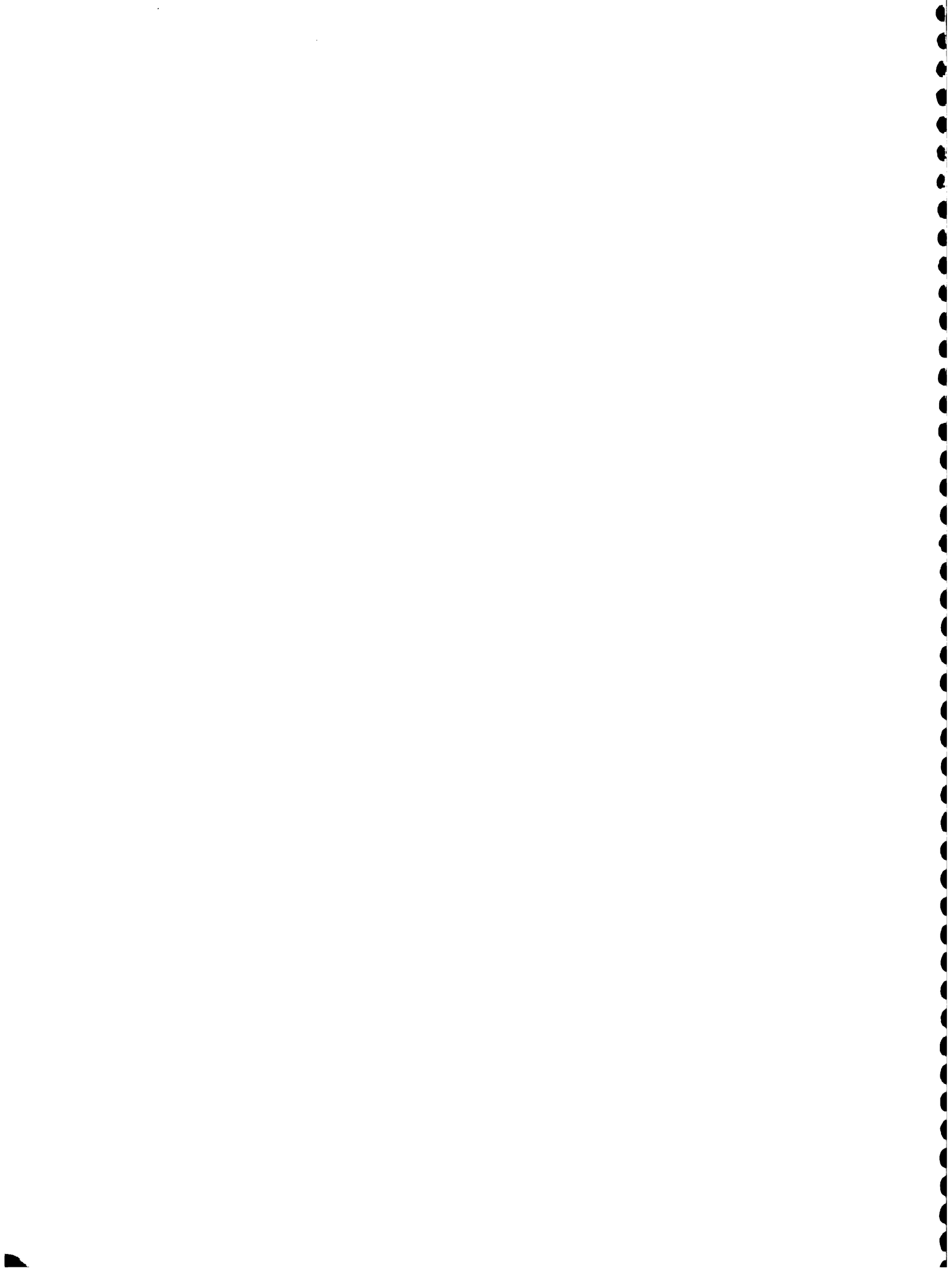
caprinocultura a tentativa de integração dos camponeses mais antigos, residentes no núcleo e que rejeitavam a ida a borda.

Uma avaliação que se faz, da conta que, através da organização política que é impulsionada com as discontinuidades e as clivagens que se tinham estabelecido com a intervenção do Estado a partir do reassentamento. (Daou, 1988)

Em Itapera a retomada do processo produtivo teve duas fases: a primeira que corresponderia ao momento da instalação no povoado na qual, a exploração da agricultura de vazante, junto com a pesca, a venda da criação, e a migração temporária para os centros urbanos (até São Paulo) para venda da força de trabalho, permitiram a subsistência e uma sorte de "acumulação primitiva", com o objetivo de superar os efeitos da realocação e recomeçar o processo produtivo.

A segunda fase corresponderia a incorporação da agricultura de irrigação, através do apoio do Estado via Associação.

O Programa Sobradinho abriu a possibilidade de desenvolver um entreposto de água para o núcleo. A associação recém formada escolheu uma construção de um canal de irrigação com o qual duplicou a número de lotes com testada para água (de 39 para 77). O processo de irrigação se complementou com moto bombas. Os recursos para o canal provenientes do Banco Mundial, foram destinados para a associação, através do Programa. Os recursos para as motos-bombas e para custeio em geral foram obtidos por

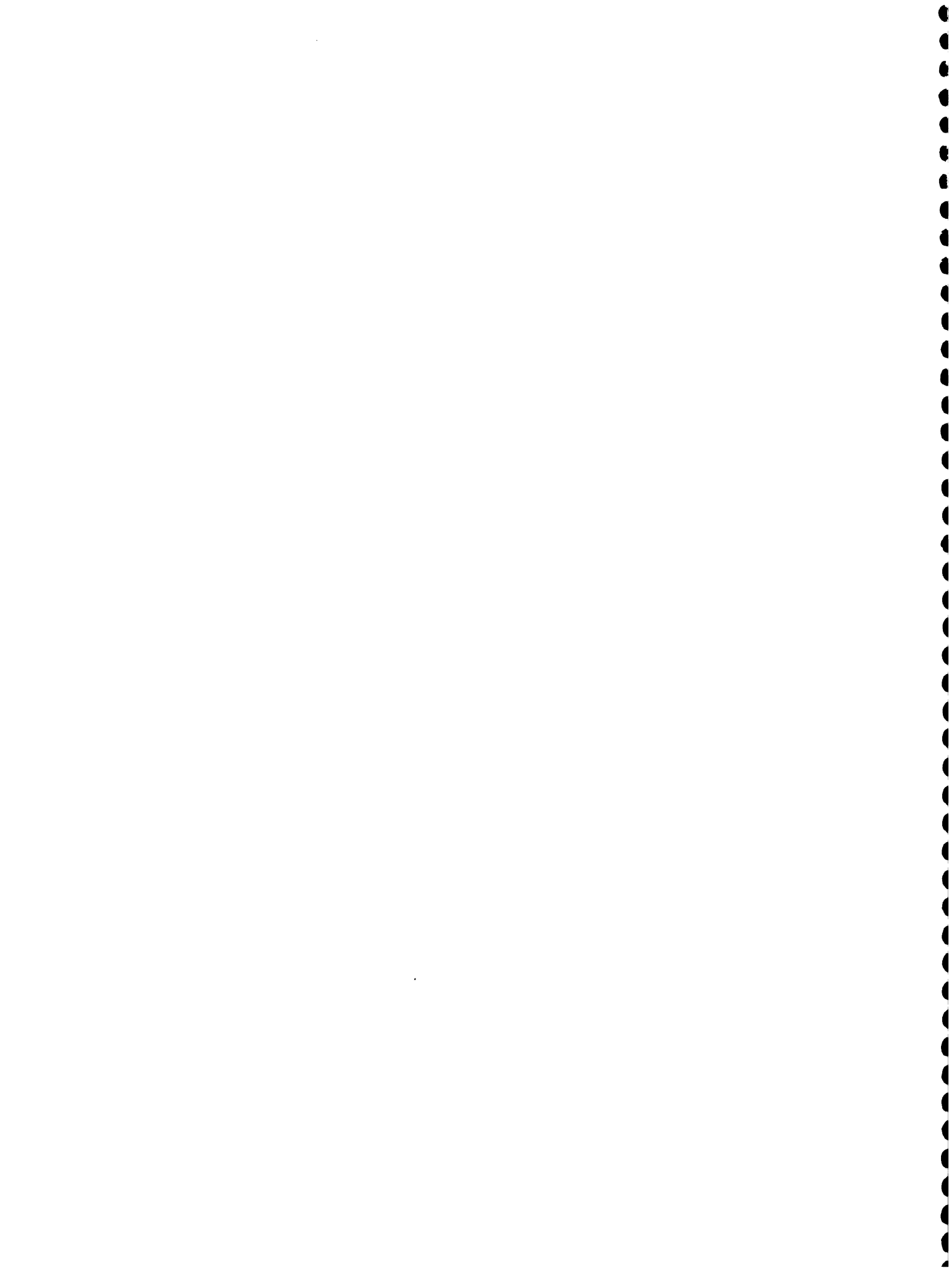


financiamento bancário.

nesta fase o cultivo adotado foi a cebola, procurando comercializá-la na "safra de preço" (isto é, na entre-safra do sul) e não na "de produto" (aquela na qual as condições climáticas favorecem ao máximo a produtividade).

O trabalho do Estado e o efeito de demonstração dos plantadores de cebola na região levou ao predomínio do binômio "irrigação - cebola". Para os camponeses, no seu cálculo, a cebola é valorizada pela produtividade e pelo preço passível de ser obtido. Ela é um produto atraente em termos de renda monetária e fundamental para a manutenção da irrigação e a ampliação das bases de sua reprodução. Ela também funcionaria como ponte entre a irrigação e a lavoura de subsistência, porque através da irrigação que ela viabiliza, os camponeses passaram a plantar nas terras irrigadas produtos tradicionais da vazante como o milho e o feijão.

Seu Cultivo implicou o estabelecimento de uma nova rede de relações, com a participação no mercado de implementos agrícolas e no próprio mercado nacional do produto. A comercialização do mesmo se faz via atacadista de Juazeiro, que o derivam para os grandes centros urbanos. Esta incorporação faz que se construa um novo espaço de subordinação. Eles passam a depender de toda uma política de preços sobre o qual não tem nenhuma possibilidade de controle, assim como do Banco do Brasil através dos financiamentos. (Sigaud e outros, 1987)

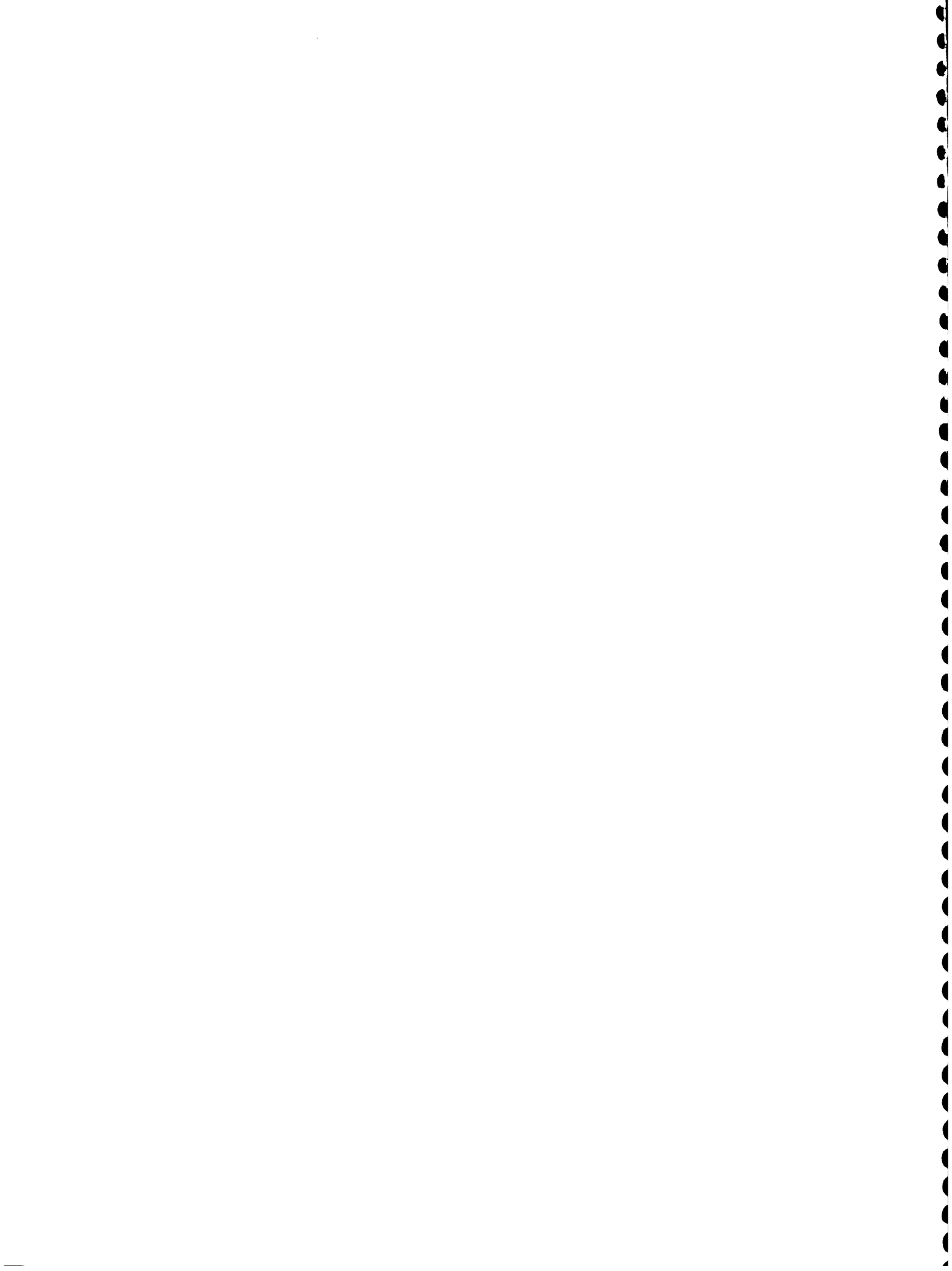


Devido ao fato de endividamentos existentes e não pagos - que implicaram a impossibilidade de liberar novos créditos - com apoio da CAR, através da associação, camponeses de Itapera têm procurado nos últimos anos praticar uma conversão para outros produtos, como é o caso do cultivo irrigado de milho e feijão. Assim como para o aproveitamento da parte de sequeiro dos lotes de borda com o cultivo de um produto tradicional como a mandioca e outro estritamente comercial como a mamona, tudo com sucesso.

A agricultura irrigada da cebola não implicou um aumento significativo de ampliação da área cultivada que continua sendo em torno de 1,5 has, (basicamente por restrições de irrigação causadas pelos limites que a potência das moto-bombas apresentam, em relação aos deslocamentos dos pontos de captação de água, devido às vazantes irregulares).

Por outra parte, também um "Projeto" da associação para irrigação de 1040 has de sequeiro, através do Projeto Nordeste com recursos do Banco Mundial. Assim como de uma redistribuição de terra dos lotes, diminuindo de 10 para 4 has, procurando que maior número de famílias (inclusive do povoado vizinho de Aldeia) tenham acesso a água.

A associação, que teve nas suas origens apoio da Diocese de Juazeiro, hoje fornece quadros para a oposição sindical do Trabalhadores Rurais d Sento Sé e da colônia de Pescadores, assim como também faz oposição no poder político local.



Finalmente, vemos que em Itapera os camponeses, na retomada do processo produtivo, tem logrado articular uma agricultura de vazante, uma irrigada e uma de chuvas, nos lotes de borda, com um atuação significativa da Associação nesse processo.

### 3.3.2.OS RESULTADOS DA AÇÃO DO ESTADO NAS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPESINATO

Co relação ao processo geral desencadeado com as sucessivas intervenções do Estado no Vale do São Francisco, que inclui as ações implementadas através do "Programa Sobradinho" com sua proposta metodológica participativa e a criação das "Associações" a partir da análise dos casos considerados, poderíamos assinalar algumas características vinculadas ao dificultoso processo de, reprodução dos camponeses da região,

a) Uma característica seria a crescente concentração de terras que se produz na região favorecida principalmente pela ação da própria intervenção estatal na construção da barragem.

A CHESF para a construção do reservatório desapropriou 425.000 has e 26.000 imóveis. Como foi comentado, o destino que se pensava dar a maioria da população era fora da área do lago. mas antes das pressões da própria população e o desinteresse da companhia, reassentamento definitivo foi retardado. Durante esse período começou a dar-se um processo de concentração de terras, com o cercamento das mesmas, através da grilagem por parte de setores privilegiados da população (privilegiados principalmente no que se refere ao acesso de informações sobre a verdadeira dimensão do lago e aos contatos políticos em





geral).

Como resultado, tem se manifestado um grande crescimento dos latifundios por exploracao a partir da construcao das Barragens em toda a regio, valendo como exemplo dos dados de Sento Se:

Total de imoveis segundo a categoria do imovel

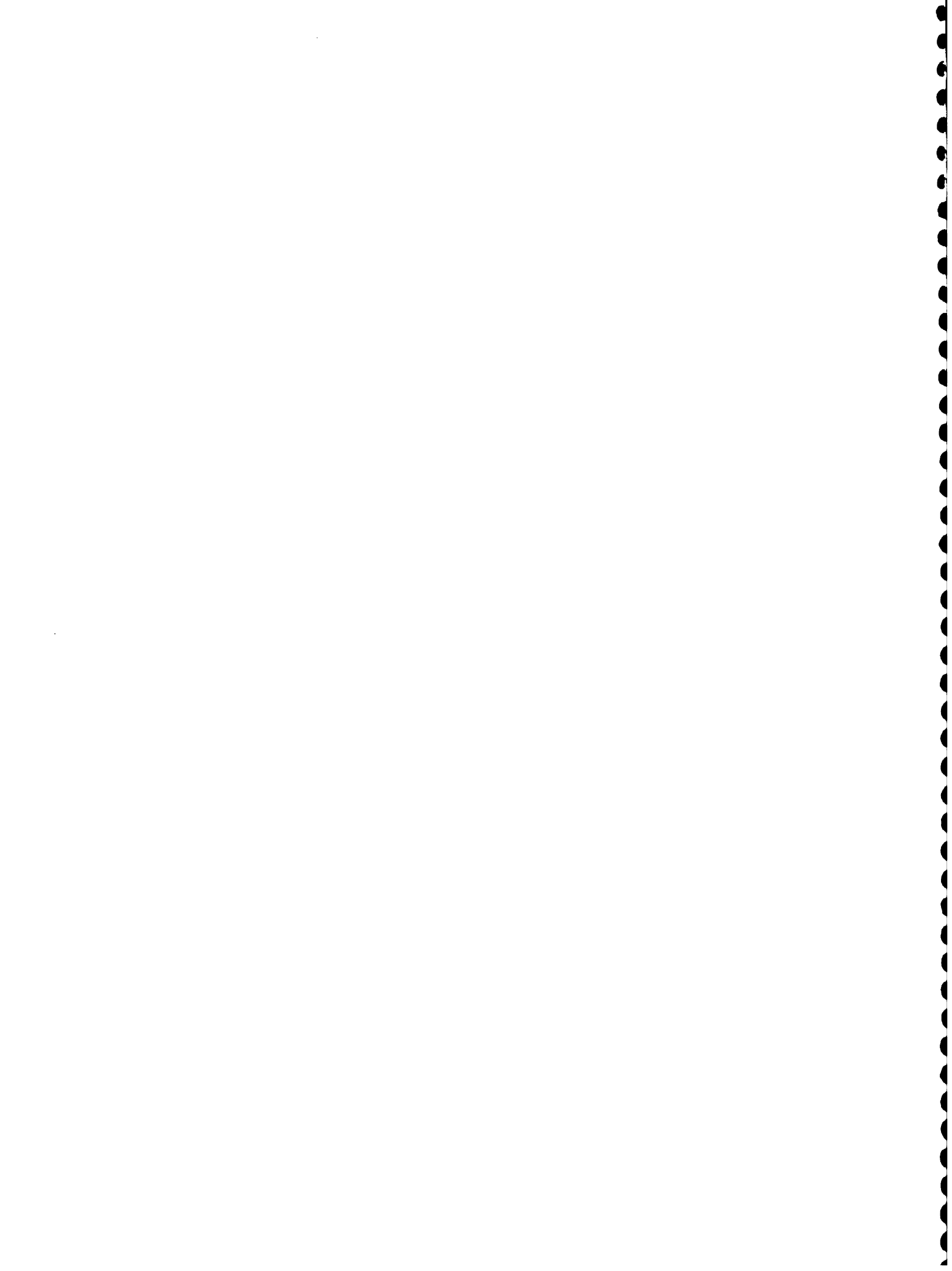
	1972	1984
MINIFUNDIO	776	2071
EMPRESA RURAL	005	0036
LAT. POR EXPLORACAO	098	0895
LAT. POR DIMENSAO	001	0001
NÃO CLASSIF.	-	0003
INCONSISTENTE	014	-
<u>TOTAL GERAL</u>	894	3006

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Cadastro Rural

Cadastro de Imoveis, 1972 e 1984

Pelo que as avaliacoes apontam esse processo foi de certa forma consentindo pela CHESF, com o objetivo de lograr, constuir melhores vinculos com as elites locais. So que essa grilagem ante a resolucao posterior da mesma companhia de nao deslocar à maioria da populacao da regio, passou a ser o elemento pricipal do reconhecimento do "Problema Fundiario" para a CHESF. A grande maioria dessas terras griladas ficaram so como reserva de valor, e ameaçando a reproducap camponesa;

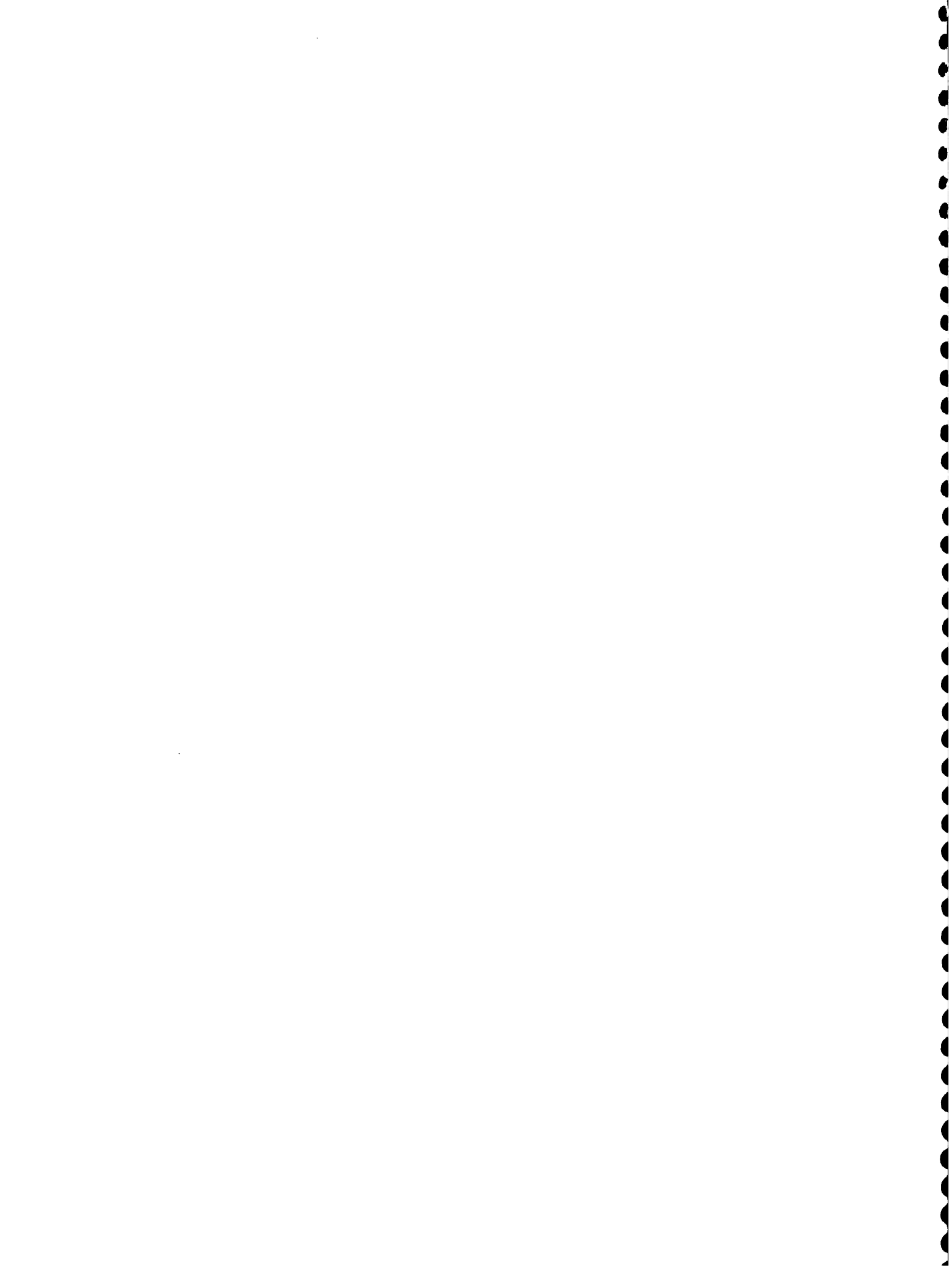
b) Uma segunda é a tentativa de concretizacao de um "Projeto Campones", manifestado pricipalmente no "Moviemnto geral para a



Total de imóveis e área total, segundo classe de área total — Município de Santo Sé — Bahia

CLASS DE ÁREA	1972		1984		Δ = $\frac{\text{ÁREA '84}}{\text{ÁREA '72}}$
	Número de Imóveis	Área total	Número de Imóveis	Área total	
MENOS DE 1 a 50 ha.	711	5.527,8	1.943,0	25.375,7	4,59
50 — 100 ha.	54	3.564,3	236,0	15.557,1	4,36
100 — 500 ha.	77	15.556,8	579,0	125.961,1	8,09
500 — 1.000 ha.	14	7.554,5	144,0	78.998,9	10,45
MAIS DE 1.000 ha.	24	150.659,0	104,0	536.829,4	3,56
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>880</b>	<b>182.862,4</b>	<b>3.006,0</b>	<b>782.722,2</b>	<b>4,28</b>

FONTE: INCRA — Sistema Nacional de Cadastro Rural — Cadastro de Imóveis Rurais de 1972 e 1984.



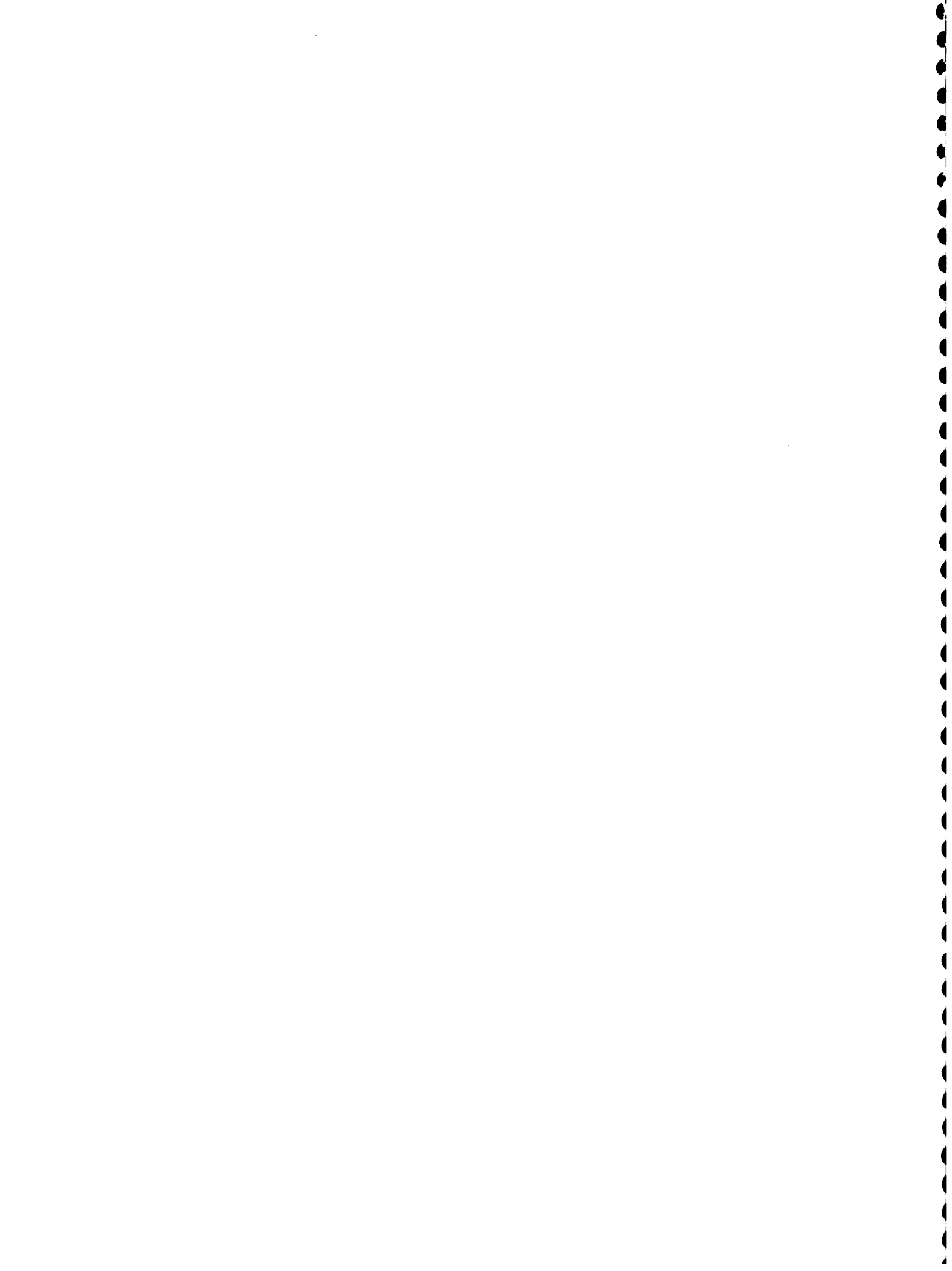
borda do lago". Nesse movimento se procura superar a diferenciacao propiciada pela "primeira" intervencao estatal atraves da CHESF, quanto a distribuicao dos lotes na borda e no sequeiro.

Mas as tentativas de reconstrucao do "projeto campones" atraves da apropriacao de terras contiguas à agua so se manifestaria sem grandes conflitos, quando se realizasse como estrategia individual. atraves da entrada em lotes pertencentes a agentes circulos por laços de parentesco, de sociabilidade proxima.

Na grande maioria dos casos de estrategias coletivas, esta reconstrucao se fez com as mediacoes das Associacoes, assim como de Sindicatos, Igreja e algumas agencias do Estado (como a CAR), num enfrentamento constante e violento com os fazendeiros e as elites politicas locais; c) Uma terceira caracteristica, vinculada à anterior poderia ser apontada a partir de considerar as dificuldades economicas na retomada do processo produtivo.

Nesta retomada que necessariamente pela incorporacao da irrigacao, se tem manifestado uma mudanca no patamar da pequena producao e da subordinacao dos camponeses, seja respeito ao sistema financeiro, ao Estado e à agroindustria.

Os efeitos desta modernizacao compulsoria que implicaram, a adocao da irrigacao, a introducao de lavouras comerciais e a modificacao dos parâmetros do calculo economico se apresentam



Área e colheita dos principais produtos das lavouras temporárias no  
Município de Santo 56 — Ba.

PRODUTOS	1970						1975						1980					
	(a)		(b)		(c)		(a)		(b)		(c)		(a)		(b)		(c)	
	Quantidade (ton.)	Área (ha)	a/b	Quantidade (ton.)	Área (ha)	a/b	Quantidade (ton.)	Área (ha)	a/b	Quantidade (ton.)	Área (ha)	a/b	Quantidade (ton.)	Área (ha)	a/b	Quantidade (ton.)	Área (ha)	a/b
Algodão em caroço	36	120	0,3	60	14	0,8	108	541	0,1	—	—	—	820	128	6,4	2.681	362	7,4
Cebola	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Feijão	2.173	4.491	0,5	1.960	3.158	0,6	1.913	9.135	0,2	—	—	—	989	1.601	0,6	1.466	4.525	0,3
Mamona	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mandioca	10.358	2.396	4,3	14.681	2.134	6,9	11.455	2.136	5,4	—	—	—	1.774	3.145	0,6	3.524	10.838	0,3
Milho	1.787	4.171	0,4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: IBGE — Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.



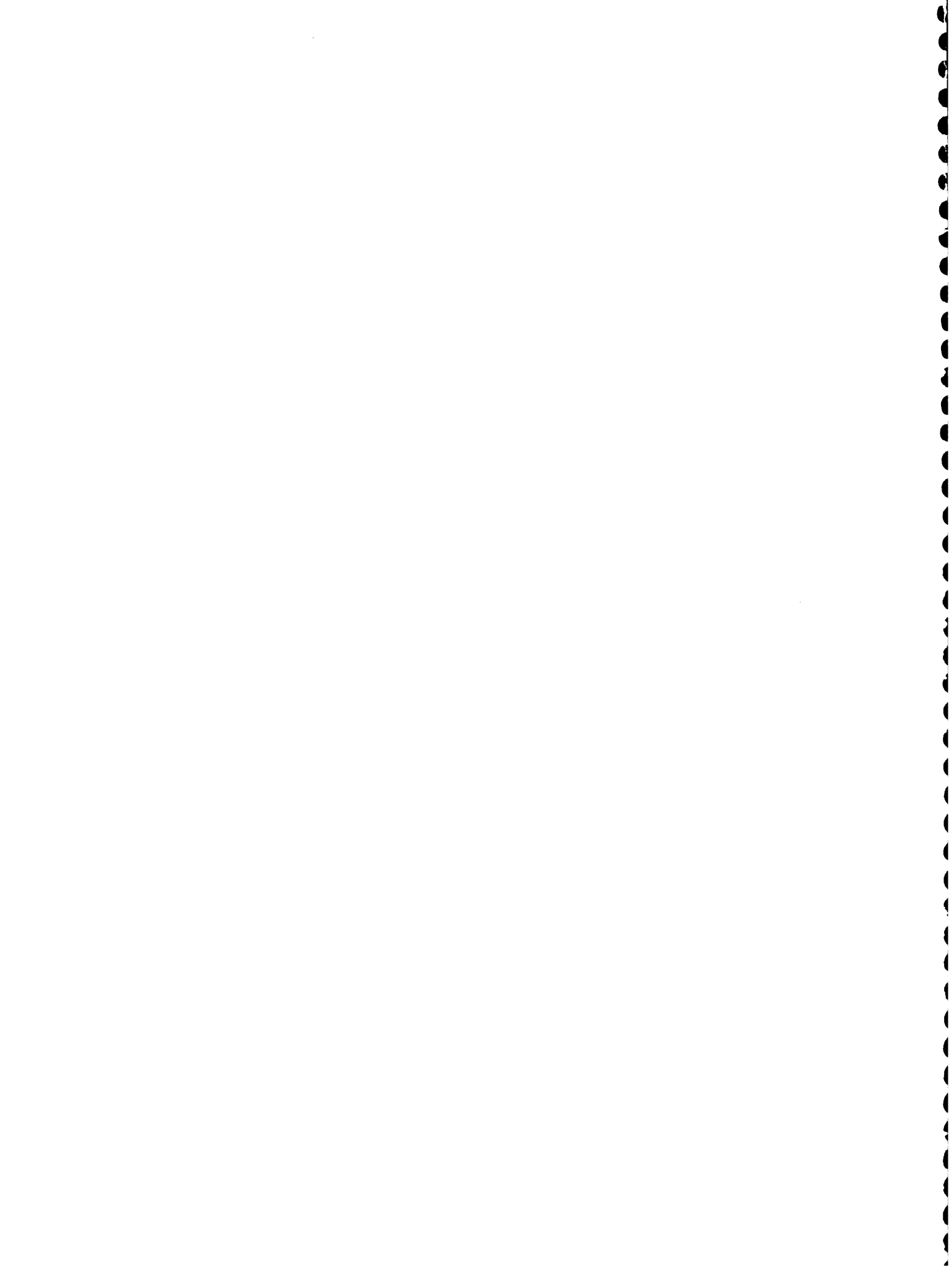


dificies para os camponeses, devido ao espaço de subordinação que ela cria sem a ampliação significativa da escala da produção (como consequência dos limites impostos pela mudança vazantes).

Nesta situação vale a pena registrar especialmente a experiência de exploração do perímetro irrigado de Tatauí I, como também as de exploração individual analisadas. É possível supor que haja a possibilidade de que, pelos menos, essa parte dos produtores consiga se viabilizar, respaldada na ação do Estado. Esta ação, entretanto, não é homogênea e seus resultados dependem do grau de organização interna da comunidade, das condições dos recursos naturais onde foi reassentada e da própria relação do produtor com o capital; d) Finalmente, cabe apontar as características da reestruturação das relações de poder na região, dividida basicamente à ação do Estado, proposta participativa implementada pela CAR.

A nível das relações de poder local, as intervenções do Estado desorganizaram os antigos vínculos de dependência e de lealdade política do campesinato respeito aos "coroneis" da região.

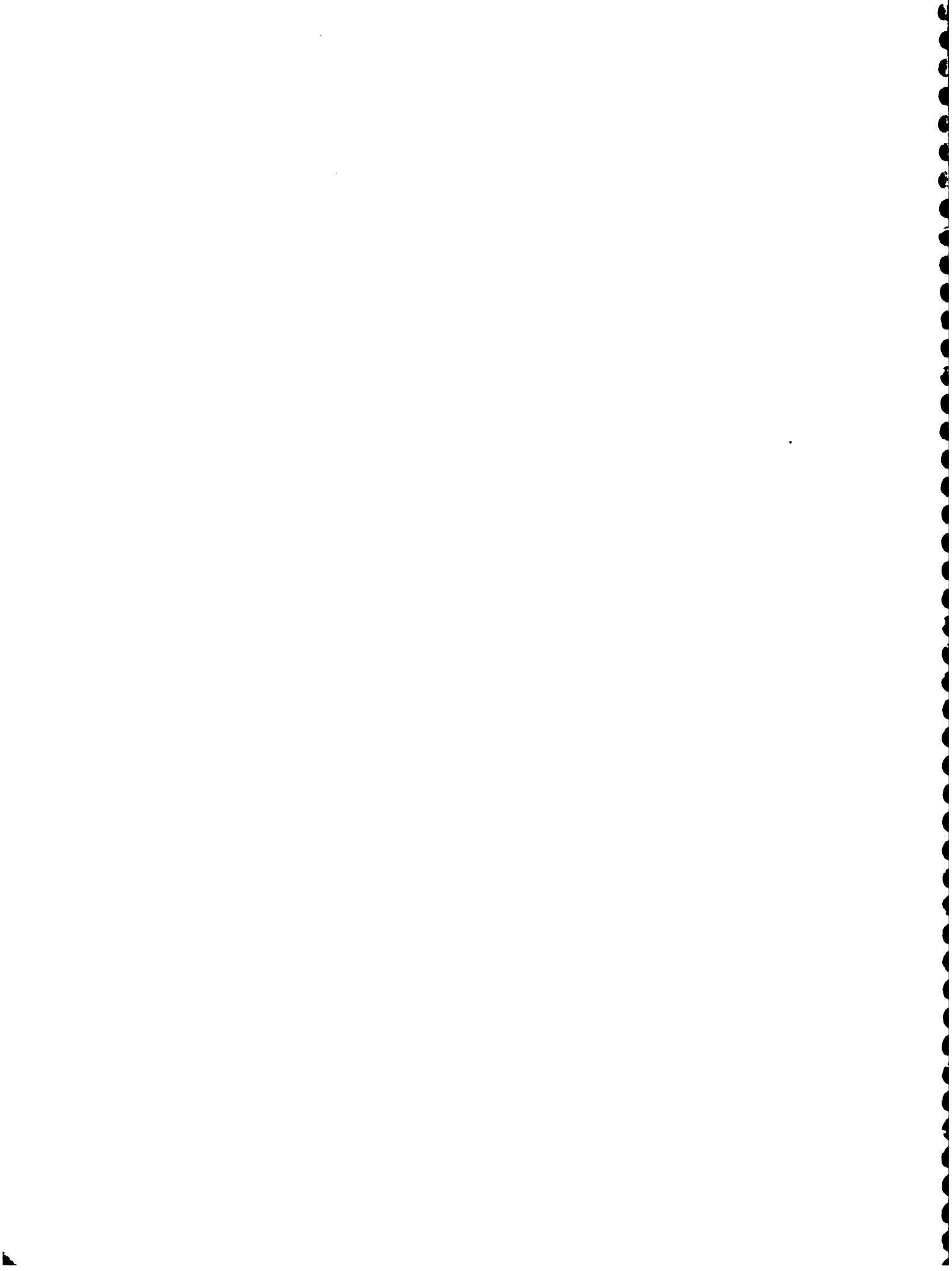
A transformação dos municípios afetados pela Barragem em área de segurança Nacional, foi uma medida centralizadora, implicou uma alteração significativa tanto na correlação de forças entre o poder local, com o poder estadual, como também entre os coroneis e os votantes, já que os prefeitos deixaram de ser escolhidos por eleições, sendo indicados diretamente pelo Estado.



A realocação afetou ainda mais a geografia eleitoral, interferindo nas relações fortemente personalizadas que caracterizam essa forma de dominação, ao dispensar e mudar os grupos para núcleos distantes.

Além disso, o comportamento das elites referente à defesa dos interesses de "seus" camponeses, por exemplo nas questões de indenização, foi na grande maioria dos casos omissos, quebrando as regras tradicionais de "proteção" e "ajuda". Se a este se soma a "grilagem" ostensiva de terras que vários componentes dessas elites políticas locais efetivaram, impedindo o acesso às mesmas dos camponeses realocados, que encontramos nitidos elementos que põem em questionamento a legitimidade desses coroneis no que respeita ao controle social do grupo.

Se a atitude das elites locais referente aos camponeses não tem sido totalmente uniforme (por exemplo, no município de Casa Nova, os representantes tradicionais do poder local assumiram no momento da realocação a "defesa" dos interesses dos camponeses a serem reassentados), também não existe uma plena unidade na atitude respeito à ação da CAR, apesar de uma forte tendência crítica ao espaço participativo por ela impulsionado. Essa proposta de participação que inclui a gerência e a administração de recursos por parte da comunidade via Associação, sem a intermediação das prefeituras, tem deslocado a mediação das relações estado - Camponato, em grande medida, dos representantes políticos locais para escalões superiores do poder estadual. Já que o alinhamento desses representantes respeito ao centro de decisões políticas a nível



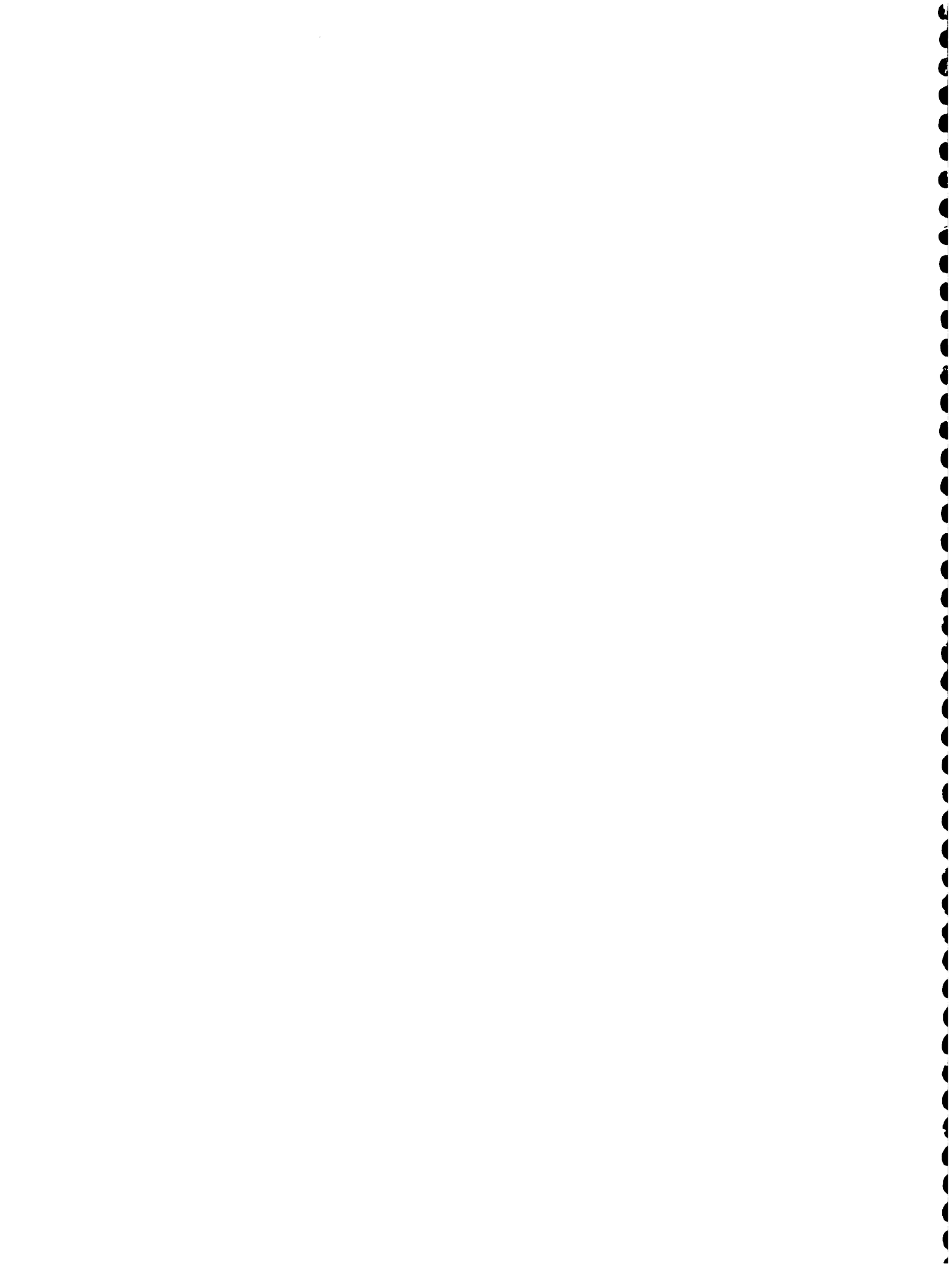
estadual não é uniforme, encontramos que as atitudes das elites, respeito ao Programa varia, desde o confronto declarado, até uma tentativa de convivência contraditória com ele, devido a alianças pre-existentes (por lealdade políticas) entre o poder estadual e o local.

A reserva e oposição que em geral as elites manifestam respeito às associações tem pontos em comum o questionamento que esse poder local faz ao processo amplo de substituição de mediadores que se dá no meio rural nordestino nos últimos anos, basicamente, através da presença efetiva dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das entidades leigas da Igreja Católica. Mas no caso das Associações, a crítica se multiplica devido ao espaço quase exclusivo que o programa dá a elas como interlocutores nos vínculos com os órgãos de planejamento. Espaço este que, vários casos, nos últimos anos passou a ser compartilhado com os Sindicatos de Trabalhadores, mas que continuaria "fechado", ao menos nos tempos formais do Programa, para essas elites.

### 3.3.3.A AVALIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMO PROPOSTA PARTICIPATIVA

a) Segundo os técnicos do Estado as Associações são visualizadas como um caso exemplar de participação camponesa, a partir de um modelo de Planejamento participativo.

Entre 1981 e 1985 vão ser criadas em torno de 26 na região do Sobradinho com uma distribuição que é de doze no município



de Sento Se, sete em Juazeiro, cinco em Remanso e duas em Xique Xique.

Os convenios assinados com elas pela CAR outorgaram, entre janeiro de 1983 e julho de 1985, um volume de recursos da ordem de 14 bilhoes e 870 milhoes de Cr\$, sendo 3.928,1 milhoes para atividades produtivas, 8.309,5 para irrigacao e 2.632,5 para infra-estrutura.

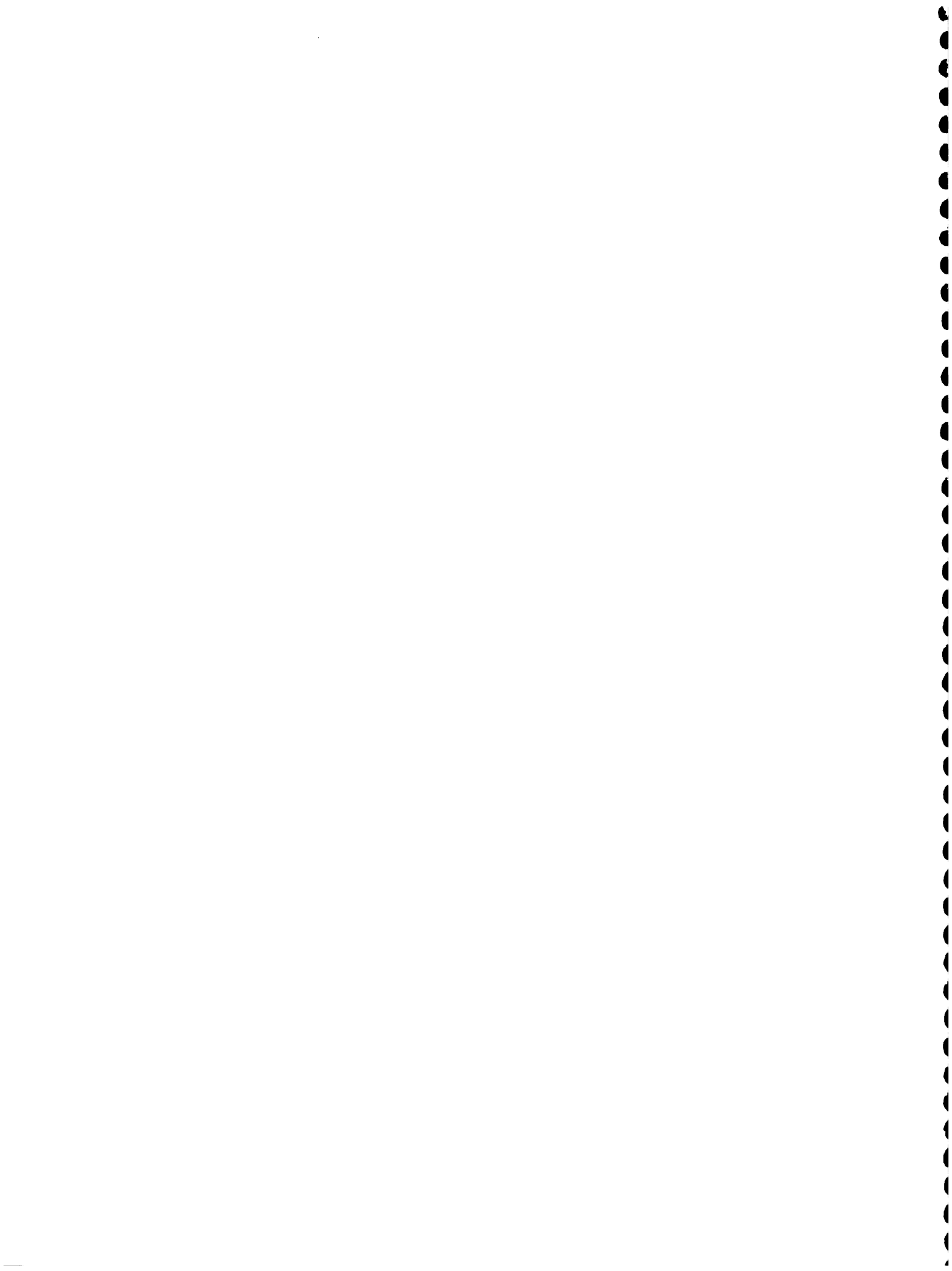
b) Uma pesquisa fez uma avaliacao do desempenho de 08 delas, as quais, seriam representativas do conjunto. (Machado, 1987).

A essa avaliacao incorporados a da Associacao de Moradores de Brejo de Dentro - assim, as associacoes consideradas sao tres no municipio de Juazeiro, quatro em Sento Se e dois e Remanso.

No municipio de Juazeiro:

. Associacao Agricola Sao Joaquim, como ja vimos, na vila do mesmo nome, possui 650 socios. Realiza assembleias mensais com grande participacao dos associados. Celebrou varios convenios para construcao de sistemas de irrigacao, horta comunitaria, caprinocultura e reequipamento escolar, no valor total de aproximadamente US\$ 1.424.000, o que corresponde a 60,3 do total de recursos repassados na área.

. Associacao dos Trabalhadores da Vila Sao Joaquim, localizada na mesma Vila da primeira. Esta associacao, bem mais





pequena a anterior, consta com 14 socios. Mantem reunioes semanais onde se definem as tarefas especificas dos membros com relacao aos trabalhos a serem realizados. Firmou convenio para manter infraestrutura para producao agricola no valor de US\$ 43.080.

. Associacao do Novo Sao Goncalo, com dezoito associados em nucleo de 230 habitantes. Com uma estrutura interna precaria, nao tem assembleias regulares, sendo bastante dependente dos tecnicos do Programa. "A participacao e reduzida", tendo "pouca representatividade" no nucleo. Realizou um convenio para exploracao de um campo de irrigacao, no valor de US\$ 25.483.

#### No municipio de Sento Se:

. Associacao dos Moradores de Itapera como foi analizado em uma comunidade de 823 habitantes. Mantem reunioes semanais com a participacao de 80 a 90 associados, e assembleias gerais extradiordnarias a qual comparecem em torno de 200 socios. Ja realizou dois convenios para a construcao do sistema de abastecimento de agua e de um estabelecimento de multiplo uso, no valor total de US\$ 147.661.

. Associacao dos Pescadores do Retiro de Baixo, conta com 114 associados, em um nucleo com 256 habitantes. Mesmo realizando reunioes com regularidade, os socios "nao sao motivados, nem sao convidados" a participar. Celebrou convenios num valor aproximado de US\$ 92.467.



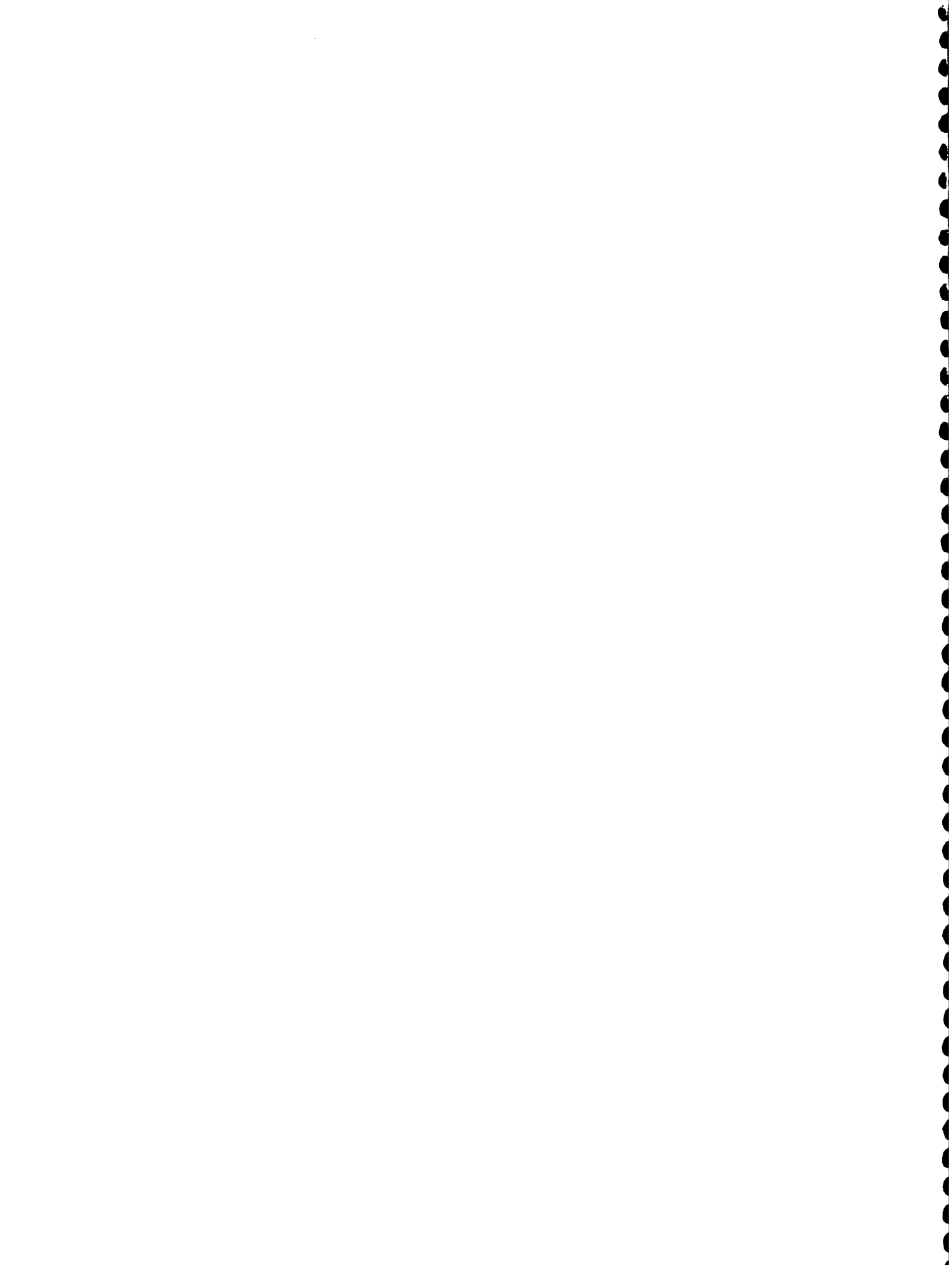
. Associacao dos Moradores de Quixaba, com 98 associados em um nucleo de 1230 habitantes. Mantem regularidade em assembleias semanais com uma frequencia media de 60 pessoas. Nao tem convenio com o Programa.

. Associacao dos Moradores de Brejo de Dentro; com 62 associados em um nucleo de 345 habitantes. Desenvolve assembleias regulares com ativa participacao dos socios. Celebrou convenios para irrigacao, recursos para cercamento e plantio caprinocultura, e infraestrutura no valor de S\$ 90.887.

No municipio de de Remanso:

. Associacao dos Moradores de Igarapé com 55 socios em um nucleo de 370 habitantes. Mantem reunioes quinzenais, alem das reunioes de grupos. Realizou convenios para a construcao de uma casa de farinha e para instalacao de Equipamentos Multiplo Uso no valor de US\$ 16.032.

. Associacao dos Moradores de Malhadinha com 316 socios em um nucleo de 1000 habitantes. Nao ha regularidade de reunioes e o numero de participantes e pequeno. A "unica participacao marcante" ocorreu na epoca da eleicao, quando votaram 180 pessoas. Realizou dois convenios para construcao de posto de saude e casa de farinha, no valor total de US\$ 18.274.

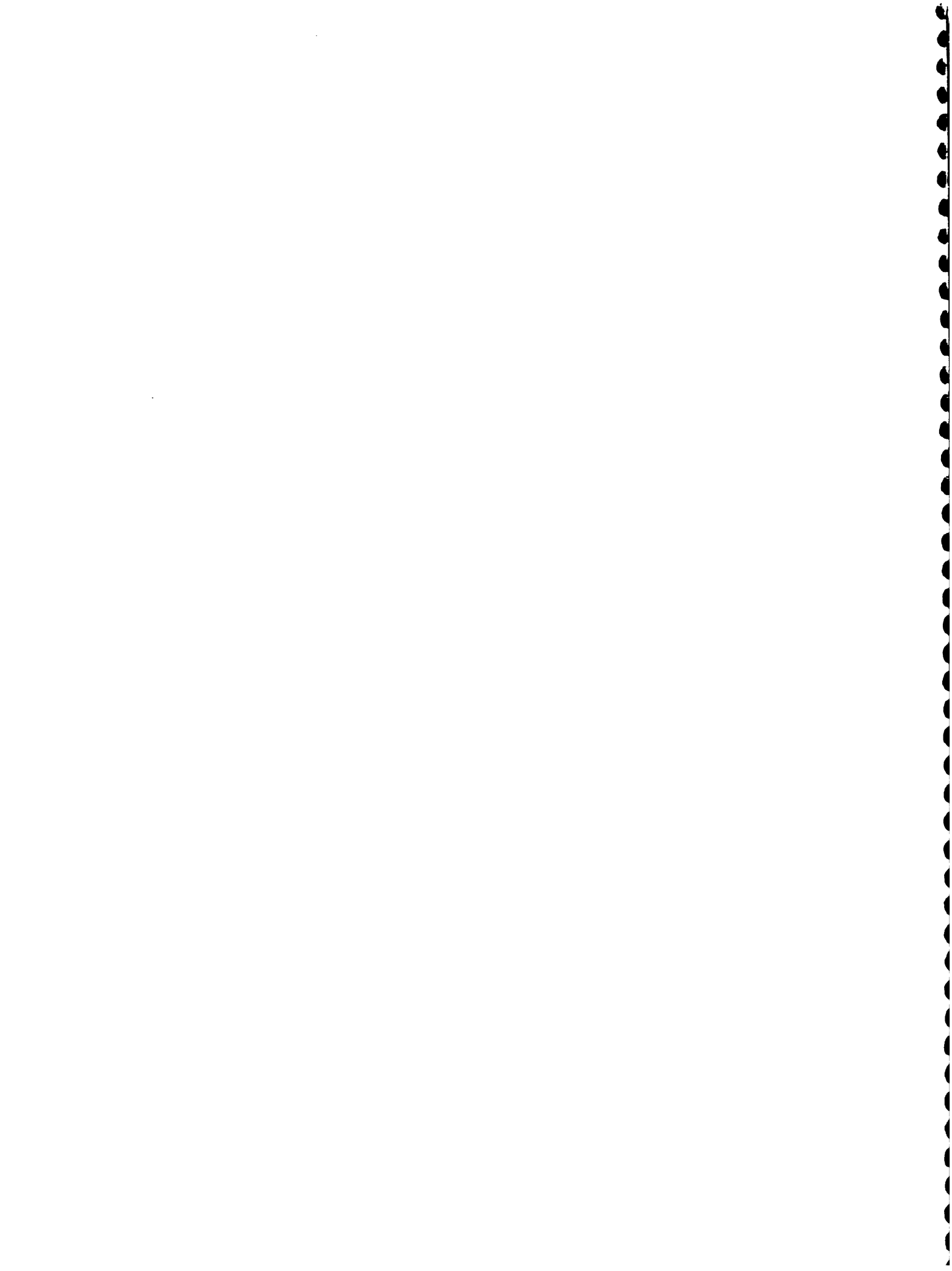


c) Dentro da diversidade que apresentam os núcleos onde as associações foram criadas se encontram um elemento comum básico: o confronto com a intervenção do Estado que toda a população ribeirinha tinha desenvolvido durante o processo de realocação.

Basicamente um dos pontos centrais foi a insistência da população na permanência na borda do lago contrariando proposições, pareceres técnicos e as decisões políticas do Estado que tentavam tirar os povoadores dessa região para fora da borda, até regiões distantes 700 km como é o caso do projeto serra do Ramalho.

Este denominador comum que se observa na história dos grupos-mobilização e confronto com os órgãos governamentais - opera no sentido de condicionar a tomada de uma nova estratégia de intervenção do Estado na área. Isto é, a estratégia que se concretiza na adoção por parte do Programa Especial de Sobradinho, de uma metodologia de ação baseada no planejamento participativo e que define como seu público meta os pequenos produtores organizados em associações.

d) Desde essa perspectiva o processo organizativo da borda do lago apresenta em sua origem, um caráter duplo: é originariamente produto da luta de uma comunidade, e produto de um Programa que procura uma estrutura organizacional capaz de realizar uma proposta de Planejamento, centrada na



reestruturacao do Processo produtivo e no resgate ou recuperacao da imagem desgastada do Estado na area. Este duplo caracter e um indicador que precisa ser refletido em profundidade para abrir pistas referentes ao exito ou fracasso em termos participativos do Programa.

A adocao do modelo que contemplava a criacao de Associacao atendia tambem a proposta metodologica do Programa de trabalhar com as liderancas ja consolidadas nas comunidades e de incorporar, na sua acao, as formas organizativas geradas no periodo anterior e sua implementacao. Concretamente o caso da Associacao Agricola de Sao Joaquim.

A criacao desta associacao e o seu desempenho da conducao das lutas dos barrageiros contribuíram para que se difundisse seu modelo associativo na area, passando a constituir-se como exemplo para a propria proposta organizativa da agencia estatal na sua nova fase de atuacao.

Com execucao da Associacao Agricola de Sao Joaquim, construida com orientacao da Igreja, as demais surgiram por influencia direta ou indireta do Programa, que contava como movel de atracao a proposta de repassar recursos diretamente às comunidades atraves das associacoes formalizadas.

Na medida em que condicionou a liberacao de verbas à existencia formal de associacoes, o fornecimento de recursos se converteu no principal movel indutor da organizacao dos pequenos produtores, determinando o carcter induzido do modelo



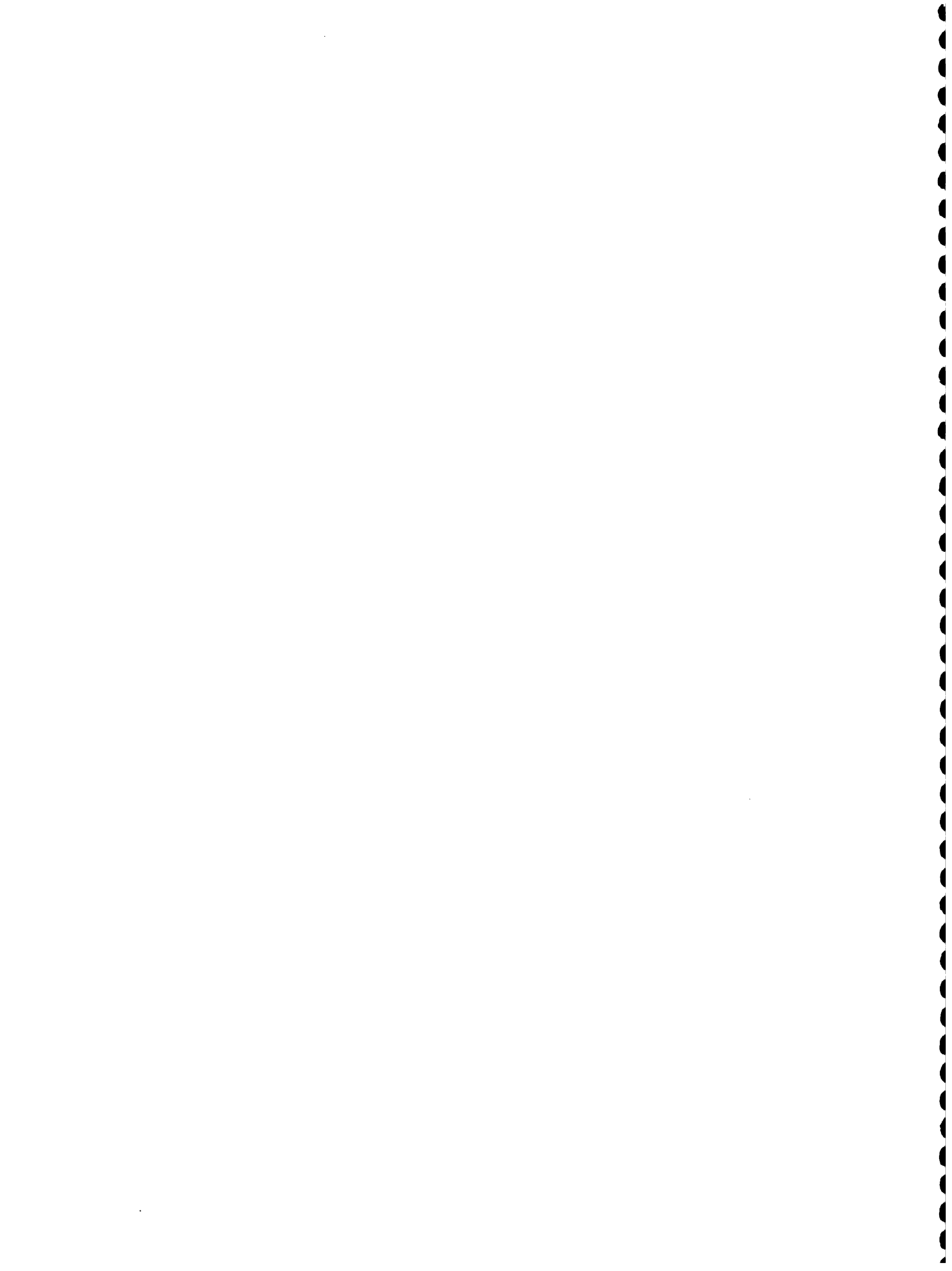


associativo.

e) O estatuto adotado pelas associações e outra expressão do seu carácter induzido. Tanto é assim que oito das nove associações estudadas definem suas normas de organização e funcionamento com base num estatuto fornecido pelo Programa, o que também ocorre com as demais associações da borda do lago. A única que definiu suas próprias normas e regulamentos foi a Associação Agrícola São Joaquim que, no entanto, teve que realizar adaptações para atender as exigências do programa e poder receber os recursos repassados por ele.

Mas deve ser ressaltado, que a proposta metodológica foi viabilizada, basicamente, a partir da utilização das lideranças mais politizadas e expressivas dos núcleos, as quais procuraram alternativas sócio - econômicas para o difícil processo de readaptação e reestruturação de suas atividades, sob as novas condições impostas. Isso facilitaria a compreensão do "discurso de autonomia" das associações que, em muitos casos, são consideradas pelo associados como fruto de sua "própria mobilização".

f) Mais por outro lado, com o rápido surgimento de associações na borda do lago, o modelo de intervenção do Estado teve um efeito desestruturador em algumas comunidades, em função da não correspondência entre o "tempo gasto" com a formalização das associações e o "tempo necessário" para a comunidade "absorver"



a proposta associativa do programa. Machado, e outros 1987)

As comunidades "aparentemente idênticas" apresentam problemas e potenciais diferentes; sendo assim a formalização das associações, não se deu no mesmo ritmo em todos os núcleos, interferindo neste processo fatores tais como: maior ou menor mobilização, experiência de organização, identidade do grupo social, existência de lideranças representativas na comunidade, nível de politização de seus membros, etc. (IBID)

g) Do ponto de vista dos interesses do Estado, pode-se dizer que a formalização das associações como entidades jurídicas se deveu tanto a necessidade de ter um instrumento legal para o repasse dos recursos como à necessidade de construir um canal de intermediação permanente com seu público-meta, que se mostrasse eficaz enquanto instrumento de controle, garantindo os objetivos da intervenção governamental na área.

Por outro lado, do ponto de vista dos interesses dos pequenos produtores, a associação se converteu no "principal instrumento" para alcançar benefícios que, de outra forma, não seriam obtidos, tornando-se, pois um meio para obtenção de equipamentos comunitários, serviços e infraestrutura produtiva que lhe permitisse sobreviver como grupo social.

Se, por um lado, os recursos vinculados à criação das associações funcionaram como meio de atrelar núcleos ao Estado e, em alguns casos, até mesmo de impedir a construção de

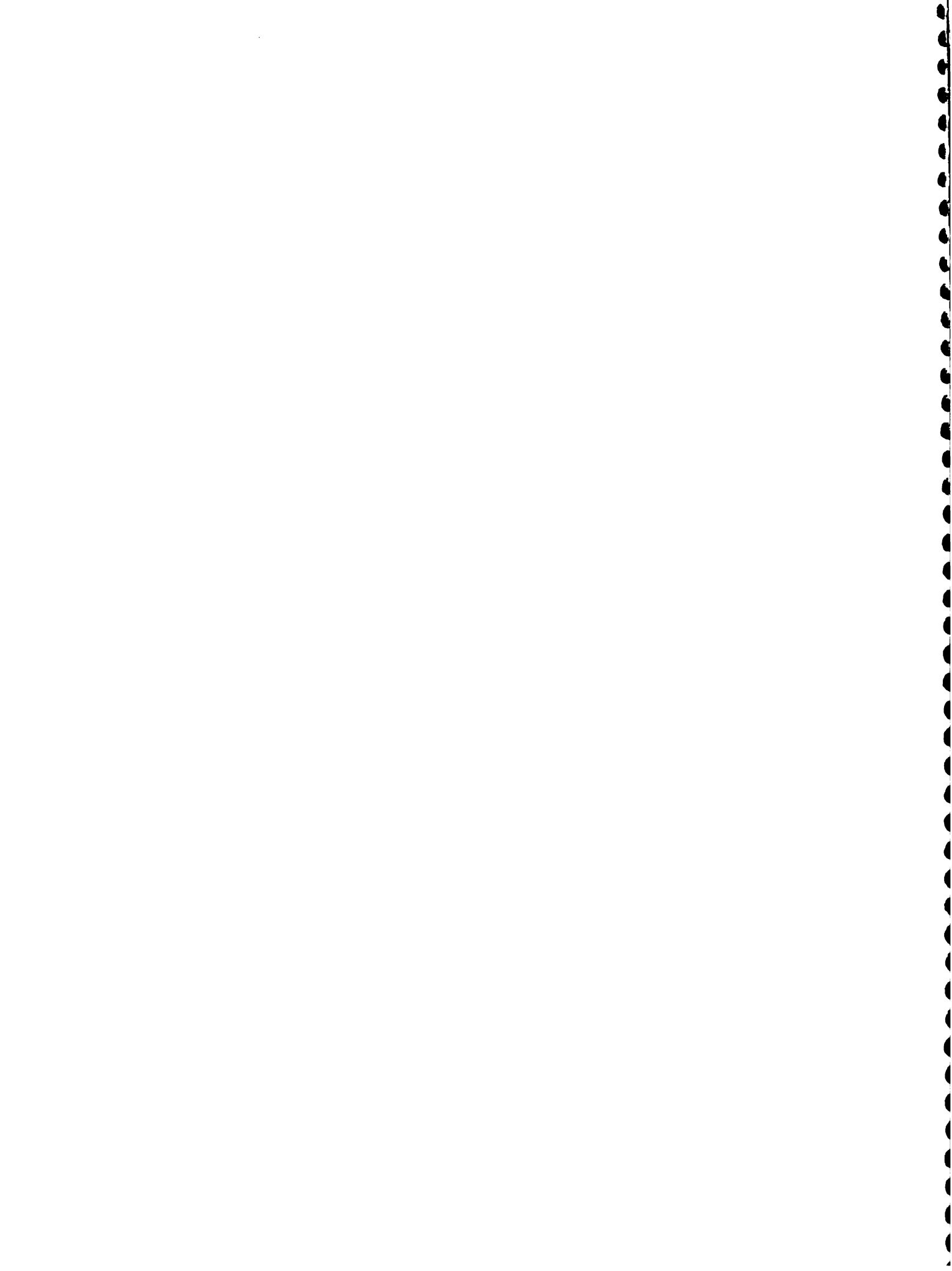


organizações classistas paralelamente o que as comunidades identificavam na associação era um emio de receber do Estado um atendimento ao qual tinham direito.

A transferência de recursos para que a associação realize o seu gerenciamento te efeitos contraditórios. Por um lado, abre espaço que possibilita a aprendizagem dos tramites burocráticos das instituições públicas, instrumentalizando o público para um dialogo mais eficaz com o Estado e, por outro, a gestão de recursos do Programa pode ser discutida em termos de uma transferência de responsabilidades do Estado para a população, num processo que intensifica a apropriação do sobre-trabalho desta última.

k) No plano economico, o poder de negociação das associações, mesmo das que estão melhor estruturadas, é limitado, devido ao estado de dependencia que as associações se encontram face aos recursos fornecidos pelo Programa. Nenhuma das oito associações em questão possui outra fonte financiadora, e a cobrança de mensalidade, por sua vez, não fornece um volume de recursos suficiente para aumentar a autonomia e estabelecer as bases para uma negociação mais igualitaria com o Estado.

Esta dependencia economica das associações implica ainda a existencia de uma defasagem significativa entre as demandas das comunidades e os recursos transferidos para seu atendimento. Em apenas duas associações - São Joaquim e Itapera - se apresentam



indícios de superação da dependência ao Programa, em função do volume de recursos aplicados nos núcleos, uma vez que o desenvolvimento de projetos agrícolas poderia assegurar, a médio e longo prazo, a sua emancipação econômica.

i) Um traço comum a todas as associações é o de centrar na reconstrução da base produtiva o seu objeto principal. O fato de algumas se denominarem "associações de moradores" não implica que tenham suas ações voltadas, prioritariamente para reivindicações "urbanas" dos núcleos das bordas do lago. Do mesmo modo, o nome de "associação dos Trabalhadores", não significa ter como sócios os assalariados.

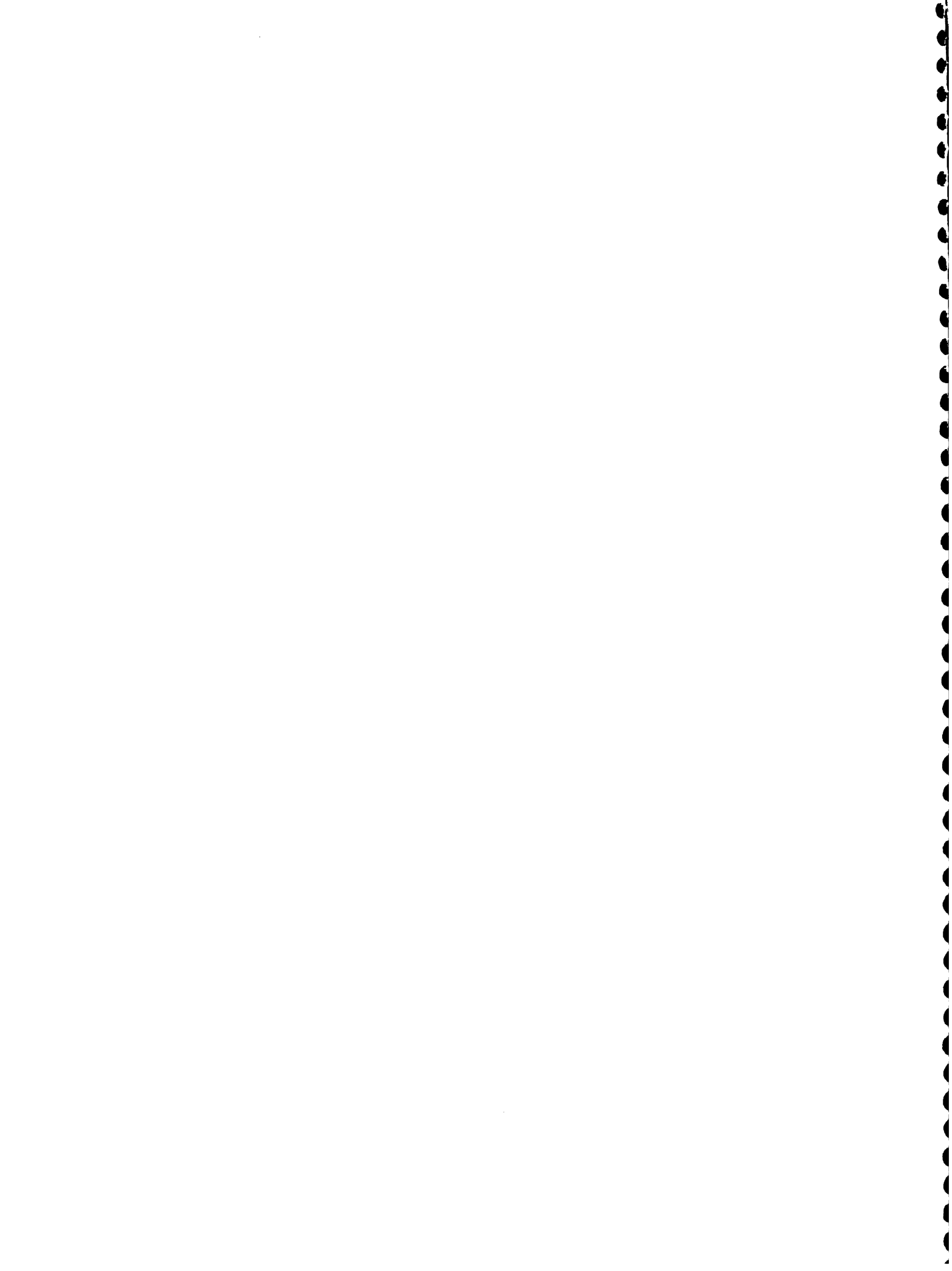
A presença majoritária de pequenos produtores nas associações não inclui, porém, a participação de membros provenientes de outras categorias sociais comerciantes, assalariados agrícolas permanentes ou temporários, trabalhadores da construção ou barrageiros, trabalhadores migrantes, etc. (Machado, 1987)

j) Referente à participação nas associações observam-se características diferenciadas. um primeiro indicador da participação refere-se à representatividade numérica ou quantitativa que apresenta um dinâmica evolutiva no decorrer do tempo de vida das associações verificando-se processo de





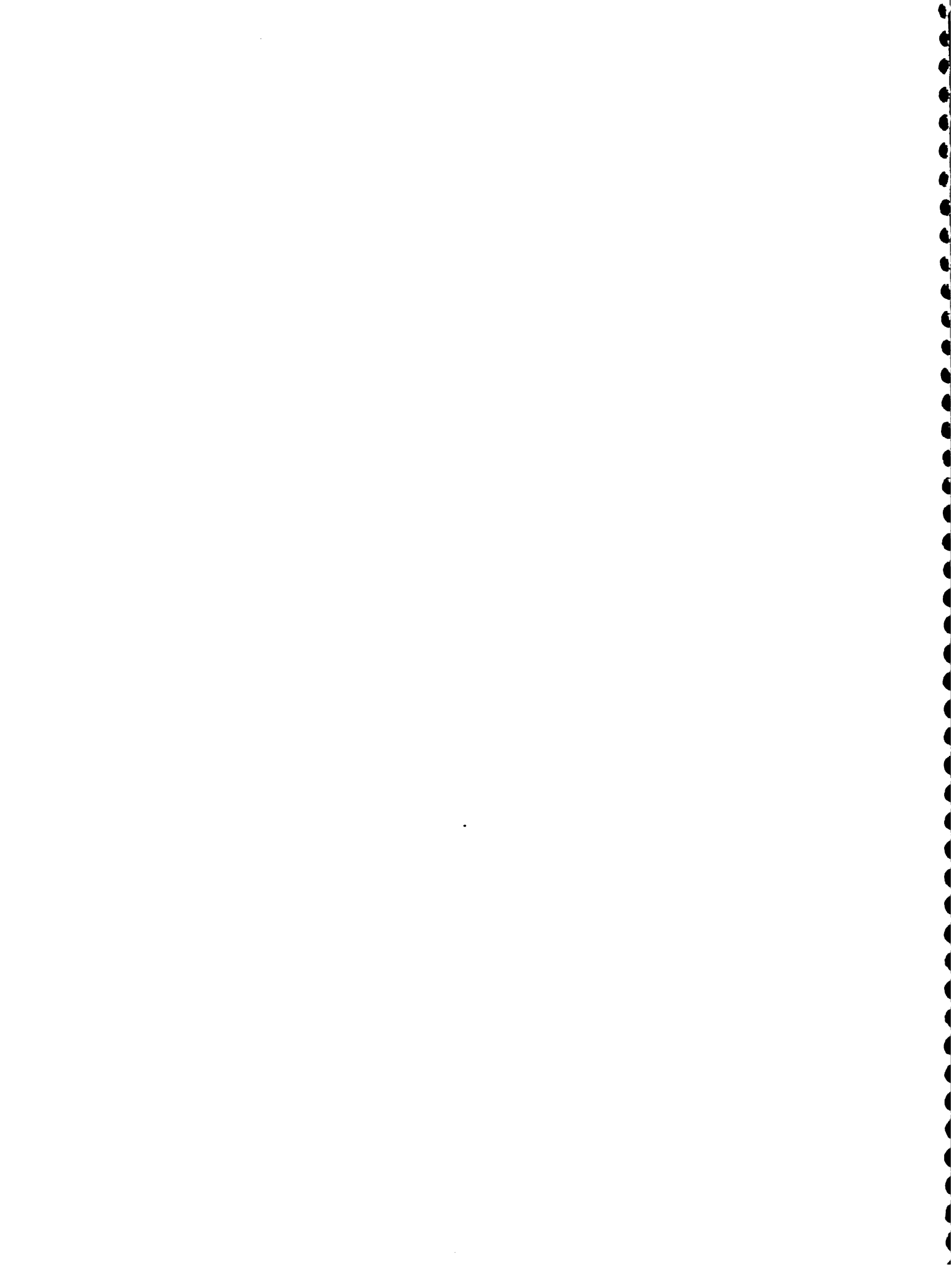
expansão e retração do número de associados na maior parte delas. Nas associações que receberam recursos para infraestrutura produtiva, observa-se uma clara intenção de não aumentar sua filiação, "uma vez que um número maior de sócios significaria a divisão" dos recursos e benefícios obtidos. Neste sentido, algumas associações mantêm dispositivos que limitam a entrada e a participação dos não associados. Um deste dispositivo é o que determina que, para uma pessoa se associar, deve pagar as mensalidades acumuladas desde sua fundação, o que torna praticamente impossível seu ingresso nela. Outro exemplo é a suspensão da entrada de novos sócios, o que levou, em alguns casos ao surgimento de inúmeras pequenas associações na mesma área. O movimento de retração no número de associados ocorreu também nas associações menores, que não receberam recursos ou só recentemente assinaram convênios. Neste caso a explicação passaria pela morosidade na liberação de recursos frustrando a expectativa criada em torno dos benefícios a serem recebidos. Diferente de outras associações civis, que dependem fundamentalmente da contribuição dos seus membros, e por isso teriam interesse em recrutar crescentemente novos sócios as associações de pequenos produtores da borda do lago, são mantidas com recursos exclusivamente governamentais, o que torna secundário a ampliação do seu quadro de associados. As justificativas dadas pelos associados e não associados para limites da participação nas associações que hoje detêm um maior patrimônio, dão conta da existência de uma barreira intransponível entre "nos" membros e "eles" não membros. As restrições ao uso dos benefícios não resultam apenas de uma decisão da diretoria, originando-se entre os próprios sócios



que estão convencidos de possuírem um "direito" diferente daqueles que não são de modo geral consideram que aqueles que acreditaram desde o início na construção das associações, empenhando-se e lutando para a obtenção de terras e recursos, são os que legitimamente podem desfrutar os direitos daquela. Na prática o formato associativo, com sua significação jurídico-legal e financeira, contribui para deslocar as divisões e oposições que os pequenos produtores estabeleceram entre o grupo local e os grupos externos. As divisões convencionais baseadas nos critérios de parentesco, vizinhança e localidade, começam a se misturar e articular com uma outra lógica baseada em distinções jurídicas, burocráticas e financeiras que deslocaria e reorganizaria novos padrões de diferenciação social no interior da pequena produção.

k) Com relação à forma de participação esta poderia ser avaliada através de um conjunto de indicadores: grau de comparecimento dos associados às reuniões e assembleias, regularidade com que estas acontecem, poder de decisão dos associados, grau de legitimidade das lideranças, grau de coesão interna e mobilização.

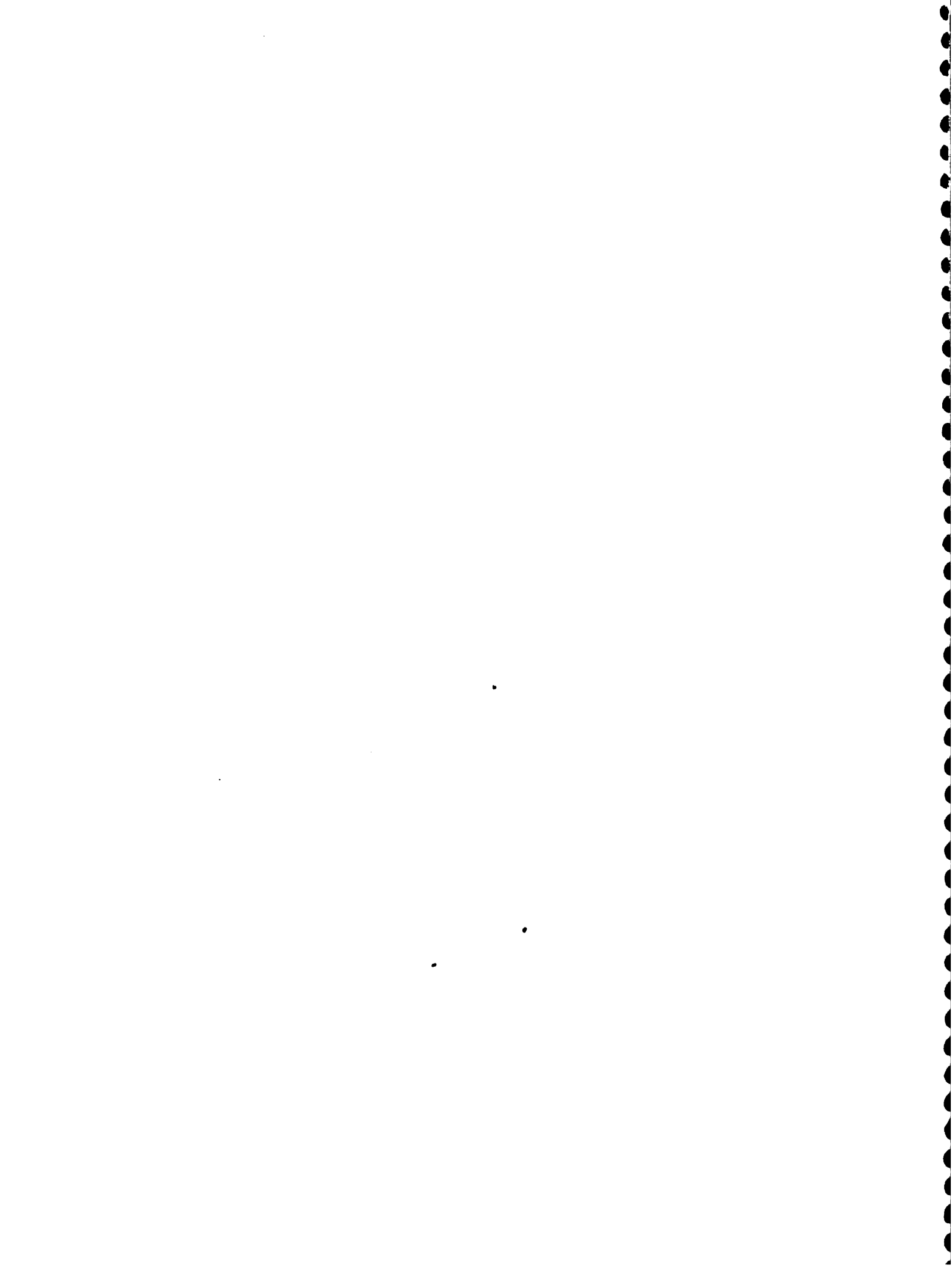
Dois das associações da amostragem citadas São Joaquim e Itapera, apresentam formas participativas mais definidas e consolidadas. São as maiores, as mais antigas e detêm um maior patrimônio e um acúmulo de experiência no trato com órgãos públicos. Apresentam também indícios de superação da



dependencia do Estado senao ao nivel economico, pelo menos a nivel de sua politicas internas. Verificam-se um precesso de participacao coletiva nas decisoes e atividades, como reunioes, assembleias e trabalhos em grupo. Em uma delas, particularmente, se constata uma pratica "democratica" na ocupacao de cargos, existindo uma disposicao para a alternancia e a renovacao dos dirigentes. Existe em ambas uma grande participacao dos associados nas discussoes, debates e atividades da associacao. Essa participacao nao depende da acao dos tecnicos. Ambos nucleos tiveram vinculo originarios com a cao da Igreja na regio e as diretorias estao conformados por agentes que participaram ativamente nos enfrentamentos as agencias do Estado ante a desapropriacao pela construcao da barragem.

Os elementos explicativos basicos que levariam a "ativa participacao", seriam segundo a pesquisa: a identidade do grupo social construida atraves da mobilizacao, a propria experiencia de mobilizacao e a existencia de liderencas atuantes e politizacao na conducao das organizacoes. (IBID)

Estes elementos estariam no todo ou em parte, ausentes nas associacoes onde a participacao nao e "estimulada" e onde ocorre uma "tensao" entre socios e dirigentes, como sao os casos de Malhadinha e Quixaba. Nelas a associacoes significou um instrumento de desuniao recebendo criticas pelo modo desigual e injusto com que reparte recursos repasados pelo Programa entre os associados e pelo modo como cerceia a participacao em varios momentos. A pouca representatividade dessas associacoes e atribuida por alguns tecnicos ao fato de terem sido



profundamente induzidas pelo Programa e portanto, apresentando características básicas de artificialismo e burocratização. Assim os membros da associação delegariam geralmente aos agentes oficiais do Programa e responsabilidade de representá-los diante das instituições, encaminhando suas reivindicações.

1) Um outro elemento que se destaca na prática organizativa das associações, é a centralização das decisões por parte das diretorias. O fato de haver uma grande participação dos associados nas atividades de algumas associações e o esforço empreendido no trabalho como um todo não indica, necessariamente a descentralização das ações e decisões. As diretorias de modo geral têm a tendência à centralizar as informações e direcionar as atividades da associação. A preferência do corpo técnico em trabalhar, quase exclusivamente junto ao grupo de diretores, terminaria por fazer com que a própria ação do programa atue no sentido de formalizar uma nova hierarquia nos núcleos colocando no topo a camada de dirigentes. Também o conhecimento exigido pelo repasse de recursos terminaria por criar a necessidade de dirigentes com um saber específico para lidar com agentes, por exemplo, bancários, com uma linguagem técnica, como controle de custos, etc. favorecendo a concentração de poder nessa camada de dirigentes. A nível interno o que também justificaria o papel centralizador da diretoria, é a necessidade de que esta tem de apresentar um balanço de atividades, resultados práticos, junto





com a pressa pela obtencao de novos recursos, de forma que a legitime na frente da comunidade.

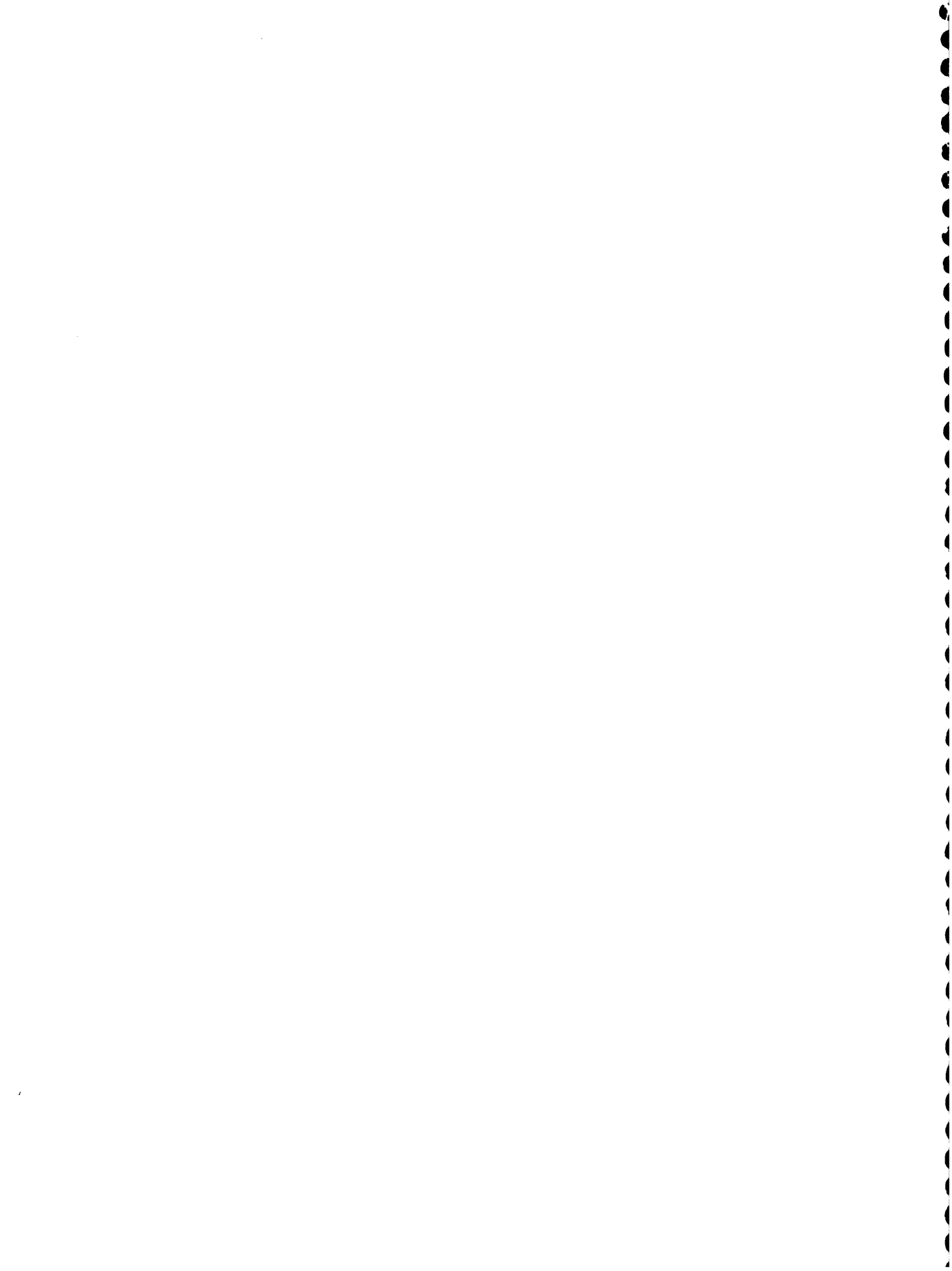
m) Do ponto de vista pratico da representacao de interesses, as associacoes funcionariam como uma referencia politica para os nucleos, possibilitando uma articulacao entre os diversos povoados, o que fortalece sua organizacao. Mas, ao mesmo tempo, a associacao esvaziaria, ao menos parcialmente, os orgaos de classe, uma vez que, em termos economicos, e mais eficaz do que os sindicatos no atendimento de reivindicacoes imediatas que nao afetam a estrutura de relacoes na sociedade. Essa eficacia geraria como consequencia, por sua vez uma certa dependencia ao Programa e o privilegiado do canal institucional em detrimentos dos processos de mobilizacao para o encaminhamento e resolucao de problemas. Mas ,as dificuldades historicas e estruturais do desenvolvimento de organizações camponesas no Nordeste fazem com que a experiência das Associações dos pequenos produtores rurais possam ser consideradas como uma forma legitimada de representação de interesse dos camponeses.

n) O poder politico de negociação das associações aparece na reivindicação de servicos às organizações governamentais atuantes na região. Trata-se de uma pratica estimulada, até certo ponto, pelo planejamento participativo, que foi incorporada pelas organizações comunitarias, em particular



pelas duas mais expressivas. Em lugar de aguardar passivamente que os órgãos governamentais tomem medidas do seu interesse, os pequenos produtores costumam manter contatos diretos com os técnicos desses órgãos para buscar soluções para os seus problemas. Um dos meios utilizados para isso é a formação de comissões e grupos de trabalho para negociar com eles, o que fortalece a confiança coletiva e o poder de pressão do grupo.

o) Finalmente pelo tipo de integração que a ação da CAR, propiciou na prática para os camponeses da região e pelos desenvolvimentos resultantes, as Associações poderiam também ser vislumbradas como um momento do processo de extensão ao campo de direitos de cidadania. Direitos estes, que entram em choque com as formas tradicionais de dominação presentes na área.



#### 4. Conclusões da análise das experiências.

Uma avaliação ampla da experiência das Associações impulsionadas pela CAR na Bahia, leva-nos necessariamente a diferenciar, desde o ponto de vista analítico, dos "espaços" de relações, os quais se manifestam em processos organizativos e estratégias, com seus condicionantes: o "espaço político-econômico" das Associações, e o "espaço político institucional" da CAR.

1) No que diz respeito ao "espaço político-econômico" das Associações, poderiam ser ressaltadas um conjunto de aspectos e condições, além das características específicas sobre os processos de conformação, suas estratégias, metodologias e seus múltiplos significados políticos e econômicos, aspectos estes que já foram destacadas no ponto anterior do presente trabalho. Entre aqueles encontram-se:

a) A existência na área de surgimento das Associações, de "novos" mediadores -como a Igreja e os Sindicatos- que, numa fase anterior do processo de resistência camponesa à expropriação que estavam sofrendo ajudaram na construção da organicidade às mobilizações dessa população, patamar a partir do qual a CAR interveio sabendo estimular esse processo ao fazer-o cristalizar nas Associações.



b) Além da presença desses mediadores, a atuação da CAR se fez sobre um "tecido" de relações sociais, que corresponde ao conjunto das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que caracterizariam a organização social desse campesinato, tradicionalmente alocado no Vale do São Francisco. A tenacidade da população camponesa em permanecer na região, e, mais especificamente, seu "movimento para a borda do lago" -com a tentativa de "transformação" do "sequeiro" em "borda", frequentemente de forma independente dos mediadores, poderiam ser apontados como exemplos desse "tecido", a partir do qual as Associações puderam se constituir e agir. Estas ao favorecer a retomada do processo produtivo, reforçaram - e em alguns casos, reconstituíram- esse "tecido". Desde essa perspectiva caberia delimitar melhor o caráter "induzido" do surgimento das Associações e seus efeitos, características comumente atribuídas de forma negativa nas avaliações presentes.

c) Paradoxalmente, tem sido a própria ação desestruturadora do Estado (com os deslocamentos da população pela construção da barragem) a que se conformou num condicionante de importância para poder compreender o êxito na difusão da proposta Associativa. Ante as constantes promessas nunca cumpridas por outras agências estatais, o empenho em resultados concretos e sua obtenção, junto com os espaços efetivos de participação que se fizeram presentes na ação dos técnicos da CAR, foram positivamente qualificados pela população. Essa positividade teria sido repassada para a forma associativa que a CAR impulsionava favorecendo assim a





### rápida difusão das Associações

d) A metodologia participativa, por sua vez, implicou no reconhecimento político-econômico dos camponeses, enquanto interlocutores válidos. A questão do reconhecimento dos direitos é uma questão central para o campesinato, e com amplo potencial de mobilização.

e) Entre os resultados da experiência, caberia notar que as Associações impulsionadas pela CAR, ainda que basicamente ao nível das comunidades e municípios, desenvolveram condições para poder fiscalizar as ações do Estado. Este controle foi maior por se tornarem executoras do Programa.

f) Um fator fundamental para poder ter levado a cabo a experiência de forma positiva foi a autonomia relativa obtida pela CAR a nível das esferas do governo, criando assim condições administrativas e políticas necessárias para esse fim.

2) Com referência ao "espaço político-institucional" da CAR -acompanhando as considerações de Miranda e Greenhalgh, (1986)- caberia distinguir:

a) A existência de uma estratégia de desenvolvimento da pequena produção, em especial para a região do Semi-Árido, estratégia que, já estando presente quando a formulação do Projeto Sobradinho, veio a ser reforçada com o advento do PAPP. Dessa forma a CAR tentou -e frequentemente conseguiu intervir na



quase totalidade de setores que compõem o universo de problemas da pequena produção, como crédito, assistência técnica, geração de tecnologia agropecuária, comercialização, educação, saúde, desenvolvimento comunitário e, em especial, em aqueles que conformam o núcleo da problemática da reprodução camponesa no Semi-Árido: terra e água (através de ações fundiárias e de providência de recursos hídricos).

b) A operacionalização de uma metodologia de intervenção que procurou estabelecer um equilíbrio entre o conteúdo da política e os requisitos necessários para o atendimento dos beneficiários. Para isto se fez necessário dar conta de dois aspectos:

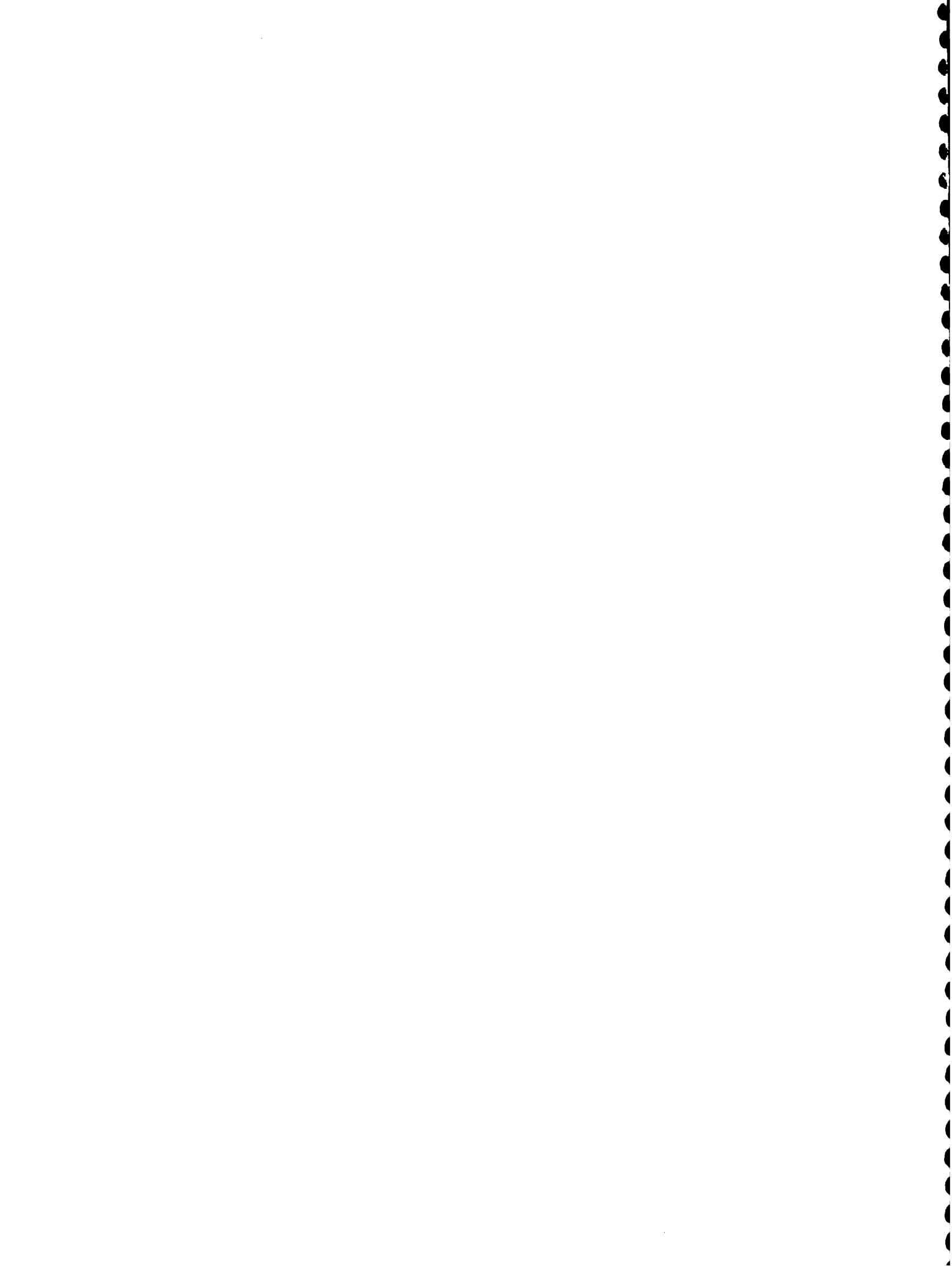
1) A viabilização de um espaço participativo para os camponeses, no qual pudessem suas organizações formais e informais se manifestar e agir, no que respeita aos processos do planejamento, desde o diagnóstico até a execução e o gerenciamento das obras e serviços. Esse espaço tinha como presuposto o pequeno produtor como membro ativo da sociedade civil (procurando assim favorecer a superação da situação de exclusão na qual as relações de dominação o tem colocado, com a ativa e/ou passiva atuação do Estado na construção dessa dominação). Ao mesmo tempo que se reconheceu no campesinato um nível de conhecimento, diferente mais não inferior aos dos técnicos. Nesse aspecto a experiência da CAR, pelo que os dados apontam, pode ser considerada -com seus erros e certezas- como pioneiramente exitosa no Nordeste, na medida que com frequência obteve um comprometimento mais efetivo das comunidades na identificação dos seus problemas, na seleção



das alternativas e prioridades para solucionar-los, na criação de equipes e serviços.

2) O segundo aspecto se refere á necessidade de desenvolvimento de modelos operacionais que fossem capazes de assegurar os recursos, materializados na implementação de obras e serviços, que atingiam efetivamente ao público beneficiário . Em especial pelas experiências críticas dos PDRIs no Nordeste, as quais apontavam entre o conjunto de problemas, para a absorção da maioria dos recursos pelas máquinas administrativas, o monopólio de certas ações por entidades e a contratação de grandes empresas para a realização de obras e serviços de pequeno porte. Nesse contexto, a metodologia de intervenção levada a cabo pela CAR, em especial no que toca á incorporação, na formulação e execução dos programas, de mecanismos e instituições de outro nível político administrativo (como os municípios), ou da sociedade civil, como as Associações e os sindicatos. Essa metodologia favoreceu, entre outros aspectos, á crescente participação dos beneficiários através da descentralização e adocratização do Projeto e de suas etapas.

c) Uma terceira condição foi que, na elaboração do modelo de gestão (acorde com a estratégia e a metodologia), se tivesse sempre presente a procura da ampliação e preservação das margens de poder suficientes -no conflituoso espaço político institucional- como para permitir que dito modelo pudesse ser operado favoravelmente. A CAR conseguiu isso através de constantes articulações feitas por seus técnicos e



coordenadores . Essas articulações foram desenvolvidas em diferentes níveis: com as entidades financiadoras, com os entes governamentais federais, com os outros setores do governo estadual, com lideranças políticas estaduais e locais, e sobretudo com as organizações representativas dos pequenos produtores rurais. Com essa base de sustentação "informal", o modelo de gestão desenvolvido (como já foi comentado no ponto respectivo) obteve significativos êxitos na satisfação dos requisitos que foram colocados pela instituição, isto é:

- 1).estruturas e mecanismos de descentralização técnico administrativos,
- 2.)flexibilidade operacional;
- 3).formas de integração interinstitucional e das organizações comunitárias;
- 4).conformação de um sistema de capacitação dos quadros técnicos e dos camponeses.

d) Uma quarta condição estaria dada pela concreta existência de instrumentos de política e recursos financeiros que, por sua qualidade e quantidade viabilizem os programas que se implementem para os pequenos produtores. Como já foi analisado, essa condição foi satisfeita no caso da CAR.

e) A construção de um espaço político institucional foi uma das variáveis chaves que permitiram viabilizar a ação da CAR. Nessa variável caberia distinguir fatores relacionados a quatro aspectos:

- 1)a estrutura de repartição do poder político no Estado;



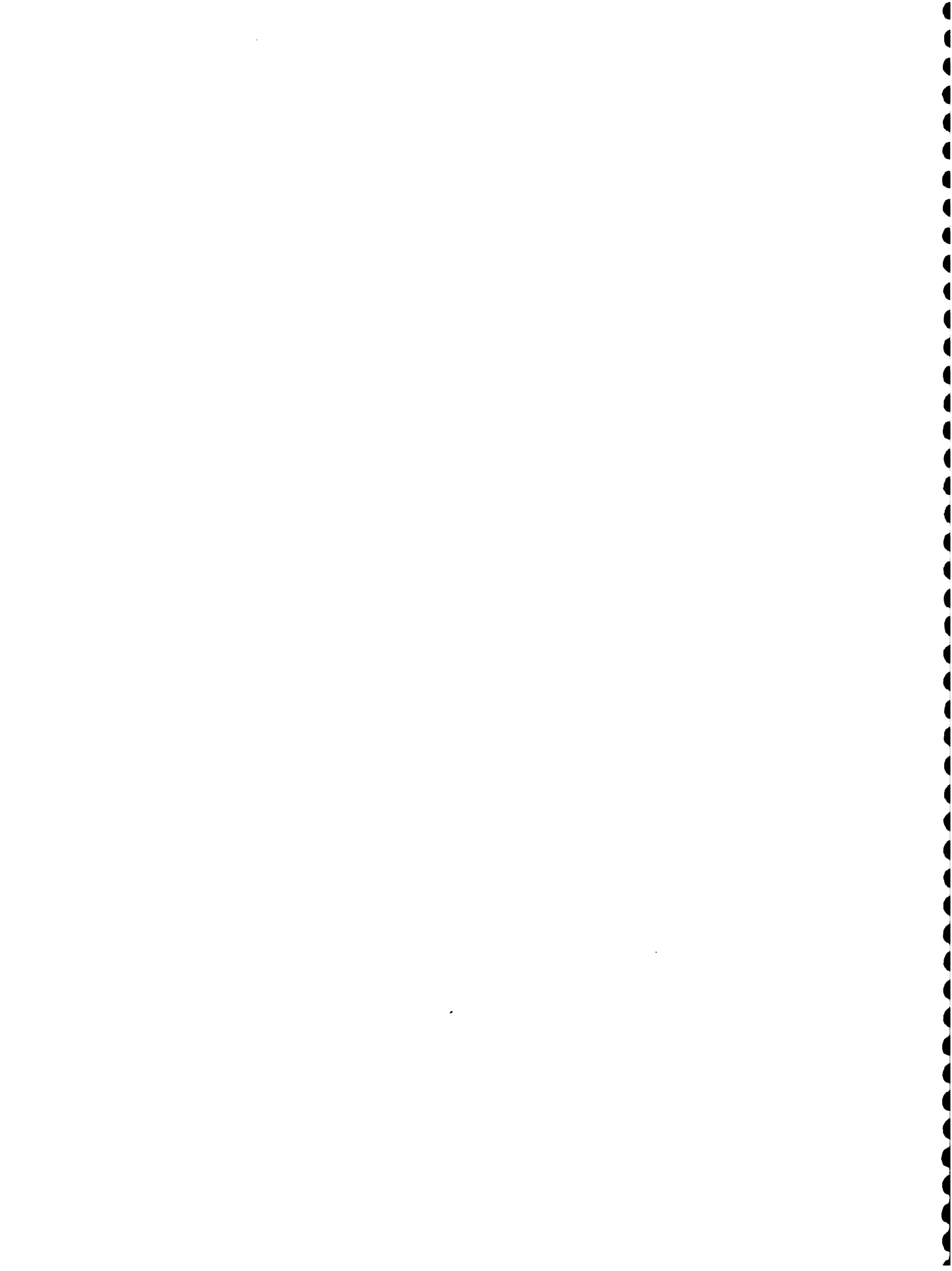


2) ao posicionamento institucional da CAR na estrutura do aparelho de governo estadual.

Com relação a estes dois aspectos, o espaço institucional da CAR começa a se esboçar na conjuntura nacional de transição, mais que, a nível estadual implica a continuação de correntes vinculadas ao partido governista. Esta situação acompanha todo o período de gestão analisado, fato que nos faz refletir sobre os limites das deduções a priori das possibilidades de ação dos órgãos estatais em função do caráter autoritário global do regime e o seu partido. As peculiaridades do poder político estadual, que levaram ao escasso compromisso das frações hegemônicas do governo, com as velhas oligarquias agrárias do Semi-Árido, favoreceram à concreção do projeto que o órgão "costurou", sabendo conquistar o espaço institucional na arena governamental.

3) A crescente organização dos trabalhadores, vinculado ao processo de substituição de mediadores que, no estado, se manifestou através da presença da "Igreja Progressista" e da ativação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

4) O fracasso relativo de outros órgãos setoriais na execução dos Programas Especiais, situação esta que deixou em aberto um espaço de trabalho com os camponeses, que soube ser aproveitado pela CAR.



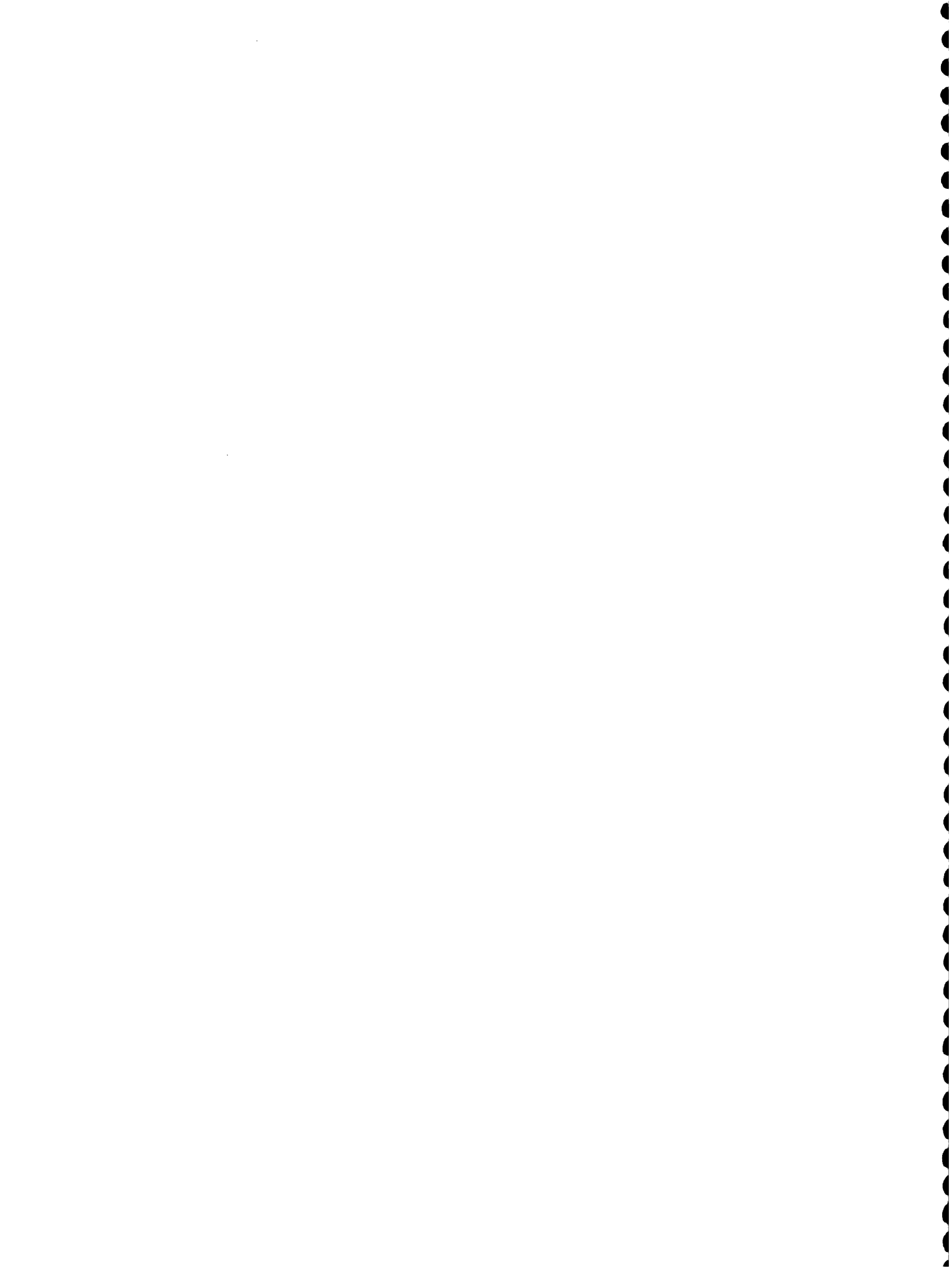
## V. CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

Com relação aos alcances, condicionantes e procedimentos que digam respeito à viabilidade de propostas de descentralização e participação podem destacar-se:

1) Descentralização e heterogeneidade: A diversidade, complexidade e heterogeneidade que caracterizam a situação hoje dos campeonatos, no Brasil, requerem formas de intervenção governamental descentralizadas, tanto a nível do planejamento e execução, como de administração das políticas e programas.

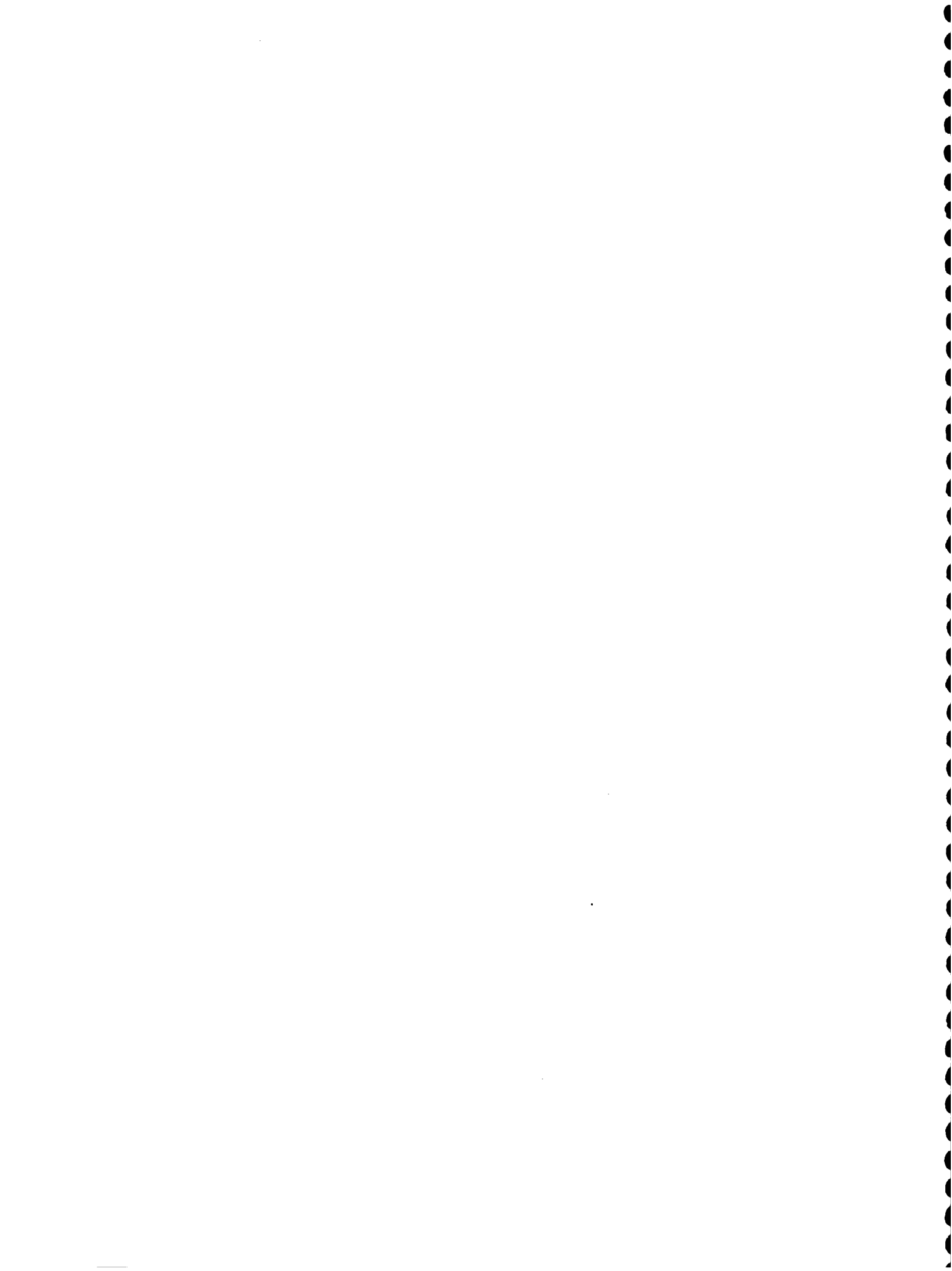
2) Descentralização e articulação: Partindo da necessidade de colocar a problemática camponesa no contexto político-econômico global da sociedade e da região, a formulação de uma política - como coloca Miranda e Greenhalgh, 1986- com seus programas e projetos para esse grupo social, que se caracterize por possuir uma proposta descentralizada e participativa, deve investir na construção de uma articulação coerente com as políticas governamentais que beneficiam grupos e setores presentes na agricultura, já que dessa coerência dependerão em grande medida os resultados.

3) Participação e autoritarismo: Um grave limite no caso brasileiro, para a ampliação e difusão de propostas



participativas , reside no fato que um dos aspectos mais significativos da transição brasileira, é a permanência de práticas e disposições autoritárias nos diferentes espaços da sociedade, isto é, nas relações econômicas, políticas administrativas, e sociais em geral constituindo uma sorte de "cultura do autoritarismo". Nesse contexto, agravado pela persistência da tendência de áreas significativas do poder continuarem-se situando praticamente por fora do espaço republicano, caracterizam como dificultosa a expansão e manutenção de práticas participativas de peso.

4). Poder e instrumentos de política: as questões do poder se constituem num problema central que deve ser enfrentado, não já como uma variável a mais nos diagnósticos, e sim como o eixo sobre o qual giram as possibilidades de êxito dos instrumentos de política, em especial os que pretendam a participação e a descentralização. Consequentemente faz-se necessário análises constantes e exaustivos que compreendam os diferentes "campos " ou "arenas" onde ele se manifeste (local, regional, institucional, da representação camponesa, etc.), tentando compreender as peculiaridades de suas práticas, e as possibilidades concretas de construção e manutenção dos espaços necessários para a efetivação dos instrumentos e da proposta da agência correspondente. Essa análise deveria, ao permanecer de forma sistematizada, ao longo de todo o processo de atuação, enriquecer as produzidas a partir do "senso político" dos técnicos e administradores.



5) Cultura institucional e conscientização: Um dos impecilhos fundamentais na reorientação da concepção e das práticas das instituições e agentes num programa que procure articular descentralização e participação, tem sido a "cultura institucional", com a concomitante série de questões que giram em torno do problema das "lealdades primordiais". Até agora a ênfase para sua superação tem sido colocada, de forma geral, na dimensão pedagógica, através de cursos e seminários sobre participação e as temáticas correlatas, que si bem com alguns resultados positivos, a "conscientização" implementada tem mostrado frequentemente seus limites quando se procura a superação de forma prática, dos hábitos que essa cultura criou e reproduz. Estes, tem assim permanecido imunes aos conscientizadores. O remédio continua sendo "mais cursos". Caberia questionar, os limites da "conscientização", as possibilidades e condições de sua eficiência, procurando distinguir claramente "ação político-institucional" da "ação pedagógica" .

6) Participação e questões estruturais: Ainda que os instrumentos nos quais se enfatiza a participação dos beneficiários tem demonstrado resultados práticos positivos, na grande maioria dos casos, para poder solucionar problemas agudos do setor camponês, faz-se necessário que esses instrumentos estejam associados a políticas governamentais que incidam sobre os problemas estruturais da pequena produção, como é o caso da reforma agrária, ou num outro nível, as políticas de crédito e preços.

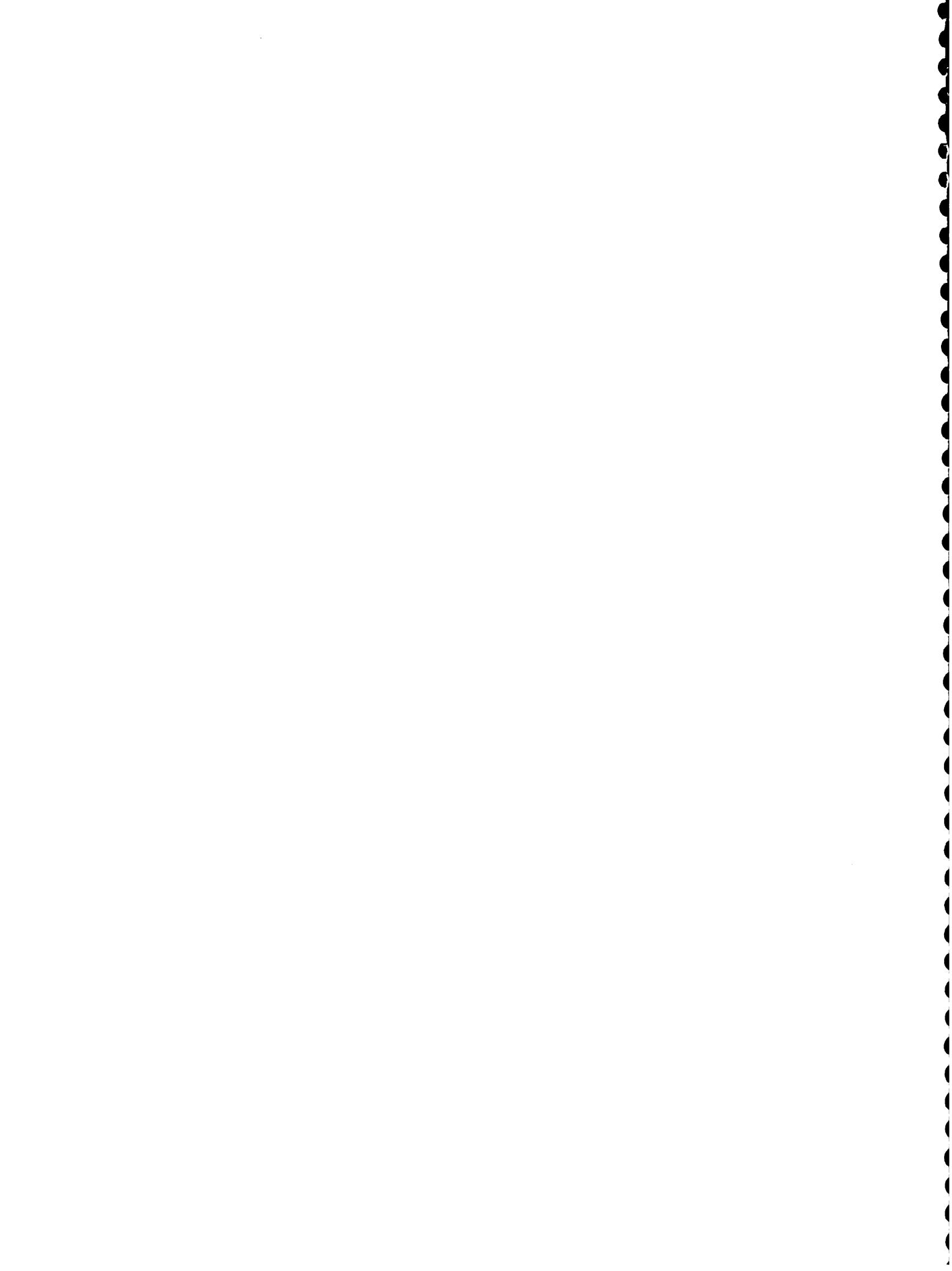




7) Participacao e legalidade: Si bem a pontávamos para a continuidade do autoritarismo, a transição vivenciada no Brasil tem permitido a abertura de espaços institucionalizados, como é o caso da Nova Constituição, a qual procura articular participação a representação nos espaços político-administrativos. A ênfase no papel das Associações civis presente no texto, abre uma possibilidade que poderão ser efetivamente preenchida pelo campesinato e suas organizações, robustecendo a lei e a democracia.



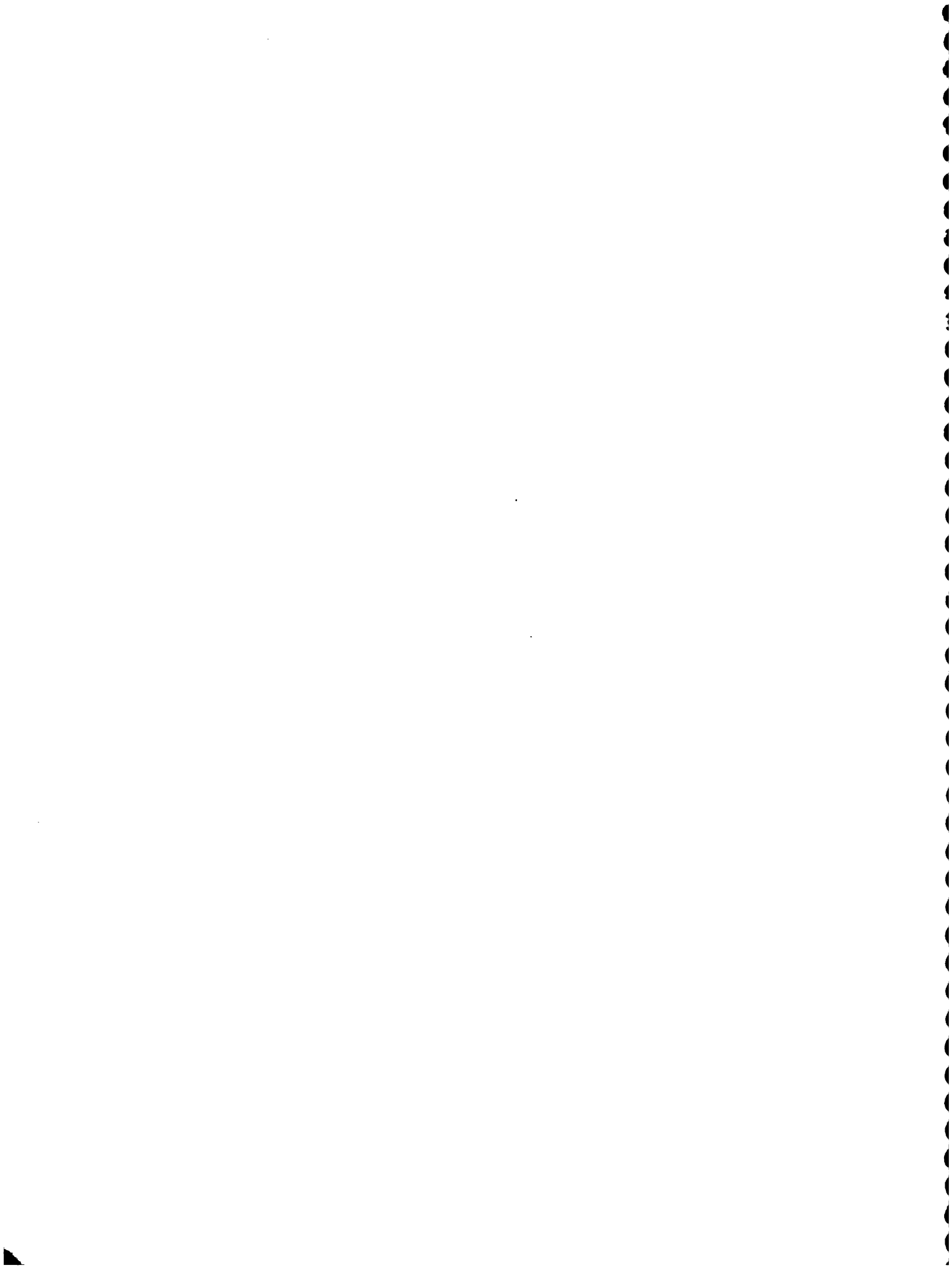
**ANEXO I: BRASIL. INDICADORES ECONOMICOS E SOCIAIS**



## CAPÍTULO 8 — POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

## I — População residente de 10 anos ou mais de idade, segundo a condição e ramos de atividade e sexo — 1950-1980

CONDIÇÃO E RAMOS DE ATIVIDADE E SEXO	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE			
	1950 (1)	1960 (1)	1970	1980
<b>TOTAL</b> .....	<b>36 557 990</b>	<b>48 828 654</b>	<b>65 862 119</b>	<b>87 811 198</b>
<b>Economicamente ativa</b> .....	<b>17 117 382</b>	<b>22 750 028</b>	<b>29 557 224</b>	<b>43 236 712</b>
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca.....	10 252 839	12 276 908	13 087 521	12 681 017
Indústrias de transformação.....	1 608 308	1 954 187	3 241 861	6 938 421
Indústria de construção.....	584 644	781 247	1 719 714	3 171 048
Outras atividades industriais.....	(2) 234 411	204 808	333 852	661 996
Comércio de mercadorias.....	843 290	1 478 270	2 247 493	4 037 917
Transportes e comunicações.....	637 943	977 346	1 187 866	1 800 243
Prestação de serviços.....	1 781 041	3 028 933	3 925 001	7 032 126
Atividades sociais.....	398 673	(2) 755 043	(2) 1 531 563	(2) 2 971 100
Administração pública.....	512 644	712 904	1 152 341	1 722 284
Outras atividades.....	163 568	(3) 580 383	(3) 1 150 012	(4) 2 238 562
<b>Não economicamente ativa</b> .....	<b>19 440 628</b>	<b>26 078 626</b>	<b>36 304 895</b>	<b>44 575 486</b>
<b>Homens</b> .....	<b>18 088 275</b>	<b>24 192 823</b>	<b>32 556 489</b>	<b>43 354 489</b>
<b>Economicamente ativa</b> .....	<b>14 608 798</b>	<b>18 673 167</b>	<b>23 391 777</b>	<b>31 382 988</b>
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca.....	9 484 525	11 051 882	11 829 895	11 050 510
Indústrias de transformação.....	1 224 621	1 470 512	2 633 050	5 276 417
Indústria de construção.....	580 795	774 331	1 704 648	3 112 600
Outras atividades industriais.....	(2) 228 142	198 106	321 837	589 681
Comércio de mercadorias.....	856 058	1 308 547	1 880 236	2 927 600
Transportes e comunicações.....	610 118	939 114	1 107 667	1 600 586
Prestação de serviços.....	648 812	1 511 015	1 484 071	3 057 153
Atividades sociais.....	156 481	(2) 316 033	(2) 527 561	(2) 850 150
Administração pública.....	488 184	632 364	882 147	1 353 517
Outras atividades.....	142 072	(3) 472 264	(3) 910 356	(4) 1 504 788
<b>Não economicamente ativa</b> .....	<b>3 478 477</b>	<b>5 519 758</b>	<b>9 184 712</b>	<b>11 981 488</b>
<b>Mulheres</b> .....	<b>18 489 718</b>	<b>24 636 731</b>	<b>33 306 630</b>	<b>44 489 730</b>
<b>Economicamente ativa</b> .....	<b>2 507 584</b>	<b>4 076 861</b>	<b>6 166 447</b>	<b>11 842 730</b>
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca.....	758 314	1 225 016	1 257 626	1 610 507
Indústrias de transformação.....	383 608	483 675	808 811	1 663 004
Indústria de construção.....	3 648	6 916	15 066	58 448
Outras atividades industriais.....	(2) 6 288	6 703	12 015	62 315
Comércio de mercadorias.....	87 232	189 723	367 257	1 110 312
Transportes e comunicações.....	27 825	39 231	59 978	139 878
Prestação de serviços.....	832 229	1 517 918	2 440 930	3 974 973
Atividades sociais.....	242 182	(2) 438 010	(2) 1 004 012	(2) 2 120 950
Administração pública.....	44 480	80 550	180 194	368 787
Outras atividades.....	21 498	(3) 108 119	(3) 239 657	(4) 733 774
<b>Não economicamente ativa</b> .....	<b>15 982 181</b>	<b>20 568 870</b>	<b>27 140 183</b>	<b>32 646 996</b>

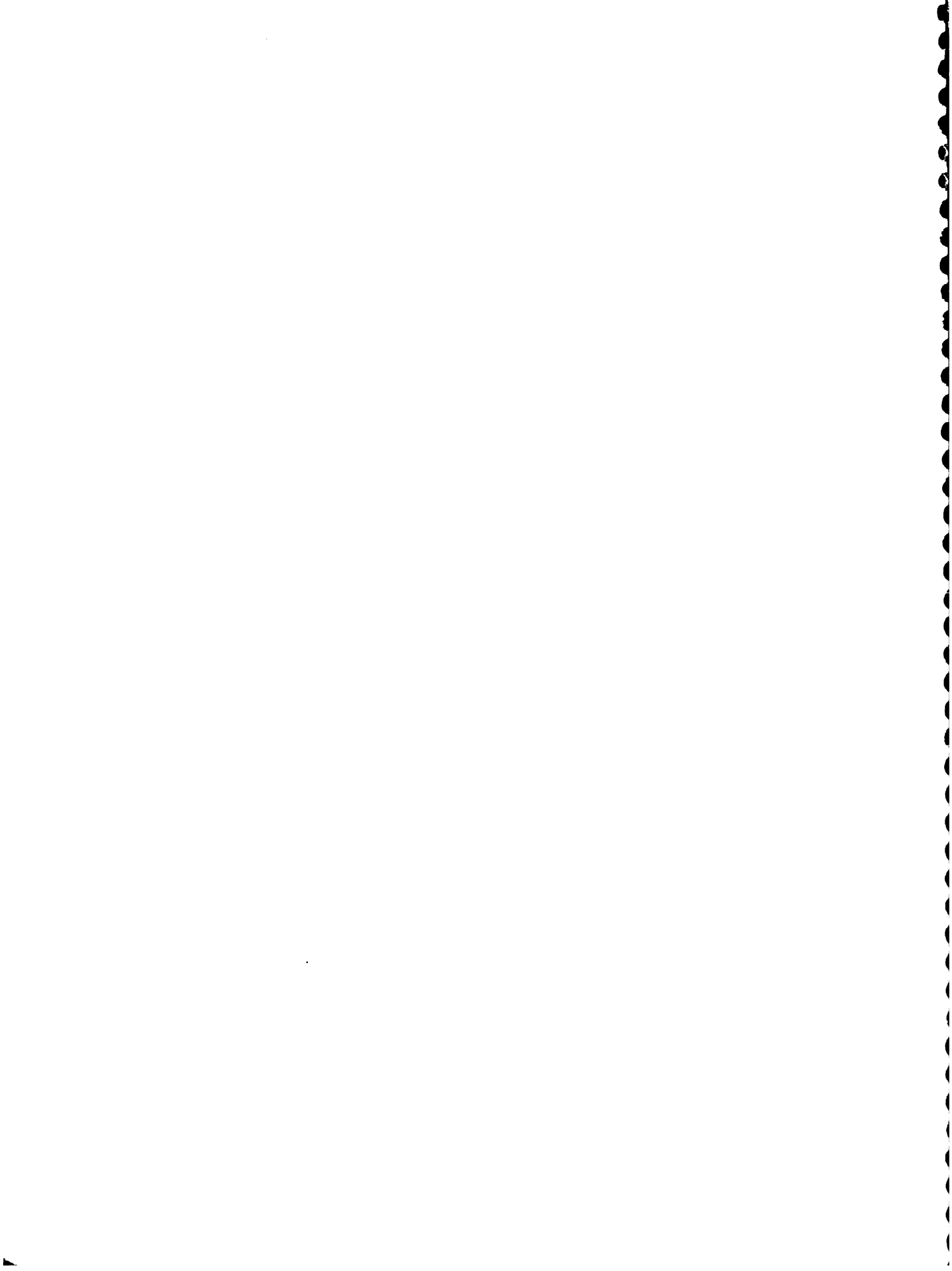


## CAPÍTULO 8 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

## 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e sexo, segundo as Grandes Regiões e grupos de idade - 1985

GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE								
	Total			Condição de atividade e sexo					
	Total	Homens	Mulheres	Economicamente ativa			Não economicamente ativa		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>BRASIL (1)</b> .....	89 211 209	48 647 604	50 563 606	56 636 014	36 891 846	18 644 169	43 675 196	11 666 769	31 919 436
10 a 14 anos (1).....	14 866 901	7 499 280	7 367 621	2 895 328	1 992 191	903 137	11 971 573	5 507 089	6 464 484
15 a 19 anos(1).....	14 014 718	6 973 767	7 040 951	8 054 181	5 116 008	2 938 173	5 980 537	1 857 759	4 122 778
15 a 17 anos (1).....	8 556 390	4 229 516	4 326 874	4 436 392	2 828 358	1 608 034	4 119 998	1 401 158	2 718 840
18 a 19 anos(1).....	5 458 328	2 744 251	2 714 077	3 617 789	2 287 650	1 330 139	1 840 539	456 601	1 383 938
20 a 24 anos(1).....	12 538 676	6 128 675	6 410 001	8 880 414	5 669 417	3 210 997	3 658 262	459 258	3 199 004
25 a 29 anos(1).....	10 884 477	5 267 569	5 616 908	7 838 475	5 118 077	2 720 398	3 046 002	149 492	2 896 510
30 a 39 anos(1).....	17 193 669	8 447 759	8 745 910	12 578 051	8 231 629	4 346 422	4 615 618	216 130	4 399 488
40 a 49 anos(1).....	12 080 778	5 917 700	6 143 078	8 233 345	5 560 271	2 673 074	3 827 433	357 429	3 470 004
50 a 59 anos(1).....	8 672 813	4 203 387	4 469 426	4 751 766	3 397 685	1 354 081	3 921 047	805 702	3 115 345
60 anos ou mais(1).....	8 976 448	4 207 705	4 768 743	2 402 101	1 905 099	497 002	8 574 347	2 302 606	4 271 741
Idade ignorada(1).....	2 729	1 782	967	2 353	1 468	885	376	294	82
<b>NORTE (2)</b> .....	2 940 680	1 418 921	1 521 659	1 500 060	988 244	511 806	1 440 530	430 677	1 009 853
10 a 14 anos(2).....	538 643	269 494	269 149	53 978	37 451	18 527	484 665	232 043	252 622
15 a 19 anos(2).....	486 032	233 066	252 966	203 709	131 652	72 057	282 323	101 414	180 909
15 a 17 anos(2).....	298 672	141 961	156 711	103 621	66 809	36 812	195 051	75 152	119 899
18 a 19 anos(2).....	187 360	91 105	96 255	100 088	64 843	35 245	87 272	26 262	61 010
20 a 24 anos(2).....	388 874	180 940	207 934	250 200	159 233	90 967	138 674	21 707	116 967
25 a 29 anos(2).....	339 504	161 025	178 479	239 480	154 701	84 779	100 024	6 324	93 700
30 a 39 anos(2).....	491 819	241 753	250 066	367 154	237 846	129 308	124 665	3 907	120 758
40 a 49 anos(2).....	306 123	150 703	155 420	220 500	144 364	76 136	85 623	6 339	79 284
50 a 59 anos(2).....	195 726	95 512	100 214	114 310	82 837	31 473	12 675	6 741	6 934
60 anos ou mais(2).....	193 744	86 313	107 431	50 604	40 045	10 559	143 140	48 268	94 872
Idade ignorada(2).....	115	116	-	116	115	-	-	-	-
<b>NORDESTE</b> .....	27 797 416	13 403 504	14 393 912	16 143 026	10 110 806	5 032 221	12 654 390	3 292 699	9 361 691
10 a 14 anos.....	4 917 066	2 453 220	2 463 846	1 143 894	821 025	322 869	3 773 172	1 632 195	2 141 377
15 a 19 anos.....	4 415 118	2 182 346	2 232 772	2 326 666	1 555 859	770 807	2 088 452	626 487	1 461 965
15 a 17 anos.....	2 780 015	1 367 491	1 392 524	1 330 910	899 178	431 734	1 429 105	468 315	960 790
18 a 19 anos.....	1 655 103	814 855	840 248	995 756	656 683	339 073	658 347	158 172	500 175
20 a 24 anos.....	3 420 502	1 331 438	1 789 063	2 282 327	1 483 964	796 363	1 138 175	147 475	990 700
25 a 29 anos.....	2 715 478	1 292 716	1 422 762	1 907 603	1 248 346	650 250	807 975	44 371	763 604
30 a 39 anos.....	4 248 768	2 007 695	2 240 871	3 087 816	1 955 528	1 112 288	1 180 940	52 357	1 128 583
40 a 49 anos.....	3 118 200	1 489 439	1 628 761	2 160 133	1 418 540	741 593	958 067	70 899	887 168
50 a 59 anos.....	2 207 358	1 036 433	1 170 923	1 333 258	912 024	421 234	874 098	124 408	749 690
60 anos ou mais.....	2 754 730	1 308 926	1 444 806	921 119	715 419	205 700	1 633 611	594 506	1 039 105
Idade ignorada.....	210	101	108	210	101	108	-	-	-
<b>SUDESTE</b> .....	46 636 913	22 564 819	23 271 103	25 708 286	17 027 629	8 680 467	20 127 627	5 636 981	14 690 646
10 a 14 anos.....	6 082 115	3 065 011	3 017 104	923 941	617 416	306 525	5 158 174	2 447 596	2 710 579
15 a 19 anos.....	5 890 987	2 849 336	2 941 651	3 490 261	2 155 930	1 334 331	2 400 726	793 406	1 607 320
15 a 17 anos.....	3 525 148	1 740 191	1 784 957	1 850 657	1 143 082	707 576	1 674 491	597 108	1 077 382
18 a 19 anos.....	2 366 839	1 208 146	1 158 694	1 639 604	1 012 846	626 758	726 235	196 297	529 938
20 a 24 anos.....	5 806 905	2 850 970	2 955 935	4 240 858	2 676 159	1 564 699	1 566 047	214 811	1 351 236
25 a 29 anos.....	5 268 014	2 573 576	2 694 438	3 851 823	2 501 825	1 349 698	1 414 391	71 661	1 342 730
30 a 39 anos.....	8 403 302	4 185 643	4 217 659	6 140 316	4 067 379	2 072 937	2 262 966	118 264	2 144 722
40 a 49 anos.....	5 822 781	2 861 938	2 960 843	3 903 253	2 656 216	1 247 037	1 919 528	205 720	1 713 808
50 a 59 anos.....	4 339 392	2 103 079	2 236 313	2 216 548	1 603 856	611 694	2 123 843	489 224	1 634 619
60 anos ou mais.....	4 222 477	1 934 095	2 288 382	840 545	747 785	192 760	3 281 932	1 186 310	2 095 622
Idade ignorada.....	1 940	1 184	778	1 940	1 164	776	-	-	-
<b>SUL</b> .....	15 925 489	7 876 663	8 048 818	9 680 516	6 259 988	3 320 708	6 344 963	1 616 846	4 728 108
10 a 14 anos.....	2 231 951	1 143 494	1 088 457	574 084	375 016	199 078	1 657 857	768 478	889 379
15 a 19 anos.....	2 168 810	1 055 073	1 083 737	1 464 359	899 488	564 891	734 451	205 805	528 646
15 a 17 anos.....	1 336 854	668 083	667 781	829 756	506 383	323 393	508 098	161 730	346 368
18 a 19 anos.....	862 956	438 980	425 976	634 603	383 105	241 498	228 353	43 875	194 478
20 a 24 anos.....	2 040 179	999 393	1 040 786	1 513 220	847 280	565 840	526 950	62 103	464 846
25 a 29 anos.....	1 803 201	806 288	933 912	1 318 288	860 173	468 122	484 906	19 116	465 790
30 a 39 anos.....	2 867 899	1 423 593	1 444 303	2 156 045	1 383 776	762 269	711 851	29 817	682 034
40 a 49 anos.....	1 988 598	964 201	1 022 395	1 389 487	931 074	458 423	587 068	63 127	543 942
50 a 59 anos.....	1 438 038	709 083	726 943	803 816	573 827	229 088	632 270	136 186	496 084
60 anos ou mais.....	1 380 418	642 145	718 273	361 102	269 006	72 098	999 318	353 139	646 177
Idade ignorada.....	382	382	-	382	382	-	284	284	-
<b>CENTRO-OESTE</b> .....	6 711 831	3 383 718	3 328 118	3 704 136	2 806 169	1 098 977	3 007 696	778 667	2 229 028
10 a 14 anos.....	1 087 126	568 061	529 065	199 421	141 283	58 138	897 705	426 776	470 927
15 a 19 anos.....	1 023 771	503 946	519 825	569 186	373 099	196 087	454 585	130 847	323 738
15 a 17 anos.....	636 701	311 780	324 921	321 448	212 928	108 520	315 253	98 852	216 401
18 a 19 anos.....	387 070	192 166	194 904	247 738	160 171	87 567	139 332	31 995	107 337
20 a 24 anos.....	882 216	425 943	456 273	593 809	402 781	191 028	288 407	23 162	265 245
25 a 29 anos.....	780 280	370 963	389 317	521 474	362 933	158 541	238 908	8 030	230 878
30 a 39 anos.....	1 181 896	588 885	593 011	846 720	577 100	269 620	335 176	11 785	323 391
40 a 49 anos.....	827 078	431 421	395 657	559 962	410 077	149 685	267 116	21 344	245 772
50 a 59 anos.....	484 303	258 270	235 033	284 833	225 042	59 791	209 470	34 228	175 242
60 anos ou mais.....	445 079	235 227	209 852	128 731	112 844	15 887	316 348	122 383	193 965
Idade ignorada.....	82	-	82	-	-	-	82	-	82

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.  
 (1) Exclusivo as pessoas de zona rural de Região Norte (2) Exclusivo as pessoas de zona rural.





## 3- MÃO-DE-OBRA

3.13- PESSOAS OCUPADAS, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS,  
SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS										
	TOTAL	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS (PISO SALARIAL)								SEM RENDIMENTO (1)	SEM DE-CLARAÇÃO
		ATE 1/2	MAIS DE 1/2 A 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 5 A 10	MAIS DE 10				
TOTAL.....	57 408 975	6 117 436	9 661 457	13 197 502	15 588 316	5 100 202	3 748 078	4 566 152	331 521		
AGRICOLA.....	14 116 155	2 131 324	2 680 575	2 930 457	1 661 524	387 033	259 773	3 827 856	100 213		
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	9 005 075	421 781	851 518	2 282 070	3 361 012	1 159 821	755 672	120 270	52 732		
INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO.....	3 513 384	121 031	616 519	1 120 899	1 530 144	237 665	127 098	42 589	17 419		
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS.....	666 315	26 042	61 952	140 256	332 475	152 627	125 376	11 459	6 098		
COMERCIO DE MERCADORIAS.....	9 555 281	434 985	824 175	1 719 763	2 151 270	692 680	484 574	310 681	27 179		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	10 101 374	2 380 728	2 284 513	2 505 863	1 927 795	464 515	243 533	262 460	30 664		
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIVIDADE ECONOMICA.....	1 954 087	43 583	113 582	297 523	522 094	275 584	351 715	17 545	29 346		
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO.....	2 181 421	45 515	123 807	395 489	1 027 122	345 525	230 449	15 336	9 075		
SOCIAL.....	4 554 500	331 235	548 531	1 105 123	1 524 689	610 505	490 584	51 599	20 534		
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.....	2 683 554	129 866	267 236	515 802	942 773	459 445	390 279	614	21 535		
OUTRAS ATIVIDADES.....	1 705 515	75 442	105 044	219 227	507 116	317 069	355 625	6 248	16 724		

NOTA- EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE.  
(1) INCLUSIVE AS PESSOAS QUE RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.



BRASIL

3- MÃO-DE-OBRA

3.8- PESSOAS OCUPADAS, POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL E DE TODOS OS TRABALHOS

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL E DE TODOS OS TRABALHOS	PESSOAS OCUPADAS								
	TOTAL	ANOS DE ESTUDO							
		SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	1 E 2 ANOS	3 E 4 ANOS	5 A 8 ANOS	9 A 11 ANOS	12 ANOS OU MAIS	ANOS DE ESTUDO NÃO DETERMINADOS E SEM DECLARAÇÃO	

TOTAL..... 87 408 878 10 088 864 6 821 184 18 280 287 12 878 836 7 880 881 4 488 222 117 831

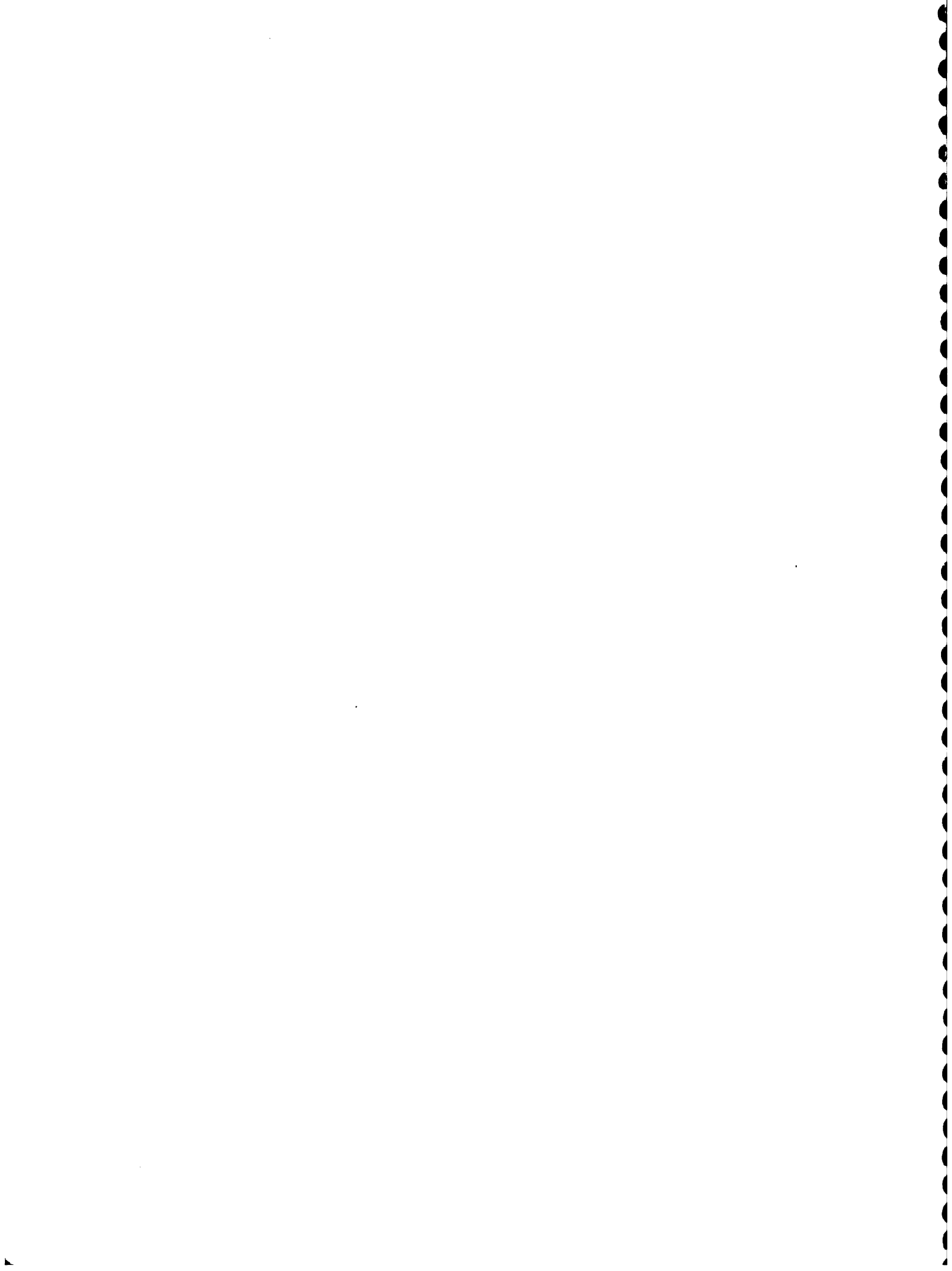
TRABALHO PRINCIPAL

ATE 1/2 PISO SALARIAL.....	8 272 847	2 327 372	1 084 982	1 688 888	987 773	208 238	13 888	11 881
MAIS DE 1/2 A 1 PISO SALARIAL.....	8 787 278	2 802 617	1 327 821	2 388 108	1 848 871	884 069	88 808	20 288
MAIS DE 1 A 2 PISOS SALARIAIS...	13 248 310	2 413 888	1 874 818	3 784 738	3 818 874	1 873 038	243 188	28 310
MAIS DE 2 A 3 PISOS SALARIAIS...	8 058 288	807 881	808 347	2 308 810	2 282 880	1 448 187	423 283	18 111
MAIS DE 3 A 5 PISOS SALARIAIS...	7 828 828	481 382	848 402	2 032 888	2 033 888	1 878 118	782 470	14 841
MAIS DE 5 A 10 PISOS SALARIAIS...	4 883 771	188 048	221 312	884 380	1 084 134	1 378 043	1 144 888	12 881
MAIS DE 10 PISOS SALARIAIS.....	3 813 030	84 804	72 841	380 318	472 878	831 887	1 718 217	2 004
SEM RENDIMENTO (1).....	4 882 880	1 218 140	848 447	1 888 218	748 384	181 088	41 847	10 421
SEM DECLARAÇÃO.....	308 003	87 277	24 737	80 888	48 883	84 242	80 808	884

TODOS OS TRABALHOS

ATE 1/2 PISO SALARIAL.....	8 117 438	2 288 828	1 088 804	1 827 408	834 018	188 221	13 233	11 231
MAIS DE 1/2 A 1 PISO SALARIAL.....	8 881 487	2 881 487	1 308 084	2 343 283	1 828 387	827 848	81 812	18 808
MAIS DE 1 A 2 PISOS SALARIAIS...	13 187 802	2 447 871	1 887 103	3 788 183	3 482 130	1 838 824	223 814	28 007
MAIS DE 2 A 3 PISOS SALARIAIS...	8 048 414	848 832	818 888	2 308 840	2 280 401	1 423 082	380 817	14 704
MAIS DE 3 A 5 PISOS SALARIAIS...	7 838 802	474 833	888 210	2 088 314	2 043 418	1 874 484	718 133	18 810
MAIS DE 5 A 10 PISOS SALARIAIS...	8 100 202	188 407	234 180	1 018 288	1 128 213	1 424 288	1 118 184	12 881
MAIS DE 10 PISOS SALARIAIS.....	3 748 078	87 803	78 888	383 181	800 881	878 381	1 847 838	3 208
SEM RENDIMENTO (1).....	4 888 182	1 188 821	848 781	1 883 732	748 870	180 480	41 847	10 421
SEM DECLARAÇÃO.....	331 821	80 378	28 708	83 088	81 880	88 822	70 243	884

NOTA- EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE.  
(1) INCLUSIVE AS PESSOAS QUE RECEBERAM SOMENTE EM BENEFICIOS.



## 5- DOMICÍLIOS

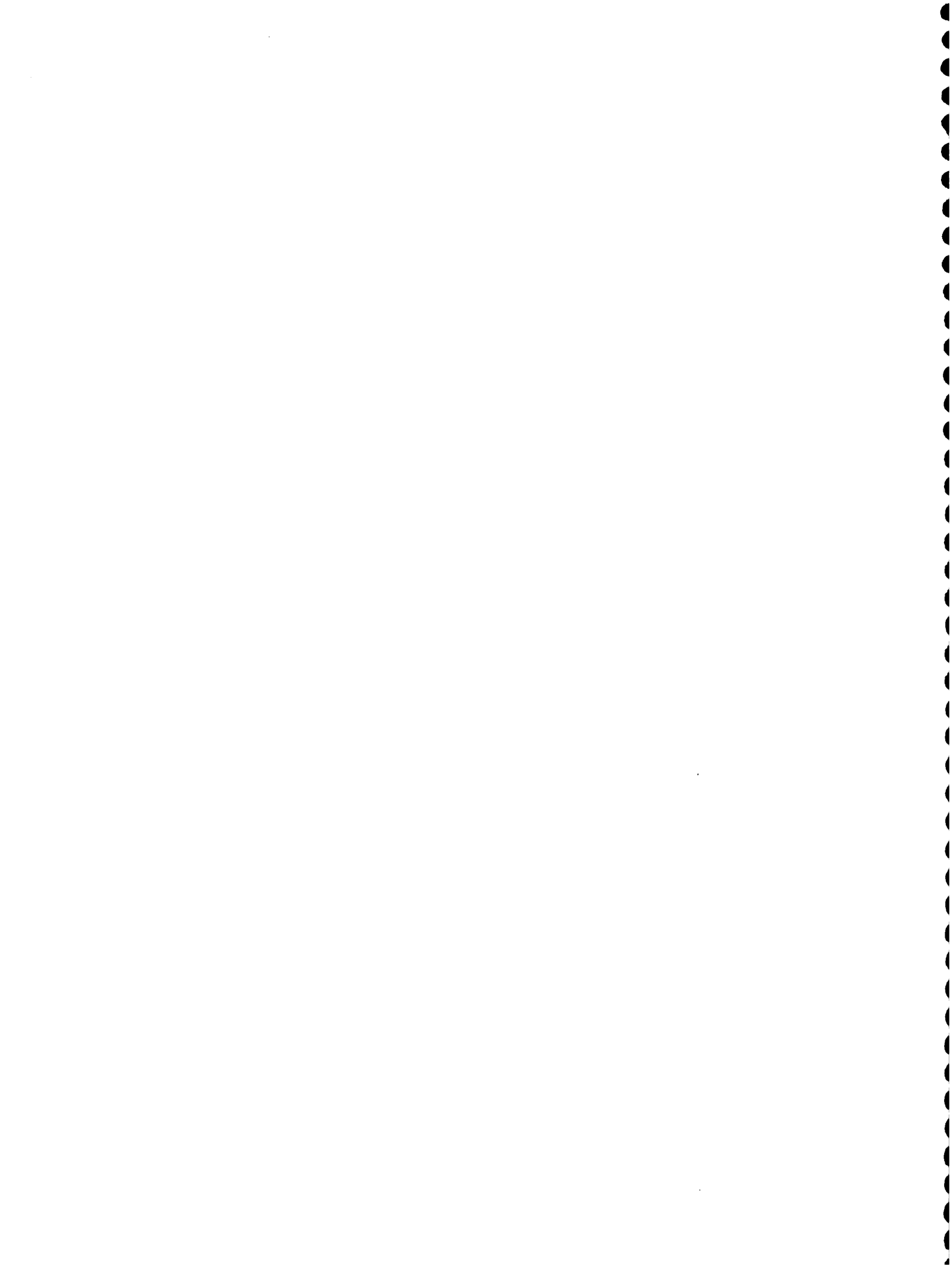
5.1- DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR,  
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O NÚMERO DE MORADORES

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E NÚMERO DE MORADORES	DOMICÍLIOS PARTICULARES									
	TOTAL	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (PISO SALARIAL)								
	ATE 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 5 A 10	MAIS DE 10 A 20	MAIS DE 20	SEM RENDIMENTO (1)	SEM DECLARAÇÃO		
TOTAL.....	32 155 855	3 900 374	5 275 211	10 177 165	9 566 580	3 571 313	2 061 855	229 179	352 868	
1 MORADOR.....	2 284 044	882 349	465 534	457 555	204 138	126 433	84 827	52 490	25 915	
2 MORADORES.....	4 575 321	863 555	872 009	1 384 337	731 592	409 590	257 494	42 088	53 853	
3 MORADORES.....	5 928 708	863 522	1 060 599	1 964 952	1 168 284	589 590	375 123	39 107	69 332	
4 MORADORES.....	6 881 570	508 253	863 555	2 143 466	1 490 229	897 547	583 488	41 255	83 736	
5 MORADORES.....	5 057 060	357 251	691 524	1 863 751	1 162 529	591 530	410 730	30 306	48 529	
6 MORADORES.....	2 980 575	234 481	451 559	570 592	728 533	355 436	165 559	13 513	29 522	
7 MORADORES.....	1 515 012	159 502	301 454	504 387	435 532	214 724	95 021	5 304	21 358	
8 MORADORES OU MAIS.....	2 710 175	210 555	435 555	657 552	544 343	254 503	99 504	4 755	42 203	
URBANA.....	24 375 044	1 567 560	3 091 417	7 750 324	5 915 597	3 352 139	2 004 577	157 052	255 735	
1 MORADOR.....	1 540 525	575 236	355 513	421 507	195 129	124 009	82 343	40 150	21 535	
2 MORADORES.....	3 735 322	502 253	617 482	1 152 573	674 055	393 096	275 520	35 355	44 145	
3 MORADORES.....	4 555 395	254 727	952 315	1 805 779	1 084 525	552 425	355 455	33 399	53 355	
4 MORADORES.....	5 255 335	204 575	552 572	1 571 590	1 332 500	852 217	552 357	34 554	55 257	
5 MORADORES.....	3 597 045	125 199	352 735	1 247 175	1 035 319	545 515	395 552	25 254	37 751	
6 MORADORES.....	2 135 427	75 755	235 041	552 535	523 345	325 024	151 517	11 374	15 723	
7 MORADORES.....	1 217 570	43 572	190 273	405 559	355 025	154 519	52 522	3 532	11 051	
8 MORADORES OU MAIS.....	1 525 324	43 530	152 552	555 723	504 055	250 533	57 571	3 017	23 502	
RURAL.....	7 750 521	2 032 714	2 154 794	2 385 541	751 153	219 174	75 575	42 057	57 159	
1 MORADOR.....	453 419	255 113	101 021	35 251	5 009	2 424	2 254	12 340	4 577	
2 MORADORES.....	935 599	391 435	254 527	151 354	57 507	15 554	10 574	5 723	9 715	
3 MORADORES.....	1 273 313	355 755	405 353	355 203	54 355	27 254	9 557	5 711	12 574	
4 MORADORES.....	1 425 335	302 375	411 554	471 505	157 429	45 330	21 141	9 391	5 479	
5 MORADORES.....	1 150 014	231 052	305 555	415 553	127 210	45 015	15 045	5 042	11 175	
6 MORADORES.....	544 545	155 555	245 525	255 154	105 255	25 412	3 542	2 439	11 059	
7 MORADORES.....	500 442	125 230	171 151	157 721	70 507	20 105	2 399	1 572	10 327	
8 MORADORES OU MAIS.....	1 054 551	157 025	252 714	425 555	140 277	33 770	11 533	1 759	15 401	

NOTAS- 1. EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE.

2. EXCLUSIVE PENSIONISTAS, EMPREGADOS DOMESTICOS E PARENTES DOS EMPREGADOS DOMESTICOS.

(1) INCLUSIVE OS DOMICÍLIOS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.

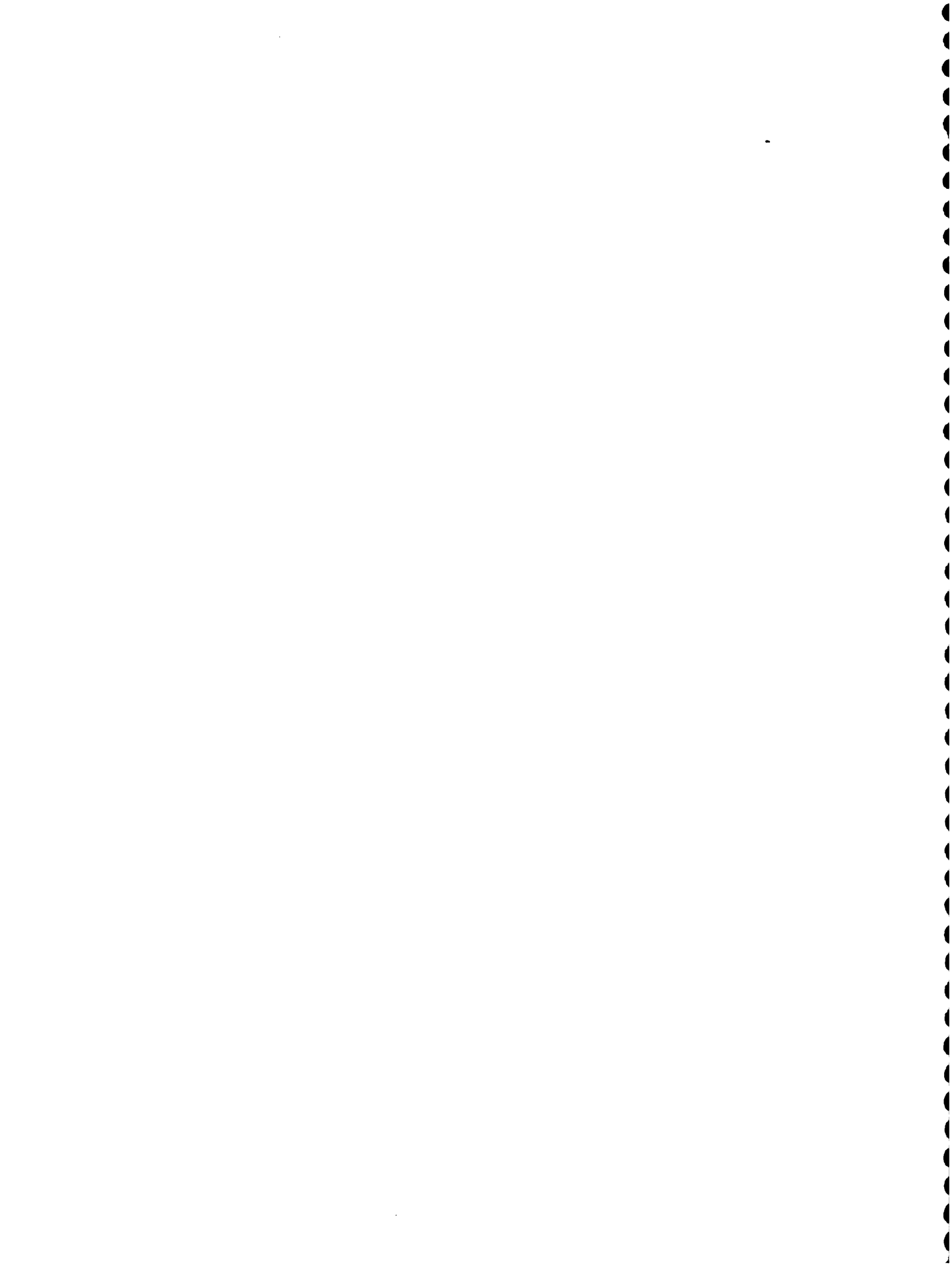


## 5- DOMICÍLIOS

5.8- DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO,  
SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS	TOTAL	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			
		PROPRIOS	ALUGADOS	CEDIDOS OU OUTRA	SEM DECLARAÇÃO
TOTAL.....	32 135 984	20 878 073	8 704 231	4 850 258	5 382
<b>TIPO</b>					
CASA.....	28 323 823	17 142 838	8 128 270	4 050 290	8 167
APARTAMENTO.....	2 878 763	1 711 264	1 068 488	198 786	225
RUSTICO.....	2 204 838	1 830 041	110 840	463 857	-
QUARTO OU COMODO.....	830 798	81 898	398 933	139 368	-
SEM DECLARAÇÃO.....	338	338	-	-	-
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA</b>					
REDE GERAL.....	22 483 863	14 303 008	6 014 773	2 172 010	3 772
POÇO OU NASCENTE.....	8 408 822	4 008 180	418 178	1 978 977	1 820
OUTRA FORMA.....	3 237 883	2 284 918	271 283	701 865	-
SEM DECLARAÇÃO.....	608	-	-	608	-
<b>DESTINO DO LIXO</b>					
COLETADO.....	18 204 238	11 810 280	8 481 134	1 789 897	2 918
QUEIMADO OU ENTERRADO.....	4 882 757	3 278 088	478 678	1 225 113	888
COLOCADO EM TERRENO BALDIO OU OUTRO	7 847 478	8 388 881	732 883	1 828 248	1 808
SEM DECLARAÇÃO.....	1 481	828	888	-	-
<b>ILUMINAÇÃO ELÉTRICA</b>					
TEM.....	27 127 012	17 143 238	8 811 828	3 487 478	4 778
NÃO TEM.....	8 008 278	3 432 838	182 708	1 382 121	618
SEM DECLARAÇÃO.....	884	-	-	884	-

NOTA- EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE.



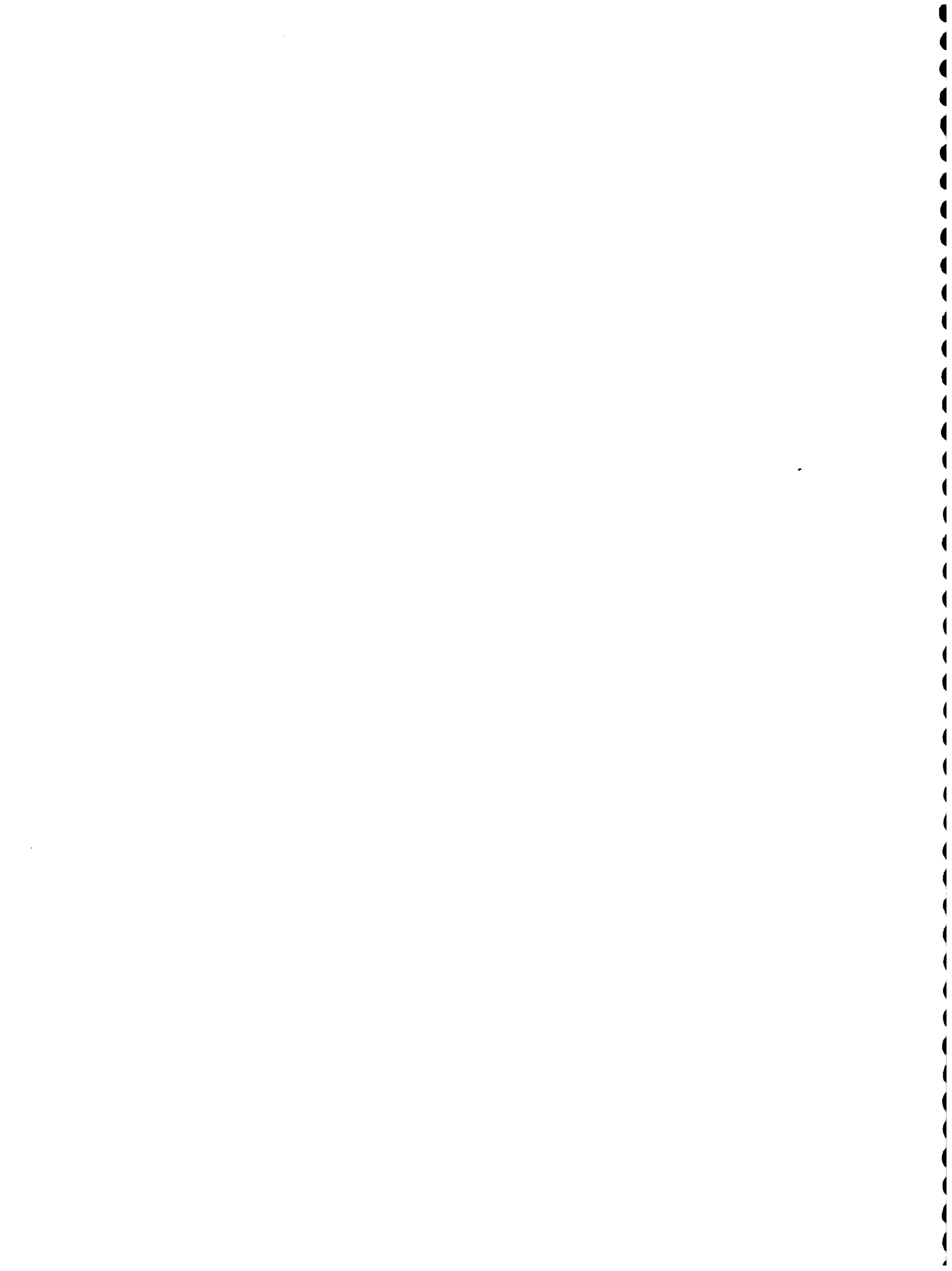


## 5- DOMICILIOS

5.4- DOMICILIOS PARTICULARES PERMANENTES E MORADORES, POR SITUAÇÃO DO DOMICILIO,  
SEGUNDO ALGUMAS CARACTERISTICAS DOS DOMICILIOS

CARACTERISTICAS DOS DOMICILIOS	DOMICILIOS PARTICULARES PERMANENTES			MORADORES EM DOMICILIOS PARTICULARES PERMANENTES		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
TOTAL.....	32 135 864	24 364 882	7 771 072	138 232 388	101 171 880	37 060 518
<b>TIPO</b>						
CASA.....	26 323 822	20 074 138	6 248 363	118 102 287	86 430 830	28 671 867
APARTAMENTO.....	2 878 783	2 827 003	49 780	8 724 871	8 830 337	194 234
RUSTICO.....	2 204 838	775 784	1 428 754	10 681 734	3 587 614	7 094 120
QUARTO OU COMODO.....	630 786	587 621	43 175	1 723 084	1 822 299	100 788
SEM DECLARAÇÃO.....	338	338	-	870	870	-
<b>CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO</b>						
PROPRIOS.....	20 878 073	15 470 838	5 108 437	82 274 338	67 320 730	24 953 609
PAGOS.....	18 082 001	13 204 848	4 888 353	81 882 350	67 884 710	23 997 640
EM AQUISIÇÃO.....	2 482 072	2 265 888	217 084	10 411 888	9 456 020	955 868
ALUGADOS.....	8 704 231	8 414 874	289 257	25 679 317	24 459 751	1 219 566
CEDIDOS.....	4 722 611	2 380 067	2 342 544	18 672 887	8 346 237	10 726 750
OUTRA.....	127 847	88 888	31 778	583 888	432 188	161 820
SEM DECLARAÇÃO.....	6 382	3 337	2 085	21 737	12 868	8 071
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA</b>						
REDE GERAL.....	22 483 863	21 810 413	883 150	83 238 014	88 780 880	4 457 434
COM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	18 828 358	18 198 888	729 880	81 812 788	78 598 105	3 214 883
SEM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	2 864 208	2 310 748	253 480	11 425 228	10 182 475	1 242 751
POÇO OU NASCENTE.....	6 403 822	1 888 874	4 718 048	29 886 240	7 443 712	22 442 528
COM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	2 441 037	780 124	1 890 913	10 788 882	3 208 248	7 577 634
SEM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	3 962 888	838 780	3 027 138	18 100 358	4 235 464	14 864 894
OUTRA FORMA.....	3 237 863	1 188 888	2 069 288	18 108 888	4 847 258	10 158 430
COM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	84 187	87 388	25 811	384 882	243 373	121 179
SEM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	3 153 888	1 111 209	2 042 487	14 741 138	4 703 888	10 037 251
SEM DECLARAÇÃO.....	808	-	808	2 424	-	2 424
<b>DESTINO DO LIXO</b>						
COLETADO.....	19 204 236	18 800 884	803 672	77 877 828	74 838 888	2 840 841
QUEIMADO OU ENTERRADO.....	4 862 767	2 528 717	2 484 040	23 178 200	11 874 848	11 801 722
COLOCADO EM TERRENO BALDIO OU OUTRO.....	7 847 470	3 234 110	4 713 380	37 470 318	14 682 172	22 818 149
SEM DECLARAÇÃO.....	1 481	1 481	-	7 842	7 842	-
<b>ILUMINAÇÃO ELÉTRICA</b>						
TEM.....	27 127 012	23 481 701	3 638 311	114 032 042	87 383 102	19 638 840
NÃO TEM.....	5 008 278	672 817	4 138 781	24 188 680	3 777 784	20 421 876
SEM DECLARAÇÃO.....	864	864	-	864	864	-
<b>FILTRO</b>						
TEM.....	17 838 714	14 864 732	2 840 882	78 312 868	61 887 840	14 425 446
NÃO TEM.....	14 288 711	8 489 821	4 830 080	81 818 870	38 281 802	23 838 388
SEM DECLARAÇÃO.....	828	828	-	2 808	2 808	-
<b>Fosfo</b>						
TEM.....	30 878 000	23 787 288	8 888 748	132 281 808	98 288 211	32 983 387
NÃO TEM.....	1 488 780	877 433	682 327	8 838 882	1 872 172	4 067 418
SEM DECLARAÇÃO.....	184	184	-	1 188	1 188	-
<b>RELAGEIRA</b>						
TEM.....	21 461 487	18 088 388	2 388 088	80 288 440	78 222 028	11 034 411
NÃO TEM.....	10 882 718	8 287 413	8 388 303	47 871 204	21 848 803	28 024 401
SEM DECLARAÇÃO.....	1 748	1 080	888	4 722	2 718	2 004

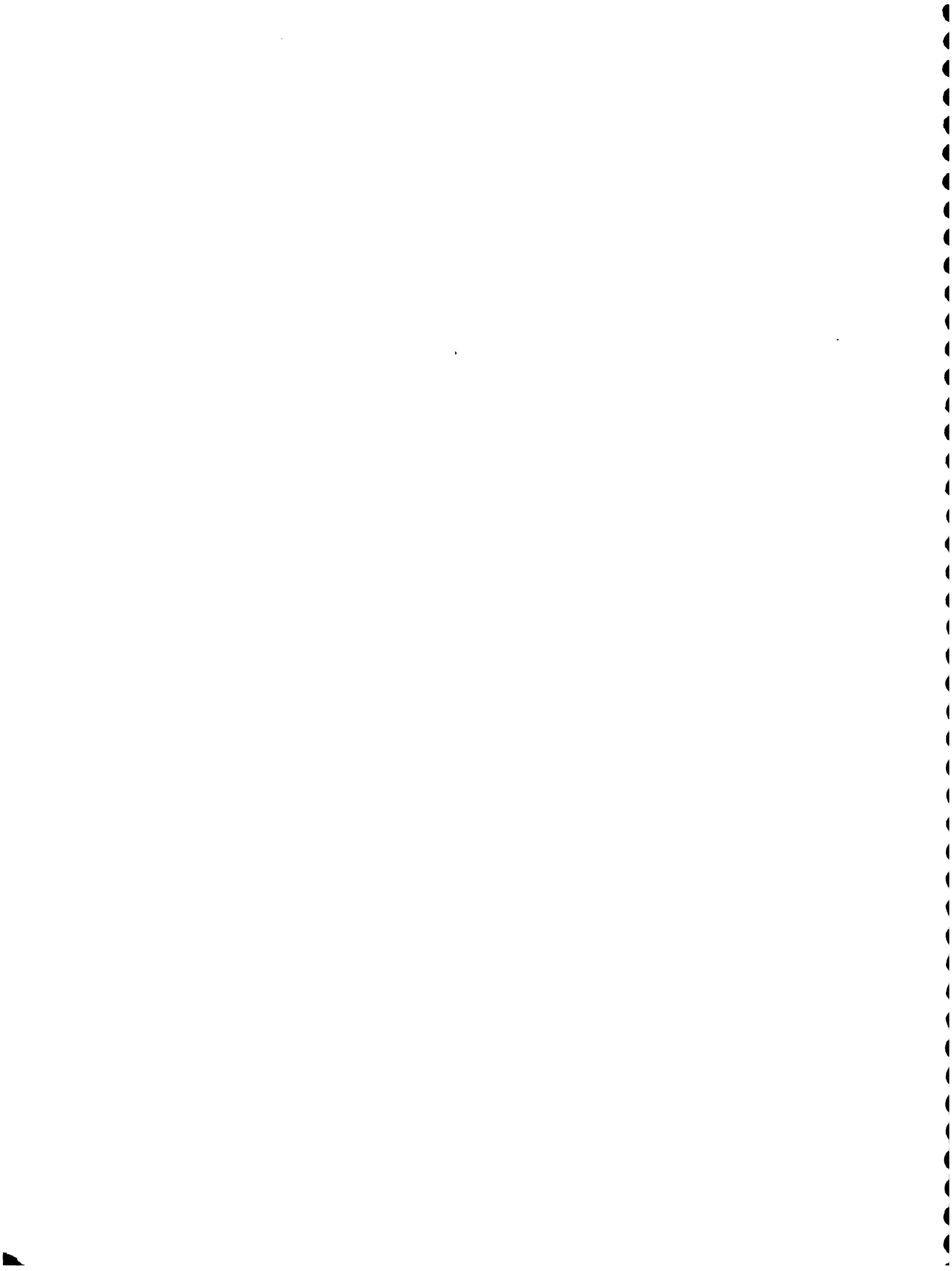
NOTA- EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE.



## CAPÍTULO 11 — ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

## I — Estabelecimentos de saúde, públicos e particulares, por categoria, segundo as Unidades da Federação — 1985

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE								
	Total	Públicos				Particulares			
		Total	Categoria			Total	Categoria		
			Geral	Especializado	Não especializado		Geral	Especializado	Não especializado
BRASIL.....	28 872	17 076	15 756	463	857	11 896	5 804	3 487	2 606
Rorônia.....	375	300	293	3	4	75	58	9	7
Acre.....	136	126	122	4	-	10	7	3	-
Amazonas.....	334	284	267	7	10	50	21	26	3
Roraima.....	90	71	70	1	-	19	19	-	-
Pará.....	701	482	473	6	3	219	162	41	16
Amapá.....	86	75	74	1	-	11	7	4	-
Maranhão.....	513	319	292	8	19	194	156	26	10
Piauí.....	683	586	556	12	18	97	48	42	7
Ceará.....	1 458	1 000	900	25	75	458	176	125	157
Rio Grande do Norte.....	730	668	601	31	26	132	37	60	36
Paraíba.....	787	586	540	17	12	216	136	51	32
Pernambuco.....	1 387	900	886	29	60	437	220	113	104
Alagoas.....	542	444	435	9	-	98	58	36	3
Fernando de Noronha.....	1	1	-	-	1	-	-	-	-
Sergipe.....	481	327	312	11	4	134	83	38	3
Bahia.....	2 542	1 744	1 657	46	42	798	331	260	267
Minas Gerais.....	3 643	2 401	2 334	27	40	1 242	638	262	121
Espírito Santo.....	621	336	319	16	7	286	193	71	21
Rio de Janeiro.....	1 905	820	586	60	171	1 086	256	350	479
São Paulo.....	4 900	2 001	1 654	86	252	2 807	803	1 171	633
Paraná.....	1 944	871	817	14	40	1 073	496	197	381
Santa Catarina.....	1 224	644	604	18	22	580	411	126	43
Rio Grande do Sul.....	2 053	1 032	1 001	14	17	1 021	673	306	42
Mato Grosso do Sul.....	402	253	241	1	11	149	113	19	17
Mato Grosso.....	337	174	166	2	6	163	126	16	20
Goiás.....	997	515	495	12	6	482	342	98	44
Distrito Federal.....	142	83	79	1	3	59	22	27	10



## CAPÍTULO 12 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

## 1 - Segurados do Instituto Nacional de Previdência Social, por categoria, segundo as Unidades da Federação - 1985-87

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	SEGURADOS								
		Total	Categoria							
			Empregadores	Empregados	Empregados em entidades filantrópicas	Autônomos	Empregados domésticos	Avulsos	Facultativos	Contribuintes em dobro
<b>BRASIL</b>	1985	25 616 800	2 387 458	20 106 390	588 688	1 685 588	688 084	30 748	38 425	110 161
	1986	27 479 600	2 661 089	21 568 680	610 046	1 808 151	739 199	32 975	41 219	118 162
	1987	28 437 708	2 650 394	22 320 768	631 317	1 871 201	784 974	34 126	42 067	122 282
<b>Acre (1)</b>	1985	151 013	14 088	118 628	3 358	9 945	4 088	58	227	650
	1986	183 952	17 159	144 510	4 088	12 115	4 953	59	278	792
	1987	193 208	18 023	151 781	4 283	12 724	5 202	61	290	832
<b>Alagoas (2)</b>	1985	266 242	24 830	209 108	5 914	17 530	7 188	150	400	1 148
	1986	293 838	27 404	230 785	6 827	19 347	7 908	161	441	1 264
	1987	306 926	28 624	241 084	6 818	20 208	8 262	167	461	1 321
<b>Amazonas (3)</b>	1985	580 762	52 285	440 330	12 458	36 914	15 081	434	841	2 412
	1986	612 523	57 112	480 981	13 604	40 322	16 484	466	919	2 635
	1987	628 200	58 574	493 289	13 952	41 354	16 905	482	942	2 702
<b>Pará (3)</b>	1985	499 188	46 555	392 075	11 089	32 869	13 437	268	748	2 148
	1986	538 237	50 197	422 748	11 957	35 440	14 488	285	908	2 310
	1987	567 008	51 948	437 487	12 374	36 678	14 993	295	838	2 387
<b>Maranhão</b>	1985	273 708	25 548	215 138	6 085	18 038	7 373	-	411	1 178
	1986	298 422	27 680	232 942	6 580	19 528	7 983	-	448	1 278
	1987	308 736	28 620	241 080	6 812	20 204	8 280	-	480	1 320
<b>Piauí</b>	1985	727 068	67 804	571 021	16 151	47 870	19 570	451	1 081	3 128
	1986	774 474	72 223	608 238	17 203	50 990	20 845	483	1 162	3 332
	1987	795 800	74 211	624 981	17 677	52 384	21 419	500	1 184	3 424
<b>Coarã</b>	1985	266 816	25 088	211 117	5 971	17 688	7 236	168	403	1 187
	1986	285 623	28 636	224 314	6 344	18 806	7 888	179	429	1 229
	1987	295 883	27 584	232 138	6 588	19 480	7 988	186	444	1 272
<b>Rio Grande do Norte</b>	1985	358 428	33 424	281 488	7 982	23 598	9 847	228	638	1 842
	1986	384 488	36 858	301 881	8 541	25 314	10 348	245	677	1 954
	1987	392 222	38 575	308 028	8 712	25 823	10 667	253	688	1 987
<b>Pernambuco (4)</b>	1985	929 688	86 685	729 982	20 643	61 168	25 014	936	1 386	3 688
	1986	987 312	92 688	782 942	22 148	66 638	26 833	1 003	1 400	4 288
	1987	1 032 088	95 208	810 244	22 917	67 925	27 788	1 038	1 548	4 438
<b>Alagoas</b>	1985	284 344	26 501	223 181	6 312	18 710	7 848	341	427	1 223
	1986	306 022	28 428	238 412	6 771	20 070	8 206	366	468	1 312
	1987	312 817	29 154	245 638	6 944	20 583	8 415	378	488	1 348
<b>Sergipe</b>	1985	181 688	16 951	142 758	4 028	11 988	4 882	-	273	782
	1986	188 637	17 415	148 687	4 148	12 295	5 027	-	288	804
	1987	190 304	17 758	148 548	4 230	12 537	5 125	-	288	819
<b>Bahia</b>	1985	1 489 642	137 040	1 154 108	32 643	86 750	38 584	1 019	2 206	6 322
	1986	1 580 088	146 470	1 225 109	34 651	102 703	41 887	1 083	2 341	6 711
	1987	1 603 118	148 487	1 258 888	36 612	105 540	43 146	1 131	2 407	6 887
<b>Minas Gerais</b>	1985	2 426 088	228 570	1 908 088	53 688	158 980	65 394	-	3 847	10 483
	1986	2 577 227	240 488	2 025 297	57 283	168 785	68 411	-	3 870	11 086
	1987	2 688 340	251 787	2 120 472	58 575	177 784	72 673	-	4 062	11 617
<b>Espírito Santo</b>	1985	418 614	38 198	321 702	9 088	26 988	11 028	9 241	618	1 783
	1986	440 825	40 210	338 028	9 578	29 388	11 806	9 912	548	1 886
	1987	461 874	42 141	364 908	10 038	29 752	12 183	10 258	678	1 944
<b>Rio de Janeiro</b>	1985	3 258 688	303 688	2 557 533	72 337	214 404	87 881	6 088	4 886	14 011
	1986	3 485 847	324 748	2 734 908	77 364	229 274	93 730	5 427	5 227	14 983
	1987	3 538 022	329 708	2 778 702	78 538	232 777	95 183	5 818	5 307	15 212
<b>São Paulo</b>	1985	8 088 833	752 048	6 333 814	179 138	530 953	217 081	7 119	12 103	34 806
	1986	8 688 781	808 280	6 807 088	182 629	570 652	233 282	7 838	13 000	37 282
	1987	9 085 810	845 211	7 118 081	201 328	588 728	243 950	7 904	13 804	38 958
<b>Pernambuco</b>	1985	1 414 134	131 798	1 108 673	31 381	83 043	36 037	1 801	2 121	6 085
	1986	1 508 002	140 348	1 181 983	33 430	99 087	40 908	1 932	2 288	6 476
	1987	1 552 837	144 712	1 218 713	34 470	102 188	41 788	2 000	2 328	6 877
<b>Santa Catarina</b>	1985	768 148	71 624	603 182	17 081	50 587	20 673	574	1 183	3 306
	1986	834 990	77 857	655 887	18 548	54 988	22 472	618	1 253	3 582
	1987	888 828	82 692	698 408	19 987	59 381	23 887	637	1 331	3 616
<b>Rio Grande do Sul</b>	1985	1 747 007	162 824	1 371 258	38 784	114 958	46 988	2 080	2 820	7 512
	1986	1 805 447	168 263	1 417 081	40 081	118 795	48 585	2 210	2 708	7 784
	1987	1 845 677	172 010	1 448 817	40 972	121 441	49 847	2 268	2 798	7 938
<b>Mato Grosso do Sul</b>	1985	217 838	20 293	170 804	4 834	14 327	6 858	457	327	838
	1986	242 020	22 538	189 804	5 388	16 812	8 506	480	363	1 040
	1987	250 480	23 323	196 423	5 558	18 487	8 732	508	376	1 078
<b>Mato Grosso</b>	1985	197 393	18 383	154 819	4 378	12 879	5 308	383	298	648
	1986	219 982	20 489	172 548	4 680	14 465	5 914	410	330	945
	1987	233 336	21 733	183 030	5 177	15 344	6 273	428	350	1 003
<b>Goiás</b>	1985	573 121	53 479	450 383	12 738	37 757	15 438	-	681	2 487
	1986	620 293	57 881	487 452	13 788	40 864	16 708	-	832	2 870
	1987	653 282	60 980	513 377	14 820	43 038	17 584	-	981	2 812
<b>Distrito Federal</b>	1985	556 212	51 908	436 308	12 340	38 577	14 963	-	833	2 381
	1986	658 714	61 465	517 648	14 641	43 298	17 740	-	980	2 838
	1987	636 238	58 388	498 888	14 141	41 914	17 138	-	956	2 738



## 2- INSTRUÇÃO

2.1- PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO,  
SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO E OS GRUPOS DE IDADE

ALFABETIZAÇÃO E GRUPOS DE IDADE	PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS								
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	URBANA			RURAL		
				TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL.....	121 960 772	59 675 487	62 285 285	90 045 000	43 270 925	46 774 075	31 915 772	16 404 562	15 511 210
5 E 6 ANOS.....	7 265 740	3 666 219	3 599 521	5 126 097	2 596 934	2 529 163	2 139 643	1 069 285	1 070 358
7 A 9 ANOS.....	10 383 188	5 232 474	5 150 714	7 196 319	3 624 419	3 571 900	3 188 889	1 608 055	1 578 814
10 A 14 ANOS.....	15 495 974	7 816 978	7 678 698	10 706 515	5 369 898	5 336 617	4 789 159	2 447 078	2 342 081
15 A 19 ANOS.....	14 083 944	6 940 734	7 143 210	10 103 745	4 831 719	5 272 026	3 980 199	2 109 015	1 871 184
20 A 24 ANOS.....	13 035 711	6 377 216	6 658 495	9 898 378	4 719 318	5 179 062	3 137 333	1 657 900	1 479 433
25 A 29 ANOS.....	11 309 100	5 418 769	5 890 331	8 763 874	4 137 548	4 626 326	2 545 426	1 281 221	1 264 205
30 A 39 ANOS.....	18 582 194	8 995 819	9 586 375	14 468 813	6 931 288	7 535 525	4 115 381	2 064 531	2 050 850
40 A 49 ANOS.....	12 940 500	6 339 003	6 601 497	9 757 942	4 695 041	5 062 901	3 182 558	1 643 962	1 538 596
50 A 59 ANOS.....	9 099 628	4 398 975	4 702 653	6 601 664	3 199 838	3 401 826	2 287 984	1 197 137	1 100 827
60 ANOS OU MAIS.....	9 763 154	4 490 839	5 272 315	7 222 982	3 164 461	4 058 521	2 540 572	1 326 378	1 214 194
IDADE IGNORADA.....	1 938	463	1 475	1 271	463	808	868	-	668
ALFABETIZADAS.....	90 541 061	44 261 149	46 279 912	72 692 426	35 220 351	37 472 075	17 848 635	9 040 798	8 807 837
5 E 6 ANOS.....	539 362	255 615	283 747	481 174	229 462	251 692	56 188	26 133	32 055
7 A 9 ANOS.....	5 781 161	2 603 491	2 977 671	4 696 132	2 288 670	2 407 462	1 085 030	514 621	570 209
10 A 14 ANOS.....	12 861 663	6 259 336	6 601 727	9 673 114	4 753 293	4 919 819	3 188 549	1 506 641	1 681 908
15 A 19 ANOS.....	12 591 305	6 021 964	6 569 341	9 513 795	4 506 023	5 007 772	3 077 510	1 515 941	1 561 569
20 A 24 ANOS.....	11 641 609	5 606 724	6 034 685	9 274 627	4 405 839	4 868 788	2 366 962	1 200 885	1 166 097
25 A 29 ANOS.....	10 045 347	4 794 393	5 250 954	8 176 863	3 873 845	4 303 018	1 868 464	920 548	945 936
30 A 39 ANOS.....	15 749 414	7 700 391	8 049 023	13 015 600	6 296 630	6 718 970	2 733 814	1 403 761	1 330 053
40 A 49 ANOS.....	9 778 028	4 919 101	4 856 927	8 066 694	4 033 382	4 033 312	1 688 334	885 719	803 615
50 A 59 ANOS.....	6 246 818	3 224 021	3 024 597	5 234 178	2 632 044	2 602 134	1 014 440	591 977	422 463
60 ANOS OU MAIS.....	5 305 262	2 675 050	2 630 232	4 536 978	2 200 678	2 336 300	768 304	474 372	293 932
IDADE IGNORADA.....	1 271	463	808	1 271	463	808	-	-	-
NÃO ALFABETIZADAS.....	31 417 366	15 413 355	16 004 011	17 390 948	8 049 591	9 301 357	14 066 418	7 363 764	6 702 654
5 E 6 ANOS.....	6 725 731	3 409 957	3 315 774	4 644 276	2 368 805	2 277 471	2 061 455	1 043 152	1 038 303
7 A 9 ANOS.....	4 601 812	2 428 983	2 172 629	2 499 773	1 335 749	1 164 024	2 101 839	1 093 234	1 008 605
10 A 14 ANOS.....	2 633 875	1 558 704	1 076 971	1 033 065	818 267	416 798	1 600 610	940 437	660 173
15 A 19 ANOS.....	1 492 639	918 770	973 869	989 950	325 896	264 254	902 689	593 074	309 615
20 A 24 ANOS.....	1 393 873	770 492	623 381	623 522	313 477	310 045	770 351	457 015	313 336
25 A 29 ANOS.....	1 263 753	624 376	639 377	584 811	263 703	321 108	878 842	360 673	318 269
30 A 39 ANOS.....	2 836 780	1 295 426	1 537 352	1 451 213	634 658	816 555	1 381 567	660 770	720 797
40 A 49 ANOS.....	3 164 472	1 419 902	1 744 570	1 671 248	661 659	1 009 589	1 493 224	758 243	734 981
50 A 59 ANOS.....	2 850 291	1 172 954	1 677 337	1 567 486	567 794	999 692	1 282 805	605 160	677 645
60 ANOS OU MAIS.....	4 487 666	1 815 789	2 642 063	2 685 604	963 783	1 721 821	1 772 668	852 006	920 262
IDADE IGNORADA.....	666	-	668	-	-	-	668	-	668
SEM DECLARAÇÃO.....	2 345	963	1 362	1 626	963	643	719	-	719
5 E 6 ANOS.....	647	647	-	647	647	-	-	-	-
7 A 9 ANOS.....	414	-	414	414	-	414	-	-	-
10 A 14 ANOS.....	336	336	-	336	336	-	-	-	-
15 A 19 ANOS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20 A 24 ANOS.....	229	-	229	229	-	229	-	-	-
25 A 29 ANOS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30 A 39 ANOS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40 A 49 ANOS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50 A 59 ANOS.....	719	-	719	-	-	-	719	-	719
60 ANOS OU MAIS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IDADE IGNORADA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTA- EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE.





## 2- INSTRUÇÃO

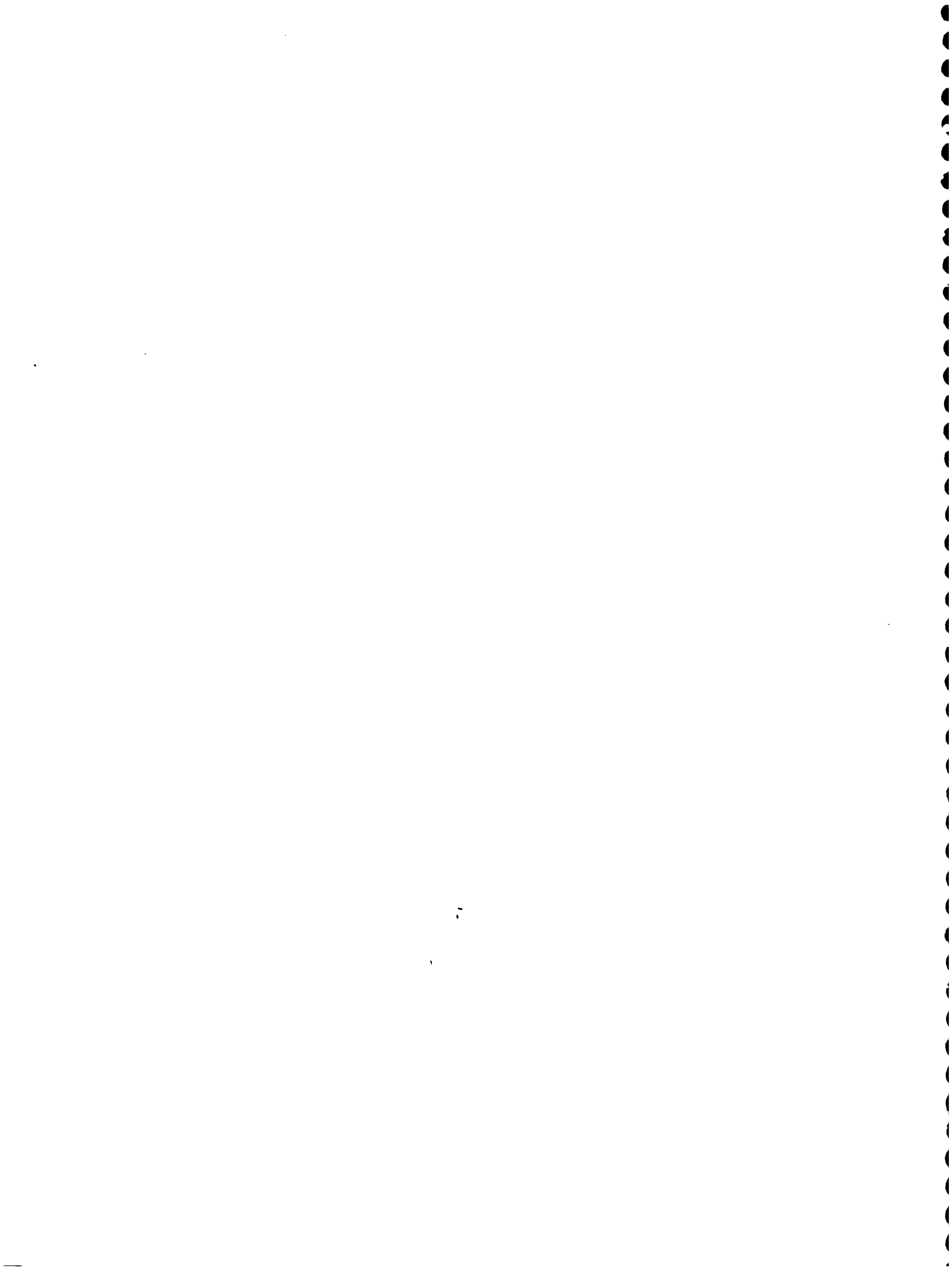
2.3- ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS, POR SEXO E POR SITUAÇÃO DO DOMICILIO,  
SEGUNDO O GRAU E A SERIE QUE FREQUENTAM

GRAU E SERIE QUE FREQUENTAM	ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DO DOMICILIO	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL.....	34 410 347	16 880 480	17 729 867	26 820 818	7 589 531
PRE-ESCOLAR.....	3 930 579	1 965 564	1 945 015	3 075 741	854 838
1. GRAU.....	25 691 090	12 616 575	13 072 515	19 218 667	6 472 423
1. SERIE.....	6 624 304	3 471 774	3 152 530	4 051 354	2 572 950
2. SERIE.....	4 370 131	2 219 415	2 150 716	3 125 829	1 244 302
3. SERIE.....	3 687 197	1 810 574	1 876 623	2 769 939	827 258
4. SERIE.....	3 044 764	1 472 316	1 572 448	2 310 601	734 163
5. SERIE.....	2 759 322	1 307 845	1 451 477	2 366 751	392 571
6. SERIE.....	2 024 682	906 398	1 118 284	1 772 442	252 240
7. SERIE.....	1 639 621	740 685	892 936	1 445 411	188 210
8. SERIE.....	1 455 875	647 504	808 371	1 306 652	149 223
SEM DECLARAÇÃO DE SERIE.....	91 194	42 064	49 130	79 688	11 506
2. GRAU.....	3 290 021	1 368 732	1 923 289	3 059 449	230 572
SUPERIOR (1).....	1 493 742	707 734	788 008	1 462 855	30 887
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU.....	4 815	1 855	3 060	4 104	811

NOTA- EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE.  
(1) INCLUSIVE MESTRADO OU DOUTORADO.



ANEXO II: BRASIL. SITUAÇÃO AGRÁRIA E AGRÍCOLA



ESTRUTURA DA POSSE DE TERRA: PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DA ÁREA DA TERRA

Tamanho da faixa de terra (hectares)	1940		1950		1960		1970		1975		1980	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
menos que	1	2,000	0,010	0,010	4,000	0,040	8,010	0,080	9,100	0,090	9,190	0,080
1 a menos que	2	5,420	0,070	0,070	8,300	0,150	9,960	0,220	10,720	0,230	10,000	0,190
2 a menos que	5	14,310	0,470	0,420	18,570	0,820	18,650	1,020	18,420	0,930	17,550	0,800
5 a menos que	10	12,620	0,910	0,800	13,970	1,370	14,660	1,760	13,810	1,530	13,740	1,370
10 a menos que	20	16,600	2,300	2,120	16,380	3,070	15,660	3,650	14,660	3,160	14,950	2,900
20 a menos que	50	23,930	7,230	6,570	20,180	8,330	16,800	8,640	16,240	7,760	16,550	7,130
50 a menos que	100	10,760	7,210	6,620	8,180	7,630	6,970	8,120	7,080	7,650	7,590	7,400
100 a menos que	200	6,470	8,690	7,900	4,720	8,710	4,390	10,100	4,740	9,830	5,060	9,400
200 a menos que	500	4,700	13,870	4,820	3,500	14,350	3,090	15,620	3,140	14,760	3,290	14,060
500 a menos que	1 000	1,650	10,910	1,790	1,220	11,370	0,980	11,250	1,050	11,180	1,130	10,890
1 000 a menos que	2 000	0,500	7,220	0,890	0,550	10,070	0,440	9,950	0,480	10,160	0,530	10,060
2 000 a menos que	5 000	0,780	16,530	0,490	0,300	12,080	0,230	11,380	0,250	11,430	0,290	12,000
5 000 a menos que	10 000	0,120	7,620	0,120	0,070	6,430	0,050	5,880	0,060	6,150	0,070	6,520
10 000 a menos que	100 000	0,060	13,300	0,070	0,050	13,300	0,030	9,910	0,030	11,200	0,050	13,260
acima de	100 000	0,002	3,650	0,003	2,270	0,840	2,400	0,840	3,910	0,850	0,001	3,930
Coeficiente GINI			0,830	0,840		0,840		0,840		0,840		0,850

Fonte: IBGE  
 \* Não significativo.



**PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DA ÁREA AGRÍCOLA**

Ano	menos de 10 ha		de 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1 000 ha		1 000 ha ou mais	
	% de estabelecimentos	% área	% de estabelecimentos	% área	% de estabelecimentos	% área	% de estabelecimentos	% área
1940	34,4	1,5	51,3	16,7	12,8	33,5	1,5	48,3
1950	34,4	1,3	51,0	15,3	12,9	32,5	1,6	50,9
1960	44,8	2,3	44,7	19,0	9,4	34,4	1,2	44,2
1970	51,3	3,1	39,4	20,4	8,4	37,0	0,9	39,6
1975	52,0	2,7	37,9	18,6	9,0	35,8	1,1	43,0
1980	50,5	2,4	39,1	17,4	9,5	34,3	0,9	45,8

Fonte: Tabela 2

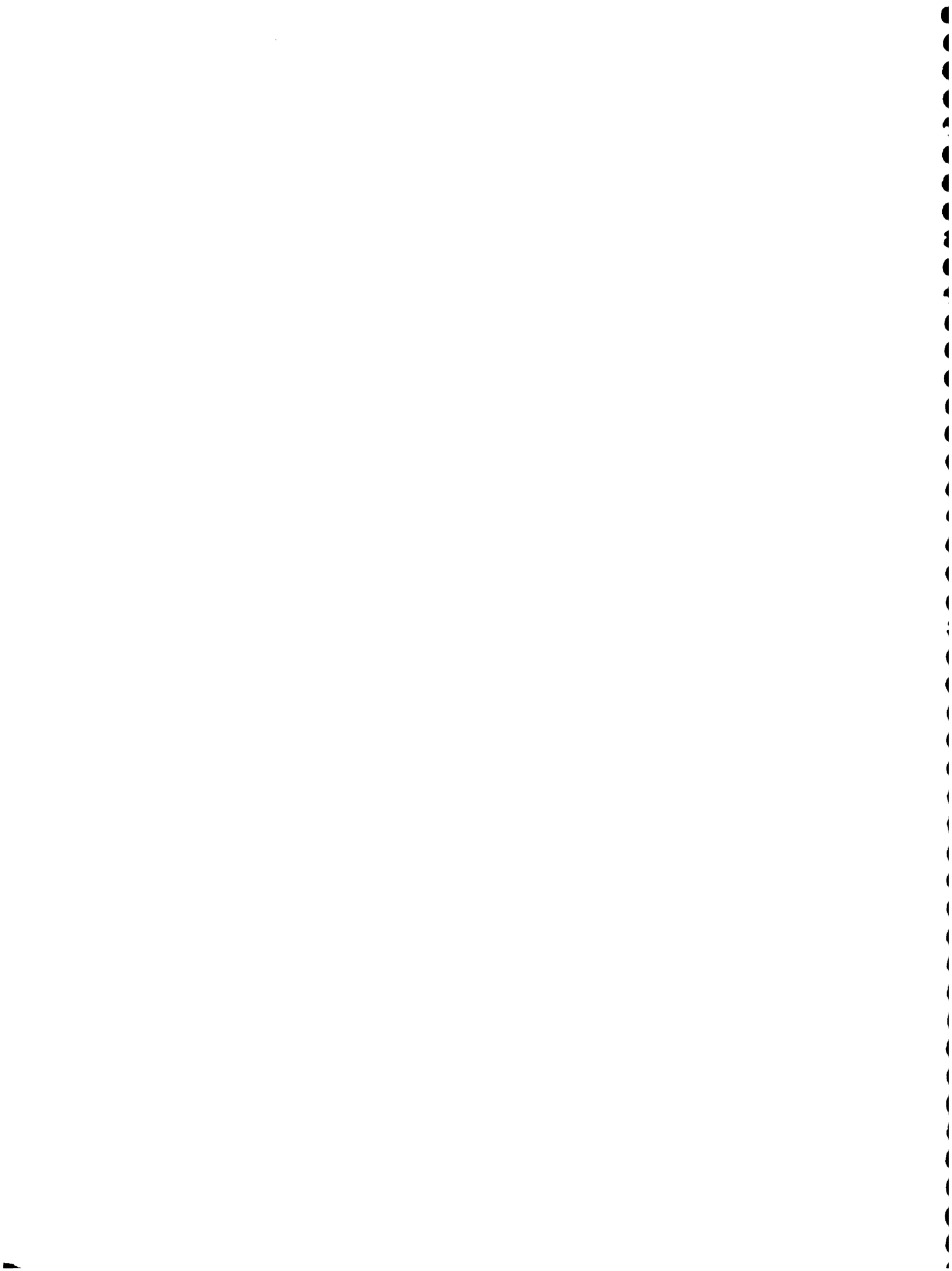
**PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE IMÓVEIS E DO TOTAL DA ÁREA - BRASIL**

Ano	menos de 10 ha		de 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1 000 ha		1 000 ha ou mais	
	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área
1972	31,1	1,4	54,7	16,1	12,7	31,2	1,5	51,3
1978	28,5	1,0	55,6	13,3	14,1	27,1	1,8	58,6

Ano	Minifúndio		Empresa rural		Latifúndio por exploração		Latifúndio por dimensão	
	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área
1972	71,9	12,5	4,8	9,8	23,2	72,9	-	4,8
1978	65,6	9,3	3,2	4,9	28,4	75,7	-	8,9

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural - INCRA.





**PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DA ÁREA AGRÍCOLA**

Ano	menos de 10 ha		de 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1 000 ha		1 000 ha ou mais	
	% de estabelecimentos	% área	% de estabelecimentos	% área	% de estabelecimentos	% área	% de estabelecimentos	% área
1940	34,4	1,5	51,3	16,7	12,8	33,5	1,5	48,3
1950	34,4	1,3	51,0	15,3	12,9	32,5	1,6	50,9
1960	44,8	2,3	44,7	19,0	9,4	34,4	1,2	44,2
1970	51,3	3,1	39,4	20,4	8,4	37,0	0,9	39,0
1975	52,0	2,7	37,9	18,6	9,0	35,8	1,1	43,0
1980	50,5	2,4	39,1	17,4	9,5	34,3	0,9	45,8

Fonte: Tabela 2

**PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE IMÓVEIS E DO TOTAL DA ÁREA - BRASIL**

Ano	menos de 10 ha		de 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1 000 ha		1 000 ha ou mais	
	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área
1972	31,1	1,4	54,7	16,1	12,7	31,2	1,5	51,3
1978	28,5	1,0	55,6	13,3	14,1	27,1	1,8	58,6

Ano	Minifúndio		Empresa rural		Latifúndio por exploração		Latifúndio por dimensão	
	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área
1972	71,9	12,5	4,8	9,8	23,2	72,9	-	4,8
1978	65,6	9,3	3,2	4,9	28,4	75,7	-	8,9

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural - INCRA.



**PADRÃO DE UTILIZAÇÃO DA TERRA – BRASIL/1980 .**

Área de estabelecimentos (hectares)	% da área total com lavouras	% da área total com pastagens	% não aproveitada para fins agropecuários
Menores de 10	64,6	25,0	10,4
10 a menos de 20	45,3	22,5	32,2
20 a menos de 50	31,2	20,0	48,8
50 a menos de 100	21,2	19,1	59,7
10 a menos de 100	29,3	20,0	50,7
100 a menos de 200	16,1	37,4	46,5
200 a menos de 500	13,5	39,0	47,5
500 a menos de 1 000	10,7	37,8	51,5
100 a menos de 1 000	13,3	38,2	48,5
1 000 a menos de 5 000	7,9	37,7	54,4
5 000 a menos de 10 000	4,1	26,1	69,8
10 000 a menos de 100 000	2,1	13,6	84,3
1 000 ou mais	4,5	23,0	72,5
<b>Total</b>	<b>13,3</b>	<b>27,7</b>	<b>59,0</b>

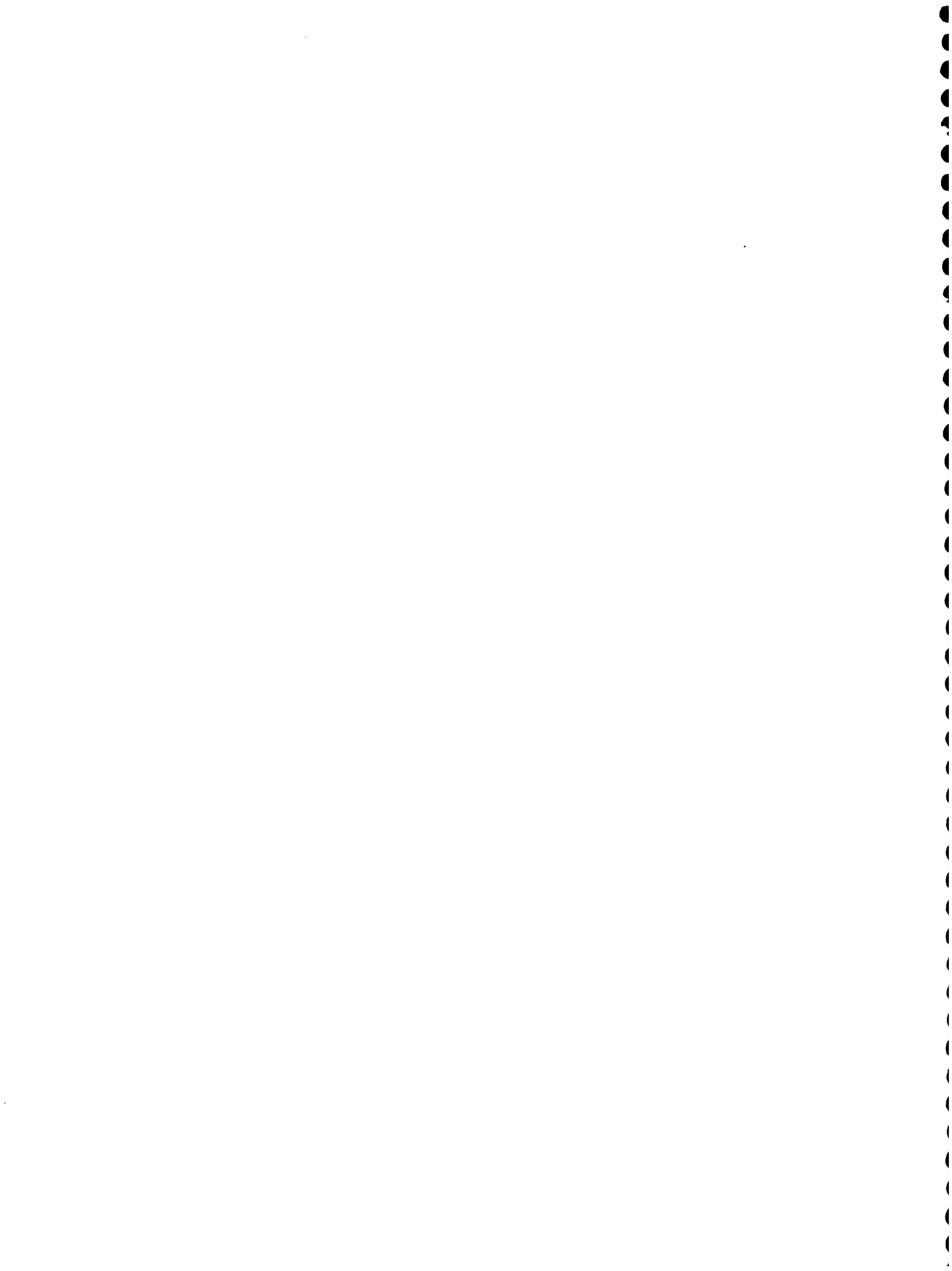
*Fontes: Marcos C. C. de Albuquerque, "Agricultura Brasileira no Período 1966-80", EAESP/FGV. Dados primários obtidos da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, FIBGE, 1982.*

**DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS IMÓVEIS – BRASIL/1978**

Área de estabelecimentos (hectares)	Não aproveitável*	Aproveitável não explorada	Inexplorada total
Até 10 ha.	6,7	32,8	39,5
De 10 a menos de 100	7,5	35,9	43,5
De 100 a menos de 1 000	9,2	37,0	46,2
De 1 000 ou mais	28,8	39,8	68,6
Minifúndio	19,8	32,6	52,4
Empresa rural	11,0	6,5	17,5
Latifúndios por exploração	19,6	40,3	59,9
Latifúndios por dimensão	33,1	45,9	79,0

*Fonte: dados cadastrais do INCRA, 1978.*

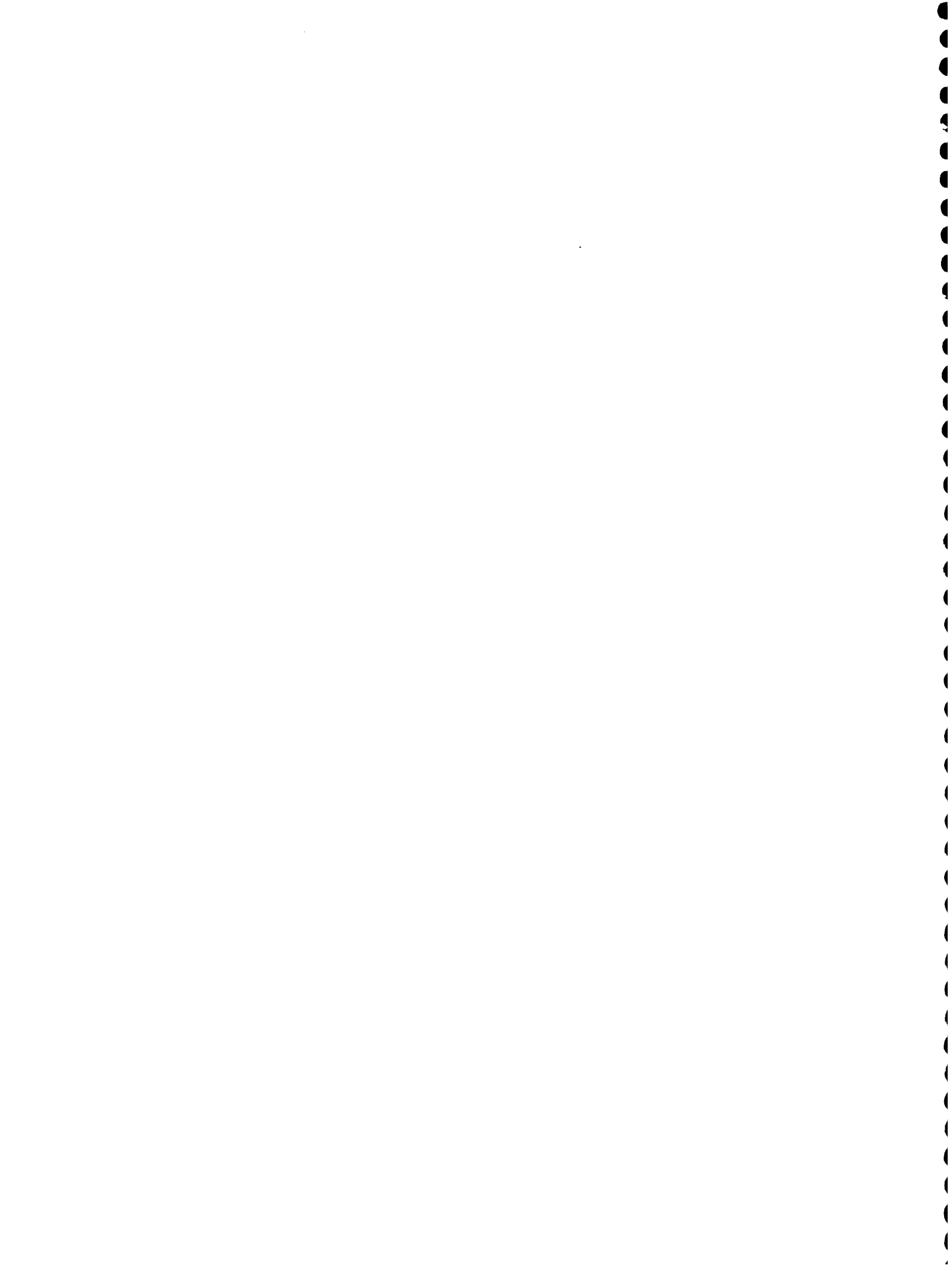
\* Incluir terras inaproveitáveis e reservas florestais legais.



ALGUNS INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO DA  
AGRICULTURA BRASILEIRA

Indicador	1975	1980	1985
Mil Tratores	323	545	652
Milhões ha de Lavouras	40	49	52
Número de Estabelecimentos com Trator (%)	4,3	7,0	7,2
Pessoas Ocupadas/Trator	63	39	36
Área Lavouras/Total (%)	12,3	13,5	13,9
Crédito Investimento	100	51	19
Crédito Custeio	100	136	95
<b>PIB agrícola</b>	<b>100</b>	<b>128</b>	<b>126</b>

Fonte dos dados básicos: Censos Agropecuários e Coordenadoria de Agricultura/IPEA.



**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL OCUPADA  
BRASIL, 1978**

Grupos de tamanho	Total pessoas ocupadas		Assalariados permanentes %	Assalariados temporários %	Declarantes dirigentes do proprietário %	Parceiros e arrendatários %	Outros %
	%	n.º (1 000)					
Até 10 ha	16,7	1 871,6	1,8	9,9	85,2	1,3	1,8
De 10 a menos de 100 ha	51,3	5 732,3	4,6	19,3	68,7	3,1	4,3
100 a menos de 1 000 ha	24,5	2 739,6	18,7	35,7	29,4	5,2	11,0
1 000 ha ou mais	7,5	838,9	35,1	34,9	8,6	5,7	15,7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>11 182,4</b>	<b>9,9</b>	<b>22,9</b>	<b>57,3</b>	<b>3,5</b>	<b>6,4</b>
Minifúndio	48,3	5 404,8	2,0	14,6	78,6	1,8	4,8
Empresa rural	8,5	948,7	26,0	36,5	26,8	3,8	6,9
Latifúndio por exploração	40,4	4 519,4	16,1	30,2	37,6	5,6	10,5
Latifúndio por dimensão	0,2	23,8	47,5	32,8	1,0	0,7	18,0
Unidade de projeto fundiário	2,6	285,9	3,9	16,8	72,9	1,5	4,9
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>11 182,4</b>	<b>9,9</b>	<b>22,9</b>	<b>57,3</b>	<b>3,5</b>	<b>6,4</b>

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, INCRA.

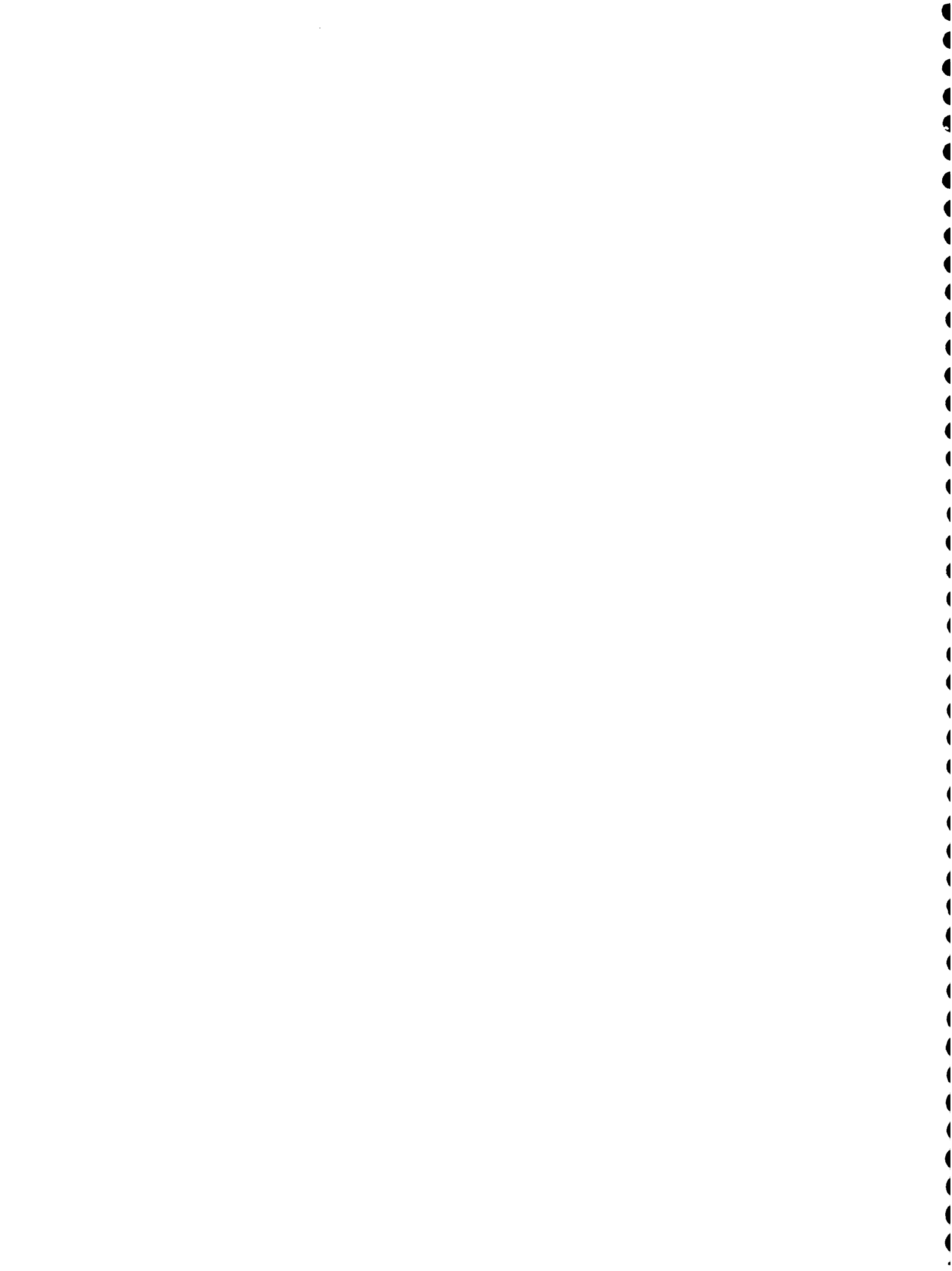




VARIAÇÃO RELATIVA (%) DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS  
DA ÁREA TOTAL E DO PESSOAL OCUPADO

	Nº ESTABELECIMENTOS		ÁREA TOTAL		PESSOAL OCUPADO	
	75/80	80/85	75/80	80/85	75.80	80/85
Com menos de 10 ha	-0,2	18,8	0,2	11,4	-5,1	17,1
Entre 10 a 100 ha	6,2	7,4	7,2	8,0	3,5	5,9
Com mais de 100 ha	10,0	6,0	14,4	1,8	26,1	5,1
<b>Total</b>	<b>3,3</b>	<b>13,1</b>	<b>12,6</b>	<b>3,1</b>	<b>4,0</b>	<b>10,0</b>

Fonte dos dados básicos: Censo Agropecuário 1975 e 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985.



UTILIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL - 1980

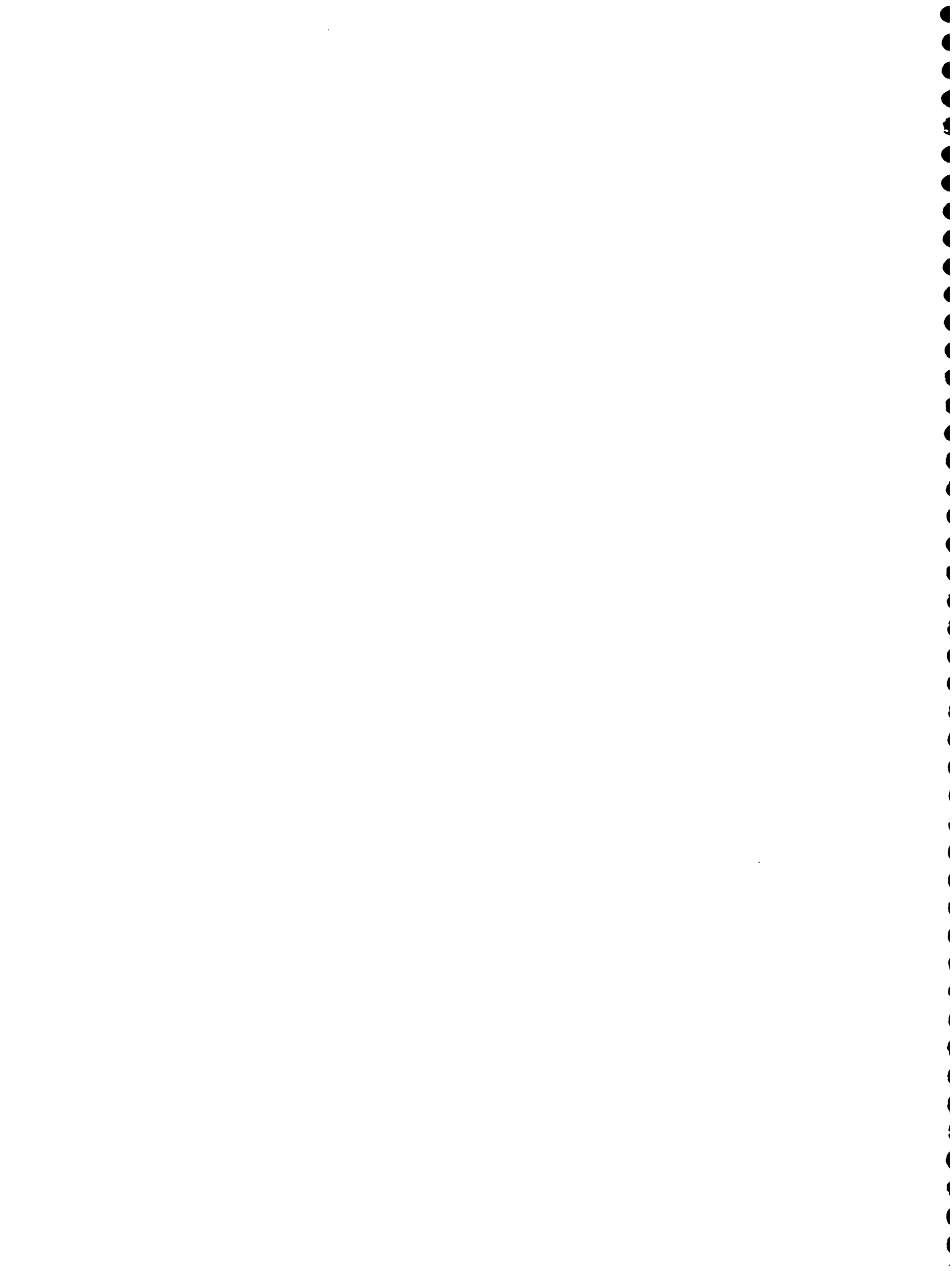
Utilização da terra	Área declarada	% da área
Culturas permanentes	11 119 754	3,1
Culturas temporárias	40 245 938	11,2
Áreas em "descanso"	9 217 922	2,6
Pastagens naturais	107 097 798	29,7
Pastagens artificiais	64 315 567	17,9
Florestas e matas	78 296 210	21,8
Florestas artificiais	5 523 913	1,5
Terras não agriculturáveis	17 962 922	5,0
Terra produtiva não-utilizada	25 939 565	7,2
Total	358 719 589 <sup>1</sup>	100,0

Fonte: *Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário de 1980*, IBGE, 1983.

<sup>1</sup> É reportada a existência de 9 809 450 hectares de utilização desconhecida.



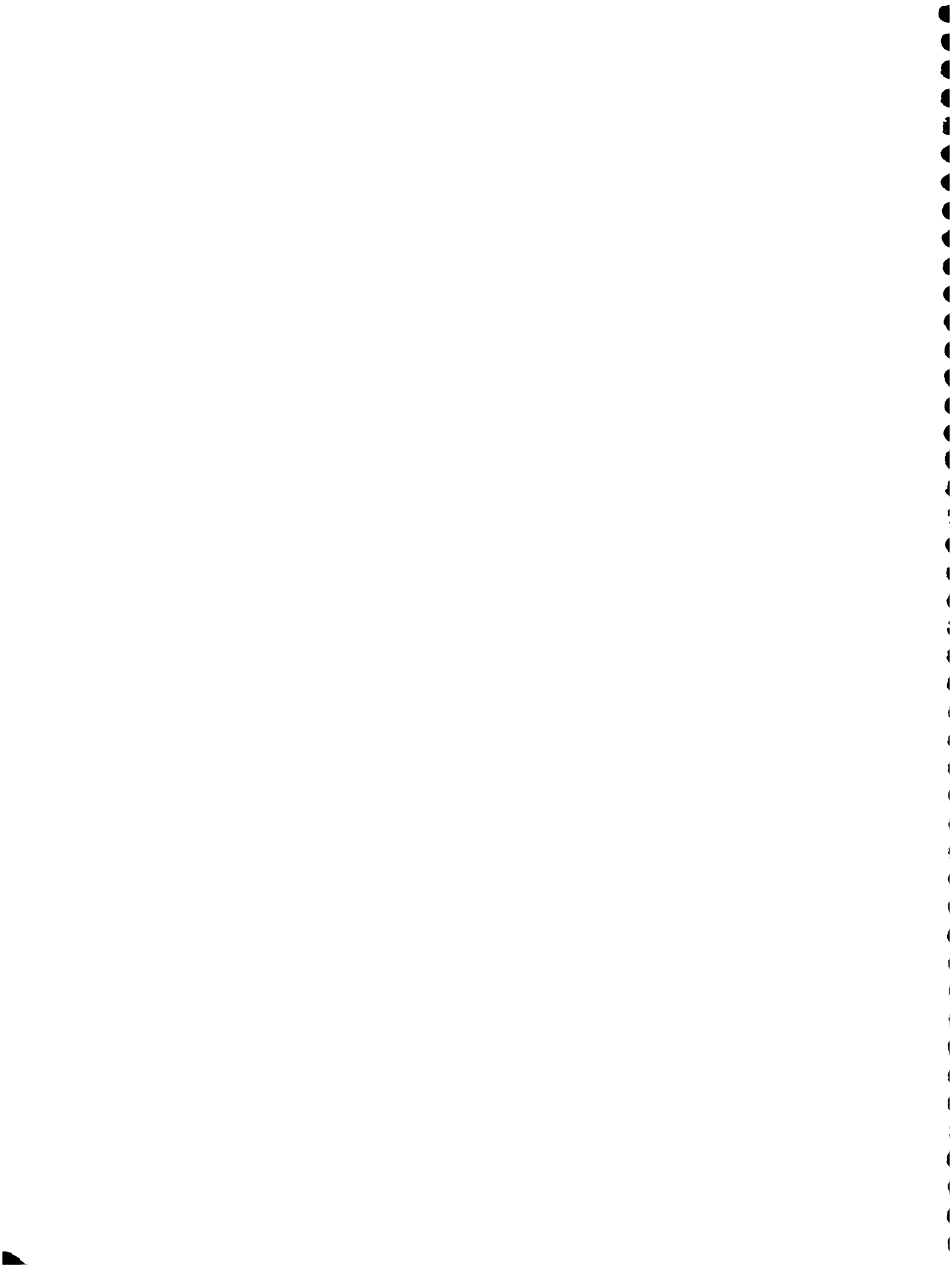
**ANEXO III: REGIÃO NORDESTE. INDICADORES ECONÔMICOS  
E SOCIAIS**



CONFRONTO DOS RESULTADOS DEFINITIVOS DOS RESENSEAMENTOS DE 1920, 1940, 1950, 1960,  
1970, 1975 E 1980, COM OS RESULTADOS PRELIMINARES DE 1985

REGIÃO NORDESTE

ESPECIFICAÇÕES	RESENSEAMENTOS							
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
ESTABELECIMENTOS .....	162 023	737 604	844 510	1 408 114	2 206 787	2 351 415	2 447 512	2 817 908
ÁREA TOTAL (ha) .....	36 075 006	42 887 598	58 341 459	62 990 438	74 297 115	78 688 888	88 442 302	91 906 505
ÁREA DE LAVOURAS (ha) .....	1 233 248	5 768 949	5 273 804	8 727 700	10 322 062	11 033 295	14 191 936	14 426 888
Permanentes .....	...	1 810 875	785 482	2 264 592	3 977 906	3 960 167	4 852 356	4 237 144
Temporárias .....	...	3 958 074	4 488 322	6 463 108	6 344 956	7 073 038	9 339 579	10 189 741
PESSOAL OCUPADO .....	2 462 973	4 571 862	4 334 936	6 659 175	7 568 830	8 738 747	9 333 166	10 374 772
TRATORES .....	72	250	451	3 138	7 280	15 070	38 045	38 278
EFETIVOS DA PECUÁRIA								
Bovinos .....	6 665 759	7 655 206	9 632 438	11 555 757	13 805 621	18 041 177	21 505 844	22 286 534
Suínos .....	1 564 477	5 888 770	6 019 404	5 281 688	7 094 820	9 466 962	7 325 430	7 854 442
Aves .....	10 619 717	14 659 576	18 323 088	30 651 150	36 263 301	56 123 798	64 726 983	77 876 178

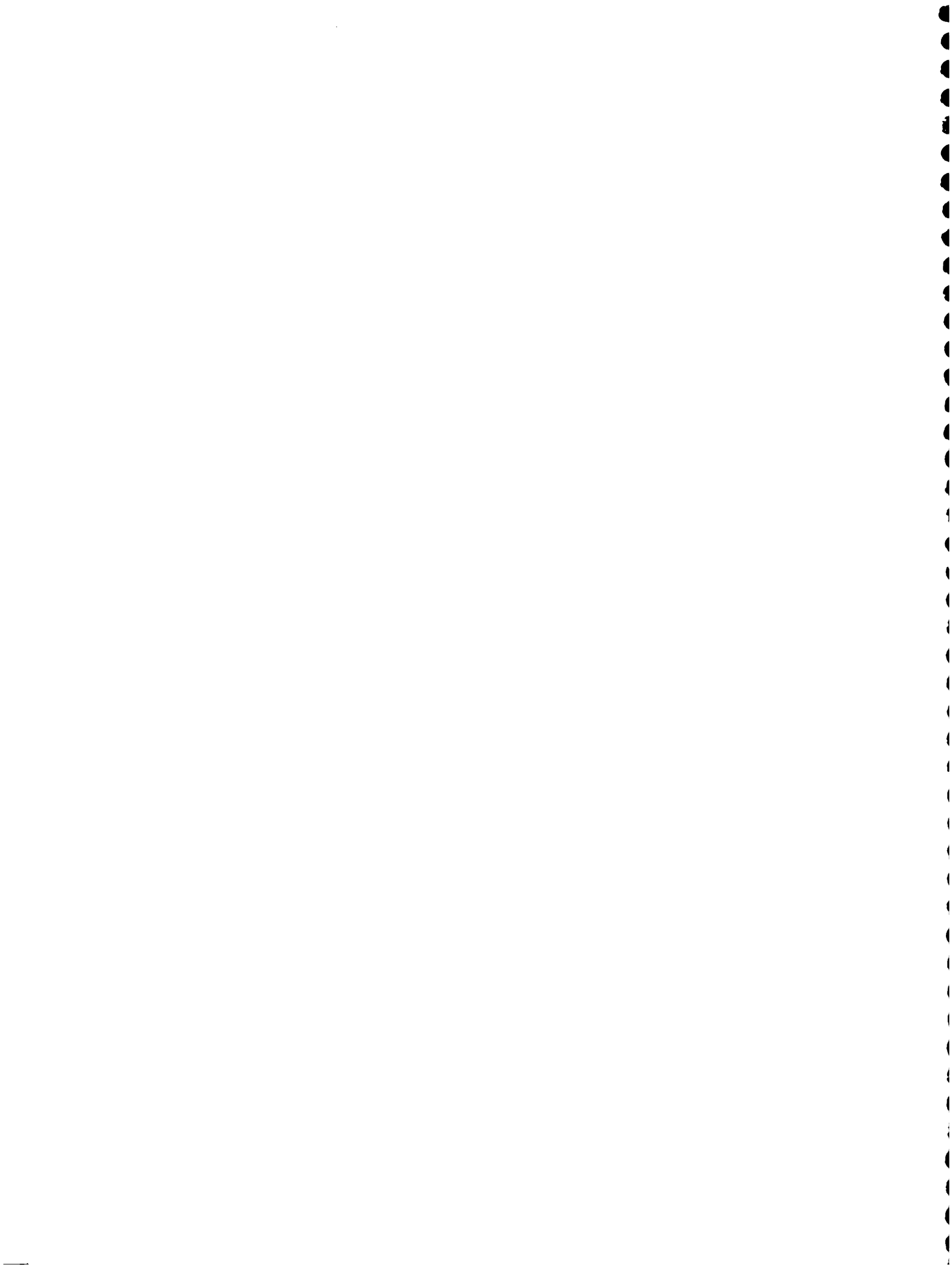




5- DOMICÍLIOS

5.5- DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

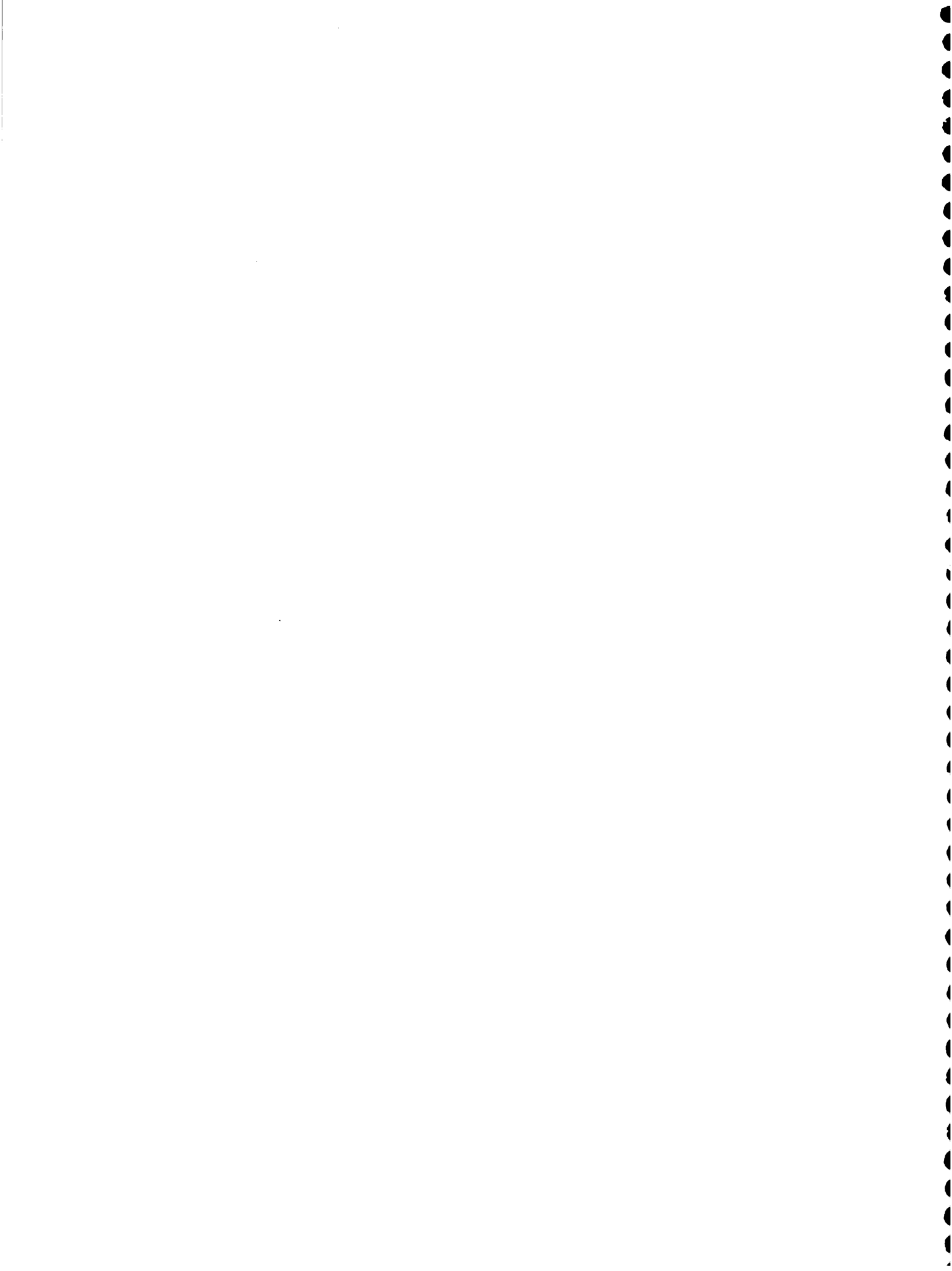
SITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES				
	TOTAL	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO			
		PROPRIOS	ALUGADOS	CEDIÇOS OU OUTRA	SEM DECLARAÇÃO
<b>TOTAL</b> .....	8 482 481	6 071 485	1 138 578	1 270 276	2 141
<b>URBANA</b> .....	4 686 954	3 428 959	1 051 884	416 921	1 080
<b>TIPO</b>					
CASA.....	4 091 252	2 823 127	812 321	343 414	1 080
APARTAMENTO.....	280 411	175 855	23 659	11 047	-
RUSTICO.....	395 564	295 852	48 637	40 075	-
QUARTO OU COMODO.....	142 707	25 285	85 037	22 365	-
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA</b>					
REDE GERAL.....	3 720 613	2 648 509	812 139	281 775	1 080
POÇO OU NASCENTE.....	372 492	283 769	71 364	37 359	-
OUTRA FORMA.....	808 849	520 581	188 481	117 787	-
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-
<b>DESTINO DO LIXO</b>					
COLETADO.....	2 857 056	1 970 150	686 760	199 872	444
QUEIMADO OU ENTERRADO.....	456 226	355 748	58 591	43 867	-
COLOCADO EM TERRENO BALDIO OU OUTRO.....	1 588 672	1 104 061	306 603	173 362	646
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-
<b>ILUMINAÇÃO ELETRICA</b>					
TEM.....	4 507 144	3 187 128	983 726	355 198	1 080
NÃO TEM.....	382 810	262 530	68 258	81 722	-
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-
<b>RURAL</b> .....	3 882 827	2 641 826	86 588	683 365	1 051
<b>TIPO</b>					
CASA.....	2 456 845	1 775 574	69 270	611 050	1 051
APARTAMENTO.....	10 008	6 034	2 001	1 874	-
RUSTICO.....	1 099 284	885 718	10 580	232 595	-
QUARTO OU COMODO.....	18 278	4 200	4 344	7 735	-
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA</b>					
REDE GERAL.....	323 444	247 471	42 099	33 438	435
POÇO OU NASCENTE.....	1 384 189	884 478	17 425	371 648	616
OUTRA FORMA.....	1 574 917	1 308 577	27 070	446 270	-
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-
<b>DESTINO DO LIXO</b>					
COLETADO.....	127 671	80 723	26 025	10 476	435
QUEIMADO OU ENTERRADO.....	473 754	375 843	13 022	81 889	-
COLOCADO EM TERRENO BALDIO OU OUTRO.....	2 861 062	2 171 860	47 468	781 018	616
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-
<b>ILUMINAÇÃO ELETRICA</b>					
TEM.....	888 222	675 793	85 289	226 706	435
NÃO TEM.....	2 914 305	1 885 743	21 288	529 650	616
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-



## 3- MÃO-DE-OBRA

3.22- EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR,  
SEGUNDO O SEXO E OS RAMOS DE ATIVIDADE

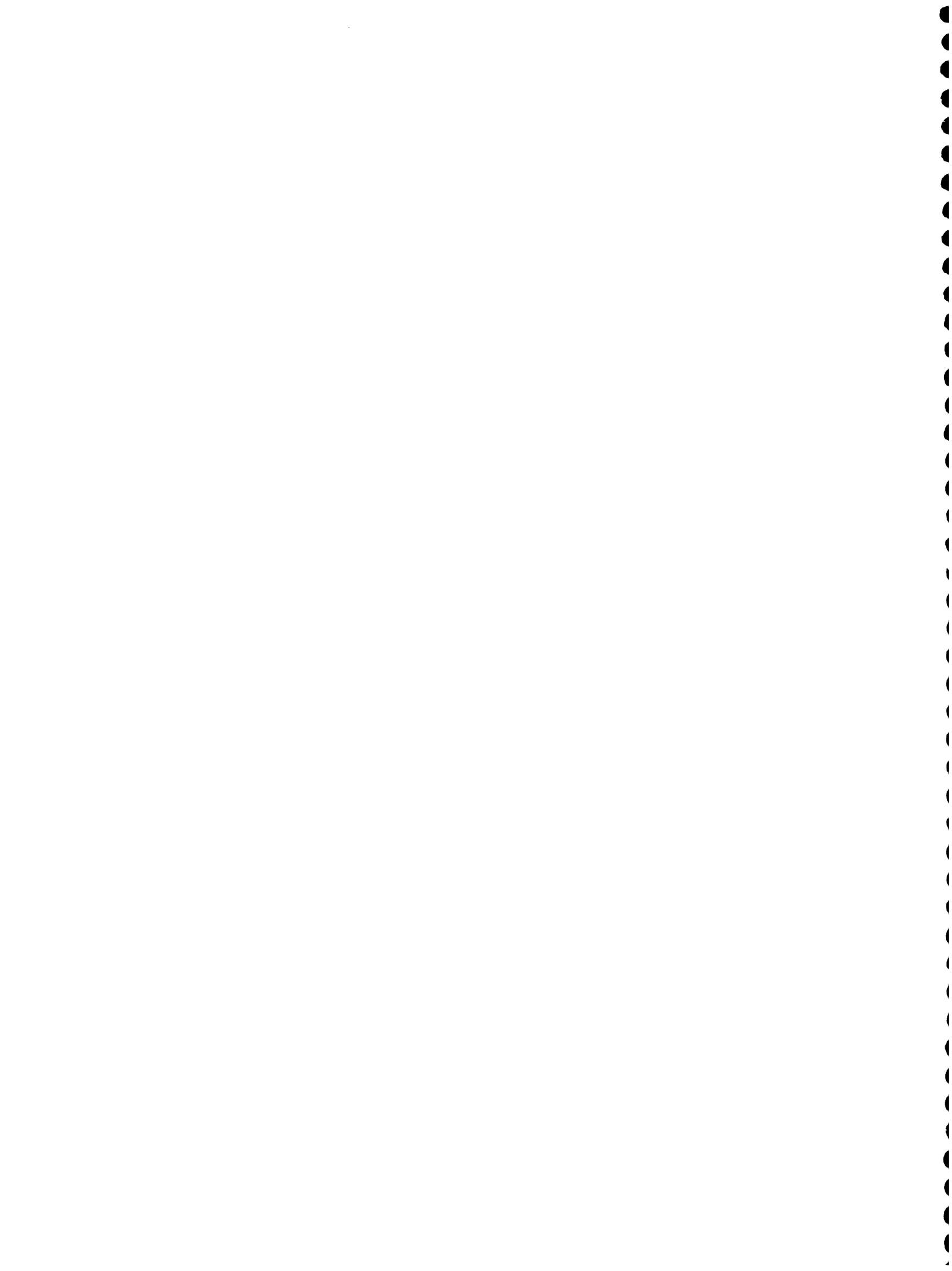
SEXO E RAMOS DE ATIVIDADE	TOTAL	EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL		
		CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR		
		POSSUAM	NÃO POSSUAM	SEM DECLARAÇÃO
TOTAL.....	8 508 708	3 442 775	5 064 875	1 358
AGRICOLA.....	2 227 485	273 157	1 954 328	-
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	1 000 425	521 861	378 564	-
INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO.....	779 181	286 770	512 391	-
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS.....	215 108	141 044	74 062	-
COMERCIO DE MERCADORIAS.....	681 173	379 343	301 876	254
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	1 287 801	254 928	1 002 317	255
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIVIDADE ECONOMICA.....	143 051	102 868	40 385	-
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO.....	273 040	172 425	100 515	-
SOCIAL.....	1 111 518	713 765	397 753	-
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.....	636 385	372 031	264 354	-
OUTRAS ATIVIDADES.....	183 853	144 764	38 220	849
HOMENS.....	5 591 958	2 207 157	3 384 111	650
AGRICOLA.....	1 890 317	241 263	1 649 054	-
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	778 274	474 445	300 829	-
INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO.....	782 479	289 793	502 686	-
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS.....	189 688	123 552	66 136	-
COMERCIO DE MERCADORIAS.....	464 713	246 867	218 146	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	396 443	156 919	239 275	255
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIVIDADE ECONOMICA.....	85 945	64 877	21 268	-
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO.....	248 906	148 082	98 824	-
SOCIAL.....	218 207	161 819	88 669	-
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.....	431 036	240 270	180 768	-
OUTRAS ATIVIDADES.....	126 890	89 877	28 436	438
MULHERES.....	2 916 750	1 235 518	1 680 464	688
AGRICOLA.....	337 168	31 894	306 274	-
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	228 151	147 418	77 735	-
INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO.....	18 582	8 677	9 705	-
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS.....	28 418	17 482	7 935	-
COMERCIO DE MERCADORIAS.....	218 480	132 775	83 430	254
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	681 058	99 018	788 042	-
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIVIDADE ECONOMICA.....	83 118	37 885	15 127	-
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO.....	28 134	24 349	1 781	-
SOCIAL.....	893 211	582 147	331 064	-
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.....	208 345	131 751	73 588	-
OUTRAS ATIVIDADES.....	57 009	44 807	11 782	414



## 3- MÃO-DE-OBRA

3.10- PESSOAS OCUPADAS, POR GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA  
NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS				
	TOTAL	GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA NO TRABALHO PRINCIPAL			
		ATE 39	40 A 49	50 OU MAIS	SEM DECLARAÇÃO
TOTAL.....	18 218 371	4 517 779	7 810 565	3 063 881	23 046
AGRICOLA.....	5 873 421	1 874 383	3 058 232	1 038 051	8 785
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	1 410 877	253 775	888 882	258 441	1 789
INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO.....	1 042 148	87 583	833 354	138 264	1 837
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS.....	238 897	27 023	182 880	47 720	2 284
COMERCIO DE MERCADORIAS.....	1 831 938	448 595	751 473	430 084	1 778
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	2 230 033	880 875	723 848	843 417	2 085
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIVIDADE ECO- NOMICA.....	211 911	48 181	138 127	26 957	848
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO.....	415 100	80 438	212 829	141 723	1 112
SOCIAL.....	1 188 737	742 558	388 948	83 704	1 579
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.....	837 041	231 718	341 704	82 072	1 847
OUTRAS ATIVIDADES.....	255 818	102 872	128 702	24 838	1 508



3- MÃO-DE-OBRA

3.6- PESSOAS OCUPADAS, POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL E DE TODOS OS TRABALHOS

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL E DE TODOS OS TRABALHOS	PESSOAS OCUPADAS								
	TOTAL	ANOS DE ESTUDO							
		SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	1 E 2 ANOS	3 E 4 ANOS	5 A 8 ANOS	9 A 11 ANOS	12 ANOS MAIS	ANOS DE ESTUDO NÃO DETERMINADOS E SEM DECLARAÇÃO	

TOTAL..... 15 215 371 5 710 025 2 534 757 2 724 915 2 081 385 1 558 177 875 303 30 829

TRABALHO PRINCIPAL

ATE 1/2 PISO SALARIAL.....	3 478 110	1 718 192	820 297	870 232	359 912	101 328	4 088	7 061
MAIS DE 1/2 A 1 PISO SALARIAL.....	3 348 809	1 887 590	581 280	562 803	404 728	181 330	12 785	8 415
MAIS DE 1 A 2 PISOS SALARIAIS...	3 208 115	1 075 514	528 589	606 718	547 406	385 579	48 387	4 944
MAIS DE 2 A 3 PISOS SALARIAIS...	1 287 371	260 794	176 571	259 315	268 238	273 521	84 955	3 979
MAIS DE 3 A 5 PISOS SALARIAIS...	1 025 988	142 517	109 238	174 183	244 251	257 256	96 747	1 805
MAIS DE 5 A 10 PISOS SALARIAIS...	800 594	41 004	38 486	73 509	113 725	183 112	150 283	459
MAIS DE 10 PISOS SALARIAIS.....	410 448	11 494	15 089	28 328	48 829	123 824	186 878	228
SEM RENDIMENTO (1).....	1 752 881	836 082	490 812	334 128	88 383	24 947	3 249	5 290
SEM DECLARAÇÃO.....	93 984	38 838	14 402	17 701	7 823	7 480	8 973	947

TODOS OS TRABALHOS

ATE 1/2 PISO SALARIAL.....	3 378 470	1 885 178	803 283	855 482	347 852	84 585	3 881	5 411
MAIS DE 1/2 A 1 PISO SALARIAL.....	3 297 225	1 578 593	567 385	552 395	402 988	179 771	11 482	8 551
MAIS DE 1 A 2 PISOS SALARIAIS...	3 248 818	1 108 021	548 301	608 028	543 048	381 335	48 988	4 896
MAIS DE 2 A 3 PISOS SALARIAIS...	1 334 580	283 184	178 057	264 335	254 750	271 782	87 256	4 188
MAIS DE 3 A 5 PISOS SALARIAIS...	1 040 051	147 848	112 386	183 335	246 853	256 738	98 753	2 060
MAIS DE 5 A 10 PISOS SALARIAIS...	837 882	47 954	43 344	78 833	117 480	188 187	149 864	230
MAIS DE 10 PISOS SALARIAIS.....	490 189	12 799	16 353	31 058	52 744	130 190	206 597	488
SEM RENDIMENTO (1).....	1 729 802	817 377	449 156	331 644	97 939	24 947	3 249	5 290
SEM DECLARAÇÃO.....	101 008	40 995	17 532	18 008	7 823	7 702	7 202	847

(1) INCLUSIVE AS PESSOAS QUE RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.



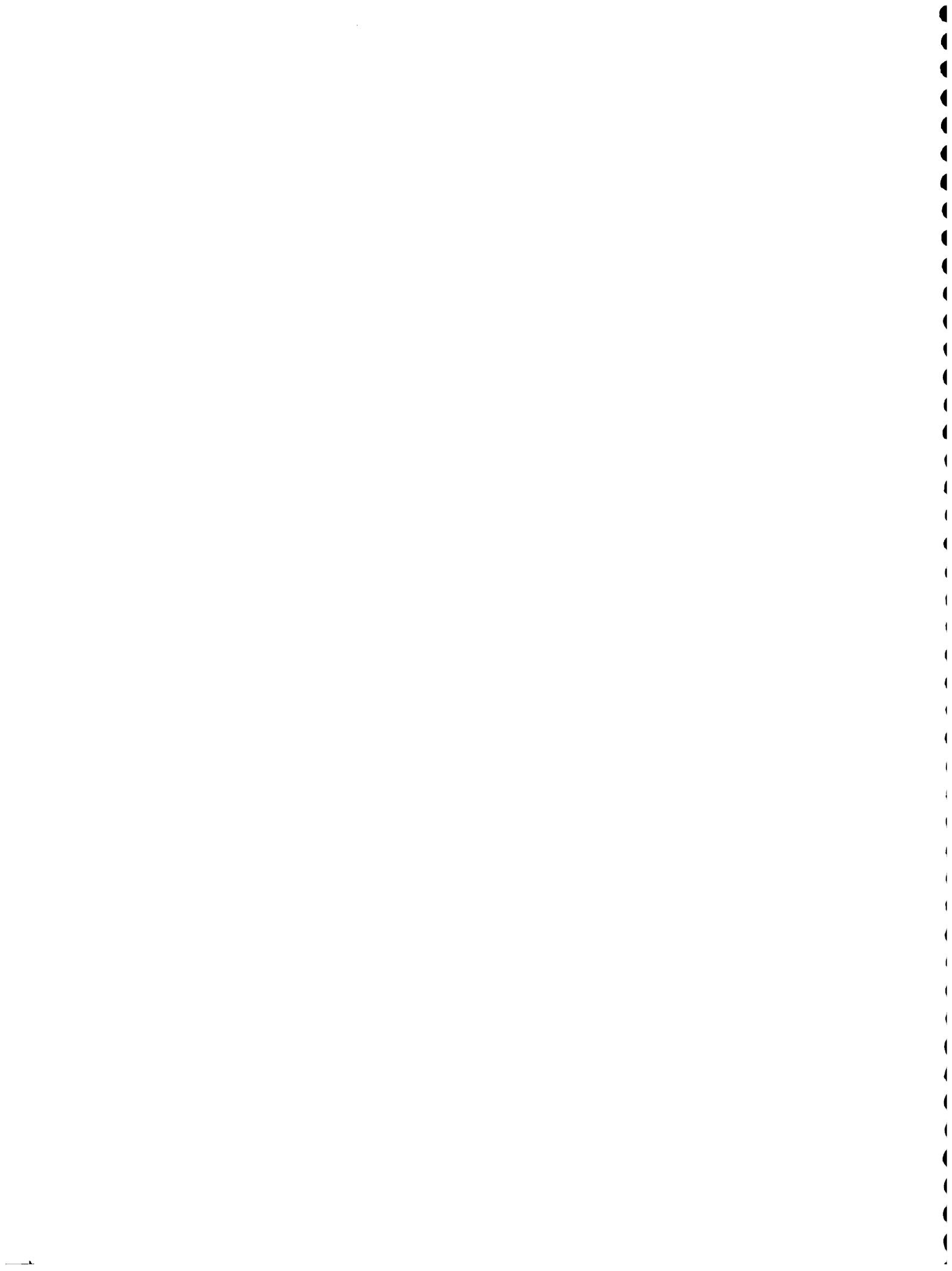


REGIÃO NORDESTE

3- MÃO-DE-OBRA

3.2- PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E SEXO,  
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICILIO E OS ANOS DE ESTUDO

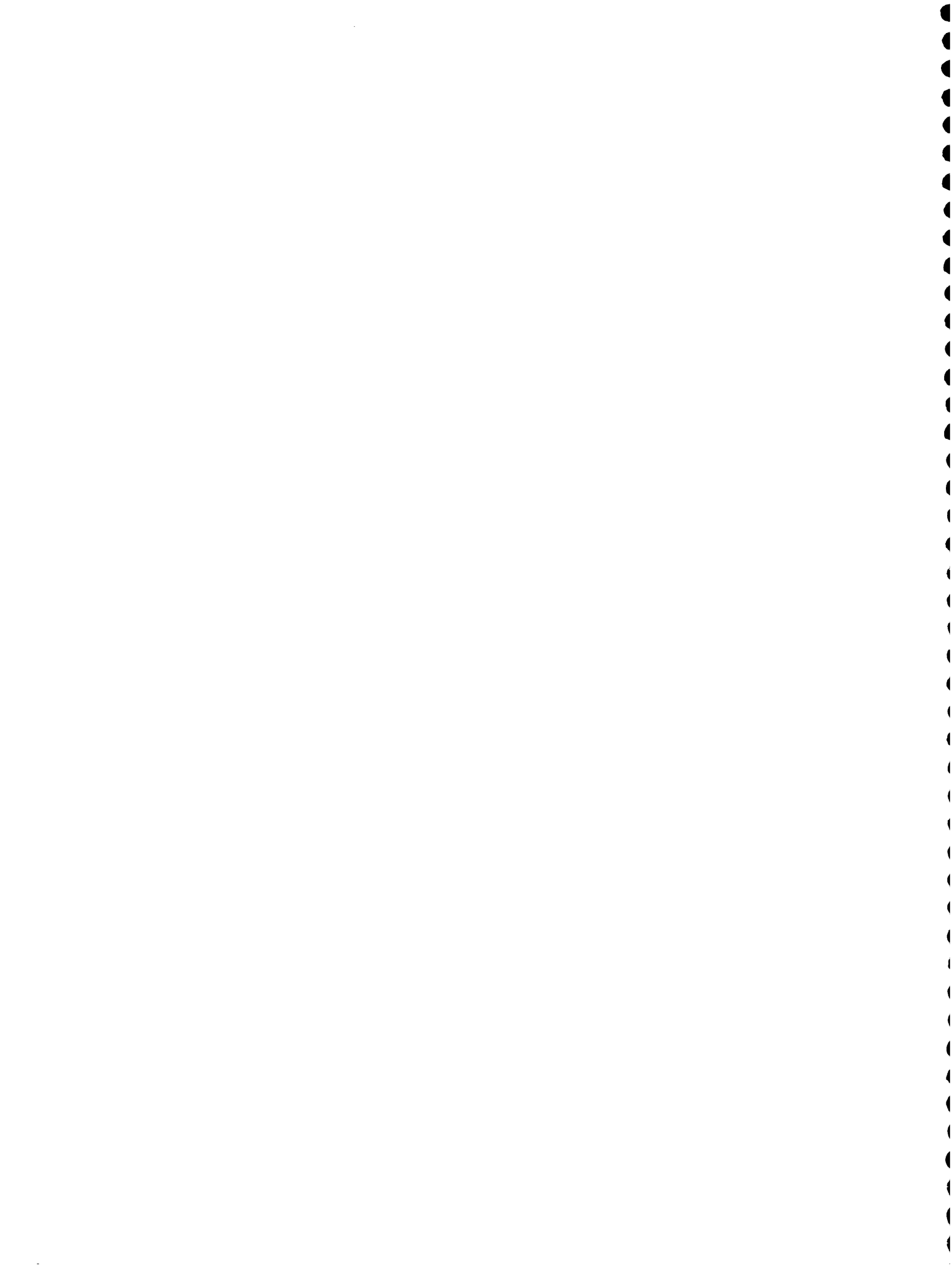
SITUAÇÃO DO DOMICILIO E ANOS DE ESTUDO	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS								
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	ECONOMICAMENTE ATIVAS			NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS		
				TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL.....	29 121 870	13 916 373	15 206 497	15 755 734	10 402 243	5 353 491	13 388 135	3 513 130	9 883 006
SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	10 651 634	5 473 813	5 177 821	5 797 817	4 168 588	1 629 031	4 854 017	1 305 227	3 548 790
1 E 2 ANOS.....	5 261 190	2 696 828	2 564 554	2 597 920	1 858 992	738 928	2 693 280	837 834	1 855 628
3 E 4 ANOS.....	5 685 972	2 487 492	3 198 480	2 828 587	1 828 518	899 069	2 657 385	667 974	2 189 411
5 A 8 ANOS.....	4 373 693	1 934 331	2 439 322	2 229 490	1 413 778	815 882	2 144 193	520 553	1 623 640
9 ANOS OU MAIS.....	3 076 285	1 293 010	1 783 256	2 270 059	1 115 218	1 154 841	806 207	177 782	628 415
ANOS DE ESTUDO NÃO DETERMINADO E SEM DECLARAÇÃO.....	43 185	20 101	23 084	32 091	16 151	15 840	11 074	3 980	7 124
POPULAÇÃO URBANA.....	18 748 404	7 683 782	8 062 622	8 557 371	5 343 065	3 314 286	8 069 033	2 320 687	5 788 336
SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	4 110 373	1 983 598	2 148 775	1 987 973	1 330 065	637 908	2 142 400	633 533	1 508 867
1 E 2 ANOS.....	2 584 137	1 279 103	1 305 034	1 071 135	721 104	380 031	1 513 002	557 999	955 003
3 E 4 ANOS.....	3 552 444	1 591 900	1 960 544	1 674 997	1 060 081	564 918	1 877 447	511 819	1 365 628
5 A 8 ANOS.....	3 642 243	1 614 691	2 027 552	1 831 771	1 168 411	685 360	1 810 472	448 260	1 362 192
9 ANOS OU MAIS.....	2 823 384	1 197 227	1 626 157	2 068 507	1 031 464	1 055 043	736 677	185 783	571 114
ANOS DE ESTUDO NÃO DETERMINADO E SEM DECLARAÇÃO.....	33 823	17 263	16 560	24 888	13 960	11 028	8 838	3 309	5 532
POPULAÇÃO RURAL.....	12 378 466	6 281 591	6 123 875	7 098 363	5 069 168	2 038 205	5 277 103	1 192 433	4 084 670
SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	6 641 261	3 510 218	3 031 046	3 629 844	2 838 521	991 123	2 711 817	671 694	2 039 923
1 E 2 ANOS.....	2 707 043	1 417 523	1 289 520	1 528 785	1 137 888	388 897	1 180 258	279 838	900 623
3 E 4 ANOS.....	2 139 528	906 562	1 227 936	1 153 580	749 437	404 193	979 938	158 158	823 783
5 A 8 ANOS.....	731 410	319 640	411 770	397 989	247 367	150 322	333 721	72 273	261 448
9 ANOS OU MAIS.....	252 882	85 763	167 099	163 582	83 784	99 786	69 330	12 028	57 301
ANOS DE ESTUDO NÃO DETERMINADO E SEM DECLARAÇÃO.....	9 342	2 838	6 504	7 103	2 191	4 912	2 239	647	1 592



## 5- DOMICÍLIOS

8.4- DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES E MORADORES, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,  
SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
TOTAL.....	8 482 481	4 899 954	3 582 527	40 874 355	22 892 943	17 981 412
<b>TIPO</b>						
CASA.....	6 548 197	4 091 252	2 456 945	31 704 044	19 371 482	12 332 562
APARTAMENTO.....	290 420	280 411	10 009	1 067 172	1 061 883	35 308
RUSTICO.....	1 484 878	385 584	1 099 294	7 412 712	1 844 392	5 568 320
QUARTO OU COMODO.....	188 968	142 707	18 279	460 427	415 206	45 221
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-	-
<b>CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO</b>						
PROPRIOS.....	6 071 485	3 429 959	2 641 526	30 055 736	18 594 459	13 461 279
PAGOS.....	5 616 184	3 037 801	2 578 383	27 956 197	14 777 294	13 178 903
EM AQUISIÇÃO.....	455 321	392 158	63 163	2 099 541	1 817 165	282 376
ALUGADOS.....	1 139 579	1 051 944	88 595	4 703 748	4 344 219	359 527
CEDIDOS.....	1 242 544	401 185	841 359	5 772 126	1 679 890	4 092 136
OUTRA.....	27 732	15 736	11 996	135 274	71 183	64 089
SEM DECLARAÇÃO.....	2 141	1 090	1 051	7 471	3 090	4 381
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA</b>						
REDE GERAL.....	4 044 057	3 720 613	323 444	18 954 383	17 383 883	1 570 500
COM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	3 072 556	2 874 250	198 306	14 308 272	13 397 490	910 782
SEM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	971 501	846 363	125 138	4 646 111	3 986 393	659 718
POÇO OU NASCENTE.....	1 756 858	372 492	1 384 166	8 874 795	1 802 538	7 072 257
COM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	123 433	64 745	58 688	616 507	320 341	296 166
SEM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	1 633 225	307 747	1 325 478	8 258 288	1 482 197	6 776 091
OUTRA FORMA.....	2 681 766	806 849	1 874 917	12 845 177	3 508 522	9 338 655
COM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	29 135	18 458	10 679	138 892	83 628	55 264
SEM CANALIZAÇÃO INTERNA.....	2 652 631	788 393	1 864 238	12 706 285	3 422 894	9 283 391
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-	-
<b>DESTINO DO LIXO</b>						
COLETADO.....	2 964 727	2 657 056	127 671	13 564 814	13 025 939	538 881
QUEIMADO OU ENTERRADO.....	830 020	466 226	473 794	4 820 475	2 290 681	2 529 798
COLOCADO EM TERRENO BALDIO OU OUTRO.....	4 687 734	1 888 872	2 961 062	22 289 262	7 376 329	14 892 933
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-	-
<b>ILUMINAÇÃO ELÉTRICA</b>						
TEM.....	5 475 369	4 507 144	968 222	25 718 133	20 892 935	4 725 198
NÃO TEM.....	3 007 115	392 810	2 614 305	14 956 222	1 700 008	13 256 214
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-	-
<b>FILTRO</b>						
TEM.....	4 077 956	2 859 295	1 218 661	18 784 505	13 415 043	5 368 462
NÃO TEM.....	4 404 525	2 040 689	2 363 838	20 689 650	9 274 900	11 414 750
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-	-
<b>POÇO</b>						
TEM.....	7 285 171	4 517 584	2 768 587	35 377 817	21 258 530	14 119 287
NÃO TEM.....	1 198 310	382 370	815 940	5 296 838	1 434 413	3 862 125
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-	-
<b>GELADEIRA</b>						
TEM.....	3 182 383	2 750 278	392 075	15 331 254	13 288 745	2 042 505
NÃO TEM.....	5 326 236	2 139 454	3 186 784	25 340 209	9 403 306	15 936 903
SEM DECLARAÇÃO.....	680	222	458	2 892	888	2 004



8- DOMICÍLIOS

8.2- DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E A DENSIDADE DE MORADORES POR COMODO E POR DORMITÓRIO

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E DENSIDADE DE MORADORES POR COMODO E POR DORMITÓRIO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES						
	TOTAL	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (PISO SALARIAL)					
		ATE 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 5	SEM RENDI- MENTO (1)	SEM DECLARAÇÃO
<b>TOTAL</b> .....	<b>8 482 481</b>	<b>2 129 128</b>	<b>2 225 367</b>	<b>2 437 599</b>	<b>1 523 053</b>	<b>65 720</b>	<b>101 213</b>
<b>DENSIDADE DE MORADORES POR COMODO</b>							
ATE 0,5.....	2 152 204	732 399	437 231	433 760	498 958	22 036	26 820
MAIS DE 0,5 A 1,0.....	3 365 680	753 404	870 523	1 002 803	682 613	21 054	35 283
MAIS DE 1,0 A 1,5.....	1 535 574	291 298	476 871	521 287	218 948	8 760	18 390
MAIS DE 1,5 A 2,0.....	859 589	218 238	261 935	280 339	79 992	8 041	13 044
MAIS DE 2,0.....	569 000	135 356	176 807	198 810	41 542	5 809	9 678
SEM DECLARAÇÃO DE NUMERO DE COMODOS..	434	434	-	-	-	-	-
<b>DENSIDADE DE MORADORES POR DORMITÓRIO</b>							
ATE 1,0.....	550 395	477 532	193 502	141 152	111 972	16 285	10 972
MAIS DE 1,0 A 1,5.....	1 168 309	227 853	294 807	327 388	302 163	3 791	12 287
MAIS DE 1,5 A 2,0.....	2 664 957	606 819	698 026	737 230	569 731	23 851	29 300
MAIS DE 2,0 A 2,5.....	1 102 717	187 862	279 603	397 155	222 048	4 340	11 599
MAIS DE 2,5 A 3,0.....	1 426 636	334 898	412 032	466 494	194 688	12 161	18 543
MAIS DE 3,0 A 4,0.....	801 952	197 046	232 129	264 691	89 444	4 571	13 861
MAIS DE 4,0.....	367 071	96 785	115 288	113 679	32 987	1 721	6 631
SEM DECLARAÇÃO DE NUMERO DE DORMITÓRIOS.....	434	434	-	-	-	-	-
<b>URBANA</b> .....	<b>4 899 954</b>	<b>840 185</b>	<b>1 076 826</b>	<b>1 568 884</b>	<b>1 318 172</b>	<b>46 918</b>	<b>80 971</b>
<b>DENSIDADE DE MORADORES POR COMODO</b>							
ATE 0,5.....	1 395 369	348 331	239 784	315 175	459 393	15 957	18 729
MAIS DE 0,5 A 1,0.....	2 022 022	288 834	435 213	673 898	593 425	14 849	18 005
MAIS DE 1,0 A 1,5.....	799 466	88 592	206 013	317 225	171 730	8 042	7 864
MAIS DE 1,5 A 2,0.....	399 158	74 750	105 148	149 243	50 849	8 345	2 823
MAIS DE 2,0.....	283 506	45 244	88 688	111 345	30 775	3 923	3 850
SEM DECLARAÇÃO DE NUMERO DE COMODOS..	434	434	-	-	-	-	-
<b>DENSIDADE DE MORADORES POR DORMITÓRIO</b>							
ATE 1,0.....	821 502	298 599	124 177	107 474	101 897	11 639	7 516
MAIS DE 1,0 A 1,5.....	737 470	96 823	142 518	219 866	267 199	2 423	5 638
MAIS DE 1,5 A 2,0.....	1 818 263	235 846	348 527	492 169	509 781	18 109	15 831
MAIS DE 2,0 A 2,5.....	638 547	57 453	129 135	255 146	187 828	4 340	4 847
MAIS DE 2,5 A 3,0.....	727 111	101 808	180 313	274 445	182 737	10 028	7 782
MAIS DE 3,0 A 4,0.....	394 036	57 528	100 550	158 705	72 258	2 888	4 128
MAIS DE 4,0.....	164 592	21 698	53 608	81 079	24 674	1 308	2 231
SEM DECLARAÇÃO DE NUMERO DE DORMITÓRIOS.....	434	434	-	-	-	-	-
<b>RURAL</b> .....	<b>3 532 527</b>	<b>1 298 844</b>	<b>1 148 541</b>	<b>871 118</b>	<b>206 881</b>	<b>18 804</b>	<b>80 242</b>
<b>DENSIDADE DE MORADORES POR COMODO</b>							
ATE 0,5.....	756 835	388 068	197 447	118 585	40 585	8 078	8 061
MAIS DE 0,5 A 1,0.....	1 343 858	468 570	435 310	328 907	89 186	6 405	17 278
MAIS DE 1,0 A 1,5.....	736 108	204 706	270 858	204 062	47 218	738	8 528
MAIS DE 1,5 A 2,0.....	480 431	141 488	158 787	131 096	19 143	1 698	10 221
MAIS DE 2,0.....	285 495	60 112	68 139	88 485	10 767	1 886	8 128
SEM DECLARAÇÃO DE NUMERO DE COMODOS..	-	-	-	-	-	-	-
<b>DENSIDADE DE MORADORES POR DORMITÓRIO</b>							
ATE 1,0.....	328 893	208 833	89 325	33 878	10 075	3 428	3 486
MAIS DE 1,0 A 1,5.....	430 898	131 030	152 263	107 522	34 884	1 365	3 649
MAIS DE 1,5 A 2,0.....	1 048 884	270 973	351 499	245 061	68 950	7 742	13 469
MAIS DE 2,0 A 2,5.....	484 170	130 508	150 468	142 019	34 422	-	8 752
MAIS DE 2,5 A 3,0.....	698 525	232 892	231 719	182 049	41 951	2 153	8 761
MAIS DE 3,0 A 4,0.....	407 927	139 516	131 579	108 186	17 188	1 703	8 755
MAIS DE 4,0.....	202 479	75 069	81 662	52 900	8 313	415	4 400
SEM DECLARAÇÃO DE NUMERO DE DORMITÓRIOS.....	-	-	-	-	-	-	-

NOTA- EXCLUSIVE PENSIONISTAS, EMPREGADOS DOMESTICOS E PARENTES DOS EMPREGADOS DOMESTICOS.  
(1) INCLUSIVE OS DOMICÍLIOS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.



*Região Nordeste*

1- DADOS GERAIS

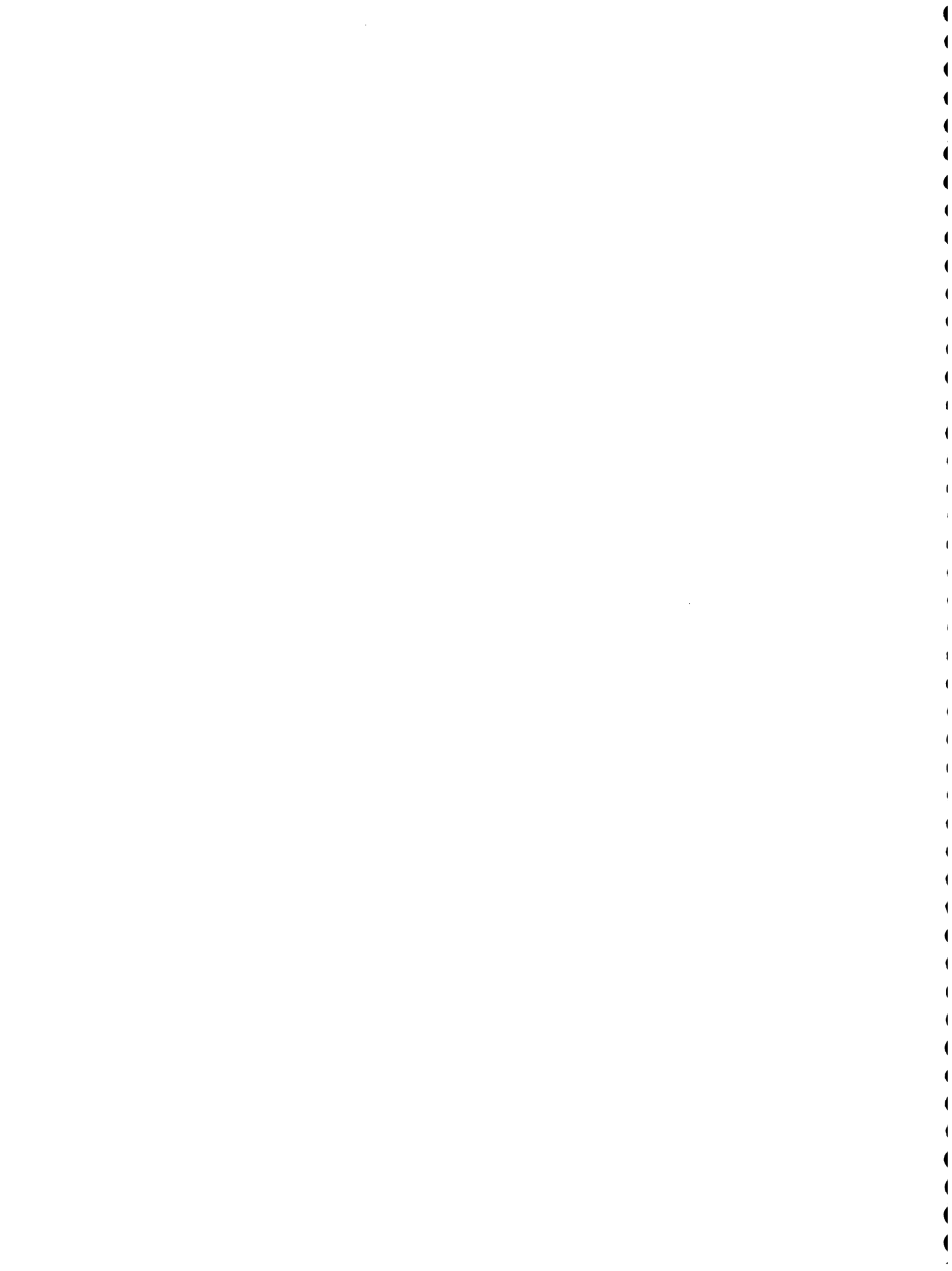
1.1- POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE									
	TOTAL			URBANA			RURAL			
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	
TOTAL.....	40 725 821	19 713 343	21 012 478	22 731 444	10 882 344	12 078 100	17 984 077	9 080 899	8 933 078	
0 A 4 ANOS.....	5 720 070	2 878 348	2 841 722	2 907 778	1 488 920	1 441 858	2 812 288	1 412 428	1 399 860	
5 A 9 ANOS.....	5 883 881	2 919 822	2 963 859	3 077 288	1 522 842	1 584 823	2 808 318	1 398 880	1 409 338	
10 A 14 ANOS.....	5 232 003	2 574 230	2 657 773	2 770 339	1 329 764	1 440 575	2 481 664	1 244 468	1 217 198	
15 A 19 ANOS.....	4 371 889	2 119 503	2 252 386	2 489 118	1 144 892	1 344 126	1 682 441	874 511	807 930	
15 A 17 ANOS.....	2 700 288	1 292 418	1 407 869	1 823 782	888 911	937 871	1 178 493	606 508	589 888	
18 E 19 ANOS.....	1 671 274	827 087	844 187	665 336	459 081	508 246	705 848	268 006	217 942	
20 A 24 ANOS.....	3 619 881	1 738 028	1 881 853	2 223 737	1 000 388	1 223 351	1 398 644	737 639	661 005	
25 A 29 ANOS.....	2 780 288	1 280 882	1 499 406	1 708 726	782 839	943 888	1 083 861	527 713	556 848	
30 A 34 ANOS.....	2 333 747	1 088 938	1 244 809	1 448 148	680 238	767 910	888 899	418 697	469 902	
35 A 39 ANOS.....	2 090 480	1 001 118	1 089 362	1 288 899	593 348	695 551	833 631	407 773	426 078	
40 A 44 ANOS.....	1 781 890	838 970	942 920	1 029 849	488 088	541 761	781 741	388 881	392 860	
45 A 49 ANOS.....	1 588 089	780 314	807 775	902 424	418 358	484 066	693 666	380 956	312 709	
50 A 54 ANOS.....	1 194 223	582 838	611 385	671 430	301 034	370 396	522 782	281 801	240 981	
55 A 59 ANOS.....	1 087 800	518 628	569 172	608 886	271 470	337 416	500 844	247 168	253 676	
60 A 64 ANOS.....	962 689	440 722	521 967	548 991	238 794	310 197	417 018	201 838	215 080	
65 A 69 ANOS.....	742 282	358 283	383 999	402 174	172 258	229 916	340 088	184 028	156 060	
70 ANOS OU MAIS.....	1 309 244	638 651	670 593	708 254	310 216	398 038	502 990	328 333	174 657	
IDADE IGNORADA.....	688	-	688	-	-	-	688	-	688	









2- INSTRUÇÃO

2.3- ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS, POR SEXO E POR SITUAÇÃO DO DOMICILIO,  
SEGUNDO O GRAU E A SERIE QUE FREQUENTAM

GRAU E SERIE QUE FREQUENTAM	ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DO DOMICILIO	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL.....	10 848 230	4 982 176	5 866 053	6 824 581	4 023 658
PRE-ESCOLAR.....	1 593 109	780 838	812 271	935 091	658 019
1. GRAU.....	8 272 341	3 827 488	4 444 853	4 984 230	3 288 111
1. SERIE.....	2 630 546	1 465 828	1 364 720	1 236 730	1 593 826
2. SERIE.....	1 431 797	872 119	768 676	829 269	802 504
3. SERIE.....	1 140 842	523 619	617 223	716 362	428 430
4. SERIE.....	864 897	368 064	496 833	578 127	306 740
5. SERIE.....	709 784	291 732	418 052	355 600	145 194
6. SERIE.....	499 028	199 159	299 869	410 626	88 186
7. SERIE.....	407 806	161 876	245 930	339 138	88 468
8. SERIE.....	346 059	120 253	225 806	295 668	50 354
SEM DECLARAÇÃO DE SERIE.....	27 806	14 323	13 483	22 500	5 306
2. GRAU.....	743 284	271 974	471 310	674 013	99 271
SUPERIOR (1).....	297 991	102 078	195 913	230 348	7 843
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU.....	1 514	-	1 514	999	515

(1) INCLUSIVE MESTRADO OU DOUTORADO.



**ANEXO IV: ESTADO DA BAHIA. INDICADORES AGRÁRIOS  
E AGRICOLAS**



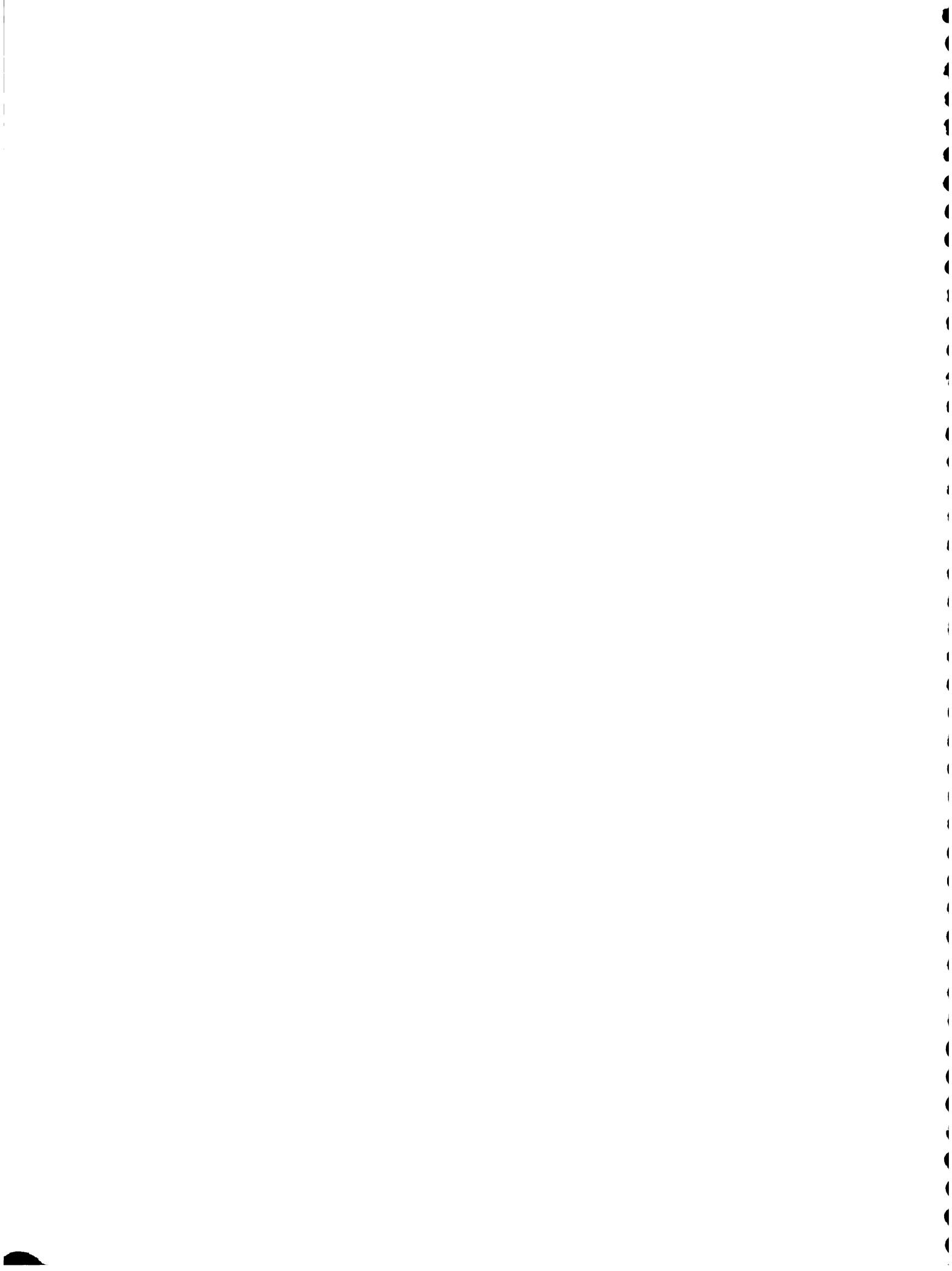
SINCPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPASTORIL - BAHIA

1. COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DEFINITIVOS DOS RECENSEAMENTOS DE 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975 E 1980, COM OS RESULTADOS PRELIMINARES DE 1985

ESPECIFICAÇÕES	RECENSEAMENTOS							
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
ESTABELECIMENTOS.....	65 181	226 343	250 040	301 473	341 566	348 123	637 225	745 518
AREA TOTAL (HA).....	8 461 440	11 400 150	15 732 900	17 666 210	22 260 827	25 263 546	30 032 507	30 530 550
AREA DE LAVOURAS (HA).....	429 033	1 434 436	1 372 233	2 163 004	2 363 444	2 463 581	3 364 275	4 130 827
PERMANENTES.....	...	300 784	327 431	687 601	694 704	972 047	1 349 819	1 506 226
TEMPORARIAS.....	...	933 652	844 782	1 308 313	1 448 740	1 491 534	1 974 456	2 344 601
PESSOAL OCUPADO.....	745 232	1 256 116	1 282 771	1 019 712	2 125 009	2 516 925	2 442 838	3 171 530
TRATORES.....	12	43	62	300	1 030	4 342	13 349	16 210
ELETIVOS DA PECUARIA								
BOVINOS.....	2 413 092	2 740 278	3 000 336	4 394 938	5 657 275	6 139 414	6 942 727	9 230 240
SUINOS.....	620 345	1 045 443	1 661 246	1 619 135	1 901 077	2 197 448	1 700 920	1 505 704
AVES.....	3 370 853	1 936 449	4 406 546	7 285 232	8 832 724	12 082 973	13 643 821	13 721 463

2. AREA TERRITORIAL, ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, TRATORES E ELETIVOS DA PECUARIA, NO ANO DE 1985, SEGUNDO OS GRUPOS DE DENSIDADE DO REBANHO BOVINO POR MICROREGIÃO

GRUPOS DE DENSIDADE DO REBANHO BOVINO (BOV./HA)	MICROREGIÕES	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO	TRATORES	ELETIVOS DA PECUARIA			
					BOVINOS	SUINOS	AVES	
TOTAIS.....	26	550 051	745 510	3 171 530	16 210	9 230 240	1 505 704	13 721 463
menos de 10.....	10	335 669	301 463	1 237 699	3 295	2 641 601	701 506	4 942 210
10 a menos de 20.....	9	131 094	223 940	1 130 142	6 041	3 212 812	481 730	4 104 812
20 a menos de 30.....	6	44 083	193 708	644 770	2 031	1 303 330	207 710	4 130 000
30 e mais.....	3	27 455	22 404	130 930	833	1 816 402	64 730	530 925
SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	-	-	-	-	-	-

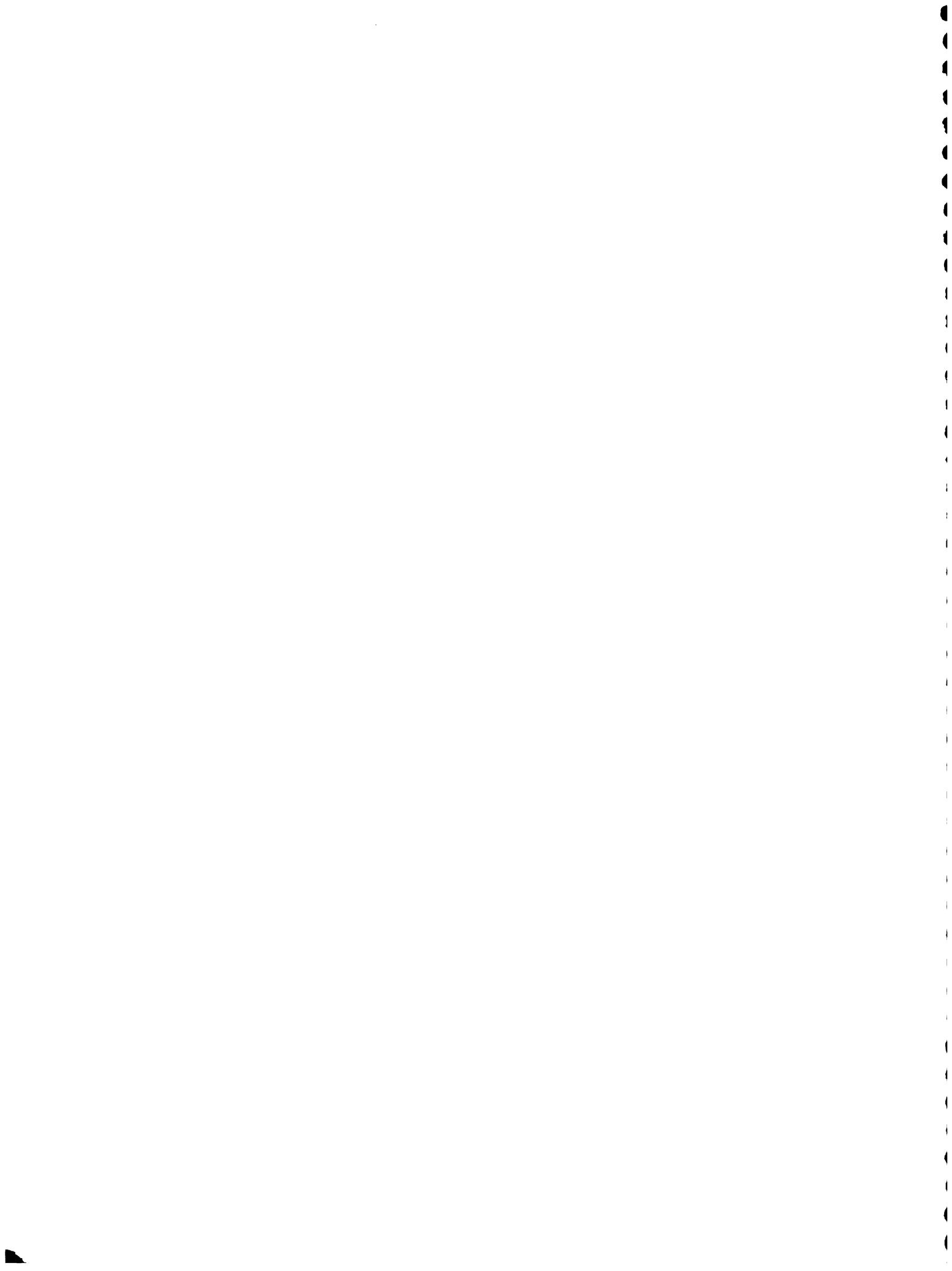




CENSO ECONÔMICO - 1988

3. ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL E ÁREA DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS, NA DATA DOS CENSO DE 1980 E 1988, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL.

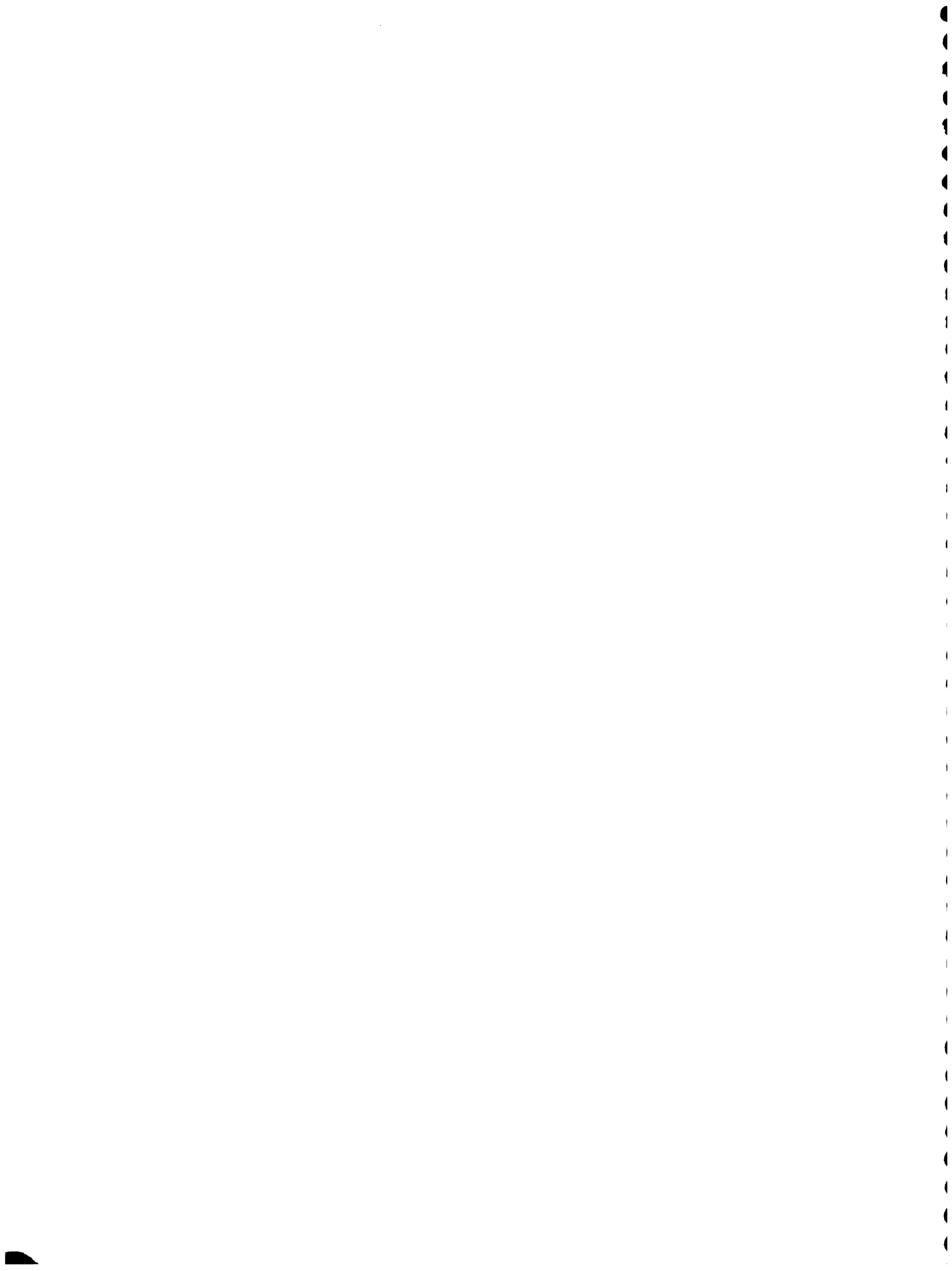
NÚMERO DE ORDEM	CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	TOTAL			
		1980		1988	
		ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
1	TOTAIS.....	437 225	30 032 597	745 518	33 330 999
CONDIÇÃO DO PRODUTOR					
2	PROPRIETÁRIO.....	554 833	29 104 009	616 498	31 230 063
3	ARRENDATÁRIO.....	18 909	77 336	6 453	230 192
4	PARCEIRO.....	5 303	73 712	9 427	144 178
5	Ocupante.....	66 188	696 659	188 657	1 093 911
6	OUTRA CONDIÇÃO.....	-	-	2 347	214 752
7	SEM DECLARAÇÃO.....	-	-	7 736	308 679
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)					
8	menos de 10.....	347 311	1 343 192	428 732	1 488 467
9	menos de 1.....	51 615	34 497	73 979	44 887
10	1 a menos de 2.....	64 326	94 418	79 848	114 162
11	2 a menos de 5.....	123 408	433 497	162 582	385 986
12	5 a menos de 10.....	97 698	688 779	112 391	773 468
13	10 a menos de 100.....	248 484	7 485 696	264 388	8 086 467
14	10 a menos de 20.....	89 673	1 219 852	106 233	1 364 366
15	20 a menos de 50.....	103 421	3 183 437	115 887	3 486 931
16	50 a menos de 100.....	45 130	3 689 208	47 323	3 199 788
17	100 a menos de 1 000.....	66 658	11 403 772	67 582	11 083 151
18	100 a menos de 200.....	24 745	3 273 744	23 348	3 383 128
19	200 a menos de 300.....	16 338	4 836 733	16 785	4 958 646
20	300 a menos de 1 000.....	4 908	3 291 294	5 318	3 981 413
21	1 000 a menos de 10 000.....	3 199	6 716 414	3 596	7 438 112
22	1 000 a menos de 2 000.....	2 044	2 754 334	2 281	3 017 973
23	2 000 a menos de 5 000.....	876	2 539 571	1 071	3 043 863
24	5 000 a menos de 10 000.....	219	1 422 388	244	1 576 276
25	10 000 e mais.....	136	3 213 526	168	4 362 159
26	10 000 a menos de 100 000.....	132	2 688 526	158	3 137 159
27	100 000 e mais.....	4	525 000	7	1 225 000
28	SEM DECLARAÇÃO.....	148	-	1 048	-



SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGRICOLA - BAHIA

3. ESTABELECIMENTOS, AREA TOTAL E AREA DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORARIAS, NA DATA DOS CENSOS DE 1960 E 1965, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE AREA TOTAL

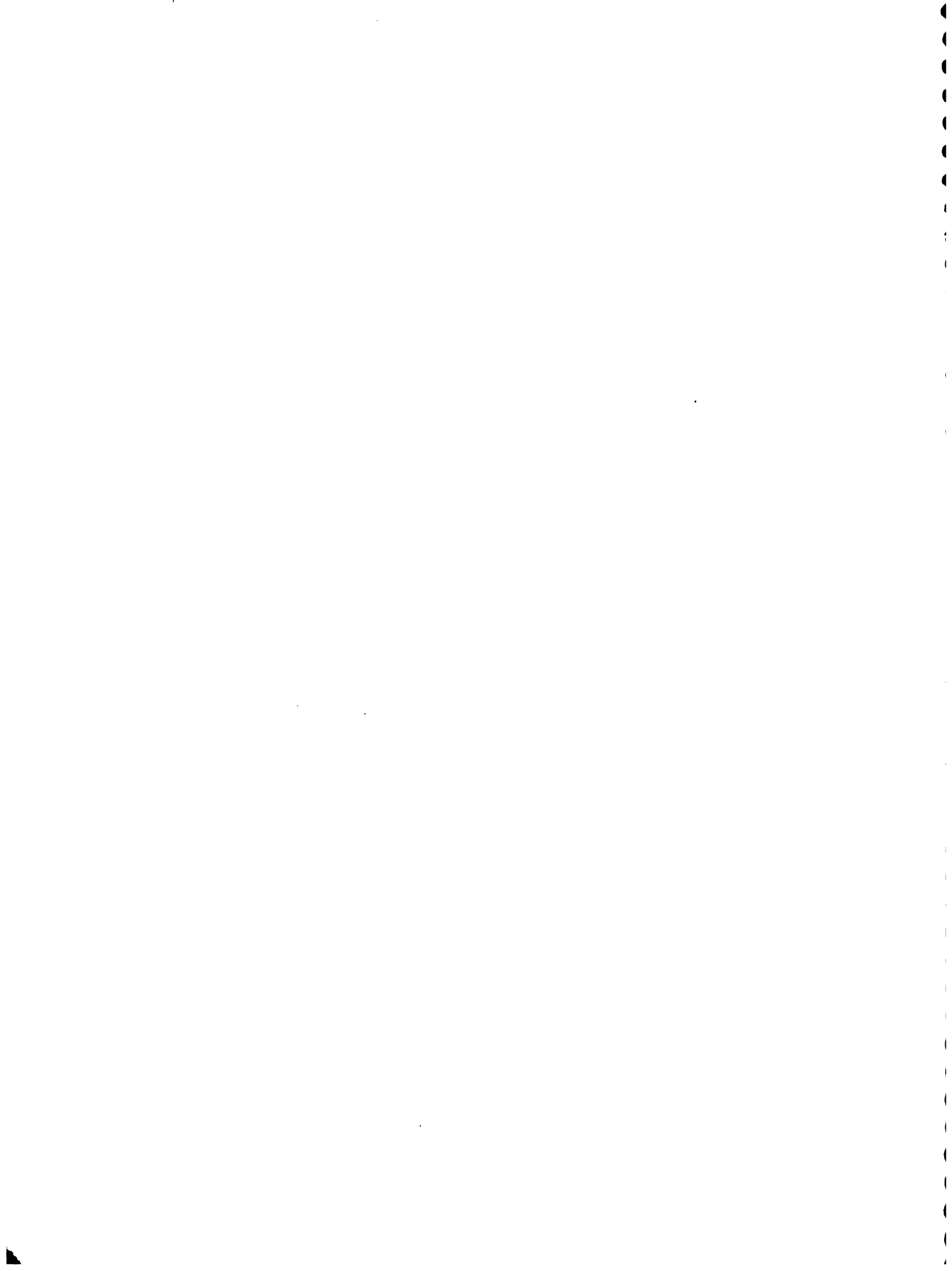
AREA DAS LAVOURAS								NUMERO DE ORDEN
PERMANENTES				TEMPORARIAS				
1960	1965	1960	1965	1960	1965	1960	1965	
INFORMANTES	AREA (HA)	INFORMANTES	AREA (HA)	INFORMANTES	AREA (HA)	INFORMANTES	AREA (HA)	
213 077	1 349 010	217 594	1 504 226	514 723	1 974 454	400 033	2 544 601	1
109 090	1 252 740	105 100	1 404 202	441 540	1 805 640	499 396	2 240 399	2
4 943	7 256	3 000	14 067	8 702	24 542	6 607	32 409	3
1 420	5 056	1 241	7 024	4 774	15 313	8 096	31 070	4
17 007	24 765	21 613	47 348	59 627	120 931	90 062	210 034	5
-	-	1 115	8 049	-	-	1 377	7 002	6
-	-	2 191	24 034	-	-	3 615	32 794	7
114 607	117 234	100 771	147 134	291 713	440 000	342 720	603 687	8
10 304	4 705	21 440	4 337	42 096	21 723	60 016	12 001	9
80 961	10 440	21 712	13 641	55 071	32 290	60 648	69 009	10
43 134	42 921	44 251	54 214	113 013	177 423	130 078	242 000	11
32 016	59 096	32 330	72 030	81 133	194 506	94 776	230 067	12
82 307	574 779	81 916	671 440	191 307	900 940	212 727	1 107 356	13
30 526	90 179	30 077	121 700	73 226	241 007	83 341	306 004	14
34 000	247 030	35 606	209 433	84 209	410 114	93 473	499 473	15
15 000	229 564	15 230	200 221	33 022	236 916	30 023	301 045	16
13 640	341 705	14 744	397 635	20 060	471 316	31 427	570 906	17
0 625	209 302	0 130	236 600	17 310	197 204	10 014	220 071	18
5 517	233 643	5 127	249 042	10 137	100 046	10 402	224 302	19
1 506	90 739	1 402	111 042	2 621	80 160	2 001	124 402	20
094	120 002	002	146 700	1 525	115 952	1 072	230 733	21
631	63 024	602	71 470	995	54 437	1 190	96 075	22
210	44 352	236	54 032	413	36 400	353	76 103	23
30	10 634	34	21 277	113	23 034	121	57 073	24
31	27 296	30	23 217	60	30 100	67	43 020	25
20	27 014	34	22 312	36	13 330	43	30 494	26
3	200	4	904	4	14 050	4	5 434	27



CENSOS ECONOMICOS - 1997

4. CONDIÇÕES DO PRODUTOR, SEGUNDO GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

NÚMERO DE GRUPO	GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	TOTAL			
		ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
1	TOTAIS.....	745 510	33 330 553	616 690	31 208 043
GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO					
2	MENOS DE 5.....	510 346	13 417 902	419 457	12 202 440
3	5 A MENOS DE 10.....	103 010	0 477 854	140 852	0 047 912
4	10 A MENOS DE 20.....	41 590	3 014 220	37 597	3 604 312
5	20 A MENOS DE 30.....	7 000	3 594 930	6 606	3 307 591
6	30 A MENOS DE 100.....	950	1 143 130	910	993 280
7	100 E MAIS.....	291	1 002 850	267	1 003 097
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)					
8	MENOS DE 10.....	420 732	1 450 467	323 205	1 170 932
9	MENOS DE 1.....	73 970	46 007	47 913	30 201
10	1 A MENOS DE 2.....	79 040	114 102	36 300	61 497
11	2 A MENOS DE 5.....	142 502	515 956	124 290	401 210
12	5 A MENOS DE 10.....	112 391	773 460	94 683	657 962
13	10 A MENOS DE 100.....	204 305	0 006 667	244 145	7 502 000
14	10 A MENOS DE 20.....	101 230	1 360 316	91 000	1 231 600
15	20 A MENOS DE 30.....	115 007	3 436 501	100 175	3 230 732
16	30 A MENOS DE 100.....	47 323	3 109 760	44 901	3 032 340
17	100 A MENOS DE 1 000.....	47 502	11 053 151	45 551	11 324 990
18	100 A MENOS DE 200.....	25 560	3 303 130	24 523	3 247 710
19	200 A MENOS DE 500.....	16 700	4 930 610	15 904	4 720 182
20	500 A MENOS DE 1 000.....	5 210	3 531 413	5 042	3 551 097
21	1 000 A MENOS DE 10 000.....	3 590	7 030 112	3 390	7 159 061
22	1 000 A MENOS DE 2 000.....	2 201	3 017 973	2 170	2 074 561
23	2 000 A MENOS DE 5 000.....	1 071	3 043 063	1 001	2 046 617
24	5 000 A MENOS DE 10 000.....	244	1 576 276	222	1 434 082
25	10 000 E MAIS.....	165	4 502 153	144	4 120 240
26	10 000 A MENOS DE 100 000.....	150	3 137 153	137	2 603 240
27	100 000 E MAIS.....	7	1 445 000	7	1 445 000
28	SEM DECLARAÇÃO.....	1 040	-	174	-



SIQUEL POLICINAS DO COMPLEXO AEROPORUARIO - SANTA

4. CONDICAO DO PRODUTOR, SEGUNDO GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO E GRUPOS DE AREA TOTAL

CONDICAO DE PRODUTOR										
ARRENDATARIO		PARCE (M2)		OCUPANTE		OUTRA CONDICAO		SEM DECLARAO		NUMERO DE
ESTABELE- CIMENTOS	AREA (M2)	ESTABELE- CIMENTOS	AREA (M2)	ESTABELE- CIMENTOS	AREA (M2)	ESTABELE- CIMENTOS	AREA (M2)	ESTABELE- CIMENTOS	AREA (M2)	GRUPO
6 458	290 142	9 427	144 170	100 057	1 090 911	2 347	214 792	7 736	538 078	1
6 371	117 094	7 364	48 004	70 348	700 040	1 907	65 499	5 097	197 575	2
1 994	40 220	1 722	24 230	10 200	290 213	405	33 375	2 072	111 070	3
330	30 305	202	16 629	2 013	69 044	90	19 730	450	73 164	4
100	22 542	43	30 043	140	31 990	45	17 044	95	96 924	5
20	20 362	9	11 201	30	27 142	9	77 760	15	13 333	6
6	19 456	5	4 204	3	0 452	3	1 322	7	45 005	7
6 000	16 930	0 160	22 130	00 007	225 040	1 444	4 214	3 000	16 360	8
2 030	1 200	1 547	900	21 730	13 934	200	130	516	327	9
1 017	2 225	1 012	2 481	19 070	20 444	300	401	439	900	10
2 199	6 729	3 340	10 940	10 309	90 947	350	1 044	1 340	5 050	11
1 037	6 760	1 242	0 190	13 942	90 311	320	2 015	1 140	0 013	12
1 257	30 310	1 104	20 431	14 727	340 943	400	14 007	2 640	63 503	13
347	6 701	300	7 304	7 070	90 143	107	2 520	1 000	13 003	14
306	14 320	370	11 140	3 432	130 000	201	3 934	1 130	34 301	15
229	15 300	140	9 034	1 430	90 316	92	6 470	323	30 360	16
270	70 942	143	35 590	700	170 029	150	40 607	640	103 177	17
127	10 440	76	10 109	430	37 300	69	9 442	317	42 020	18
102	20 304	34	10 040	230	71 040	37	17 201	230	77 022	19
32	35 100	13	9 430	76	60 700	32	21 040	95	64 134	20
23	30 000	10	42 900	67	104 000	26	51 043	62	145 220	21
11	10 024	10	10 731	27	30 440	17	23 130	34	50 294	22
11	32 040	3	7 377	20	77 133	0	23 200	20	34 607	23
1	5 314	2	10 000	12	73 324	1	5 342	6	30 327	24
6	63 030	1	15 000	6	140 337	3	90 000	7	112 321	25
6	63 020	1	15 000	6	140 337	3	90 000	7	112 321	26
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
2	-	-	-	7	-	424	-	431	-	28

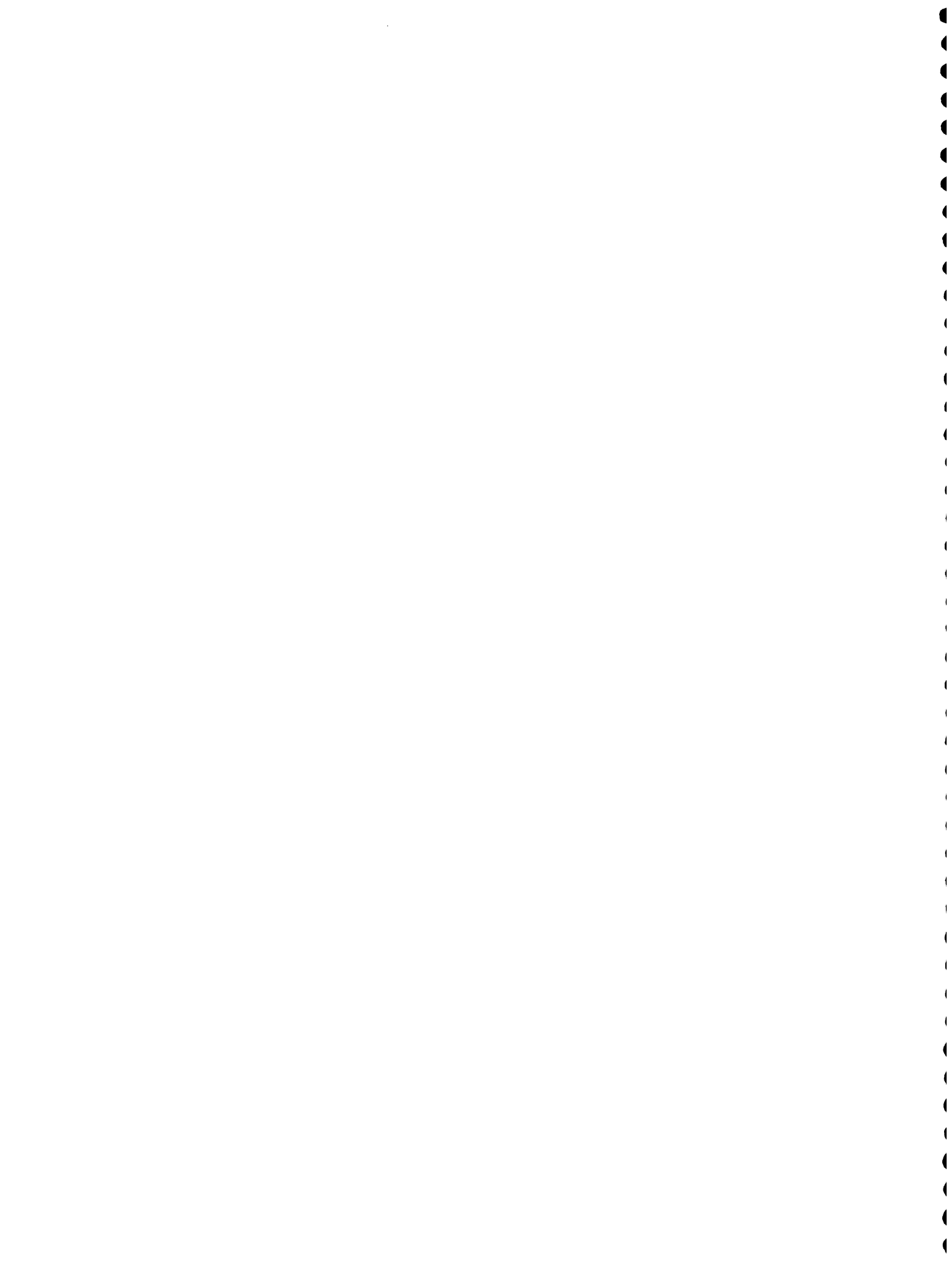




CENSO ECONÔMICO - 1988

6. PESSOAL OCUPADO E TRATORES, NA CATÁ DOS CENSO DE 1988 E 1989, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR,  
GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURAS E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

CONDIÇÃO DO PRODUTOR, GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURAS E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	PESSOAL OCUPADO		TRATORES	
	1988	1989	1988	1989
<b>TOTAIS.....</b>	<b>2 642 835</b>	<b>3 171 556</b>	<b>13 349</b>	<b>14 218</b>
<b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR</b>				
PROPRIETÁRIO.....	2 397 162	2 737 082	12 917	13 252
ARRENDATÁRIO.....	34 648	33 625	241	233
PARCEIRO.....	18 394	32 362	64	100
OCUPANTE.....	212 421	322 230	147	273
OUTRA CONDIÇÃO.....	-	18 443	-	99
SEM DECLARAÇÃO.....	-	35 028	-	250
<b>GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURAS (HA)</b>				
MEIOS DE 10.....	1 963 935	2 288 966	2 668	1 884
MEIOS DE 1.....	385 771	428 842	298	138
1 A MEIOS DE 2.....	414 355	498 472	348	193
2 A MEIOS DE 5.....	742 835	987 374	991	788
3 A MEIOS DE 10.....	361 534	436 878	1 059	858
10 A MEIOS DE 100.....	478 718	578 142	3 078	6 367
35 A MEIOS DE 20.....	225 732	273 268	1 326	1 372
20 A MEIOS DE 30.....	178 278	285 849	2 784	2 898
50 A MEIOS DE 100.....	76 688	91 825	1 748	2 997
100 A MEIOS DE 1 000.....	84 737	185 422	2 493	3 589
100 A MEIOS DE 200.....	46 488	58 921	1 281	1 588
200 A MEIOS DE 500.....	31 396	48 531	982	1 434
500 A MEIOS DE 1 000.....	6 853	8 970	230	467
1 000 E MAIS.....	7 825	15 287	348	828
SEM DECLARAÇÃO.....	187 498	191 741	1 899	1 838
<b>GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)</b>				
MEIOS DE 10.....	1 993 338	1 481 884	681	398
MEIOS DE 1.....	128 384	189 291	28	11
1 A MEIOS DE 2.....	182 734	238 827	55	28
2 A MEIOS DE 5.....	432 774	545 818	259	142
3 A MEIOS DE 10.....	354 323	438 268	343	289
10 A MEIOS DE 100.....	1 124 282	1 276 752	3 654	3 659
10 A MEIOS DE 20.....	362 132	427 889	674	658
20 A MEIOS DE 30.....	497 873	561 548	1 377	1 464
50 A MEIOS DE 100.....	264 193	287 388	1 603	1 738
100 A MEIOS DE 1 000.....	381 797	412 397	6 283	6 588
100 A MEIOS DE 200.....	177 148	198 419	1 973	2 814
200 A MEIOS DE 500.....	146 183	153 632	2 492	2 732
500 A MEIOS DE 1 000.....	58 534	68 346	1 538	1 839
1 000 A MEIOS DE 10 000.....	55 688	73 498	2 284	3 033
1 000 A MEIOS DE 2 000.....	38 944	34 781	1 078	1 377
2 000 A MEIOS DE 3 000.....	18 841	24 588	854	1 852
3 000 A MEIOS DE 10 000.....	6 503	14 329	352	604
10 000 E MAIS.....	3 373	6 388	523	547
10 000 A MEIOS DE 100 000.....	3 588	6 098	513	499
100 000 E MAIS.....	73	388	10	48
SEM DECLARAÇÃO.....	299	1 317	4	6



.....  
**SINOPSE PRIMARIA DO CENSO AGRICOLA - BAHIA**  
 .....

**5. GRUPOS DE AREA DE LAVOURAS, SEGUNDO A CONDICAO DO PRODUTOR E GRUPOS DE AREA TOTAL**

.....  
**ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE AREA DE LAVOURAS**  
 .....

5 A MENOS DE 10 HA	10 A MENOS DE 20 HA	20 A MENOS DE 50 HA	50 A MENOS DE 100 HA	100 A MENOS DE 200 HA	200 A MENOS DE 300 HA	300 A MENOS DE 1 000 HA	1 000 HA E MAIS	DE ORDEN	NUMERO
--------------------------	---------------------------	---------------------------	----------------------------	-----------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-----------------------	-------------	--------

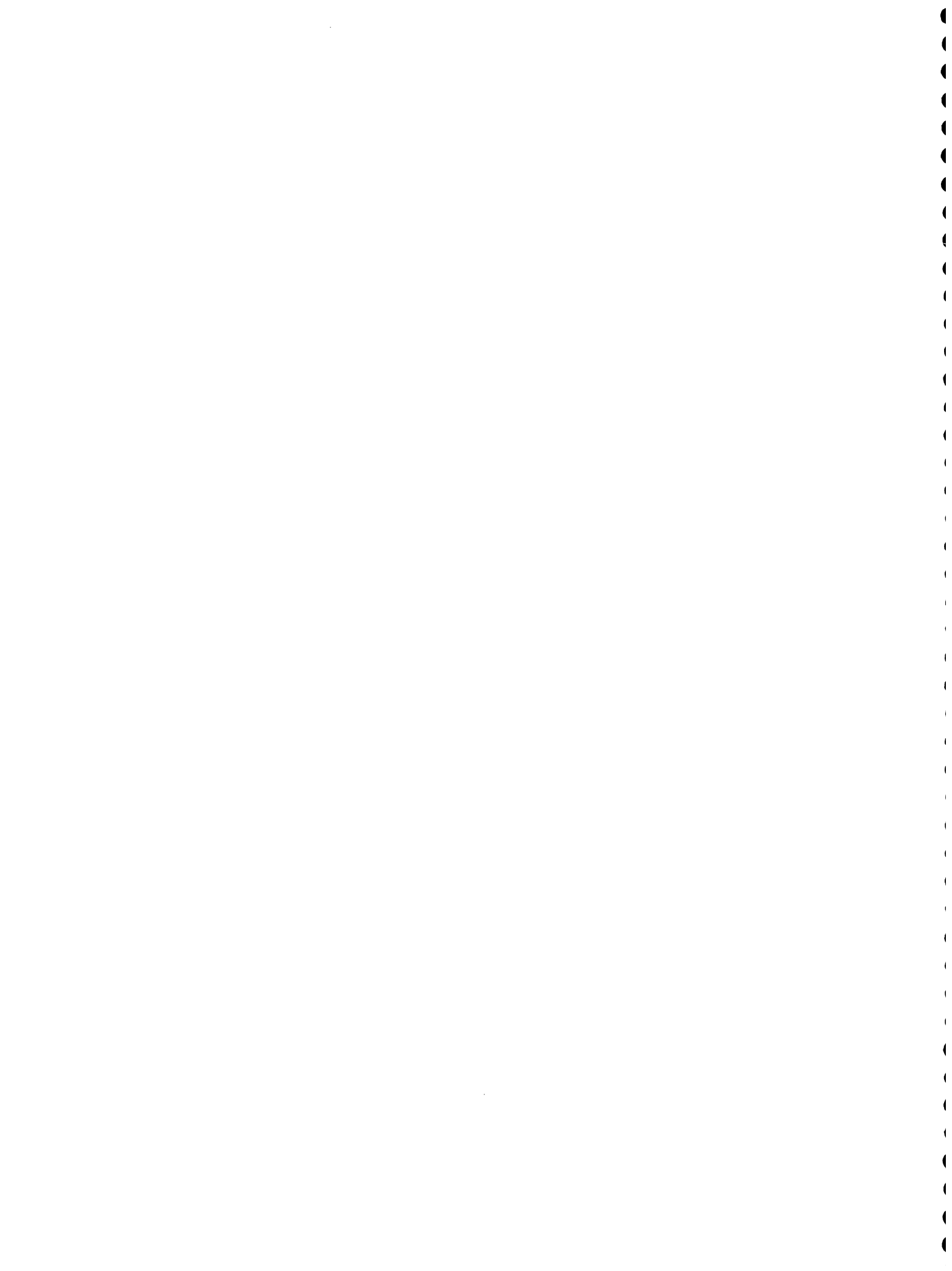
98 496	43 951	23 687	6 249	2 395	1 072	170	103	1	
78 739	40 357	22 349	5 922	2 266	996	160	97	2	
751	360	243	89	32	22	9	3	3	
1 006	401	301	91	15	7	1		4	
0 002	2 271	269	70	20	11	1	1	5	
207	89	68	23	13	8	1	1	4	
909	473	270	94	30	20	2	3	7	
21 622	-	-	-	-	-	-	-	8	
-	-	-	-	-	-	-	-	9	
-	-	-	-	-	-	-	-	10	
21 622	-	-	-	-	-	-	-	11	
-	-	-	-	-	-	-	-	12	
61 741	36 322	19 681	2 096	-	-	-	-	13	
23 396	9 976	-	-	-	-	-	-	14	
30 120	10 202	8 613	-	-	-	-	-	15	
10 617	0 266	7 200	2 096	-	-	-	-	16	
6 700	7 170	7 436	3 082	2 140	770	60		17	
4 236	4 274	3 909	2 123	009	-	-	-	18	
2 632	2 360	2 645	1 290	1 002	450	-	-	19	
436	306	770	439	329	312	60		20	
206	233	306	267	231	209	106	83	21	
143	177	209	167	170	100	60	20	22	
50	46	111	67	56	70	37	41	23	
4	10	13	13	10	20	9	22	24	
5	6	7	9	4	13	6	20	25	
3	6	4	9	4	13	3	17	26	
-	-	1	-	-	-	1	3	27	
-	-	-	-	-	-	-	-	28	



..... SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUARIO - BAHIA .....

5. GRUPOS DE AREA DE LAVOURAS, SEGUNDO A CONDICAO DO PRODUTOR E GRUPOS DE AREA TOTAL

ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE AREA DE LAVOURAS									NÚMERO DE ORDENS
5 A MENOS DE 10 HA	10 A MENOS DE 20 HA	20 A MENOS DE 50 HA	50 A MENOS DE 100 HA	100 A MENOS DE 200 HA	200 A MENOS DE 500 HA	500 A MENOS DE 1 000 HA	1 000 HA MAIS		
90 494	43 951	25 487	6 249	2 395	1 072	170	103	1	
76 739	46 357	22 349	5 922	2 240	996	140	97	2	
751	340	243	89	32	22	9	2	3	
1 006	404	304	91	15	7	1	1	4	
6 042	2 271	249	70	20	11	1	2	5	
267	89	40	23	13	0	1	1	4	
909	473	270	94	20	20	2	2	7	
21 022	-	-	-	-	-	-	-	0	
-	-	-	-	-	-	-	-	9	
-	-	-	-	-	-	-	-	10	
-	-	-	-	-	-	-	-	11	
21 022	-	-	-	-	-	-	-	12	
61 741	34 522	15 051	2 091	-	-	-	-	13	
23 996	9 976	-	-	-	-	-	-	14	
20 120	10 202	0 613	-	-	-	-	-	15	
10 017	0 244	7 238	2 091	-	-	-	-	16	
4 720	7 170	7 454	3 022	2 140	770	60	-	17	
4 254	4 276	3 999	2 123	000	-	-	-	18	
2 032	2 300	2 445	1 200	1 022	450	-	-	19	
434	500	700	490	329	312	60	-	20	
200	223	300	267	231	209	100	00	21	
143	177	269	107	170	102	60	20	22	
30	66	111	67	90	70	20	41	23	
4	10	15	15	10	20	9	22	24	
3	4	7	9	4	13	4	20	25	
3	4	6	9	4	13	3	17	26	
-	-	1	-	-	-	1	3	27	
-	-	-	-	-	-	-	-	28	



..... SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUARIO - BAHIA .....

7. EFETIVO DE BOVINOS, NA DATA DOS CENSOS DE 1968 E 1969, SEGUNDO A CONDICAO DO PRODUTOR,  
GRUPOS DE CABECAS DE BOVINOS E GRUPOS DE AREA TOTAL

CONDICAO DO PRODUTOR, GRUPOS DE CABECAS DE BOVINOS E GRUPOS DE AREA TOTAL	BOVINOS			
	1968		1969	
	INFORMANTES	NUMERO DE CABECAS	INFORMANTES	NUMERO DE CABECAS

TOTALS..... 274 444      8 942 727      298 090      9 258 263

CONDICAO DO PRODUTOR

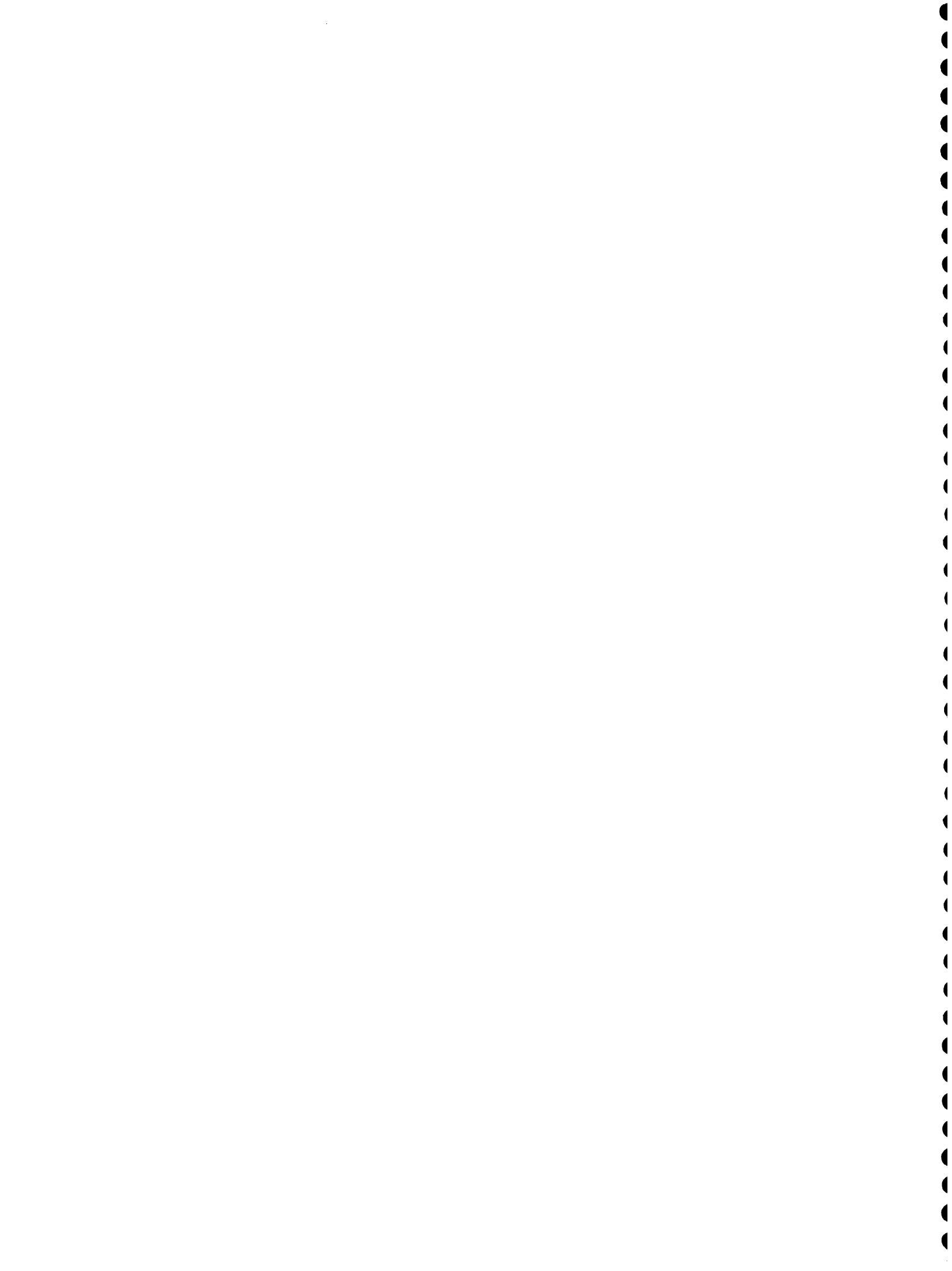
PROPRICIARIO.....	259 130	8 727 431	268 262	8 755 049
ARRENDATARIO.....	1 706	30 909	1 007	68 734
PANQUEIRO.....	819	14 202	1 135	42 432
Ocupante.....	16 700	170 105	23 230	229 600
OUTRA CONDICAO.....	-	-	376	28 454
SEM DECLARACAO.....	-	-	3 090	133 100

GRUPOS DE CABECAS DE BOVINOS

MEIOS DE 10.....	129 400	591 019	130 305	671 702
10 A MEIOS DE 20.....	61 043	823 240	43 640	854 215
20 A MEIOS DE 50.....	30 647	1 509 633	30 609	1 502 759
50 A MEIOS DE 100.....	17 006	1 201 202	17 471	1 176 099
100 A MEIOS DE 200.....	8 464	1 144 361	8 734	1 100 142
200 A MEIOS DE 500.....	4 909	1 470 704	5 013	1 402 462
500 A MEIOS DE 1 000.....	1 302	943 609	1 404	1 000 457
1 000 A MEIOS DE 2 000.....	313	694 330	336	713 462
2 000 E MAIS.....	170	540 521	197	676 329

GRUPOS DE AREA TOTAL (HA)

MEIOS DE 10.....	94 522	724 534	100 000	667 431
MEIOS DE 1.....	3 109	13 540	3 373	20 209
1 A MEIOS DE 2.....	9 696	53 605	9 605	45 104
2 A MEIOS DE 3.....	39 130	273 561	41 902	243 319
3 A MEIOS DE 10.....	42 467	301 000	45 000	350 323
10 A MEIOS DE 100.....	140 407	2 720 772	138 440	2 775 480
10 A MEIOS DE 20.....	47 262	565 311	32 266	337 913
20 A MEIOS DE 50.....	61 009	1 131 731	60 194	1 173 329
50 A MEIOS DE 100.....	31 336	1 011 710	33 901	1 067 216
100 A MEIOS DE 1 000.....	34 641	3 719 961	30 640	3 003 569
100 A MEIOS DE 200.....	10 976	1 073 762	20 160	1 122 058
200 A MEIOS DE 500.....	13 390	1 373 336	13 951	1 400 079
500 A MEIOS DE 1 000.....	4 267	1 070 623	4 334	1 135 432
1 000 A MEIOS DE 10 000.....	2 747	1 622 543	2 967	1 607 356
1 000 A MEIOS DE 2 000.....	1 021	830 136	1 026	848 374
2 000 A MEIOS DE 5 000.....	744	393 766	833	434 713
5 000 A MEIOS DE 10 000.....	102	196 623	100	197 272
10 000 E MAIS.....	113	143 766	120	227 363
10 000 A MEIOS DE 100 000.....	100	143 940	120	226 102
100 000 E MAIS.....	4	1 010	3	1 261
SEM DECLARACAO.....	16	1 140	20	1 063





**ANEXO V: INDICADORES ECONOMICOS E SOCIAIS  
DA VILA SÃO JOAQUIM**



ESTADO CIVIL	MASCULINO										FEMININO							TOTAL GERAL	%	
	ANALFABETO	ASSINA O NOME	LÊ E ESCREVE	1º GRAU INCOMPLETO	1º GRAU COMPLETO	2º GRAU INCOMPLETO	2º GRAU COMPLETO	TOTAL	%	ANALFABETO	ASSINA O NOME	LÊ E ESCREVE	1º GRAU INCOMPLETO	1º GRAU COMPLETO	2º GRAU INCOMPLETO	2º GRAU COMPLETO	TOTAL			%
Solteiro	-	07	08	02	02	-	-	19	6,1	02	02	03	03	-	-	01	11	8,0	30	6,6
Casado	25	134	86	36	02	-	-	283	90,4	17	38	37	13	01	-	-	106	75,1	389	85,7
Separado	-	02	01	02	-	-	-	05	1,6	03	07	02	02	01	-	-	15	10,6	20	4,4
Viuve	01	03	02	-	-	-	-	06	1,9	02	06	-	01	-	-	-	09	6,3	15	3,3
TOTAL	26	146	97	40	04	-	-	313	100	24	53	42	19	02	-	01	141	100,0	454	100,0

FONTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim - 1984.



TABELA ANEXO Nº 2  
 ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM  
 NÚMERO DE ASSOCIADOS, SEGUNDO SEXO, POR FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO OCUPACIONAL - 1984

OCUPAÇÃO ATUAL	SEXO/FAIXA ETÁRIA		M A S C U L I N O										F E M I N I N O										TOTAL GERAL	%				
	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	50-55	55-60	60-65	+ 65	TOTAL	*	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	50-55	55-60	60-65	+ 65			TOTAL	*		
Agricultor	08	12	15	32	30	20	12	20	20	12	181	58,0	01	03	08	13	10	10	05	06	03	03	03	62	44,0	263	53,5	
Doméstica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	09	10	07	09	04	03	01	02	03	03	49	34,7	49	10,8	
Carpinteiro	-	-	02	03	02	02	-	01	01	-	12	3,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	2,6	
Pedreiro	-	01	02	02	02	02	-	02	-	-	11	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2,4	
Comerciante	-	01	01	-	02	-	01	-	-	-	05	1,5	-	-	01	01	01	01	-	-	-	-	-	04	3,4	09	2,0	
Serviço Braçal	-	01	02	03	02	01	-	-	-	-	09	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	09	2,0	
Servente	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01	0,3	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,7	02	0,5
Costureira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	01	04	-	-	-	03	3,1	03	0,6
Vigilante	-	-	01	02	01	-	01	01	02	-	08	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	08	1,8	
Outras	02	08	09	07	16	05	02	07	06	09	71	22,6	01	-	01	08	03	04	-	-	02	01	-	20	14,1	91	20,0	
Desempregados	-	01	01	03	03	03	-	01	02	01	15	5,0	-	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	-	02	1,4	17	3,8
TOTAL GERAL	10	24	33	52	59	34	16	32	31	22	313	100	03	12	21	30	25	19	08	08	08	07	141	100	454	100		

FONTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim



TABELA ANEXO Nº 3  
 ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM  
 NÚMERO DE ASSOCIADOS, SEGUNDO EXPERIÊNCIA EM CULTURAS IRRIGADAS, POR SEXO E TRATOS CULTURAIS - 1984

SEXO/TRATOS CULTURAIS IRRIGADAS	M A S C U L I N O							F E M I N I N O							T O T A L G E R A L					
	P.S.	S.	T.M.	M.A.	T.C.	P.	EN TUDO	T O T A L	x	P.S.	S.	T.M.	M.A.	T.C.	P.	EN TUDO	T O T A L	x		
Milho	03	02	-	03	02	01	01	12	1,93	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	12	1,3
Feijão	05	04	-	05	02	04	05	25	4,05	01	02	-	03	02	-	02	10	5,02	35	4,3
Cebola	11	06	03	12	06	06	23	67	10,8	02	02	03	02	02	-	04	15	7,53	82	10,0
Olericultura	14	06	01	15	09	09	32	86	14,26	09	06	07	06	07	02	03	44	22,1	132	16,2
Melancia	05	03	-	05	01	05	03	22	3,56	-	01	-	01	01	-	01	04	2,01	26	3,1
Melão	01	-	01	01	-	01	01	05	0,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,0	05	0,5
Feijão/Milho	10	07	02	08	04	06	17	54	8,75	06	06	02	08	05	02	03	34	17,1	88	10,7
Cebola/Feijão	18	19	03	24	16	17	30	127	20,5	05	04	03	05	04	01	05	27	13,6	154	18,7
Cebola/Feijão/Milho	10	05	01	06	08	05	19	54	8,75	02	02	02	02	02	-	10	20	10,04	74	9,0
Melão/Melancia	04	02	-	03	02	03	05	19	3,07	-	-	-	-	-	-	02	02	1,0	21	2,5
Todas	-	-	-	-	-	-	01	01	0,16	-	-	-	-	-	-	01	01	0,5	02	1,2
Outras	24	17	06	22	16	15	43	143	23,17	09	05	02	08	05	02	11	42	21,1	185	22,5
TOTAL GERAL	105	73	17	104	66	72	180	617	100	36	30	19	37	28	07	42	199	100	816	100

FONTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim - 1984.  
 P.S. - Preparo do Solo      T.M. - Transporte de Mudanças      T.C. - Tratos Culturais, (capina)  
 S. - Sementeira      M.A. - Manejo de Água      P. - Pulverização





## TABELA ANEXO Nº 4

## ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM

## NÚMERO DE ASSOCIADOS E DEPENDENTES, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, POR SEXO E GRAU DE INSTRUÇÃO - 1984

SEXO/GRAU DE INSTRUÇÃO	M A S C U L I N O										F E M I N I N O										TOTAL GENERAL	%		
FAIXA ETÁRIA																					TOTAL	%		
01 — 05	212	02	-	09	-	-	-	-	-	223	19,1	211	02	-	-	-	-	-	-	-	213	16,7	436	18,0
05 — 10	99	03	01	154	-	-	-	-	-	257	22,1	104	05	183	-	-	-	-	-	292	22,8	549	22,4	
10 — 15	23	09	05	225	04	-	-	-	-	266	23,0	19	07	04	215	04	-	-	-	249	19,4	515	21,0	
15 — 20	14	18	08	144	17	06	02	02	04	209	18,0	10	08	05	108	11	16	01	-	159	12,4	368	15,0	
20 — 25	07	04	05	32	03	02	04	04	04	67	5,9	01	07	16	27	05	02	03	61	4,7	128	5,2		
25 — 30	02	10	02	10	-	-	01	-	-	25	2,15	09	14	14	14	-	-	-	51	4,0	76	3,1		
30 — 35	-	08	08	03	-	-	-	-	-	19	1,6	12	15	10	08	-	-	-	45	3,5	64	2,6		
35 — 40	01	10	09	05	-	-	-	-	-	25	2,15	14	27	06	04	-	-	01	52	4,0	77	3,1		
40 — 45	01	09	08	01	-	-	-	-	-	19	1,6	11	26	08	04	01	-	-	50	4,0	69	3,0		
45 — 50	03	05	04	01	-	-	-	-	-	13	1,1	10	11	12	05	-	01	-	39	3,9	52	2,1		
50 — 55	05	03	04	02	-	-	-	-	-	14	1,2	09	04	04	02	-	-	-	19	1,4	33	1,3		
55 — 60	03	06	03	01	-	-	-	-	-	13	1,1	13	08	02	01	-	01	-	25	2,0	38	1,5		
60 — 65	01	01	02	-	-	-	-	-	-	04	0,3	09	06	-	-	-	-	-	15	1,1	19	0,7		
+ 65	06	01	01	-	-	-	-	-	-	08	0,6	04	06	01	01	-	-	-	12	1,0	20	1,0		
T O T A L	377	99	60	587	24	08	07	07	07	1.162	100	436	146	82	572	21	19	06	1.282	100	2.444	100		

FONTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim - 1984.

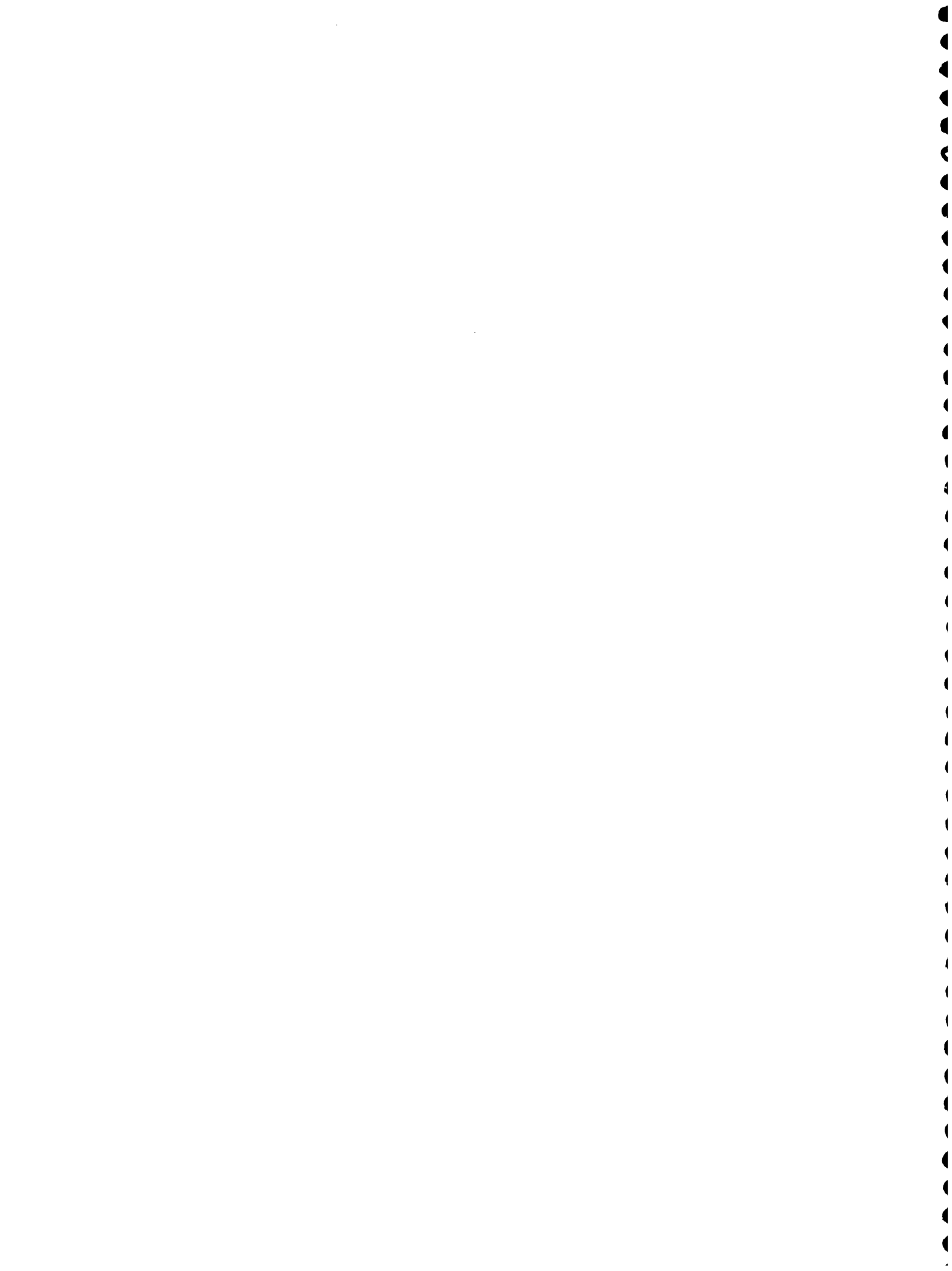


TABELA ANEXO Nº 5  
 ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM  
 NÚMERO DE ASSOCIADOS, SEGUNDO SEXO E ESTADO CIVIL, POR ÁREA OCUPADA - 1994

SEXO	ESTADO CIVIL	ÁREA											
		ÁREA DA ASSOCIAÇÃO			ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO			ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF II			ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF III		
		T. I. I	M. C.	T. I. I	P. M.	P. A.	D. O.	T. I. I	P. M.	P. A.	D. O.	T. I. I	P. M.
S	ESTADO CIVIL	ÁREA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF II											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF III											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E MONIA COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, II E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
M	ESTADO CIVIL	ÁREA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF II											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF III											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E MONIA COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, II E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
F	ESTADO CIVIL	ÁREA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF II											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF III											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E MONIA COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, II E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
TOTAL	ESTADO CIVIL	ÁREA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF II											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E TAVANF III											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E MONIA COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, II E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											
		ÁREA PARA DA ASSOCIAÇÃO E N. COMUNITÁRIA I, III E N. COMUNITÁRIA											

FONTES: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim.

P. - Própria  
 M. - Arrendada  
 Pa. - Precária  
 O. - Outros



TABELA ANEXO Nº 6  
 ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM  
 NÚMERO DE ASSOCIADOS, SEGUNDO PROCEDÊNCIA, POR SEXO - 1984

PROCEDÊNCIA	SEXO	M A S C U L I N O		F E M I N I N O		TOTAL GERAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Município de Juazeiro		29	9,2	18	13,0	47	10,3
Região do Lago Sobradinho (*)		51	16,2	30	21,4	81	17,8
Outros Municípios da Bahia		33	10,6	05	3,5	38	8,4
Pernambuco		130	41,4	55	39,2	185	40,8
Ceará		34	11,0	15	10,8	49	10,8
Paraíba		13	4,1	05	3,5	18	4,0
Piauí		16	5,0	08	5,7	24	5,2
São Paulo		03	1,0	01	0,8	04	0,8
Outros Estados		05	1,5	03	2,1	08	1,9
<b>T O T A L G E R A L</b>		<b>314</b>	<b>100</b>	<b>140</b>	<b>100</b>	<b>454</b>	<b>100</b>

FOINTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim - 1984.

(\*) Região do Lago Sobradinho compreende-se os municípios: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado.



TABELA ANEXO Nº 7  
 ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM  
 NÚMERO DE ASSOCIADOS QUE MIGRARAM EM BUSCA DE EMPREGO, SEGUNDO LOCAL DE TRABALHO, POR SEXO E PERÍODO DE RETORNO - 1984

LOCAL DE TRABALHO	SEXO E PERÍODO DE RETORNO										TOTAL GERAL	%				
	MASCULINO					FEMININO										
	SEMANAL	QUINZENAL	MENTAL	QUANDO INICIAR PROJETO	SEM RETORNO	TOTAL	%	SEMANAL	QUINZENAL	MENTAL			QUANDO INICIAR PROJETO	SEM RETORNO	TOTAL	%
CANARAGIBE-Casa Nova-BA	03	02	01	-	-	06	9,3	-	-	-	-	-	-	-	06	9,1
Salvador-BA	-	-	03	01	01	05	7,6	-	-	-	-	-	-	-	05	7,6
SANTANA-Casa Nova-BA	02	-	-	03	-	05	7,8	-	-	-	-	-	-	-	05	7,7
CASA NOVA - BA	04	01	-	-	-	05	7,8	-	-	-	-	-	-	-	05	7,6
ALGODOES-Juazeiro - BA	01	01	01	-	-	03	4,8	-	-	-	-	-	-	-	03	4,5
SANGRAOURO-Juazeiro - BA	01	-	-	01	-	02	3,1	-	-	-	-	-	-	-	02	3,0
JUAZEIRO - BA	04	-	-	01	-	05	7,8	-	-	-	-	-	-	-	05	7,6
SÃO PAULO - SP	-	-	-	03	-	03	4,8	-	-	-	-	-	-	-	03	4,5
PETROLINA - PE	03	-	-	02	-	05	7,8	-	-	-	-	-	-	-	05	7,6
SALITRE-Juazeiro - BA	02	-	-	-	-	02	3,1	-	01	-	-	-	-	03	4,5	
PROJETO MARIÇÓBA - Juazeiro	02	-	-	-	-	02	3,1	-	-	-	-	-	-	02	3,0	
RIACHO DOS PAES - Sento Sé-BA	-	-	02	-	-	02	3,1	-	-	-	-	-	-	02	3,0	
OUTROS	01	03	02	12	01	19	29,7	01	-	-	-	-	01	20	30,3	
TOTAL GERAL	23	07	09	23	02	64	100	01	01	-	-	-	02	100	66	100

FONTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim - 1984.





TABELA ANEXO Nº 8  
 ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM  
 RENDA FAMILIAR DOS ASSOCIADOS, SEGUNDO SALÁRIO MÍNIMO AUFERIDO, POR FONTE DE RENDIMENTO - 1984

SALÁRIO MÍNIMO	FONTE DE RENDIMENTO										TOTAL G E R A L	%				
	PESCA	%	AGRICUL- TURA	%	SALÁRIO	%	PESCA SALÁRIO	%	AGRICUL- TURA SALÁRIO	%			AGRICUL- TURA E PESCA	%	OUTRAS	%
00   01	15	79,0	47	73,5	75	63,5	02	100	01	25,0	-	0,0	149	70,2	269	66,6
01   02	03	15,8	15	23,4	32	27,1	-	0,0	01	25,0	01	50,0	56	26,5	108	25,7
02   03	-	0,0	02	3,1	06	5,1	-	0,0	-	0,0	01	50,0	05	2,3	14	3,3
03   04	01	5,2	-	0,0	03	2,5	-	0,0	02	50,0	-	0,0	02	1,0	08	2,0
04   05	-	0,0	-	0,0	02	1,8	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	02	0,4
05	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	100,0
TOTAL GERAL	19	100	64	100	118	100	02	100	04	100	02	100	212	100	421	100

FONTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim - 1984.

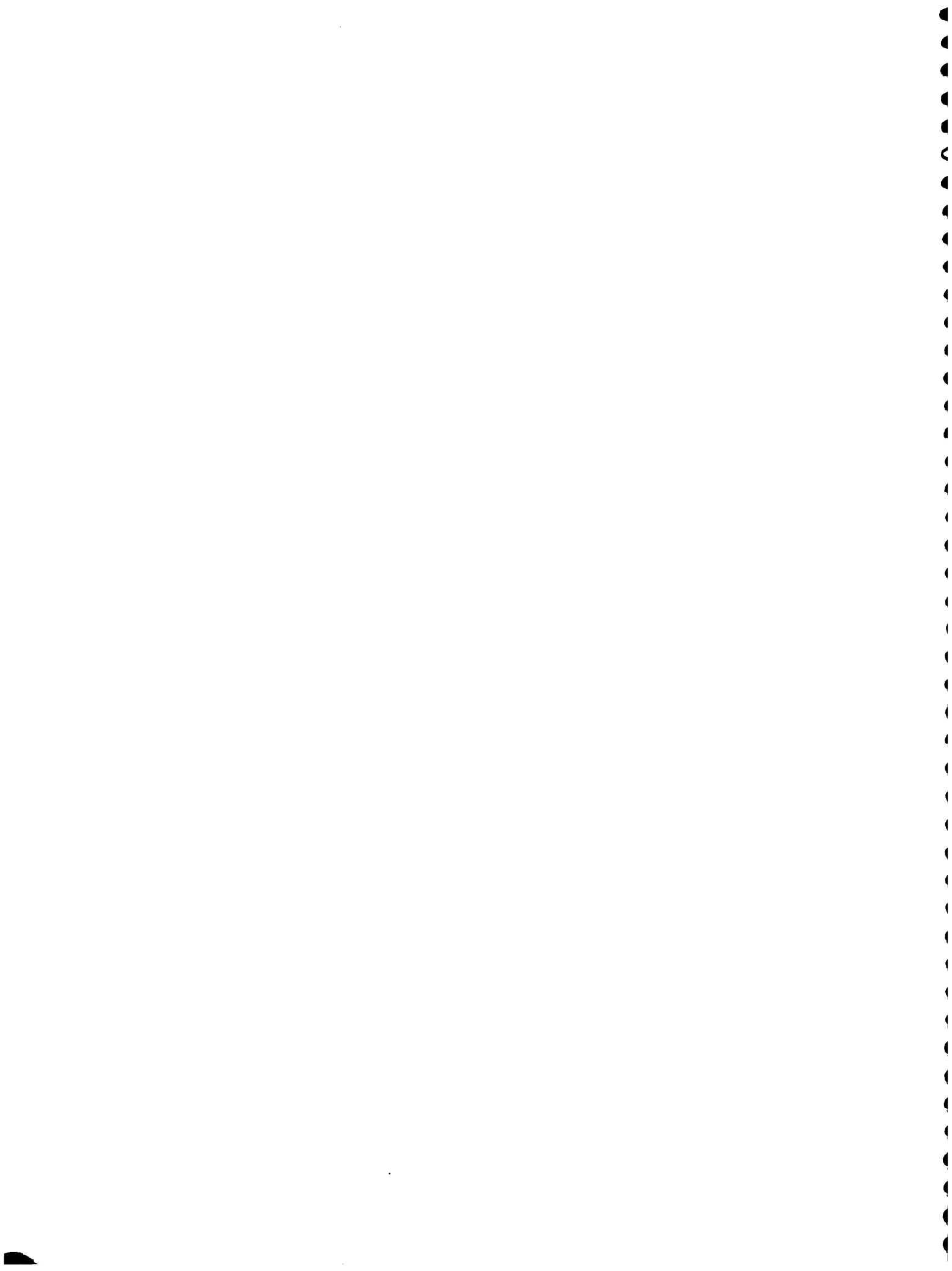


TABELA ANEXO Nº 9  
 ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM  
 NÚMERO DE ASSOCIADOS COM EXPERIÊNCIA EM CULTURAS INDICADAS, POR FAIXA ETÁRIA E GRAU DE INSTRUÇÃO - 1998

CULTURAS INDICADAS	FAIXA ETÁRIA / GRAU DE INSTRUÇÃO				
	20 - 25	25 - 30	30 - 35	35 - 40	40 - 45
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	5	5	5	5	5
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	6	6	6	6	6
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	7	7	7	7	7
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	8	8	8	8	8
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	9	9	9	9	9
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	10	10	10	10	10
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	11	11	11	11	11
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	12	12	12	12	12
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	13	13	13	13	13
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	14	14	14	14	14
alfabeto	1	1	1	1	1
assimilação	1	1	1	1	1
1º grau incompleto	1	1	1	1	1
1º grau completo	1	1	1	1	1
2º grau incompleto	1	1	1	1	1
2º grau completo	1	1	1	1	1
TOTAL	15	15	15	15	15

TABELA  
 ASS  
 Y

-----



## TABELA ANEXO Nº 10

## ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM

## DOENÇAS MAIS FREQUENTES NOS ASSOCIADOS E DEPENDENTES - 1984

D O E N Ç A S	ADULTO	CRIANÇA	T O T A L
. Gripe	268	270	538
. Disenteria	30	85	115
. Verminose	06	99	105
. Anemia	19	27	46
. Sarampo	04	39	43
. Variola	01	31	32
. Coluna	31	-	31
. Cachumba	-	28	28
. Desidratação	-	23	23
. Garganta	06	15	21
. Otite	06	13	19
. Reumatismo	19	-	19
. Rins	10	06	16
. Pneumonia/Bronquite	04	12	16
. Escabiose	02	10	12
. Asma	04	08	12
. Estômago	11	-	11
. Vista	07	04	11
. Nervos	10	01	11
. Fígado	11	-	11
. Coqueluche	-	07	07
. Coração	07	-	07
. Pressão Arterial	09	-	09
. Hérnia	04	-	04

FONTE: Pesquisa - Associação Agrícola São Joaquim - 1984.

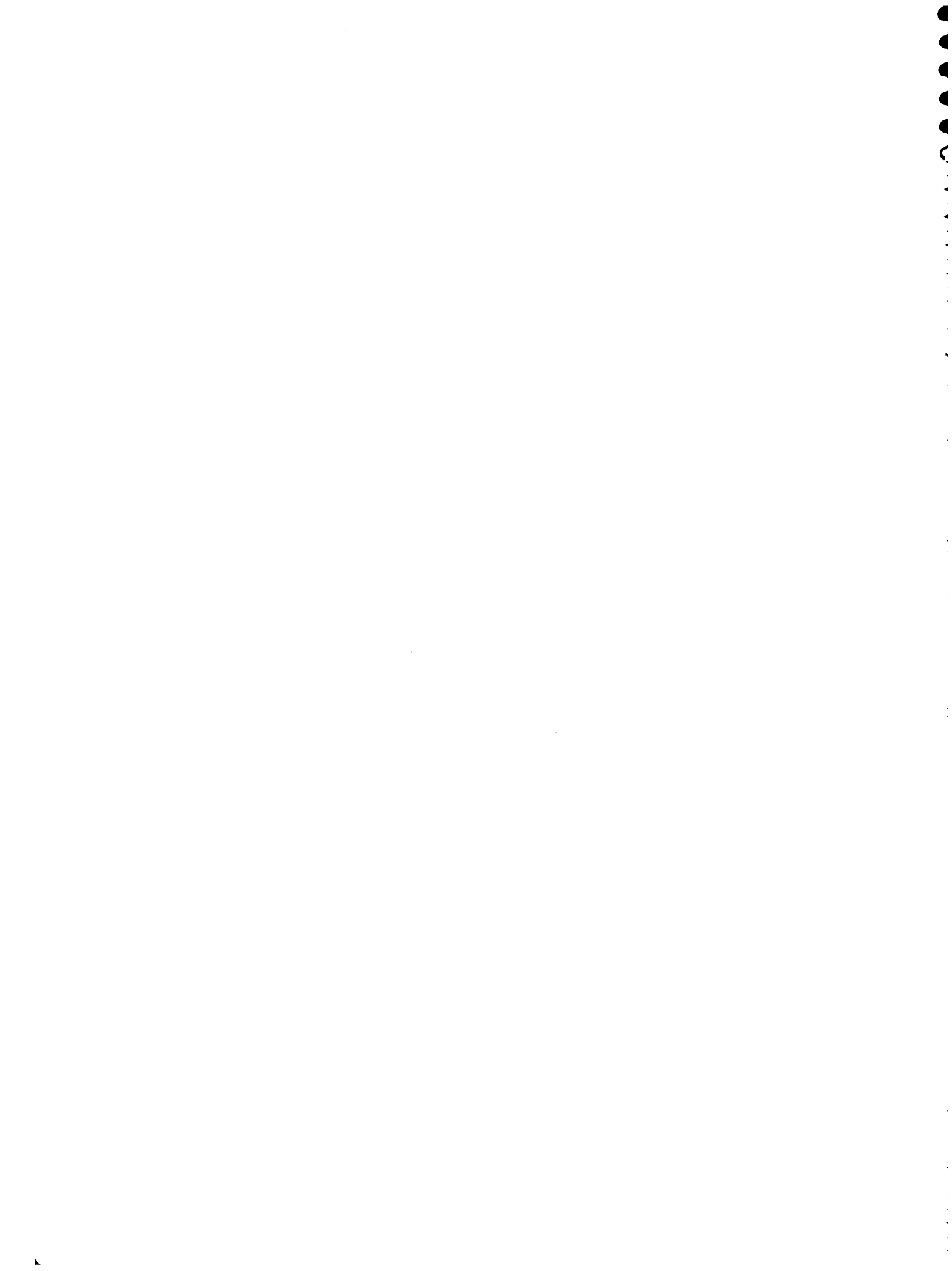


TABELA ANEXO Nº 11

MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO E SENTO SÉ, SEGUNDO EVOLUÇÃO DA ESQUISTOSSOMOSE POR ANO 1981-83

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	EXAMES			TOTAL	NÚMERO DE CASOS AUTOC TONOS	
		REALIZADOS	POR POSITIVIDADE				
			1981	1982			1983
<b>TOTAL (Juazeiro)</b>	<b>28.460</b>	<b>14.066</b>	<b>06</b>	<b>235</b>	<b>04</b>	<b>255</b>	-
Algodões	203	267	06	-	02	08	-
Juacema	79	57	-	-	02	02	-
Sobradinho	28.178	13.742	-	235	-	235	-
<b>TOTAL (Sento Sé)</b>	<b>9.294</b>	<b>7.142</b>	<b>11</b>	<b>02</b>	<b>65</b>	<b>78</b>	-
Sede Municipal	4.652	3.887	-	-	24	24	-
Serrotinho	80	61	11	02	01	13	-
Nova Olinda	12	06	-	-	01	01	-
Mina do Incaibo	244	74	-	-	05	05	-
Curral Novo	40	18	-	-	01	01	-
Ponta D'Água	530	426	-	-	01	01	-
Novo Barreiro	40	40	-	-	01	01	-
Nova Holanda	740	428	-	-	02	02	-
Nova Pedra Branca	70	64	-	-	01	01	-
Grilagem	210	171	-	-	02	02	-
Quebra Facão	728	400	-	-	03	03	-
Fazenda Olho D'Água	28	21	-	-	01	01	-
Novo Riacho dos Paes*	1.060	759	-	-	15	15	-
Novo Itapera*	480	482	-	-	02	02	-
Bazuá	380	305	-	-	02	02	-
Poço da Jurema	...	-	-	-	01	01	-

ONTE: CAR - Diagnóstico de Saúde - Levantamento realizado na SUCAM-Juazeiro 1984.

(\*) Áreas trabalhadas pelo Projeto Sobradinho.

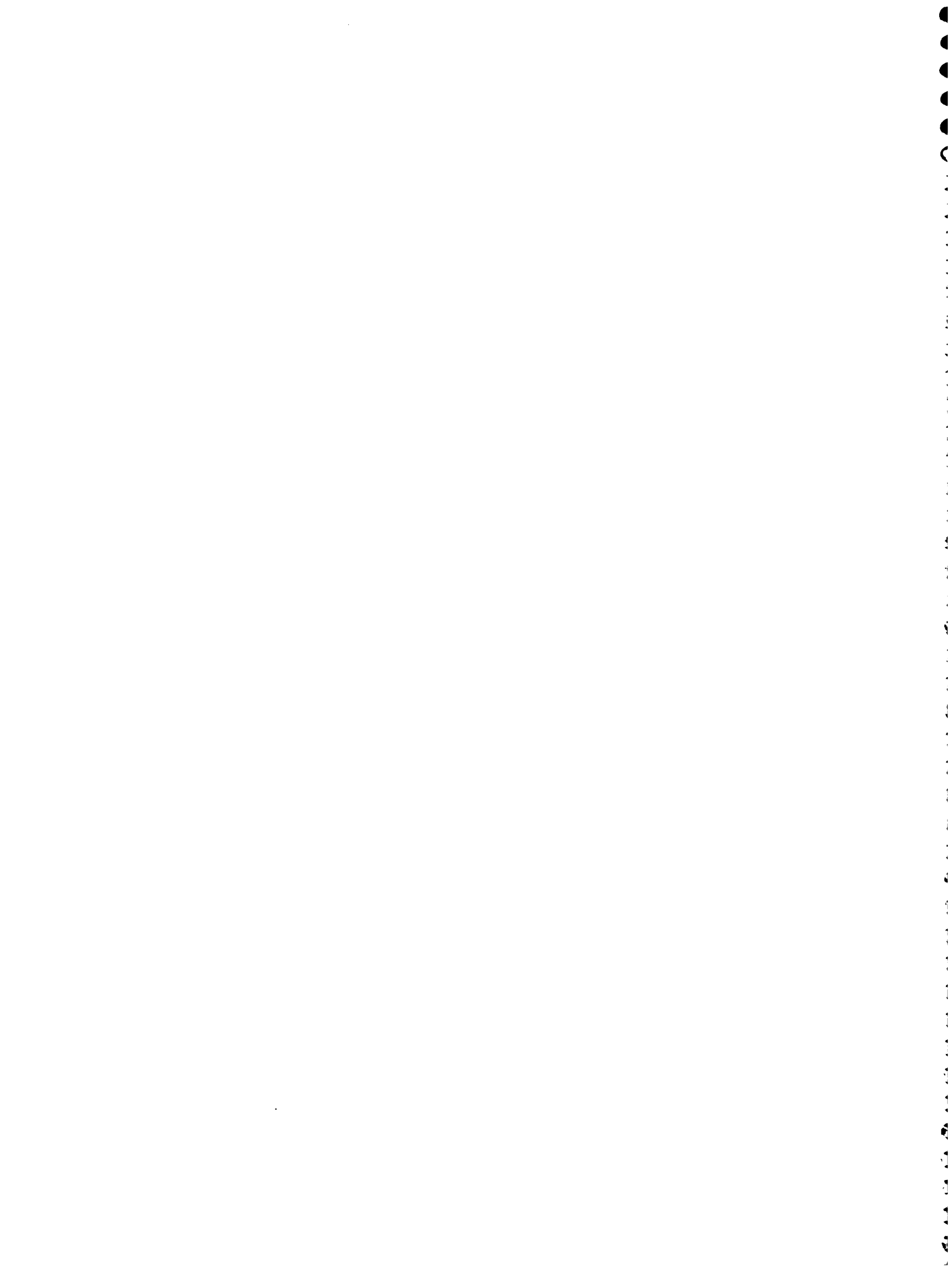




TABELA ANEXO Nº 12  
REGIÃO DE SOBRADINHO SEGUNDO EVOLUÇÃO DA MALARIA POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	Nº DE CASAS	REALIZADOS	E X A M E S										TOTAL	Nº DE CASOS AUTÓCTONOS	
				P O S I T I V O S												
				1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982			1983
Juazeiro	118.175	13.835	111.382	01	12	18	28	03	03	05	11	06	07	17	113	16
Sento Sé	31.683	7.724	42.286	32	92	72	01	0	0	0	0	01	01	0	199	108
Pilão Arcado	27.899	7.828	114.548	85	73	75	09	0	0	0	0	04	03	0	249	97
Remanso	29.935	3.454	50.172	22	40	19	02	0	0	03	0	02	01	01	90	69
Casa Nova	39.318	2.724	70.436	0	03	0	06	04	03	0	0	0	07	01	24	0
Xique-Xique	42.318	8.053	67.637	1.006	561	942	62	0	0	0	0	0	02	0	2.573	101
T O T A L	289.328	43.618	456.461	1.146	781	1.126	108	07	06	08	11	15	21	19	3.248	391

FONTE: SUCAM - 1973-1983.

DADOS: IBGE - 1980.

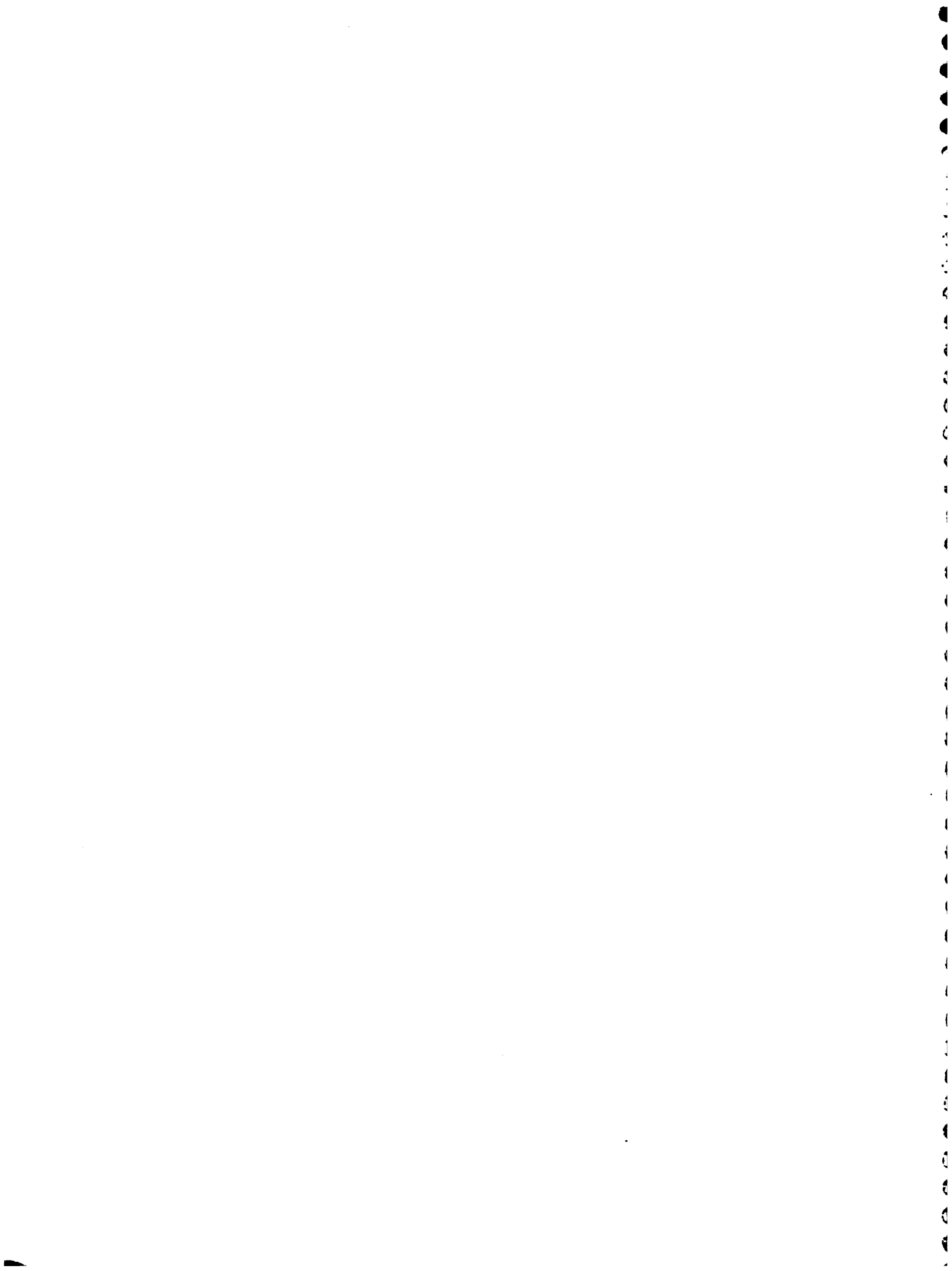
OBS.: A SUCAM mantém postos de vigilância em todos os núcleos da borda do lago.



TABELA ANEXO Nº 13  
 REGIÃO DO LAGO SOBRADINHO, SEGUNDO MORTALIDADE POR MUNICÍPIOS E CAUSAS  
 1973/83

MUNICÍPIOS	TOTAL	MORTALIDADE POR													
		CARDIOVASCULARES	INFECÇÕES	DOENÇAS PULMONARES	DESTORÇÃO	DESNUTRICÃO	DOENÇAS DEGENERATIVAS	ANEMIA	ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO	SUICÍDIO	AFOGAMENTO	PESTILENTIAS	SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA	INFECÇÃO PÓS-OPERATÓRIA	OUTROS
Juazeiro	9.018	1.501	768	1.092	682	130	312	69	105	54	32	22	1.717	05	2.529
Sento Sé	624	16	02	05	10	-	02	01	-	01	03	-	572	-	12
Casa Nova	855	101	26	55	88	08	34	04	16	09	10	-	222	-	282
Remanso	1.214	177	53	86	105	15	24	12	04	05	11	04	403	-	315
Xique-Xique	956	361	88	54	39	07	97	22	01	05	21	01	80	15	165
Pilão Arcado	632	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	632	-	-
Campo Alegre de Lourdes	481	-	-	01	-	-	02	-	01	02	02	-	473	-	-
TOTAL	13.780	2.156	937	1.293	924	160	471	108	127	76	79	27	4.099	20	3.303

FONTE: CAR - Diagnóstico de Saúde da Região do Lago de Sobradinho - 1984.



**A N E X O      Nº      2****PROPOSTA DE ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM****CAPÍTULO I - Da denominação, sede, duração e objeto.**

**Art. 1º -** A Associação Agrícola São Joaquim, fundada em maio de 1982, com sede na vila São Joaquim-Sobradinho e foro na cidade de Juazeiro-BA, é uma entidade civil, por cota, de duração indeterminada e tem por objetivos:

- I - promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo;
- II - proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da vila São Joaquim-Sobradinho, através da integração de seus moradores;
- III - proporcionar aos seus sócios e dependentes, atividades econômicas através das áreas do Tatauí-I, Tatauí-II, Tatauí-III, Tatauí-IV e Tatauí-V;
- IV - proporcionar aos seus sócios e dependentes atividades culturais, desportivas e assistenciais, diretamente ou através de instituições.

**Art. 2º -** A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho de Quadra;



- § 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.
- § 2º - É vedado o exercício acumulativo de cargos, ressalvado a participação na Assembléia Geral.

## CAPÍTULO II - Da Assembléia Geral

Art. 3º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação, constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos.

§ 1º -- A Assembléia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação do Conselho Fiscal e pela Diretoria, ou mediante requerimento de um terço dos associados.

§ 2º - A convocação da Assembléia Geral é feita através de Edital, afixado na sede da Associação e publicada nos veículos de comunicação disponíveis na Comunidade, com antecedência de oito dias.

§ 3º - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se e delibera:

- I - em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados;
- II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número.

§ 4º - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se e delibera:

- I - em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados;
- II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados.





Não havendo esse número mínimo da segunda convocação, será afixada nova data para realização da assembléia.

- 5º - Preside a Assembléia Geral o Presidente da Diretoria da Associação.
- 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, na segunda quinzena do mês de abril, de três em três anos para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, e extraordinariamente sempre que as necessidades da Comunidade e exigirem.
- 7º - Compete à Assembléia Geral:
- I - reexaminar a gestão administrativa, financeira e econômica da Associação;
  - II - aprovar as bases do orçamento do novo exercício;
  - III - eleger os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria;
  - IV - tratar de qualquer outro assunto relacionado com os interesses da Associação e seus associados, executando-se aqueles afetos à Assembléia Geral Extraordinária.
- 8º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:
- I - reformar o Estatuto da Associação;
  - II - aprovar o Regimento Interno da Associação;
  - III - modificar os objetivos da Associação;
  - IV - incorporar novos fundos ou modificar os já existentes;
  - V - promover a fusão da Associação ou sua incorporação a outra de igual finalidade, ou de grau superior, devidamente constituída;



- VI - aprovar a admissão de novos associados;
- VII - resolver sobre reclamações dos associados contra a Diretoria;
- VIII - estabelecer cotas obrigatórias para fins determinados;
- IX - decidir sobre os demais assuntos que afetam o interesse da Associação.

### CAPÍTULO III - Da Diretoria

Art. 4º - A Diretoria é o órgão responsável pela direção e administração geral da Associação.

Art. 5º - A Diretoria da Associação será constituída de 6 membros, um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário, um 1º Tesoureiro e um 2º Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleita.

Art. 6º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.

Art. 7º - Compete à Diretoria da Associação:

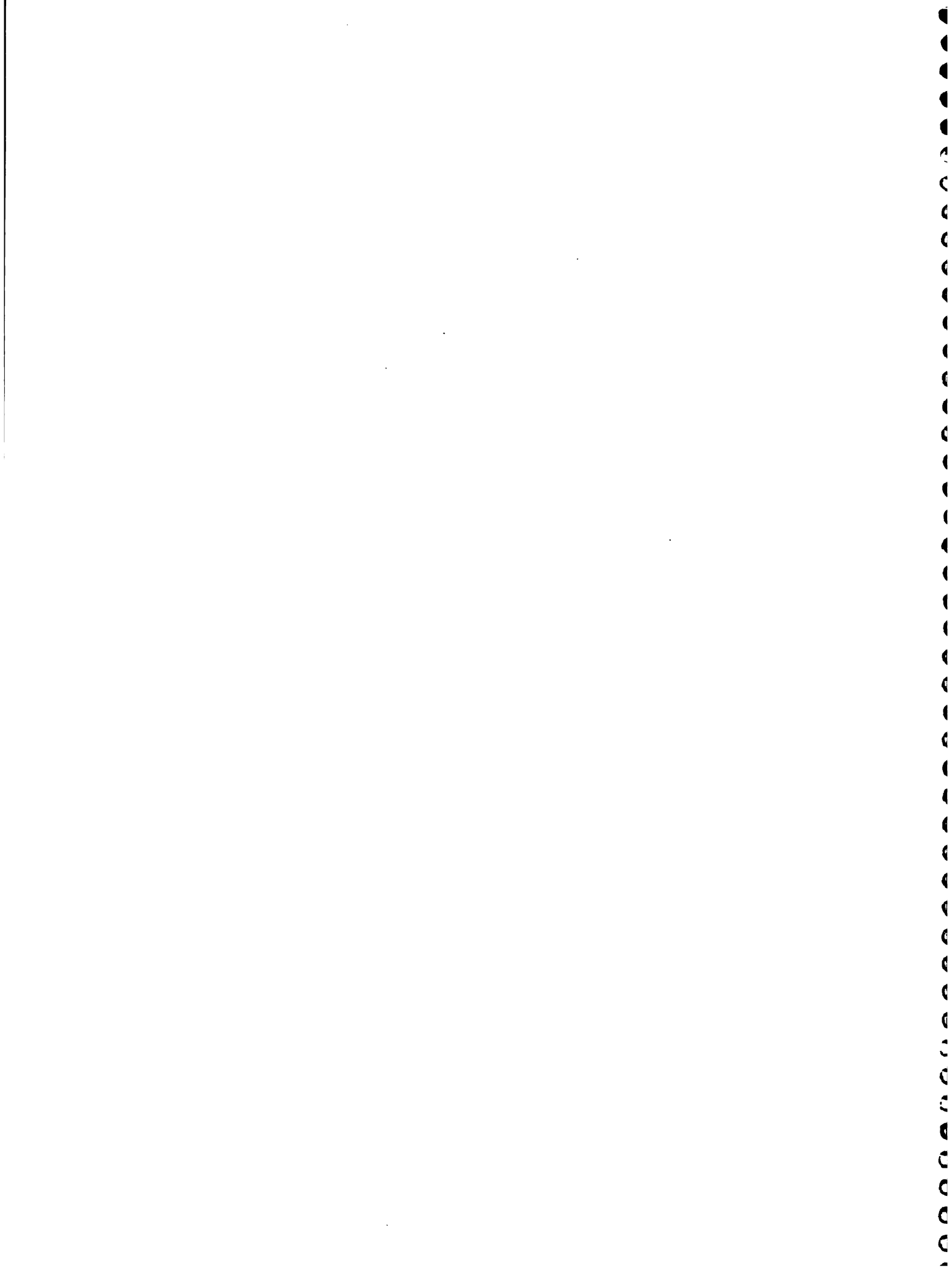
- I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros regulamentos aprovados;
- II - acolher quaisquer reclamações dos associados;
- III - fixar o valor da contribuição social;
- IV - executar plano de desenvolvimento da Associação;



- V - aprovar o quadro de pessoal administrativo da Associação;
- VI - exonerar, a pedido ou por motivo relevante, sócios do quadro social;
- VII - encaminhar até 20 de abril, para aprovação da Assembléia Geral, relatório anual das atividades desenvolvidas na Associação;
- VIII - interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos;
- IX - convocar a Assembléia Geral para aprovação ou reformulação do Regimento Interno e Regulamentos da Associação.

**Art. 8º - Compete ao Presidente:**

- I - representar a Associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - proteger o Patrimônio da Associação;
- III - alienar, mediante prévia anuência da Assembléia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a Associação;
- IV - realizar, mediante aprovação da Assembléia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- V - receber doações;
- VI - examinar e assinar, com o Tesoureiro, balancetes mensais e balanços;
- VII - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Tesoureiro;
- VIII - assinar com o Secretário, a correspondência da Associação.



**Art. 9º - Compete ao Vice-Presidente:**

- I - substituir o Presidente no caso de sua ausência, impedimento ou renúncia;
- II - cooperar com o Presidente na execução das resoluções da Assembléia Geral e Diretoria.

**Art. 10 - Compete ao Secretário:**

- I - organizar e dirigir todos os assuntos da Secretaria da Associação;
- II - apresentar às reuniões e Assembléia as respectivas Atas anteriores;
- III - encaminhar e executar as decisões e atividades programadas pela Associação.

**Art. 11 - Compete ao Tesoureiro:**

- I - responder pela guarda dos valores e títulos da Associação;
- II - assinar com o Presidente balancete mensal, balanços e contratos de empréstimo;
- III - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente.

**CAPÍTULO IV - Do Conselho Fiscalç**

**Art. 12 - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titula**res (efetivos) e por 3 (três) suplentes, todos sócios em pleno gozo de seus direitos, eleitos pela Assembléia Geral com um mandato de 3 (três) anos.





**Art. 13 - Compete ao Conselho Fiscal:**

- I - fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de receita, quer de despesa;
- II - verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados;
- III - verificar se os extratos de contas bancárias coincidem com o registro a Associação;
- IV - examinar se a contabilidade se processa com a devida pontualidade;
- V - convocar a Assembléia Geral caso surjam motivos graves e urgentes;
- Vi - efetuar outras funções que determina a Assembléia Geral, compatíveis com o Estatuto e o Regimento interno da Associação.

**CAPÍTULO V - Do Conselho de Quadra**

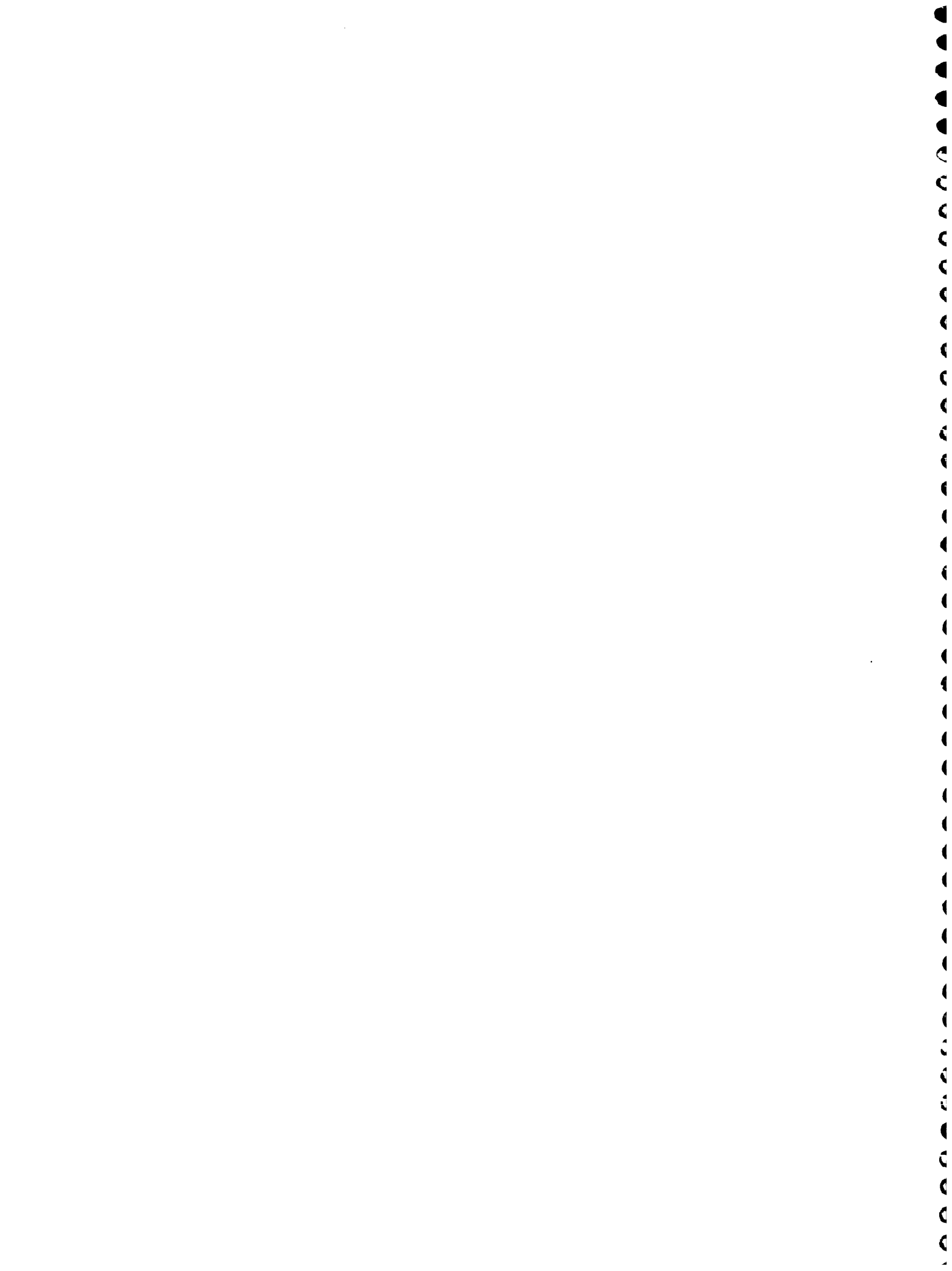
**Art. 14 -** O Conselho de Quadra é composto de 12 (doze) representantes de quadra, todos sócios em pleno gozo de seus direitos, eleitos pelo voto dos sócios residentes na quadra.

**§ 1º -** O Conselho de Quadra elegerá, dentre seus representantes, um Secretário.

**Art. 15 -** O Conselho de Quadra reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana, por convocação do Secretário do Conselho.

**Art. 16 - Compete ao Conselho de Quadra:**

- I - propor à Diretoria planos e programas de ação;



- II - propor à Diretoria o valor da contribuição social;
- III - encaminhar à Diretoria proposta para admissão de novos sócios;
- IV - acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e atividades em desenvolvimento na Associação.

#### CAPÍTULO VI - Dos Sócios

Art. 17 - Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderem os seguintes requisitos:

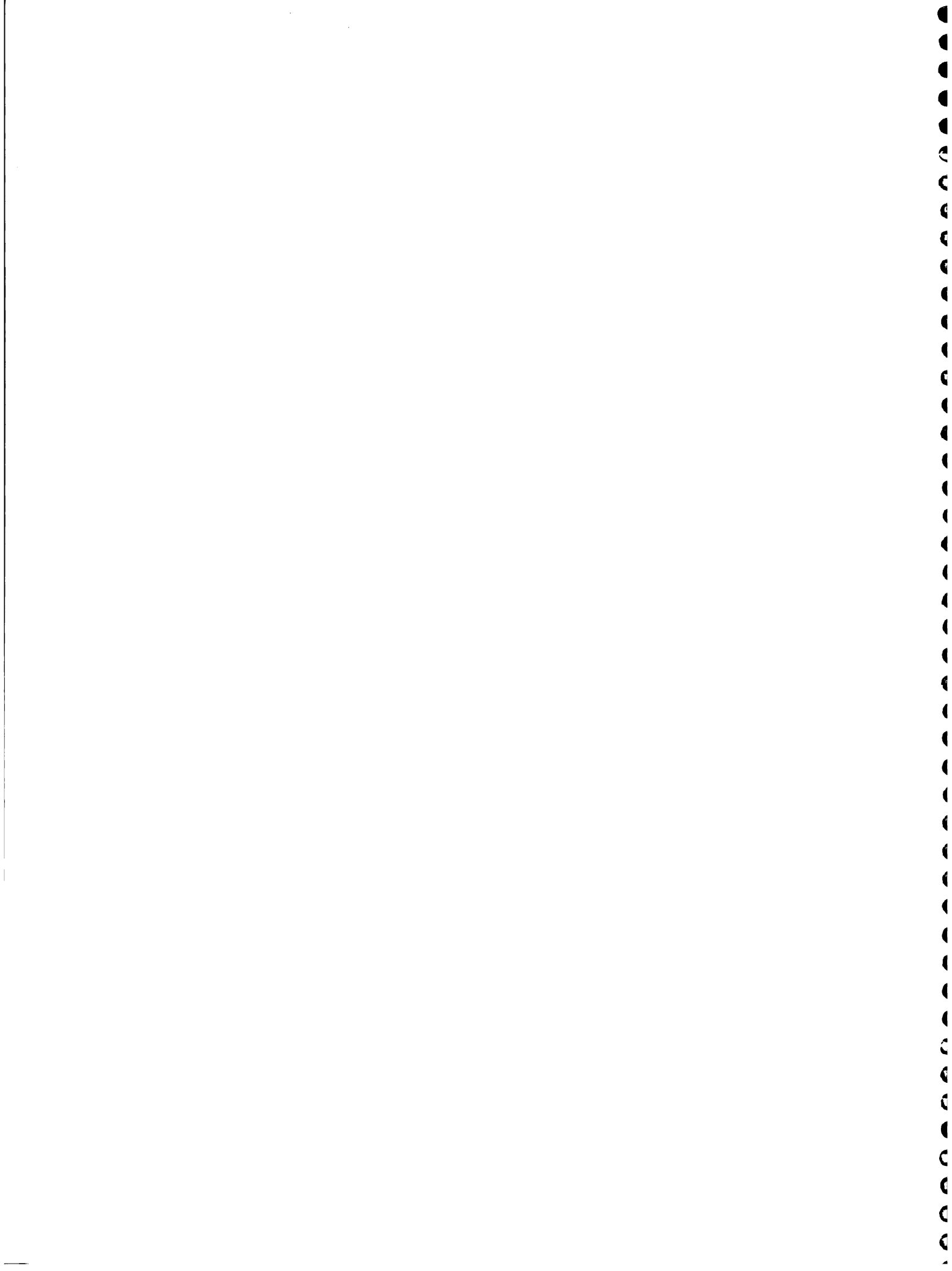
- I - manifestarem seu desejo de vincular-se à Associação, preenchendo a correspondente proposta de inscrição;
- II - tenham seu pedido de inscrição aprovado pela Assembléia Geral;
- III - pagarem a contribuição prevista no art. 18, alínea IV, a partir do mês da inscrição.

Art. 18 - São as seguintes as categorias de sócios:

- I - fundadores: os que se inscreveram no dia da fundação da Associação;
- II - efetivos: os que forem aceitos posteriormente.

#### CAPÍTULO VII - Os Direitos e Deveres dos Sócios

Art. 19 - Os sócios quites com a Tesouraria da Associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto, têm os seguintes direitos:



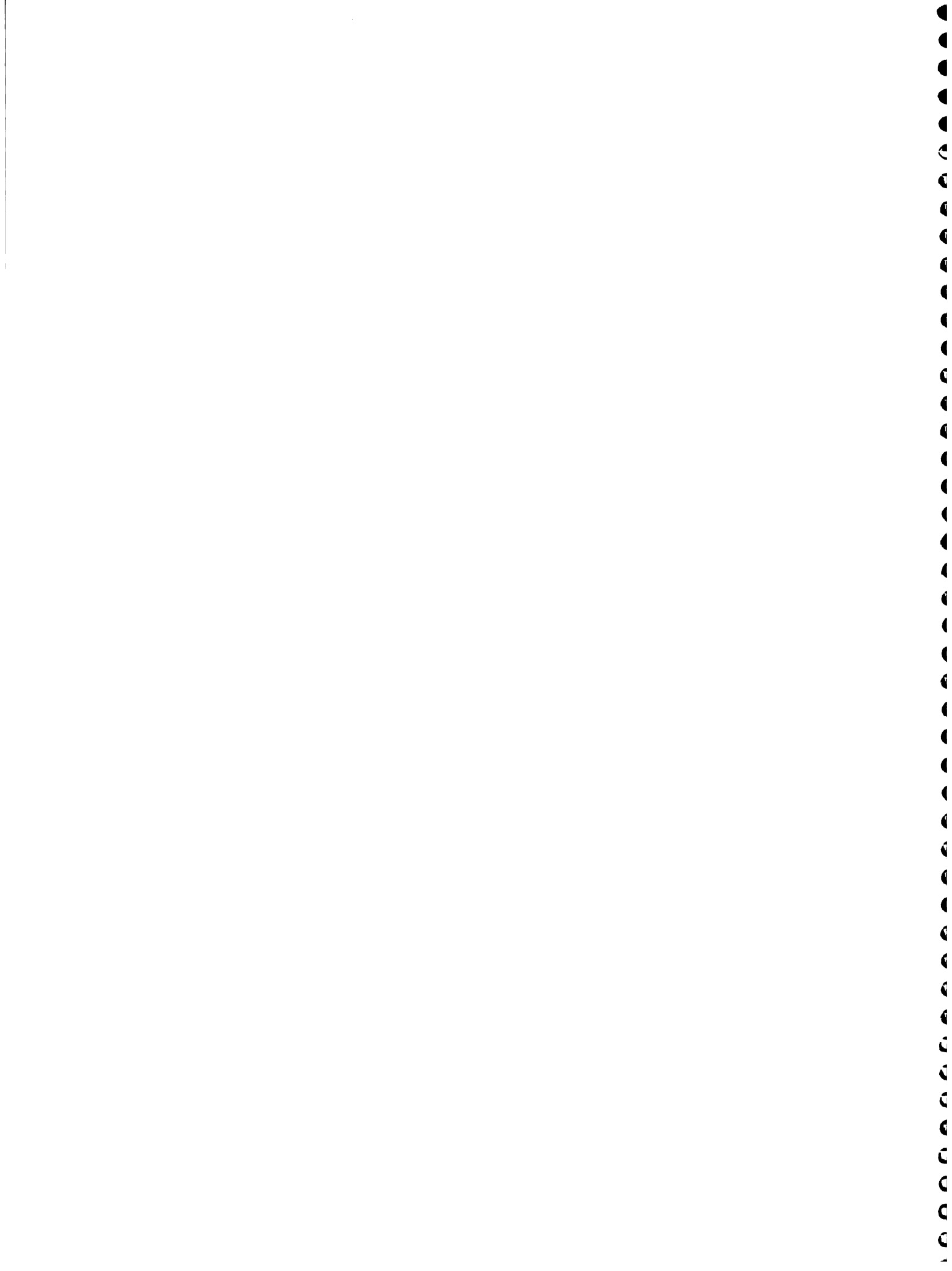
- I - votar e ser votado nas eleições para membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação;
- III - recorrer de qualquer decisão da Diretoria;
- IV - participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;
- V - oferecer sugestões;
- VI - requerer a convocação da Assembléia Geral em caráter extraordinário.

Art. 20 - Os sócios têm as seguintes obrigações:

- I - cumprir o Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as disposições da Associação;
- II - exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III - colaborar com as iniciativas da Associação;
- IV- pagar a contribuição mensal fixada pela Diretoria até o último dia útil do mês de competência.

Art. 21 - O sócio que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno ou normas e regulamentos da Associação fica sujeito às seguintes sanções, a critério da Diretoria:

- I - advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;
- II - suspensão de um a doze meses:
  - a. os reincidentes em infração punida com advertência;
  - b. os que estejam em atraso, há 1 ano ou mais, no pagamento de contribuições sociais;



74

**III - Exclusão:**

Os reincidente em infração punida com suspensão.

- 1º - As punições previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria da Associação, delas cabendo recursos à Assembleia Geral.
- 2º - A apresentação de recursos não terá efeito suspensivo.
- 3º - A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

**CAPÍTULO VIII - Das Eleições**

Art. 22 - A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, dar-se-á por votação direta e secreta.

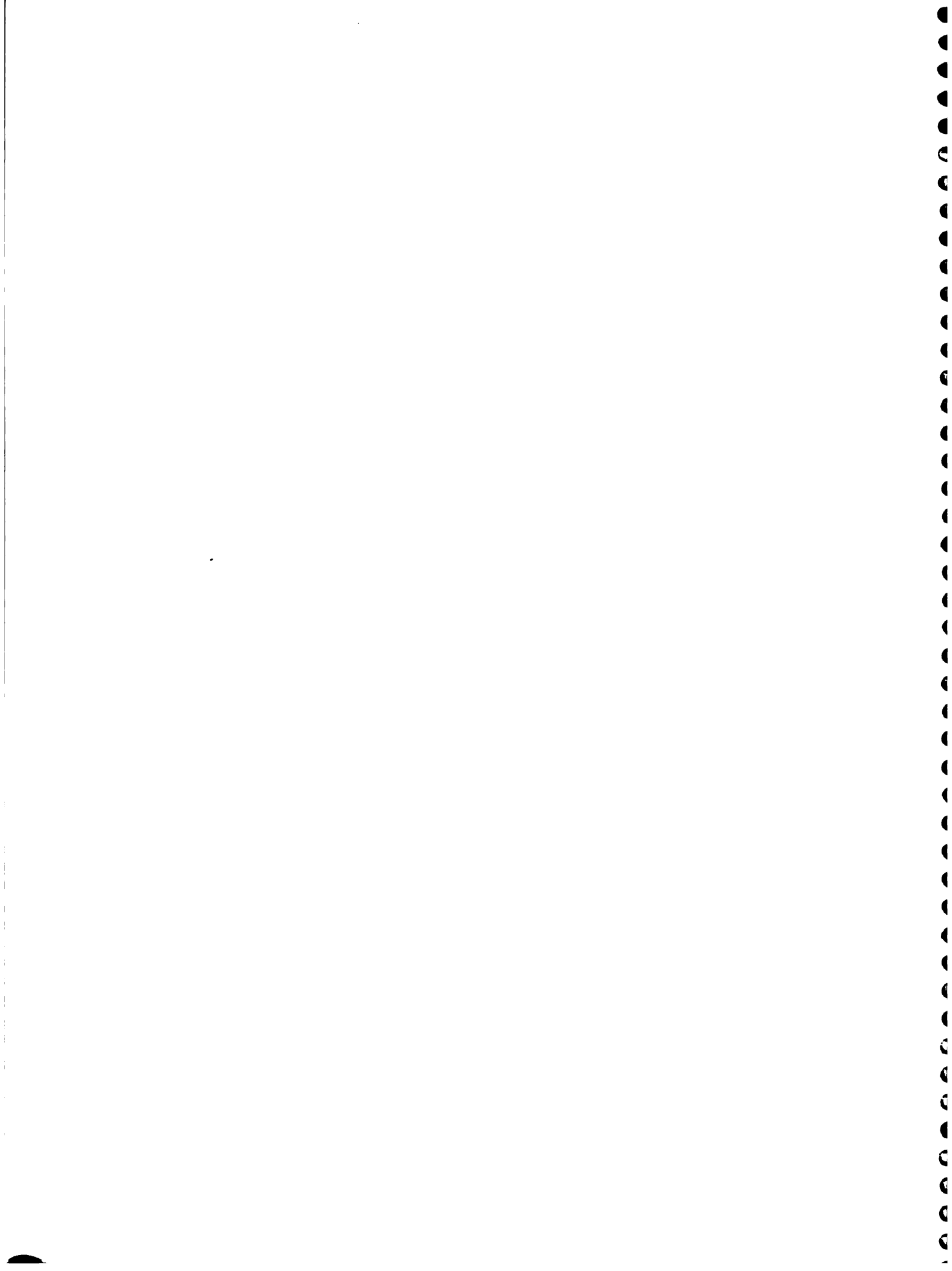
Art. 23 - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

**CAPÍTULO IX - Do Patrimônio**

Art. 24 - Os recursos da Associação são constituídos de:

- I - contribuições pagas pelos sócios;
- II - doações e subvenções, públicas ou privadas;
- III - produto resultante da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios;
- IV - outras receitas.

Art. 25 - O patrimônio da Associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos.





Art. 26 - A Associação terá tempo de duração indeterminado.

§ 1º - Em caso de extinção da Associação, seu patrimônio será doado a entidade de idênticos fins e natureza, condicionada esta doação à decisão e aprovação de maioria absoluta dos sócios em Assembléia Geral.

#### CAPÍTULO X - Disposições Gerais

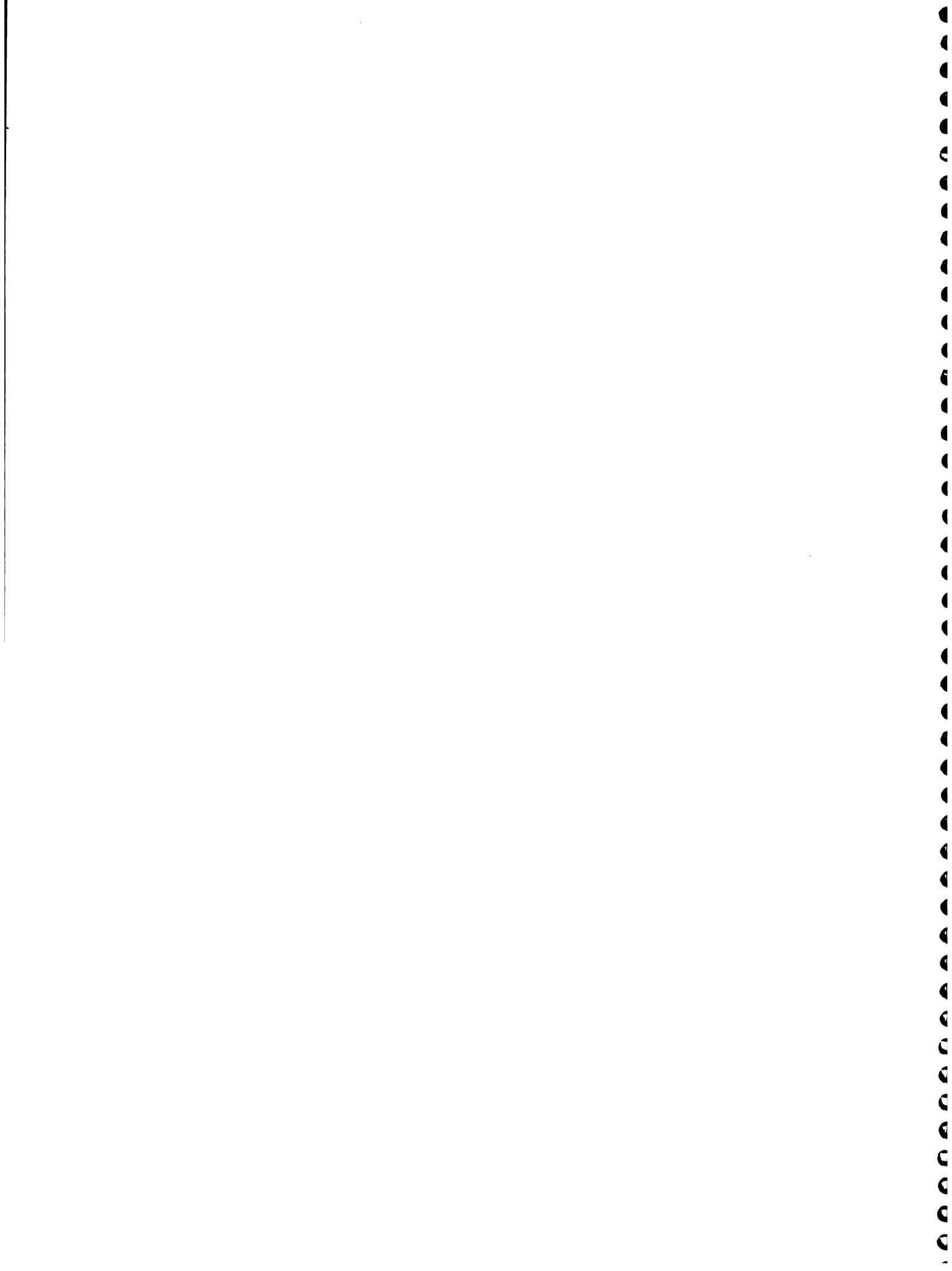
Art. 27 - O mandato dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal explicará no dia 1º de maio de três em três anos.

Art. 28 - o presente Estatuto poderá ser reformado em todo ou em parte, pela Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria.

Art. 29 - Os casos omissos e as dúvidas na interpretação deste Estatuto, serão resolvidos pela Diretoria da Associação, e, nas questões mais urgentes, pelo Presidente "da referendum" da mesma Diretoria.

Art. 30 - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de \_\_\_\_\_

Sobradinho-BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_\_



A N E X O      N<sup>o</sup>      3PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM(REGIMENTO INTERNO)**1    OBJETIVO**

O presente Regimento Interno tem por objetivo fixar a competência e as atribuições, considerando o que dispõe o estatuto da Associação Agrícola São Joaquim os órgãos estatutários, de execução e assessoria técnica.

**2    ORGANIZAÇÃO BÁSICA**

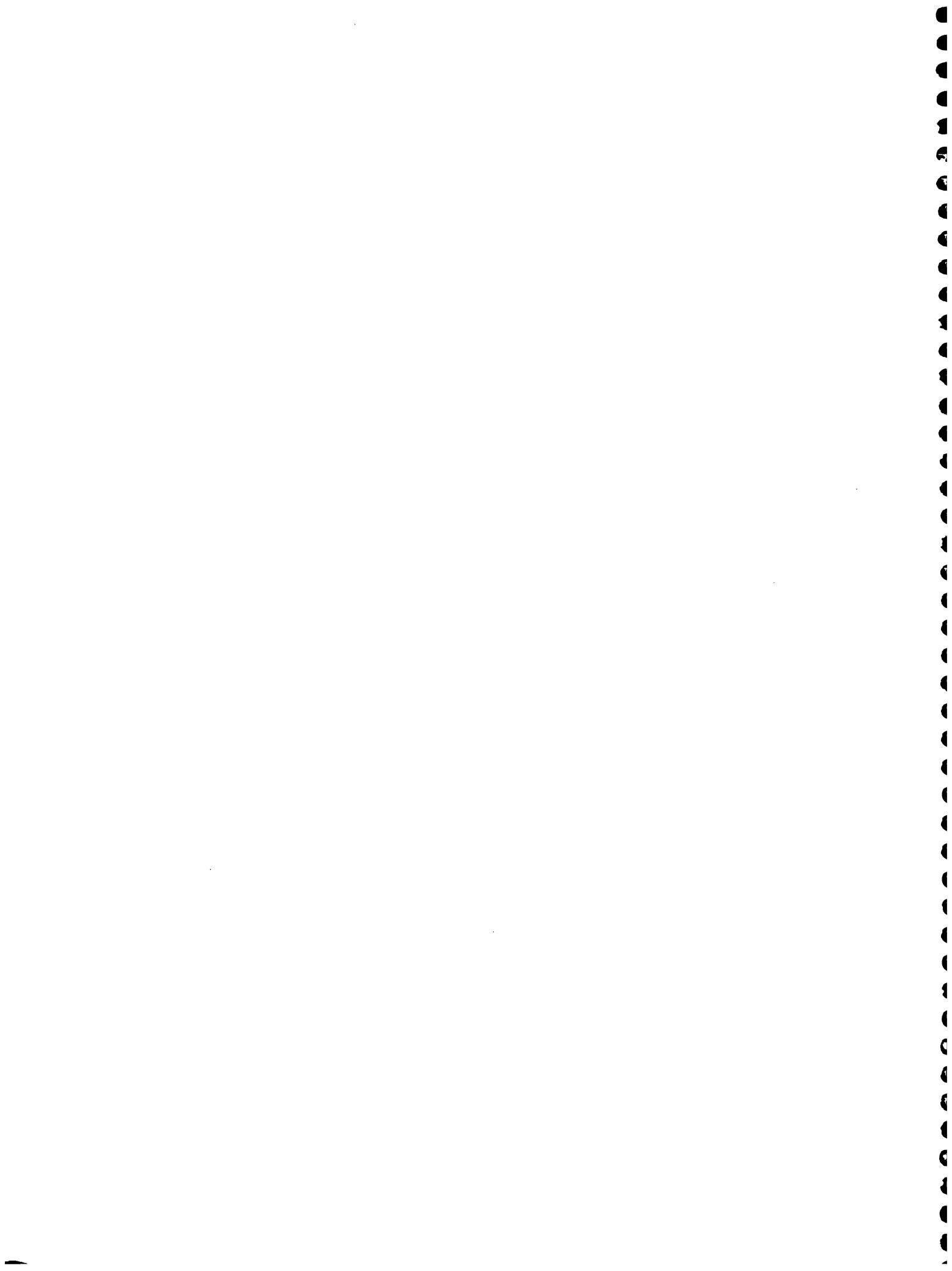
A organização básica da Associação compreende os órgãos instituídos neste Regimento para execução dos serviços da Associação.

**2.1 SÃO ÓRGÃO ESTATUTÁRIOS:**

- a. Assembléia Geral
- b. Conselho Fiscal
- c. Diretoria
- d. Conselho de Quadra

**2.2 SÃO ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO**

- a. Setor de Administração e Finanças
- b. Núcleo de Produção
- c. Núcleo Social



## 2.3 É ÓRGÃO DE ASSESSORIA:

### a. Assessoria Técnica

## 3 DA ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHO FISCAL

As atribuições da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal são aquelas estabelecidas respectivamente no Capítulo II e IV do Estatuto da Associação.

## 4 DA DIRETORIA

As atribuições da Diretoria estão estabelecidas no Capítulo III do Estatuto da Associação.

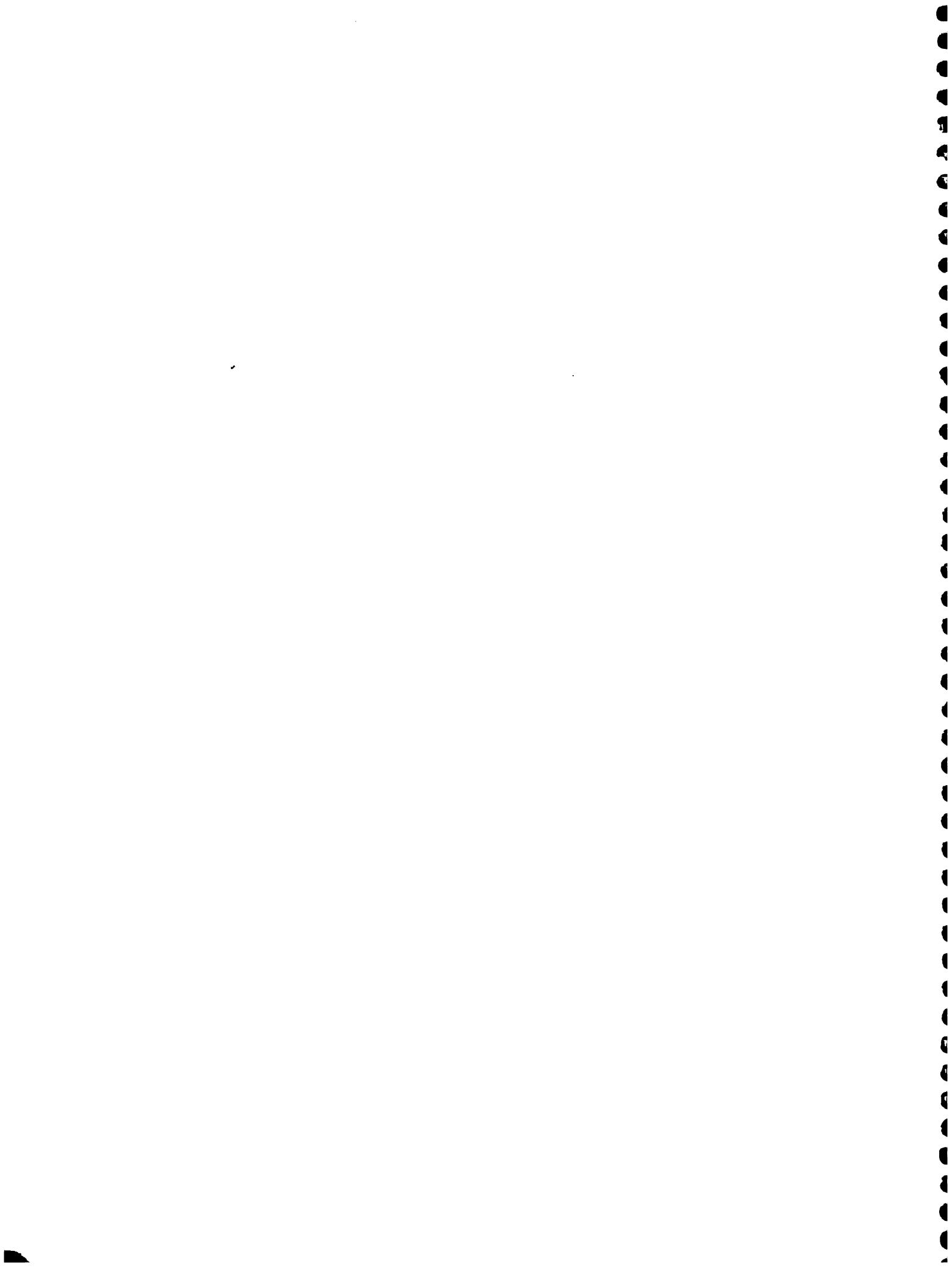
O estabelecimento de instruções, procedimentos, manuais e rotinas de serviços e/ou outras normas específicas não é matéria deste Regimento Interno, cabendo à Diretoria da Associação defini-las em instrumento próprio. Poderá a Diretoria constituir, quando necessário, Grupo de Trabalho, Comissão e/ou outros organismos semelhantes para cuidarem de tarefas específicas.

## 5 DO CONSELHO DE QUADRA

O Conselho de Quadra é o órgão de organização e orientação dos sócios residentes nas quadras da vila São Joaquim.

### 5.1 A AÇÃO DO CONSELHO DE QUADRA SE EXERCERÁ:

- a. pelos representantes de quadra, eleitos pelo voto dos sócios residentes nas quadras;



- b. pelo acompanhamento e supervisão dos planos, programas, projetos e atividades em desenvolvimento na Associação;
- c. por outros meios legais e normativos compatíveis com suas atribuições fixadas no Capítulo V do Estatuto da Associação.

## 6 DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

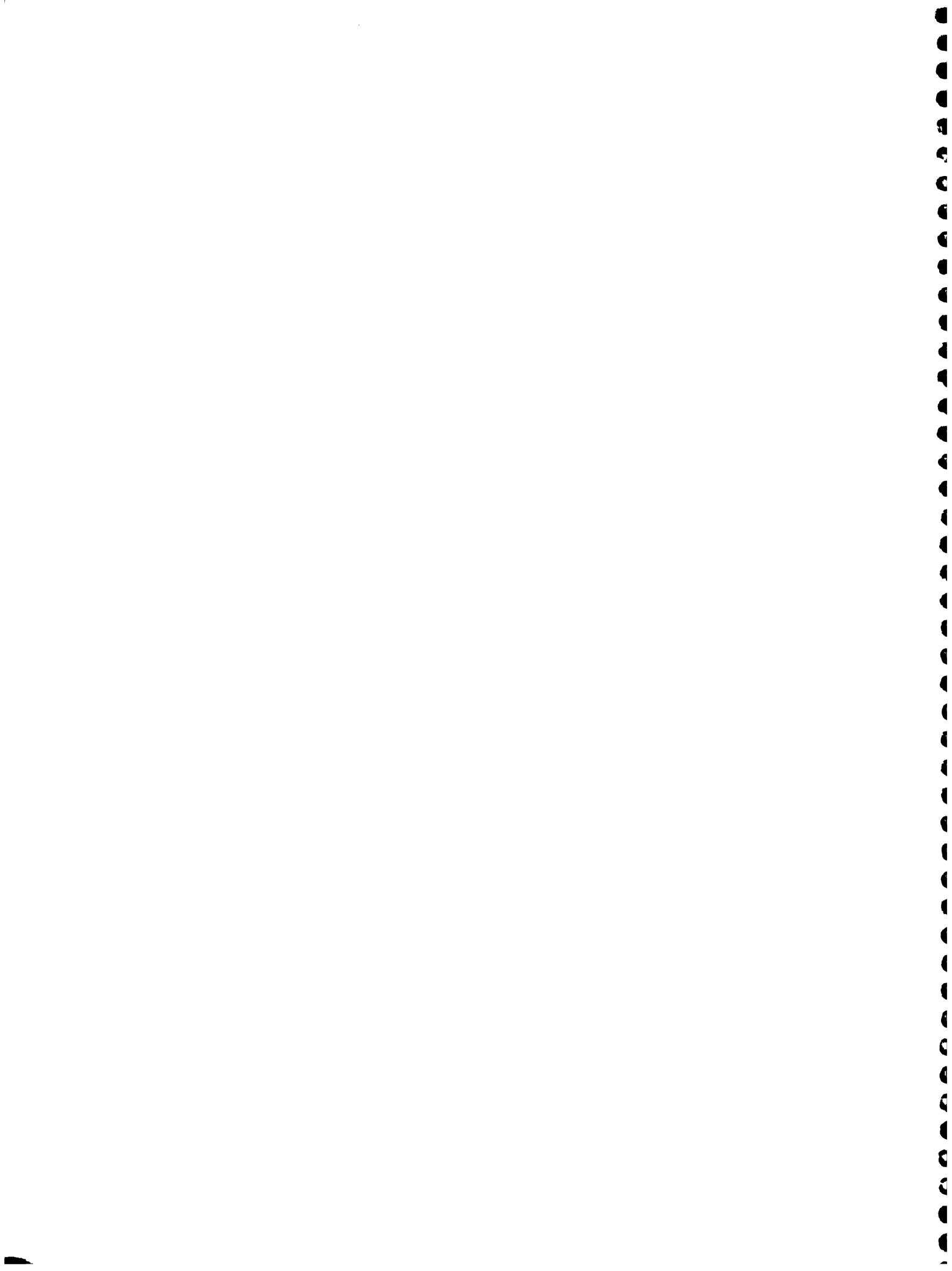
São os órgãos responsáveis pela execução direta dos planos, programas, projetos e atividades de cada área administrativa, e terão as seguintes competências:

### 6.1 SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

É o organismo responsável pela execução direta das atividades relacionadas à administração de pessoal, administração de material e serviços, administrações financeira e contábil e administração patrimonial da Associação Agrícola São Joaquim.

#### 6.1.1 Atribuições Básicas do Sistema de Pessoal

- a. organizar e manter atualizado o cadastro de sócios da Associação;
- b. emitir certidões, declarações e outros documentos similares com base nos registros cadastrais;
- c. atualizar anotações na carteira profissional dentro dos limites fixados por lei;
- d. analisar e informar requerimentos e outros documentos à vista dos registros de dados cadastrais;
- e. recolher e manter atualizadas as informações referentes aos lançamentos em fichas individuais dos sócios;





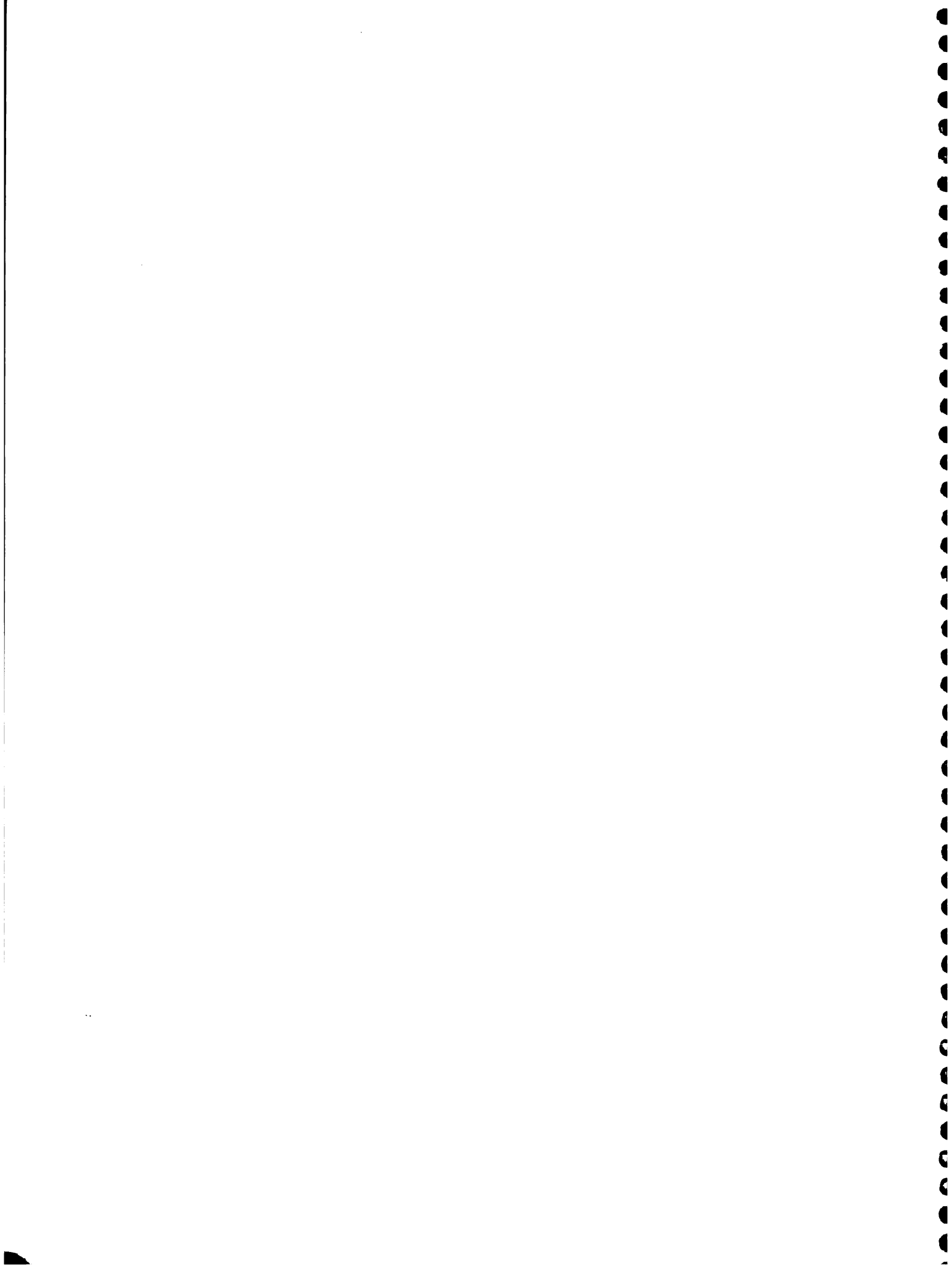
- f. repassar a folha de pagamento do pessoal contratado pela Associação;
- g. preparar o recolhimento relativo às obrigações e consignações previstas em lei;
- h. elaborar plano anual de férias;
- i. recrutar, selecionar e providenciar a contratação de pessoal para a Associação.

#### 6.1.2 Atribuições Básicas do Sistema de Material

- a. elaborar um catálogo de itens de estoque para a Associação;
- b. organizar e manter atualizado um controle dos itens de estoque;
- c. verificar as necessidades de reposição dos itens de estoque;
- d. manter os materiais estocados em condições adequadas à sua localização e conservação;
- e. elaborar periodicamente o inventário dos materiais e equipamentos estocados;
- f. providenciar aquisição de material de reposição de estoque e/ou outro qualquer necessário à operação da Associação;
- g. processar a compra de materiais, serviços e obras para a Associação;
- h. receber, registrar e distribuir os materiais recebidos;
- i. elaborar demonstrativos da aquisição e movimentação de materiais.

#### 6.1.3 Atribuições Básicas do Sistema de Serviços Gerais

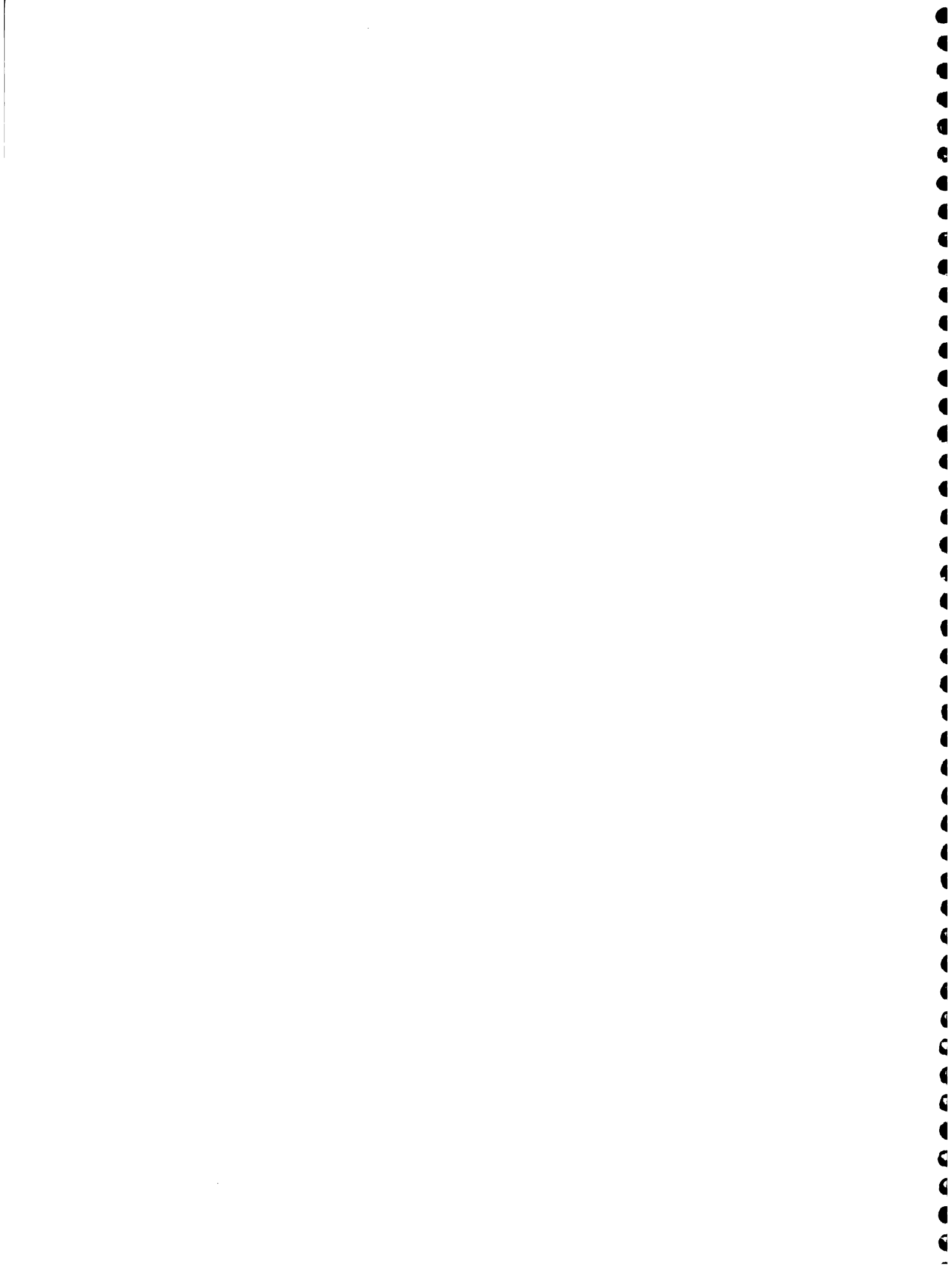
- a. redigir minuta de correspondência da Associação;



- b. dar apoio datilográfico à Diretoria e aos Núcleos produtivo e Social da Associação;
- c. controlar o recebimento e expedição de correspondência da Associação;
- d. controlar a utilização das máquinas e equipamentos da Associação;
- e. controlar o serviço de vigilância da Associação;
- f. criar e manter atualizado o arquivo de documentação de interesse da Associação;
- g. elaborar mensalmente relatório administrativo financeiro das atividades da Associação, encaminhando-o à Diretoria.

#### **6.1.4 Atribuições Básicas do Sistema Financeiro e Contábil**

- a. elaborar com a Diretoria a aplicação de desembolso dos recursos financeiros;
- b. controlar notas de provisões recebidas;
- c. liquidar a despesa á vista dos documentos apresentados;
- d. preparar pagamentos através de cheques nominativos de ordens bancárias;
- e. processar e recolher consignações da folha de obrigações patrimoniais;
- f. proceder os registros analíticos da escrita contábil de acordo com o Plano de Contas da Associação;
- g. preparar prestações de contas das receitas e despesas dos diversos fundos, como recursos próprios, doações e empréstimos;
- h. elaborar anualmente o Balanço Patrimonial da Associação.



### 6.T.5 Atribuições Básicas do Sistema Patrimonial

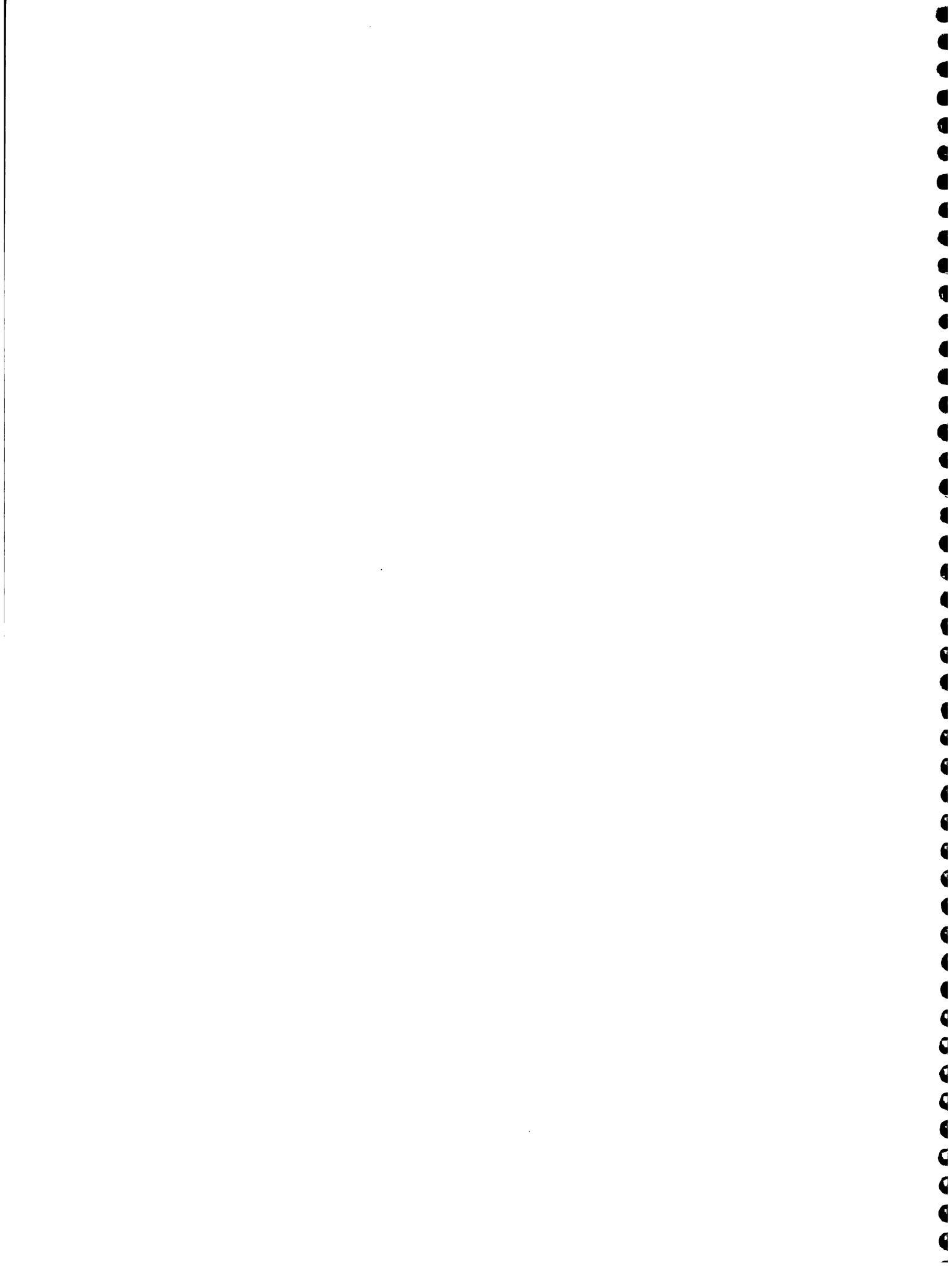
- a. inspecionar periodicamente ou quando necessário as instalações, máquinas, equipamentos e móveis da Associação;
- b. organizar e manter atualizado o cadastro patrimonial mediante controle físico dos bens adquiridos e doados;
- c. providenciar a identificação dos bens (móveis e imóveis) patrimoniais através da aposição de placas, etiquetas ou outros recursos semelhantes;
- d. controlar a distribuição de cargos e responsabilidade pelos bens patrimoniais, seu uso e sua conservação;
- e. organizar e manter atualizado o inventário dos bens patrimoniais da Associação.

## 7 NÚCLEO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

O núcleo de produção e comercialização será o organismo responsável pela execução direta das atividades produtivas e de comercialização da Associação.

### 7.1 ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

- a. elaborar cronograma de execução dos planos e projetos agro-pastoril;
- b. executar e/ou acompanhar a implantação dos planos e projetos elaborados para as áreas produtivas da Associação;
- c. fornecer à Assessoria Técnica da Associação dados para correção e realimentação no que concerne aos planos e projetos em execução na Associação;
- d. colaborar com a Assessoria Técnica fornecendo-lhe subsídios para elaboração do Plano Anual de trabalho da Associação;



- e. processar a venda dos produtos agropecuários da Associação;
- f. manter informado os preços de mercado dos produtos agrícolas e pecuária produzido pela Associação;
- g. supervisionar a execução das atividades produtivas e de comercialização da Associação.

#### **7.1.1 Estrutura Básica do Núcleo de Produção e Comercialização**

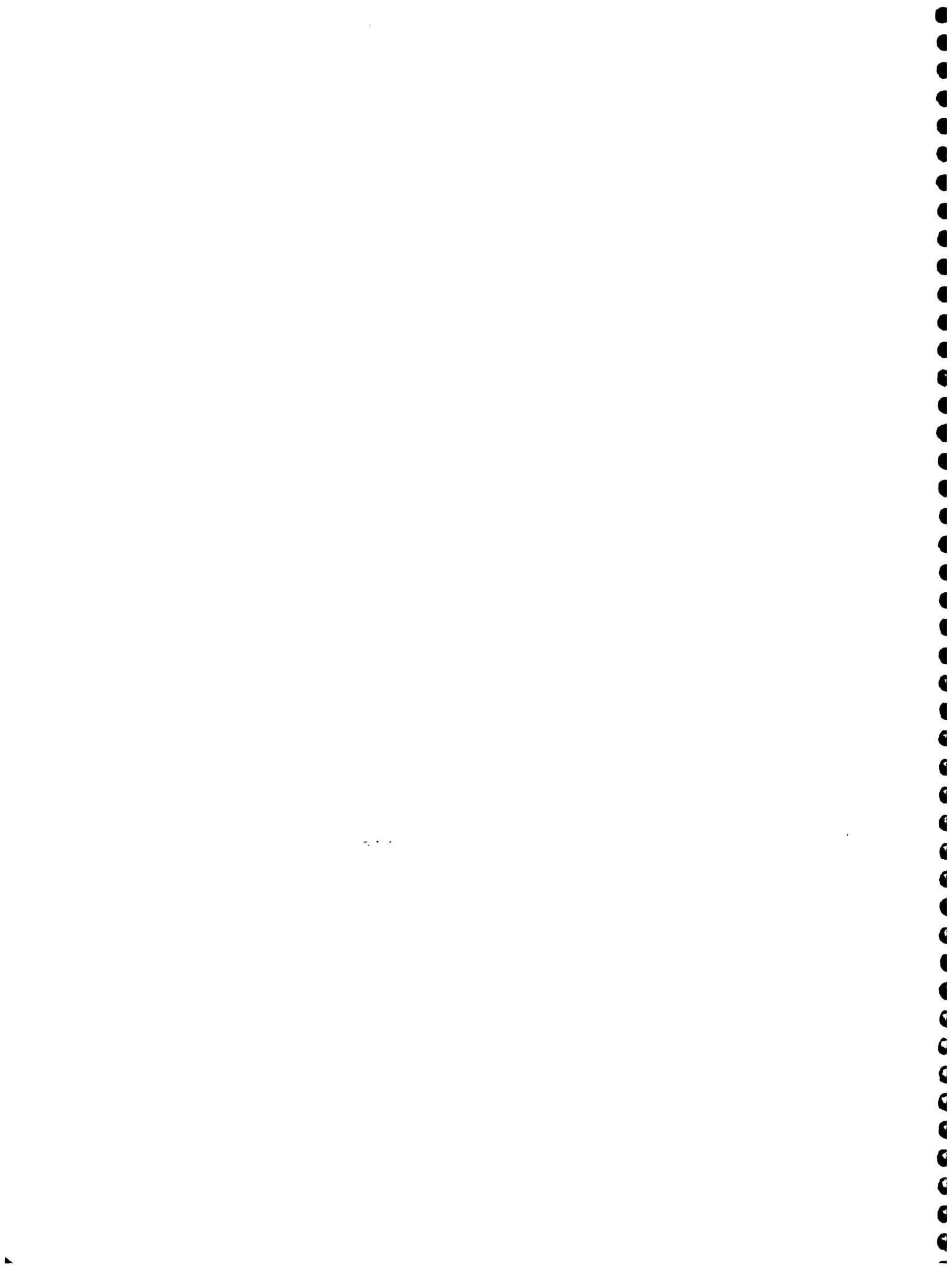
(Ver organograma).

#### **7.1.2 Projeto de Irrigação: (área do Tatauí-I)**

- a. Setor Produtivo I
- b. Setor Produtivo II
- c. Setor Produtivo III
- d. Setor Produtivo IV
- e. Setor Produtivo V
- f. Setor Produtivo VI
- g. Setor Produtivo VII
- h. Setor Produtivo VIII
- i. Setor Produtivo IX
- j. Setor Produtivo X
- l. Almojarifado XI

#### **7.1.3 Caprinocultura (área de Tatauí IV e V)**

#### **7.1.4 Sequeiro**





## 8 NÚCLEO SOCIAL

O Núcleo Social será o organismo responsável pela execução direta das atividades sociais da Associação, sendo a seguinte a estrutura básica do Núcleo Social:

- a. Educação
- b. Saúde
- c. Comunicação
- d. Recreação.

### 8.1 ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DO NÚCLEO SOCIAL

- a. Promover, facilitar e orientar a participação efetiva dos sócios da Associação no planejamento e execução dos planos, programas, projetos e atividades;
- b. participar do planejamento de programas, projetos e atividades da Associação, subsidiando Núcleo de Produção e a Assessoria Técnica sobre aspectos relacionados com a aprendizagem de novos conhecimentos, modificação de hábitos, adoção de tecnologia agrícola, modificação de hábitos de higiene, saúde e educação;
- c. manter atualizado sobre o nível dos conhecimentos, valores, atitudes, quantidade de sócios, bem como seu vocabulário, significados, uso de meios de comunicação, etc, utilizando esses dados para o planejamento adequado de estratégias e procedimentos de comunicação e divulgação;
- d. programar atividades de comunicação e divulgação de modo que venham apoiar os programas, projetos e atividades;
- e. preparar materiais informativos e didáticos necessários para uma melhor comunicação interna e externa da Associação e para melhorar a capacitação dos sócios e suas famílias;

100

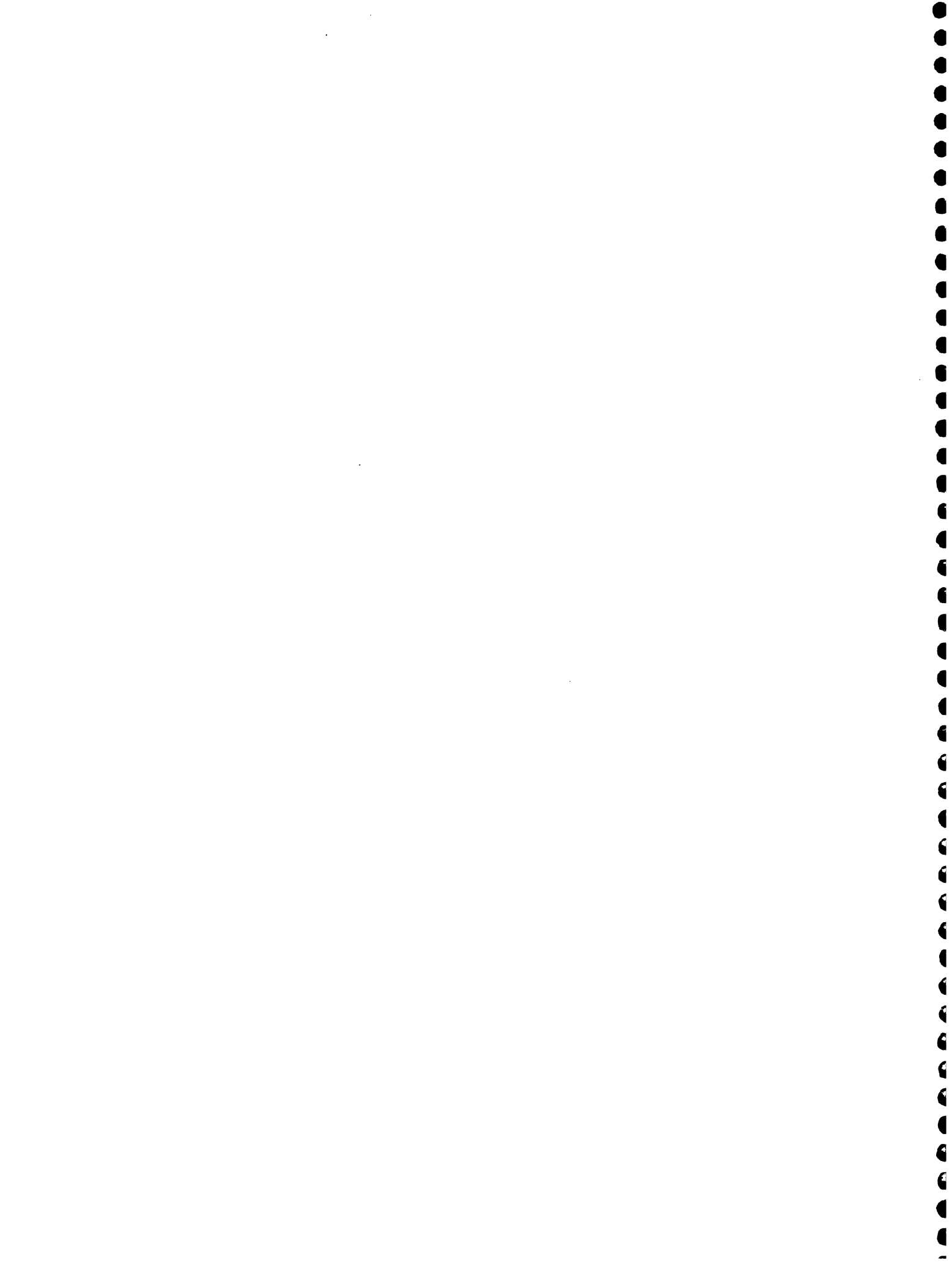
- f. ajudar os sócios da Associação a identificar suas neces<sub>u</sub>ridades, problemas e dificuldades;
- g. levantar, através de sondagem, a opinião dos sócios a respeito dos projetos em execução;
- h. colaborar com a Assessoria Técnica, fornecendo-lhe subsídios para elaboração do plano anual de trabalho.

## 9 ASSESSORIA TÉCNICA

A Assessoria Técnica é o organismo responsável pelo planejamento e coordenação dos programas e projetos, assim como pela assistência técnica à área produtiva da associação.

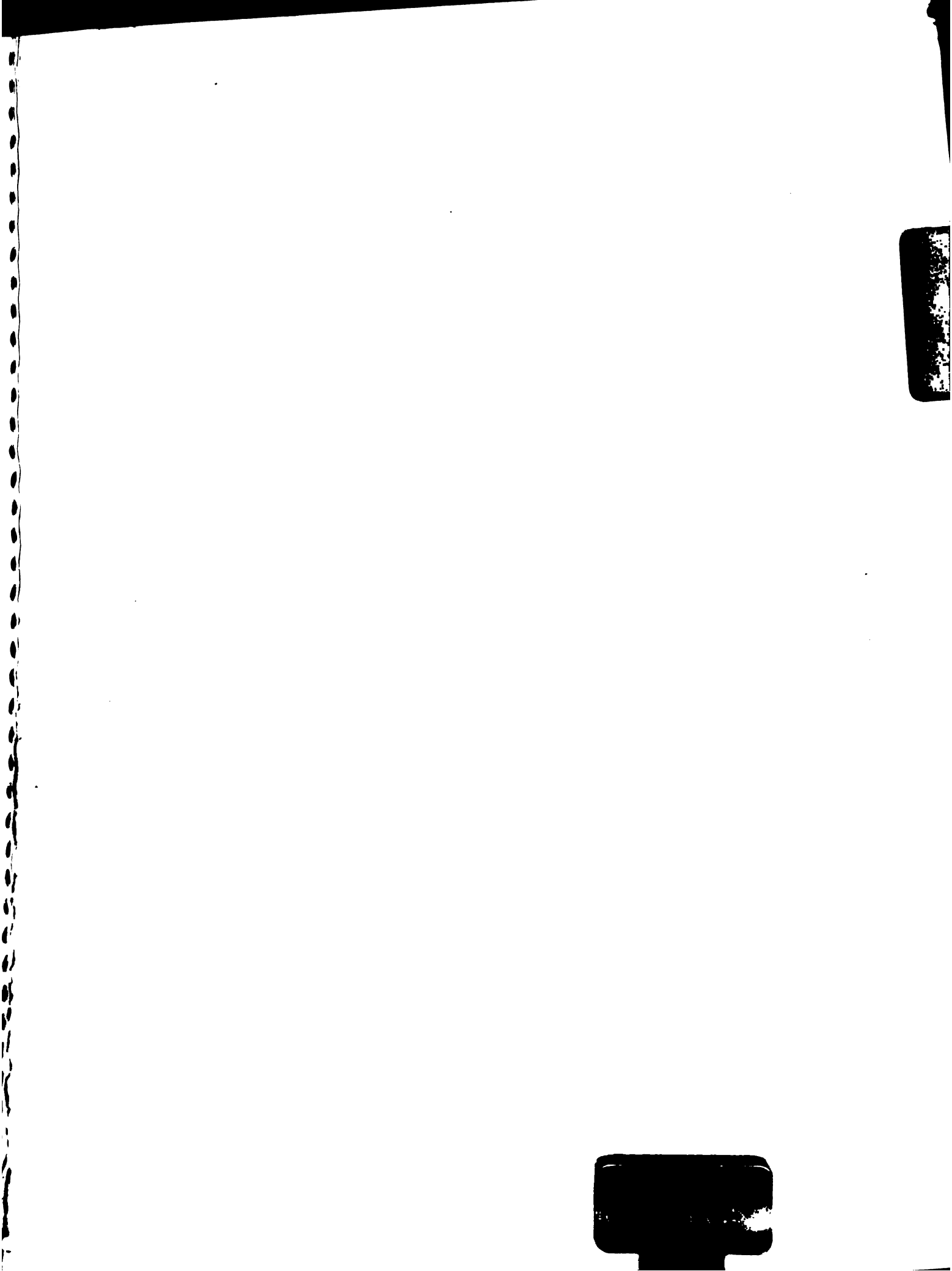
### 9.1 ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DA ASSESSORIA TÉCNICA

- a. elaborar projetos agropecuários com vistas à obtenção de recursos financeiros para sua execução;
- b. analisar e emitir parecer sobre projetos agropecuários elaborados para a Associação;
- c. propor sistemática para avaliação de desempenho técnico e econômico dos projetos agropecuários em execução na Associação;
- d. realizar estudos para conhecimento de mercado para os produtos agropecuários da Associação;
- e. acompanhar a implantação e prestar assistência técnica aos projetos em execução na Associação;
- f. preparar relatórios mensais e anuais sobre os projetos e atividades em execução e encaminhar à Diretoria da Associação.









INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA

Apdo. 55-2200 Coronado, Costa Rica - Tel.: 29-0222 - Cable: IICASANJOSE - Telex: 2144 IICA,  
Correo Electrónico EIES: 1332 IICA DG -- FACSIMIL 506294741 IICA COSTA RICA